

CIÊNCIA

# Geográfica

ISSN Online: 2675-5122  
ISSN-L: 1413-7461

ANO XXVI - VOL. XXVI, Nº 2 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2022

## RECORTES DO PENSAMENTO CRÍTICO DE MILTON SANTOS E SUA HERANÇA INTELECTUAL



**Editora  
Saraiva**



UEMA - UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO



# CIÊNCIA Geográfica

## Expediente

Revista **Ciência Geográfica**

Ensino - Pesquisa - Método

Ano XXVI - Vol. XXVI - N.º 2 - Janeiro/Dezembro de 2022

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

Publicação anual voltada ao ensino, à pesquisa e método em Geografia e áreas afins.

Órgão oficial de divulgação da

**ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP**

**ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS:**

Presidente Nacional: Prof.ª. Dr.ª. **Lorena Izá Pereira**

Administrador Provisório Seção Local Bauru: Prof. Dr. **Laurenço Magnoni Júnior**

**Editores:**

Álvaro José de Souza (*In Memoriam*), Cláudio Eduardo de Castro, Elian Alabi Lucci, José Misael Ferreira do Vale, Laurenço Magnoni Júnior, Nilton de Araújo Júnior, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

**Comitê Editorial:**

Álvaro José de Souza (*In Memoriam*), Adnison de Almeida Silva, André Luiz Nascentes Coelho, Andréa Aparecida Zacharias, Antônio Francisco Magnoni, Cláudio Eduardo de Castro, Cristiano Nunes Alves, Edson Belo Clemente de Souza, Elian Alabi Lucci, Elvis Christian Madureira Ramos, Flavio Gatti, José Mauro Palhares, José Misael Ferreira do Vale, Laurenço Magnoni Júnior, Lucivânio Jatobá, Maria da Graça Mello Magnoni, Patrícia Helena Mirandola Garcia, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

**Revisores:**

José Mauro Palhares, José Misael Ferreira do Vale, Laurenço Magnoni Júnior, Maria da Graça Mello Magnoni, Rosicler Sasso Silva (*In Memoriam*) e Wellington dos Santos Figueiredo.

**Jornalista Responsável:**

Antônio Francisco Magnoni - MTB - 19280

**Conselho Editorial/Editorial Board:**

Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói - RJ) - Editor-chefe

**Membros/Members:**

Prof.ª Dr.ª Adriana Dorfman (UFRGS/Porto Alegre - RS - Brasil)  
Dr.ª Alineaurea Florentino Silva (Embrapa Semiárido/Petrolina - PE - Brasil)  
Prof. Dr. André Luiz Nascentes Coelho (UFES/Vitória - ES - Brasil)  
Prof.ª Dr.ª Andréa Aparecida Zacharias (UNESP/Ourinhos - SP - Brasil)  
Prof. Dr. Antônio Francisco Magnoni (UNESP/Bauru - SP - Brasil)  
Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro (UEMA/São Luís - MA - Brasil)  
Prof. Dr. Cláudio Artur Mungói (Universidade Eduardo Mondlane/Maputo - Moçambique)  
Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves (UEMA/São Luís - MA - Brasil)  
Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UEPG/Ponta Grossa - PR - Brasil)  
Prof. Dr. Elvis Christian Madureira Ramos (UFMS/Corumbá - MS - Brasil)  
Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha (UFPA/Belém - PA - Brasil)  
Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo (USP/São Paulo - SP - Brasil)  
Prof.ª Dr.ª Helena Copetti Callai (UNIJU/Ijuí - RS - Brasil)  
Prof. Dr. Jorge Olcina Cantos (Associação Espanhola de Geografia - AGE/Universidade de Alicante - UA/Alicante - Espanha)  
Prof. Dr. José Mauro Palhares (UNIFAP/Oiapoque - AP - Brasil)  
Prof. Dr. José Misael Ferreira do Vale (UNESP/Bauru - SP - Brasil)  
Prof.ª Dr.ª Lana de Souza Cavalcanti (UFGO/Goiânia - GO - Brasil)  
Prof. Dr. Laurenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza/Lins - SP - Brasil)  
Prof. Dr. Luciano Fernandes Lourenço (Universidade de Coimbra - Portugal)  
Prof. Dr. Lucivânio Jatobá (UFPE/Recife - PE - Brasil)  
Prof.ª Dr.ª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru - SP - Brasil)  
Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS/Porto Alegre - RS - Brasil)  
Prof.ª Dr.ª Patrícia Helena Mirandola Garcia (UFMS/Três Lagoas - MS - Brasil)  
Prof. Dr. Roberto Serrano-Notivoli (Associação Espanhola de Geografia - AGE/Universidade Autónoma de Madrid - UAM/Madrid - Espanha)  
Prof.ª Dr.ª Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes (UNESP/Marília - SP - Brasil)  
Prof. Dr. Túlio Barbosa (UFU/Uberlândia - MG - Brasil)  
Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti (UNILA/Foz do Iguaçu - PR - Brasil)

Ficha catalográfica elaborada por:

DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - UNESP - Botucatu

Ciência Geográfica - Ensino - Pesquisa - Método

(Seção Bauru / Associação dos Geógrafos Brasileiros / Editora Saraiva) - Bauru / São Paulo - SP

Ano I - n.º 1 (1995)

Ano XXVI. Vol. XXVI - N.º 2 - Janeiro-Dezembro/2022

Anual

ISSN Online: 2675-5122 - ISSN-L: 1413-7461

1. Geografia - Periódicos - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Bauru / Editora Saraiva

## POLÍTICA E OBJETIVOS DA REVISTA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA - Ensino, Pesquisa e Método é uma publicação eletrônica editada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Bauru - SP com a finalidade de divulgar a atuação profissional e intelectual de geógrafos, professores de Geografia da Educação Básica e Superior, estudantes de Pós-Graduação em Geografia e de Ciências afins. Dentre seus objetivos estão:

- 1 - Estimular a produção técnico-científica e didático-pedagógica dos sócios da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru - SP e de pesquisadores da Geografia Brasileira ou de ciências afins;
- 2 - Divulgar as ciências brasileiras no plano internacional e evidenciar as ciências mundiais ao conhecimento nacional;
- 3 - Promover a difusão e a popularização da Ciência e Tecnologia no âmbito da Geografia ou de Ciências afins;
- 4 - Estabelecer, com caráter permanente, articulações orgânicas entre a pesquisa universitária de Geografia e Ciências afins com as salas de aula dos Sistemas de Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.

As edições online da Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA estão abertas para publicar todas as tendências acadêmicas e científicas críticas que estão em pauta na Geografia e nas diversas Áreas de Conhecimento da Educação Escolar Brasileira contemporânea. O objetivo central da Revista Eletrônica da AGB/Seção Bauru - SP é ampliar o alcance das Pesquisas e do Ensino de Geografia e suas Ciências conexas. As páginas online estão disponíveis para divulgar todas as ações que aproximem a Ciência Geográfica brasileira dos cidadãos que desejam a construção de um mundo mais justo, solidário, democrático e participativo.

**Indexada em/Indexed in/Abstract in:**

IBICIT (ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461), Latindex, Diadorim, Google Acadêmico e LivRe.

**ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP**

CNPJ N.º 00.407.524/0001-00

Rua Pedro Oliveira Tavares, 2-148 - Jardim Colonial - Bauru - SP - CEP 17047-595

Fone: (14) 99711-1450

E-mail: agb@agbbauru.org.br

Site: <https://www.agbbauru.org.br>

**Normatização bibliográfica:** Nilton de Araújo Júnior

**Diagramação e Capa:** Nilton de Araújo Júnior

**Imagens da capa:** UFSB/Divulgação

**Editora Saraiva**

Av. Antártica, 92 - Barra Funda

São Paulo - SP - 01141-061

Fone: (11) 4003-3061

E-mail: [centralderelacionamento@somoseduacao.com.br](mailto:centralderelacionamento@somoseduacao.com.br)

[www.edocente.com.br](http://www.edocente.com.br)

**\* As opiniões expressadas pelos autores são de sua inteira responsabilidade.**



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite: [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR). Direitos para esta edição foram cedidos pelos autores e organizador. Qualquer parte ou a totalidade do conteúdo desta publicação pode ser reproduzida ou compartilhada, desde que se lhe atribua o devido crédito pela criação original. Obra sem fins lucrativos e com distribuição gratuita. O conteúdo dos artigos publicados é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a posição oficial da Revista Ciência Geográfica.

# CIÊNCIA Geográfica

ISSN Online: 2675-5122  
ISSN-L: 1413-7461

ANO XXVI - VOL. XXVI, Nº 2 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2022

## Sumário

Carta ao Leitor .....	604
-----------------------	-----

## Artigos

<b>Milton Santos y su pensamiento crítico</b> .....	608
Alfredo César Dachary	
<b>As 7 vidas do império estadunidense (Estados Unidos: hegemonia decadente?)</b> .....	618
Zeno Soares Crocetti	
<b>La hora de la “desglobalización”</b> .....	646
Omar Gejo • Alan Rebottaro	
<b>Cidadania e globalização no modo de produção vigente</b> .....	664
José Misael Ferreira do Vale	
<b>Una mirada a Milton Santos desde la Bolivia del siglo XXI</b> .....	679
Yuri Sandoval Montes	
<b>O legado de Milton Santos na minha trajetória acadêmica</b> .....	690
Carlos José Espíndola	
<b>La geopolítica euroasiática frente al imperialismo. China, Estados Unidos, Rusia y Medio Oriente (Siglo XXI)</b> .....	707
Martín Alejandro Martinelli	
<b>Meios de comunicação e território: a disputa entre concentração e democratização na América Latina</b> .....	730
Mónica Arroyo • André Pasti	
<b>La vigencia de la Geografía</b> .....	753
Omar Horacio Gejo	
<b>O comércio exterior e a importância da taxa de câmbio na cadeia produtiva na soja no Brasil</b> .....	769
Roberto César Cunha	
<b>A geoeconomia da crise pós 2008: financeirização, tecnologia e geopolítica</b> .....	793
Fernando dos Santos Sampaio • Marlon Clovis Medeiros	
<b>Comércio eletrônico no Brasil e América Latina: geografia, geopolítica e impactos da pandemia da COVID-19</b> .....	816
Pedro Eduardo Ribeiro de Toledo • José Messias Bastos • Francine Borges Silva	
<b>Dinâmica das transferências de jogadores na América Latina pós 2010: por uma economia política do futebol</b> .....	849
Patrícia Volk Schatz • Carlos José Espíndola	

<b>A escola como prática cidadã: pistas teórico-metodológicas para o ensino de Geografia</b> .....	<b>866</b>
Livia Cangiano Antipon • Raquel de Padua Pereira	
<b>Contribuições de Milton Santos, desenvolvimento socioespacial e o direito à cidade: reflexões a partir de Parintins-AM</b> .....	<b>880</b>
Cassiano Lobato Paulino	
<b>Narrativas geográficas de uma viagem à serra do divisor na Amazônia Acreana</b> .....	<b>905</b>
Suzanna Dourado da Silva • Adnilson de Almeida Silva • Rachel Dourado da Silva	
<b>Povos indígenas: da negação da identidade e do território ao direito originário à terra no Amazonas</b> .....	<b>927</b>
Ivani Ferreira de Faria • Carla Cetina Castro • Diego Ken Osoegawa	
<b>Impactos territoriais do plano nacional da mineração do Brasil</b> .....	<b>952</b>
João Marcio Palheta • Vanessa da Paixão Alves • Carla Caroline Barisão Braryme • Adolfo da Costa Oliveira Neto	
<b>O avanço do atraso: a territorialização do agronegócio em Mato Grosso do Sul</b> .....	<b>969</b>
Amanda Júlia de Freitas Mariano • Jodenir Calixto Teixeira	
<b>Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio</b> .....	<b>1004</b>
Denise Elias	
<b>Araguaína–TO, cidade competitiva no interior da Amazônia brasileira: entre práticas e discursos</b> .....	<b>1022</b>
Miguel Pacífico Filho • João de Deus Leite • Luciene Rodrigues Lima • Pedro Henrique Eustáquio Rodrigues	
<b>Araguaína–TO, competitive city in the interior of the Brazilian Amazon: between practices and discourses</b> .....	<b>1051</b>
Miguel Pacífico Filho • João de Deus Leite • Luciene Rodrigues Lima • Pedro Henrique Eustáquio Rodrigues	
<b>A relevância do pensamento de Milton Santos no ensino de Geografia voltado à redução dos riscos de desastres naturais</b> .....	<b>1080</b>
Nilton José Capelozza • Wandreson José Rodrigues • Lourenço Magnoni Júnior	
<b>Uso do território e atividade industrial: zonas de densidade e rarefação no estado de Alagoas</b> .....	<b>1095</b>
Clevisson José da Silva • Dhiego Antonio de Medeiros • Antonio Alfredo Teles de Carvalho	
<b>O ensino remoto no estágio de docência: possibilidades para a educação pós-pandemia</b> .....	<b>1112</b>
Bruna Ribeiro Vieira • Jerusa Cassal de Almeida	
<b>As consequências econômicas da pandemia para o turismo da cidade de Ilhéus em 2020</b> .....	<b>1121</b>
Alessandra Sulamita Santos da Silva • Tereza Genoveva Nascimento Torezani Fontes	
<b>Reflexões sobre a práxis geográfica e sua relação com a educação socioambiental</b> .....	<b>1132</b>
Janaina Bonini • Luís Roberto Rizzi Marraccini • Lourenço Magnoni Júnior	



# Geographic Science Magazine

YEAR XXVI - VOL. XXVI, # 2 - TEACHING - RESEARCH - METHOD - JANUARY/DECEMBER - 2022

## Index - Índice

**Letter to the reader** ..... 606

## Articles - Artículos

**Milton Santos e seu pensamento crítico / Milton Santos and his critical thinking** ..... 608  
Alfredo César Dachary

**Las 7 vidas del imperio americano (Estados Unidos: ¿decadencia hegemónica?) / The 9 lives of the US empire (United States: decadent hegemony?)** ..... 618  
Zeno Soares Crocetti

**O tempo da “desglobalização” / The time of “deglobalization”** ..... 646  
Omar Gejo • Alan Rebottaro

**Citizenship and globalization in the current production mode / Ciudadanía y globalización en el modo de producción actual** ..... 664  
José Misael Ferreira do Vale

**Looking at Milton Santos from the Bolivia of the 21st century / Um olhar sobre Milton Santos da Bolívia do século XXI** ..... 679  
Yuri Sandoval Montes

**The legacy of Milton Santos in my academic path / El legado de Milton Santos en mi trayectoria académica** ..... 690  
Carlos José Espíndola

**Eurasian geopolitics in front of imperialism. China, the United States, Russia and the Middle East (21st century) / Geopolítica euro-asiática contra imperialismo. China, Estados Unidos, Rússia e Oriente Médio (século 21)** ..... 707  
Martín Alejandro Martinelli

**Media and territory: the dispute between concentration and democratization in Latin America / Medios y territorio: la disputa entre concentración y democratización en América Latina** ..... 730  
Mónica Arroyo • André Pasti

**The force of Geography / A força da Geografia** ..... 753  
Omar Horacio Gejo

**Foreign trade and the importance of the exchange rate in the soybean production chain in Brazil / El comercio exterior y la importancia del tipo de cambio en la cadena de producción de soja en Brasil** ..... 769  
Roberto César Cunha

**The post-2008 geoeconomy: financialization, technology and geopolitics / La geoeconomía post-2008: financiarización, tecnología y geopolítica** ... 793  
Fernando dos Santos Sampaio • Marlon Clovis Medeiros

**Electronic commerce in Brazil and Latin America: geography, geopolitics and impacts of the COVID-19 pandemic / Comercio electrónico en Brasil y América Latina: geografía, geopolítica e impactos de la pandemia del COVID-19** ..... 816  
Pedro Eduardo Ribeiro de Toledo • José Messias Bastos • Francine Borges Silva

<b>Dynamics of player transfers in Latin America after 2010: towards a political economy of football / Dinámica de transferencias de jugadores en América Latina después de 2010: hacia una economía política del fútbol</b> .....	<b>849</b>
Patrícia Volk Schatz • Carlos José Espíndola	
<b>School as citizen practice: theoretical and methodological clues for teaching Geography / La escuela como práctica ciudadana: pistas teóricas y metodológicas para la enseñanza de la Geografía</b> .....	<b>866</b>
Livia Cangiano Antipon • Raquel de Padua Pereira	
<b>Contributions by Milton Santos, socio-spatial development and the right to the city: reflections from Parintins-AM / Aportes de Milton Santos, desarrollo socioespacial y derecho a la ciudad: reflexiones desde Parintins-AM</b> .....	<b>880</b>
Cassiano Lobato Paulino	
<b>Geographic narratives of a way to the divisor mountain range in the Amazon of Acre / Narrativas geográficas de un camino a la cordillera divisor en el Amazonas de Acre</b> .....	<b>905</b>
Suzanna Dourado da Silva • Adnilson de Almeida Silva • Rachel Dourado da Silva	
<b>Indigenous peoples: from the denial of identity and territory to the original right to land in the Amazon / Pueblos indígenas: de la negación de identidad y territorio al derecho original a la tierra en lo Amazonas</b> .....	<b>927</b>
Ivani Ferreira de Faria • Carla Cetina Castro • Diego Ken Osoegawa	
<b>Territorial impacts of the national mining plan in Brazil / Impactos territoriales del plan nacional minero en Brasil</b> .....	<b>952</b>
João Marcio Palheta • Vanessa da Paixão Alves • Carla Caroline Barisão Braryme • Adolfo da Costa Oliveira Neto	
<b>The advance of backwardness: the territorialization of agribusiness in Mato Grosso do Sul / El avance del retraso: la territorialización del agronegocios em Mato Grosso do Sul</b> .....	<b>969</b>
Amanda Júlia de Freitas Mariano • Jodenir Calixto Teixeira	
<b>Productive consumption and urbanization in Brazil: agribusiness cities / Consumo productivo y urbanización en Brasil: ciudades de agronegócio</b> ....	<b>1004</b>
Denise Elias	
<b>Araguaína–TO, competitive city in the interior of the brazilian amazon: between practices and discourses / Araguaína–TO, ciudad competitiva dentro de la amazonia brasileña: entre prácticas y discursos</b> .....	<b>1022</b>
Miguel Pacífico Filho • João de Deus Leite • Luciene Rodrigues Lima • Pedro Henrique Eustáquio Rodrigues	
<b>Araguaína–TO, cidade competitiva no interior da amazônia brasileira: entre práticas e discursos / Araguaína–TO, ciudad competitiva dentro de la amazonia brasileña: entre prácticas y discursos</b> .....	<b>1051</b>
Miguel Pacífico Filho • João de Deus Leite • Luciene Rodrigues Lima • Pedro Henrique Eustáquio Rodrigues	
<b>The relevance of Milton Santos' thinking in the teaching of Geography aimed at reducing the risks of natural disasters / La relevancia del pensamiento de Milton Santos en la enseñanza de la Geografía orientada a la reducción de riesgos de desastres naturales</b> .....	<b>1080</b>
Nilton José Capelozza • Wandreson José Rodrigues • Lourenço Magnoni Júnior	
<b>Territory use and industrial activity: zones of density and rarefaction in the state of Alagoas / Uso del territorio y actividad industrial: zonas de densidad y rarefacción en el estado de Alagoas</b> .....	<b>1095</b>
Clevisson José da Silva • Dhiego Antonio de Medeiros • Antonio Alfredo Teles de Carvalho	
<b>Remote teaching in the teaching internship: possibilities for post-pandemic education / La enseñanza a distancia en la práctica docente: posibilidades para la educación post-pandemia</b> .....	<b>1112</b>
Bruna Ribeiro Vieira • Jerusa Cassal de Almeida	
<b>The economic consequences of the pandemic for tourism in the city of Ilhéus in 2020 / Las consecuencias económicas de la pandemia para el turismo en la ciudad de Ilhéus en 2020</b> .....	<b>1121</b>
Alessandra Sulamita Santos da Silva • Tereza Genoveva Nascimento Torezani Fontes	
<b>Reflections on geographic praxis and its relationship with socio-environmental education / Reflexiones sobre la praxis geográfica y su relación con la educación socioambiental</b> .....	<b>1132</b>
Janaina Bonini • Luis Roberto Rizzi Marraccini • Lourenço Magnoni Júnior	

---

# CARTA AO LEITOR

## A revanche do Sonho

*“O homem é muito útil. Sabe voar, sabe matar.  
Tem, porém, um defeito: Ele sabe pensar...”  
(Bertoldt Brecht)*

Se fosse de outro jeito talvez não sofresse tanto. Penso seriamente sobre a UTOPIA. Se a reprimo, choro, senão, no mínimo um cabelo descomposto. De qualquer forma, uma mudança. Talvez seja com o que mais me preocupe ultimamente: resgatar desse anonimato, dessa alienação imposta pelos de cima, uma controvérsia. Uma só. Uma pequena descompostura para lembrar que a vida não é só a expectativa – riso do senhor dono do cão que abana o rabo, satisfeito com o azul ou inconformado com a possibilidade do vermelho (Ah, essa cor maldita...).

Depois desta pandemia, deste ciclo político desastroso para o Brasil, acredito que viveremos um intenso processo político no Brasil, uma nova ruptura, já virou clichê, mas, nem por isso desnecessário de se relembrar. O ápice foi o impeachment de Dilma, mas também vivemos a morte de Marielle Franco; os 80 tiros no carro de família do músico no Rio de Janeiro que mata Evaldo Rosa; massacre no Jacarezinho, 28 mortes; Operação policial e 23 mortos na Vila Cruzeiro; morte de Moïse no Quiosque; Genivaldo e a câmara de gás; os arrastões, e, por mais armas que adquirimos, fechaduras e cadeados que coloquemos em nossas portas e janelas, em algum lugar ainda ouvimos os gritos dos meninos da Fundação CASA e tantas outras crianças que morrem a cada minuto.

O mundo? Vai de Ucrânia a pior. O ultraliberalismo não consegue mais esconder as suas mazelas. A ruptura que nos sugeria o Muro de Berlim, apenas desvenda ainda mais a obscenidade do nosso mundo ocidental hoje; sem utopias, não faz mais sentido falar de liberdade a homens livres, não é mesmo! Onde a felicidade nos é vendida diariamente pelas telas. Um fervilhar incontrolável de multiplicidades e particularismos! Uma sociedade que robotiza e atomiza os indivíduos em nome de alguns equívocos, como: a “liberdade” (“seja você mesmo: tome guaraná!”), ou a “igualdade” (“Este computador é para a geração que nasceu para mandar”), ou, quem sabe, a “fraternidade” (“o importante é levar vantagem em tudo!”).

Fundado sob as palavras, isto é, afinal, o nosso século: se impalpável, indescritível, fluido, inconceituável ou, o que é pior, cruel, é o que temos no momento. Nele vivemos e sobre ele, nos pequenos intervalos em que a contragosto desligamos o APP no celular, especulamos, discutimos e depois (para que se incomodar, não é!), voltamos bem-comportados para nossos lugares: a retórica nunca exigiu mesmo grandes ações!

---

E nós, como vivemos neste século XXI?

Vivemos para ser cidadão. Ser cidadão é, antes de tudo, entendermos que não pertencemos a nós mesmos, mas à comunidade no qual estamos inseridos. Nesse sentido, exercemos a cidadania enquanto entidade, fazemos valer e respeitando as diferenças de posições e atuando conjuntamente na busca das nossas utopias.

Portanto, não bastam apenas conjecturas. A sociedade exige o nosso compromisso e atuação.

São os próprios homens que criam a sua história. No século XX, esta verdade foi compreendida pela maioria daqueles que pensaram nas causas do desenvolvimento histórico. Nos nossos dias tornam-se cada vez mais evidente que o futuro da humanidade depende precisamente da atividade dos homens e mulheres.

E nós da AGB/Bauru? Contribuímos com esse compromisso de atuação e exercício de cidadania, levando a luz mais uma UTOPIA, a publicação de mais um número da Revista Ciência Geográfica, a edição XXVI - 2 é composta por 26 artigos, fruto de um projeto coletivo de muitas mãos, é uma edição especial composta por um esforço de integração de várias unidades acadêmicas, na busca de uma integração latino-americana, tendo contribuições de colegas de várias unidades acadêmicas de Norte ao Sul do continente Americano. Tendo como pano de fundo uma homenagem ao professor Milton Santos, que se torna realidade, pois, como disse o mestre Raul Seixas; *“Sonho que se sonha só é só um sonho... mas... sonho que se sonha junto é realidade.”*

*“Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como agentes principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado, participe das novas massas, e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. Os pobres não se entregam e descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta; a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia”*

Milton Santos

Foz do Iguaçu, 06 de junho de 2022.  
Zeno Soares Crocetti

---

# LETTER TO THE READER

## The rematch of the Dream

*“The man is very useful. He knows how to fly, he knows how to kill.  
He has, however, one flaw: He knows how to think...”  
(Bertoldt Brecht)*

If it were otherwise, maybe it wouldn't hurt so much. I think seriously about UTOPIA. If I repress it, I cry, if not, at least a messed up hair. Anyway, a change. Perhaps this is what worries me most lately: to rescue from this anonymity, from this alienation imposed by those above, a controversy. Only one. A little rant to remind you that life is not just about expectations – laughter from the owner of the dog who wags his tail, satisfied with blue or unhappy with the possibility of red (Ah, that damn color...).

After this pandemic, this disastrous political cycle for Brazil, I believe that we will live an intense political process in Brazil, a new rupture, it has already become a cliché, but not unnecessary to remember. The apex was Dilma's impeachment, but we also experienced the death of Marielle Franco; the 80 shots in the musician's family car in Rio de Janeiro that kills Evaldo Rosa; massacre in Jacarezinho, 28 deaths; Police operation and 23 dead in Vila Cruzeiro; Moïse's death at the Kiosk; Genivaldo and the gas chamber; the trawlers, and, no matter how many weapons we acquire, locks and padlocks we put on our doors and windows, somewhere we still hear the screams of the CASA Foundation boys and so many other children who die every minute.

The world? It goes from Ukraine to the worst. Ultraliberalism can no longer hide its ills. The break that the Berlin Wall suggested to us only reveals even more the obscenity of our western world today; without utopias, it doesn't make sense to talk about freedom to free men, does it! Where happiness is sold to us daily by screens. An uncontrollable swarm of multiplicities and particularisms! A society that robotizes and atomizes individuals in the name of some misconceptions, such as: “freedom” (“Be yourself: take guarana!”), or “equality” (“This computer is for the generation that was born to rule” ), or, perhaps, “fraternity” (“the important thing is to take advantage of everything!”).

Founded on words, this is, after all, our century: whether impalpable, indescribable, fluid, inconceivable or, what is worse, cruel, is what we have at the moment. In it we live and on it, in the small intervals in which we grudgingly turn off the APP on our cell phone, we speculate, we discuss and then (why bother, isn't it!), we return well-behaved to our places: the rhetoric never really demanded big actions. !



---

And how do we live in this 21st century?

We live to be citizens. Being a citizen is, above all, understanding that we do not belong to ourselves, but to the community in which we are inserted. In this sense, we exercise citizenship as an entity, we enforce and respect differences in positions and work together in the pursuit of our utopias.

Therefore, conjecture is not enough. Society demands our commitment and performance.

It is the men themselves who create their history. In the twentieth century, this truth was understood by most of those who thought about the causes of historical development. In our days it is becoming more and more evident that the future of humanity depends precisely on the activity of men and women.

What about us at AGB/Bauru? We contribute to this commitment to acting and exercising citizenship, bringing to light yet another UTOPIA, the publication of another issue of the Revista Ciência Geográfica, the XXVI - 2 edition consists of 26 articles, the result of a collective project of many hands, it is a special edition made up of an effort to integrate several academic units, in the search for Latin American integration, with contributions from colleagues from various academic units from North to South of the American continent. With the backdrop of a tribute to Professor Milton Santos, which becomes reality, because, as master Raul Seixas said; *“A dream that you dream is just a dream... but... a dream that you dream together is reality.”*

*“We are convinced that the historical change in perspective will come from a bottom-up movement, with underdeveloped countries as main agents and not rich countries; the disinherited and the poor rather than the wealthy and other obese classes; the liberated individual participates in the new masses, not the man in chains; free thought and not single speech. The poor do not surrender and discover new forms of work and struggle every day; the seed of understanding is already planted and the next step is its flowering in attitudes of nonconformity and, perhaps, rebellion”*

*Milton Santos*

Foz do Iguaçu, June 06th, 2022.

Zeno Soares Crocetti

---

# MILTON SANTOS Y SU PENSAMIENTO CRÍTICO

MILTON SANTOS AND HIS CRITICAL THINKING

MILTON SANTOS E SEU PENSAMENTO CRÍTICO

Alfredo César Dachary<sup>1</sup>

**RESUMEN:** Una de las categorías medulares de la geografía es el espacio, y en este trabajo consideramos que el aporte que Milton Santos realiza en este sentido ha sido muy importante para los estudios que hemos realizado en Quintana Roo, México, al analizar un territorio, aparentemente vacío o mínimamente poblado, aunque con un pueblo maya disperso en la selva y camino a transformarse en un Estado y más tarde en el centro turístico más importante del Caribe mexicano: Cancún. En el tema del turismo, Milton Santos escribe sobre los temas centrales, desde el espacio al paisaje, desde el territorio a los imaginarios de las ciudades y las tecnologías, una base importante para desafiar las visiones individualistas del turismo que pretenden solo ser un negocio y no un fenómeno social complejo por sus consecuencias.

**Palabras clave:** Milton Santos. Espacio. Paisaje. Turismo.

**ABSTRACT:** One of the principal categories of geography is space, and in this work we consider that the contribution that Milton Santos makes in this sense has been very important for the studies that we have carried out in Quintana Roo, Mexico, when analyzing an apparently empty territory or minimally populated, although with a Mayan town scattered in the jungle and on its way to becoming a State and later the most important tourist center in the Mexican Caribbean: Cancún. On the theme of tourism, Milton Santos writes about the central themes, from space to landscape, from territory to the imaginary of cities and technologies, an important basis for challenging individualistic visions of tourism that claim to be only a business and not a complex social phenomenon due to its consequences.

**Keywords:** Milton Santos. Space. Landscape. Tourism.

---

<sup>1</sup> Centro Universitario de la Costa / Universidad de Guadalajara – México. E-mail: alfredocesar552@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2022 e aceito para publicação em maio de 2022.

**RESUMO:** Uma das categorias centrais da geografia é o espaço, e neste trabalho consideramos que a contribuição de Milton Santos nesse sentido foi muito importante para os estudos que realizamos em Quintana Roo, México, ao analisar um território aparentemente vazio ou minimamente povoada, embora com uma cidade maia espalhada na selva e a caminho de se tornar um Estado e depois o centro turístico mais importante do Caribe mexicano: Cancún. Sobre a temática do turismo, Milton Santos escreve sobre os temas centrais, do espaço à paisagem, do território ao imaginário das cidades e das tecnologias, base importante para desafiar visões individualistas do turismo que pretendem ser apenas um negócio e não um complexo social. fenômeno devido às suas consequências.

**Palavras-chave:** Milton Santos. Espaço. Paisagem. Turismo.

## INTRODUCCIÓN

La relación entre la geografía y el turismo está en la base de esta actividad, no definida como disciplina, aunque hoy tiene vigencia en prácticamente todo el planeta, transformándose en uno los mecanismos de acumulación y recolonización más eficientes en un tiempo muy difícil que vivimos: el neoliberalismo.

Los estudios pioneros que se realizaron en Francia le dieron un giro al turismo, inicialmente dominado por el tema del extranjero que viaja, algo exótico pero real, ya que el hombre rompió sus cadenas que lo ataban a la tierra con el nacimiento del primer transporte mecánico y público, que fue el ferrocarril, aunque los barcos se le anticiparon, pero movían un grupo menor de personas en relación a lo que hacía el ferrocarril.

La escuela francesa, operada por geógrafos, colocó en el centro del problema al territorio, el espacio y el paisaje, tres temas centrales en el turismo y con ello logró sentar las bases de un enfoque más realista de esta actividad, que transforma el territorio, crea paisajes y reconfigura ciudades.

Por ello, para los que venimos de otra disciplina, el trabajo de Milton Santos, este importante geógrafo brasileiro, que se formó en Brasil y luego viaja a Francia y tuvo actividades principalmente en la segunda parte del siglo XX, fue fundamental ya que nos abrió el panorama del turismo que inicialmente fue limitado al ocio, el sol y la arena, algo que venía de los pioneros, los higienistas, antesala de la medicina naturalista.

A los textos de Santos llegamos por dos vías: colegas del Departamento de Geografía de Guadalajara y el geógrafo cubano Gladstone Oliva, que radicaba en Guadalajara por convenio con la Universidad de la Habana. Ambas vertientes fueron fundamentales en los trabajos sobre regiones, polos, corredores y destinos turísticos y sus impactos en el territorio, el paisaje.

En nuestro caso, estos temas nos han acompañado en diferentes partes de la carrera académica, que hemos desarrollado en México y parte en Argentina y cuyo tema central ha sido el desarrollo del turismo, no desde la perspectiva de la operativa del negocio, sino del desarrollo de éste en la creación de polos o destinos turísticos, en corredores y regiones turísticas, donde se dan grandes transformaciones del territorio y los impactos

de orden social, económico y ambiental, en las sociedades de acogida o en las nuevas que pueblan los inmigrantes que van a construir estas nuevas ciudades del ocio.

Una de las categorías medulares dentro de la geografía es el espacio, cuyas observaciones y resultados parten de un sistema descriptivo y cualitativo de las relaciones sociales y su entorno.

Es importante repensar las interrelaciones y las prácticas territoriales propias de la dinámica social, una relación recíproca entre los procesos de transformación de las estructuras sociales y el individuo con relación al espacio.

Los esfuerzos interpretativos van desde la búsqueda de conceptos, asociaciones y aplicaciones sobre la dinámica social, hasta interrogarse sobre el papel del espacio - tiempo y su lugar en el proceso de construcción de una base para la geografía.

En el texto “La naturaleza del espacio”, Milton Santos retoma los clásicos debates sobre la configuración social del espacio, su funcionamiento y estructura, haciendo la debida aclaración de que la definición o pertinencia de cada concepto variará de acuerdo con el momento histórico en que se desarrolla.

Milton Santos aborda uno de los problemas principales de la geografía: identificar la naturaleza del espacio y encontrar las categorías de análisis que permitan estudiarlo. Esto supone encontrar aquellos conceptos, asociaciones y aplicaciones que puedan operar sobre la dinámica social; lo que constituye un ejercicio de análisis complejo, cuya intención intenta revelar aquellas categorías que, en muchos de los casos, aparecen separadas del corpus de la geografía, tales como la conocida unión entre espacio - tiempo, la importancia del lugar y el espacio en el proceso social y, finalmente, la propia delimitación y pertinencia de la geografía en el momento actual.

El parte de la noción de espacio como aquel conjunto indisoluble de sistemas de objetos y sistemas de acciones, en el que confluyen categorías analíticas como: el paisaje, la configuración territorial, la división territorial del trabajo, el espacio producido o productivo, las rugosidades y las formas contenidas.

De esta manera, el autor nos incita a reconsiderar el debate sobre problemas como la región, el lugar, las redes, las escalas, el orden local y global.

Asimismo, hace patente el reconocimiento de procesos básicos externos al espacio como: la técnica, la acción, los objetos, la norma y los acontecimientos, la universalidad y la temporalidad, la idealización y la objetivación, los símbolos y la ideología.

Para Santos, el espacio adquiere contenido a partir del reconocimiento de los vínculos entre el individuo y la sociedad; parte de la idea de que es en el espacio donde confluyen relaciones de carácter funcional, de interdependencia, de selección, de reproducción, de sustitución o de cambio, cuya actuación se refleja en diferentes escalas, niveles y tiempos.

La dinámica socio territorial está funcionalmente ligada a los cambios propios del espacio, es decir, a las manifestaciones, procesos y articulaciones, de los sistemas sociales.

Estas concepciones fueron muy importantes al analizar un gran territorio aparentemente “vacío”, como Quintana Roo (México), o mínimamente poblado, aunque con un pueblo maya en la selva, y camino a transformarse en un Estado y luego en el centro turístico más dinámico de la cuenca del Caribe: Cancún.

El tema del espacio ocupado por una baja densidad de población, que tenía como contraparte grandes extensiones de cocales manejados por una o dos familias, generaba un paisaje excepcional, que los empresarios y promotores lo interpretaron mal, porque lo vendían como inalterado, ocultando que los cocales son plantados la mayoría de las veces por el hombre, y la planta es de la India, en esa región en las costas dominaba la uva de mar y los cocos arriban navegando en el mar.

Las grandes extensiones de cocales, la baja densidad de las localidades y pobladores en las costas y la población maya aislada y semi oculta desde el fin de la guerra de castas en 1902, vendía la idea de un paisaje prístino y no sembrado por el hombre, no explotado por las empresas forestales y las grandes madereras.

Mientras que las cooperativas chicleras distribuían a sus hombres en temporada de secas en medio de la selva tropical, a las cuales llegaban combinando barcos de vela con las grandes caminatas por esta selva.

Para Milton Santos, el paisaje es el dominio de lo visible, lo que abarca la vista. No solo está formado por volúmenes, sino también por colores, movimientos, olores y sonidos. La dimensión del paisaje es la dimensión de la percepción, que llega a los sentidos.

Esto nos ayudó a poder evadir la idea prístina del paisaje que pretendían darle los agentes promotores. La costa ocupada de muchos siglos atrás es un rosario de grandes monumentos, antiguos faros de fuego, que marcaban un quebrado en el arrecife para poder pasar con la canoa a la costa, ya que los mayas fueron grandes navegantes y comerciantes entre las islas y el istmo y otras veces por tierra.

Trabajamos para lograr la declaración de la Reserva de la Biosfera de Sian Ka'an, como una reserva y en el trabajo nos recordaba siempre la idea del paisaje cuando los biólogos europeos y norteamericanos venían a buscar semillas, germoplasma y pretendían siempre que los acompañemos a los pueblos y allí escuchaban en primera voz, el uso, las características, el valor de esas plantas o semillas, una visión diferente a la que realizó Linneo al clasificar primero las plantas, luego los animales y al final hombre, algo que despojaba del sentido a las especies, se les ponía un nombre en latín, para que nadie lo entienda y se lo llevaban a estudiar, para registrarlo y poder hacer negocios con las mismas. La clasificación, como la cartografía, ratifica la presencia y el poder colonial en los diferentes territorios.

La construcción de la cartografía del XVI al XIX fue como el orden que planteó Linneo, basado en la visión europea racista y asociada al inventario y sistema de clasificación, de plantas, animales y humanos, completó la visión ideológica articulada con la "historia universal", la idea bandera del colonialismo hasta la actualidad.

La universalidad del mundo se puede comprobar, según Santos, porque parte de la premisa de que lo colonizado y la metrópoli son una unidad formada por partes desigualmente articuladas donde una domina a la otra. La visión de Santos mantiene una relación más directa con la visión europea, cosa que ha cambiado mucho en la gran periferia neocolonial.

La producción agrícola, proceso productivo y marketing es el mejor ejemplo, ya que los europeos llevaron a la metrópolis la papa, la caña de azúcar, el caucho por un



lado y el chicle por el otro y los europeos además de enfermedades que desquiciaron a los pueblos, dejaron la presencia animal más impactante en América: el caballo y el vacuno, ¿quién se benefició? De allí que la universalización de los intercambios del capital y de su mercado es la de un desarrollo desigual y combinado como lo ha planteado Samir Amín.

El mundo de las mercancías, la contraparte de las sociedades frías y de la solidaridad en vez del comercio, herencia que acabó, entre otros con el tequio, el intercambio de trabajo en un pueblo.

Esta tercera afirmación es la base del capitalismo ya integrado a la sociedad, en la que se pasó del trabajo esclavo a la tienda de raya y de allí al libre mercado, dominado por los precios y del dinero como mercancía - patrón de las finanzas y de las deudas.

El modelo de utilización de los recursos por medio de una universalización racional de las técnicas, esto es una utopía, lo que se universalizó fue el trabajo mal pagado, una forma de mantener el control del mercado y de la gente.

La universalización del trabajo, es decir, del mercado de trabajo y del trabajo improductivo, dos etapas del capitalismo, que ya están en sus momentos finales ante el avance de la tecnología que reemplaza la fuerza de trabajo humano y la economía de la auto explotación hoy llamada colaborativa, como Airbnb y Uber, entre otras economías de plataforma.

El ambiente de empresas y de las economías es un tema del pasado; hoy las reglas han cambiado y desde el trabajo híbrido al solamente a distancia y de éste al presencial hay muchas formas de integrarse, y cuando más difícil es el sistema nos hace creer que hay más libertad.

La sociedad de consumo unifica paisajes urbanos y paisajes culturales a través de los gustos, del consumo y de la alimentación, la contradicción del presente es la obesidad, como una forma de enfermedad de la pobreza, mala alimentación, a diferencia del pasado que era un símbolo de riqueza.

De una racionalización al servicio del capital, erigida en moralidad igualmente universalizada, un tema que navega en sus límites ante los cambios que implica la sociedad digital del capitalismo de la vigilancia.

Este fue la meta de la globalización, la universalidad de una ideología mercantil, concebida desde el exterior, pero la nueva realidad que vivimos pone muchas sombras a este modelo y plantea más la visión de la desglobalización que implica una desuniversalización de las reglas que dominan el mercado.

Una genialidad como universalización del espacio, hoy va camino al cambio con nuevos espacios nacidos de un mundo paralelo: el digital.

La sociedad mundializada es una realidad, pero en el futuro hay opciones no solo diferentes sino contradictorias, según sea el papel del humano en la nueva sociedad.

El hombre está amenazado por una alienación total que implica una pérdida sistemática de poder, como lo plantean las nuevas teorías del fin del humanismo del libre albedrío y su reemplazo por una unificación de la vida y lo tecnológico en un patrón común, todo es reducible a algoritmos, antes almas, pensamiento.

Vivimos en un mundo donde la ley del valor mundial rige la producción total, por medio de las producciones y técnicas dominantes. Los Estados que se han multiplicado se suman y son una barrera para consolidarlo.

Esta visión hoy es cuestionada ante la emergencia de nuevas generaciones de hijos de las colonias que estudiaron en las metrópolis y entendieron el papel racial de las historias y más de los fenómenos sociales, ya que el racismo es obra central para los europeos, que a la conquista material la complementaron con la visión académica, que le daba más fortaleza, aunque se trataba de una auto justificación de estos hechos anómalos e inmorales.

## **EL COMPROMISO DE MILTON SANTOS**

El compromiso de Milton Santos, anterior a la aparición y el desarrollo de la llamada “Geografía radical” a comienzos de los años setenta, le llevó a implicarse en tareas de asesoramiento y colaboración con las fuerzas políticas de vanguardia brasileñas que se plantearon la introducción en la sociedad brasileña de ciertos cambios e innovaciones, pero la “Revolución de los generales” (1963) cortó radicalmente tales intentos de transformación y lo condujo al destierro.

Siguió colaborando en revistas y en contextos muy distintos, como *Tiers Monde*, *Antípoda* y *Heródoto*, entre otras. Dio asesoramiento y planeación regional en numerosos países del Tercer Mundo, tanto en Iberoamérica (Venezuela) como en África (Argelia, Guinea-Bissau y Tanzania). Todo ello culminó en sus tareas de consultor de la ONU, la UNESCO, la OIT y la OEA. Algunas de sus investigaciones más fecundas y muchas de sus publicaciones más conocidas tuvieron como punto de partida y base de apoyo tales experiencias.

En su compromiso científico y vital, Milton Santos ha mantenido una rotunda independencia ideológica. Conocedor profundo de los planteamientos marxistas, se ha manifestado muy crítico de su dogmática ortodoxia y, conviviendo con una economía liberal y capitalista, nunca ha evitado su crítica rigurosa.

Desarrolló una especial sensibilidad metodológica que, partiendo de que “lo nuevo no se inventa, se descubre” y de una llamada constante a la “multidisciplinariedad”, se ha preocupado sobre todo de convertir el “espacio” en fundamento del trabajo geográfico, permitiéndole alejarse de una de sus más duras metáforas: “la geografía, viuda del espacio”.

## **UN PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO**

A partir de la segunda postguerra, los economistas hablan de un tercer modelo de capitalismo, el de la organización de la sociedad de masas, pero con cambios esenciales (social democracia), aquí comienza el cambio hasta los 70', crisis del capitalismo y neoliberalismo y en paralelo aparece la “ilusión tecnológica”, con una transformación total de la vida humana.

La ciencia precede a la técnica, aunque esta última crece a nivel mundial, pero la ciencia se compromete al servicio de la producción, a través de la tecnología, que se adelanta al agotamiento de los nuevos capitalismos y sientan la base de uno tecnológico, que inicialmente lo denominan como la 4ª. Revolución Industrial.

Un hecho capital en el seno de las Ciencias Sociales es hoy la descripción y valoración socio-espacial de lo que se ha dado en llamar globalización. Es bien conocido que existe

una corriente devaluadora de la dimensión espacial en las Ciencias Sociales que tienden a presentar conceptos tales como globalización, telemática, economía informacional, etc. como procesos ajenos al espacio, desvinculados de los lugares.

Aquí encontramos un importante cruce con Lewis Mumford, que está con la visión de David Noble en un punto central en el cual coincide Santos en que la tecnología, la religión y la sociedad son los grandes organizadores. De allí que hoy la fascinación actual por la tecnología, la verdadera medida real del conocimiento moderno, está enraizada en mitos religiosos y en un imaginario antiguo.

Mumford lo aplica a la mega máquina, obra de miles de personas que están coordinados por una burocracia, vigilados por el ejército y convencidos de sus dioses y el rey con el grupo sacerdotal, fórmula del éxito en la construcción de las grandes pirámides, como la de Keops.

Y es que, en el fondo, en los científicos, su inspiración yace en una imperecedera búsqueda mística de la trascendencia y la salvación.

Hoy, en el siglo XXI, hay una fe ciega en el avance tecnológico y el triunfo definitivo de la razón, ese resurgimiento de la fe fundamentalista es similar a un renacimiento religioso. Los seres humanos siempre han construido mitos colectivos con el objeto de cohesionarse, controlar y dar un sentido a la experiencia compartida.

## **MUNDIALIZACIÓN PERVERSA Y LA PERVERSIÓN DE LAS CIENCIAS**

- Santos percibe a la mundialización como perversa:

Concentración y centralización de la economía y por eso también concentra el poder político, ha llegado a tal magnitud que unos 2,500 milmillonarios poseen riqueza igual al 80% de la población, según el estudio anual que realiza OXFAM (2021).

La cultura de masas ha llegado a despojar al hombre de una cultura que lo identificaba con posiciones y acciones; hoy en la inmediatez que plantean los medios, la verdad a partir de falsedades que se promueven en las redes sociales han logrado sacar al hombre de ese compromiso y atarlo a la inmediatez que solo es posible en el consumo superfluo, cuya satisfacción es más corta que la vida de las personas, cuya extensión de uso se programa poder cambiarla por un nuevo modelo.

La cuantificación de la burocracia es también un fenómeno factible de hacer, pero que ha entrado en “crisis de uso”, la pérdida de los trabajos no son solo los industriales también lo son empleados del Estado y otros organismos.

La fuerte centralización de las decisiones y de la información estimulan las desigualdades entre países y clases sociales, así como la opresión y la desintegración del individuo, que ha perdido en este nuevo camino la brújula.

La sociedad global genera crisis globales, que no siempre se superan, como la del 2008 que aún ha dejado impactos que se suman a la actual post-pandemia.

Cuando la ciencia se deja subordinar por la tecnología, cuyos objetivos son más económicos que sociales, ésta se vuelve tributaria del poder hegemónico y genera una nueva creencia: la tecnología.

Por ello es que el trabajo científico se ve despojado de su contenido teleológico debe realizarse de una forma puramente pragmática, para atender a los que pagan o ponen fondos para hacerla. Cuando el trabajo científico debe atender objetivos utilitariamente establecidos, tenemos ante nosotros el divorcio entre teoría y práctica.

## **LAS POSIBILIDADES DE LA CIENCIA DEL HOMBRE**

Hoy la ciencia tiene preocupaciones utilitaristas e inmediatistas, pero a su vez hay otra tendencia: mientras la mitad se vuelve productiva, la otra mitad aumenta la importancia del hombre, es decir, de su saber en el proceso productivo, esto permite un conocimiento más amplio y profundo del planeta: permite un redescubrimiento del hombre y las enormes posibilidades que contiene la propia actividad humana que se revaloriza al servicio de la humanidad.

Mientras se consolida el poder tecnológico aumenta la responsabilidad de las Ciencias Sociales, que comienzan a ser desbordadas por una nueva ciencia.

- El redescubrimiento de la naturaleza y el hombre debe atribuirse a las disciplinas naturales, biológicas o exactas, o sea, las ciencias “duras”.
- Son las Ciencias Sociales las que se transforman en ciencia base para la construcción voluntaria de la historia. ¿Cómo?, se amplía su base filosófica de tal modo que sus preocupaciones teleológicas, no constituyan un obstáculo a la fiel transcripción de los fenómenos.
- Teleológico es un adjetivo que denota la cualidad de indagar en el sentido último de la realidad, de la vida o de los seres. Es relativo a la teleología, una rama de la Filosofía que se encarga de estudiar o reflexionar a propósito del fin último de la existencia.

## **MILTON SANTOS Y LA CIUDAD**

El vasto análisis de Santos con un eje en la Geografía se incluye en la constitución del concepto de “medio técnico-científico-informacional”, categoría de análisis de manifestación del espacio geográfico en el período de la globalización.

El desafío del entendimiento del mundo, en el final del siglo XX, al cual se dedica el autor, señala la constitución de una racionalidad del espacio como consecuencia de las condiciones del mundo contemporáneo y coloca una interrogante importante: ¿qué es lo que mueve al mundo en su proceso de transformación?

En el centro del proceso, la globalización, pero ésta es, para Santos, una metáfora, cuyo contenido se realiza concretamente en el plano de los lugares.

Este proceso permite la creación de una nueva división internacional del trabajo necesita “volver aún más artificial el ámbito de la vida y del trabajo, así como la propia vida”, lo que lleva a la mundialización de los lugares.

La ciudad, vinculado a lo local, se revela, mostrando el movimiento de la globalización, que aparece; para él es como un nuevo paradigma.

La globalización, mucho más que cualquier otra antes de ella, exige una interpretación sistémica cuidadosa de modo que permita que cada cosa sea redefinida en relación con el ámbito planetario.

Milton Santos plantea que la Geografía no puede ignorar la constitución de un espacio planetario complejo, frente a las profundas y serias transformaciones globales y se vuelve necesario reflexionar sobre las formas como esos procesos mundiales se constituyen en el caso del espacio brasileño.

La globalización muestra el papel central que el espacio tiene en la explicación del mundo moderno, oponiéndose a la idea común de que ella viene acompañada por un proceso de desterritorialización.

El orden global busca imponer en todos los lugares su racionalidad, más este proceso es profundamente desigual y contradictorio, reproduciéndose en el Tercer Mundo “como una perversidad”.

La globalización viene de afuera como un dato absoluto, abstracto, impuesto brutalmente, de modo indiscriminado a las sociedades y a los territorios, instalándose como una nueva forma de usos del territorio, imponiéndole modificaciones rápidas a los contenidos y cambiando todas las relaciones mantenidas dentro de un país, ya que el territorio es siempre unitario.

La sociedad en proceso se realiza sobre una base material, de este modo, el análisis del lugar gana una atención especial como categoría de análisis; es el lugar que atribuye a las técnicas el principio de realidad histórica relativizando su uso e integrándolas al conjunto de la vida.

## GEOGRAFÍA

La geografía se basa en una paradoja. La síntesis está al orden del día; cualquier artículo consagrado a la naturaleza de la geografía, todos los libros de reflexión o de metodología, subrayan con insistencia que el rasgo distintivo de esta disciplina, su originalidad fundamental y su característica exclusiva residen en la síntesis, palabra que resume al máximo sus ambiciones y su “vocación”.

Los miembros de los tribunales que califican los trabajos de geografía regional no encuentran, en sus informes, palabras lo bastante duras, irónicas o despreciativas, para fustigar a los desafortunados candidatos que hayan recurrido al famoso “plan por archivadores” (*Plan á tiroirs*) en el que se suceden, según un orden inmutable, los epígrafes dedicados al relieve, al clima, a la vegetación, a la población, a la agricultura, a la industria y a las ciudades. Y, sin embargo, es un trabajo completamente distinto lo que se les pide.

El geógrafo sitúa en primer plano de su investigación las relaciones entre la localización, la organización y la diferenciación espaciales. Ordena las estructuras organizadoras del espacio y descompone los sistemas que las rigen. En el mismo sentido que esta declaración de Olivier Dolifus, Jacqueline Beaujeu Garnier escribe que el método geográfico apunta al análisis de un trozo de espacio concreto, es decir, a la búsqueda de todas las formas de relaciones y de combinaciones que pueden existir entre la totalidad de los diversos elementos en presencia.

Esta es la geografía global, la geografía, en una palabra; hay que repetir e insistir en que es el trabajo por excelencia del geógrafo, es decir, la síntesis.



Estas son las intenciones claramente expresadas. Pero ¿qué ocurre en la práctica geográfica? Los manuales de enseñanza, tanto secundaria como superior, las colecciones de geografía regional y las tesis no parece que respeten tales principios.

## CONCLUSIONES

El trabajo de Milton Santos abarca varias direcciones en un proceso de transformación o consolidación de la geografía en el siglo XX, momento histórico donde emergen las revoluciones, desde el marxismo y las revoluciones anticoloniales de diferentes magnitudes en la segunda parte del siglo XX, teniendo como tragedia, el poder consolidado del imperio, lo que generó muchos baños de sangre en América, Caribe, África y Asia, además de los millones de muertos y desaparecidos en la Segunda Guerra Mundial.

La crisis de las Ciencias Sociales, que desde la segunda parte del siglo convive con los movimientos anticoloniales en sus nuevas versiones, la visión amplia de Milton Santos incide en los planteamientos de modernizar y crear un pensamiento post-colonial en los países colonizados, saqueados y alterados en su composición demográfica por los genocidios directos e indirectos, y las políticas de negación de leguas, religiones y racismo, a veces disfrazadas como religión, otras veces como ciencia.

En el caso del turismo, Milton toca los temas centrales desde el espacio al paisaje, desde el territorio a los imaginarios de las ciudades y las tecnologías, una base importante para enfrentar las visiones individualistas del turismo solamente como un negocio entre partes y no un fenómeno social complejo por sus implicaciones y significados hasta la actualidad.

Hoy retoma vigencia la concepción del espacio y el paisaje cuando la sociedad, luego de una inmersión prolongada no planeada en el mundo digital, un espacio en colonización. Para ello, hoy Facebook o Meta, prepara el Metaverso, la inmersión en un mundo paralelo lo que se accedería con anteojos de realidad virtual.

Un nuevo mundo comienza a sustituir al viejo mundo homocentrista y el remplazo es una sociedad tecno-centrista, donde la desvalorización del humano es la nueva amenaza camino a convertirse en realidad y el dominio de las tecnologías ocuparán el lugar que tuvo el humano, pero potencializado, más allá de lo expresado en el libro “1984”.

## REFERENCIAS

- SANTOS, M. **De la totalidad al lugar**. España. Oikos-tau. 1996.  
SANTOS, M. **Metamorfosis del espacio habitado**. España. Oikos-tau. 1996.  
SANTOS, M. **La naturaleza del espacio**. España. Ariel. 2000.

---

# **AS 7 VIDAS DO IMPÉRIO ESTADUNIDENSE (ESTADOS UNIDOS: HEGEMONIA DECADENTE?)**

**THE 9 LIVES OF THE US EMPIRE  
(UNITED STATES: DECADENT HEGEMONY?)**

**LAS 7 VIDAS DEL IMPERIO AMERICANO  
(ESTADOS UNIDOS: ¿DECADENCIA HEGEMÓNICA?)**

**Zeno Soares Crocetti<sup>1</sup>**

**RESUMO:** A decadência do imperialismo entre 1983 e 2013 modificou a análise do globalitarismo neoliberal. A teoria do imperialismo explica a polarização global da renda pela transferência sistemática de recursos dos países periféricos para os capitalistas do centro. Em 2020 pode ter chegado ao fim a configuração territorial construída pelo modelo econômico neoliberal da globalização, que foi hegemônico nos últimos 40 anos sob o comando do setor financeiro global. Este modelo de “deslocalização” da produção de realocação de processos de negócio de um país para outro possibilitou uma dinâmica nova ao crescimento da produção de bens e serviços e do comércio mundial, com critérios exclusivamente determinados por fatores de aproveitamento, uso do território geográfico, ancorados exclusivamente do paradigma do lucro e condições de competitividade material internacional dos produtos (bens e serviços) e das empresas, ou seja, o funcionamento do capitalismo como conhecemos chegou ao fim?

**Palavras-chave:** Imperialismo. Neoliberalismo. Globalização e desglobalização.

**ABSTRACT:** The decline of US imperialism between 1983 and 2013 changed the analysis of neoliberal globalitarianism. The theory of imperialism explains the global polarization of income by the systematic transfer of resources from peripheral countries to capitalists in the center. In 2020, the territorial configuration built by the neoliberal economic model of globalization, which has been hegemonic for the last 40 years under the command of the global financial sector, may have come to an end. This model of “relocation” of production and reallocation of business processes from one country to

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território. Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos Ignácio Rangel (NEIR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0608-5079>. E-mail: [geocrocetti@gmail.com](mailto:geocrocetti@gmail.com).

Artigo recebido em agosto de 2021 e aceito para publicação em abril de 2022.

another has enabled a new dynamic for the growth of the production of goods and services and of world trade, with criteria exclusively determined by factors of exploitation, use of the geographic territory, exclusively anchored in the profit paradigm and conditions of international material competitiveness of products (goods and services) and companies, that is, has the functioning of capitalism as we know it come to an end?

**Keywords:** Imperialism. Neoliberalism. Globalization and deglobalization.

**RESUMEN:** El declive del imperialismo entre 1983 y 2013 cambió el análisis del globalitarismo neoliberal. La teoría del imperialismo explica la polarización global del ingreso a través de la transferencia sistemática de recursos de los países periféricos a los capitalistas del centro. En 2020 puede haber llegado a su fin la configuración territorial construida por el modelo económico neoliberal de globalización, que fue hegemónico en los últimos 40 años bajo el mando del sector financiero global. Este modelo de “relocalización” de la producción de reasignación de procesos comerciales de un país a otro posibilitó una nueva dinámica al crecimiento de la producción de bienes y servicios y del comercio mundial, con criterios exclusivamente determinados por factores de uso, uso del territorio geográfico, anclado exclusivamente en el paradigma de lucro y condiciones de competitividad internacional material de los productos (bienes y servicios). ) Y empresas, es decir, ¿el funcionamiento del capitalismo tal como lo conocemos ha llegado a su fin?

**Palabras clave:** Imperialismo. Neoliberalismo. Globalización y desglobalización.

*“Quanto menos se sabe, mais se é manipulado.  
A política se subordinou ao mercado totalmente, sem nenhum controle!”  
(CROCETTI, 2019)*

## GÊNESE

Em um período em que a especulação explodiu, os fluxos de capital estão remodelando as economias regionais, fugindo de alguns países e cravando os dentes em outros. No entanto, a experiência regional mostra que esses fluxos não são essenciais para o crescimento e podem ser regulados para o benefício do país quando há vontade política.

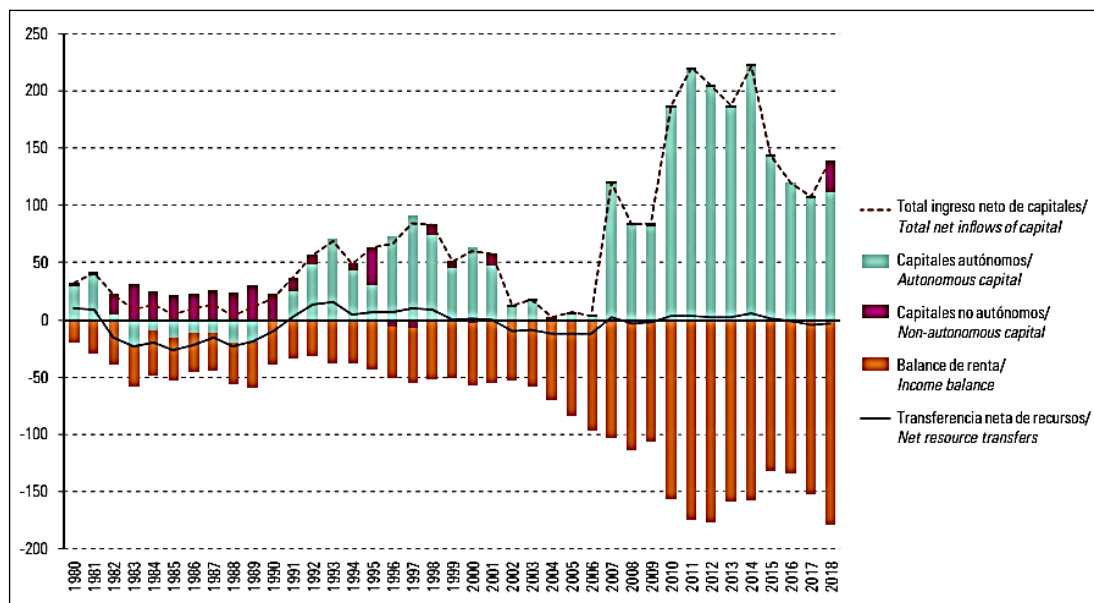
Em *As origens do totalitarismo*, Hannah Arendt (2009a) interpreta as origens da dominação total, o qual chamou de *emancipação política da burguesia*. O imperialismo é a compreensão burguesa da política, é a redução da política a um aparelho policial de repressão, em que a política deve ser a força policial bem organizada, conteúdo interpretativo também tratado por Louis Althusser (1970).

Ao analisar o totalitarismo e a banalidade do mal, Arendt (2009a) observa que os regimes totalitários tiveram como pressuposto a aniquilação das classes sociais, a atomização das pessoas e a uniformidade e homogeneidade sociais. No *loop* do tempo,

a curvatura da linha do tempo, o futuro está na linha paralela, bem próxima ao passado e ao presente, com uma grande possibilidade de haver um *loop* ou uma repetição de acontecimentos passados ou futuros. Estaríamos nós neste início de milênio tendo um efeito *looping* no caso da repetição do passado, com essa polarização e o avanço do fascismo em escala mundial?

A banalidade do mal consiste na recusa em examinar atos e ações inerentes à existência humana. Como antídoto à ascensão totalitária e à banalidade do mal, temos que preservar a capacidade de reflexão crítica, pois só a atividade autônoma do pensamento permite resistir à conversão ao mal. (ARENDT, 2009b).

Seguindo a trilha dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED), ou seja, investimento produtivo, e não investimento especulativo pode ser um bom exercício para compreender as mudanças drásticas que estão ocorrendo na América Latina e de certa forma muito particular na região sul-americana. O exercício pode antecipar ou confirmar que os investimentos estão focados nos bens de comuns, em particular a mineração e os hidrocarbonetos, gás e petróleo, mas surgem alguns elementos novos que mostram a capacidade do capital de desenhar sua própria geopolítica e impor-se aos mais diversos Estados e governos de todas as cores. Figura 1



1980-2018 (em bilhões de dólares a preços correntes de mercado).

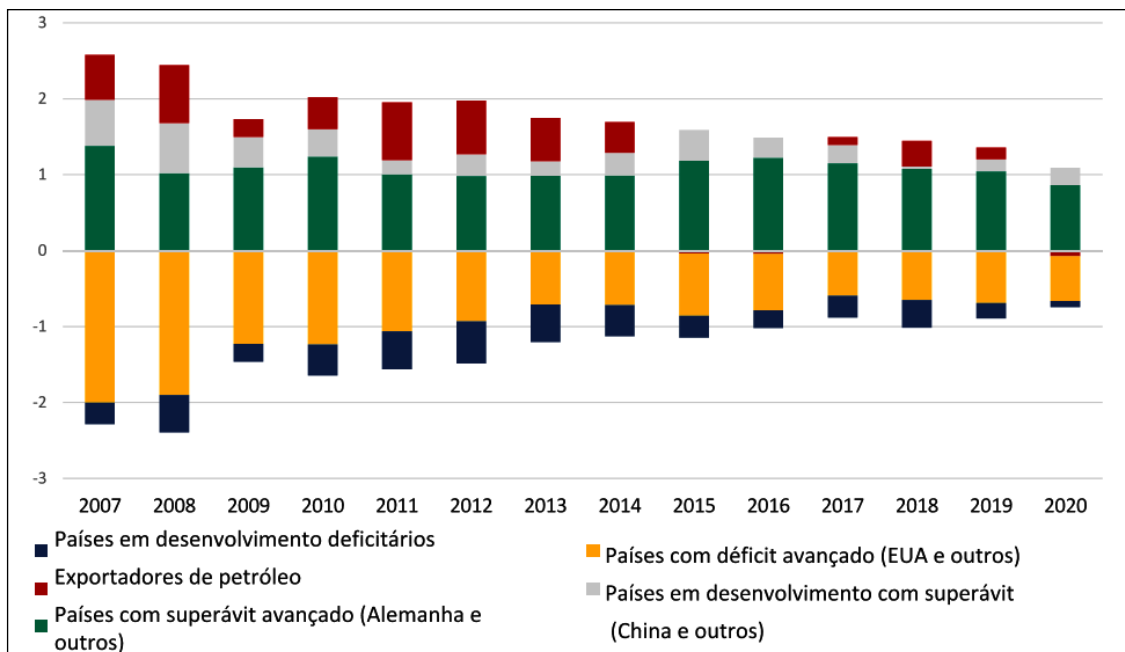
Fonte: CEPAL (2019).

**Figura 1.** América Latina: ingresso de capital e transferência de recursos.

Por que enfatizar os fluxos de capital e não a evolução da produção, do emprego ou das exportações? David Harvey, em entrevista para o jornal *Valor*, comparou o capitalismo com o corpo humano e os movimentos do capital com o sistema sanguíneo: “O capitalismo depende da continuidade dos fluxos de capital sem qualquer interrupção, pois por qualquer motivo, pode ter custos muito elevados” (Rodrigues, 2012). Embora esses fluxos estejam

sofrendo bloqueios, ele confirma que “esse corpo está crescendo e há uma expansão infinita das artérias do fluxo de capitais e de mercadorias” (RODRIGUES, 2012).

A autonomia da América Latina de 2002 a 2013 foi uma das regiões do mundo onde essa expansão foi mais visível. Em 2011, o IDE apresentou um crescimento de 34,6%, bem acima da Ásia onde cresceu 6,7% (CEPAL, 2010). Em números absolutos, os investimentos diretos na região pela primeira vez superaram os direcionados aos Estados Unidos e só foram superados pela Europa e pela Ásia. Pode ser que esses dados levaram o imperialismo dos EUA a fazerem nova intervenção na América Latina depois de 2013, derrubando governos (Honduras, Paraguai, Brasil e Bolívia) e fazendo intervenções no Chile, Equador, Peru e Argentina. Por outro lado, a soma das receitas registradas pela China e por Hong Kong é igual à recebida pelos Estados Unidos. Um conjunto de dados que não deixa dúvidas sobre as escolhas que o capital fez.



Fonte: CEPAL, 2020, com base no banco de dados do FMI, *Global Economic Outlook* (out. 2020).

Elaboração: CROCETTI (2021).

**Figura 2.** Os desequilíbrios globais podem levar a maiores protecionismo e crise. Principais grupos de países: superávits e déficits em conta corrente, 2007-2020. (Porcentagem do PIB mundial).

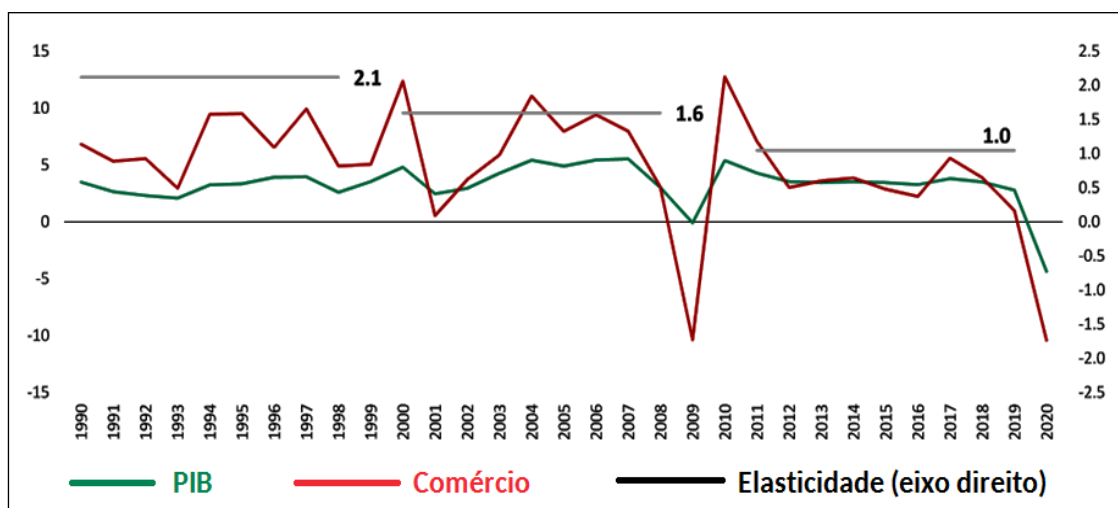
As mudanças que estão sendo registradas são parte de modificações de longo prazo na realidade global. A crise desencadeada em 2007/08 serviu de divisor de águas nesse sentido, mas o processo remonta ao fim do século XX. Em 2010, pela primeira vez desde que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) tem registros, ou seja, desde 1970, os países desenvolvidos receberam menos da metade de fluxos IDE globais. Até o final da década de 1980, as economias desenvolvidas atraíam 97% dos investimentos. Em 2005, as economias em desenvolvimento e emergentes já atraíam



12% dos fluxos globais, mas em 2010, em um cenário de forte queda dos fluxos de capitais no mundo, essas economias ultrapassaram a barreira dos 50% (UNCTAD, 2012).

Essa tendência se manteve estável até 2014, quando os investimentos na Europa cresceram quase 23% e os investimentos globais começaram uma lenta recuperação. Tudo indica que a crise é o momento em que as grandes tendências geopolíticas apresentam bifurcações e reviravoltas. Dessa forma, podemos ter certeza de que o mundo em desenvolvimento passou a desempenhar um papel decisivo e de certa forma central no novo mundo que se avizinha.

A análise da crise mundial do capitalismo tem um objetivo específico: fornecer validade empírica para a hipótese de que a causa das crises econômicas recorrentes e regulares ou quedas na produção, investimento e emprego nas economias modernas pode ser encontrada na lei de Marx da queda tendencial da taxa de lucro. Marx (1988), no livro 3, capítulo 13, de *O Capital* acreditou e concordamos que é “a lei mais importante da política econômica”.



Fonte: CEPAL (2020 com dados FMI 2020). Elaboração: CROCETTI (2021).

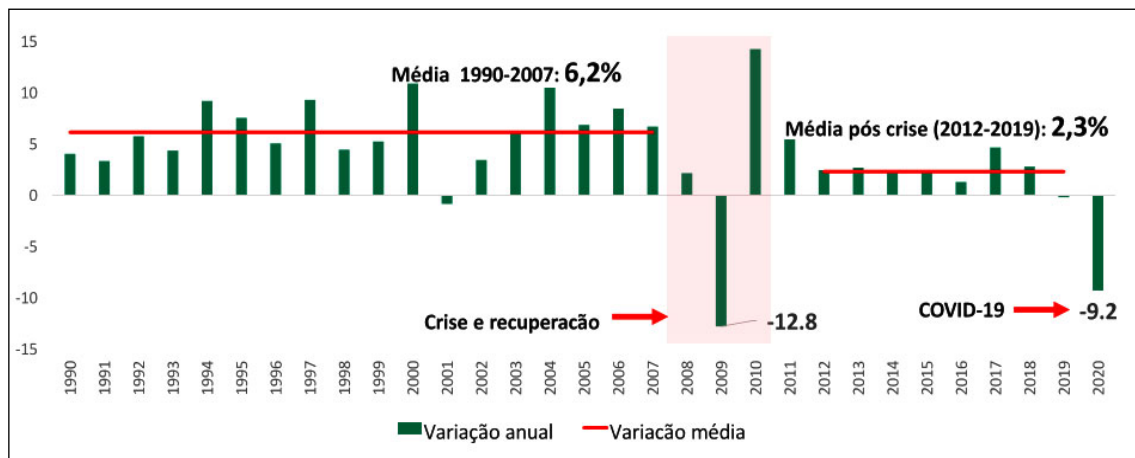
**Figura 3.** Comércio global e a dinâmica da desglobalização. Elasticidade do comércio do PIB (eixo direito) (Em percentagens). MUNDO: VARIAÇÃO ANUAL DO COMÉRCIO E DO PIB, ELASTICIDADE, 1990-2020.

Essa análise empírica tem consequências políticas. A lei revela que crises surgem da própria essência do capitalismo – a fundamental contradição inerente ao progresso tecnológico, o motor do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, que o progresso tecnológico, enquanto aumenta o trabalho, a produtividade, ao mesmo tempo, substitui o trabalho pelos meios de produção, diminuindo assim o valor da maior saída.

Se menos valor é gerado e mais-valia aumenta (ou seja, sempre que ocorre uma crise, aumenta a expropriação do trabalhador e há redução de custos, de salários ou congelamento dos salários, redução dos direitos trabalhistas), menos valor e mais-valia podem ser realizados.

Essa é a causa, a raiz da queda da lucratividade e das crises. Ela se revela como uma articulação complexa e mutante da tendência e da mudança de contratendências, que dão a cada crise suas características específicas. Mas se a causa subjacente é a mesma. A lei de Marx implica a verdade intragável de que as crises capitalistas não podem ser encerradas definitivamente sem acabar com o modo de produção capitalista em si.

A pandemia Covid-19 atingiu, com um devastador golpe, uma economia global já fragilizada e em decadência. Os bloqueios das cadeias produtivas e outras restrições necessárias para enfrentar a crise de saúde pública, juntamente com reduções espontâneas das atividades econômicas por parte dos consumidores e produtores, constituem uma combinação sem precedentes de choques adversos que está causando recessões profundas em escala global às economias de mercados do centro do sistema, nos países emergentes e na periferia do sistema (nos países em desenvolvimento, classificação da ONU e suas agências). Aqueles da periferia do sistema, os chamados *subdesenvolvidos*, que têm sistemas de saúde mais fracos; os que dependem fortemente de comércio global, turismo ou remessas do exterior; e aqueles que dependem de *commodities* nas exportações serão os mais afetados, conforme demonstrado nas Figuras 1 a 4.



Fonte: CEPAL (2020, com dados da OMC, projeção para 2020). Elaboração CROCETTI (2021).

**Figura 4.** A Covid-19 aumenta a queda do comércio de mercadorias, exceto alimentos e medicamentos. Variação anual. Variação média no volume do comércio mundial de mercadorias, 1990-2020 (em percentagens).

Além do impacto de curto prazo, a recessão profunda desencadeada pela pandemia pode deixar cicatrizes duradouras por meio de vários canais, incluindo baixos investimentos em inovação; erosão do capital humano, dos desempregados; e um recuo de comércio global e ligações de abastecimento. Esses efeitos podem muito bem diminuir o crescimento potencial do trabalho e da produtividade em longo prazo.

Indicadores de atividade econômica e comércio internacional têm revelado que o declínio recente da atividade econômica global é um dos mais acentuados e profundos já registrados. Os índices dos gerentes de compras caíram acentuadamente nas principais economias, e o sentimento global despencou. Os indicadores de comércio global, como o transporte de contêineres e o

novo componente de pedido de exportação dos compradores globais, experimentaram quedas historicamente grandes em 2020, com uma fraca recuperação no fim de 2020. Mas com a segunda e terceira onda de infecções e novas cepas, o cenário é catastrófico para 2021. Essas observações ficam evidenciadas pelos dados empíricos das Figuras 3 e 4.

## DO IMPERIALISMO CLÁSSICO AO IMPERIALISMO DE RAPINA

A globalização foi uma resposta aos fracassos do capitalismo, não a seus êxitos. Os Estados Unidos usaram seu controle das redes comerciais e financeiras para adiar o acerto de contas do seu próprio capital interno e, é claro, usa sua máquina de guerra para impor sua vontade!

Passaram o peso aos outros, movendo os capitais pelo mundo para buscar lucros e promovendo uma orgia de especulação financeira. A análise é da E. Wood (2014), para a qual, a globalização “não tem nada a ver com liberdade de comércio”, e o Estado “é hoje mais essencial do que nunca para o capital”, pois fornece estabilidade e previsibilidade.

Em *Nêmesis, os últimos dias da república estadunidense*, Chalmers Johnson (2008) afirma que “O imperialismo é uma forma de tirania [...] Nunca governa com o consentimento dos governados [...], falamos sobre a disseminação da democracia, mas falamos sobre a disseminação da democracia na ponta de um fuzil de assalto”.

A reestruturação da monopolização/financeirização do mercado, a precarização do trabalho, a denominada *uberização*, provocam um brutal desemprego estrutural, crises das representações políticas (que ainda segue em curso) e a crise ambiental. O Capital pode estar inaugurando uma nova fase de sua evolução, ainda mais predatória e que joga no lixo um pacto (de democracia rebaixada), agenda no pós-Segunda Guerra Mundial e colapsada com o fim do Bloco Soviético.

O número de publicações e de estudos acadêmicos nas mais diversas áreas das ciências humanas concernentes ao imperialismo e ao militarismo estadunidense cresceu tremendamente após os atentados ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, e ainda mais após a declaração de guerra ao Iraque, dando seguimento, de certa maneira, à Guerra do Golfo, travada cerca de dez anos antes. Não é à toa que a Guerra do Iraque foi chamada por muitos de “Segunda Guerra do Golfo”.

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (1976) faz uma reflexão sobre uma citação de Hegel:

a história se repete primeiro como farsa e segundo como tragédia. Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

Ou por outras palavras, é o *looping*, já registrado no início do texto. Porém, onde está a válvula para que o homem o controle? Será que um dia o homem terá esse controle?

Em seu livro, *As aflições do império*, Johnson (2007) faz uma interpretação singular, de quem participou como funcionário administrativo na CIA. Dedicar boa parte do livro para denunciar operações secretas e o fim da república imperialista dos EUA e disserta sobre, entre outras coisas, a criação de uma “Nova Roma” por parte dos Estados Unidos e a ampliação da área de atuação de suas bases militares ao longo do globo. Defende que os EUA criaram um império de bases, e que a manutenção desse império, longe de operar apenas por influência política, ideológica e econômica, é tocada por meio do poderio militar.

Ele apoia seus argumentos em uma série de dados, como o número de cerca de meio milhão de soldados, técnicos, espões, construtores civil espalhados pelas bases no exterior, entre outros. Resultado da imposição de zonas de influência na base da força, os gastos militares do governo estadunidense ultrapassam a soma dos de outros países militarmente poderosos juntos. Como compreender, então, o aval de, possivelmente, a maior parte da população do país em aceitar as despesas durante os conflitos?

Johnson (2007), assim como Noam Chomsky, Douglas Kellner, Carol Brightman e tantos outros, compreende que esse aval tem a necessidade de estar respaldado por uma propaganda massiva, objetivando criar medo e insegurança na população, de modo a aceitar passivamente gastos exorbitantes e agressões violentas à soberania de outros países em troca de uma suposta segurança, que a cada dia se mostra tênue. A suposta guerra contra o terrorismo não impediu que, no passar dos anos, outros atentados ocorressem.

Johnson (2007) dedica os primeiros capítulos a articular as relações entre a propaganda e o imperialismo estadunidense, buscando respaldo histórico ao citar a intervenção em Cuba, a guerra contra a Espanha após o afundamento do Maine e a paranoia incentivada pela imprensa quanto a esse fato, entre outras questões, além de citar o óbvio exemplo da Guerra Fria, responsável pelo crescente militarismo nos EUA, ao contrário da desejada desmobilização do exército após a Segunda Guerra Mundial. É desnecessário dizer que o acompanhamento das questões acerca da propaganda segue até meados de 2003 e adiante, demonstrando como se dá o aliciamento de jovens, exemplificando *slogans* sedutores e promessas carreiristas que um exército de voluntários com tanta demanda necessita para não apenas sobreviver, mas se expandir.

O terror doméstico da propaganda, durante a administração Bush Jr, acerca das supostas armas de destruição em massa iraquiana dava combustível à paranoia belicista. No início da ofensiva ao Afeganistão, praticamente todas as informações disponíveis ao público ou ao Congresso tinham origem no Pentágono, resultado da supressão de informações desfavoráveis ao governo.

O autor não deixa de estudar as questões econômicas envolvidas com o conflito. Não falo apenas a respeito de gastos excessivos e licitações cuja transparência é questionável, mas dos interesses particulares de diversos nomes do *staff* da administração do governo de George W. Bush. A ligação de alguns deles com a Chevron, Halliburton e outras companhias petrolíferas é um interessante indicativo de motivos escusos na empreitada militar ao Iraque, segunda maior fonte de petróleo acessível e barato do mundo.

Guerras e imperialismo são irmãos siameses unidos pelos quadris. Cada um se alimenta do outro. Não podem ser separados. O imperialismo é a maior causa da guerra, e guerra é a parteira de novas aquisições imperialistas. As guerras são feitas porque os líderes políticos convencem o povo que o uso da força armada é necessário para defender o país ou alcançar algum objetivo abstrato – a independência de Cuba da Espanha, prevenir uma vitória comunista na guerra civil coreana, manter as repúblicas das bananas da América Central no “mundo livre” ou mesmo levar a democracia ao Iraque. Para uma grande potência, travar uma guerra que não seja para defender a pátria requer geralmente bases militares no exterior por motivos estratégicos. Depois que a guerra termina, é forte a tentação de o vitorioso reter tais bases, e é muito fácil encontrar justificativas para isso. (JOHNSON, 2007, p. 215)

*As aflições do Império*, de Chalmers Johnson, é como uma continuação de seu aclamado livro anterior, *Blowback*. Na primeira obra, o autor adotou a suposição de que o governo estadunidense estava funcionando mais ou menos como fez durante a Guerra Fria, e destacou o potencial de conflito no Leste Asiático.

Ao evocar as clássicas advertências contra o militarismo – do Discurso de Despedida de George Washington à denúncia de Dwight Eisenhower acerca do complexo militar-industrial –, Johnson (2007) desvela suas raízes no passado remoto.

De volta ao presente, ele mapeia a expansão imperial das bases militares e a vasta rede de serviços que lhes servem de apoio. Oferece um olhar arguto à nova casta de militaristas profissionais infiltrados em vários setores do governo, que classificam de “secretas” quaisquer de suas atividades, e para quem a manipulação do orçamento militar é de vital importância.

## O IMPACTO DA PANDEMIA

Já no final do século XX no centro do capitalismo, Forrester nos provocava com seu livro *Horror econômico*!

Forrester não se deixa enganar pelo discurso do “pensamento único”, segundo o qual as maravilhas do capitalismo pós-moderno estão inaugurando a grande nação planetária, preconizada na Carta das Nações Unidas e no pensamento dos sonhadores.

Comentando o trabalho de Forrester, Marilene Felinto (1997) destaca que “O trabalho morreu só nos falta à coragem para enterrá-lo. No mesmo túmulo, é preciso acomodar seu sócio e seu irmão gêmeo, igualmente defunto: o emprego e o desemprego. A morte foi causada pelo distanciamento desastroso entre o território do trabalho e o da economia.”

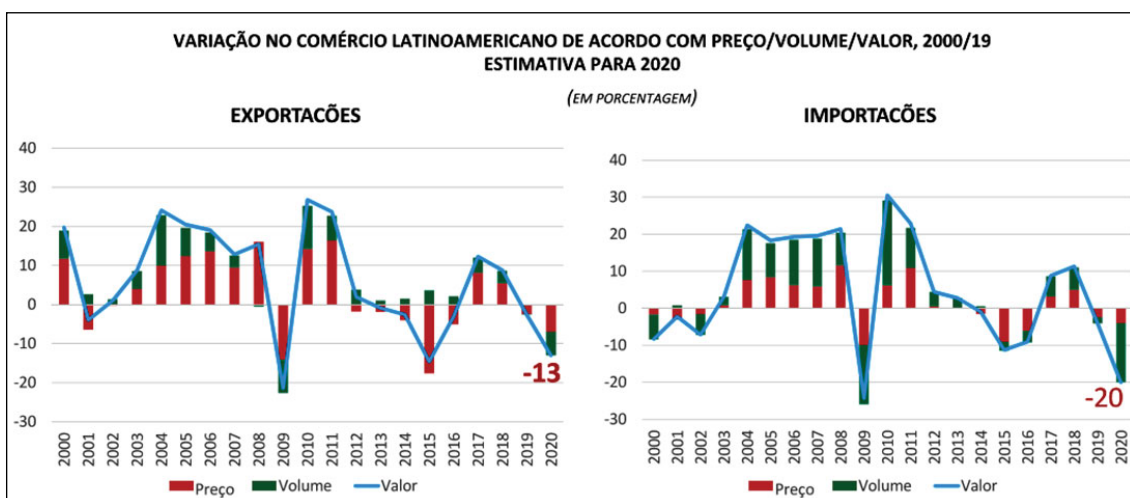
No mundo atual – das multinacionais, do liberalismo absoluto, da globalização, da mundialização, da virtualidade –, o “trabalho”, concebido como um conjunto de empregos de assalariados, é conceito obsoleto, um parasita sem utilidade. A mudança se dá na natureza do capital, que já não é aquele que expunha as garantias do capitalismo de ordem imobiliária; que já não é aquele em que o conjunto dos homens era indispensável para produzir lucro.

No atual modelo econômico que se instala no mundo – sob o signo da cibernética, da automação, das tecnologias revolucionárias –, o trabalhador é supérfluo e está condenado a passar da exclusão social à eliminação total.

No mundo os “solicitantes de emprego” se transformaram em microempreendedores individuais! Pelo fato de se terem tornado patrões, no Uber e assemelhados, nos entregadores de comida!

Forrester (1997, p. 51) faz uma síntese crítica dessa condição:

Não se sabe se é cômico ou sinistro, por ocasião de uma perpétua, irremovível e crescente penúria de empregos, impor a cada um dos milhões de desempregados – e isso a cada dia útil de cada semana, de cada mês, de cada ano – a procura efetiva e permanente desse trabalho que não existe. Obrigá-lo a passar horas, durante dias, semanas, meses e, às vezes, anos se oferecendo todo dia, toda semana, todo mês, todo ano, em vão, barrado previamente pelas estatísticas. [...] É dessa maneira que se prepara uma sociedade de escravos, aos quais só a escravidão conferiria um estatuto. Mas para que se entulhar de escravos, se o trabalho deles é supérfluo? [...] Não é pouca coisa que toda uma população (no sentido apreciado pelos sociólogos) seja mansamente conduzida por uma sociedade lúcida e sofisticada até os extremos da vertigem e da fragilidade: até as fronteiras da morte e, às vezes, mais além. [...] Eles vivem num mundo sedutor, do qual têm uma visão excitante que, pela sua redução despótica funciona. Funesto, este não deixa de ter um sentido para quem dele participa. Sejam quais forem suas demonstrações sabiamente hipócritas, sua potência é posta a serviço, ou seja, a serviço daquela arrogância que o faz considerar bom para todos aquilo que lhe é rentável. E como natural para um mundo subalterno. Ser sacrificado por isso então não se constitui em nenhum pecado.



Fonte: CEPAL (2020), com base em informações de bancos centrais e institutos de estatística dos países da região. Elaboração: CROCETTI (2021).

**Figura 5.** Colapso do impacto da pandemia em 2020.

- A recessão interna breiou a recuperação e a dinâmica das exportações e importações.
- Após cair sincronicamente, exportações de bens se recuperam a partir de junho de 2020 mais rápido do que importações.

– Qual será o impacto desses números na precarização do trabalho e no desemprego?

Essas contradições sobre o mercado têm a ver com a democracia política, em que o neoliberalismo, aceito e fundido com a socialdemocracia em diferentes graus, foi substituído pelo “radical liberalismo”, que separa – formal e materialmente – a economia da política.

Esse modelo do agora chamado “ultraliberalismo”, cuja elaboração carece de uma elaboração teórica, se firma mais como uma metáfora, um modismo e um jogo de palavras, que ora extingue o primado da política democrática na gestão do Estado. Esse modelo é defendido por vários acadêmicos como a volta da antiga concepção neoliberal e que pode derrotar o “radical liberalismo” que, segundo eles, já foi “civilizado” pela socialdemocracia! Ou são ingênuos, ou picaretas a serviço do imperialismo, pois ao que tudo indica, o neoliberalismo é tão predatório quanto seu irmão mais novo, essa elaboração alegórica!

Os efeitos das reformas neoliberais criam a sua própria base social e amortecem qualquer resistência de massas aos seus planos reformistas. As reformas obrigam uma massa enorme de trabalhadores a viver apenas no presente, sem perspectivas de proteção de uma seguridade social. São grupos humanos cujo futuro inseguro só se apresentará de forma concreta a médio ou longo prazo, como vem ocorrendo no Chile hoje.

As forças do chamado *ultraliberalismo* – extinguindo o mercado do Estado Social – delegam a fala política diretamente ao “mercado” financeiro, por “fora” dos partidos? Será? Ou os partidos se transformam em representantes do mercado? No Brasil já foi repassado para o mercado o controle do Banco Central, o mercado ocupando o território da política, com suas permissões ou vedações do que pode ou o que não pode na democracia capitalista.

O presidente Bolsonaro se recusa a falar sobre economia (“porque isso é com o Guedes”) e diz que nada “entende” dela. O que exatamente isso quer dizer? Diz que as decisões da economia não passam pela política, logo não passam por eleições, partidos, programas e pluralidade, passam pelo mercado!

Desde a queda da União Soviética, a chamada *guerra híbrida* vem atuando como difusão e propaganda do capitalismo. Nos Estados Unidos, desde a década de 1990, ele vem exercendo a hegemonia político, militar e econômica do mundo, com suas estratégias de globalização, cujo convencimento mundial se deu por meio do programa “Consenso de Washington”.

## **GUERRA HÍBRIDA É PARA O CONTROLE DOS BENS NATURAIS E ESTRATÉGICOS**

Revoltas sociais e mudanças de regimes no Oriente Médio; na América Latina, golpes abertos e suaves (parlamentares); vitórias eleitorais de figuras com um discurso ultraconservador, ou quase vitória, que flertam com um neofascismo nascente, em diversos países, EUA, Brasil, Filipinas, Turquia, Ucrânia, Israel, El salvador e Índia etc.;

fortalecimento das guerras comerciais entre grandes potências como China x EUA; um bombardeio de informações e contrainformações com a produção de pós-verdades; o cerco político e militar cada vez mais forte aos países que ainda mantêm sua soberania como pilar de um desenvolvimento autônomo, como Bolívia, Venezuela e Cuba. Essa série de eventos se encontra em meio a tantos outros em uma conjuntura adversa para a classe trabalhadora.

A crise atual é de dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais em um cenário internacional de reordenamento de forças geopolíticas. Com a degradação gradual e a contestação da hegemonia estadunidense no mundo, ameaçada pelo avanço econômico mundial de outros países, Rússia, Índia, tendo a China como seu principal representante, com ousados projetos que colocam em xeque a hegemonia dos EUA como a Nova Rota da Seda.

As sucessivas crises estruturais do capitalismo foram agravadas pela tentativa de administrar a crise pelo centro do capitalismo. Junte-se a isso o fracasso da globalização “neoliberalismo”, última cartada para salvar o capitalismo de rapina. Agora, com a intensificação da desglobalização, qual seria a grande saída do capitalismo?

Uma das saídas do capitalismo à crise seria a intensificação de uma nova ofensiva neoliberal, com o objetivo de atender a um novo padrão de acumulação capitalista predatório. A voracidade da disputa pelo controle dos bens comuns da natureza tem a ver com a disputa hegemônica e a capacidade de cada grupo capitalista de ter acesso aos recursos valiosos e estratégicos. Vê-se uma espécie de corrida para ocupar os territórios, apropriar-se de bens estratégicos, recursos naturais e empresas públicas lucrativas, e as guerras pontuais hoje são mecanismos de disciplinamento do capital em função de suas necessidades de acumulação.

O grande almoxarifado é a América Latina, onde grande parte desses bens está concentrado. Dos dez países com maior concentração de biodiversidade do mundo, sete são latino-americanos e cinco estão concentrados na América do Sul. Devido a essa concentração, a região é palco de forte pressão estadunidense, sendo o golpe em Honduras em 2009 um marco da retomada de controle da região pelos EUA.

### **A disputa geopolítica e a guerra híbrida**

É fato que o controle desses territórios para o imperialismo sempre foi uma necessidade para manter os ganhos dos grandes conglomerados a partir da exploração. A América Latina e o Caribe, considerados pela geopolítica estadunidense como “quintal” e “zona natural de influência”, ricos em bens comuns naturais, ocupam um lugar central nessas disputas.

Tão fundamental que, na disputa geopolítica mundial, as guerras e os conflitos estimulados pelo imperialismo se desenvolveram exatamente nos territórios em que se encontram as bacias de petróleo. O mapa de atenção prioritária construído pelo Pentágono seguia esse trajeto de todo o campo de petróleo do planeta. As zonas de guerras seguiram a rota do petróleo.

As diversas estratégias de ação do imperialismo têm sido caracterizadas por alguns autores como *guerras híbridas*, uma combinação de guerra não convencional com a insurgência de atores da sociedade civil, tais como as chamadas “revoluções coloridas”,



que abarcam assim forças estatais e uma variedade de atores. Essas formas de ingerência também foram consideradas como a aplicação de uma “doutrina de dominação de espectro total”, ou seja, opera sobre todas as esferas da vida social e, particularmente, no domínio dos corpos, corações e mentes da população.

Consideradas como *guerras assimétricas* ou *guerras difusas*, o que implica intervenção e controle de todas as esferas de reprodução e a organização da vida em uma guerra não declarada, que não reconhece fronteiras e se difunde por todo o corpo social, também são chamadas de “guerras de quinta geração”.

No Dossiê n. 5 (*Lula e a Batalha pela Democracia*), do Instituto Tricontinental, concluiu-se que todo o processo do golpe contra Dilma Rousseff e a prisão sem provas do ex-presidente Lula foram orquestrados com base em métodos de desestabilização política. Uma arquitetura montada com a grande mídia, principalmente o Grupo Globo, o Judiciário e os parlamentares de um lado e grupos financiados externamente, criando *fake news*, mentiras e insuflando uma classe média não engajada contra um governo democraticamente eleito.

A dinâmica da guerra híbrida promovida pelo império é multidimensional e apresentamos aqui apenas algumas dessas dimensões. No Brasil, o emprego mais utilizado e denunciado foi o conceito *Lawfare*, que pode ser entendido como uma guerra jurídica, assimétrica, mediante o uso ilegítimo da justiça, com fins econômicos e políticos.

A dimensão econômica também é chave para gerar uma situação de descontentamento que pode levar aos conflitos diretos no território. A economia é uma arma da desumanizante guerra imperial, em seu formato de guerra híbrida.

No caso da Venezuela, tem início desde o governo de Hugo Chávez, e foi ampliado ao máximo no governo Maduro: com o crescimento do controle das intervenções estrangeiras, houve promoção da saída de capitais, especulação sobre a moeda, instrumentalização de novas travas comerciais que impulsionaram o desabastecimento programado do país, todas essas modalidades e formas concretas de intervenção do Império nessa guerra híbrida. Essa estratégia começou em 2009 como ensaio em Honduras e foi intensificada depois de 2012, atingindo seu auge de 2015-17, num maior grau de beligerância e agressividade contra o povo latino-americano.

Além da guerra econômico-financeira, do desabastecimento e das operações militares, é imprescindível a guerra psicológica, cultural e de comunicações, com o objetivo de criminalizar o governo popular por meio da manipulação de narrativas.

Além das tradicionais corporações midiáticas (televisão, jornais impressos e rádio), a internet ampliou muito essas ferramentas. As redes sociais e ferramentas comunicacionais possibilitam a montagem e manipulação de enormes bancos de dados que recompilam, identificam e classificam opiniões, sentimentos e desejos da população.

Entender o que está em jogo é determinante. Para manter o controle dos territórios estratégicos, os EUA precisam destruir todo processo de soberania construído pelos países onde estão os bens naturais. Os métodos são variados e têm o claro objetivo de alinhar os países aos interesses do imperialismo, sem nenhuma possibilidade de desenvolvimento autônomo e soberano.

Diante disso, a Venezuela é o epicentro dessa guerra no continente. Mas a guerra que se trava não é apenas da Venezuela, mas de toda a América Latina. As disputas e tensões que hoje têm lugar na Venezuela condensam os aspectos-chave da ofensiva neoliberal, inclusive devido aos efeitos regionais que teriam a frustração e a derrota da experiência bolivariana. Defender essa experiência é um dos desafios das forças progressistas e de esquerda no mundo.

Saber como o imperialismo e seus aliados têm se movimentado é primordial para levantar os desafios que competem às forças populares. Entre os muitos pontos, reforçamos a defesa pela soberania, que se apresenta como um eixo importante a ser desenvolvido para acumular nesses tempos contra o entreguismo das classes dominantes diante das exigências estrangeiras.

A Amazônia – um dos territórios mais importantes a nível regional e global, onde se concentram bens naturais, biodiversidade, diversidade cultural e social – é fundamental para a hegemonia dos Estados Unidos no continente não só pela particularidade natural da região mas também pelo fato de a sua extensão por nove países ser uma potencial ligação intercontinental.

Como analisado no Dossiê n. 14 do Instituto Tricontinental, desde o golpe no Brasil, em 2016, a ofensiva de empresas mineradoras e do agronegócio sobre o Estado tem pressionado a criação leis e modificações no código da mineração, liberação em massa de agrotóxicos e acesso e exploração das terras. Tais alterações afetam diretamente a Amazônia e a atuação dessas empresas na região. Diversas medidas foram tomadas para facilitar o licenciamento ambiental, autorizar mineração em terras indígenas e em áreas de fronteira, provocar a internacionalização de terras, intensificar a exploração e beneficiamento do nióbio e grafeno, que trará consequências para a Amazônia e para todo o país.

Entre os países que compõem a região amazônica está a Venezuela, país chave na ofensiva imperialista, devido às imensas reservas de petróleo e sua posição estratégica. O objetivo estadunidense é recuperar a Venezuela como espaço privilegiado para a produção petroleira, garantindo, inclusive, que a exploração seja feita por empresas estadunidenses, em especial a Esso e a Chevron, e economizar recursos em transporte, como citado no Dossiê n. 17 do Instituto Tricontinental.

Dentre as dez maiores empresas multinacionais que operam no continente, uma é do Reino Unido, uma do Brasil, duas da Austrália, três dos EUA e três do Canadá. De todas as empresas de mineração no mundo, 60% delas estão sediadas no Canadá.

O Apontamento n. 1 do Instituto Tricontinental mostra como as grandes empresas da mineração atuam nesses continentes utilizando uma repressão política, que inclui estupro de crianças, assassinato e migração forçada, para minar a oposição em relação a infraestruturas e condições de trabalho perigosas. O desmatamento, a contaminação da água, o envenenamento por cianeto e outras infrações ambientais ocorrem simultaneamente com as violações de direitos humanos.

## NEUROPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA

O paradoxo no pensamento ocidental entre razão e emoção, que hoje vai se dissipando, tem uma longa história. O ponto de rejeição ou, no mínimo, de suspeita em relação aos sentimentos, no que toca ao comportamento e à organização política das sociedades, é carregado de uma longa tradição, desde os fundadores da filosofia política clássica, chegando à forma mais acabada no Iluminismo francês, especialmente com Descartes.

Principalmente no Ocidente, as emoções, que Platão chamava de “cavalos selvagens”, eram um lembrete incômodo de etapas menos sofisticadas da trajetória evolutiva da espécie, os impulsos emotivos vistos como uma potencial ameaça à qualidade das decisões políticas, embora algumas abordagens reconhecessem seu papel “instrumental”, como as que são encontradas em Maquiavel e Hobbes.

Pode-se dizer que emoções são reações complexas, imediatas diante de estímulos variados, em um processo extremamente rápido que não requer esforço consciente. Elas engajam nossas mentes e nossos corpos.

São reações subjetivas (como raiva ou medo) e neurofisiológicas (sudorese, tensão muscular, batimentos cardíacos acelerados, contração do estômago, dilatação da pupila, sorriso, náusea, entre outras). Essa é a visão predominante nos dias atuais.

A chave da emoção estaria inteiramente dentro do cérebro, não dependendo de nenhuma espécie de leitura das reações físicas. LeDoux (1996) chama atenção para o fato de que, apesar de pesquisadores como James e Cannon terem divergido, eles concordaram na constatação de que as emoções produzem sensações diferentes dos estados não emocionais em razão de suas reações físicas.

Pesquisas de Shachter-Singer e Stuart Valins, tentando mostrar a natureza do fluxo da cognição à emoção, terminariam por recuperar um conceito que já estava implícito nos clássicos de Aristóteles, Descartes e Spinoza e que associava as emoções às interpretações cognitivas de situações concretas (LeDoux, 1996).

### **Cérebro político – o papel da emoção na decisão sobre o destino da nação (WESTEN, 2008)**

A ciência explica por que no voto a emoção pesa mais que a razão. A descoberta de que escolha do candidato não é racional foi realizada em pesquisas nos EUA. Isso impõe um questionamento sobre o sentido da ideia de democracia representativa.

Como o eleitor escolhe seus candidatos? A resposta, já há tempos intuída por políticos e marqueteiros e que agora ganha apoio da neurociência, é que, na definição do voto, as emoções são significativamente mais importantes que a razão.

Experimentos conduzidos nos EUA pelo psicólogo Westen (2008) mostram que, com base apenas em questionários de cinco minutos sobre os sentimentos das pessoas em relação a certos temas, é possível prever com 80% de acuidade a resposta que elas darão a perguntas bastante precisas, como “O presidente mentiu ou disse a verdade?”, “A Constituição autoriza ou não a adoção da medida proposta pelo governo?”.

Enriquecer esse modelo com conteúdos mais propriamente racionais, considerando também informações sobre a situação em que o presidente teria mentido, por exemplo, tem impacto negligenciável nas previsões, que ganham apenas entre 0,5 e 3 pontos percentuais de precisão. Em outras palavras, a realidade é só um detalhe para o eleitor, que raramente muda sua opinião em virtude de fatos que lhe sejam apresentados.

As implicações dessas descobertas, que vão ganhando atenção crescente dos departamentos de psicologia e ciência política nos Estados Unidos, não são triviais.

Se o voto não é o resultado de uma escolha racional e ponderada do cidadão – e poderia, em princípio, ser substituído por um teste de personalidade, a ideia da democracia representativa continua a fazer sentido?

Em outro estudo, *The Political Mind* (a mente política), o linguista e cientista cognitivo Lakoff (2008) explica por que os cérebros de conservadores e progressistas funcionam de forma diferente (e inconciliável).

Lakoff (2008) advoga a fundação de um “novo Iluminismo”, no qual a razão deixaria de ser idealizada como uma máquina de calcular objetiva e desapaixonada e passaria a ser considerada como de fato é: um processo bem menos razoável, no qual 98% das decisões ocorrem inconscientemente e sob influência de emoções que nem sequer desconfiamos possuir.

### **Enquadramentos ideológicos (*Frames*)**

Segundo demonstra a pesquisa de Lakoff (2008), o cérebro político pensa em termos de *frames* (enquadramentos) e metáforas. Podemos chamar uma milícia armada que lute por uma causa determinada de *terroristas* ou de *combatentes da liberdade*. E isso faz toda a diferença!

O estudo deixa claro que *frames* são mais que etiquetas ideológicas que pregamos a objetos. A capacidade dos neurônios de se conectar em redes que podem ser ativadas por contiguidade semântica faz com que as palavras escolhidas tenham o dom de comunicar sentimentos. Sem nos dar conta, sempre que lemos a palavra *terror*, sensações de angústia e medo são acionadas. De modo análogo, a palavra *liberdade* dispara estímulos positivos. Esse entendimento fica claro se prestarmos atenção nas narrativas da extrema direita: eles recebem treinamentos e seguem cartilhas e orientações, e a utilização desses *frames* predefinidos em suas manifestações são vistas cotidianamente no MBL, evangélicos pentecostais, 300 do Brasil etc.

Experimentos de Westen (2008) mostraram que a ativação dessas redes, embora inconsciente, influencia fortemente as nossas decisões. Assim, os embates políticos não se resolvem tanto no plano das propostas, mas principalmente das narrativas que partidos e postulantes escolhem para contar suas histórias e transmitir seus valores. Devem constituir uma história fácil de contar e que fale ao cérebro emocional do eleitor.

Especialmente para Lakoff (2008), metáforas são muito mais que um recurso linguístico para explicar ideias. Elas são a matéria-prima do pensamento e têm existência física no cérebro. Pares de ideias frequentemente disparadas juntas acabam se consolidando numa rede neuronal que se torna mais forte na medida em que vai sendo mais utilizada.

Sempre que uma conexão é ativada, ela inibe o acionamento de redes alternativas que possam existir. O viés do militante em favor de seu partido não é necessariamente mau-caratismo. Ele de fato percebe o mundo de forma menos objetiva.

## Moderação

O paradigma é: a democracia ainda para em pé? Num quadro em que as decisões dos eleitores são principalmente fruto de uma combinação de propaganda subliminar com estímulos consolidados ao longo dos primeiros anos de vida, faz sentido determinar o destino da nação através do voto?

Sim! Antes de tudo, nem toda pessoa é um militante radical e nem todas as questões debatidas são politicamente explosivas. Existe um número significativo de pessoas que não são veementes cegas em suas convicções políticas e adotam ora visões de mundo ultraconservadoras, ora são progressistas, dependendo do assunto. De forma geral, é esse contingente que acaba definindo o resultado de eleições. Não deixa de ser uma virtude da democracia que os destinos de um país sejam definidos pelos mais moderados.

Outro ponto é que, embora seja difícil contornar conexões neuronais já consolidadas, isso não é impossível. Discursos que ofereçam *frames* alternativos e explicitem os processos mentais em operação podem levar o eleitor a mudar de ideia, constituindo uma forma legítima de persuasão política. Geralmente os oportunistas vão por esse caminho, batem na direita e na esquerda e se apresentam numa espécie de terceira via.

Apesar de as democracias modernas terem sido concebidas por filósofos iluministas que as moldaram segundo uma concepção de razão que hoje sabemos falsa, o fato é que há mais de 200 anos elas vêm se mostrando um sistema bastante funcional, capaz, na maioria das vezes, de autocorrigir-se.

## O JOGO DA DIREITA

*O Mérito Supremo consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar.*  
Sun Tsu (Filósofo e estrategista militar chinês, 2000 anos a.C.).

A partir de 1945 inicia-se nos EUA um processo hegemônico capitalista que teve início no século XIX, mas se aprofundou com a hegemonia imperialista dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, demonstrados nos conflitos seguintes: Guerra da Coreia, Vietnam, Guerra fria, guerra tecnológica e híbrida.

Essa hegemonia compreende a necessidade de estar respaldado por uma propaganda massiva, objetivando criar medo e insegurança na população, de modo a que esta aceite passivamente gastos exorbitantes e agressões violentas à soberania de outros países em troca de uma suposta segurança, que a cada dia se mostra tênue. A suposta guerra contra o terrorismo não impediu que, no passar dos anos, outros atentados ocorressem.

Segundo pesquisa de geopolíticos, o estado profundo dos EUA tem sua origem no final do século XIX, e sua gênese remonta a Guerra Civil estadunidense, em que

a oligarquia aristocrata conservadora começou a esboçar a construção de um Estado paralelo de poder nos EUA, principalmente pelos poderosos de Nova York, comerciantes, banqueiros, industriais e o financiamento de judeus que migraram para EUA no final século XVII, muitos deles expulsos do Brasil de Recife.

A consolidação do *Deep State* teve sua organização orgânica, doutrinária e projeto de poder para tomar o Estado estadunidense nos anos 1950. Um de seus braços estratégicos foi o macarthismo e, com a revolução de Cuba 1959, ganha uma ação articulada, uma organização profissional e contínua. Não só tomam de assalto os aparelhos administrativos do Estado estadunidense, como passam a realizar ações terroristas (citadas em textos de pesquisa de geopolíticos) como o assassinato do presidente Kennedy. Depois desse fato, passam a comandar o chamado *Estado de poder paralelo*, *Deep State*, criando vários aparelhos e células articuladas para monitorar e achar o tesouro público dos EUA para seu benefício privado. Articularam-se com as forças armadas, com empresas de tecnologia, principalmente as bélicas.

No final dos anos 1960, início dos 70, se constituíram num aparelho formal para exercer sua hegemonia, tomando também o Estado de direito. Com seus aparelhos, passam a fazer estudos de estratégias de geopolítica para ter o controle total de todas as ações do Estado e começam investir no Poder Judiciário (controle da suprema corte, promotores etc.), Legislativo (construção de bancadas de parlamentares profissionais, lobbies) e Executivo para o controle de governadores, presidentes e aparelhos estratégicos, FBI, CIA, NSA, Pentágono etc.).

Outra estratégia foi ocupar cargos-chaves em corporações empresárias, facilitando aquisições de concorrentes, concentrações industriais, com o objetivo do controle do circuito produtivo estratégico estadunidense, criando monopólios e oligopólios alinhados com sua ideologia.

Mas um dos *insights* geniais foi a elaboração de uma estratégia para captar e aparelhar seitas religiosas pentecostais, para dar suporte a suas ações ideológicas através da doutrinação religiosa evangélica. Nos anos 1970, é criada a teologia da prosperidade, com o objetivo de ser um aparelho ideológico a serviço da elite aristocrata estadunidense.

Levou quase 40 anos para chegar ao poder total global. Hoje, além da máquina de guerra e das milhares de bases de guerra, os EUA têm um reforço ideológico religioso de controle de corações e mentes como nunca visto antes na história da humanidade.

É a nova ICAR com seus templários do século XXI.

Como uma deusa, Nêmesis representa um aviso de que nem homens e mulheres, nem países podem ignorar indefinidamente as demandas de justiça e honestidade recíprocas. Ela é o espírito de retribuição, um corretivo para a ganância e a estupidez que às vezes governa as relações entre as pessoas. A intérprete mais famosa da cultura grega antiga da América, Edith Hamilton, nos diz que Nêmesis significa “raiva justa”. Se for esse o caso, devemos saudar sua chegada, pois se não despertarmos logo para a traição indiscriminada de nossos valores políticos básicos e oferecermos nossa própria expressão de justa raiva, a república estadunidense estará tão condenada quanto a república romana depois dos idos de março, naquela primavera de 44 a.C. (JOHNSON, 2008, tradução nossa)

## **Guerra híbrida, a farsa distópica de “democracia”, o Império do Caos!**

Em seu livro *Confissões de um assassino econômico*, Perkins (2005) relata que seu trabalho consistia em atuar como um assassino econômico. É uma narrativa de sua carreira como consultor da empresa Chas T., como *main*, cargo para o qual foi recrutado por um membro da Agência de Segurança Nacional estadunidense, NSA. Em seu relato, expõe intrigas internacionais, corrupção e atividades pouco divulgadas do governo estadunidense e de grandes empresas multinacionais, com consequências avassaladoras para a democracia e para o mundo como um todo.

Os “assassinos econômicos”, explica Perkins (2005), são profissionais altamente remunerados cujo trabalho é lesar países de todo o mundo, desviando recursos da ordem de trilhões de dólares. Ele próprio foi um assassino econômico. O trabalho dele era convencer países estrategicamente importantes para os Estados Unidos a aceitar volumosos empréstimos para a construção de infraestrutura e grandes projetos de extração de recursos naturais estratégicos e assegurar que os projetos lucrativos fossem contratados junto às empresas estadunidenses.

### **Como agiam**

Os agentes manipulariam recursos financeiros do Banco Mundial, da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), além de outras organizações internacionais e estadunidenses. Por meio de empréstimos, eles canalizariam verbas de países para grandes corporações e oligarquias locais (famílias abastadas) que controlam grandes fontes de recursos naturais.

Perkins (2005) afirma que seu trabalho era manipular relatórios financeiros, fraudar pleitos eleitorais, extorsão, sexo e assassinato. Um assassino econômico seria um empregado do imperialismo!

### **Objetivos**

Perkins (2005) revela que seu objetivo era fazer com que lideranças políticas e financeiras de países em desenvolvimento fizessem grandes empréstimos de instituições como o Banco Mundial e a USAID, a fim de construir obras de infraestrutura para seus países.

Os recursos dos empréstimos eram acordados para retornarem para Estados Unidos, por meio de contratos fraudulentos e com preços superfaturados, pois as empresas encarregadas das obras seriam invariavelmente estadunidenses. Os países beneficiados se veriam asfixiados com os pagamentos dos juros e as amortizações do principal dos empréstimos. Essa chantagem subordinava os países à pressão política dos Estados Unidos em diversas áreas.

## A “nova” política do Império!

É bom lembrar que Obama esteve à frente do projeto *Lawfare*, que derrubou Manuel Zelaya, Lugo no Paraguai, e articulou o desmanche da Primavera Árabe, espionagem na Petrobrás, grampo e derrubada da Dilma. Sem falar na pressão e instabilidade na Venezuela, no Irã, na Síria etc. etc. E organizou a prisão do Lula!

O bombardeio midiático continua. As agências de notícias e as redes de televisão compõem o aparelho ideológico de que os Estados Unidos se valem para manter seu domínio na América Latina, agora com reflexos nas redes sociais.

Biden foi uma vitória simbólica. Dependendo das circunstâncias, a América Latina, que já vem lutando como um Titã, pode avançar como foi na década de 1970 com Jimmy Carter. Mas sejamos prudentes em termos de política internacional e dos interesses do Estado paralelo dos EUA (*Deep State*). Como será?

É bom lembrar que Biden era vice de Obama e articulou a aprovação da Guerra ao Terror junto com o vice de Bush Jr., Cheney, com o *patriot act*. E no governo de Bush Jr e Obama, participou no aparelhamento do Estado Islâmico, depois deu um depoimento fazendo *mea-culpa*.

Depois de iniciada a nova geopolítica dos EUA em 2012, Richard Bruce Cheney articulou com Joe Biden a lei cujo objetivo era rastrear o dinheiro global, por meio do controle do capital, bloqueio de recursos de países hostis aos EUA, com o pretexto de combater a lavagem de dinheiro ilícito, que financia atos de terrorismo. Foi criado o Dot Bank, primeiro banco digital em escala global, O Dot Bank é uma rede de franquias e nela o franqueado é como se fosse à agência da marca na cidade dele, onde atuará vendendo os produtos e serviços oferecidos no modelo *home office*, sem atendimento físico. O investimento na franquia é de R\$ 6 mil (já somados a taxa de franquia + capital de giro) e promete um lucro líquido de 15% a 20%.

Escobar (2020b) argumenta que, nessas circunstâncias,

O Estado Profundo raciocina que, com Biden – ou, mais cedo do que se espera com Kamala, a Shakti Suprema e Maa Durga Comandante-em-chefe – a trilha torna-se mais suave rumo ao Grande Reset do Fórum Econômico Mundial. Afinal, para reiniciar peças de xadrez, primeiro é preciso derrubar o tabuleiro. Será um passo além da “Operação Inverno Escuro” – a qual, não por acaso, foi evocada pelo próprio Biden repetidor de *Teleprompter*, no derradeiro debate presidencial em 2020. O roteiro é agourentamente semelhante ao do “Lock Step” de 2010, da Fundação Rockefeller. Enquanto isso, o Plano B é mantido em prontidão: as linhas gerais de um massacre global, focado na esfera de influência da Rússia “maligna”, para satisfazer uma OTAN “ressuscitada” e o complexo militar-industrial, que selecionou como presidente BIDEN, antes de mais nada, porque não passa de figurinha de cartolina perfeitamente dobrável.



## Decadência dos EUA

1. Organização orgânica do *Deep State*, Estado Paralelo:  
1961/63 – Assassinatos Kennedy, Movimento Negro;  
1965 – Malcolm X;  
1968 – Luther King;  
1969 – Nixon articulação e formalização institucional do *Deep State*.
2. 1971 – Nixon fim do padrão ouro, paridade do Dólar;
3. 1973/79 – Crise do petróleo;
4. Crise política 1974/75: Guerra do Vietnã, Watergate;
5. Revolução Sandinista – Nicarágua 1979 (Reagan financia os Contras em Honduras);
6. Crise econômica (Nasdaq) associado 2001, ataque aos EUA;
7. Crise financeira global. Crise das hipotecas;
8. Crise do coronavírus

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Estratégias do terror

Como sabemos, um dos maiores fenômenos contemporâneos encontra-se ancorado na geopolítica militar global: as *guerras híbridas*. Trata-se da arte de desestabilizar os países por meio de recurso no qual as intervenções militares encontram-se situadas em segundo plano e são substituídas por tempestades de insatisfações difusas.

Em suma, isso significa que países como os EUA se aproveitam de problemas identitários em um Estado-alvo a fim de mobilizar uma, algumas ou todas as questões identitárias mais comuns para provocar grandes movimentos de protesto, que podem então ser cooptados ou dirigidos por eles para atingir seus objetivos políticos.

A desorientação social e política no Brasil tem sido alarmante. No passado, colhemos e internalizamos a divisão política e ideológica produzida pela Guerra Fria e hoje nos deparamos com os devaneios identitários, que insistem em uma política de ódios difusos. Vivemos entre uma hipotética esquerda multiculturalista e conservadores terraplanistas, intolerantes retrógrados e medievalistas.

Em breve, as plataformas de telecomunicações de quinta geração, cem vezes mais rápidas que os sistemas atuais, vão eliminar a latência e tornar possível hospedar novos aplicativos para tornar mais vantajoso o florescente oceano de dados, adaptando anúncios de uma realidade absurda para cada indivíduo – influenciando campanhas de todo o gênero. Conectividade onnipresente e *deepfakes* (*falsificações profundas*) impecáveis podem em breve permitir, quem sabe, que vários bilhões de pessoas vivam sua própria realidade customizada: cada um, um alvo; cada um, uma arma.

“*Terroristas são assassinos e como tal serão assim tratados pelos Estados Unidos*”, disse George W. Bush, presidente dos EUA, 2002. Essa foi a justificativa pelos assassinatos

seletivos que tiveram início em 2002, com a nova geopolítica dos EUA, “a Guerra ao Terror”. A política de “assassinatos seletivos” da CIA foi praticada há 50 anos, afirmou em 2016 Jeffrey Smith, ex-conselheiro-geral da CIA.

Durante as décadas de 1950 até 1974 a CIA deu início a uma política de “assassinatos seletivos” por meio da qual tentou eliminar, direta ou indiretamente, inimigos no Estado. Esta política contribuiu para moldar o ódio aos EUA e o antiamericanismo no mundo, conforme Jeffrey-Jones (2004), professor de história estadunidense na Universidade de Edimburgo, Escócia.

A CIA sentiu-se no direito de invadir a soberania de outros países e assassinar pessoas sem prendê-las ou julgá-las. Isso foi retomado na geopolítica da Guerra ao Terror em 2001. Esta política foi banida por Gerald Ford em 1976, por meio de uma ordem executiva renovada por Ronald Reagan em 1981 e foi válida até 2001, quando foi revogada por Bush Jr.

Aviões não tripulados Predador da CIA iniciaram ataques e assassinatos em 2002, no Iêmen e em países no Oriente Médio, a supostos membros da rede Al Qaeda. Esses “assassinatos foram uma vitória da civilização contra a barbárie” afirmou na época o presidente dos EUA, George W. Bush.

No livro *Os bruxos de Langley*, Richelson (2001) define a política de assassinatos dos EUA como um fracasso e ressalta que a CIA agiu como “uma gangue que não atira direito”.

Richelson (2001) comenta que,

Apesar de todos os esforços, nunca conseguimos matar alguém importante nesse período. Fidel Castro é a prova viva de nosso fracasso. A CIA tentou matá-lo com toxinas de crustáceos administradas por meio de agulhas, bactérias em forma líquida, charutos e lenços tratados com bactérias e até um, sobretudo coberto com substância tóxica, nada funcionou.

No centro da elite do poder estadunidense, as consequências desastrosas da invasão e ocupação do Iraque provocaram uma crise ainda mais profunda do que a desencadeada pela derrota no Vietnã, há 30 anos. Para cúmulo da ironia, essa crise afeta o pacto de poder de ultranacionalistas e neoconservadores (*Deep State*) que se formou nos anos 1970, exatamente para tentar pôr fim à “síndrome do Vietnã”, restaurar o poder estadunidense e fazer reviver o “anseio de vitória”, ou, por outras palavras “a América é grande novamente”!

O fato de não ter havido protestos em massa populares e organizados, como durante a guerra do Vietnã, ocorreu, sem dúvida, em razão de o exército ter sido composto principalmente de mercenários egressos dos meios sociais mais pobres, bem como pelo fato de essa guerra ter sido financiada de forma precária pelos capitais estrangeiros (por quanto tempo mais?).

Circularam no círculo do poder mensagens como “erro de dimensão histórica” e pediam a cabeça do Trump. Ou ainda como falou o ex-diretor do Conselho Nacional de Segurança, Zbigniew Brzezinski, que qualificou a Guerra ao Terror e a ocupação do Iraque e Afeganistão de “calamidade histórica, estratégica e moral”.

Sabemos que nenhum desses críticos institucionais poderia ser de algum modo considerado “santo”: sejam quais forem suas afiliações políticas ou opiniões pessoais, eles foram, ou ainda são, guardiães do poder, gestores do Estado de segurança nacional. Foram, por vezes, agentes de intervenções imperialistas abertas ou clandestinas, empreendidas no “Terceiro Mundo” durante e depois da Guerra Fria. Foram (ou ainda são) “gestores de sistema” do aparelho burocrático de segurança nacional, que o sociólogo Charles Wright Mills (1982) foi o primeiro a dissecar e cuja função é produzir e reproduzir o poder.

Para a elite no poder dos Estados Unidos, manter-se no topo do mundo há mais de meio século é considerado um fato natural. A hegemonia, como o ar que respiramos, tornou-se um modo de ser, um estilo de vida, um estado de espírito. Os críticos institucionais “realistas” são, certamente, mais prudentes do que aqueles a quem criticam, mas não dispõem, ainda, de um quadro conceitual onde as relações internacionais sejam baseadas em outra coisa que não a força, o confronto ou a predominância estratégica.

A crise atual e o impacto crescente dos problemas mundiais, sem solução no âmbito nacional, originarão, talvez, novos impulsos em matéria de cooperação e interdependência. Em todo caso, é preciso esperar. Mas é provável que a política norte-americana permaneça imprevisível: como mostram todas as experiências pós-coloniais, desfazer um império pode ser um processo longo e traumático.

Os EUA sempre procuraram silenciar os dissidentes e há anos vêm tentando prender e remover o jornalista investigativo Julian Assange e sua equipe de colaboradores no *WikiLeaks*. Suas revelações tiveram um impacto gigantesco contra as guerras estadunidenses no Oriente Médio, no sul Ásia, África e América Latina. O *WikiLeaks* ganhou legitimidade com novos críticos denunciando: Chelsea Manning, Edward Snowden, William Binney e outros forneceram novas evidências devastadoras das grosseiras manipulações e falsificações do governo dos Estados Unidos. E também foram perseguidos e silenciados.

Edward Joseph Snowden é um analista de sistemas, foi administrador de sistemas da CIA e contratado da NSA. Em 2013, tornou públicos vários programas que constituem o sistema de vigilância global da NSA. A revelação deu-se através dos jornais *The Guardian* e *The Washington Post*, dando detalhes da Vigilância Global de comunicações e tráfego de informações executada por meio de vários programas, entre os quais o programa de vigilância *PRISM* dos Estados Unidos, revelando a extensão da vigilância global e espionagem pelos Estados Unidos, realizadas por meio da NSA.

William Edward Binney era um alto oficial de inteligência da Agência de Segurança Nacional (NSA). Em 2001, denunciou as atividades paralelas dentro da NSA relacionadas aos projetos de nome *ThinTread* e *TrailBlazer* e o *Stellar Wind*, programas de vigilância e espionagem global da NSA.

Os EUA já vêm operando os programas de vigilância e espionagem global da NSA, *ThinTread* e *TrailBlazer* e o *Stellar Wind* e principalmente o *PRISM* (também programa de vigilância), que coleta os dados enquanto estes passam pelos cabos de fibra e infraestrutura da Internet, ficou conhecido como *Coleta Upstream* (rio acima), termo usado pela NSA.

O *Prism* coleta os dados que são posteriormente analisados e armazenados por meio de outros programas de vigilância que fazem parte do sistema de vigilância e espionagem implantado pela NSA. Outro exemplo de programas que utilizam os dados coletados pelo PRISM é o MYSTIC, programa que é parte integrante e crítica do PRISM, para interceptação de áudio (voz) e capaz de gravar 100 por cento das chamadas telefônicas de um país estrangeiro, o que permite à NSA ou a outras agências estadunidenses retroceder e ouvir na íntegra conversas telefônicas, mesmo um mês depois de terem ocorrido.

### **Metas do Grande Reinício (*The Great Reset*)**

Em uma reunião virtual que aconteceu nos dias 25 a 29 de janeiro de 2021 do Fórum Econômico Mundial (FEM), líderes globais das Nações Unidas, Reino Unido, Estados Unidos, Fundo Monetário Internacional (FMI) e corporações multinacionais discutiram e anunciaram um plano para reiniciar toda humanidade, incluindo a economia mundial. Esse plano é conhecido como “O Grande Reinício” ou, em inglês, *The Great Reset*. E agendaram o Fórum de Davos 2021 presencial, programado para ser realizado entre os dias 17 e 20 de agosto de 2021 em Cingapura e cujos pontos são os seguintes:

- Eliminar todo o papel-moeda e utilizar a criptomoeda DES (Direitos Especiais de Saque), que já foi utilizada em 1970, 1979 e 2009 para injetar liquidez no sistema financeiro;
- Reforma tributária global com maiores impostos para fortunas, chegando a 90% para fortunas acima de US\$ 2 bilhões;
- Criar dificuldades para as empresas moverem ativos para paraísos fiscais. Remover do mercado qualquer empresa ou organização que não seja “verde”, como a indústria da carne ou do petróleo;
- Estimular o consumo de produtos com o “selo verde”. Os governos devem dar preferência na lista de subsídios e cupons ao consumidor para esses produtos;
- Fomentar títulos verdes tanto quanto possível. Qualquer banco central que esteja considerando o uso da flexibilização quantitativa devem usar títulos verdes;
- Acabar com qualquer tipo de combustíveis fósseis em todo o mundo;
- Vacinação mandatória e passaporte mundial (APP) com rastreamento genético.

Propostas agendadas para agosto:

Mais um ano, o Fórum de Davos versará sobre os assuntos mais urgentes que terão que ser tratados durante o ano, definindo assim a agenda global de 2021. Estes assuntos se estruturam em torno de sete grandes eixos:

1. Como salvar o planeta;
2. Economias mais justas;
3. Tecnologia para o bem;
4. O futuro do trabalho.

Qualquer pessoa que tenha um celular pode acessar os materiais de cursos para ter um diploma de Harvard, participar da *gig economy* ou encontrar financiamento para seu novo projeto. Trata-se de uma mudança profunda e muito recente. As tecnologias estão alterando para o bem nossas vidas econômicas e sociais, mas também ajudam em nossa adaptação. No entanto, a história sugere que deixar tudo nas mãos do mercado, da Quarta Revolução Industrial nos levará a um longo e prejudicial período de descontinuidade. Podemos prever o que vai acontecer e sabemos que teremos que adquirir novas habilidades, no entanto o que vamos fazer a respeito?

5. Empresas mais justas;
6. Futuros mais saudáveis;
7. Além da geopolítica.

Existem mais 200 nações, uma proliferação de centros regionais de poder e uma realidade irrefutável: estamos juntos nisso. A boa notícia é que quando nos propomos a fazer alguma coisa, mais justa mais saudável, realmente podemos conseguir que nossa ação internacional seja realizada de forma unificada, como quando tratamos da deterioração da camada de ozônio ou quando chegamos ao Acordo de Paris para limitar as mudanças climáticas. A notícia não tão boa é que o nível dos desafios que teremos que enfrentar exige muitos mais casos de sucesso. Precisamos passar da geopolítica e da rivalidade internacional para a colaboração global como única solução possível. As nações terão de mudar.

O centro do sistema dá as cartas, pauta a política. Resumindo: não faça ou que eu faço, faça o que eu digo!

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- AMIM, S. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE, P. (org.). **Pós-neoliberalismo I**: As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, [1981]1991.
- BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M. et. al (org.). **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 51-71.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe**. Nova York: Nações Unidas, 2010, CEPAL. **Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe**. Santiago:

- CEPAL, 2019.
- CEPAL. **Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2020
- CHANG, H. **Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- CHESNAIS, F. **Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. Leiden: Brill, 2016.
- CROCETTI, Z. S. **A crise do capital e o uso do território**. Curitiba: Letra das Artes, 2019.
- CROCETTI, Z. S. Geografia do Neoliberalismo. In: **Anais do 1º ENSULGEO**. Curitiba: AGB/Curitiba, 2003.
- DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. [S.l.]: Terra sem Amos, 2020.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ESCOBAR, P. China locked in hybrid war with US. **Asia Times**, 17 mar. 2020a. Disponível em: <[https:// asiatimes.com/2020/03/china-locked-in-hybrid-war-with-us/](https://asiatimes.com/2020/03/china-locked-in-hybrid-war-with-us/)>. Acesso em: 21 maio 2021.
- ESCOBAR, P. Primeiro, uma guerra civil em andamento. **Dossier Sul**, 12 nov. 2020b.
- ESCOBAR, P. How black swans are shaping planet panic. **Asia Times**, 11 mar. 2020c. Disponível em: <<https://asiatimes.com/2020/03/how-black-swans-are-shaping-planet-panic/>>. Acesso em: 20 maio 2021.
- FELINTO, M. Um manifesto contra o horror econômico. **Folha de S. Paulo**, 15 jun. 1997.
- FONTANEL, J. **A globalização em análise**. Lisboa: Piaget, 2007.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- GEJO, O. H. **La Cuestión Periférica**. Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt. 1997.
- GOODWIN, J. et al. **Rethinking Social Movements: Structure, Meaning, and Emotion**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- GRAHAM, S. **Cidades sitiadas – O novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016
- HUNTINGTON, S. P. **O choque de civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Disponível em: <[https:// thetricontinental.org/pt-pt/brasil/](https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/)>.
- JEFFREY-JONES, R. **Historia de los Servicios Secretos norte-americanos**. Barcelona: Paidós, 2004.
- JOHNSON, C. **As aflições do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- JOHNSON, C. **Nêmesis: os últimos dias da república estadunidense**. New York: First Holt Paperbacks Edition. 2008.
- KAPLAN, R. D. **A vingança da Geografia**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- KLEIN, N. **A Doutrina do Choque**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KONDRATIEFF, N. D. [1939] **The Long Wave Cycle**. London: E. P. Dutton, 1984.
- KONDRATIEFF, N. D. The long waves in economic life. **Review of Economics and Statistics**, Londres, v. 17, p. 105-15, 1935.

- KOOPMANS, R; STATHAM, P (eds.) **Challenging Immigration and Ethnic Relations Politics**: Comparative European Perspectives, Oxford: Oxford University Press, 2000.
- KORYBKO, A. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LAKOFF, G. **The political mind** [A mente política]. Berkeley: Universidade da Califórnia, 2008.
- LAVAREDA, A. O papel das emoções e do inconsciente. **REVISTA USP**, São Paulo: n. 90, p. 120-146, jun.-ago. 2011.
- LeDOUX, J. **The Emotional Brain**. Nova York: Simon & Schuster, 1996.
- LOSURDO, D. **A linguagem do Império**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MAMIGONIAN, A. **Ciclos econômicos e organização do espaço**. Florianópolis: EDUFSC, 1998.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, UFSC/CFH/GCN, n. 2. Imprensa Universitária, 2000.
- MARX, K. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. I, II e III.
- MARX, K. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. 11. ed. Madrid: Siglo XXI, 1980. v. 1.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Lisboa: Estampa, 1976.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MILLS, C. W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- NEGRI, A. Rem Koolhaas: *Junkspace* e metrópole biopolítica. **Radical Philosophy**, n. 154, 2014. Tradução UniNômade BR. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/rem-koolhaas-junkspace-e-metropole-biopolitica/>>. Acesso em: 20 maio 2021.
- PERKINS, J. **Confissões de um assassino econômico**. São Paulo: Cultrix, 2005.
- RANGEL, I. M. A História da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-34, jan.-mar., 1981.
- RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. (org.) **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.
- RICHELSON, J. T. **The Wizards of Langley**: Inside The CIA'S Directorate of Science and Technology. New York: Westview Press, 2001.
- RODRIGUES, C. O dinheiro é vermelho. Entrevista com David Harvey. **Valor**, São Paulo, 9 de março de 2012.
- SANTOS, M. **Economia espacial**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SCHEMAN, L. R. **La Gran América**: una nueva sociedad para las Américas en el siglo 21. Traducido por Carmen E. Rojas Sánchez. Nueva York: Sociedad Geográfica de Lima, 2003.
- SCHUMPETER, J. A. Ciclos econômicos. In: SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- SILVA FILHO, E. B. da; MORAES, R. F. de. **Dos “dividendos da paz” à guerra contra o terror**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

- SLOBODIAN, Q. **Globalists**: the end of empire and the birth of neoliberalism. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- SLOBODIAN, Q.; MIROWSKI, P. **Nine lives of neoliberalism** (Nove Vidas do Neoliberalismo) Londres: Verso, 2020.
- SMICK, D. M. **O mundo é curvo**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2009.
- SMITH, J. **Imperialism in the Twenty-First Century**. EUA: Monthly Review Press, 2016.
- STREECK, W. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Lisboa: Conjuntura Actual, 2013.
- UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. **Global Investment Trend Monitor**, n. 8, Nova York, 24 jan. 2012.
- WESTEN, D. **Cérebro político** – O papel da emoção na decisão do destino da nação. São Paulo: Unianchieta, 2008.
- WOOD, E. **Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.



---

# LA HORA DE LA “DESGLOBALIZACIÓN”

THE TIME OF “DEGLOIALIZATION”

O TEMPO DA “DESGLOBALIZAÇÃO”

Omar Gejo<sup>1</sup>

Alan Rebottaro<sup>2</sup>

**RESUMEN:** Haciendo una macrolectura, la “globalización” debe ser vista, comprendida como un momento de aceleración de la internacionalización, a caballo de una renovada puja interimperialista a partir de la crisis de los años setenta y, sobre todo, tras el desmoronamiento de la URSS, hecho este último que asemejó la situación internacional a la unipolaridad. Esta situación, empero, que duró muy poco tiempo, diríamos que apenas una década corta, dio lugar a una ofensiva político-militar de amplio alcance geográfico (de los Balcanes a Asia Central), que se empantanó en Asia, de la que emergió la gran contienda, entre la continentalidad China como estrategia frente a la insularidad táctica de los EE.UU. de Trump.

**Palabras clave:** “Globalización”. Imperialismo. Geopolítica.

**ABSTRACT:** Making a macro reading, “globalization” must be seen, understood as a moment of acceleration of internationalization, on horseback of a renewed inter-imperialist struggle from the crisis of the seventies and, above all, after the collapse of the USSR, the latter fact that made the international situation similar to unipolarity. This situation, however, which lasted a very short time, we would say that barely a short decade, gave rise to a politico-military offensive of wide geographic scope (from the Balkans to Central Asia), which bogged down in Asia, from which emerged the great contest, between the Chinese mainland as a strategy against the tactical insularity of Trump’s US.

---

1 Docente de la Universidad Nacional de Luján (UNLu), Universidad de Buenos Aires (UBA) y Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP). Miembro fundador del Centro de Estudios Alexander von Humboldt (CeHu). Director de la Revista de Geografía MERIDIANO. Director del Portal Coordinadas (<http://www.portalcoordinadas.com.ar/>). Director del Boletín de Geografía Económica - BGE DEL Colectivo GEOECON (<https://boletingeocon.wordpress.com/>). Director del Grupo de Estudio sobre Geografía Económica y Comercio Internacional – GECI (Departamento de Ciencias Sociales / Instituto de Investigaciones Geográficas - UNLu). Responsable de la Red de Geografía Económica - RGE (<https://groups.google.com/g/redgeocon>). E-mail: [omargejo@gmail.com](mailto:omargejo@gmail.com).

2 Docente de la Universidad Nacional de Luján (UNLu). Miembro del Centro de Estudios Alexander von Humboldt (CeHu). Integrante del Grupo de Estudio sobre Geografía Económica y Comercio Internacional – GECI (Departamento de Ciencias Sociales / Instituto de Investigaciones Geográficas - UNLu). Coordinador General del Portal Coordinadas (<http://www.portalcoordinadas.com.ar/>). E-mail: [alanignaciorebottaro@gmail.com](mailto:alanignaciorebottaro@gmail.com).

Artigo recebido em agosto de 2021 e aceito para publicação em maio de 2022.

**Keywords:** “Globalization”. Imperialism. Geopolitics.

**RESUMO:** Fazendo uma leitura macro, a “globalização” deve ser vista, entendida como um momento de aceleração da internacionalização, a cavalo de uma luta interimperialista renovada desde a crise dos anos setenta e, sobretudo, após o colapso da URSS, esta última fato que tornou a situação internacional semelhante à unipolaridade. Esta situação, porém, que durou muito pouco tempo, diríamos que em apenas uma década, deu origem a uma ofensiva político-militar de amplo alcance geográfico (dos Balcãs à Ásia Central), que se estagnou na Ásia, da qual surgiu a grande disputa, entre o continente chinês como estratégia contra a insularidade tática dos EUA de Trump.

**Palavras-chave:** “Globalização”. Imperialismo. Geopolítica.

**1453**

Se viven tiempos de aceleración histórica. Esta aseveración puede ser una manifestación prácticamente incontestable. Pero también lo es que esta aceleración discurre por sendas diferentes a las que hasta hace algunos años atrás se vinculaba este particular momento de la historia de la humanidad.

Nos estamos refiriendo, claro, a eso que se denominó “globalización”, y que alcanzó su cenit allá por los años noventa. Aquellos años noventa que hoy parecen tan distantes, e incluso refutados por su antítesis o antípodas. Es que si los noventa eran la expresión consumada del dominio de Occidente, desde hace una década más o menos se ha hecho innegable el creciente papel de Oriente, y particularmente de China.

Esta verdadera ruptura geográfica comporta un fenómeno de una magnitud difícil de asimilar y está llamada a prohiar muchos de los acontecimientos de significado o alcance mundial que ocurren ante nuestros ojos<sup>3</sup>.

En el centro de este nuevo escenario hallamos la fulgurante irrupción de China como un mega-estado, con la capacidad de proveer parte de su propio vértigo a parcelas cada vez más importantes del mundo. China se ha convertido en un actor relevante a escala internacional, al que probablemente su estatus regional, al que los analistas remiten, le queda estrecho<sup>4</sup>.

Un ejemplo del estado de ánimo imperante al respecto en “Occidente” nos lo da un artículo del diario El País, de Madrid, España, con el que se cierra el año 2019 y se recibe el presente año 2020: “Bienvenidos a 1453”. En él un intelectual español concibe a este tiempo como uno parangonable al histórico año de la Caída de Constantinopla, que para los historiadores señala el abandono de una era, la Edad Media, y el acceso a otra, la Edad Moderna.

Pero veamos qué nos dice Jorge Marirrodiga (2020):

Europa ya no es el centro y ve cómo se agranda la brecha tecnológica entre ella y otros actores mundiales. Como en un Tratado de Tordesillas moderno, China, EE.UU. y Rusia se han repartido el mundo.

Queda en evidencia el estado de asombro, de perplejidad ante un mundo que está cambiando, y mucho, en una dirección que un europeo siente como desfavorable.

Pero pese a todo lo vertiginoso que puede ser este proceso que presenciamos, la realidad es que se ha ido desarrollando a lo largo de una buena parte de la etapa que hemos transitado desde los años noventa.

Comenzaremos por un antecedente inmediato, primero, y luego nos referiremos a uno mediano de un proceso de refutación de la ideología de época, que es la globalización.

En el año 2017, en el mes de abril, en vísperas de una elección en el Reino Unido, el dirigente del laborismo, Anthony Blair, hizo gala de un preciso análisis materialista, capaz de comprender la evidente mutación de carácter histórico que enfrentamos. Blair, el ex-premier del laborismo que gobernó entre 1997 y 2007, una década después de su paso por el ejecutivo británico es perfectamente conciente de cuál es la instancia que vivimos:

La lógica europea es más fuerte hoy que nunca. Lo que está sucediendo hoy es que tu población determina el tamaño de tu economía, como sucedía hasta la revolución industrial. China, India, los países con grandes poblaciones van a tener un gran poder. Los europeos seremos potencias medias o pequeñas, la única manera de defender nuestros intereses y valores es unidos. La importancia de Europa hoy tiene que ver, más que con la paz, con el poder. (Guimon, 2020).

Blair enfrentaba una elección perdedora de antemano para el partido laborista, pero creía vital lograr la mayor cantidad de escaños posibles para combatir la deriva ‘antieuropea’ del gobierno del partido conservador. Y a la hora de defender el erosionado proyecto europeo realizó un análisis de una profundidad histórica tan importante como el de Jorge Marirrodiga. Es un crudo reconocimiento de una transición histórica, de la decadencia occidental, sobre todo de la europea, y del ascenso de Oriente. Pero lo más sorprendente, y hasta revulsivo para los cánones prevalecientes, es el ligar el tamaño de una población al tamaño de una economía, es decir, la determinación por la demanda potencial, una verdadera herejía para el “ofertismo” de todos estos años conservadores.

Para Blair, el mundo, que fue europeo durante varios siglos, está comenzando a dejar de serlo, y si nos atenemos a su lógica ello ocurrirá de una forma inevitable.

Sin embargo, ya hemos adelantado que esta lógica blairista es en buena medida tardía, que ha habido otras señales en el mismo sentido antes, y que fueron alertas tempranas del mutante curso de la historia, o si queremos, de la historia labrada como geografía<sup>5</sup>.

Para ello debemos remontarnos hasta los momentos iniciales de este siglo, y más precisamente a un año emblemático, el 2001. En ese momento, James O’Neill, un economista de la casa financiera Goldman Sachs, escribió un documento, “Building better global economic BRICS”. James O’Neill fue el creador de este acrónimo (BRIC), resultante de la identificación de cuatro economías (en realidad, países) con un favorable destino o por lo menos de buenas perspectivas para su desarrollo. Estos países eran Brasil, Rusia, India y China.

La elección de estos cuatro países no era azarosa, contingente; todos representaban materialidades concretas: superficies extensas, poblaciones importantes, recursos naturales en cuantía y calidad. Los cuatro países, con un gran potencial de crecimiento sobre el desarrollo de sus mercados internos, representaban una contradicción flagrante con el modelo de crecimiento propuesto como ideal durante la década precedente.

El documento de O'Neill fue totalmente funcional al momento que se comenzaba a vivir; fue una lógica respuesta a la crisis de 1997, la “Crisis Asiática”, y comportó un repliegue respecto de los llamados “mercados emergentes”, tan distinguibles durante los años 90<sup>6</sup>.

De los mercados emergentes a los BRIC era algo más que un cambio nominal, era una acabada expresión de regreso de los sueños liberal-mercantiles de aquellos “años de oro” de la globalización.

## **1989**

La globalización se constituyó en la ideología oficial durante los años noventa, tras la “Caída del muro” (1989), hecho éste de una densidad política innegable.

Como idea, la globalización ya estuvo presente desde los años ochenta, atribuyéndose al profesor Theodore Levitt, de la Escuela de Negocios de Harvard, su paternidad, en 1983, a través de un trabajo cuyo título fue “La globalización de los mercados”. Sin embargo, como acabamos de señalar, “1989” es un acontecimiento que le permitió explotar su universalidad. Tamaña resonancia sólo pudo alcanzarse en el marco de una constatable debilidad conceptual, lo que no constituyó obstáculo alguno para su entronización como la idea vertebradora de la comprensión de la realidad.

Digamos que la proyección de este “concepto” ha tenido por víctimas directas a la historia y a la geografía, y sobre todo a esta última. Y por supuesto, globalización es la antítesis del imperialismo, fenómeno y concepto elucidado por V.I. Lenin a principios del siglo XX. Esta es la característica central de la presencia de este “concepto” noventista<sup>7</sup>.

Para lograr una rápida, una sintética aproximación a los significados del término globalización podemos decir lo siguiente:

1) En primera instancia, implica una reducción drástica de la distancia geográfica, producto ello de una revolución científico-técnica transferida al campo del transporte y sobre todo de las comunicaciones. Este hecho supone la posibilidad abierta de una circulación casi ilimitada, irrestricta. Una figura habitual era la del aplanamiento de la Tierra. Thomas Friedman, con su “La Tierra es plana”, podríamos decir que casi es un reflejo tardío, un estertor de esta ofensiva ideológica<sup>8</sup>.

La globalización significaba, entonces, la probable virtual “indiferenciación material” producto de la libre circulación de los factores de la producción, resultante ello de la casi instantaneidad alcanzada por el salto cualitativo tecnológico. En suma, las diferencias preexistentes eran susceptibles de ser superadas por la circulación continua del capital.

2) En segunda instancia, frente a esta arrolladora acción del vendaval tecnológico, habilitador de una circulación frenética, se alzaba la tensión entre el mercado (proactivo) y

el Estado (reactivo). Frente a la posibilidad abierta de una libre circulación sólo la presencia de los Estados se erigía en la valla para la construcción de un mercado universal, global. Esta tensión es la que se manifestó desde los años setenta, que se corporizó en eso que se denomina “neoliberalismo”, y que podría resumirse en “menos Estado, más mercado”. Las propuestas de Reagan y Thatcher, en EE.UU. y Reino Unido respectivamente, fueron los mástiles para esta bandera mercantil<sup>9</sup>.

Por supuesto que estamos ante una caricatura de caracterización de estos acontecimientos; sin embargo, este fue el terreno de una pretendida discusión intelectual, necesariamente ideológica sobre ellos.

La pretendida globalización y el supuesto neoliberalismo no han sido tales como se los ha descrito, explicado, conceptualizado. Ello no les ha restado capacidad de supervivencia e incidencia aún más allá de ciertos estrictos límites impuestos por la misma realidad.

## 1914

La geopolítica está de regreso. Y de tal forma que su presencia es casi asfixiante, hoy no hay tema que escape a su sobredeterminación.

Este apabullante presente es en realidad una manifiesta refutación de los supuestos significados de la globalización. Es, por tanto, de una importancia crucial, aunque sus derivaciones suelen pasar inadvertidas.

El “regreso” de la geopolítica es la forma que adquiere el también “regreso” de la geografía. Es la manifestación que adopta la reincidencia del factor geográfico a través de su vertiente más “humana”, es decir, como geografía política. La constatación de la existencia de recortes geográficos de ese mundo que se creyó, hasta el límite, un globo; recortes que poseen una identidad propia, presidida y labrada por la presencia de aparatos estatales.

Esto es lo que permite interpretar el “regreso” tanto de la geografía como de la geopolítica.

Pero esta vuelta briosa de la geopolítica fue acompañada por la reposición en escena de otro olvidado, el concepto de imperialismo. Puesto en vigencia por Lenin, a principios del siglo pasado en el convulsivo contexto de la Primera Guerra Mundial, tuvo un período de auge en la vida universitaria en las décadas del sesenta y setenta. A partir de allí, durante los conservadores años ochenta fue recluido y se tornó prácticamente invisible.

Tras casi dos décadas largas de destierro, de ostracismo, regresó con las intervenciones del imperialismo estadounidense en Medio Oriente. La segunda Guerra de Irak marcó el clivaje, y su “regreso” fue apurado por la reposición que de él hizo David Harvey en ese año 2003.

El imperialismo es, ante y por sobre todo, una forma de sobreacumulación, o mejor dicho, es una geografía de sobreacumulación. Es decir, es la manifestación más material de aquello que se llama ‘alta composición orgánica de capital’.

Como alta densidad concreta de capital, se transforma en una propia traba para su reproducción ampliada. Esto es lo que torna al imperialismo en el principal factor desestabilizador

de la realidad mundial. La exportación de capital es una necesidad, la exportación de sus contradicciones de conjunto, también. La caracterización de nuestra época, la del imperialismo, como una época de “guerras y revoluciones”, fue la aproximación dinámica que Lenin realizó para retratar de qué se trata este momento de la historia de la humanidad.

La Primera Guerra Mundial y la Segunda Guerra Mundial fueron dos grandes escenarios para esa caracterización leninista. La Primera Guerra, conocida como la Guerra Europea, dejó en pie las contradicciones del capitalismo imperialista europeo, aunque golpeó decisivamente a la periferia de la geografía imperialista europea. Europa Central, Europa Oriental y el Sudoeste de Asia y Medio Oriente fueron conmovidos por el desarrollo y desenlace de esta gran confrontación. Los desmembramientos de los Imperios Austro-Húngaro y del Imperio Otomano reconfiguraron dos regiones importantes para la evolución futura de Europa. A la par, la Revolución Rusa fue el cambio más importante que legó aquel conflicto, produciendo la primera expropiación al capital, arrebatándole una vasta geografía desde el mar Báltico al océano Pacífico. Una monumental amputación, con consecuencias que se arrastraron durante todo el siglo.

Dos décadas después se desarrolló la Segunda Guerra Mundial, una contienda de más de un lustro (1939-1945), que equivalió a una segunda vuelta de la primera gran conflagración. Pero la Segunda Guerra Mundial ya fue un enfrentamiento mundial, envolviendo a casi todo el hemisferio Norte en una encarnizada lucha.

De ella emergió el mundo bipolar, bajo la porfía entre los Estados Unidos y la Unión Soviética. Un mundo que alcanzó a sobrevivir algo más de cuarenta años. Esta guerra dejó al mundo “occidental” bajo la hegemonía estadounidense, así como la Unión Soviética extendió su influencia sobre Europa Oriental.

Como resultado de esta contienda también se generó la descolonización en escala de los contextos asiático primero y africano después. Esto como producto del fin de las esferas coloniales de las viejas potencias de Europa Occidental, fundamentalmente de Inglaterra y Francia. La nueva geografía política resultante, sobre todo en Asia, haría imposible el análisis de la realidad actual internacional si se la omitiera.

Un caso ejemplar, paradigmático, lo es China. Como un subproducto de la Segunda Guerra Mundial, a cuatro años de su dilucidación, de su definición, se produjo la Revolución China en octubre de 1949. Con ella, un espacio de más de ocho millones de kilómetros cuadrados y centenares de millones de habitantes, protagonizó la segunda amputación de la geografía del capitalismo. Y tras ello, en los siguientes años se producirían importantes cambios en el mapa político asiático: las penínsulas de Corea e Indochina fueron el epicentro de conflictos políticos abiertos, es decir, armados. En el caso de Indochina, la inestabilidad se extendió hasta mediados de los años setenta, cuando Vietnam pudo unificarse tras la victoria que Vietnam del Norte obtuvo sobre Vietnam del Sur, un régimen sostenido con ferocidad militar por los Estados Unidos. La caída de Saigón, capital de Vietnam del Sur, el 30 de abril de 1975, culminó la gesta definitiva de la emancipación vietnamita.

Toda esta remoción que generó la Segunda Guerra Mundial fue la base para un período de crecimiento sostenido y que abarcó desde el mismo fin de la confrontación en 1945 hasta los años 1973/74, momento de la llamada “Crisis del Petróleo”. Este período,

conocido como el de los “Treinta Gloriosos”, fue una etapa de crecimiento y convergencia entre las tres geografías históricas del imperialismo. Este movimiento “virtuoso” tripartito se sustentó en la indisputada hegemonía estadounidense tras la victoria aliada en la guerra de 1939 a 1945. Con la derrota de sus oponentes (Alemania, Japón e Italia) y la victoria asociada pero pírrica de sus aliados (Gran Bretaña y Francia). Con Europa Occidental y Japón como laderos, EE.UU. constituyó lo que podríamos denominar como el bloque occidental, dentro de lo que se llamó el conflicto Este/Oeste.

Ese cuarto de siglo de recuperación de la economía capitalista se basó en la destrucción del capital sobrante que generó la guerra, así como también en la generación de un orden claramente establecido alrededor de la jefatura estadounidense y del entrelazamiento de las tres sedes históricas del capitalismo imperialista, consecuencia de la conjunción de lo primero y lo segundo.

En suma, el Orden de Posguerra (o Pax Americana) gozó de un cuarto de siglo de plena recuperación, hecho que se torció a partir de fines de los años sesenta, tomándose como bisagra a la “Crisis del Petróleo”.

## 1973

La crisis de los setenta quebró el orden económico de posguerra. La economía mundial había alcanzado un nuevo límite, producto de la rápida reconstitución de las geografías imperialistas subordinadas a los EE.UU., las de Europa Occidental y el Japón. Fue lo que definimos en su momento como la “tripolaridad”<sup>10</sup>. Esta caracterización era precisamente la expresión de este límite alcanzado. Los aliados imperialistas de EE.UU. comenzaban a dar muestras de que podían ser antagonistas comerciales.

En este marco EE.UU. rompió el acuerdo de Bretton Woods, dando inicio a una política devaluatoria del dólar que, hasta aquí, había sido el ancla de un sistema de tipos de cambio fijos presidido por la divisa estadounidense a su vez atada al oro. Este esquema monetario es el que permitió, entre otras cosas, el contexto de recuperación de la Posguerra. Esta ruptura unilateral del acuerdo de Bretton Woods fue acompañado de un acuerdo ‘secreto’ estadounidense-saudita, a través del cual el mercado petrolero quedaba unido al dólar. De esta manera, la demanda del dólar quedaba asegurada, y mucho más cuando el precio del petróleo asistió a un alza inusitada tras la crisis petrolera del año 1973.

Toda la década del setenta será recordada por un proceso inflacionario y una tendencia al estancamiento, lo que se conoció como “estanflación”. También esos años estuvieron signados por un notorio pesimismo sobre el futuro de los EE.UU., alcanzando este clima un momento culminante en el segundo lustro de esa década, coincidiendo esto con el gobierno de James Earl Carter y los acontecimientos políticos de magnitud de las Revoluciones Islámica en Irán, la Nicaragüense y la invasión de Afganistán por parte de la URSS, acaecidos durante el año 1979.

De conjunto, la situación pareció cambiar de curso cuando se produjo el acceso al gobierno de los conservadores en Londres y de los republicanos en Washington.

El conjunto de las áreas imperialistas se hallaban en una situación de sobreacumulación. Y la respuesta adquirió dos dimensiones. Una “geográfica”, otra económico-política. La “geográfica” es la que se conoció, en los años ochenta como “globalización”, la económico-política es la que se caracterizó como “neoliberalismo”.

Ni la “globalización” ni el “neoliberalismo” han significado lo que se ha dicho de ellos como procesos. La “globalización” no fue la unificación absoluta del horizonte geográfico, en tanto que el “neoliberalismo” no ha sido una retirada del Estado de la realidad económica, política y social. Muy por el contrario, sostenemos que la ‘nacionalización’ del capital y la intervención estatal concomitante han sido y son signos vitales de esta época. El “retorno” del imperialismo y de la geopolítica es una acabada muestra de todo ello.

Este período de “globalización”, que podría ubicarse entre la crisis de los años setenta y la actualidad, o más precisamente hasta los años 2008/2011, ha estado jalonando por sucesivas crisis económicas de envergadura. A modo de aproximación primaria diremos que las crisis de 1987 (colapso de Wall Street), de 1997 (Asiática) y 2008 (quiebra de Lehman Brothers) han determinado el curso de los acontecimientos. Cada una de ellas fue dándole forma a la etapa, constituyendo cauces para el desarrollo del ciclo económico.

Estos momentos determinantes no han permanecido al margen de los virajes políticos, y en este aspecto un elemento crucial para la época fue la “Caída del Muro”, hecho de una magnitud histórica, acontecido en 1989, y que puso en crisis al orden político de la Posguerra, desencadenando una ofensiva geopolítica estadounidense que marcó a fuego la década siguiente, conocida como el decenio de la globalización por antonomasia<sup>11</sup>.

Como anotación mínima al respecto, cabe recordar el asalto a Panamá a fines de 1989, una acción dedicada a definir claramente la decisión, voluntad y descaro de los EE.UU. para hacer cumplir sus órdenes en la región. Una señal inequívoca, adentro y afuera de América Latina. Esta acción internacional ‘ejemplarizadora’ fue continuada el año siguiente 1990/91, cuando EE.UU. al frente de una coalición internacional intervino en Kuwait para poner fin a una corta ocupación de ese país por parte de Irak. Esta intervención fue un precedente importante para una larga intervención en los Balcanes, proceso que se extendió durante toda la década del 90 y finalizó con el desmembramiento de la antigua Yugoslavia. El antecedente balcánico fue muy importante, ya que fue el punto de partida de una directa intromisión en el Cáucaso primero, y luego, definitivamente, en Medio Oriente todo y Asia Central<sup>12</sup>.

Todas estas acciones no podían pasar inadvertidas. En términos geopolíticos representaban un pronunciado avance sobre el espacio periférico inmediato de la recientemente extinta URSS, una intervención que se montaba sobre evidentes y recurrentes problemas locales y regionales que se habían agudizado precisamente en el contexto del desvanecimiento del anterior “chaleco de fuerza” que había implicado la Guerra Fría.

La “globalización” es planteada como una abierta competencia por el mercado mundial, un mercado ‘global’, virtualmente accesible desde todos los confines del planeta. Esta idea es un absurdo geográfico per se, sin embargo, ello no fue un obstáculo, ni mucho menos, para que esta peregrina idea se difundiera casi universalmente. La realidad, empero, a poco de ser observada y analizada es rotundamente negadora de este credo vulgar.



La era de la “globalización” ha sido en términos de comercio internacional, por su parte, un momento de regionalizaciones defensivas por parte de los tres imperialismos históricos. EE.UU. a través del Tratado de Libre Comercio para América del Norte es un ejemplo claro de esta tendencia. No menos clásica es la experiencia de la integración europea, que en los setenta y los ochenta alcanza a conformar la totalidad de su forma integrativa, antes de los años noventa. El caso del Japón tampoco escapa a esta manifestación de “regionalismo imperialista”, claro que lo hace desde una posición de mayor vulnerabilidad geográfica. El Japón montó un puente exportador mediante la utilización de los “Tigres”, al no poder escapar a la determinante demanda del gran mercado estadounidense<sup>13</sup>.

Estas regionalizaciones, esgrimidas como procesos de complementariedad progresiva, no han podido eludir el mar de contradicciones que emergen de las entrañas del capitalismo imperialista.

La crisis del año 2008, finalmente, ha reforzado las insalvables limitaciones de las formaciones imperialistas, con tendencia a la agudización de los conflictos producto de las instancias diferentes del desarrollo desigual y combinado, expresión última de una geografía imperialista. Algunas manifestaciones de estas limitaciones son, por ejemplo, el papel de trampolín no deseado de México para el mercado norteamericano, que ha sido penetrado por inversiones asiáticas, que por intermedio del país azteca acceden al mercado estadounidense. En el caso europeo, la moneda única, el euro, se ha constituido en ‘chaleco de fuerza’ que las economías más débiles de la zona no logran sobrellevar. A la par que la “Caída del Muro” facilitó y abrió un frente industrial alternativo en Europa Oriental, promoviendo una nueva división territorial del trabajo, alrededor de la locomotora alemana.

Mientras tanto, la escena asiática, mucho más compleja, y que recibió fuertes presiones por parte de EE.UU. dirigidas a comprimir al capitalismo nipón, dio por resultado, al cabo de la década del noventa, el ascenso incontenible de China.

## 2001

El siglo debutó con una abierta intervención estadounidense en Asia Central y Medio Oriente. El atentado a las Torres Gemelas, el 11 de septiembre de 2001, fue la puerta de entrada a una larga década de una ofensiva político-militar. Las guerras de Afganistán y de Irak, esta última en su segunda versión, descubrieron el velo nuevamente acerca del significado profundamente político de una acción militar. Los regresos de Clausewitz y de Lenin fueron necesarios, y el imperialismo hizo también su reaparición en la discusión académica, por lo menos en sus sectores más comprometidos<sup>14</sup>.

La acción del año 2001 en Afganistán, que fue inmediatamente seguida tras el atentado de Nueva York, también se llevó a cabo en el contexto de una crisis económica importante conocida como la crisis de las empresas punto.com, las llamadas “empresas tecnológicas”, herederas de la vorágine de los años noventa y de la “Guerra de las Estrellas” de los ochenta, el monumental gasto en defensa de Ronald Reagan a comienzos de aquellos años. Esta crisis de

las punto.com fue entonces el telón de fondo de una gran ofensiva sobre una región estratégica para el sistema mundial. Al cabo de dos décadas, tanto Afganistán como Irak no han recuperado la estabilidad estatal y las fuerzas estadounidenses aún mantienen una presencia de tropas, un objetivo primordial de su acceso por la vía de las armas en dicha región.

Esta gran etapa, que devolvió a la geopolítica a la discusión, tuvo un primer límite en la nueva crisis económica de los años 2007/2008, una crisis financiera profunda, que puso en peligro la estabilidad de las principales firmas financieras y bancarias cuando se produjo el derrumbe de los precios inmobiliarios, y que en buena medida le dio el nombre al fenómeno, al que se denominó la crisis de las hipotecas sub-prime. Esta crisis, que se manifestó en el corazón del capitalismo desarrollado, obligó a una intervención desnuda de los Estados, intervención que fue abierta, rotunda, para lograr el salvataje de los grandes actores económicos jaqueados.

De pronto, el “neoliberalismo” pareció quedar al descubierto para aquellos que habían creído en una antítesis entre el Estado y la economía de “libre mercado”. Un credo que está bastante extendido, en el que abrevan por diferentes razones o motivos tanto conservadores como progresistas.

Este desvelamiento estuvo en la base de una corriente de descontento que atravesó todo el capitalismo central, preparando el terreno para una segunda vuelta del “populismo”, ya no como había ocurrido tras la crisis asiática en América Latina preponderantemente, sino que ahora surgía en las adyacencias mismas de los países imperialistas. Los países de la Europa del sur, primero, y luego en los países de Europa Oriental, fueron casos paradigmáticos de este momento de desasosiego<sup>15</sup>.

Esta ola de descontento fue el preámbulo del Brexit británico y del acceso de Donald Trump al gobierno estadounidense, dos experiencias cabales del ingreso del capitalismo central a la ola “populista” de la periferia de fines de los noventa y principios del siglo.

La gestión de Obama debió asumir en plena crisis del año 2008, una crisis económica seguida de esta ola de manifestaciones de hastío respecto de lo que se ha definido como “neoliberalismo” o que en términos de EE.UU., podría denominarse “populismo de Wall Street”, una caracterización irónica más cercana a la racionalidad del “neoliberalismo”<sup>16</sup>.

Este creciente descontento en el hemisferio norte fue el preludio, un antecedente inmediato, a los cambios en política exterior estadounidense, que terminó por darle nueva forma a la creciente confrontación en el campo internacional<sup>17</sup>.

En el caso de EE.UU., país rector de la política internacional, la crisis fue encarada con una modificación no menor en sus lineamientos. La secretaria de Estado de Barack Obama, Hillary Clinton, dio luz en 2010 a un nuevo enfoque estratégico de la política exterior estadounidense<sup>18</sup>.

El centro de gravedad de los esfuerzos estadounidenses se mueven ahora hacia el este, hacia el Pacífico, o más directamente, hacia China. Esta nueva línea, condensada definitivamente en el año 2011, pone a China como directo contendiente o desafiante del poder norteamericano. Desde ese momento, EE.UU. intenta resolver su encallada participación en Medio Oriente y pasar a tejer su nueva malla para contener la expansión china en Asia<sup>19</sup>.

La estrategia de Obama fue simple en su forma, pero profunda y compleja en su materialización: los acuerdos Transatlántico y Transpacífico y el acuerdo nuclear con Irán (2015). Esa apuesta decisiva pasaba por relanzar su asociación con sus aliados imperialistas de Europa Occidental y de Asia y, en el movimiento más audaz, anclar a Irán dentro del tablero de contención imaginado de Medio Oriente, a la vez que limitarlo en su desarrollo nuclear.

## LA HORA DE LA “DESGLOBALIZACIÓN”

Los lineamientos de la gestión demócrata, tras la derrota de Hillary Clinton frente a Donald Trump, fueron revisados. Donald Trump entonces revocó la estrategia de los demócratas, una estrategia que llevaba casi una década de desarrollo; congeló los acuerdos con sus socios históricos y repudió el acuerdo con Irán<sup>20</sup>. Sin embargo, más allá de ciertas derivas discursivas, sí dio continuidad al enfrentamiento con China.

La guerra comercial ha sido el aspecto más visible, pero no deberíamos creer que estamos frente a una simple desavenencia comercial, mercantil. El brote extendido, incontenible, de geopolítica demuestra que esta contienda llegó para quedarse<sup>21</sup>.

Haciendo una macrolectura, la “globalización” debe ser vista, comprendida como un momento de aceleración de la internacionalización, a caballo de una renovada puja interimperialista a partir de la crisis de los años setenta y, sobre todo, tras el desmoronamiento de la URSS, hecho este último que asemejó la situación internacional a la unipolaridad. Esta situación, empero, que duró muy poco tiempo, diríamos que apenas una década corta, dio lugar a una ofensiva político-militar de amplio alcance geográfico (de los Balcanes a Asia Central), que se empantanó en Asia<sup>22</sup>, de la que emergió la gran contienda, entre la continentalidad China como estrategia<sup>23 24 25</sup> frente a la insularidad táctica de los EE.UU. de Trump<sup>26</sup>.

## NOTAS

3 La pandemia covid 19, por ejemplo, es una manifestación vívida de esta nueva situación que atraviesa el sistema internacional. Es que el covid 19 golpea a la economía mundial particularmente fuerte porque llegó durante una mega batalla geopolítica. Innumerables artículos aseveran este hecho y especialmente esclarecedoras son las posiciones sobre ello de los principales voceros del establishment periodístico mundial. Al respecto pueden verse las afirmaciones de The Economist (2020), Le Monde (2020) y Der Spiegel (2020).

4 “A partir de la crisis financiera internacional 2008/2009, el comercio global ha crecido menos que el PBI mundial (1,5% anual vs. 3,5% por año en 2015) y China ha profundizado su condición de primera exportadora global (12% del total) y de la mayor potencia comercial del mundo (su relación comercio global/PBI es 75%). En este mismo período, el valor que tenían sus exportaciones en sus ventas externas (comercial trade) ha disminuido 30 puntos. Era 60% en 1995 y cayó a 35% en 2016. (...) La novedad histórica es que China ha comenzado ahora a desplegar una plataforma terrestre para su intercambio global, integrando la masa euroasiática desde el noroeste de la

República Popular hasta Alemania, recorriendo en forma inversa el camino de Marco Polo en el siglo XIII. La integración mundial del capitalismo se ha realizado vía marítima en los últimos 200 años a través de las sucesivas hegemonías británica y norteamericana. De ahí que la incorporación de China al sistema capitalista global haya ocurrido en forma subordinada, a través de la eficacia de las cañoneras del Reino Unido en la “Guerra del Opio” (1839/1842). Ese papel subordinado ahora ha desaparecido, salvo en lo que se refiere a la utilización de los mares para sus exportaciones destinadas al capitalismo avanzado. El transporte marítimo es el resto de sometimiento que aún experimenta la República Popular (...) El capitalismo no es una cosa, sino una relación y el mercado no es un espacio finito, sino un entramado de inversión y consumo que se sustenta en la infraestructura. El hinterland de China en el siglo XXI es la economía global, y su principal vía de acceso en los próximos 10/15 años es a través de la masa euroasiática, atravesada e integrada por la “Ruta de la Seda”. Todo indica que China vuelve a ser el “Imperio del Medio” del siglo XXI, el nuevo centro y eje de la economía global” (Castro, 2017).

5 Véase Gejo, Keegan y Rebottaro (2016).

6 Para una introducción a la serie de crisis económicas pos 1970 puede verse Gejo, Keegan y Rebottaro (2017).

7 Véase Jorge Beinstein (1999).

8 “La tierra es plana: breve historia del siglo XXI” es el título del libro del periodista estadounidense, columnista del diario New York Times, cuya publicación en el año 2005 fue una especie de ‘canto del cisne’ de la globalización. Su ideología era abiertamente antigeográfica y resumía el conjunto de lugares comunes de los años noventa.

9 Los años setenta significaron una década de crisis, jalonados por dos crisis petroleras, las de 1973 y 1979, las dos a su vez marcadas por acontecimientos políticos en Medio Oriente. La primera, la de 1973, por la guerra de octubre de ese año entre Israel y Egipto y Siria. Y la segunda, la de 1979, por la Revolución Islámica en Irán. Pero fuera del escenario de Medio Oriente estos años se cargaron del significado impuesto por la llamada “Revolución Conservadora” acaecida, sobre fines de esa década, en el Reino Unido y en los Estados Unidos. Margaret Thatcher y Ronald Reagan fueron los abanderados de esta nueva épica derechista que sobrevino al predominio de los gobiernos laborista y demócrata de aquellos años. Con una supuesta renovación en términos de política económica inauguraron para los países imperialistas lo que finalmente se rotuló como “neoliberalismo”.

10 Véanse Gejo (1995) y Gejo y Berardi (2013).

11 Joseph Stiglitz es uno de los primeros economistas del establishment que realiza un balance negativo de la década por excelencia de la “globalización”. Un académico de prestigio, que pasó por varias y representativas instituciones universitarias de los Estados Unidos. Fue también asesor del presidente W.J. Clinton y además premio Nobel de economía en el año 2001. Con sus críticas al Fondo Monetario Internacional marcó un giro por aquella época, en sintonía con los acontecimientos que se generaron por la crisis económica, social y política que atravesó América Latina luego de la crisis asiática de 1997. “El malestar en la globalización” (2002) y “Los felices 90: la semilla de la destrucción” (2003) son dos títulos que grafican elocuentemente su posición.

12 “La guerra de los Balcanes, Afganistán, Irak, el Cáucaso, Palestina y diversos países de Africa ha inaugurado una etapa de guerras imperialistas de alcance internacional, que refutan por completo la pretensión universalista de la “globalización”, su carácter idílico, o sea puramente “económico” y “pacífico”, o la “naturalidad” de la supremacía del capitalismo en la presente etapa histórica. El derrumbe “práctico” e ideológico de la “globalización” se expresa en el resurgimiento de sus expresiones formalmente opuestas, como la del “choque de civilizaciones”, la necesidad de “las construcciones nacionales” o la especie del terrorismo internacional como una guerra mundial que no se presenta como un enfrentamiento entre estados. Esta nueva oleada de guerras es apenas la etapa preliminar de un nuevo período de matanzas. Ella es, antes que nada, una expresión eminente del empantanamiento del capital. No involucra solamente una rivalidad comercial relativa al petróleo y a los mercados de materias primas del Asia central. Es una manifestación irrefutable de que la restauración capitalista es un proceso de violencias y de guerras. Su hilo conductor la lucha por la conquista económica y política del espacio dejado por la disolución de la Unión Soviética y por el control de la restauración capitalista en China. La hegemonía de la restauración capitalista por alguno de los bloques en disputa desequilibraría decisivamente las relaciones de fuerza entre las distintas potencias imperialistas. La lucha por la conquista de los mercados orientales de Europa y de Asia tiende a transformarse, por este motivo, en una lucha interimperialista sin paralelo en la historia. Esta lucha interimperialista, expresión de una crisis enorme en las relaciones entre las clases dentro de todos los estados, deberá potenciar las crisis y las luchas entre las clases en todas las naciones, incluidas las semi-colonias” (Altamira, 2004).

13 El 22 de septiembre de 1985, en la ciudad de Nueva York, se celebró el Acuerdo Plaza. Lo suscribieron las cinco naciones más industrializadas: EE.UU., Japón, Alemania, Reino Unido y Francia. Este acuerdo, en lo fundamental, tendió a depreciar al dólar respecto del yen japonés y el marco alemán. Con ello se puso fin a una política que desde fines de los setenta había promovido una defensa del dólar, hecho que caracterizó al primer gobierno de Ronald Reagan. Con un déficit comercial y un déficit fiscal abultados, a mediados de los ochenta la administración Reagan produjo un viraje respecto de esa política inaugurada por Paul Volcker en las postrimerías del gobierno de James Earl Carter. Las consecuencias inmediatas de esta nueva situación se verificaron tanto en Europa Occidental como, sobre todo, en el este de Asia. Precisamente aquí, el Japón debió acelerar su trasvasamiento industrial hacia su entorno inmediato, el de los nuevos países industrializados, Corea del Sur, Taiwán, Hong-Kong, Singapur, Malasia y Tailandia, los popularmente conocidos como “Tigres”. Para una mejor comprensión de este proceso puede consultarse el trabajo de Halevi y Lucarelli (2002).

14 En el año 2003 el geógrafo británico David Harvey publicó “El nuevo imperialismo”. Con esta obra, originalmente editada por Oxford, un año después traducida al castellano por Akal, podemos decir que se da reinicio al tratamiento extendido del concepto de imperialismo en el ámbito universitario.

15 En Grecia, por ejemplo, se vivieron dos años de fuertes convulsiones entre el 2010 y el 2012 fundamentalmente. Fue una reacción extendida a la crisis de deuda que el país enfrentó, o mejor dicho, a las políticas de “austeridad” o “ajuste” como las conocemos aquí en América Latina.

Durante el año 2011, asimismo, estallaron dos movimientos de protesta. En España los “Indignados”, un proceso que duró casi un lustro y que enfrentó a las políticas que en la Unión Europea se prescribieron para aquellos países que fueron arrastrados por la crisis internacional de 2008/2011. Las políticas “austeritarias” fueron sindicadas como las “terapias de choque” de los sectores financieros en el control de los gobiernos de esos países. Por último, vale citar aquí al movimiento “Occupy Wall Street”, que en septiembre de ese mismo año 2011 escenificó un otoño caliente en los EE.UU. Este movimiento debe enmarcarse en este proceso revulsivo internacional, producto de los padecimientos por parte de la población de las consecuencias de la crisis mundial y de las políticas que llevaron a ella y cómo la enfrentaron. El genérico “neoliberalismo”, entonces, se constituyó en el blanco de los sectores movilizados por la crisis y los “ajustes” que le sucedieron. En el plano de la política institucional electoral las consecuencias se observarían poco tiempo después.

16 “Si el año pasado estuvo marcado de principio a fin por el ominoso estallido de la crisis económica, cuya evidente inminencia tantos negacionistas se empeñaban en acallar, este año que ahora termina ha estado presidido por la lucha contra la crisis. Una lucha que finalmente parece haberse visto coronada por el éxito, a juzgar por el rally alcista de las bolsas, que cierran el ejercicio con subidas estratosféricas desde los mínimos de marzo. Por lo tanto, si semejante interpretación fuera acertada, éste sería el mejor momento para empezar a pedir cuentas, exigiendo responsabilidades tanto a quienes permitieron que la crisis se formase como a los que se han beneficiado de su presunta resolución. El diagnóstico dominante en los medios sostiene que la crisis se formó porque, en ausencia de supervisión y control estatal, la irracional desregulación de los mercados financieros los condujo al desastre. Y en ese punto de inflexión, cuando la burbuja especulativa pinchó y los capitales huyeron en estampida presos de un ataque colectivo de pánico, la única solución posible fue regresar al viejo keynesianismo interventor, pasando los mercados a ser controlados directamente por los Estados, que para poder salvarlos tuvieron que inundarlos con masivas inyecciones de gasto público deficitario. En suma, el neoliberalismo sería el gran culpable, o al menos el principal causante, y el ya casi olvidado keynesianismo, teóricamente superado por aquél, habría sido la única salvación. Pero si esta interpretación oficial resulta paradójica, mucho más lo parece su traducción política. Pues ¿cómo se entiende, entonces, que los representantes socialdemócratas del keynesianismo pierdan todas las elecciones, saliendo derrotados como los grandes perdedores de la crisis, mientras los representantes conservadores del neoliberalismo quedan victoriosos, imponiendo por doquier su virtual hegemonía? Una posible explicación es que el keynesianismo aplicado hoy ya no es aquel keynesianismo público, progresivo y reformista que presidió la edad de oro de la socialdemocracia en los años sesenta, sino que se trata de un keynesianismo completamente distinto, por su carácter a la vez privado, conservador y reaccionario. Un keynesianismo de derechas, para entendernos, pues no beneficia a las rentas del trabajo sino a las rentas del capital. De ahí que haya logrado imponer una salida de la crisis de tipo restaurador, de acuerdo al célebre efecto Lampedusa: es preciso que todo cambie para que todo siga igual. Es la única conclusión que puede extraerse de la práctica de un keynesianismo estatal que privatiza los beneficios

y socializa las pérdidas, contribuyendo no a reformar sino a restaurar la financiarización de la economía. Pero esta práctica derechista del keynesianismo privatizado, restaurador de la tasa de beneficios del gran capital, no es nueva en absoluto, pues ya la acometió mucho antes Hitler en los años treinta, y luego Reagan en los ochenta, que es precisamente cuando se sentaron las bases de la actual dominación financiera. Pues más allá del keynesianismo militarista que hoy inspira a Bush y también a Obama, haciendo del gasto en defensa el gran motor de la demanda agregada, la clave real de este nuevo keynesianismo financiero es hinchar la demanda mediante el endeudamiento crediticio” (Gil Calvo, 2009).

17 Desde el año 2008 se constata una continua recuperación de la iniciativa rusa. Primero en Osetia del sur, ese mismo año. Luego en Chechenia, en el 2009. Estas enérgicas respuestas en el Cáucaso fueron el preanuncio de Crimea en el 2013 y la llegada al teatro sirio en el año 2015.

En paralelo, África del Norte y Medio Oriente se vieron sacudidas por una serie de movilizaciones y levantamientos populares que inestabilizaron a varios países. Se ha conocido a este período como el de la “Primavera Árabe” y abarcó de 2010 a 2012 aproximadamente. Estos últimos acontecimientos están en la base del giro que la administración Obama le imprime a su estrategia de política exterior.

18 “La política militar norteamericana ha iniciado un cambio histórico que le lleva a potenciar su proyección en Asia (...) Después de todo, el centro global de gravedad está virando hacia la región de Asia-Pacífico, vinculando más estrechamente aún la prosperidad y la seguridad futuras de Estados Unidos a esta región de rápido crecimiento. Al mismo tiempo, un creciente gasto militar, desafíos a la seguridad marítima, amenazas no tradicionales que van desde la piratería hasta el terrorismo y la destrucción generada por los desastres naturales, hacen que el contexto de seguridad de la región sea más complejo. Por estas razones, el Departamento de Defensa de Estados Unidos está llevando a cabo un reequilibrio del interés y la postura estratégicos de Estados Unidos frente a la región de Asia-Pacífico (..) Estados Unidos es y siempre será una nación del Pacífico. Ha peleado y derramado sangre preciosa para darles a los países de la región de Asia-Pacífico la oportunidad de alcanzar la prosperidad y la seguridad. Seguimos comprometidos con mejorar las vidas de todos aquellos que son parte de la familia de naciones del Pacífico. El objetivo del reequilibrio es cumplir con ese compromiso con el sueño de un siglo XXI mejor y más Seguro” (Panetta, 2013).

19 A partir del año 2011 EE.UU. va a forzar la situación en África del Norte y Medio Oriente. A través de una intervención manifiesta produjo un cambio de régimen en Libia y dio inicio a una larga intervención en Siria, tratando de deshacerse del gobierno de Bashar al-Äsad. El estado libio, tras la muerte de Muamar el Gadafi, concluyó en una organización estatal fallida, en disputa, con una abierta puja entre potencias por el control de su destino. La intervención en Siria, en tanto, facilitó la expansión del Estado Islámico, la instauración de un régimen transitorio de éste asentado en el interior de Siria e Irak y finalmente condujo a la respuesta en el terreno de Rusia, produciéndose entonces el vuelco del conflicto sirio y el aplastamiento del Estado Islámico.

20 Un momento importante, probablemente determinante en la evolución futura de la

situación en Medio Oriente, ha sido el magnicidio del 3 de enero de este año en Bagdad, la capital iraquí, de Qassem Soleimani, comandante de la Fuerza Quds, una unidad de élite de la Guardia revolucionaria Islámica. Esta acción, que fue un claro acto de bandidaje internacional, ha constituido un “cruce de líneas rojas” por parte de EE.UU. y sólo puede concebirse en el marco de una decidida acción de provocación mayúscula. Su objetivo, llevar la relación con Irán a un punto de no retorno, dando un salto en la ofensiva estadounidense abierta en el año 2018 con el repudio del acuerdo nuclear que la administración Obama había firmado.

21 La política exterior estadounidense, amparada en el 2001, se volcó a una acción enérgica, forzando una intervención en Medio Oriente y Asia Central. El objetivo declamado fue la lucha contra el fundamentalismo islámico encarnado en Al Qaeda. Tras los sucesos de 2011 (muerte de Osama Bin Laden en Pakistán), la política estadounidense viró al supuesto combate al Estado Islámico, un producto éste de la invasión estadounidense a Irak. Pero a la par de ella, el cambio efectivo de estrategia de defensa producido ese mismo año 2011, ubicó a China como principal desafío futuro del país norteamericano. Con Donald Trump, esta política antichina se ha visibilizado abiertamente. Al cabo de poco más de una década, los EE.UU. han sincerado los verdaderos propósitos de su predatoria actividad internacional desde el año 2001 en adelante.

22 Véase Beinstein (2016).

23 La Organización de Cooperación de Shanghái (OCS) es un bloque político y económico fundado por China, Rusia, Kazajistán, Tayikistán, Kirguistán y Uzbekistán el 15 de junio de 2001. Su antecedente inmediato fue el Grupo de Shanghái o Grupo de los 5, conformado por todos los países mencionados menos Uzbekistán, en 1996. Actualmente también se encuentra integrado por India y Pakistán, dos potencias nucleares, desde el año 2017 (Sitio web oficial de la OCS, 2020).

Esta asociación estratégica se sustenta en la integración euroasiática y se basa, fundamentalmente, en el tándem ruso-chino como su pilar más importante. Es la organización geopolítica más grande, en términos de superficie y población, del mundo, y también, la más dinámica (Bleitrach, 2008).

El acercamiento político de estos países se materializa en la conjunción de algunas instituciones e iniciativas de gran relevancia. La OCS mantiene un enlace permanente con la Unión Económica Eurasiática, el Banco Asiático de Inversión en Infraestructura, el Banco de Desarrollo de los BRICS y la Iniciativa de la Franja y la Ruta, conocida como Rutas de la Seda (Escobar, 2017).

24 Hacia fines del año 2013, Xi Jinping dio a conocer los lineamientos del proyecto de política exterior chino denominado la “Iniciativa de la Franja y la Ruta”, en relación a la “Franja Económica de la Ruta de la Seda” y la “Ruta de la Seda Marítima del siglo XXI” (Xinhua, 2016).

Ferdinand von Richthofen, geógrafo alemán, introdujo el término “Ruta de la Seda” en 1877 para referirse al conjunto de caminos de miles de kilómetros que unían China y Europa a través de la ciudad de Constantinopla hace dos mil años (Polo, 2013). En estos términos, las “Nuevas Rutas de la Seda” constituirían la versión moderna de esos antiguos trayectos comerciales.



El plan estratégico de China consiste, fundamentalmente, en complejas redes de transporte, comunicaciones e infraestructuras repartidas por los cinco continentes (Liy, 2015; 2018), aunque el interés geográfico principal es, sin dudas, el megacontinente euroasiático.

En la actualidad, China ha firmado 200 documentos de cooperación con 138 países para desarrollar las Nuevas Rutas de la Seda (Sitio web oficial de la Franja y la Ruta, 2020). Sin embargo, la ausencia de las potencias occidentales indica un desacuerdo explícito.

25 El plan Made in China 2025, presentado en el año 2015, se basa en apuntalar 10 sectores manufactureros clave de China (nuevas tecnologías de la información, biomedicina, transporte por ferrocarril, robótica, entre otros), con el fin de que las empresas nacionales obtengan la supremacía en el mercado interno y puedan competir internacionalmente (Hornby, 2018).

Esta serie de avances técnicos y científicos en la industria china pretende cambiar la producción masiva de productos baratos por otros de mayor valor añadido (Fontdeglória, 2015).

Desde el punto de vista geopolítico, Made in China 2025 representa un programa destinado a reemplazar a Estados Unidos como la superpotencia tecnológica dominante en el siglo XXI (Castro, 2020). Uno de los ejemplos más patentes de esta situación remite a la dependencia de la industria militar norteamericana de componentes vitales fabricados en China (Yepe, 2018).

26 “No creo que, en este sentido, China pueda obtener grandes réditos de la crisis coronavírica, aunque suplantará comercialmente a los Estados Unidos en los próximos años. Pero es un escenario que ya se estaba dibujando antes de la pandemia. El mundo entero desconfía de China por su sistema político autoritario y su papel en el nacimiento del virus (...) Hay otro elemento que hay que tomar en cuenta: existe una demanda por parte de los países occidentales de liderazgo de los EE.UU., no de China. Pero es una demanda frustrada por la política de destrucción del sistema de alianza occidental determinada por la política aberrante e histriónica de Donald Trump. Este terrorífico estado de cosas podría cambiar si este mandatario pierde las elecciones. Aunque, en el fondo, sobre los grandes ejes estratégicos, no haya grandes diferencias entre Republicanos y Demócratas” (Naír, 2020).

## REFERÊNCIAS

- ALTAMIRA, J. La ideología del imperialismo. **Noticias del CeHu** 31/14. 2004.
- BEINSTEIN, J. **La larga crisis de la economía global**. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 1999.
- BEINSTEIN, J. “La ofensiva imperialista, desatada al derrumbarse la URSS, se ha empantanado en Asia”. **Red de Geografía Económica** 690/20. 2016.
- BLEITRACH, D. La organización de Cooperación de Shanghái apoya a Rusia. **Rebelión**. 2008.
- CASTRO, J. China retoma el centro de la economía mundial. **Clarín**. 28 de mayo 2017.
- CASTRO, J. Huawei desafía a EE.UU. por el dominio del 5G en el mundo. **Red de Geografía Económica** 774/20. 2020.
- DER SPIEGEL. The Beginning of De-Globalization. **Red de Geografía Económica** 710/20. 2020.

- ESCOBAR, P. Claves geoeconómicas para entender qué pasa en Oriente Medio y Eurasia. **Rebelión**. 2017.
- FONTDEGLÒRIA, X. China quiere cambiar producción barata por innovación y tecnología. **El País**. 2015.
- FRIEDMAN, T. **La Tierra es plana. Breve historia del mundo globalizado del siglo XXI**, 2005.
- GEJO, O. Sistema y Economía Mundiales. En Benítez, J.; Liberali, A. y Gejo, O. **Estructura Económica y Comercio Mundial**. Buenos Aires: Ediciones Pharos, pp. 77-142, 1995.
- GEJO, O. y BERARDI, A. La cuestión china: algunas hipótesis sobre el sistema mundial. **Revista Meridiano**, N° 2. 2013.
- GEJO, O., KEEGAN, G. y REBOTTARO, A. Apuntes para una geografía de la historia. **RED Sociales**, Vol. 03, N° 01. 2016.
- GEJO, O., KEEGAN, G. y REBOTTARO, A. Crisis y Geografía. Las crisis económicas de la “globalización”. **RED Sociales**, Vol. 04, N° 05. 2017.
- GIL CALVO, E. La privatización del neoliberalismo. **Red de Geografía Económica 743/20**. 2009.
- GUIMÓN, P. Tony Blair, ex primer ministro británico: “Europa debe evitar la hostilidad ya que el ‘Brexit’ no es un debate cerrado”. **Red de Geografía Económica 680/20**. 2020.
- HALEVI, J. y LUCARELLI, B. Japón: la crisis de estancamiento. **Revista Globalización**. 2002.
- HARVEY, D. **El nuevo imperialismo**. Madrid: Akal, 2003.
- HORNBY, L. Beijing minimiza la política de Made in China. **Financial Times**. 2018.
- LE MONDE. Après la pandémie liée au coronavirus: un ordre mondial à réinventer. **Red de Geografía Económica 660/20**. 2020.
- LENIN, V. **El imperialismo, fase superior del capitalismo**. Buenos Aires: Anteo, 1973.
- LEVITT, T. La globalización de los mercados. **Harvard Deusto business review**, N° 16. 1983.
- MARIRRODRIGA, J. Bienvenidos a 1453. **Red de Geografía Económica 2/20**. 2020.
- NAÏR, S. La economía que llegará después del coronavirus. **Red de Geografía Económica 1016/20**. 2020.
- O’NEILL, J. Building Better Global Economic BRICs. **Global Economics**, Paper N° 66. 2001.
- PANETTA, L. El reequilibrio de EE.UU. hacia el Pacífico. **El País**. 2013.
- POLO, H. Retorno a la «ruta de la seda». **Rebelión**. 2016.
- STIGLITZ, J. **El malestar en la globalización**. Taurus, 2002.
- STIGLITZ, J. **Los felices 90**. España: Taurus, 2003.
- THE ECONOMIST. Has covid-19 killed globalisation? **Red de Geografía Económica 670/20**. 2020.
- VIDAL LIY, M. Las nuevas rutas chinas de la seda. **El País**. 2015.
- VIDAL LIY, M. La Nueva Ruta de la Seda, el gran plan estratégico de China. **El País**. 2018.
- XINHUA. **Cronología de Iniciativa de Franja y Ruta de China**. 2016.
- YEPE, M. Lo que esconde la guerra contra China. **América Latina en movimiento**. 2018.

Sitio web consultado:  
[www.yidaiyilu.gov.cn](http://www.yidaiyilu.gov.cn)

---

# CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO VIGENTE

## CITIZENSHIP AND GLOBALIZATION IN THE CURRENT PRODUCTION MODE

## CIUDADANÍA Y GLOBALIZACIÓN EN EL MODO DE PRODUCCIÓN ACTUAL

José Misael Ferreira do Vale<sup>1</sup>

**RESUMO:** O Autor do texto faz estudo sobre a contribuição do Ilustre Geógrafo Milton Santos sobre temas fundamentais da Ciência Geográfica. Evidencia que o ensino da Geografia alcança relevância com os estudos relativos ao espaço visto como síntese dialética dos “sistemas de coisas” e “sistemas de ação” que acontecem no interior do modo de produção capitalista. Chama a atenção para a Educação voltada à cidadania numa Sociedade Civil com enormes desigualdades sociais, econômicas, educacionais, políticas e culturais ampliadas, pelo modo produção vigente, voltado para o benefício de minoria poderosa.

**Palavras-chave:** Milton Santos. Geógrafo. Espaço físico e social. Ensino de Geografia. Cidadania e Civismo. Globalização. Sociedade Civil.

**ABSTRACT:** The author of the text makes a study on the contribution of the Illustrious Geographer Milton Santos on fundamental themes of Geographic Science. It shows that the teaching of Geography reaches relevance with studies related to space seen as a dialectical synthesis of “systems of things” and “systems of action” that take place within the capitalist mode of production. It draws attention to Education aimed at citizenship in a Civil Society with enormous social, economic, educational, political and cultural inequalities, increased by the current production mode, aimed at the benefit of a powerful minority.

**Keywords:** Milton Santos. Geographer. Physical and social space. Teaching Geography. Citizenship and Civility. Globalization. Civil society.

---

<sup>1</sup> O autor é formado em Filosofia pela USP. Mestrado em Educação pela FEUSP, Doutor em Filosofia da Educação pela Universidade Católica de São Paulo. Professor de Filosofia da Educação nos cursos de Pedagogia de Marília e Bauru, ambos da UNESP. Professor de Cursos de Pós-graduação da UNESP. Diretor da Faculdade de Ciências da UNESP de Bauru (SP) no período de 1997-2001. Começou as atividades docentes em 1957 como professor primário. Membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru - SP. E-mail: jmisaelvale@yahoo.com.br.

Artigo recebido em janeiro de 2022 e aceito para publicação em maio de 2022.

**RESUMEN:** El autor del texto realiza un estudio sobre el aporte del Ilustre Geógrafo Milton Santos sobre temas fundamentales de la Ciencia Geográfica. Muestra que la enseñanza de la Geografía alcanza relevancia con los estudios relacionados con el espacio visto como una síntesis dialéctica de “sistemas de cosas” y “sistemas de acción” que se dan dentro del modo de producción capitalista. Llama la atención la Educación dirigida a la ciudadanía en una Sociedad Civil con enormes desigualdades sociales, económicas, educativas, políticas y culturales, acrecentadas por el actual modo de producción, en beneficio de una poderosa minoría.

**Palabras clave:** Milton Santos. Geógrafo. Espacio físico y social. Enseñanza de la Geografía. Ciudadanía y Civilidad. globalización. Sociedad civil.

Convidado que fui para dizer sobre a importância da pessoa do Professor Doutor Milton Santos nos estudos científicos de Geografia e, ao mesmo tempo, sobre a questão da “representação e interpretação do espaço físico-social no ensino da Geografia Escolar”, achei por bem falar, também, sobre aspectos básicos de provável Teoria da Educação Escolar que advogo, após muitos anos de docência, em todos os níveis de ensino do país.

Antes, porém, é necessário dizer algumas palavras sobre a ilustre pessoa do Geógrafo Milton Santos, autor de inúmeras obras sobre o espaço científico e social da Geografia como objeto de ensino capaz de formar alunos dotados de consciência crítica em relação ao país e ao mundo. Ao ler as obras de Milton Santos percebi que o mestre não ficava preso ao fato ou fenômeno observado, mas a sua inteligência integradora ia além e procurava reunir ideias capazes de fornecerem uma interpretação legítima do fato observado. Para tanto, não tinha receio de incluir em suas análises pensamentos de autores não necessariamente geógrafos para esclarecer aspectos importantes da Geografia Física e Humana. O pensador sabia que a Geografia seria enriquecida em suas análises com o aporte de pensamentos de áreas de conhecimento afins dignas de respeito. Leitor assíduo de *Sartre*, autor de análises filosóficas sobre a importância da liberdade no *projeto social de nação*, sempre cobrou para o nosso país um projeto social (político, econômico, cultural, moral etc.) para o Brasil, como forma de engrandecê-lo como país relevante. Assim, como era possível conhecer uma pessoa pelo seu *projeto de vida*, do mesmo modo seria possível conhecer mais fundo a nação pela explicitação de seu projeto de país livre e soberano. Pessoalmente me atrevi a ler obras de conteúdo geográfico porque Milton Santos me disse que havia necessidade de a Geografia ter a ajuda do pessoal da Educação e de outras áreas das Ciências Humanas. E a leitura de suas obras evidencia o quanto o Geógrafo valorizou o pensamento crítico reflexivo de autores de outras áreas afins à Geografia. Foi o que aconteceu com o pensamento de Marx implícito nos textos do Geógrafo em relação à importância de análise aprofundada do modo de produção capitalista que realça a ciência política e a ciência econômica numa dialética voltada para hegemonia do todo social. Sabe-se que a leitura do Filósofo da Práxis oferece a qualquer estudioso da Sociedade um método precioso de abordagem da realidade física e social.

Viver numa sociedade capitalista é conviver com a *desigualdade e injustiça social* oriundas de uma estrutura de poder que tem suas mãos *os meios de produção* e o *Estado* controlador e mantenedor, em última instância, da ordem social hegemônica de uma minoria poderosa. Milton Santos acreditava no poder da *Sociedade Civil* esclarecida e consciente de ações públicas no favorecimento das populações mais necessitadas do país. Daí, a sua crença no poder das ações de *políticas públicas* voltadas para a resolução ou encaminhamento dos problemas sociais como fator de transformação de uma sociedade que não valoriza os trabalhadores e não leva em conta os direitos do cidadão em relação à saúde, ao emprego, ao “tempo livre”, à cultura e à educação escolar pública. A *res publica* exige a participação política de todas as pessoas da Sociedade Civil, como estratégia básica para enfrentar o Estado organizado com base na produção econômica das forças de trabalho. Trabalho gerador do valor mediante a participação do povo trabalhador na *produção da mercadoria*, síntese de *valor de uso* e *valor* (de troca) segundo a *Teoria do Valor* pensada por Marx, relegada ao esquecimento pela economia oficial de nosso tempo. A Teoria do Valor de Marx é dialética; estabelece a relação entre a *qualidade* e a *quantidade*, dois aspectos distintos articulados da realidade físico-social. O valor de uso da mercadoria diz respeito à utilidade, à necessidade, à carência da mercadoria ou coisa considerada. Só tem valor o que é necessário à pessoa humana. O valor de troca indica o valor da mercadoria ou da coisa considerada para os desejos humanos. O valor, neste caso, significa transação econômica que tem por base o valor-dinheiro mediante o qual o dono do capital ajuíza o lucro do investimento ou do empreendimento ao estabelecer a relação de custo da mão de obra e dos gastos de produção etc. É o trabalho do trabalhador que gera a maior parte do valor da mercadoria através da chamada *mais-valia*. Percebe-se que o trabalhador é parte importante no processo de produção da riqueza econômica do país que exige sempre melhor qualificação profissional por meio da Educação.

Nesse sentido ousa apresentar uma visão de Educação Escolar como relação dialética entre *conteúdo* e *método* ou *conteúdo* e *forma* como aspecto fundamental para a formação dos alunos da Educação Infantil à Universidade no domínio de conteúdos científicos e tecnológicos bem como domínio da Língua Pátria e conteúdos culturais relevantes ao mundo contemporâneo *como agente de produção material e imaterial*.

A relação entre os aspectos da prática educativa é *dialética* porque posto o *conteúdo* a ser estudado e assimilado, obriga, necessariamente, o docente a pensar e arquitetar um *modo* de *como* ensinar determinado conteúdo relevante. A rigor não há ensino sem conteúdo. Quem ensina, leva algo significativo a alguém. *Professor e aluno* se encontram na *relação dialética* de *quem ensina* e de *quem aprende* no plano da formação escolar do aluno. A relação dita *dialética* resgata o movimento histórico que se caracteriza no sentido de “a” para “b” (esquerda para direita) e de “b” para “a” (direita para esquerda) numa ação de conhecimento e relacionamento entre coisas diferentes. A *dialética* se caracteriza pela “síntese do diverso”, coisas diferentes que se relacionam necessariamente formando um “todo” de ações.

O método dialético capta o *movimento histórico* da realidade física e social. A relação de conhecimento na prática social da Educação coloca a *quantidade* em vínculo com a *qualidade*. O *Educador* sintonizado com as classes populares valoriza em primeiro

lugar a *quantidade* porque sabe do valor instrumental e social da Educação na formação de **todos os jovens**. Mas, não basta oferecer a Educação sem restrição para toda a sociedade. É preciso, num segundo momento dialético, encontrar as formas adequadas de atender às necessidades pessoais e sociais do contexto. Erra quem inverte a *ordem dialética* e propõe o “ensino de qualidade”, em primeiro lugar, sem levar em conta os aspectos quantitativos (como atendimento de todos os alunos, capacidade da escola, o conforto da sala-de-aula, a alimentação dos alunos, banheiros, bebedouros, área de recreio, a formação do professorado etc.). O “ensino de qualidade”, sem o respeito à quantidade, gera sempre o ensino “elitista” para poucos esquecendo “os esfarrapados do mundo”. Assim, aconteceu no país, em relação ao ensino colegial confessional, desde a Colônia, dirigido para poucos privilegiados. Pobres dos escravos, mulheres, crianças, desafortunados de toda ordem que não tiveram a oportunidade do ensino voltado para o domínio do ler, escrever e calcular, ponto inicial para a assimilação gradativa da cultura nativa e adventícia.

Na relação dialética entre *ensino e aprendizagem*, há um espaço físico-social privilegiado, de há muito conhecido, **a sala de aula**, no contexto de qualquer educação formal, onde acontece a relação docente professor-aluno. Com razão Florestan *Fernandes* afirma em *O Desafio Educacional* que “a sala-de-aula fica na raiz da revolução democrática: ou ela forma o ser humano livre, autônomo, o cidadão, ou ficaremos entregues de forma mistificadora a um antigo regime que possui artes para se transformar continuamente com mudanças superficiais da economia vigente”. O espaço da *sala-de-aula* é o local adequado para a relação de conhecimento e conscientização da realidade física e social através das ciências, tecnologias e sistema informacional como, aliás, pensava Milton Santos. Na perspectiva “miltoniana” o currículo escolar desde o ensino infantil, teria de privilegiar o pensamento científico, racional, tecnológico, linguístico, moral e informacional como *valores* maiores da inicial formação humana. Sem alfabetizar toda a população ensinando o ler, o escrever e o calcular nenhum país ou nação avança de maneira sólida em seu desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. O maior perigo será privar os alunos das camadas populares da Educação Integral, necessária à era industrial e que se apresenta como irreversível para civilização atual baseada na produção de mercadorias para o atendimento das necessidades humanas. Mas, cumpre alertar para o fato de quando se fala em ciência como totalidade há de se considerar dialeticamente a ciência física e a ciência humana. Acredito, por exemplo, que a Geografia e a História são, dialeticamente, ciência física e ciência humana; em ambas há **fato e valor, realidade e propósito, juízos de realidade e juízos de valor** sobre o mundo e as coisas, bem longe da concepção “positivista lógica” que separa a *ordem da realidade* da *ordem do valor*.

Cumpramos observar que a Escola Nova Popular (no caso, a escola de Celéstin Freinet e a de Paulo Freire) elaborou metodologias próprias para atender aos alunos das camadas populares, o primeiro, criando variadas técnicas didáticas para assimilação do conteúdo ( “a aula passeio”, “o texto livre”, “o livro da vida”, “a conferência feita pelo aluno”, “a tipografia na escola”, “a correspondência escolar” etc.); o segundo, aplicando metodologia própria de alfabetização para jovens e adultos (através de “palavras e temas geradores”, com base em palavras trissílabas do contexto de vida do aprendiz) a permitir pelo processo combinatório

das sílabas, a formação de novas palavras e a possibilidade de se chegar à formação de frases. De forma geral, a Escola Nova criou inúmeros expedientes de base psicológica como, por exemplo, o Método de Projeto, o Centro de Interesse e de todos os temas abordados pelos teóricos do “ativismo” pedagógico escolanovismo: Claparède, Ferrière, Montessori.

O segundo aspecto da Teoria da Educação Escolar que destaco é o *contexto da Educação Escolar*. A educação sempre está ligada ao entorno e às ideias dominantes dos grupos dominantes, como escreve o Filósofo da Práxis em *A Ideologia Alemã*. Leia, por exemplo, a afirmação a seguir:

O resultado geral é que, uma vez obtido, serviu de guia para meus estudos pode formular-se, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina a sua consciência. (...) E continua o Filósofo da Práxis: Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas, por si mesmas, nem pela chamada “evolução geral do espírito humano”; estas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais da existência, em seu conjunto, condições estas que Hegel, a exemplo de ingleses e franceses do século XVIII, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. (*A Ideologia Alemã*, p.102 e 103)

Ciente de que a vida material da existência gera a superestrutura cultural em geral, o terceiro ponto a considerar na Teoria da Educação Escolar (TEE) foi entender que, além dos *conteúdos e métodos*, o *contexto ou entorno da escola*, há a importante questão dos *Fins e Valores* de uma Educação contextualizada. A “sociedade civil” incorpora os modos de pensar, agir e sentir em conformidade com o modo de produção dominante. Nesse processo de desenvolvimento real, o ser humano atua em condições determinadas e empiricamente visíveis. Não lhe cabe atuar abstratamente, mas sim, agir no âmbito do “concreto pensado” longe de “abstrações ocas”, metafísicas, estas, longe da realidade física e social da existência humana real. Milton Santos, que admirava o pensamento de Sartre, tinha claro que a existência precede, sempre, a essência em todos os âmbitos da vida coletiva consciente.

A Geografia e a História são, no meu entendimento, ciências da realidade concreta, seja em relação aos fatos físicos e aos fatos sociais, Além da *descrição* dos fatos e realidades concretas, a *interpretação* geográfica e histórica não pode fugir da realidade concreta do mundo, correndo o risco de se transformar em “flatus vocis” (voz vazia) ao negar os

pressupostos básicos de sua existência concreta e epistemológica. Tanto Milton Santos, bem como a tradição marxista precedente, pensaram os *fins e valores* como práticas sociais (portanto, culturais) a envolver condutas reais e concretas: a formação da pessoa humana pela ação social através da Educação comprometida com valores da democracia liberal ou a popular e com a reflexão ética sob a conduta pessoal e coletiva humanas. Particularmente, no caso de Milton Santos, o descaso comportamental de muitos, taxados pelo Geógrafo de “deficientes cívicos”, certamente não interessados com a “res publica”, mas usufruindo calculadamente dos seus benefícios e lucros, era algo desonesto a ser vilipendiado.

Quero nesta oportunidade parabenizar a Comissão organizadora do evento pelo fato de colocar em evidência o ensino de Geografia na Escola Pública mantida pelo Estado Republicano brasileiro que, através dos políticos de primeira hora, exaltou a necessidade do ensino público popular que não dera a oportunidade da instrução pública aos pobres, escravos, quilombolas, mulheres, crianças e a população de trabalhadores subalternos e abandonados à própria sorte durante a Colônia e o Império. Digo, com segurança, que a educação pública popular, institucionalmente organizada, surge com a República, uma vez que os anteriores setores organizados dentro da sociedade brasileira (a igreja e colônia-império) embora conscientes da questão social da educação pouco fizeram de concreto para instruir a massa de analfabetos existentes, apesar de o ensino primário ter acontecido legislativamente mediante anúncio, em 15 de outubro de 1827, a vontade do Imperador Pedro I pela valorização do ensino primário no reino. Assim, parece justo dizer que a novel República abriu espaço institucional para a formação escolar primária, base inicial da formação do cidadão com consciência social pelo destino da nação brasileira. Os primeiros republicanos colocavam a Educação entre os primeiros propósitos da República que florescia na nação! Com republicanos como Caetano de Campos a formação do professor primário pela Escola Normal foi considerada essencial ao sucesso da escola fundamental.

É preciso dizer que a Escola Pública mantida pelo Estado brasileiro é, certamente, o único espaço social e cultural para que milhões de crianças *pobres e desvalidas* matriculadas no ensino infantil e fundamental a valerem das ferramentas sociais e culturais, (os meios), as ferramentas práticas e simbólicas (como o ler, o escrever e o calcular, o *ABC tradicional* na fala de Mário A. Manacorda) indispensáveis à futura apropriação do *ABC Contemporâneo* que o saudoso Milton Santos identificou como a formação científica, tecnológica e informacional necessárias ao indivíduo e à sociedade de nossos dias em crescente e irreversível processo de industrialização com o desenvolvimento enorme do capitalismo a partir de 1860 e início do século XX.

Atualmente a Escola Pública brasileira mantida pelos cofres públicos, por princípio constitucional, é desafiada pela *dialética da quantidade e da qualidade* mediante o repto de não deixar nenhuma criança fora da escola e ao mesmo tempo criar uma escola com ambiente favorável aos estudos gerais ligados à realidade dos alunos sob a óptica da compreensão e entendimento dos novos tempos. Ademais, cabe à escola e aos professores a difícil tarefa de evidenciar aos alunos pobres e marginalizados, a necessidade de a escola como meio de promover a pessoa para a melhoria pessoal sem destruir a própria *instituição social* chamada



escola como meio de promoção social num contexto competitivo, difícil, criado pelo modo de produção atual. Diante de tal desafio a escola terá de renovar-se, com base em contextos ricos à vivência da criança e do adolescente através de análises e sínteses do espaço próximo do aluno. É enorme o desafio da Escola Pública num ambiente pobre e desigual.

Como alertava o Filósofo da Práxis, falar da *qualidade* é falar da realidade concreta do mundo, longe das abstrações esvaziadas da vida real, abstrações de caráter metafísico distanciadas do fenômeno concreto do mundo. Tratar da Educação Pública Escolar é falar sobre o ensino ministrado por uma **Instituição Social** que não se confunde com Organização Social. A Escola é uma Instituição Social porque é parte integrante, inerente ao direito constitucional da pessoa humana à Educação Pública e como tal não poderá ser confundida com governo sujeito a interesses e orientações particulares de pessoas e grupos. A Escola com Instituição Social não se confunde, como viu muito bem Anísio S. Teixeira, *com empresa ou fábrica sujeita a decisões de um gerente*. A escola é o espaço da sala-de-aula, espaço coletivo, democrático, não discriminador, espaço socializador do conhecimento e da prática legítima para toda a população. Em termos quantitativos o Brasil possui entre 30 a 40 milhões de estudantes. Isso significa que o Brasil grande, possui mais gente nas escolas do que a população integral das Repúblicas vizinhas tomadas de *per si*.

Em termos qualitativos a Escola Pública mantida pelo Estado democrático enfrenta o desafio próprio ao ensino quantitativo. O desafio a que me refiro é a existência real de classes numerosas nos anos iniciais de escolarização sempre condenadas pelos Educadores preocupados com a educação de qualidade. Freinet, na França, dizia que nenhuma Pedagogia resistiria às classes numerosas com apenas um professor para atendimento individualizado dos alunos. A classe “manejável” não deveria ter mais do que 25 alunos numa escola de formação da juventude. Essa orientação pedagógica nunca foi levada a sério no Brasil pelos economistas de plantão sempre interessados em fazer economia com o dinheiro da Educação utilizando expedientes nada louváveis de transferências de orçamentos! As classes lotadas sempre foram a forma mais eficiente de degradar o trabalho docente. O ensino superior privado utiliza-se de classes superlotadas porque tenta aliar o quantitativo com os objetivos maiores da empresa particular (o lucro) sem atender, na maioria das vezes, a função tripla do ensino superior (ensino, pesquisa e extensão).

E, agora José? Como fica o ensino de Geografia e História no interior de um modo de produção capitalista? As duas disciplinas científicas, em nossa visão, trabalham com *juízos de fato* (realidade concreta do mundo) e *juízos de valor* (avaliação da ação humana no interior de um contexto real). Se assim não fosse não seria possível o **ensino crítico-reflexivo** sobre a realidade física e social aos alunos, mesmos aos de pouca idade. Ademais sem a consciência, por exemplo, da **desigualdade social** evidente, um fato de realidade, seria impossível emitir um juízo avaliativo da situação constatada. Nós, os humanos, estamos condenados à emissão de juízo valorativo sobre as ações humanas, principalmente, numa Sociedade de classes! O desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo sempre exigirá análises e sínteses sobre as **coisas** e as **ações humanas**. Esse parece ser o âmagdo do pensamento de Milton Santos que, agora, passo a examinar com mais atenção.

Para começo, seria de todo conveniente dizer que dois temas são uma constante no pensamento do Geógrafo: globalização e cidadania, ambos no espaço do modo de produção burguês capitalista. Como todo pensador progressista Milton sabe e muito bem que o atual modo de produção é o mais evoluído dos tempos modernos. Nunca o mundo produziu tanto e gerou riquezas imensas. Nunca o mundo viu resultados espetaculares no âmbito das ciências e da tecnologia, hoje, com o acréscimo da informática que aumentou a velocidade da produção e da circulação da mercadoria, esta mercadoria a ser fonte de crescimento quase exponencial do trabalho e da riqueza humana. Mas, o modo de produção tão eficiente trouxe consigo a contradição entre o planejamento e a sua execução tão bem formulada por Taylor na formação atual do capitalismo. Como se sabe, a contradição entre as classes envolvidas no processo de produção e a descoberta da “mais valia” antecede as formulações ideológicas e administrativas de Taylor e Fayol, decisões, na verdade, de *poder e soberania*. Diante dessa situação de conflito explícito como conduzir a Educação Integral, intelectual e moral, dos alunos da Escola Pública mantida pelo Estado, como prevê a Constituição do país, com o acréscimo da admissão legal do ensino privado. Assunto para a Filosofia de Educação e a Sociologia Educacional.

É possível dizer de antemão que o enfrentamento da questão da Educação Escolar não seria através do negativo “ensino bancário” descrito pelo Professor Paulo Freire em a “Pedagogia do Oprimido” quando o docente tenta depositar o conhecimento na cabeça do aluno, tal como se faz com o dinheiro numa conta bancária. Não seria possível, também, adotar uma Pedagogia Autoritária, contrária, na base, à necessária transformação política-social-econômica da nação.

Milton Santos sabe que o ensino significativo e transformador terá, sempre, como ponto de partida, a análise do modo de produção dominante e que a “base econômica” será, sempre, geradora de toda superestrutura sócio-cultural-política possível num mundo dividido por necessidades concretas conflitantes. As análises da economia burguesa feitas pelo Geógrafo são minuciosas e relacionadas com o conhecimento de muitos autores consultados em profundidade sobre o espaço social numa democracia liberal. O ensino de Geografia será sempre contextual em busca do “concreto pensado” que o Filósofo da Práxis ensinou no texto “*O Método da Economia Política*”, onde afirmou, de modo peremptório, que o **concreto** é “concreto, por ser a síntese de múltiplas determinações”. O espaço geográfico é, em suma, “síntese de múltiplas determinações” em relação às *coisas* do mundo e às *ações* humanas numa relação dialética entre objetos distintos de análise e síntese. Contudo, o estudioso e o docente de Geografia precisa ter claro que a realidade humana começa com a História, nunca antes da História por capricho de um deus, como num “passe de mágica”. O ser humano nasce biologicamente num mundo histórico e se faz na História. O humano é produto da História e se desenvolve num espaço histórico e geográfico. Como o ensino da Geografia é histórico, ele será passível de transformação ao longo do tempo.

É sempre salutar acrescentar que a *visão* dos estudiosos progressistas é imanente. Não cabe nos estudos de Geografia e História a *transcendência*, o apelo a seres fora o mundo material da Geografia e História concretas. Não cabe, também, a decretação do “fim da

História”. O humano é produto da História, num tempo histórico. Ele nasce com a História e se faz e refaz na História. Nasce-se num contexto histórico-social-cultural: nasce-se numa circunstância, num lugar, que não se escolhe de antemão. Mas, recebe as influências da cultura construída existente ao nascer, mas ao longo do tempo histórico tem a capacidade de mudar a circunstância, ao se constituir como ser social-cultural consciente e assim conseguir mudar a própria História. Não há determinismo posto de antemão, em definitivo, capaz de imobilizar os humanos. Nas *Teses sobre Feuerbach, o Filósofo da Práxis*, afirma que o defeito de todo o materialismo do passado reside no fato de “a realidade sensível ser tomada sob a forma de objeto ou intuição, de modo subjetivo, jamais como atividade humana concreta, isto é, como prática”. O filósofo acrescenta ainda, que “a vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática.”

Dentro de uma visão progressista de Educação o processo de conscientização é fundamental. Educar é conscientizar o aluno sobre o mundo humano e formá-lo, quando possível, numa perspectiva de transformação. Como colocar esse posicionamento gnosiológico no dia-a-dia do ensino de Geografia e História? A resposta é complexa e longa. Tomo a liberdade de ressaltar alguns pontos:

1. Ter como norte pedagógico no ensino, em primeiro lugar, a *exploração concreta do mundo* em toda sua diversidade sob a óptica da ciência, tecnologia e dados informacionais como indicava M. Santos. Colher o máximo de elementos sobre o objeto escolhido para pesquisa e estudo sempre na perspectiva de manter sob observação o “sistema de coisas” e o “sistema de ações” humanas de um aspecto da realidade concreta do mundo. Cada região do Estado de São Paulo apresenta uma história passada em termos do modo de produção vigente. O desenvolvimento industrial, o agrícola e pecuário tomam certa configuração em cada região criando uma base diferenciada com características próprias com agroindústria específica, regiões de produção massiva, trabalhadores especializados e não especializados. Em suma, a produção, com o tempo, reestruturou as formas tradicionais de trabalho em relação ao consumo aumentado das populações. Desta forma, a região de Ribeirão Preto, estudada pela Geógrafa Denise Elias, terá peculiaridades que a Região de Presidente Prudente ou de Bauru não apresentam de modo semelhante em sua evolução socioeconômica. A Região de Presidente Prudente que outrora fora palco de ação da burguesia denominada por um professor meu conhecido de a “elite do boi”, aparece de modo mitigado na Região de Bauru onde impera, desde longa data, a influência real de “a elite do comércio”, “a elite médica” e da “magistratura”. Estas hipóteses precisam ser estudadas desde longa época e verificadas empírica e estatisticamente como relevantes ou não. Exigem comprovação real, baseadas em fatos, ou não passam de simples intuição sem base científica. Intuição é importante para a ciência, mas não é ciência!
2. Ter consciência de que a ciência, tecnologia e informática foram apropriadas pelo capitalismo moderno para o reforço do modo de produção com consequências efetivas para o desenvolvimento urbano e social gerador de cidades com alto aumento do consumo de bens necessários essenciais numa economia de mercado.

A *ferrovia* e o *automóvel*, especialmente no começo do século XX, foram responsáveis pelo desenvolvimento urbano em muitas nações em crescimento. As invenções tecnológicas criaram, na realidade, uma civilização diferente, com modo de produção baseado na produção de mercadorias exigentes em quantidades enormes de ferro e aço e em instalações gigantescas funcionando à base de padrões rígidos de supervisão e controle de produção.

3. Não se deve esquecer que a *mercadoria* é a base do capitalismo, como bem registra *Marx* no capítulo I do Livro I de *O Capital*. Leia esta afirmação inicial de *O Capital*:

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria.

Síntese dialética de “valor de uso” e “valor” (de troca), a *mercadoria* tem longa história no passado da Humanidade, mas é em meados do século XIX e início do século XX que a produção da mercadoria avançou, com a participação do trabalhador nas fábricas, gerando o capitalismo fabril ou manufaturado baseado na propriedade privada dos bens de produção e na “compra” do trabalho operário mediante o salário. O processo de industrialização de mercadorias, centro do modo de produção capitalista, é movimento irreversível na História da Humanidade diante das necessidades do ser humano no mundo, cada vez mais populoso, com mais de 7 bilhões de pessoas. Contudo, o capitalismo industrial abriu espaço para emergência da *contradição* ao criar uma fenda no organismo social entre a classe dominante, proprietária dos bens de produção (maquinarias e bens de produção capitalista), responsável pela produção planejada, administradora do trabalho no interior da fábrica em contraposição ao trabalhador que será obrigado a alienar a sua força-de-trabalho para sobreviver num espaço competitivo. Para gerar o lucro a empresa capitalista se obrigada a dimensionar a relação produção-consumo, a relação matéria prima-preço de venda do produto. Seria falso, todavia, não perceber que o advento da fábrica moderna aumentou consideravelmente a oferta de variados produtos (úteis, na fala de Aristóteles) para quem os pudesse comprar. O trabalho artesanal, todo de início, na mão do trabalhador, ficou para trás diante da “programação”, do “planejamento do trabalho”, das “regras de produção”, do “modo padronizado de produzir”, da “supervisão constante”, dos “índices de produção”, da “avaliação do trabalhador” etc. A “nova administração” instalou a “sala de planejamento do trabalho” como estratégia para conduzir a produção e evitar “a cera do trabalhador” durante o serviço.

4. O mundo mudou com o advento do capitalismo e muito. Não há como negar que o modo de produção burguês gerou multidão de “bens de consumo” e facilitou, em muitos aspectos, a vida social. Muitos foram beneficiados com as benesses do capitalismo, mas multidões ficaram à margem dos benefícios materiais, sociais, educacionais e culturais decorrentes de a oferta mitigada de recursos para a assistência social em geral. Bem poucas vezes a Educação Básica garantiu igualdade de condições a toda a população carente de ensino público. Foi preciso estimular as famílias pobres com recompensas monetárias a fim de

os alunos das camadas populares tivessem os benefícios da escolarização. A falta enorme de creches e ensino dos 4 aos 5 anos anteriores ao ensino fundamental, com as mães trabalhando fora do lar para fugir da miserabilidade cruel dos desempregados, assumiu contornos hediondos com a falta da Escola de Tempo Integral sugerida e praticada por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro (consulte para tanto “O livro dos CIEPS, 1986). O desenvolvimento social do Brasil estava a exigir um novo “tipo” de escola para atender às Comunidades e à Sociedade em geral. Acredito que os CIEPS (Centros Integrados de Educação Pública) levados à frente por educadores bem formados teria evitado a deterioração gradual do espaço social das comunidades e das escolas em geral, com consequências que vemos e percebemos no presente.

5. A crescente urbanização do país, resultado de inúmeros determinantes (aumento demográfico da nação, organização do Estado, crescimento da “sociedade civil”, formação de sindicatos de obreiros, necessidade de habitação para todos, escola integral, saúde e luz para todos, rodovias e ferrovias para atender o interior do país, emprego e investimentos etc.), criou as condições básicas para a sustentabilidade da indústria fabril e o encorajamento das atividades agrícolas de pequeno, médio e grande porte. A longa tradição da monocultura começou a dar lugar à “Agricultura familiar” e à diversificação da produção agrícola (Agronegócio com plantações extensas de soja, milho, algodão, Agropecuária com a criação intensiva de gado de corte e de leite, criação de porcos, bubalinos, equinos etc.) ensejaram a oportunidade da exportação num mundo em processo de constante globalização cruzada. Dá para perceber que o mundo atual é dinâmico e competitivo. O que interessa é produzir e “o que importa é exportar” na fala de um dos Ministros da Economia de tempos passados. Assim, quem não está sintonizado com os novos tempos terá dificuldades diversas, uma vez que a ideologia do sistema “é estudar, viver e trabalhar num mundo tecnológico”. Nada, pois, de Educação Integral que forme o educando “em, muito sentidos” possíveis da Cultura Humana. Nada de “perfumaria”, nada de Literatura, nada de Poesia, nada de Teatro, nada de Filosofia, nada e Sociologia, nada de Geografia Humana, nada de História Crítica etc.

6. A Cidadania perde com uma Educação muito estreita, focada num aspecto importante, mas não único da vida humana. O ensino da Geografia e da História seriam, a meu ver, indispensável à formação da pessoa ativa para a Sociedade Civil, ao acreditar na importância do ensino crítico-reflexivo sobre a realidade social concreta do mundo, competitiva e contraditória com classes distintas que dificultam alcançar a sociedade plena para todos os humanos. Há “muitas pedras no caminho” como diria o Poeta, mas não faltará disposição para que multidões de cidadãos pensem em concretizar um mundo melhor para todos! E a Educação Escolar, de uma forma geral, é porta de entrada para o início da estruturação da *cidadania consciente* para aqueles que a frequentarem com espírito atento. A formação do cidadão é fruto de muitos embates sociais que o ensino significativo da Geografia e da História ajudam a resgatar a cidadania perdida e a recuperar o ensino valioso esquecido para multidões ao longo do tempo histórico. Nesse processo de ativar a cidadania é preciso saber que o poder sempre está posicionado para enfrentar os embates populares que ocorrem no seio da Sociedade Civil. Cabe a todos participarem das *ações populares* que, corajosamente, enfrentam o poder instituído dominante

naquilo que ele tem de injusto, perverso, moroso, falso, mentiroso, burocrático, contrário às necessidades básicas das camadas pobres, incapazes de usar grandes recursos disponíveis para enfrentar o sério problema da falta de moradia e transporte para os trabalhadores, escassez de água encanada tratada e saneamento básico para a população periférica e muito outros pontos que qualquer civil consciente saberá enumerar! Para Milton Santos o engajamento em qualquer movimento social que tenha por finalidade melhorar as condições de vida das populações desassistidas é um movimento de cidadania, numa sociedade de economia de mercado geradora de desigualdade, pobreza e injustiças sociais.

7. O Geógrafo brasileiro, premiado no exterior, sabe que o espaço social é síntese dialética de “sistema de coisas” e “sistema de ações” num processo relacional de “fixos” e “fluxos”. O mundo humano será sempre um embate de coisas físicas e ações humanas, que os estudos de Geografia Física e Geografia Humana cobrem com distinção. Ao utilizar “sistema de coisas” Milton Santos se incorpora aos inúmeros filósofos que, desde a “antiguidade clássica” tomam o conceito de “coisa” como categoria (ideia) legítima. Na Grécia antiga a palavra “coisa” (*ousia, pragma*) era de uso corrente; designava tudo aquilo que poderia ser pensado na natureza (como fenômeno). Quase sempre “coisa” é usada no lugar de “objeto” ou da pessoa. DESCARTES, no século XVII, dizia: “eu sou uma coisa (*chose*) que pensa”. Os romanos usava a palavra “res” para designar “coisa” (“res publica”), coisa pública, tão desvirtuada atualmente. KANT foi além. Após distinguir “as formas *a priori* da sensibilidade (*Espaço e Tempo*) das “categorias da inteligência ou do entendimento”, em número de dez segundo indicação de Aristóteles, o Filósofo alemão distingue a “coisa” (como “*fenômeno*”), passível do conhecimento racional humano, da “coisa-em-si (o “*númeno*”) não conhecível pelo pensamento racional científico. Desde então, nenhum filósofo importante do Ocidente depois de Kant tentou provar *racionalmente* a existência de Deus. A tarefa, difícil, ficou para os filósofos católicos de orientação tomista centrada na ideia aristotélica de “primeiro motor” que “tudo move, mas não é movido”, uma vez que para Aristóteles “não há regressão infinita”. Por outro lado, para K. Barth, teólogo protestante, a Filosofia de Cristo é “Cristo sem filosofia”. Mas, para os estudiosos da Geografia e da História os humanos estão entrelaçados às coisas, vivemos entre coisas, pensamos e agimos no meio de coisas por meio de um “sistema de ação” pensado para compreender a atuar no “sistema de coisas”. Ao analisar os dois sistemas percebe-se que o modo de produção burguês tem um “sistema de ação” centrado no *poder*, na dominação, na direção dos empreendimentos e na criação dos projetos de seu interesse e não nas necessidades dos subordinados. Surge assim, a “sociedade fendida” baseada em fins e valores dominantes, tão forte que os subordinados incorporam a *relação de subordinação* em suas práticas usuais de pressão de cima para baixo. Ouvi e vi, certa feita, um pedreiro bater com a colher na caixa de massa cobrando de modo autoritário o seu ajudante pela demora do material necessário à construção de certa parede. No capitalismo tudo passa a girar em termos da relação superior-subordinado em qualquer atividade considerada vital. Por isso, o processo de privatização torna-se perigoso quando se lembra de Anísio S. Teixeira que, na década de 1960 percebia na sociedade brasileira o ímpeto real de “privatizar o público”. Esse processo tomou força em 1980-1990 com a privatização do ensino superior em decorrência da política

conservadora dos vestibulares que fortaleceu a emergência do “empresário da educação” superior. A meritocracia defendida por muitos poderosos é extremamente excludente uma vez que os vestibulares selecionam poucos e recusam muitos ao ensino superior, mas cumpre o papel de amortecer o ímpeto estudantil por mais vagas. Será sempre oportuno dizer que a verdadeira escola de formação básica jamais poderá ser uma *empresa, uma fábrica!* Todavia o risco existe. Hoje temos o “gerente da escola” ao invés do “diretor de escola”. Parece a mesma coisa, mas envolve afirmação de Filosofias da Educação distintas e contraditórias. A produção fabril e coisa diferente da formação educativa!

8. Como o modo de produção fabril urbano reforçou a oportunidade dos negócios agrícolas de grande monta através de *políticas públicas* destinadas ao agronegócio, também o futuro estará na dependência de “oligopolização” da economia, do território, da cidade e do avanço da política neoliberal com “a ampliação do mercado interno-externo”. A expansão do meio técnico-científico é importante aos destinos da sociedade civil, mas “tudo depende da vontade política” diz Milton Santos. Seria interessante finalizar este estudo transpondo, na íntegra, o pensamento de M. Santos, em “A urbanização brasileira”:

Como será o trabalho nos próximos anos? Da forma como ele for, dependerá a forma como a urbanização se dará, também porque aí pode estar a semente de nova consciência política. Ora, a vontade política é o fator por excelência das transfusões sociais.

Daí, penso na importância de os membros da Sociedade Civil estarem atentos aos rumos da política e sua aia, a economia tradicional, que através do executivo e do legislativo procuram dar forma aos “sistemas de ação” dominantes.

9. É difícil prever o futuro, mas a observação geográfica e histórica tem mostrado o dinamismo das camadas populares diante de iniciativas sociais do poder estabelecido. A construção de Brasília, por exemplo, não se restringiu à transferência do aparelho estatal a uma cidade limitada conforme imaginavam os idealizadores. A “grande cidade” sempre gera cidades “satélites” sem controle amplo do poder decisório. A corrida para conseguir emprego na “nova capital” deslocou multidões de trabalhadores de vários pontos do país (especialmente do Nordeste) gerando inúmeros problemas que a política federal foi obrigada a reconhecer. A intensa presença de trabalhadores com familiares acabou por gerar posteriormente uma “sociedade civil” consciente de suas necessidades. A capital de São Paulo criou inúmeras “cidades médias” no interior do Estado com dinamismo próprio, mas sintonizadas com o poder estadual e dele recebendo auxílios dentro de preocupações políticas. O Estado foi dividido em “regionais” atreladas a diferentes “programas de ação” ditados pela Administração superior. Um deles pareceu-me uma Política de Estado e não uma Política de Governo. Foi o caso do Programa Estadual de Estradas de Rodagem, sempre retomado pelos governadores eleitos como necessidade para o desenvolvimento do Estado. Assim, a “malha rodoviária” partiu da Capital para várias regiões do Estado: a rodovia “Raposo Tavares” seguiu pela região da Sorocabana até além de Presidente Prudente permitindo atingir o Estado de Mato Grosso do Sul e o norte

do Paraná; a “rodovia Rondon”, aos poucos, chegou para os lados de Araçatuba e o Mato Grosso; a “Anhanguera” chegou a Ribeirão Preto e limite de Minas Gerais; a “Washington Luís” seguiu a noroeste rumo ao Triângulo Mineiro e Brasília; a rodovia “Presidente Dutra” uniu, a leste, São Paulo e o Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro e a “Castelo Branco” rumo a oeste passando por Sorocaba atingiu a rodovia Bauru-Ipaussu. A “Fernão Dias” caminhou no sentido de Belo Horizonte e a “Regis Bittencourt”, após muitos transtornos, alcançou Curitiba. Esse plano do governo do Estado de São Paulo não é um projeto meramente técnico. Ele foi um projeto técnico-político. Colocou a capital de São Paulo como centro de desenvolvimento do país, ponto de radiação para vários Estados. Foi, ao mesmo tempo, um projeto de governo que decidiu colocar “a escanteio” as ferrovias paulistas, primeiro suprimindo os “ramais” das ferrovias e depois desativando os trens de passageiros. Esse direcionamento veio a fortalecer gradativamente o transporte por meio de caminhões, gerando uma categoria com forte apelo político. Esta decisão de governo atendeu à política federal voltada para a nascente indústria automobilista e, com o asfaltamento das rodovias, abriu caminho aos proprietários de ônibus estaduais e interestaduais. Toda essa política gerou dinamismo muito palpável na região do ABCD paulista criando intensa industrialização de autopeças, paralela à industrialização automobilística. Mas, essa política de intenso desenvolvimento acabou com a indústria ferroviária paulista que se revelara, de início, com forte pegada na construção de vagões de carga e passageiro e de boas locomotivas. Até hoje temos que importar composições de metrô. Isso é o que os administradores designam de “os resultados não intencionais da prática dominante”. Uma Política de Estado deve estar atenta aos resultados não esperados de sua Política de Poder transitório. É preciso construir e não destruir o que custou muito trabalho do povo para surgir! É difícil harmonizar a *política de manutenção* com a *política de inovação* numa sociedade comandada pelo capital. A história se repete para defesa do Estado capitalista. Quando o BNH atingiu número alto de contratos durante a ditadura, o Estado federal mudou a forma de contrato para aquisição da casa própria, enfraquecendo politicamente o contrato anterior em sucessivas modificações ao criar novas modalidades de aquisição da moradia.

10. Milton Santos percebeu, muito bem, os resultados da Globalização e os efeitos anteriores das Empresas Transnacionais que, a rigor, ultrapassaram o Estado Moderno em poder e ação. Essa nova realidade cria exigências aos trabalhadores, colocando por cima do operário ou funcionário a culpa pelo resultado adverso que a empresa venha a ter. Cria-se, então, a *necessidade de qualificação* por meio de cursos direcionados intencionalmente aos fins e objetivos do negócio, como faz o “Sistema S”. Nesse diapasão, a Informática cria uma multidão de “desclassificados” aumentando o número de rejeitados pelo “sistema de ação”. Essa “política de qualidade” guiada pelo poder cria terror entre os trabalhadores que, muitas vezes, nunca tiveram a oportunidade de aperfeiçoamento e são rejeitados *in limine* e taxados de analfabetos e incompetentes. Criam-se, ano-a-ano, multidões de desempregados. Daí, a necessidade urgente, urgentíssima de **Políticas Públicas** que socorram os necessitados neste mundo de desigualdade que o capitalismo ampliou. Quem salvará o trabalhador necessitado? Sem uma política ampla de investimentos comandada por sérias aspirações sociais e humanas não se sairá da tormenta que poderá abater, ainda mais, a Sociedade Civil!



## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ELIAS, Denise. **Meio Técnico-Científico-Informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto**. Tese de doutorado. São Paulo: USP- Departamento de Geografia da FFLCH, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã e outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- LALANDE, André. **Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico Informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPS**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

---

# UNA MIRADA A MILTON SANTOS DESDE LA BOLIVIA DEL SIGLO XXI

## LOOKING AT MILTON SANTOS FROM THE BOLIVIA OF THE 21ST CENTURY

## UM OLHAR SOBRE MILTON SANTOS DA BOLÍVIA DO SÉCULO XXI

Yuri Sandoval Montes<sup>1</sup>

**RESUMEN:** Milton Santos es conocido en Bolivia recién después de su fallecimiento, en un contexto donde la geografía apenas comenzaba a resurgir luego de la reapertura de la Carrera de Geografía después de la recuperación de la democracia. Sin embargo, sus escritos sobre la geografía a partir de sus textos bibliográficos desde entonces vienen sirviendo a nuevas generaciones de geógrafos y estudiantes de posgrado, mostrando la importancia de la madre ciencia, mostrando además la necesidad de no conformarse con leer ni asimilar corrientes geográficas importadas de ultramar, sino más bien, de reflexionar sobre la realidad que vivimos en nuestros países a partir de un pensamiento crítico latinoamericano, incorporando nuevas visiones y paradigmas como el cambio climático, la pobreza y problemas comunes en el “tercer mundo”, al igual que nuevas técnicas y métodos flexibles bajo un marco espacio temporal contemporáneo, dando además nuevas directrices para pensar la geografía desde los profesionales bolivianos.

**Palabras clave:** Milton Santos. Bolivia. Siglo XXI.

**ABSTRACT:** Milton Santos is known in Bolivia only after his death, in a context where geography was just beginning to resurface after the reopening of the Geography Career after the recovery of democracy. However, his writings on geography from his bibliographical texts since then have been serving new generations of geographers and postgraduate students, showing the importance of mother science, also showing the need not to settle for reading or assimilating imported geographical currents. overseas, but rather, to reflect on the reality that

---

<sup>1</sup> Ingeniero Geógrafo de la Universidad Mayor de San Andrés (Bolivia), Magister en Desarrollo Sustentable (Universidad NUR) y Análisis Geográfico Regional (Universidad de Zaragoza), y Doctor en Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente (Universidad de Zaragoza). Ph.D. Docente – Investigador Universidad Mayor de San Andrés. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7675-857X>. E-mail: [ysandoval@umsa.bo](mailto:ysandoval@umsa.bo).

Artigo recebido em março de 2022 e aceito para publicação em maio de 2022.

we live in our countries from Latin American critical thinking, incorporating new visions and paradigms such as climate change, poverty and common problems in the “third world”, as well as new techniques and flexible methods under a contemporary space-time framework, also giving new guidelines to think about geography from Bolivian professionals.

**Keywords:** Milton Santos. Bolivia. XXI Century.

**RESUMO:** Milton Santos é conhecido na Bolívia somente após sua morte, em um contexto em que a geografia começava a ressurgir após a reabertura da Carreira de Geografia após a recuperação da democracia. No entanto, seus escritos sobre geografia a partir de seus textos bibliográficos desde então vêm servindo a novas gerações de geógrafos e alunos de pós-graduação, mostrando a importância da ciência mãe, mostrando também a necessidade de não se contentar em ler ou assimilar correntes geográficas importadas. refletir sobre a realidade que vivemos em nossos países a partir do pensamento crítico latino-americano, incorporando novas visões e paradigmas como mudanças climáticas, pobreza e problemas comuns no “terceiro mundo”, bem como novas técnicas e métodos flexíveis sob um espaço contemporâneo - horário, dando também novas diretrizes para pensar a geografia a partir de profissionais bolivianos.

**Palavras-chave:** Milton Santos. Bolívia. Século XXI.

## INTRODUCCIÓN

Milton Santos es uno de los baluartes en cuanto a la geografía latinoamericana y ha dado una importante contribución en Europa desde que estaba haciendo sus estudios de doctorado, y posteriormente llegando a ser reconocido incluso con veinte doctorados honoris causa, que ha recibido, tanto en universidades de dicho continente (latinoamericanas) como europeas (FREIJOMIL, 2013), y según el mismo autor, el premio *Vautrin Lud* en el año 2014, otorgado a partir de una votación que realizan geógrafos de distintas partes del mundo para elegir el especialista del área considerado más reconocido por su trayectoria, este premio es conocido como el premio Nobel en geografía.

Para nosotros desde Bolivia ha sido un poco tardío el conocimiento que se ha dado del profesor Milton Santos puesto que la Carrera de Geografía recién se apertura el año 1985; esto porque la carrera de Geografía estuvo cerrada durante las dictaduras militares de la década de 1970 en Bolivia.

Yo ingreso a estudiar Geografía el año mil novecientos ochenta y ocho, en una carrera en la que aún no estaba la asignatura de epistemología de la Geografía inserta en el Plan de Estudios.

Por otro lado, en nuestra carrera recién nos enteramos de la existencia de Milton Santos, mucho después de su fallecimiento.

Entonces, la carrera Geografía en Bolivia, es una carrera que volvió a renacer con ese pasado oculto del accionar geográfico en Bolivia y qué fue cubierto por otras profesiones; por

otro lado, el desconocimiento de esta profesión en Bolivia hizo además que ser geógrafo era simplemente ser visto o considerado como sinónimo de profesor de geografía, tal vez profesor de colegio o de escuela que no era muy visibilizado dentro del ámbito profesional y laboral.

En consecuencia, y por cuestiones incluso de carácter estratégico, se transformó la carrera en una Ingeniería Geográfica<sup>2</sup>, dándole un papel protagónico más a la ingeniería, al uso de los instrumentos, técnicas y metodologías geográficas, que al análisis de su objeto y esencia, discusión no solo llevada en Bolivia, tal como lo señala Moreira (2017). Tuvieron que pasar más de diez años para que recién se comience a hablar de la epistemología de la geografía y también recién a leer las contribuciones de diferentes geógrafos al respecto.

Y entre ellos por supuesto a Milton Santos de quien se comenzaba a hablar en los pasillos que había un latinoamericano que hablaba de geografía, que hablaba de nuevas corrientes, conceptos y de nuevas geografías, y es como parte del conocimiento que tuvimos de Milton Santos, de quien comenzamos a abrazar ese nuevo conocimiento.

Es necesario señalar que, actualmente la Geografía en Bolivia sólo es impartida por dos universidades, una estatal que es la Universidad Mayor de San Andrés y la otra privada por la Escuela Militar de Ingeniería<sup>3</sup>, ésta última con un enfoque más físico – geodésico. Ambas carreras impartidas solamente en el departamento de La Paz.

## **DESARROLLO**

Para comenzar entonces puedo señalar al libro que elaboró, que se llama “El trabajo del geógrafo en el tercer mundo” (SANTOS, 1996), del que ya se habló hace algún tiempo y lo estoy retrotrayendo al accionar de nuestra realidad contemporánea en el marco de lo que es Milton Santos; aunque podemos ver que Milton Santos es un profesor y un geógrafo que ha trascendido más allá de las fronteras no solamente brasileñas, sino también latinoamericanas, e incluso a nivel mundial.

Incluso Google llega a reconocerlo, no es casual que haya puesto una imagen suya, puesto que su contribución en el ámbito de la geografía ha sido bastante amplia.

Volviendo a hablar del geógrafo en países en vías de desarrollo, especialmente en Bolivia bajo la mirada de Milton Santos, podemos señalar sobre ese y la mayoría de documentos de Milton Santos que están en portugués. Para nosotros que somos hablantes de español, es un poco difícil de comprender, aunque no imposible por supuesto; hay que dar un par de léidas a sus textos y tratar de entender sus contenidos.

Además de este libro por supuesto se están leyendo en el ámbito universitario muchos otros libros más, principalmente “Por una geografía nueva” (SANTOS, 1990), en el marco de la epistemología de la geografía; de hecho, la incorporación de esta asignatura en la Universidad Mayor de San Andrés, hace que nuestros geógrafos en ciernes, puedan conocer un poco más de su trayectoria y admirarse de sus contribuciones en cuanto al desarrollo del pensamiento geográfico, pues es un texto en el que pueden ver una crítica a la geografía que deriva en una flexibilidad de técnicas, métodos y pensamientos para crear nuevas nociones geográficas.

Y no solo se lee a Milton Santos en pre-grado, sino en algunas asignaturas de posgrado, en las maestrías de Geopolítica de geografía y también en los posgrados de arquitectura (Maestría en Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente y Doctorado en Planificación Urbana y Región Metropolitana<sup>4</sup>, todos ellos impartidos en la Universidad Mayor de San Andrés, de Bolivia.

Esa visión crítica que plantea sobre la geografía, no solamente en cuanto a la geografía global, sino a las lecturas que hizo de todos esos geógrafos y corrientes de Francia, de Alemania y de diferentes países europeos, hace que, a partir de esas lecturas, él se dé cuenta que no representaban a nuestra geografía, ni a esa realidad latinoamericana, realidad que coincide además con el pensamiento de intelectuales bolivianos como Zabaleta, (1987) y Tapia, (2013).

Quiero señalar particularmente esta obra del trabajo del geógrafo en el tercer mundo, o lo que él decía, en países subdesarrollados porque así se nos conocía a los países latinoamericanos en el pasado, países del tercer mundo (SANTOS, B., 2008), o en subdesarrollo. En el texto habla en primera instancia de las dificultades del método, las dificultades de la comunicación, el análisis y la síntesis, los principios generales de una geografía urbana de los países subdesarrollados. Allí hace una serie de análisis de lo que vienen a ser las diferencias de la geografía general, la geografía regional; lo abstracto y lo concreto, que son términos que, no solamente los maneja en este texto sino en otros como la “Metamorfosis del Espacio Habitado” (SANTOS, 1988), “Por una nueva geografía” (SANTOS, 1990), su “Pobreza Urbana” (SANTOS, 2009); entre otros.

También nos habla del papel de la analogía y la cooperación, nos señala los modelos, de los que habla mucho, al igual que los puntos de vista del geógrafo, la geografía y las disciplinas afines, y cómo la geografía puede vincularse a otras disciplinas que han servido en realidad de aporte, para que el desarrollo de la geografía pueda utilizar esas herramientas para incrementar el bagaje instrumental, metodológico y de técnicas que permiten a la geografía ser una disciplina tan versátil, una ciencia real, que tiene un límite bastante difuso con otras disciplinas que tienen que ver con la filosofía, la sociología, con la economía, con la misma etnología, diferenciándola de lo que es la propia antropología.

En consecuencia, para mi percepción, es muy importante la vinculación con otras disciplinas, porque nos ha dado la posibilidad de incrementar ese bagaje instrumental y metodológico de la geografía, en función además de los diferentes momentos históricos que está viviendo nuestra sociedad.

Milton Santos, habla también de lo que es esa dicotomía; él era un geógrafo que se auto reconocía como marxista, pero no como un marxista ortodoxo, pues estaba en constante proceso de evolución y no renunciaba a esa su formación y, sin embargo, él tomaba en cuenta muchos otros aspectos que permitían en realidad evolucionar en cuanto lo que es el pensamiento, y el pensamiento de la geografía latinoamericana desde una visión crítica por supuesto.

Esa visión crítica le ha permitido hacer una lectura de diferentes sociedades en Europa y compararlas con las latinoamericanas, lo que nos ha dado luces para no asumir a letra muerta la imposición de corrientes y de escuelas geográficas de otros países que no se adecuaban a nuestra realidad, escuelas como las de Estados Unidos, Francia,

Alemania, entre otras; creadas y discutidas desde su propio contexto geográfico - social - cultural, etcétera; y por supuesto hablar más bien de una realidad que vivimos, una realidad latinoamericana de la que se comentará más adelante y que nos permite adaptar y crear nuevos modelos, nuevos métodos, nuevas técnicas; para poder realizar estudios que sean adecuados con los tiempos que estamos viviendo.

Algo importante que quiero rescatar en este caso, que es el uso del término que Milton Santos señala, la “formación económica social” (SANTOS, 1982); un término acuñado por Marx pero que sin embargo habla de esa conjunción entre la dialéctica entre la geografía y la historia, para interpretar hechos históricos que van a posibilitar darnos a conocer actualmente la realidad a partir de ese trasfondo histórico que ha venido consolidando un espacio determinado en un determinado momento y en una sociedad o en una civilización específica. Esta dialéctica, también es considerada en su obra “La naturaleza del espacio - técnica y tiempo, razón y emoción” (SANTOS, 2000), y también en otras tales como su “Técnica espacio – tiempo, Globalización y medio técnico científico informacional” (SANTOS, 1994b), junto a un escenario que estuvo explorando, relacionado a su vez la globalización y el medio informacional.

Entonces, volviendo a la “Formación Económica Social”, que nos permite además hablar de la geografía como una ciencia de transformación al servicio del hombre; hay mucho de la geografía humana en todo este periodo y nos ha mostrado a los geógrafos bolivianos que la geografía no solamente es física sino más bien es una geografía además de humana, integral, una geografía compleja y una geografía holística valorizando el lugar (SANTOS, 1987), ante todo.

Por otro lado, y ya lo comenté líneas arriba, que él era un geógrafo crítico<sup>5</sup> y aquí tenemos por ejemplo un párrafo que he querido rescatar y que señala que “la fuerza de la alienación viene de la fragilidad de los individuos que apenas consiguen identificar lo que los separa y no lo que nos une”, ahí estamos viendo también que (como latinoamericanos) nos encontramos divididos; ahora más que nunca estamos en un proceso de disgregación, en un proceso de aislamiento y en un proceso más bien de individualización, más que en un proceso de conjunción espacial en pro de conseguir justamente un desarrollo global planetario que sea justo y equitativo (SANTOS, 2013), tal como él lo planteaba.

De igual manera Milton Santos nos mostraba en sus obras la figura de la Latinoamérica pobre, donde señalaba a las favelas, chabolas, villas miseria o algunos otros elementos en los que también ponía su mirada y qué marca justamente la realidad que tiene nuestra Latinoamérica con relación a otros países; mostrando barrios pobres asentados no solo en función de actividades sociales, es decir de vivienda, sino también donde se desarrollan actividades económicas y podemos ver ahí (SANTOS, 1987), por ejemplo, esa realidad específica que marca muchos de los países latinoamericanos donde se pueden ver diferentes ejemplos con muchas similitudes; pero que nos llama la atención porque la realidad latinoamericana es bastante diferente de otras realidades cada una con sus particularidades; por supuesto hay tantas geografías como individuos y pensamientos geográficos pueden existir; eso es lo que nos decía Milton Santos.

Todo esto, se traduce al final, en otro tipo de situaciones por el tema de la segregación, del aislamiento, que tiene que ver con el desarrollo de la violencia, por ejemplo, la delincuencia que surge cuando no tienes acceso a fuentes de trabajo, aquí recurre mucho a señalar lo que él considera como la perversidad de la globalización (SANTOS, 2013); la que se aprovecha de nuestros países, del que extraen y exprimen nuestros recursos naturales, donde se aprovechan además en cuanto a la problemática de tierra y territorio (VALENZUELA, 2008) o tensiones territoriales, (PORTO-GONÇALVES, 2018), y, por ese lado pues señala mucho en relación a este aspecto, en cuanto a esa perversidad que nos afecta sobremanera a los países latinoamericanos.

Y así tenemos muchos otros ejemplos de Villas Miseria en países, no solo los que están en zonas de clima tropical, sino también en zonas de altura, cerca de las estribaciones de los Andes; aunque con las mismas carencias y necesidades, como carencias de agua, de servicios, carencias de materiales de construcción y de muchos otros elementos que hacen a nuestras sociedades, sociedades bastante limitadas y aisladas de lo que es el centro, estamos hablando de las relaciones centro-periferia que también estaban señaladas en los comentarios que hacía Milton Santos, lo que demuestra un profundo interés que también presentaba en cuanto al estudio de la economía política de las ciudades (SANTOS, 1994a).

Aquí hablamos por ejemplo de los 27 países en los que predominan o se identifican estas villas miserias o de pobreza, está por ejemplo Brasil, Perú, Argentina, Honduras, Paraguay, y Bolivia entre muchos otros. De esta última Milton Santos tenía la idea que la pobreza era generalizada (SANTOS, 2010). Es decir que, en el reparto de pobreza en América Latina, en su mayoría somos pobres y ahí hacía una referencia particular donde señalaba la globalización como una de las causantes justamente de esta pobreza, se dice que algunos son no pobres y otros pobres, pero en realidad todos estamos insertos dentro de estos grupos en mayor o menor medida y difícilmente vamos a poder decir que estos países latinoamericanos no se encuentran dentro de estas esferas. Ahí Milton Santos hacía una puntualización muy importante, respecto de ese trabajo que debemos realizar nosotros los geógrafos.

Recuerdo una anécdota en el XVI EGAL que se realizó en La Paz el año 2017, y el encuentro que tuvimos con una de sus discípulas, que era Amalia Inés Geraiges de Lemos quien vino y nos trajo una contribución muy importante de Milton Santos. Ella nos decía que la planificación que estábamos acostumbrados a hacer tenía que ser una planificación más inclusiva, más social; que Milton Santos no quería que se haga una planificación elitista al servicio de los ricos sino más bien que esté enfocada hacia los grupos sociales pobres, los marginados que ellos eran los que realmente deberían ser incluidos en todos esos procesos de planificación que realizamos los geógrafos.

Otro sector muy importante y que debe ser considerado y no discriminado, es el de los pueblos indígenas, al respecto, también Milton Santos (SOTO, 2017), se sentía segregado y discriminado por su condición de ser de color, de ser afrobrasileño, y decía que a los indígenas ni a los negros no se los tomaba en cuenta, que no se les daba su lugar; él hizo justamente respetar esa su posición como parte de un intelectual, él incluso se sentía discriminado por ser un intelectual negro.

Bajo esa premisa, también es importante reconocer que en Latinoamérica existen más de ochocientos pueblos indígenas y muchos pueblos indígenas no solamente ubicados en la parte de la Amazonía; en Bolivia también tenemos muchos pueblos indígenas, donde el 62 % de su población según el último Censo Nacional de Población y Vivienda del año 2012, se reconoce como indígena.

Muchos de estos pueblos indígenas fueron marginados, como lo señalaba ya en 1909 el escritor boliviano Alcides Arguedas, (1996); y Jaime Mendoza en 1925 (MENDOZA, 2016), y lo están siendo todavía, pese a que han sido reconocidos como parte del Estado Plurinacional de Bolivia. Sin embargo, se los utiliza más como bandera, como objetos más que como sujetos de derechos, principalmente por la dignidad y la posesión que tenían de todos estos territorios que les han sido prácticamente expropiados a manos justamente de la perversidad de las empresas globalizadoras a nivel mundial.

De igual manera en cuanto a los recursos naturales, se ve ese avasallamiento que existe, que les ha quitado la tierra de las manos de quienes eran los propietarios, los dueños de la Tierra. Pobladores originarios, que Milton Santos señala, eran dueños de la tierra pero que no tenían ese papel (LIMA; FARÍA, 2021); ese certificado que les daba el título de esa tierra y más bien cualquiera que llegaba podía avasallarlos simplemente por tener acceso a espacios de poder, que eran comprados con recursos económicos. Ahí podemos ver cómo se ha ido afectando nuestra Latinoamérica, especialmente, en este caso estamos hablando de los bosques amazónicos que se han ido perdiendo sistemáticamente, mucho más en esta época, donde se sigue manejando el discurso del desarrollo, pero del desarrollo extractivista.

Lo propio, otro de los problemas que tiene que ver con la infancia, la niñez empleada en la minería, la contaminación y el mal uso de los recursos naturales, por ejemplo, lo que tiene que ver con el uso de mercurio en la minería informal e ilegal, que da acceso a ingentes cantidades de recursos, pero ¿a qué costo?, a un costo ambiental sumamente elevado y que nos afecta sobremedida a todos los países que tenemos esa “maldición” de contar con una riqueza de ingentes de recursos naturales que, reitero, sirve solamente para alimentar los bancos y las cuentas de esa perversidad globalizadora de las empresas multinacionales.

Otros proyectos que se están desarrollando, amenazando a los pueblos indígenas, por ejemplo, el tema de las hidroeléctricas, qué son proyectos de desarrollo y que ahí vemos el justamente Milton Santos tendría que si estuviera vivo manifestarse al respecto y señalar este tipo de afectación que se está dando que también tiene que ver con el servicio a estas transnacionales.

En cuanto al cambio climático, un efecto perverso que estamos viviendo hoy en día de lo que es las actividades y la globalización, esa globalización extractiva, señalada por Villegas, (2013) y perversa que está afectando a nuestros a nuestros países; justamente estamos viviendo en estos días, lo que es la COP26, (SCHONING, 2021), y ahí yo me yo me ponía a pensar a partir de una lectura de una entrevista que se hizo a Milton Santos donde se le preguntaba cuál iba a ser la posición de las autoridades y de los personeros que estarían yendo a este evento, y seguramente Milton Santos estar en total desacuerdo porque él ya sabía que las respuestas y los discursos estaban ya preconcebidos, estaban ya arreglados y de este evento no va a salir nada bueno.



Entrando en algo un poco más específico, puedo comentar que en la Carrera de Geografía de la Universidad Mayor de San Andrés de Bolivia, se lee a Milton Santos, en muchos casos como asignatura obligada, aunque es algo reticente de parte de los estudiantes por un lado por la dificultad de comprender la manera de escribir de Milton Santos, que no era una manera muy fácil de comprender, había que leerlas y releerlas y profundizar con otras lecturas cómo es *El Capital* de Marx por ejemplo, porque escribía con este basamento marxista que tenía; sin embargo se hace ese esfuerzo para que los estudiantes conozcan lo que es Milton Santos y por otro lado en algunos otros textos incluso van averiguando cuál es la trayectoria de algunos de autores que él mismo cita en sus estudios, porque como un gran intelectual, documentaba bastante bastantes citas y comentarios de obras de otros geógrafos e intelectuales que leía.

Esto nos lleva a partir del pensamiento de Milton Santos a generar un elemento muy importante, que tiene que ver con esa necesidad de generar un pensamiento propio latinoamericano, tenemos pueblos indígenas, tenemos grandes culturas en Latinoamérica, tenemos corrientes tenemos una serie de legado histórico plasmado en una serie de documentos; de esa herencia intelectual del pasado que era propia de Latinoamérica y que prácticamente no ha sido estudiada por otros geógrafos porque es un contexto muy particular el que tenemos, ya decía los Indígenas, la pobreza y aspectos específicos de su desarrollo (SANTOS, 2009) , ya que estamos hablando de esos estudios que planteaba, el papel del geógrafo en el Tercer Milenio, es principalmente un pensamiento propio latinoamericano basado en las enseñanzas, los pensamientos, las críticas de Milton Santos a esas otras escuelas geográficas que se daban en Europa, lo que nos llevará por supuesto a un saber emancipatorio, como también lo señala Buenaventura Santos, (2008).

Y por supuesto sería importante en nuestros países que no estamos ligados al Brasil, por ejemplo, donde tienen mucho conocimiento del legado histórico de Milton Santos, de sus más de 40 obras, que podamos en otros países estudiar a mayor profundidad a Milton Santos porque Milton Santos tiene mucho que decir, tiene todavía mucho que contarnos, tiene mucho que transmitirnos para que podamos nosotros ir asimilando esos conocimientos y enfocar nuestra visión a estos sectores más marginados y esos sectores que necesitan y requieren principalmente de este aporte que nos hizo Milton Santos para poder conducir una nueva visión de desarrollo que también es importante y no hablar de ese desarrollo extractivista que viene presionado por este capitalismo y esta globalización perversa que señalaba también nuestro autor, y donde siempre van a ser los pobres los más marginados entonces ahí es hacia dónde tenemos que apuntar nosotros como geógrafos, a buscar una globalización más humana, con mayor entendimiento y solidaridad (SANTOS, 2013).

Leyendo a Milton Santos dice que “no se puede dejar de comprender la justa rebelión de los pueblos más pobres frente a las insinuaciones de que deben dejar de reproducirse para mantener el equilibrio entre las posibilidades naturales y las necesidades vitales de las poblaciones del mundo”, una visión Malthusiana también criticada por Milton Santos y que hasta el día de hoy no es una realidad, a no ser, claro por la imposición de potencias y gobiernos que no administran adecuadamente los recursos en beneficio de los más pobres.

Es decir que los pobres pasan a ser prescindibles, los pobres no son tomados en cuenta, en la calle se ve la pobreza y nadie dice nada, ya es algo común a nuestros días y tenemos que romper con ese paradigma y más bien tomar en cuenta esos aspectos.

Aunque no todo es atribuible a Milton Santos, en internet por ejemplo se ve una foto que circula que con un texto en el que dice “existen apenas dos clases sociales, la de los que no comen y las de los que no duermen con miedo de la revolución de los que no comen”, que hay que corregirla, porque el propio Milton Santos señala que es de Josué de Castro -quien estimuló su interés por los estudios geográficos, a partir de introducir las visiones de la geografía francesa y sus preocupaciones filosóficas y metodológicas – (ZUSMAN, 2002), y que también ha sido uno de los autores que ha influido en su formación.

Otro aspecto importante de Milton Santos habla es el tema de la hambruna que afecta a muchos países y el mismo señala qué otros países como Estados Unidos genera mucho más alimento del que puede consumir y que sin embargo cuando se han dado estos procesos de hambruna no ha querido compartir sus alimentos porque en realidad estaba condicionándolos a algunas decisiones y acuerdos políticos; entonces ahí podemos ver que Milton Santos también con el dedo en la llaga en esos procesos de hambruna y vemos que muchos de nuestros países latinoamericanos no escapan a esta situación y que también ahí tiene que apuntarse el trabajo del geógrafo en este tercer mundo.

Otro ejemplo señalado previamente, la COP26 sobre las que tendría mucho que decir porque es una reunión que debería darse tal vez con acuerdos establecidos y que sin embargo se mostraba en las noticias que asistieron más de quinientos delegados que fueron representando a las grandes empresas de combustibles fósiles (SCHONING, 2021), ¿Qué tienen que hacer estas personas? Seguramente Milton Santos también lo estaba planteando y lo principal que podemos concluir es que se tiene que elegir una acción ante el cambio climático y esa geografía crítica que manifestaban es parte también de esa geografía militante en la que nosotros como geógrafos y como geógrafas del Tercer Mundo tenemos que salir a las calles, tenemos que reclamar y tenemos que actuar.

Como decía el profesor argentino Omar Gejo, también no las universidades no solamente tienen que servir para estar en la cola del furgón sino más bien para liderar estos procesos de búsqueda de Justicia ambiental y la exigir cambios, pero exigir cambios, porque caso contrario no vamos a tener un espacio geográfico un territorio sobre el que trabajar si es que las condiciones están cambiando de la manera tan brutal como lo están haciendo.

Finalmente, simplemente señalar que Milton Santos decía que “cada disciplina posee un módulo que la identifica y la distingue de las demás” y por supuesto que la geografía no escapa a eso, es una es una ciencia que se encuentra en permanente evolución que toma mano de muchas herramientas y que, por supuesto tiene que enfocarse fundamentalmente en la atención a aquellos que son los más desfavorecidos, qué son es la población y los habitantes más pobres de estos países subdesarrollados.

## NOTAS

2 Disponible <<http://www.geografia.umsa.bo/>>.

3 Disponible <<https://emi.edu.bo/oferta-academica/licenciatura/ingenieria-geografica.html>>.

4 Disponible <<http://www.faadu.umsa.bo/instituto-de-investigaciones-y-postgrado/programas-de-postgrado/dopurme-doctorado-en-planificacion-urbana-y-region-metropolitana/>>.

5 Conjuntamente con David Harvey, otro geógrafo crítico contemporáneo suyo y que le sobrevivió hasta nuestros días, del que incluye muchos párrafos en sus escritos.

## REFERENCIAS

ARGUEDAS, A. **Pueblo Enfermo**. 3ª. Edición. Edit. Juventud. Sucre, Bolivia. 1996  
FREIJOMIL, A. **Teoría de la Historia**. Universidad Nacional de General Sarmiento. Instituto de Ciencias. Área de Historia. Buenos Aires. Disponible <<https://introduccionalahistoriajvg.wordpress.com/2013/04/13/%E2%9E%BB-milton-santos-1926-2001/>>. 2013.

LIMA, N.; FARIA, M. Entrevista a Milton Santos: una mirada a los 70 (25 años después). **PatryTer**, vol. 4, núm. 8, pp. 1-10, 2021. Universidade de Brasília. Disponible <<https://www.redalyc.org/journal/6040/604068126002/html/>>. 2021.

MENDOZA, J. **El factor geográfico en la nacionalidad boliviana**. Biblioteca del bicentenario de Bolivia. Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia. 2016.

MOREIRA, R. **Qué es la Geografía. Teoría e historia**. Centro de Investigaciones Sociales, Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia. 1ª. Edición en español. 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. **Amazonía: encrucijada civilizadora. Tensiones territoriales en curso**. Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica; CIDES - UMSA, 2018; La Paz. 2018.

SCHONING, G. **¿Qué pasó con la COP26?** The Climate Reality Project América Latina. Disponible <<https://www.climateReality.lat/cop26/que-paso-con-la-cop26/>>. 2021.

SANTOS, B. S. **Conocer desde el Sur: para una cultura emancipatoria**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO. Plural, La Paz. 2008.

SANTOS, M. **Espacio e Sociedade**. (Ensaio). 2ª. Edición. Petrópolis. Editora Vozes. 1982.

SANTOS, M. **O Espaço de Cidadão**. Sao Paulo, Nobel. 1987.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo. 1988.

SANTOS, M. **Por una geografía nueva**. Espasa Calpe. Madrid, España. 1990.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. Hucitec. 1994.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico científico-informacional**. São Paulo.

SANTOS, M. **O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 4ª. Edición. HUCITEC.

SANTOS, M. **La Naturaleza del Espacio: técnica y tiempo, razón y emoción**. Editorial Ariel. Barcelona, España.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. 3ª. Edición. Editora da Universidade de Sao Paulo.

EdUSP. 2009.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a Urbanizacao Latino-Americana**. 2ª. Edición. Editora da Universidade de Sao Paulo. EdUSP. 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalizacao**: do pensamento único a consciencia universal. Editora Record. 23ª. Edición. Sao Paulo. 2013.

SOTO, O. Territorio, movimientos campesinos y paisajes de resistencia. Breve ensayo desde una lectura de Milton Santos. En *Crítica y Resistencias*. **Revista de conflictos sociales latinoamericanos** N° 4. Año 2017. ISSN: 2525-0841. Págs. 96-114. Disponible <<https://www.criticayresistencias.com.ar/revista/article/view/88/170>>. 2017.

TAPIA, L. **De la forma primordial a América Latina como horizonte epistemológico**. Posgrado en ciencias del Desarrollo (CIDES), Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. 2013.

VILLEGAS, P. **Geopolítica de las carreteras y el saqueo de los Recursos Naturales**. Centro de Documentación e Información Bolivia - CEDIB. 2ª. Edición. 2013.

ZABALETA, R. **El Poder Dual**. Los Amigos del Libro. 3ª. Edición. Cochabamba, Bolivia. 1987.

ZUSMAN, P. Milton Santos. Su legado teórico y existencial (1926-2001). **Doc. Anál. Geogr.** 40, 2002. Disponible <<https://www.raco.cat/index.php/DocumentsAnalisi/article/download/31765/31599>>. 2002.

---

# O LEGADO DE MILTON SANTOS NA MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

THE LEGACY OF MILTON SANTOS IN MY ACADEMIC PATH

EL LEGADO DE MILTON SANTOS EN MI TRAYECTORIA ACADÉMICA

Carlos José Espíndola<sup>1</sup>

**RESUMO:** Milton Santos foi um dos maiores pensadores da geografia. O seu arcabouço teórico e metodológico foi capaz de direcionar a geografia brasileira e mundial, demonstrando o papel ativo do espaço geográfico. Ousado, criativo, inquisidor e independente refutava dogmas e preceitos estabelecidos. Ademais, sua formação humanista e terceiro-mundista sempre prezou por um compromisso ético com a universidade e a nação. Portanto, Milton Santos tornou-se mais que um geógrafo. Tornou-se um pensador do Brasil com luz própria e com um compromisso ético. Esse texto, objetiva apresentar a contribuição dos conceitos e categorias apresentados por M. Santos e que foram apropriados por mim. Em outras palavras, qual o legado deixado por M. Santos em minha trajetória acadêmica? A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica combinada com um resgate memorial. Além de sua vasta obra como referencial teórico metodológico, seu legado é marcado por princípios. Assim, sem ter angústia da influência, afirmo a importância do pensamento de M. Santos em minha trajetória acadêmica.

**Palavras-chave:** Milton Santos. Geografia. Espaço. Referencial teórico-metodológico. Conceitos e categorias.

**ABSTRACT:** Milton Santos was one of the greatest thinkers in geography. In its theoretical and methodological framework I suppose to guide Brazilian and world geography, demonstrating the active role of geographic space. Bold, creative, curious and independent, he refutes established dogmas and precepts. In addition, its humanist and

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5857-6067>. E-mail: [carlos.espindola@ufsc.br](mailto:carlos.espindola@ufsc.br).

Agradecimentos ao CNPq pela bolsa produtividade.

Artigo recebido em agosto de 2021 e aceito para publicação em maio de 2022.

tercermundista formation has always praised the ethical commitment to the university and the nation. Thus, Milton Santos ended up being more than a geographer. He became a Brazilian thinker with his own light and ethical commitment. This text aims to present the contribution of the concepts and categories presented by M. Santos and who were appropriated by me. In other words, what legacy of Job M. Santos in my academic career? The methodology used was a bibliographic analysis combined with a commemorative review. In addition to his vast work as a theoretical and methodological reference, his legacy is marked by principles. Therefore, without fear of influence, I affirm the importance of the thought of M. Santos in my academic tradition.

**Keywords:** Milton Santos. Geography. Space. Theoretical-methodological framework. Concepts and categories.

**RESUMEN:** Milton Santos fue uno de los das más grandes pensadores de la geografía. En su marco teórico y metodológico, supo orientar la geografía brasileña y mundial, demostrando el papel activo del espacio geográfico. Audaz, creativo, curioso e independiente, refutó los dogmas y preceptos establecidos. Además, su formación humanista y tercermundista siempre ha enaltecido el compromiso ético con la universidad y la nación. Así, Milton Santos terminó siendo más que un geógrafo. Tornau es un pensador brasileño con luz propia y compromiso ético. Este texto tiene como objetivo presentar a la contribución dos conceptos y categorías presentados por M. Santos y que fueron apropiados por mí. En otras palabras, ¿qué legado dejó M. Santos en mi carrera académica? La metodología utilizada fue un análisis bibliográfico combinado con un rescate conmemorativo. Además de su vasta obra como referente teórico y metodológico, su legado está marcado por principios. Así, sin miedo a la influencia, afirmo la importancia del pensamiento de M. Santos en mi trayectoria académica.

**Palavras chave:** Milton Santos. Geografia, Espaço. Marco teórico-metodológico. Conceptos y categorías.

## INTRODUÇÃO

Esse texto é fruto da fala realizada no evento “Milton Santos 20 anos depois: Desafios de uma herança intelectual”, e o “II Seminário Internacional de Geografia”, realizado entre 09 a 11 de novembro de 2021. Com a participação de Zeno Crocetti e Monica Arroyo, discutimos a temática “Milton Santos: Desafios de uma herança intelectual”. Neste evento apresentei em linhas gerais “M. Santos: Leituras de uma herança intelectual”

Não foi uma tarefa fácil, pois todas as trajetórias intelectuais estão pautadas por contextos sociais, políticos e geográficos muito complexos. Logo, o professor Milton não seria diferente. Conforme Pedrosa (2018, p. 429) “compreender a trajetória de Milton Santos (1926-2001) é uma tarefa árdua, pois, como todo grande pensador, seu projeto está pautado

em princípios que o acompanharam durante seu percurso por contextos sociais complexos”. Ademais, a tarefa torna-se mais complicada em função de não ser necessariamente um especialista em Milton Santos e de não fazer parte de sua “rede intelectual, que envolve pensadores de França, EUA e América Latina” (PEDROSA, 2018).

Este texto tem como objetivo apresentar a contribuição dos conceitos e categorias ofertados por M. Santos e apropriados em minha trajetória acadêmica e profissional. Não se trata aqui de apresentar todos os conceitos e categorias propostos pelo professor M. Santos<sup>2</sup>, sobretudo, em função de sua vasta obra e suas teorizações originais “que alcançaram a geografia humana toda” (MAMIGONIAN 2001, p. 232)<sup>3</sup>. Também não se ocupa aqui de fazermos uma revisão das obras do professor Milton e muito menos contar a sua trajetória intelectual. Essas tarefas foram e vem sendo feitas com maestria por grandes professores e os próprios discípulos do professor M. Santos<sup>4</sup>.

Busca-se discutir aqueles conceitos e categorias que, do ponto de vista de um referencial teórico-metodológico, nortearam minhas pesquisas e meu entendimento sobre ciência geográfica. Em outras palavras, qual o legado deixado por M. Santos em meu trajeto acadêmico?

Em termos gerais, a trajetória intelectual deixou um farto referencial teórico e metodológico para a geografia. Sua postura inquisitiva, questionadora e seu espírito crítico foi uma das grandes marcas de sua carreira. Destaca-se em seu legado a forma criativa, independente e ousada na refutação de dogmas. Sem ter angústia da influência, reafirmo a importância do pensamento de M. Santos em minha formação acadêmica.

Do ponto de vista metodológico fez-se uma análise bibliográfica combinada com um esforço de resgate da memória. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (NORA, 1984, p. 9). Não se trata apenas de descrever fatos existentes e congelados no tempo, mas antes, de narrar, descrever e refletir sobre um processo em constante transformação. Fabíola Gaspar das Dores (1999) afirma que para Halbwachs o ato de lembrar não é apenas uma lembrança individual, mas de um refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado (BOSI, 1994, p. 55 *apud* Dores 1999, p. 117)<sup>5</sup>. A

busca do passado, porém, nunca o reencontra de modo inteiriço, porque todo ato de recordar transfigura as coisas vividas [...] o passado se reconstrói de maneira alinear com idas e voltas repentinas [...]. Naturalmente o que retorna não é o passado propriamente dito, mas suas imagens gravadas na memória e ativadas por ela num determinado presente (AGUIAR, 1998, p. 25).

Neste sentido, “dá certo gosto deitar ao papel coisas que querem sair da cabeça, por via da memória ou de reflexão” (ASSIS, 1985, p. 43).

Este texto está dividido, além desta introdução e da conclusão, em mais duas partes. A primeira apresenta uma leitura sobre o legado do professor M. Santos e a segunda refere-se a apropriação e internalização de seus conceitos e categorias.

## **O LEGADO DE MILTON SANTOS: PONTOS DE UMA LEITURA**

Tive o prazer de conhecer o professor Milton Santos, um maiores geógrafos e intelectuais do Brasil e do mundo, um grande mestre. O professor Armen Mamigonian (2001) afirma que Milton Santos, como fruto da geração dos geógrafos dos anos de 1950, se tornou o nome mais importante da geografia brasileira e mundial<sup>6</sup>.

Conheci o professor Milton Santos quando ainda fazia graduação na UFSC. Em uma de suas vindas a Florianópolis, fui juntamente com o professor Armen Mamigonian busca-lo no aeroporto. Nesse primeiro contato, conversamos sobre o livro “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”<sup>7</sup>. O professor Milton olha pra mim e pergunta: você está gostando? O que você acha dos dois circuitos? Não falei nada. Disse o óbvio: muito bom, mas ressaltei que estava tentando entender o que seriam os circuitos da economia urbana. Todavia, pouco aprofundei a conversa e tampouco me dediquei a estudar os dois circuitos da economia urbana.

Contudo, foi na Universidade de São Paulo (USP) que tive a oportunidade de conviver mais de perto com o professor. Além da disciplina cursada no programa de Pós-Graduação em Geografia daquela instituição, intitulada “Reorganização do Espaço Geográfico na fase Histórica atual”, participei ainda do Laboplan (Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental), onde foram realizados debates com professor Milton Santos, Armen Mamigonian, Maria Adélia de Souza, Rosa Esther Rossini, entre outros. Em muitas ocasiões trocamos ideias sobre seus livros e outros assuntos conjunturais. O professor sempre fazendo inquisições, questionando à todos. Por isso, minha síntese é muito parecida com a visão de Silvio Tendler

a minha surpresa foi conhecer um dos homens mais brilhantes da minha vida. Tudo o que ele fazia era com um sorriso muito irônico, sarcástico. Era uma pessoa ao mesmo tempo muito dura e muito doce, capaz de falar as coisas mais duras do mundo com um sorriso nos lábios (TENDLER, 2019 *apud* PAIXÃO, 2019, p. 04).

Isso foi perceptível quando o professor foi muito crítico em relação ao meu projeto de qualificação de mestrado e, posteriormente foi extremamente coerente e doce quando da defesa de minha dissertação. Ademais me surpreendeu o seu lado humanístico, generoso e solidário. Como entrei na Pós-Graduação da USP sem bolsa para apoio financeiro, Milton me chamou em sua sala, que dividida com Armen e Magda Lombardo, dizendo: “Procura a Fumiko e diz que você vai receber uma bolsa da minha cota”. Faltaram palavras para agradecer por essa consideração.

Portanto, o primeiro grande legado do professor Milton Santos para minha trajetória foi sua forma inquisitiva, questionadora, seu espírito crítico e o seu lado altruísta.

O segundo grande legado do professor Milton Santos refere-se ao fato de que o conjunto de suas obras se constituíram, desde o início, não apenas um referencial teórico-metodológico para a geografia, mas, sim, um instrumento, uma orientação, uma arma para



pensar o mundo, o Brasil e a geografia de forma combativa. Para Maria Adélia (2019 *apud* PAIXÃO, 2019), “Milton se tornou mais do que um geógrafo, ele se tornou um pensador do Brasil. A obra dele fundamenta uma perspectiva libertária para a humanidade. Por isso que Milton Santos foi genial”.

O professor Armen Mamigonian (2004) salientou que quando do falecimento de Milton, em junho de 2001, Aziz Ab Saber disse que o professor “havia sido um filósofo da geografia, tendo reunido o conhecimento do mundo do seu tempo para pensar as necessidades do Brasil, como intelectual comprometido com a sociedade e com os excluídos”. Para Fabio Contel (2014, p. 409), “além de geógrafo Milton foi um intelectual público, na acepção que Sartre dá à palavra, isto é, um ‘guardião dos fins fundamentais (emancipação, universalização e, portanto, humanização do Homem)’”<sup>8</sup>. Ainda segundo o autor, Milton “lutou por esses ‘fins fundamentais’ a seu modo, num incansável combate por meio da *praxis intelectual*, a partir de suas ideias libertárias” (CONTEL, 2014, p. 409).

Milton Santos pensava o Brasil com otimismo e via a geografia como uma ferramenta transformadora da sociedade em benefício da maioria da população. Isto ficou muito claro no manifesto intitulado “O papel ativo da geografia”, divulgado no XII ENG realizado em Florianópolis, em 2000.

Segundo o manuscrito, “o papel atribuído à geografia e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade são interdependentes e decorrem da maneira como conceituarmos a disciplina e seu objeto” (SANTOS *et al*, 2000 p. 01). Nas palavras de Milton Santos, a intenção do manifesto é provocar uma discussão “que se prolongue no tempo, alcance todas escolas e instituições de pesquisas e influencie nas reformulações dos currículos, alguns dos quais estão sabiamente inadequadas (RIBEIRO, 2002 *apud* PEREIRA; VIEIRA 2008, p. 67) <sup>9</sup>.

O terceiro grande legado diz respeito ao fato que no conjunto de suas obras foram sendo criados conceitos e categorias muitos dos quais oriundos de outras ciências e internalizados na geografia de forma rica como, por exemplo, os conceitos de divisão social do trabalho, técnica, período técnico-científico, entre outros e a categoria de formação econômica e social,

O professor Milton Santos soube usar de forma inteligente o ecletismo teórico e não se deixou levar pelas teorias da moda ou por aquelas que formavam verdadeiras colchas de retalhos. No livro “Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia à uma geografia crítica” (2002), o professor Milton Santos destacou que a apropriação de conceitos, teorias, categorias de outras ciências pode se dar por vários caminhos. Mas dois são mais extremos e um outro mais curioso. O primeiro pode ser a imitação sem a preocupação de se indagar se são adequadas ou não. É possível ainda apropriar-se relacionando-se sempre com o aqui e agora, buscando a elaboração de lições válidas e gerais. Esse é o caminho correto, mas se impõem que partamos da realidade das coisas reais e não das ideias feitas. Mas pode ainda haver outra forma, aquela que pega um pouco aqui um pouco acolá sem uma lógica de conjunto, nem de compatibilidade de conceitos. Neste último campo estão um vasto número de geógrafos que mudam de posição com a moda, verdadeiros cata-ventos.

As categorias, conceitos e teorias eram articuladas de forma brilhante com o empírico, pois notava que a realidade aparece a cada dia sob um novo aspecto. “Ora, desde que a realidade muda, a ideia, o ‘teórico’, devem mudar. O teórico deve seguir a evolução para não se ver diante de um impasse” (SANTOS, 1978, p. 23). É pois, neste sentido, que o professor Milton fazia um exame constante da construção e do conteúdo dos conceitos.

M. Santos foi um crítico do imperialismo e da globalização, reconhecendo essa última como etapa suprema do imperialismo conforme afirmou Armen Mamigonian.

é no debate sobre globalização que se percebe a radical diferença entre uma geografia combativa produzida na periferia e outra colonizada produzida no centro do sistema e para servir aos seus interesses. Em Milton há um combate radical ao imperialismo, sendo a globalização a sua etapa suprema, tão diferente da visão açucarada de d. Harvey (condição pós-moderna), que nega a existência das relações centro-periferia. Milton teve a coragem de apontar a china e a índia como países inseridos de forma ativa e não passiva na chamada globalização (MAMIGONIAN, 2004, p. 191).

Em “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” de 1996, a globalização é definida como ápice da mundialização capitalista pautada na difusão da ciência, técnica e informação. Em seu livro “Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal”, do ano de 2008, o professor Milton Santos dividiu o mundo em “globalização como fábula”, “globalização como perversidade” e “globalização como possibilidade”, explorando a ideia de uma outra globalização. Desta forma, Milton Santos considerava que

essa globalização não vai durar. Primeiro, ela não é a única possível e em segundo, não vai durar como está porque como está é monstruosa, perversa. Não vai durar porque não tem finalidade. Nas palavras de Santos “é possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização (SANTOS, 2002, p. 80).

Além disso, Denise Elias (2003) afirma que M. Santos

disserta sobre os pilares da globalização, suas consequências territoriais e sociais e desenha um futuro cheio de esperança, conclamando todos para a busca de uma outra globalização, na qual não haja lugar para o globalitarismo [...]. Na sua ideia de futuro, traço marcante de sua personalidade, acreditava na construção do período demográfico popular, quando a luta cotidiana do povo abrirá novos caminhos, auxiliada pela empirização da totalidade (ELIAS, 2003, p. 146)

Por fim, e não menos importante, destacaria como legado do professor Milton Santos sua inteligência de forma polemizadora, independente, criativa, refutadora de dogmas e ousada. Para Milton, era preciso questionar os consensos já estabelecidos. Questionar,

aliás, era a sua principal característica. Em entrevista concedida a Mayara Paixão (2019) Nina Santos, afirma que o seu legado “não é restrito a um conceito ou a uma questão social, ele é extremamente amplo. Acho que a principal herança de Milton Santos é justamente ressaltar a importância do questionar, do pensar diferente, de defender o seu ponto de vista mesmo que contra uma maioria que questiona a sua posição (SANTOS, 2019, p. 02 *apud* PAIXÃO 2019).

Seus questionamentos foram além da geografia, pois atingiu a ciência, a universidade e o papel da intelectualidade brasileira. O professor Milton foi um pensador com luz própria e com um compromisso ético. Milton Santos é um pensador que faz falta pelo rigor intelectual, pelo compromisso e pela necessidade de pensar o Brasil, o mundo e a geografia.

### **APROPRIAÇÃO DE CATEGORIAS E CONCEITOS: INTERNALIZADAS NA MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

Comecei a ter acesso as obras de Milton Santos quando fazia graduação, a partir das cópias de textos ofertados pelos alunos de fases mais adiantadas, estudantes do programa de Pós-Graduação em Geografia e alguns professores. Neste processo tive acesso a partes do livro “Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica (1978). Inicialmente na revisão crítica da evolução da Geografia e na sua proposta de busca pela interdisciplinaridade e construção de uma Geografia Crítica<sup>10</sup>.

Estes materiais impressos acabaram trazendo uma série de conceitos e uma grande categoria de análise que só tornaram-se mais esclarecedores quando da leitura de outras obras como “Espaço e Sociedade” (1979); “Espaço e Método” (1985) “Metamorfoses do Espaço Habitado (1988); Técnica, Espaço e Tempo (1994), “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” (2009 [1996]) e Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional (2008).

O primeiro conceito apropriado foi o de espaço geográfico enquanto instância social. Em “Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica” o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada/subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145). O espaço geográfico é uma instância social, tanto quanto a economia, a cultura e a política (SOUZA, 2019, p. 07). Percebe-se então a preocupação de Milton Santos de estabelecer o espaço não apenas como um suporte, mas como uma estrutura de determinações sociais condicionantes e condicionadas pelas demais estruturas.

Ainda, segundo M. Santos, o espaço geográfico

deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado

e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja a aceleração é desigual (SANTOS, 1978, p.122)<sup>11</sup>.

Outro conceito apropriado em minhas pesquisas foi o de forma, função, processo estrutura, desenvolvido por Milton Santos a partir da obra de J. Tricart (MAMIGONIAN, 2004). No livro Espaço e Método (1986), M. Santos afirma que a

Forma é o aspecto visível de uma coisa. [...]. Função [...] sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma [...]. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo [...]. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 1985, p.50).

Partido do pressuposto que próprio espaço geográfico pode ser chamado de meio técnico-científico (SANTOS, 1985) adotou-se esse conceito como terceiro aporte. Na verdade, trata-se de desvendar o papel da técnica na história da humanidade sem reduzir a análise ao determinismo tecnológico. Mas ter compreensão de que “a técnica constitui um elemento de explicação da sociedade, e de cada um dos seus lugares geográficos” (SANTOS, 1996, p. 31). Neste sentido, “a base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares” (SANTOS, 2004, p. 67). Ainda segundo o autor

o estudo das técnicas ultrapassa, desse modo, largamente, o dado puramente técnico e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais. São estas, finalmente, que explicam como, em diferentes lugares, técnicas, ou conjuntos de técnicas semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores, segundo combinações que extrapolam o processo direto da produção e permitem pensar num verdadeiro processo político da produção (SANTOS, 2004, p. 31).

Para Santos (1991) estamos vivenciando o período técnico científico informacional<sup>12</sup>. E depois,

O conteúdo técnico científico do espaço permite, em áreas cada vez mais extensas, a produção de um mesmo produto em quantidades maiores e em tempo menor, rompendo os equilíbrios persistentes e impondo outros, do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população, dos capitais empregados, das formas de organização, das relações sociais, etc. (SANTOS, 2009, p. 127).

Seguindo a proposta do professor Milton,

as técnicas agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, etc.; aparentes ou não em uma paisagem, são, um dos dados explicativos do espaço. Tais técnicas não têm a mesma idade e desse modo se pode falar do anacronismo de algumas e do modernismo de outras, como, naturalmente, de situações intermediárias. Essas técnicas se efetivam em relações concretas, relações materiais ou não, que as presidem, o que nos conduz sem dificuldade à noção de modo de produção e de relações de produção (SANTOS, 2004, p. 30).

Em termos gerais é que

o espaço seja chamado a ter cada vez mais um conteúdo em ciência e técnica traz consigo um grande acervo de consequência, a primeira das quais, certamente, é uma nova concepção orgânica do espaço, pela incorporação mais ampla de capital constante na instrumentalização do espaço (instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes, pesticidas, etc.) ao mesmo tempo em que se dão novas exigências quanto ao capital variável indispensável (SANTOS, 1991, p. 88).

Esses conceitos foram sendo articulados com a categoria de formação socio-espacial. Para Mamigonian (1996), o texto teórico mais importante de M. Santos é “Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método”. Esse texto “constitui o marco fundamental da renovação da geografia humana atual” (1996, p. 198). Entretanto, como destacaram Carlos Espíndola e Marcos A. da Silva (1997, p. 62), “no campo das pesquisas em geografia que se apoiam nessa categoria, é lamentável constatar que boa parte de trabalhos fomenta uma espaciologia estéril”.

A categoria de formação sócio-espacial decorre da ideia de formação econômico-social elaborada, por Marx e Engels e sistematizada por Lênin, para compreender o conjunto da história e o desenvolvimento de uma dada sociedade. Lênin retoma a noção para analisar uma sociedade concreta e atacar o objetivismo (caráter apolítico das ciências), o subjetivismo (que colocava os problemas das ciências em função da consciência), isto é, o marxismo legal e o economicismo, pois a sociedade Russa, objeto de análise de Lênin, desenvolvia em seu seio o capitalismo, o campesinato, a pequena burguesia e a nobreza feudal (LEFEBVRE, 1969 apud ESPINDOLA, 2002).

Didaticamente, a formação social é uma realidade concreta, que se transforma, evolui e muda historicamente. O econômico é composto pelas forças produtivas, isto é, pelas relações entre o homem e a natureza. O social articula as relações entre os homens, as relações de produção, as classes e as forças sociais. Em seu conjunto, essa categoria “se coloca inequivocadamente no plano da história, que é o da totalidade e da unidade de todas as esferas (estruturais, supra-estruturais e outras), da vida social na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico” (SERENI, 1976: 71).

Santos (1982) afirma que a formação econômica e social é indissociável da realidade histórico-concreta, geograficamente localizada. Segundo Armen Mamigonian, M. Santos percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, mais pela falta da localização usada nos estudos de formação social, daí ter proposto a categoria formação sócio-espacial. Assim, a noção de FES adquire o status de formações históricas e geograficamente localizadas, isto é, formações sócio-espaciais<sup>13</sup>. A formação socioespacial refere-se a realidades em que

os modos de produção se tornam concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares. [...]. As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço. Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos. A história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço. A história da formação social é aquela da superposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexificação sobre seu ‘território espacial’” (SANTOS, 1982, p. 31).

Para Milton Santos (1982) uma formação sócio-espacial está diretamente vinculada a “um Estado-Nação”. A “região” não é mais do que uma subunidade, um subsistema do sistema nacional. A “região” não tem existência autônoma, ela não mais que uma abstração. Contudo, segundo Silva (2005, p. 32) e partindo de Sereni, não há como desviar de um critério de diferenciação espacial das formações que não seja a particularidade histórico-genética de constituição das relações sociais dominantes em um ambiente social e geográfico dado<sup>14</sup>. Ademais, “a análise geográfica dos fenômenos requer a consideração da escala em que eles são percebidos” (CASTRO, 1992, p. 21). É, pois neste sentido, que a categoria de formação socio-espacial pode ser utilizada na escala regional, pois ela permite “compreender as relações de produção e forças produtivas, em suas desiguais celeridades no processo de acumulação capitalista” (BASTOS, CASARIL, 2016, p.282).

Além da escala da formação socio-espacial ser o Estado-Nação, Milton Santos explicita que o maior impulso às formações socio-espaciais provém das forças externas. No dizer de M. Santos “Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso (SANTOS, 1982, p. 01). Segundo Silva (2009, p. 03) essa interpretação “peca por exagerar a importância das relações externas na análise das regiões, tornando suas dinâmicas histórico-sociais particulares menos influentes e/ou subordinadas às pressões exógenas”. Ademais, a história específica de cada formação sócio-espacial determina o grau de relevância dos fatores internos e externos. As intervenções externas existem, mas precisam ser relativizadas.

Em termos gerais, os conceitos de espaço geográfico, forma, função, processo e estrutura, período técnico científico e a categoria de formações sócio-espaciais, indicados por M. Santos, são articulados em minhas pesquisas com outros referenciais teóricos metodológicos. Dentre eles pode-se citar: 1) a ideia de paradigmas técnico-econômico e reestruturações técnico-produtivas (C. Perez e C. Freeman), Sistema Nacional de Inovação (Chris Freeman e Nathan Rosenberg), ciclos longos da economia mundial (N. Kondratieff e Schumpeter), destruição criativa e difusão tecnológica a partir de Schumpeter e os neoschumpeterianos; 2) as propostas de inovações organizacionais e institucionais (A. Chandler, D. North); 3) as proposições de dualidade básica da economia brasileira, capacidade ociosa e pontos de estrangulamentos, ciclos médios e mais, recentemente a ideia de economia do projeto (Ignácio Rangel); 4) a teoria do imperialismo de Lênin e o papel da pequena produção mercantil na gênese do capitalismo nas diferentes formações sócio-espaciais (Lênin, Mamigonian).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Demonstrou-se que, fruto da geração dos anos de 1950, Milton Santos foi um dos maiores geógrafos e intelectuais do Brasil e do mundo. Por privilégio, tive o prazer de conhecê-lo. Seu legado, além da extensa obra que serviu de referencial teórico e metodológico para minhas pesquisas, refere-se ao seu caráter humanista, generoso e solidário. Sua postura inquisitiva, questionadora e seu espírito crítico foi uma das grandes marcas de sua trajetória. Destacou-se, ainda, que o professor Milton Santos soube usar de forma inteligente o ecletismo teórico e não se deixou levar pelas teorias da moda ou na forma uma colcha de retalhos. Foi um pensador independente, criativo, refutador de dogmas e ousado. Para Milton, era preciso questionar os consensos já estabelecidos. Indagar, aliás, era a sua principal característica.

Afirmou-se que M. Santos foi um crítico do imperialismo e da globalização reconhecendo essa como uma etapa suprema do imperialismo, definida, portanto, como ápice da mundialização capitalista pautada na difusão da ciência, técnica e informação. Ressaltou-se que, na visão de M. Santos, era possível uma outra globalização. É, pois, neste sentido que Milton pensava o mundo, o Brasil e a humanidade com otimismo, atribuindo a ciência geográfica um papel fundamental na transformação da sociedade.

Advogou-se que os conceitos de espaço geográfico, forma, função, processo e estrutura, período técnico científico e a categoria de formações sócio-espaciais, indicados por M. Santos, foram apropriados como referencial teórico e metodológico em minhas pesquisas e na minha trajetória acadêmica. Contudo, afirmou-se também que os conceitos e categorias foram articulados com outros referenciais teóricos metodológicos.

Em termos gerais, deve-se levar em conta que os desafios teóricos e metodológicos que se impõem para desvendar a sociedade em suas diferentes escalas temporais e espaciais requerem um rigor conceitual presente na trajetória intelectual do professor Milton. Por fim, sem ter angústia da influência, reitero a importância do pensamento de M. Santos em minha trajetória acadêmica.

## NOTAS

2 Cabe explicitar que existe uma diferença entre conceito e categoria. Enquanto, a categoria define os modos de ser, o conceito define a ideia ou conjunto de ideias a respeito de alguma coisa ou fenômeno. O conceito é uma representação do objeto pelo pensamento, por suas características gerais (SILVA, 1986, p.28). Bachelard (2004) afirma que o conceito é um elemento de construção e só tem sentido na própria construção, não podendo ele ser nem estar isolado. Trein (2016, p. 35), ao se referir a dialética de Hegel, afirma que “o conceito como forma abstrata de apreensão do objeto, se modifica junto como o próprio objeto”.

3 O professor Milton Santos é autor de uma extensa obra que vão desde os escritos no jornal *A Tarde* (reunidos no livro, “Milton Santos: Correspondente Do Jornal A Tarde 1950, 1960) até “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” escrito conjuntamente com Maria Laura. Elias (2003) afirma que esta última obra de M. Santos é um “esforço para a compreensão do território brasileiro [...] e que é praticamente um ‘guia de trabalho’, como está posto na sua introdução, uma continuação de sua interpretação geográfica do Brasil, um esforço de análise e de síntese do país” (ELIAS, 2003, p.144). Para Mônica Machado (2011) os escritos do professor Milton Santos podem ser divididos em grandes períodos. O primeiro deles (1948-1960) é o Milton Santos regionalista, baiano, político e jornalista. O segundo período de 1965-1987, é o Milton metropolitano, cosmopolita e próximo dos comunistas e, por fim o terceiro momento, 1988-2001, denominado de São Paulo, a Geografia como filosofia da técnica e o Brasil na Globalização: um Milton Santos cidadão do mundo.

4 Pedrosa (2018, p. 429) ao elucidar a articulação da gênese rede intelectual de M. Santos e as circunstâncias de seu exílio, afirma que o grande impacto da obra do professor M. Santos e a plêiade de discípulos e interlocutores geraram um esforço para contar sua trajetória intelectual, que podem ser classificados como memorialista e os internalistas.

5 A lembrança, é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual e que, às vezes, é estilizada pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado (BOSI, 1994, p. 55). Dorez (1999) afirma que relembrar não é recuperar o passado na sua inteireza, na sua pureza totalidade, como pensava Bergson. Mas refazer a partir de ideias e valores de hoje, parte desse passado, pois a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado ou registrado. Fica o que significa, o que representa (POLLAK, 1992, p.203 apud DORES, 1999). Ao se referir a Pollak, Dorez (1999, p. 118) afirma que “ao reconstruirmos o passado, o fazemos a partir da imagem que se têm de si, para si e para os outros, pois, quando recordamos, elaboramos uma representação de nós mesmos e para aqueles que nos rodeiam. Fato que requer um sentido de coerência, de unicidade e de continuidade de uma pessoa ou de um grupo social, na reconstrução de si”.

6 Segundo Mamigonian (2001 p. 228) “é interessante repetir que a geração dos anos 50 na geografia é fruto do enorme movimento de implantação e desenvolvimento da geografia nas primeiras Faculdades de Filosofia, da instalação e desenvolvimento do IBGE e da integração e pesquisa coordenada pela AGB”, nos anos de 1930. Essa geração



era composta por geógrafos de altíssimo nível intelectual, como Aziz Ab'Saber, N. Lecomte Muller, P. Petrone entre Orlando. Valverde, A. Teixeira Guerra, Lysia Bernardes, C.A. Figueiredo Monteiro entre M. Correia de Andrade, M. Santos, V.A. Peluso Jr., J.J. Bigarella, entre outros (MAMIGONIAN, 2001).

7 Nos países subdesenvolvidos, as diferenças de renda, salários, consumo, acesso a bens e serviços entre as classes sociais “são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços” (SANTOS, 1979, p. 29). Enquanto o circuito inferior seria constituído “por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 1979, p. 31), o circuito superior seria “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 1979, p. 31).

8 Cabe destacar que o pensador francês Jean-Paul Sartre teve uma grande influência no pensamento de Milton Santos. Para Mamigonian (2011, p. 68), M. Santos “manteve-se coerente em dois pontos essenciais: 1) foi sartreano a vida toda, mesmo antes ter lido Sartre, na medida que assumiu um ‘projeto de vida’ [...] 2) foi terceiro-mundista também a vida toda [...]”. Segundo Dantas (2014, p. 56), “a influência de Sartre sobre a obra de Milton Santos é inequívoca. A importância das materialidades, o papel das rugosidades, o espaço como instância social, as temporalidades, as totalidades e as totalizações, horizontalidade e verticalidade, o cotidiano, evento, co-presença, vizinhança, dentre outras, são questões, noções e conceitos, imbricados, trazidos por Milton Santos e que carregam uma forte marca de Sartre”.

9 Contudo, segundo as autoras, apesar do manifesto ser uma alerta para as fragmentações e a insistência em definir como objeto da geografia o território usado e seus múltiplos elementos “em nenhum momento refere-se explicitamente à natureza” [...] levando a pensar o manifesto como exclusivamente humano-social, descartador dos processos físicos naturais” (PEREIRA, VIEIRA, 2008, p.75-76).

10 Elias (2003, p. 136) afirma que em “Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia uma Geografia Crítica” (1978) Milton Santos mergulha na epistemologia da Geografia e na dialética, marcando um tempo de mudança na Geografia, um período de renovação, de busca de novos paradigmas, traduzido no próprio subtítulo do livro ‘Da Crítica da Geografia à Geografia Crítica’. A partir de então, ganha força a idéia da Geografia com bases interdisciplinares, a crença numa “geografia refundada, instrumento teórico e prático para a transformação do mundo”.

11 Em “Espaço e Método”, “o espaço é considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (SANTOS, 1985, p.22). Em “Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional” (1994, p. 53) define o espaço geográfico como um espaço banal. Isto é, espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações – numa palavra, o espaço geográfico.” (SANTOS, 1994, p. 53). Souza (2019, p. 07) afirma que “como instância, logo abstrato, o espaço

geográfico, espaço banal, isto é espaço de todas as pessoas, instituições e organizações, espaço de vida do ser humano na superfície do planeta Terra”. Já no livro “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” (2009 [1996]) Milton Santos define o espaço geográfico “como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de um sistema de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2009 [1996], p. 61). Para Mamigonian (2004 p. 190) “a Natureza do espaço não é uma simples continuação de Por uma geografia nova, não só por incorporar a ideia de revolução científica e tecnológica da sociologia soviética [...] como também por afastar os conceitos de forças produtivas e relações de produção. É como se Milton tivesse preferido a ideia de território à ideia de formação social, visando “resolver a falta de estudos teóricos sobre o espaço”. A ideia de território vem ganhando importância na geografia, a partir do texto “O retorno do território” (SANTOS, 1996b). Neste texto o autor afirma que “Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida” (SANTOS, 1996, p. 255). “O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluído a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente como o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21). Para Souza (2019, p. 07) o espaço como uma instância “é um conceito abstrato constituinte central do Método geográfico e seu objeto e, este – o território usado – sua historicização específica, em função das dinâmicas das formações socioespaciais, ou seja, as particularidades que o modo de produção vigente – o capitalista – assume diante dos processos particulares, resultantes das relações sociais de cada formação territorial pela dinâmica da divisão internacional do trabalho”.

12 O meio técnico-científico-informacional é período que começa após a “segunda guerra mundial, e sua efetivação vai ocorrer nos anos 70. É a fase denominada de período técnico-científico, “e que se distingue dos anteriores pelo fato da profunda interação da ciência e da técnica, a tal ponto que certos autores preferem falar de tecnociência para realçar a inseparabilidade atual dos dois conceitos e das duas práticas” (SANTOS, 2004, p.65). Conforme Roberto Santana dos Santos (2018, p.05), “a Revolução Científico-Técnica (RCT) é uma revolução produtiva em escala mundial, caracterizada pela ciência como força produtiva em si, tornando-se o elemento principal da produção material. Essa revolução subordina a técnica à ciência, e permite à última dirigir o processo produtivo. A Revolução Científico-Técnica não é uma continuação, aprimoramento, ou nova fase da Revolução Industrial, mas, na verdade, sua superação dialética, uma nova revolução produtiva que vem superar as contradições de sua antecessora”.

13 Mesmo reconhecendo as alterações das normas da língua portuguesa (formação socioespacial), optou-se pela manutenção da terminologia miltoniana de formação socioespacial.

14 Silva (2009, p. 04) ainda destaca que “A relevância de um trabalho como o de Sereni (1976), aliás assinalada mesmo por Milton Santos (1977), torna patente que o critério de diferenciação regional não pode estar tão-somente na presença de relações capitalistas em si mesmas. O que se propõe é que o critério deve estar antes na particularidade histórica de constituição dessas relações em um dado ambiente geográfico e social”

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Joaquim A. de. **Espaços da Memória: Um Estudo sobre Pedro Nava**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Edusp/Fapesp, 1998.
- ASSIS, Joaquim, M. M. **Memorial de Aires**. Ministério da Cultura. Fundação biblioteca nacional. Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000025.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021
- BACHELARD, Gaston. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BASTOS, J. M. CASARIL, C. C. **A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica**. Geosul, Florianópolis, v. 31, n. 62, p 271-298, jul./ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/view/2452>. Acesso em: 05 out.2021.
- CASTRO, I. E. de. Análise geográfica e o problema epistemológico da escala. **Anuário do Instituto de Geociências**; v. 15, 1992. Disponível em: [www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/view/1505](http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/view/1505). Acesso em 15 out. 2021.
- CONTEL, F.B. **Milton Santos in interpretes do Brasil: clássico, rebeldes e renegados**. Org. Luis B. Ericás, Lincoln Ferreira Secco São Paulo, Boitempo, 2014.
- DANTAS, A. Geografia e epistemologia do sul na obra de Milton Santos. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 49-61, set./dez. 2014. Disponível em: [cielo.br/j/mercator/a/HvTh6cbKcYr83RpVXBjgGLv/?format=pdf&lang=pt#:~:text=É%20bom%20deixar%20claro%20quedesenvolvido\)%20que%20deveria%20servir%20de](https://cielo.br/j/mercator/a/HvTh6cbKcYr83RpVXBjgGLv/?format=pdf&lang=pt#:~:text=É%20bom%20deixar%20claro%20quedesenvolvido)%20que%20deveria%20servir%20de). Acesso em 15 out. 2021.
- DORES, Fabíola G. das. A memória como método de pesquisa. **Caderno de Campo**. N 4, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10143>. Acesso em 14 out. 2021.
- ELIAS, D. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, p. 131-148, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 05 nov. 2021.
- ESPÍNDOLA, Carlos J. **As agroindústrias de carne do Sul do Brasil**. Tese de Doutorado em Geografia. FFLCH/USP, São Paulo 2002.
- MAMIGONIAN, A. Milton Santos e a geração dos geógrafos dos anos 50. **Revista Ciência Geográfica**. v. 2, n. 19, ano 7. Bauru: AGB, mai-ago. 2001.
- MACHADO, Mônica, S. A produção intelectual de Milton Santos vista através de sua trajetória espacial: uma interpretação. **GEOgraphia** (UFF), v. 13, p. 18-41, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13614/8814>. Acesso

em: 10 out.2021

MAMIGONIAN, A. Milton Santos: a formação de um pensador universitário crítico. In: Brandão, Maria A. (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

MAMIGONIAN A. A geografia e a “formação social como teoria e como método”, in M. Adélia de Souza (org.). **O Mundo do Cidadão**. Um Cidadão do Mundo, Hucitec, 1996.

MAMIGONIAN, A. Milton Santos: sartreano e terceiro mundista. In: **10 anos sem Milton Santos** (Maria A. da Silva Org) Salvador: Alba 2001.

NORA, Pierre. **Les Lieux de mémoire**. I La République, Paris, Gallimard, 1984.

PAIXÃO, Mayara. **O legado de Milton Santos: um novo mundo possível surgirá das periferias**. São Paulo: Brasil de fato 03/05/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/03/o-legado-de-milton-santos-um-novo-mundo-possivel-surgira-das-periferias>. Acesso em : 20 fev.2022

PEDROSA, Breno V. O périplo do exílio de Milton Santos e a formação de sua rede de cooperação. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n.2, abr.-jun. 2018, p.429-448. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/yN9FsnR6gSr9nLz7xWGCcGw/?lang=pthttps://www.scielo.br/j/hcsm/a/yN9FsnR6gSr9nLz7xWGCcGw/?lang=pt>. Acesso em 11 out. 2021.

PEREIRA, Raquel, F. A, VIEIRA, Maria Graciana E. D. Reflexões sobre o papel ativo da geografia: um manifesto in **Milton Santos: Globalização, território política e geografia em debate**. Raquel F. A. Pereira e José R. Provesis (org) Itajai: univali 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. **O trabalho do Geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996. p. 15- 2.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.

SANTOS, M. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002, 221

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997 (Coleção Espaços).

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1996], 384p.
- SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº13. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Presidente Prudente/SP, 1991
- SANTOS, M. et al. **O papel ativo da geografia**: um manifesto. São Paulo: Laboplan/USP, 2000. Disponível em: [http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto\\_MiltonSantos-outros\\_julho2000.pdf](http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto_MiltonSantos-outros_julho2000.pdf). Acesso em: 02 mar. 2022.
- SANTOS, R. S. Radovan Richta e a revolução científico-técnica: 50 anos de um clássico esquecido e necessário. Espaço e Economia. **Revista brasileira de geografia econômica**, n. 13. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/3722>. Acesso em: 02 out 2021.
- SERENI, E. La categoría de Formación Económico-social. **Cuadernos de Passado y Presente**. Cordoba, Argentina: Siglo XXI, 1976.
- SILVA, Armando C. da. As Categorias como Fundamentos do Conhecimento Geográfico. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. (Orgs.). **Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.
- SILVA, M. **A Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétrico do Sul do Brasil**. Tese e doutoramento, USP, 2005.
- SILVA, M.A. A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci. In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. **Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/11.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- SOUZA, Maria A. A de. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. PatryTer. **Revista latinoamericana e caribenha de geografia y humanidades**, v. 2, n.4, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/capa>. Acesso em 02 mar. 2022.
- TENDLER Silvio Anticolonialismo, principal legado de Milton Santos? In: **Brasil de fato 2019**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/anti-colonialismo-principal-legado-de-milton-santos/>. Acesso em 10 mar. 2022.
- TREIN, F. a relação Marx-Hegel: um desafio insuperável. **Revista Dailectus**. N. 8. Dossiê Marx e a tradição Filosófica. Universidade federal do Ceará, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/dialectus/about>. Acesso em 05 mar. 2022.

---

# **LA GEOPOLÍTICA EUROASIÁTICA FRENTE AL IMPERIALISMO. CHINA, ESTADOS UNIDOS, RUSIA Y MEDIO ORIENTE (SIGLO XXI)**

**EURASIAN GEOPOLITICS IN FRONT OF IMPERIALISM.  
CHINA, THE UNITED STATES, RUSSIA AND THE MIDDLE EAST (21ST CENTURY)**

**GEOPOLÍTICA EURO-ASIÁTICA CONTRA IMPERIALISMO.  
CHINA, ESTADOS UNIDOS, RÚSSIA E ORIENTE MÉDIO (SÉCULO 21)**

**Martín Alejandro Martinelli<sup>1</sup>**

**RESUMEN:** En el presente trabajo jerarquizaremos varias aristas de la geopolítica, ubicando la estrategia estadounidense, en lo concerniente al Medio Oriente y el nuevo imperialismo frente a su contracara, el ascenso de China. Ambos disputan la hegemonía mundial, para lo que Rusia resulta crucial. La región de Asia sudoccidental trastoca en un escenario de disputa efectivo. China hilvana la economía en un despliegue geográfico, mientras EE.UU. buscó imponer su poderío (Libia, Iraq, Afganistán, más las intervenciones en Siria y Yemen; Israel y Palestina; los kurdos o Hezbollah). Además de Rusia, el balance hegemónico lo nivelan las potencias regionales y las rebeliones populares. Examinaremos el rol de Turquía e Irán potencias subimperialistas, Israel coimperial y también Arabia Saudita. Asimismo, estos dirimen sus diferencias en terceros países, sin enfrentarse directamente – como las superpotencias. Los cambios regionales, van en consonancia, e incluso pueden anticipar, los producidos en el sistema mundial.

**Palabras clave:** Geopolítica. Imperialismo. Subimperialismo.

**ABSTRACT:** In this paper we will rank several edges of geopolitics, placing the US strategy, regarding the Middle East and the new imperialism against its other side, the rise of China. Both dispute world hegemony, for which Russia is crucial. And, the Southwest Asia region turns into an effective dispute scenario. China weaves the economy into a geographic display, while the US sought to impose its power (Libya, Iraq, Afghanistan, plus interventions in Syria and Yemen; Israel and Palestine; the Kurds or Hezbollah). In addition to Russia, the hegemonic balance is leveled by regional powers and popular

---

<sup>1</sup> Docente de la Universidad Nacional de Luján. Co-coordinador del Grupo Especial Revista Al-Zeytun “Palestina y América Latina” e integrante del Grupo de Trabajo Medio Oriente y norte de África del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0605-5809>. E-mail: [martinellima1982@gmail.com](mailto:martinellima1982@gmail.com).

Artigo recebido em agosto de 2021 e aceito para publicação em março de 2022.

rebellions. We will examine the role of Turkey and Iran, sub-imperialist powers, co-imperial Israel, and also Saudi Arabia. Likewise, they settle their differences in third countries, without directly confronting each other – like the superpowers. Regional changes are in line with, and may even anticipate, those produced in the world system.

**Keywords:** Geopolitics. Imperialism. Sub-imperialism.

**RESUMO:** Neste artigo, classificaremos várias arestas da geopolítica, colocando a estratégia dos Estados Unidos, em relação ao Oriente Médio e o novo imperialismo, contra seu outro lado, a ascensão da China. Ambos disputam a hegemonia mundial, para a qual a Rússia é crucial. E a região do Sudoeste Asiático se transforma em uma arena de disputa eficaz. A China tece a economia em uma exibição geográfica, enquanto os EUA buscavam impor seu poder (Líbia, Iraque, Afeganistão, além de intervenções na Síria e Iêmen; Israel e Palestina; os curdos ou Hezbollah). Além da Rússia, o equilíbrio hegemônico é nivelado por potências regionais e rebeliões populares. Examinaremos o papel da Turquia e do Irã, potências subimperialistas, Israel co-imperial e também da Arábia Saudita. Da mesma forma, resolvem suas diferenças em terceiros países, sem se confrontar diretamente – como as superpotências. As mudanças regionais estão alinhadas, e podem até antecipar, aquelas produzidas no sistema mundial.

**Palavras-chave:** Geopolítica. Imperialismo. Subimperialismo.

## INTRODUCCIÓN

La región denominada Medio Oriente o Asia sudoccidental es un nudo intersticial del eje euroasiático. Nos interesa analizar las recientes dos décadas en la región desde un punto de vista geopolítico. Nuestro foco estará puesto en el accionar de las potencias mundiales Rusia, China y EE.UU. en esa área nodal, donde las potencias subimperialistas y su actuación influyen respecto a otros actores no hegemónicos. Examinaremos el uso y significado de la noción de nuevo imperialismo aplicable a lo sucedido recientemente en la zona. La intención es examinar luego de las intervenciones de 2001-2003, verificar el desplazamiento geopolítico ocurrido a partir del 2008, acentuado en 2013-2015, para llegar al momento actual.

La región detenta alrededor del 65% de las reservas mundiales probadas de petróleo y gas del planeta, y es fundamental por su proximidad a China y Rusia. Nuclea pasos centrales para el comercio internacional y sus transportes. Además, el Estrecho de Ormuz en el Golfo Pérsico, el Canal de Suez y el Estrecho de Bab el-Mandeb, más los Estrechos Turcos implican *maritime choke points*. Así como destaca su participación con una de las mayores adquisiciones de armamentos y logística militar.

Un breve repaso histórico nos permitiría extraer algunas claves interpretativas. En la etapa del imperialismo clásico, se divide el Imperio Otomano, luego de un asedio de varias décadas. Durante la primera Guerra Mundial, Gran Bretaña y Francia adecuaron el mapa del Medio Oriente a su conveniencia, dividiéndose los territorios de Siria, Palestina,

Irak y Jordania, en el acuerdo de Skyes-Picot de 1916. Es decir que, trazaron el mapa que devino en la división actual de la región.

Al concluir la Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos intenta pactar con los pueblos de la región con el fin de desestabilizar a la URSS. Israel va a aliarse con el país norteamericano, con el objetivo de consolidar su Estado. Aunque, Nasser, entonces presidente de Egipto, al nacionalizar el canal de Suez en 1956, resquebraja la influencia imperial europea afectando a Francia y Gran Bretaña, no solo principales accionistas del canal sino también beneficiarios del petróleo que circulaba por él. Este conflicto se decidirá a través de la Guerra del Sinaí. El contexto internacional era la mal llamada Guerra Fría, de marcados enfrentamientos en todo el globo, un enfrentamiento bipolar e ideológico, sumado a un Tercer Mundo. Posteriormente, la potencia norteamericana pretendió un orden unipolar, para pasar a uno con un eje tripolar con Estados Unidos, Rusia y China o multipolar involucrando también a las potencias de segundo orden.

Irán, Iraq y Afganistán países estratégicos de Eurasia – por lo tanto, del mundo –, pasaron de estar suscriptos a la política occidental a ser designados como enemigos de las mismas en tres décadas consecutivas, el primero desde 1979 (inmediatamente lo siguió la Guerra Iraq-Irán 1980-88), el segundo 1991 y el tercero 2001, ambos a través de la invasión directa. Los posiciona así, su relevancia para la producción y el paso de los gasoductos y oleoductos. Por lo tanto, no es un conflicto de religiones, sino de hegemonía regional, mejor dicho mundial, sobre los hidrocarburos y sus rutas.

Mientras se percibe un ocaso del atlantismo (MAZZEI, 2021), de una puja entre las dos superpotencias, China y EE.UU., la región de Asia occidental puede caracterizarse como un atolladero. El interés geopolítico y geoestratégico es acompañado de la conversión de la zona en un escenario de disputa efectivo. Esto no significa que en otras regiones no haya conflictos, sino que allí podemos corroborar el nivel de contienda, a lo largo de la segunda parte del siglo XX y lo que transcurrió del XXI, es decir desde la independencia política de estos “nuevos países”. Al analizar esta región y sus procesos, es útil considerar la relativa novedad histórica, como Estados nación contemporáneos, de alrededor de siete décadas.

## **EL IMPERIALISMO CLÁSICO Y EL NUEVO IMPERIALISMO**

Debemos diferenciar las etapas del imperialismo para dimensionarlo como concepto, y la variación temporal de su significado. Los cambios en los procesos de acumulación fueron alterando la jerarquía geopolítica y modificando las formas de dominación mundial. La etapa clásica se caracteriza por la colonización de espacios. Podríamos ubicarla en el periodo entre 1880-1914, durante la máxima expansión colonial. La segunda etapa inicia con los enfrentamientos interimperialistas directos y podría llegar de la década de 1970, con la crisis del petróleo. La etapa de nuevo imperialismo comenzaría luego del desmembramiento de la URSS y las invasiones directas sobre Medio Oriente.

El periodo clásico se caracteriza por un capitalismo de dimensión mundial, un imperio total del capital. Es ahí donde prevalecen el imperativo de la competencia, la



maximización de la ganancia y la acumulación basada en la explotación del trabajo asalariado. El otro factor se ilustra en la rivalidad por las fuentes de abastecimiento y los mercados de exportación. Lo central reside en si fueron hacia una asociación o una rivalidad, tal como se planteó en el eje del debate Lenin-Kautsky.

Desde 1880 hasta la actualidad, podemos corroborar algunas etapas de predominio hegemónico con países centrales pretendiendo ejercer un liderazgo mundial. La puja franco-británica cobra impulso, en el primer lapso, junto con el ascenso de los Estados Unidos. El fin de las dos guerras mundiales – o de la guerra civil europea –, es decir, los enfrentamientos directos entre potencias, tienen como corolario la consolidación de dos hegemonías, soviética y estadounidense. A esto se une el declive relativo europeo, evidenciado en la Guerra de Suez de 1956. Al mismo tiempo, el llamado Tercer Mundo eclosiona mediante las rebeliones y descolonización de Asia y África (con diferentes niveles de violencia).

El imperialismo clásico evidencia una asociación mundial del capital limitada, más una serie de confrontaciones interimperiales, primero de manera competitiva y luego directas. El imperialismo de posguerra avanza hacia un entrelazamiento de capitales de diverso origen nacional, y con las políticas keynesianas el intervencionismo estatal aseguró la continuidad de la acumulación. La variación es que esta etapa convivió con el socialismo real. El período neoliberal es otra etapa del capitalismo donde la intervención no repercute en mejoras sociales. Surgen nuevas contradicciones, desequilibrios que llegan a la crisis del 2008 donde las finanzas públicas socorrieron a los bancos (KATZ, 2012; 2016).

Al hablar de nuevo imperialismo, si bien está basado en la concepción tradicional, no nos referimos al sentido clásico de Lenin, que oponía una visión de rivalidad con otra de asociación interimperial (SERFATI, 2018). Luego de la caída de la URSS, un breve lapso unipolar es atravesado por dos fenómenos. Un desplazamiento geopolítico, permite la reemergencia de Eurasia, con Asia Pacífico como locomotora económica. Una asiaticización va tomando la posta dejada por dos pilares de la tríada, Europa Occidental y Japón, y por un retroceso estadounidense en varios indicadores económicos. En Medio Oriente, la devastación deja en un estado crítico a varios países, y entonces, queda allí, la geopolítica euroasiática frente al imperialismo.

Estados Unidos se erige como superpotencia protectora del capitalismo global, entre otras, el Pentágono ejerce primacía decisoria a través de una serie de conflagraciones. Se sirve del complejo militar-industrial para tratar de disciplinar los conflictos. Es semejante al colonialismo clásico, pero con un nuevo lenguaje, al que sus reivindicadores justifican a través de la ideología del “choque de civilizaciones” o el fin de la historia.

La acción imperial asegura la reproducción del capitalismo. Se recrea a través de la guerra como sus antecesores, y ahí radica, hasta el momento, una diferencia crucial con la forma de expansión china. A las confrontaciones de antaño entre potencias, le siguieron las invasiones imperialistas coordinadas por Estados Unidos, cuyo sistema de explotación pretende controlar el petróleo, los minerales y materias primas, así como su transporte, mediante la intervención de su ejército (con su presencia o invadiendo, o con sanciones unilaterales), lo cual engendra un aumento de la desigualdad.

El belicismo es tan estructural como la competencia por los beneficios surgidos de la explotación. No solo se trata de las luchas por el poder, de los individuos o de los países, sino de las tendencias de la acumulación capitalista a escala global (KATZ, 2011). Una forma de dominación actual se instituye a través de bases militares en espacios aliados u ocupados por las potencias. El control de los recursos estratégicos interesa, pero el espacio geográfico es donde se dirimen las luchas de poder, determinando la hegemonía y la jerarquía correspondiente.

De acuerdo con Cheng Enfu y Lu Baolin (2021), el *neoimperialism* (nuevo imperialismo) compendia cinco características. Primera, el nuevo monopolio de producción y circulación. Su internacionalización junto con la concentración intensificada del capital, abastece a las corporaciones monopolistas multinacionales. Segundo, el nuevo monopolio del capital financiero, la financiarización económica. En tercer lugar, está el monopolio del dólar estadounidense y la propiedad intelectual, que genera la desigual distribución de la riqueza. Cuarto es el nuevo monopolio de la alianza oligárquica internacional. Esta facilita la base económica para la política monetaria y las amenazas bélicas que la sostienen. El quinto es la esencia económica y la tendencia general. Las contradicciones globalizadas del capitalismo y las diversas crisis del sistema engendran la nueva forma monopolista y hegemónica del capitalismo contemporáneo como imperialismo tardío. Podríamos afirmar entonces, que el imperialismo es una política de dominación desplegada por los poderosos del planeta a través de sus estados.

## **LAS TRANSICIONES GEOPOLÍTICAS RECIENTES**

Desde la década de 1980 y principios de la de 1990, el capitalismo llevó a cabo un cambio estratégico hacia políticas neoliberales y evolucionó hacia su fase neoimperialista. Esto representa una nueva fase en el desarrollo del imperialismo después de la Guerra Fría (ENFU y BAOLIN, 2021). El final de la URSS en 1991, posteriormente permitió una serie de transformaciones, como la recomposición de la nueva Rusia y el crecimiento económico exponencial chino, con el declive del eje europeo franco-alemán y Japón. La alianza chino-rusa empezó en julio de 2001 con la creación de la Organización de Cooperación de Shanghái, una asociación estratégica integral. La Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), cuatro meses después, ocupó Afganistán tras el 11 de septiembre de 2001, en las adyacencias ruso-chinas, con 300.000 soldados (ARMANIAN, 2021).

Las incursiones supuestamente fueron emprendidas para aplastar a los países no alineados a sus políticas como Irak o Afganistán. Su estrategia era evitar el fortalecimiento de rivales potenciales como China dependiente del suministro de hidrocarburos o Rusia, frenada por tres sucesos. La irrupción neoliberal de la década de 1980 a 2008 reestructuró el capitalismo global. Produjo nuevos centros de acumulación de capital, especialmente en China. Pero, EE.UU. quedó empantanado luego de Irak, en una guerra contrainsurgente. Obstaculizó su hegemonía sobre Medio Oriente y sus reservas energéticas, además de que, la recesión afectó su economía (SMITH, 2019).

La hoja de ruta indicaba como otros de los objetivos a los supuestos “ejes del mal” de la “civilización occidental”. Con ciertas modificaciones, la acusación fue dirigida hacia Siria, Iraq (dos de los nacionalismos laicos más fuertes promediando el siglo XX, con una ideología baazista), Afganistán, Libia e Irán, pero también países de otras latitudes como Venezuela, Corea del Norte, la ahora ex-Yugoslavia y otros que se dispusieran a desarrollar algún tipo de autonomía. Asimismo, bajo el pretexto de proteger la seguridad mundial, Estados Unidos ostenta alrededor de mil bases militares apostadas en lugares considerados claves por todo el globo.

En otras palabras, se pretende asegurar el orden capitalista luego de la posguerra, a través de la fuerza, nombrado mediante el eufemismo intervención “humanitaria”, hacia países que no conforman el grupo del G-20. Esto posibilitaría una respuesta débil, o que no sean apoyados por otros. En algunos casos, con el acompañamiento inequívoco de la OTAN, entre ellas, las otrora potencias globales Gran Bretaña y Francia —con ciertas reticencias—, alineadas a los designios de Washington.

En este entramado, en 2011, la OTAN lideró una invasión sobre Libia, en un contexto de rebeliones generalizadas en los países del Medio Oriente y norte de África. En 2013, la oposición chino-rusa frente al inminente ataque estadounidense-OTAN sobre Siria. Estos tres hechos posteriores a la crisis económica pueden interpretarse como el afianzamiento de un nuevo orden mundial. Su escenario de confrontación continuaría siendo una parte, sino la más preminente, al menos una de las principales palancas para la lucha por la hegemonía mundial. Esto es así por varias cuestiones: por su posición geoestratégica y geoeconómica, por las rutas marítimas y terrestres indispensables en el centro de Eurasia, por su cercanía al *Heartland* (MACKINDER, 2010), y por su preeminencia energética.

Algunos de las estratagemas de EE.UU. como hegemon son el dólar como moneda de cambio y de reserva del valor, y el Ejército vinculado al avance tecnológico estadounidense. Ambos pilares se retroalimentan: el dólar ejerce una primacía mundial ya que su confianza es sostenida en su poderío bélico, los dólares se emiten bajo ese respaldo del control del ejercicio de la violencia (pero mundial) permitiendo contraer deuda incobrable (PIQUERAS, 2019). Párrafo aparte merecería una distinción sobre el imperialismo cultural (ANDERSON, 2002) y la pervivencia del occidentalocentrismo en la interpretación de estos temas.

La fractura interna estadounidense entre el globalismo de las costas, y el americanismo del interior obstaculiza la coherencia en la estrategia de su proyección exterior. Primero Bush, desde 2001, “Guerra contra el terrorismo” (invade Medio Oriente próximo a China y Rusia), luego 2011, “Pivote asiático” bajo Obama, se acerca más a sus competidores. Conviven una crisis interna de largo plazo y un retroceso económico e industrial, frente a su primacía financiera y tecnológica. Esas pautas, se encuentran en una crisis sistémica, de largo plazo que desgasta la recuperación imperial estadounidense.

El cambio de paradigma desde la administración Trump, promueve un cambio, en realidad busca potenciarlo, desde la llamada “guerra contra el terrorismo” a la “rivalidad entre las grandes potencias” (SMITH, 2019). Las transformaciones en una región principal para

la competencia hegemónica se reflejan o anteceden a variaciones sistémicas mundiales. Allí se dirime una parte sustancial de las tensiones a nivel mundial, a través de enfrentamientos indirectos, de las rebeliones populares, de las fluctuaciones en las alianzas.

El desplazamiento geopolítico y la transición histórico-espacial, en cuanto a China, se evidencian en la superación de la pobreza de ochocientos millones de personas, su definición como potencia –imperialista o no– y la “Nueva Ruta de la Seda” o Belt and Road Initiative (BRI). Por el lado estadounidense, el mayor presupuesto armamentístico

del mundo no impidió frustrar el resultado de sus invasiones. La crisis de largo plazo que atraviesa, no se corresponde con un declive inexorable, como indicaría el atenerse a un enfoque de declive y ascenso de las potencias. El imperialismo estadounidense, como estructura mundial de dominación, es jerárquica con subimperios y apéndices, pero no se trata de una gobernanza mundial (KATZ, 2021).

Rusia presenta un mayor nivel de intromisión mediante su poderío militar e influencia en la “región pivote (MACKINDER, 2010)”, ambos obstruirían los intereses de Estados Unidos. Los imperios en recomposición, China y Rusia, están entre los objetivos, desde el 2011, en el viraje estratégico del pivote asiático para EE.UU., y desde el freno a la intervención de la OTAN en Siria de 2013. Por sus características, son vistas como las que menos respetan la hegemonía de Washington.

El gigante asiático se consolida como mayor motor del crecimiento económico global, luego de un crecimiento exponencial, y de estar asociada comercialmente a la potencia norteamericana. Su visibilidad resalta a partir del Cinturón y la Ruta, esa apuesta geopolítica en principio pacífica, que se opone a las formas de mayor confrontación del nuevo imperialismo promulgado a partir de 2001-2003, por el hegemon de ese momento. La rivalidad entre los Washington y Beijing es un eje de rivalidad y competencia, para Ahsley Smith (2019) interimperialista. Aquí, sin embargo, esa definición omite que China es un país central, pero no desarrolla las características imperialistas. La principal es invadir países mediante la fuerza, o detentar una ingente cantidad de bases militares alrededor del mundo.

## **LA NUEVA RUTA DE LA SEDA O EL PUENTE TERRESTRE EUROASIÁTICO**

El mapa del poder mundial delinea tres principales potencias. La alianza entre la euroasiática y la asiática (impedirlo fue el objetivo primordial de la americana previamente), está siendo concluyente. En 2013, Putin advirtió sobre la pretensión norteamericana de reconstruir un mundo unipolar. Obama reafirmó la “excepcionalidad norteamericana” que le consentiría dirigir el mundo y así defender los intereses mundiales, esa omisión induciría a “un vacío de liderazgo”. Esa visión estratégica, semejante a la idea religiosa del “pueblo elegido” (gobierno israelí), ha protagonizado las guerras del siglo XXI. Alejarse de esa estrategia bélica, promulga la idea china de reconstruir las rutas comerciales pretéritas de Eurasia (POLO, 2013).

Si bien el mapamundi está en constante transformación, con altibajos, se mantuvieron con papeles más regionales o más mundiales, Japón, Rusia (y URSS), Estados Unidos, Francia,

Gran Bretaña y Alemania, es decir el Consejo de Seguridad de la ONU (excepto China), más los vencidos en la Segunda Guerra. En los últimos dos siglos, el fenómeno más evidente ha sido el ascenso chino, desde una situación semicolonial, periférica, en una mejora constante con base las transformaciones acaecidas a partir de la Revolución de 1949. Los últimos movimientos tectónicos denotan la importancia del Índico y el Pacífico, frente a la preminencia anterior del Atlántico; como en el caso de los puertos con mayor actividad del mundo.

El continente Euroasiático predomina a nivel mundial por una serie de condiciones geopolíticas. Desde su extensión territorial, gran parte de la población mundial interactúa en una contigüidad terrestre escenario de multipolaridad, recursos, variedad cultural y lingüística. El orden mundial se modifica de manera sustancial con: China representando el ascenso de Asia Pacífico, Rusia potencia político-militar, territorial e inmensos recursos naturales, más la postura del eje Berlín-París (MERINO, 2020). Los logros económicos chinos de los últimos decenios generan una irrupción geopolítica, sin antecedentes. En ese proceso, la proporción de chinos en la pobreza extrema se redujo del 88% al 2%.

La política previa de asociación económica de Washington con Beijing quedó erosionada por la crisis del 2008. Tanto globalistas como americanistas se inclinan por hostigar al nuevo país central (MERINO, 2020). Esa postura serviría para apuntalar un proyecto de recuperación de su dominio mundial. La tercera potencia en discordia es

Moscú, desafiante geopolítico y militar no así en lo económico, pero determinante. Cuestión más visible a partir del tema Ucrania en 2022, pero que comienza en el 2000 con el ascenso de Putin.

La prioridad inmediata es el acoso naval en el mar de China, zona vital del comercio mundial. Los estrategias estadounidenses consideran que allí se procesarán las principales tensiones entre las dos potencias (MEARSHEIMER, 2020). Otra estrategia es la reactivación del QUAD, una especie de “OTAN del Pacífico” junto a Japón, Corea del Sur, Australia, e India (cuatro aliados con bases militares o ejercicios conjuntos con la armada norteamericana). Esta rodearía por fuera el “Collar de perlas” del corredor marítimo de la BRI.

La estrategia estadounidense de rodear al gigante asiático (KATZ, 2021b) es contrarrestada por la alianza ruso-china, que se acopla en parte Asia Central (espacio postsoviético), se inclina hacia Pakistán (tradicional aliado nuclear de EE.UU.), y se incorpora a Irán (tratado de 25 años), faltaría ver el rol de Turquía según la planificación de la BRI (Teherán-Estambul) con la que se intenta llegar a Europa por los corredores económicos.

Esas alianzas militares, se contraponen e imbrican frente a la expansión económica China, liderando la Asociación Económica Integral Regional (RCEP, en sus siglas en inglés), acuerdo de libre comercio entre quince naciones de la región de Asia y el Pacífico. Lo encabezan China, Japón, Australia, Indonesia, Filipinas y Vietnam. Los países miembros se beneficiarán de aranceles reducidos sobre bienes y servicios importados dentro de la región en los próximos 20 años. Sin embargo, China ejerce su soberanía en un espacio nacional, con la pretensión de “una sola China”, frente a los vestigios coloniales como Hong Kong y Taiwán. Su aparato militar, está en plena transformación y modernización, al tiempo que pregona su actuación pacífica se prepara frente algún altercado.

El “sueño chino” sería el “retorno a la normalidad histórica”, cuando el Reino del Medio tenía un predominio en la economía mundial. Interrumpido este por el “siglo de la humillación”, desde la Guerra del Opio en 1841 a 1949 con la formación de la República Popular China. El siglo siguiente, hasta 2050, la devolvería ese epicentro. Desde 2015, se diseñó una hoja de ruta en lo tecnológico, “Made in China 2025”, dirigido a estrechar su brecha; en 2035, fortalecer su posición, y en 2045, encabezar la innovación global (DIERCHXSENS; FORMENTO, 2021).

La integración económica y la cooperación entre los países de esa ruta y su comunicación con Rusia y Europa, ensamblan la intención de desenvolver el interior del país (como Xinjiang), así como contribuir al crecimiento económico y asegurarse la energía desde Asia central y Oriente Medio. Además de restringir la presencia norteamericana en Asia y construir rutas que el ejército estadounidense no podría interrumpir. La iniciativa de un “cinturón económico” en la antigua *ruta de la seda*, dirigida a los países de Asia central, fue incorporando a las demás regiones del planeta, aunque no de manera íntegra.

La articulación de las rutas prioriza las de comunicación, transporte, comercio e intercambios, tecnología. Se añade el deseo de incrementar la influencia política de China a nivel global y Rusia se acopla. Rusia se articula en las tres rutas de la BRI: la continental (Asia-Europa por Asia Central y Rusia); la marítima (sudeste asiático y a África oriental), y la polar. Aunque luego se fue extendiendo hasta los demás continentes. Rusia refuerza su papel, y si bien China no pretende asumir el papel de Estados Unidos, no deja de reforzarse (POLO, 2013).

La innovación es la vía ferroviaria – construida y proyectada – para conectar Eurasia, acompañada de la marítima y la terrestre. Acompañada de una geopolítica de acercamiento, sin suponer una intromisión en asuntos internos de los países, buscando aliarse a través de puertos (por ejemplo: Ashdod en Israel, el Pireo en Grecia). Por tierra, en pasos trascendentales extendiendo el interior de China, pasando por Beijing, Urumqi, Astaná, Teherán, Estambul, Moscú, Berlín, Estrasburgo, Rotterdam, con una salida al mar (alternativa al Estrecho de Malaca y más directa) por Pakistán y el puerto de Gwadar. Y, desde la costa China se emprende por el Estrecho de Malaca o pasando por Yibuti en el cuerno de África (base militar exterior china), el Golfo Pérsico y el Canal de Suez, llegar a Venecia, y por el otro lado, a Japón, Australia, y el Ártico.

A ello se suma Irán, Alemania y Europa están en tratativas como Nuestramérica. La ruta tiene varios lineamientos: comercial, industrial, transporte, ciencia y tecnología. Mientras se sigue desarrollando y expandiendo, desde su planificación inicial, aparecen objeciones o intentos de competir desde el eje atlantista o G7.

La nueva estrategia geopolítica de China extiende su esfera de influencia, bajo nuevas normas de cooperación económica internacional y procura suscitar un nuevo orden mundial. Desarrollando cinco áreas prioritarias: coordinación de políticas, conectividad de instalaciones, comercio sin obstáculos, integración financiera y vínculos entre personas, más tarde llamadas las “cinco conectividades” (ZHANG, 2018, p. 328). En consonancia con su nuevo papel, sus competidores incrementan la rivalidad geopolítica en la región del Indo-Pacífico.

El BRI enfrentó tres desafíos: el exceso de capacidad industrial y debilitamiento del impulso del incremento económico, y el de la economía mundial, y la estrategia dirigida

a Asia con Obama. No se trata de un nuevo Plan Marshall, ya que no tiene como objetivo fomentar un bloque económico exclusivo ni implica un cambio institucional coercitivo en países participantes (ZHANG, 2018, p. 332). La gran estrategia de China se resume en una paz para su economía y su estatus global, así como también estabilizar la situación económica y política global, redundando en un beneficio propio.

El Partido Comunista Chino (PCCh) destaca el “desarrollo pacífico” y un “nuevo tipo de relación de gran potencia” con los Estados Unidos. Integrar una plataforma terrestre para su intercambio global, en el territorio euroasiático desde su país hasta Alemania. Doscientos años de predominio marítimo, las continuadas hegemonías británica y norteamericana, se intercalan con esta resolución terrestre (GEJO; REBOTTARO; KEEGAN, 2020). La vía terrestre reduce, en algunos casos, a un tercio de lo que se precisa por mar, como para recorrer el trayecto entre Shanghái o el río de la Perla y Europa doce días vía ferrocarril. Transforma la geografía de Asia central y sudoccidental, luego de las invasiones estadounidenses, un tiempo de colaboración (POLO, 2013) que permitiría un “reordenamiento” pero en términos distintos.

Se verifica así, la contraposición entre los modos de influenciar en las políticas soberanas del Medio Oriente. Estados Unidos mientras generó riqueza económica la acompañó de un inusitado desarrollo guerrerista, en otro contexto de rivalidades interimperiales directas o en un enfrentamiento latente de Guerra Fría frente al bloque soviético. Exacerbado para mantener la dominación a través del dólar y el control de los mares, y añadir gobiernos afines. En cambio, China con una dimensión poblacional continental, partiendo desde 1949 con un desarrollo económico de base socialista, un partido comunista, un proceso excepcional de crecimiento económico, a partir de la primera y segunda década del siglo XXI, intensificó la mejora interna de una población de unos 800 millones, e impulsó otro tipo de expansión externa con la BRI, hasta el momento. Una diferencia clave es, por lo tanto, en el plano militar.

El contraste se corrobora en la región de manera más notoria, dado que es un lugar donde se involucran en confrontaciones bélicas (aumentadas en los últimos veinte años, así como el gasto militar en la región). También Rusia se posicionó en ese tablero geopolítico, en 2015, con el apoyo tácito de China. Entonces, la manera diferente de dominar o influir, se observa en varios planos: uno, la inversión armamentística, y otro, el despliegue alrededor del mundo de las organizaciones.

La forma de desenvolver una dominación en los asuntos internacionales también se puede comprobar a través de la inversión en armamentos. Estados Unidos supera a los nueve países sumados que le siguen en la lista de mayores gastos (SIPRI, 2020). Detenta un presupuesto militar de 778.000 millones de dólares, cerca del 40% del gasto militar mundial, el resto de los diez primeros puestos sumados no alcanzan a esa cifra. Es significativo que, en el Medio Oriente, se localizan la mayoría de los países con mayor gasto bélico en relación con el Producto Bruto Interno (PBI), reflejo de las invasiones y confrontaciones durante más de dos décadas. Ese tipo de erogaciones a nivel mundial, están en un máximo, luego de 30 años de crecimiento (ALI, 2021).

La potencia norteamericana lidera organizaciones como la OTAN más el QUAD, y desenvuelve bases militares distribuidas por el mundo. Por lo que, parte nodal de su estrategia global se digita desde el aparato decisor del complejo militar-industrial, del Pentágono y de sus agentes financieros. Su posición es de agresión, en el sentido que los lugares adonde dirige sus flotas están a miles de kilómetros de su territorio, aunque esto lo haga bajo la presunción de que son zonas bajo su potestad. Ejemplos claros de su posicionamiento en la región son el gasto armamentístico de Arabia Saudita, o el desarrollo tecnológico militar de Israel, las dos columnas vertebrales de su intervención en Medio Oriente. Otro es haber destruido de manera significativa, las diferentes corrientes que pudieran enfrentar su dominio. Aunque no fuese el único factor desencadenante de la conflictividad y tampoco haya podido consolidar esa superioridad.

En cambio, las organizaciones encabezadas desde Beijing, si bien adquieren una faceta militar y política, hasta ahora, componen un bloque sólido de intercambio regional, en sus adyacencias como la OCS, y el RCEP. Entretanto, la OTAN ampara en su núcleo la postura militarista y de coerción, a través de, por ejemplo, de las imposiciones a Alemania y Japón, en la posguerra y su reconversión luego de la disolución de la URSS y del Pacto de Varsovia, creado pocos años después que su par del Atlántico Norte. Estados Unidos, en estas dos décadas, pasa de su emergencia como líder unipolar, a anhelar enmendar su liderazgo imperial. No puede contener la reconfiguración geográfica con el desplazamiento hacia Asia.

China puede proponer y comandar esta estrategia, por su posición. Para ejemplificar el porqué de referirse a un nuevo escenario mundial, en el último medio siglo, en los cincuenta años desde 1967 a 2017, la producción de acero pertenecía en un 70% a la tríada: Japón, Europa Occidental y Estados Unidos; mientras que China producía el 2%. Esto se ha transformado, demostrando también en otros datos, el ascenso de Beijing al 50%, en detrimento de los primeros que pasaron a tener un tercio de lo anterior, el 25%. Revela la asiaticización –intensificada hacia el sudeste– en detrimento de la pérdida de peso relativo del G7.

## **ALIANZA SINO-RUSA MÁS IRÁN, OPOSICIÓN GEOPOLÍTICA AL EJE ANGLOSAJÓN**

Eurasia refracta la intervención estadounidense con la alianza sino-rusa. Irán conforma un triángulo junto con dicha coalición, está por verse India aliado de Rusia. Por eso Estados Unidos buscó sabotear el Nord Stream II por todos los medios de guerra híbrida disponibles. En el caso de Rusia (como centro de la Unión Soviética), sufrió un colapso luego de su fracaso en Afganistán. Ese gigante político y territorial comenzó a recuperar protagonismo en el tablero geopolítico mundial en la última década, si bien su incidencia puede verificarse principalmente en el continente Euroasiático. Su debilidad económica se contrapondría con su renovado protagonismo internacional.

Lo antedicho se matiza, al decir que Rusia pese a no estar en la cúspide económica, es el país más grande del mundo, con cerca del 11% total del globo. Conserva las mayores reservas



de recursos energéticos y minerales del mundo aún sin explotar, posicionándose como potencia energética global. Detenta las mayores reservas de gas natural del mundo, la segunda mayor reserva de carbón y el octavo lugar en reservas de petróleo. Asimismo, conserva las mayores reservas de recursos forestales y la cuarta parte del agua dulce sin congelar del planeta. Es el segundo ejército más poderoso y la mayor potencia nuclear en esa misma faceta.

La geografía rusa pasó de ser el Imperio Ruso a la URSS, durante casi siete décadas, y ahora se reconvierte como la Federación Rusa. Es decir que su territorio se fue transformando, expandiendo y retrayendo. Igualmente, su magnitud indica su carácter de percibirse como una potencia en diferentes aspectos, además de no aceptar pasivamente una dominación occidental. Desde Europa fue visto como una amenaza expansiva, por ejemplo, a inicios de 1900 representado como un pulpo en expansión, como contraparte, desde Rusia veían las diferentes amenazas europeas y luego euroamericanas.

El espacio post-soviético es medular en la competencia mundial por las zonas de influencias y por los recursos. Esta tesitura la planteó Mackinder (1906) más de un siglo atrás: “Quien domine el Este de Europa comandará el *Heartland*. Quien domine en el *Heartland* comandará la Isla del Mundo (Eurasia). Quien domine en la Isla del Mundo comandará el Mundo”. Poco después Spykman, comunicó: “el mundo anglosajón debe establecer un *cordón sanitario* frente a Rusia, un *Rimland*”. Bajo la OTAN, los británicos acompañados por los estadounidenses de manera constante buscaron cercar militarmente a la URSS y luego a Rusia. Colaboraron en la desestabilización en el Cáucaso, Chechenia, Georgia, Azerbaiyán, a lo que se agrega el golpe de estado en Ucrania (Piqueras, 2020).

EE.UU., la colonia que luego de diezmar a su población nativa, se convirtió en la máxima potencia mundial de los últimos cerca de cien años. Se forjó al intervenir en la economía, con una ideología capitalista desplegada mundialmente para su beneficio, cuyo belicismo no tiene antecedentes históricos. Difiere de China, que luego de ser una potencia mundial y asiática, pasó un periodo de invasiones e intentos de colonización primero británico y luego japonés, de cuales se recompuso, para convertirse en una potencia. Y si bien posee armamento nuclear y es parte del Consejo de Seguridad de la ONU, no ha seguido esa política de agresión en otros países. Eso más allá de aumentar su inversión en desarrollo armamentístico ante un eventual conflicto.

La red mundial de influencia cultural acompañada de diferentes grados de sometimiento armamentístico, acentuada en las tres áreas estratégicas imperiales – África, Medio Oriente y América Latina – la eclipsan “el consenso de Beijing”, según los académicos del gigante de la muralla

. Desenvuelve un comportamiento circunspecto, una lógica geopolítica del poder agudo (*sharp power*), diferente tipo de injerencia al al de las fuerzas solo diplomáticas (*soft power*), o estadounidense de respuestas bélicas duras (*hard power*) e interferencia política. China inaugura el cambio en la geopolítica internacional (CRUZ, 2010; KATZ, 2021) sin financiarización y sin neoliberalismo, y lo inicia en Asia.

Los dos modelos a nivel mundial se pueden dirimir entre dos estrategias geopolíticas. Una postura imperialista estadounidense, frente a una maniobra de China

más geoeconómica. Entre ellos se sitúa, el actor protagónico Rusia, con una tecnología militar de punta. El eje anglosajón añade a Francia y Alemania, para difundir el mito de la superioridad europea contemporánea (luego a EE.UU. para configurar “occidente”, el occidente colectivo) y llevar esa posición, a la escritura de la historia mundial, situando a occidente en el epicentro. Tanto la energía como la economía productiva ya no están en el Eje Anglosajón que ha dominado el mundo desde 1700 (o para algunos es desde mediados de 1800) sino en Asia, y sobre todo en el Eje chino-ruso, que busca complementarse con Irán y llegar a Alemania.

Esto difiere con el enfrentamiento de la Guerra Fría con la URSS, partidarios de la OTAN frente a los firmantes del Pacto de Varsovia, más los no alineados. Los escenarios de disputa resultan semejantes, la especificidad se coteja en la forma de relación de cada hegemon con ellos. Estados Unidos ha mantenido un marcado intervencionismo militar en esas regiones desde mediados del siglo XX, a través del petrodólar, mientras que la expansión china es más reciente. En líneas generales y debatibles, uno ha destruido para reconstruir, y el otro hasta ahora busca construir puentes terrestres y marítimos, aunque se beneficia y aun no se observan las consecuencias de lo planteado como cooperación.

La historia china, si la distinguimos como más pacífica, se ha vuelto hacia su propia interpretación, para tomar el ejemplo de la antigua ruta de la seda y sus relaciones a través de ella con el resto de Eurasia. Mientras que el país norteamericano, en una situación geográfica más aislada, ha estado involucrado en guerras a excepción de diecinueve años de su historia como nación. Este reposicionamiento chino, viene a contradecir la visión eurocéntrica y la historia asiática es, en parte, revalorizada. Otra cuestión es si China se autopercibe como nación, como imperio o como civilización, ya que ahí entran en juego las conjeturas conceptuales surgidas en Europa, y que, casos como China o la India ponen en discusión.

La política del pivote asiático estadounidense y por ende de la OTAN, se contraponen al involucramiento en todos los niveles que plantea la BRI. Estados Unidos es imperialista, en cambio de China no se puede afirmar lo mismo, por el perfil provocador del primero y la reacción defensiva del segundo (GUIGUE, 2020). La primera potencia busca restituir su dominación mundial en varios aspectos en declive, mientras que el segundo mantiene su crecimiento capitalista evitando la confrontación. La diferencia radica en la forma en que como potencias inciden en este nuevo orden mundial, pese a que busque el beneficio propio en primer término.

Otro contraste, es el nivel de planificación a largo plazo, lo que da cuenta de una percepción e interpretación del tiempo y el espacio diferente, así como también influye su ubicación geográfica. Al hablar de China, nos estamos refiriendo a un país que equipara con su población 1.440 millones a todo África (1.340 mill.), o a la India 1.380 mill, o a América 800 mill. más Europa (sin Rusia) 600 mill. (KOOP, 2021), es también 4,5 veces la población de su principal competidor.

El eje euroasiático se erige en su oportunidad de complementarse y conectarse, enfrenta la disyuntiva de efectuarlo bajo un paraguas protector chino, o subsistir en su acercamiento a Estados Unidos. La diferencia es como cada uno quiere incidir en

esa región, si asociarse o rivalizar, ya que Europa no tiene un poder decisor unificado, demostrado en la ausencia de un poder militar conjunto. Así como también, un eje de convivencia más pacífica entre lo que sería Rusia, China sumando a Irán y Turquía, pero reparando en la posición de la India.

## **POTENCIAS SUBIMPERIALES TURQUÍA E IRÁN, COIMPERIAL ISRAEL Y ARABIA SAUDÍ**

La cuestión de los gendarmes periféricos utilizados en el último siglo por la potencia norteamericana puede clarificar nuestra comprensión sobre estos asuntos. Eso no contradice la independencia de actuación de esos países, pero si confirma el nivel de intervencionismo en la región. Luego del declive de las potencias europeas, franco-británica, desde 1956, Estados Unidos consolidó su mediación en las tramas regionales. Durante la Guerra Fría compitieron en ese escenario con la Unión Soviética por asociarse con los países recientemente independizados de la colonización, bajo la forma de Mandatos.

Algunos hechos a considerar: en 1991, Estados Unidos derrota a Irak, que se retira de Kuwait. La Unión Soviética se desintegra en 15 estados independientes. En 1997, El Proyecto para el Nuevo Siglo Americano (PNAC) aboga por la hegemonía mundial y la capacidad estadounidense de librar múltiples guerras simultáneas. En 2001, se proclama la OCS con China y Rusia– y pocos meses después Bush anuncia la “guerra contra el terrorismo”, y en octubre Estados Unidos ataca Afganistán. En 2003, la potencia americana vuelve a invadir Irak. En 2008, durante la crisis capitalista había unas mil bases militares de ese país en el extranjero y seis mil en su interior. Y en 2011, las rebeliones árabes comparten la escena con la invasión sobre Libia y el comienzo del conflicto sirio. Estados Unidos propone el cerco a China, país que desenvuelve el Puente Terrestre Euroasiático. Poco después Rusia, al promediar la década se involucra directamente en Siria.

En las dos décadas recientes, 2001-2021, algunos factores entrelazados del sistema mundo incidieron sobre el Medio Oriente extenso. Estados Unidos comienza, en su estrategia de “Proyecto para el Nuevo Siglo Americano”, de invasiones directas sobre la zona Afganistán (2001), Iraq (1991, 2003-2021), en medio, la crisis capitalista de 2008, Libia (2011), injerencia en Siria (2012) – donde es más notoria la intervención internacional y regional –, en Yemen (2015). Además, el apoyo incondicional a Israel frente a los palestinos y Hezbollah, la alianza con Arabia Saudita y la aparición del ISIS (2014), más el acuerdo nuclear con Irán (2015). Esas incursiones quedaron atascadas hasta la actualidad, con países devastados, miles de refugiados, y consecuencias sociales críticas.

La siguiente etapa se caracterizó por la pretensión estadounidense de recolonizar la región, a partir de Iraq y luego Afganistán, con una recomposición en su sistema de alianzas, manteniendo Israel su papel coimperial y Arabia Saudita con nuevas bases militares allí. Basta observar los sucesivos mapas de Medio Oriente, sus independencias y sus enfrentamientos bélicos (1948, 1967, 1973, 2001, 2021) para constatar la atmósfera de confrontación.

Luego de la implosión de la Unión Soviética, se delinea una reconfiguración del mapa, simbólica y material (MARTINELLI, 2020). Cambio concluyente que repercutió en la belicosidad regional, cuando EE.UU. comienza a invadir a los países que había apoyado en la década previa de los '80, Iraq (frente a Irán) y Afganistán (el “Vietnam” de la URSS). El propósito estadounidense de la dominación mundial, en el siglo XXI, pasa por la energía y la seguridad (en China por el impulso económico y tecnológico). Por ello, buscó controlar la cuenca del Mar Caspio, el Golfo Pérsico, las zonas donde hubiese estos minerales en América Latina (Venezuela) y África (Libia, Nigeria). Asimismo, en la primera década de esta centuria, se emplearon los epítetos: “sangre por petróleo”, “guerra por el petróleo” o la propia “guerra contra el terrorismo” (KLARE, 2004).

A través del Pentágono, la potencia estadounidense se involucra en los asuntos internos, y mantiene lazos con los regímenes aliados o mediante la intervención bélica directa. Sin embargo, su hegemonía en la zona va descendiendo con la aparición de otras potencias con intereses particulares: China y Rusia, más la independencia de los subimperios y las revueltas populares. La expansión de la economía china y su definición como potencia, más la reaparición de Rusia con poder militar e influencia en la “región pivote” – no así en lo económico –, amenazarían los intereses de Estados Unidos.

El papel de esta región es considerable por una serie de razones y procesos, la energía global (producción, tránsito, precios y conflictos), los refugiados, la seguridad del Golfo Pérsico, la no proliferación nuclear, el Islam político, los actores no estatales (como Hezbollah y Hamas), la cuestión israelí-palestina, guerras civiles como en Siria, tensiones regionales (como la rivalidad saudí-iraní), el BRI chino, así como como otros (FOROUGH, 2021, p. 292) los cuales no podemos analizar aquí dada la extensión de este trabajo.

Asia sudoccidental pasa a ser aquella más invadida directamente por Estados Unidos, junto a la constante ocupación militar de Palestina; y el papel de los kurdos o de Hezbollah. Y en este paisaje, una arista para comprender las dinámicas regionales son los intereses, alianzas y roles de países subimperialistas como Turquía e Irán – con ambivalencias –, y aliados históricos del hegemon norteamericano como Israel y Arabia Saudita. A su vez, estos países dirimen sus diferencias en terceros países, pero no se enfrentan directamente, como tampoco lo hacen las superpotencias.

Si realizamos un breve ejercicio de relevamiento de las guerras e invasiones sufridas en la región mezzoriental, eso nos percatará de algunas cuestiones que no son privativas del siglo XXI. Lo novedoso es que se han acentuado de manera notoria. Esa beligerancia estuvo escoltada por la caracterización del enemigo musulmán como el enemigo *per se* de “occidente” en reemplazo del ya en declive “Oso rojo” (MARTINELLI, 2020).

Las teorías para estigmatizar a los habitantes de esa región procuraban interpretar sus diferencias políticas como conflictos religiosos, para así usarlos como libreto colonialista de las incursiones en la región. Esos estereotipos para asociar al islamismo con el terrorismo, se usaron como pretexto en la pretensión estadounidense de recuperar la dominación imperial global a través del control de la zona. Allí se condensan enfrentamientos entre potencias, batallas democráticas y resistencias antiimperialistas.

Por ejemplo, conquistas del movimiento nacional kurdo (en zonas autónomas) bajo la coyuntural protección cambiante de Estados Unidos (KATZ, 2017).

El parteaguas a nivel mundial ha sido la crisis capitalista de 2008. Las invasiones a Iraq y Afganistán son el problema del Imperio Estadounidense y la OTAN, justamente rodeando a Irán, que luego sale fortalecido en su influencia regional. La rivalidad entre Arabia Saudí e Irán se observa en las zonas de influencia en que cada uno busca su predominio, con los países del Golfo con un protagonismo en aumento. Allí se verifica allí la dificultad para reordenar Medio Oriente según sus intenciones. La seguidilla de países invadidos y demolidos tuvo la colaboración en varias facetas de los aliados en la región como Arabia Saudita e Israel, con la situación ambivalente y más independiente de Turquía, y la mayor ayuda militar externa hacia Egipto, país más poblado de lengua árabe.

Según Gilbert Achcar (2015) se llegó a la coexistencia de dos tipos principales de integrismo en la vasta extensión geográfica de los países de mayoría musulmana, caracterizados en un caso por su colaboración con los intereses occidentales y en el otro por su hostilidad hacia los mismos. El bastión del primer tipo es el reino saudí, el antioccidental en el seno del chiísmo es la República Islámica de Irán. Un país donde se sitúan la segunda reserva mundial de gas y la tercera de petróleo, un extenso territorio en una zona clave, lo opuesto a Israel, que no tiene territorio ni población en comparación con Irán o Turquía, ni ese subsuelo. Las características geoestratégicas y geopolíticas de Medio Oriente, lo posicionan como un nudo central de la BRI.

En los últimos veinte años, a partir de la crisis de 2008 empieza a inclinarse, el 2011 se intensifica, con el pivote asiático, y en el 2013, se plasma en la BRI. La estrategia estadounidense *El regreso a Asia*, de cerco a China, buscó evitar su desenvolvimiento. La potencia americana firma el acuerdo nuclear con Irán y mantiene la “ventaja militar cualitativa” de Israel, acompañada por Arabia Saudí. Busca fortalecer su presencia en Afganistán, e impedir una alianza entre China e India.

Luego de las rebeliones en países de mayoría árabe, Rusia, Irán y China en 2013 se oponen a las propuestas estadounidenses de bombardear Siria. Esto corrobora la resistencia a las imposiciones en esa zona neurálgica y cercana a sus territorios. El fortalecimiento ruso, la ascensión inusitada china y el estrechamiento de su coalición se forjó a través de organizaciones como la Organización para la Cooperación de Shanghái (OCS). En síntesis, Estados Unidos interfiere en Medio Oriente mediante su ejército, sus aliados y sanciones económicas (como a Irán), pero está en un retroceso económico. Rusia se fortifica militarmente, y China incide a través de la BRI, en 2013, mediante intercambios económicos. Mientras tanto, las potencias regionales o subimperialistas como Turquía e Irán invisten sus propios objetivos, y la resistencia de las poblaciones de la región se manifestó en revueltas que luego fueron neutralizadas.

China no representa una amenaza bélica para EE.UU., el 5% de la población mundial, cuyo presupuesto militar septuplica el de su competidor asiático, donde habitan casi el 20% de los humanos. El Complejo industrial-militar y la OTAN suelen sustentarse en un enemigo para justificar su accionar (MARTINELLI, 2020), el país más poblado del

mundo ocuparía ese lugar actualmente. Pretenden inducirlo a una carrera armamentística, en vez de disminuir la pobreza o embarcarse en proyectos de infraestructura a nivel mundial. China prefiere la paz para vender sus productos o adquirir materia prima. Negocia con Arabia Saudí e Irán, en el territorio iraquí, o con Israel, mientras demuestra no inmiscuirse hasta ahora en sus temas internos. El Golfo Pérsico, además de ser su fuente de petróleo forma parte de su BRI (ARMANIAN, 2021).

Las subpotencias ubicadas en Medio Oriente, Turquía, Irán, Arabia Saudita e Israel, tienen ambiciones de dominio en diferentes zonas de influencia. El rasgo característico es que se perciben como herederas de los Imperios Otomano y Persa los primeros. Para Arabia Saudita Arabia habría que indagar hasta qué punto es así con las expansiones árabo-musulmanas que llegaron a través del Norte de África y del Mediterráneo hasta el interior de Europa. En el caso de Israel, las nociones del Gran Israel no se condicen con algún imperio efectivo de la antigüedad. En un punto, esto se equipara con las percepciones que tienen los rusos y chinos de sí mismos, y se diferencia de los estadounidenses por ser una colonia que se convierte en Imperio.

Rusia e Irán, o Turquía y Arabia Saudí (con ciertas ambigüedades), entre otros, afrontan el poder estadounidense en la región. Los conflictos bélicos en Afganistán, Iraq, Libia, Siria o Yemen permanecen inconclusos, hasta que se acuerde un nuevo reparto de zonas de influencia. En este marco, sus gobiernos intentan garantizar su supervivencia, así como mantener sus lazos con el centro del poder capitalista y sosegar la oposición en el interior. Las guerras generadas por la OTAN perturbaron la existencia de al menos cien millones de personas en esta región, en las recientes tres décadas (ARMANIAN, 2021).

El carácter subimperial de Turquía, miembro de la OTAN y vinculado con el Pentágono, se comprueba en su intervención en los conflictos regionales, su represión a los kurdos o las controversias con Irán. Sin embargo, oscila entre la asociación y ciertas disidencias respecto de Estados Unidos. Turquía es un lugar de paso y de conexión, la diferencia con sus vecinos, es que no se sustenta en reservas de gas natural y petróleo. Por lo tanto, se apoya en el comercio y el turismo que requieren buenas relaciones (MAZHARI, 2021).

Con su territorio, Irán domina el Golfo Pérsico, es un puente entre Asia Central o China hacia el Mediterráneo. Es tanto aliado de Rusia y China, como esencial para la proyección de India (construyó un puerto en Irán, para evitar Paquistán) en Asia Central y sudoccidental, con Rusia son sus principales abastecedores de petróleo y gas. Para China, Irán es un país trascendental en la BRI por su posición. Para Rusia, se trata de un socio indispensable, para neutralizar la V Flota de EE.UU., que tiene su base en Qatar. A su vez, el eje Irán-Iraq-Siria-Líbano (con Hezbollah) y Palestina (con Hamas) constituye una oposición a Israel y los estadounidenses en la región (ZAMORA, 2019, p. 50).

Afganistán, país estratégico para la OTAN: le ofrecería una ventaja geopolítica única sobre China, Rusia, India e Irán, siendo la plataforma para aplicar la doctrina Wolfowitz, que propone prevenir el surgimiento de un poder regional o global que pueda cuestionar la hegemonía de EE.UU. Está rodeado de esas cuatro potencias nucleares con ambiciones regionales (ARMANIAN, 2018)

La reconfiguración material se ha verificado en la transformación de las territorialidades a partir de la intervención directa o indirecta. La aregeneración simbólica erigió al nuevo enemigo de Occidente que reemplazaría al contendiente soviético (MARTINELLI, 2020), esto se modifica a partir de la última década. El concepto de subimperio, ideado por Marini para Brasil, ayuda a jerarquizar los poderes capitalistas en el estado de guerra, latente o permanente. Se trata de actores locales con intereses propios, cuyas interacciones resultan ambivalentes para las superpotencias. Lo ejemplifican casos como el de Turquía, el de oposición a Irán y acercamiento con el tratado nuclear, y de mayor proximidad con Arabia Saudita, mientras que Israel no es un subimperio sino un coimperio.

### **ISRAEL UNA ALIANZA COIMPERIAL CON UNA “VENTAJA MILITAR CUALITATIVA”**

Las relaciones de Israel con los Estados árabes, cuyas poblaciones embanderaron la causa palestina como propia, cambiaron desde el tratado de paz entre Egipto e Israel, mediado por EE.UU. de 1978-79 y el tratado con Jordania de 1994. Recientemente, este pequeño país esbozó un plan sistemático de acercamiento a países árabes, en una llamada “normalización” con Bahréin, Emiratos Árabes Unidos (EAU), Sudán y Marruecos de forma abierta, así como podríamos sumar Arabia Saudita de manera subterránea (ÁLVAREZ-OSSORIO, 2020).

En el aspecto geopolítico, EAU es uno de los países más pujantes de la región. Además, es una forma de acercamiento a la costa opuesta de Irán (gran objetivo de la alianza EE.UU. - Israel más Arabia Saudita) dentro del Golfo Pérsico (o árabe), zona por donde transita gran parte de la producción mundial de petróleo, a través del Estrecho de Ormuz. Irán es el país opuesto a las prerrogativas estadounidenses desde la Revolución Islámica de 1979 y acaba de firmar en 2021 un tratado de 25 años con China. Este incluye inversión en infraestructura, vías férreas que conectan con Afganistán y Kazajistán, el puerto iraní de Chabahar, los hidrocarburos y la cooperación en los ámbitos culturales, educativos, científicos, legales, legislativos y militar (VADELL; ZACCARA, 2020). Así lo acerca al triángulo Rusia-Irán-China y muestra su objeción al acoso estadounidense sobre ese país.

El Estado de Israel, en su rol coimperial en la región, asume tres políticas hacia Palestina. Primero, un *Master Plan* de judaización, de desarabización, de generar una mayoría de población judía por una cuestión de mayoría política y basados en un racismo estructural. En el caso jerosolimitano se visualiza la intención de minar la soberanía palestina. La Colonia *Maale Adunim* lo ilustra, con su objetivo de diseccionar a Cisjordania.

Segundo, en Cisjordania, pretende una anexión territorial, que quiso legitimar en 2020. La expulsión por goteo sucede a las deportaciones masivas de 1948 y 1967. Las colonias de asentamiento (colonialismo del siglo XXI), crecieron al doble de la tasa de crecimiento de las demás zonas de Israel. El régimen de *apartheid* israelí tiene como resultado una serie de poblaciones inconexas, a la imagen de fiordos o bantustanes al estilo sudafricano.

Tercero, Israel, único poseedor de armas nucleares en la región y de los más sofisticados armamentos, incursiona con asesinatos masivos sobre la Franja de Gaza en 2008-2009, 2012, 2014 y en 2021. Está bloqueada por tierra, mar y aire, una cárcel a cielo abierto. No tiene colonos israelíes desde 2005, lo que en parte explica porque es el objetivo de sus bombardeos de poblaciones enteras y su infraestructura, que buscan resistir con lanzamientos de cohetes. En ese contexto, desde 2008, Estados Unidos prometió asegurar a Israel una “ventaja militar cualitativa” sobre todas las demás fuerzas, reales o potenciales, en la zona.

La disputa se ejerce en diversos asuntos, como el geográfico, el histórico, el lingüístico, el arqueológico, el artístico o el mediático. Sin embargo, el poderío tecnológico y militar israelí es garantizado por la máxima potencia que le asegura una “ventaja militar cualitativa” en la región. Esto se ve soslayado por el apoyo a la causa palestina que se suscita a través del mundo. En cuanto a las formas de resistencia, el Boicot Desinversión y Sanciones (BDS) es una de las mayores muestras a nivel mundial del rechazo al *apartheid* israelí (MARTINELLI, 2021).

Si comparamos a Israel con Estados Unidos su *alter ego* (ANDERSON 2016, p. 42), el nacionalismo volcado en lo militar, hacia el imperialismo, se asemeja al querer imponer un mini-imperialismo regional. La desdicha de los palestinos se asienta en el intento estadounidense de recobrar su ventaja imperial. También ambos acarrear una política de limpiar su imagen hacia el exterior financiando campañas mediáticas, incluyendo Hollywood, Netflix y los Google, Amazon, Facebook, Apple (GAFA). Difunden estereotipos, paradigmas que deshumanizan al “otro” ya sea árabe, afgano, iraní, chino, ruso o cual sea necesario a sus fines, justificando en los imaginarios las invasiones y bombardeos sobre esas poblaciones, en su mayoría a civiles.

## **EL NUEVO IMPERIALISMO EN DECLIVE, PERO SIN RETIRARSE**

Tras la crisis mundial de 2008, los egipcios, tunecinos, sirios y demás pobladores se rebelaron desde 2011, depusieron así monarquías o gobernantes de larga data. Sin embargo, la contrarrevolución represiva asestó varios golpes a ese movimiento, leído como democrático en ese momento. Las transformaciones de la década del 2010, expusieron como Estados Unidos viró en su política para redirigirla más directamente hacia China y a su actual aliado ruso. El primero diseñó una estrategia planetaria con una dedicación especial hacia Medio Oriente, y el segundo, retornó a una zona en la que incidió mientras dirigió la URSS.

La guerra contra Iraq era para reordenar el conocido como Medio Oriente. Aislaría a Irán como paso previo a su destrucción, junto con los vestigios de influencia rusa. Quedaban dos regímenes fuera de control como el libio y el sirio. En Siria se encuentran las únicas bases militares que permitían a Moscú proyectar su poder naval y aéreo sobre el Mediterráneo. La ofensiva del llamado Daesh contra el régimen sirio – apoyada por EE.UU., Israel, Turquía y Arabia Saudita – apuntaba a Rusia y a Irán que, desde Siria, respaldaba a Hezbolla que puso en entredicho el mito de la invencibilidad del Ejército israelí en la guerra de 2006). De ahí la decisión rusa amparada por China, de involucrarse en septiembre de 2015 (ZAMORA, 2019, p. 50).



En Siria el conflicto guerra civil de una década devastó a su población. En la zona intervinieron las potencias mundiales. Mientras tanto Libia, posteriormente a los bombardeos encabezados por la OTAN, quedó en una situación de potencial disgregación y división estatal en tres regiones. Las fronteras terrestres de Irán están cercadas por bases militares de EE.UU., que a su vez sufrió numerosas sanciones económicas (otra forma de acecharlo). La potencia norteamericana se aproxima así al Golfo Pérsico y al Océano Índico, a los que China le adjudica gran importancia (ARMANIAN, 2019).

Para Claudio Katz (2021b), la idea sobre que EE.UU. se retira de Medio Oriente es errónea. Diferente es advertir un retroceso, o el incumplimiento de sus planes, o de convertir cinco países en catorce, o balcanizar varios Estados. En ese caso, si debilitó varios países, pero el ingreso de China y Rusia, así como las alianzas de algunos países con Irán modificaron su hoja de ruta. El rediseño imperial, aunque no haya sido efectivo en su totalidad, tiene reminiscencias con el aplicado por Francia e Inglaterra a principios de siglo XX.

EE.UU. trabaja con Israel y Arabia Saudita, que, pese a su poderío económico y armamentístico, se ha frenado en Yemen, donde masacraron a miles de civiles. Aunque los yihadistas fluctúen en sus relaciones con EE.UU., son usados de forma indirecta y para apuntar contra Irán. Al mismo tiempo, las rebeliones pusieron en cuestionamiento la dominación imperial de la que los gobiernos ejercen un rol principal. El caso de Túnez, como anomalía de desarrollo democrático, contribuye a aclarar el planteo de reconfiguración de Medio Oriente. Un motivo es que no posee ni materias primas, petróleo, bases militares, ni posición geoestratégica, a diferencia de los países intervenidos o sancionados por las diferentes alianzas (KATZ, 2021b).

Bajo la nueva faceta del imperialismo, la potencia norteamericana se encargó de irradiar violencia, dilapidar recursos y de violar sistemáticamente los derechos humanos. Pretendieron encubrir esas acciones bajo los pretextos de extender democracia y libertad. Las poblaciones a las cuales se dirigió están a una distancia ponderable de sus territorios, no obstante, se encuentran en las adyacencias de las dos mayores potencias euroasiáticas de la actualidad, como son Rusia y China. Sus detentores en la región fueron los Estados Unidos secundados por Israel, a los cuales se les suman en diferentes niveles de alianza y colaboración, de potencias subimperialistas como Turquía (luego acompañó a Rusia e Irán), Arabia Saudita, y a diferente escala Egipto.

Con el acompañamiento casi irrestricto de su brazo armado, la OTAN, han invadido la zona, así como desarrollaron un sistema maquiavélico de alianzas y enemistades, e incluso, aliados reconvertidos de manera instantánea en enemigos. Ahora, esa doctrina está reconfigurada para obstruir la recomposición rusa y el ascenso económico chino. La desestabilización de la región tuvo secuelas terribles. Conlleva el sufrimiento de los refugiados, alrededor de sesenta millones en las últimas dos décadas. En Afganistán persistieron cerca de doce millones de personas sin hogar, luego la OTAN se replegó. En Irak murieron medio millón de niños, en Siria la mitad de la población ha sido desplazada, o en Yemen una destrucción y muerte generalizada. La OTAN transformó a Libia, en un estado ingobernable.

El cambio externo ha quedado de manifiesto porque Rusia y China, dos potencias en recomposición, han intervenido en diferentes sentidos en la región, obturando así, el intento de dominio estadounidense. El imperialismo estadounidense busca reorganizarse, puesto que necesita controlar del petróleo para intentar frenar el nuevo hegemonismo chino.

## CONCLUSIONES

La implosión de la Unión Soviética, se dirige hacia un desplazamiento geopolítico. La unipolaridad se basaba en la caída de uno de los máximos contendientes durante tres cuartas partes del siglo XX. EE.UU. invade Medio Oriente y Asia central (nuevo imperialismo), y en la última década persigue un cerco más directo hacia China y Rusia. Podemos dividir el periodo desde 2001 a la actualidad en dos, con la crisis del 2008 como un parteaguas. La segunda década del siglo actual, presencié la reincorporación rusa al poder decisorio mundial por su potencial bélico y el resurgimiento chino por el alcance de su maquinaria económica.

El imperialismo estadounidense en la región nodal de Eurasia reorienta su eje en el sudeste de Asia. Busca intimidar a las fuerzas chinas en el Mar del Sur de China, con el desarrollo del “QUAD”, la OTAN asiática, formada por India, Japón, Australia y EE.UU., para la cooperación militar en la región del Indo-Pacífico. A un movimiento geoeconómico, le responde con una apuesta geopolítica. Así, hasta ahora, entre Medio Oriente y Eurasia, se constituyen como espacios decisivos del sistema mundial. Estados Unidos apuesta a conservar su hegemonía mundial. Intenta mantener la supremacía armamentística desplegada por el mundo, además de una serie de subpotencias socias o seguidoras en momentos clave, y por sus características.

Eurasia renueva su estatus frente al eje atlántico anglosajón (que avizora su declive), con esa coalición que pudo evitarse durante la Guerra Fría, pero que ahora se materializó. China está organizando una conexión continental Euroasiática y mundial en varios sentidos, poniendo en cuestión la hegemonía marítima, y por lo tanto estadounidense. El entendimiento con Rusia ayuda a sortear impedimentos, así como impacta ver el nivel de asociación a través de vías férreas, marítimas, gasoductos, oleoductos y puertos, construidos o proyectados, que generan una nueva geografía.

Asia Central y sudoccidental resultan centrales en esa disputa geopolítica y geoestratégica. Sus iniciativas propias y sus características, más sus potencias regionales y el potencial de sus rebeliones populares, exhiben reticencias a su dominación. La BRI en curso, señala una vía férrea proyectada desde China hacia Teherán, Estambul, Berlín, esas relaciones podrían pacificar, están por verse los cambios que redunden en la zona analizada. Si continúa su desarrollo sería factible que puedan recomponerse de parte de su pasado reciente más beligerante. Podríamos sostener que la estrecha alianza chino-rusa es el factor geoestratégico de mayor preponderancia junto a la BRI. Indica la clave de un cambio de época en esta nueva centuria.

## REFERÊNCIAS

- ACHCAR, G. **¿Puede servir la religión al progreso social?** 15 de octubre de 2020. Recuperado de <<https://vientosur.info/puede-servir-la-religion-al-progreso-social/>>.
- ALI, A. **Mapped: The World's Top Countries for Military Spending.** 15 de mayo, 2021, Recuperado de <<https://www.visualcapitalist.com/worlds-top-countries-for-military-spending/>>.

- ALVAREZ-OSSORIO, I. **La reconfiguración de Oriente Próximo**. El País, España, 21 diciembre, 2020. Recuperado de <<https://elpais.com/opinion/2020-12-21/la-reconfiguracion-de-orient-proximo.html>>.
- ANDERSON, P. **Fuerza y consentimiento**. New left review, vol. 17, p. 5-30, 2002.
- ANDERSON, P. **La casa de Sión**. New left review, no 96, p. 7-42, 2016.
- ARMANIAN, N. **Trump fusiona en el Golfo Pérsico la doctrina Obama con la doctrina Carter**. El País, España, 10 julio 2019. Recuperado de <<https://blogs.publico.es/puntoyseguido/5856/trump-fusiona-en-el-golfo-persico-la-doctrina-obama-con-la-doctrina-carter/>>.
- ARMANIAN, N. **La estéril táctica nixoniana de Joe Biden hacia Rusia y China**. Público, Madrid, 24 de junio, 2021. Recuperado de <<https://blogs.publico.es/puntoyseguido/7215/la-esteril-tactica-nixoniana-de-joe-biden-hacia-rusia-y-china/>>.
- CRUZ, A. **China inicia el cambio en la geopolítica internacional**. Agencia Prensa Rural, Colombia, 5 de abril, 2010. Recuperado de <<https://www.prensarural.org/spip/spip.php?article3840>>.
- DIERCHXSENS, W.; FORMENTO, W. **El proyecto multipolar por una nueva civilización: El Futuro de la Milenaria Ruta de la Seda**. 14 de marzo, 2021. Recuperado de <<https://observatoriocrisis.com/2021/03/14/el-proyecto-multipolar-por-una-nueva-civilizacion-el-futuro-de-la-milenaria-ruta-de-la-seda/>>.
- ENFU, C.; BAOLIN, L. Five Characteristics of Neoimperialism Building on Lenin's Theory of Imperialism in the Twenty-First Century. **Monthly Review - An Independent Socialist Magazine**, 2021, vol. 73, no 1, p. 22-58.
- FERNÁNDEZ, R. **Rusia y China firman un acuerdo contra la hegemonía estadounidense**. El País, España, 24 de abril, 1997. Recuperado de <[https://elpais.com/diario/1997/04/24/internacional/861832818\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1997/04/24/internacional/861832818_850215.html)>.
- FOROUGH, M. **Geographic Agency: Iran as a 'Civilizational Crossroads' in the Belt and Road Geography**. Global Perspectives on China's Belt and Road Initiative. Amsterdam, University Press, p. 291-314, 2021.
- GEJO, O.; REBOTTARO, A.; KEEGAN, G. **Geografía de la desglobalización**. Portal Coordinadas, 2020. Recuperado de <<http://portalcoordinadas.com.ar/geografia-de-la-desglobalizacion/>>.
- GUIGUE, B. **El socialismo chino y el mito del fin de la historia**, 29 de noviembre, 2018. Recuperado de <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=249582>>.
- KATZ, C. **Bajo el imperio del capital**. Bogotá: Espacio Crítico, 2011.
- KATZ, C. **Socialismo y antiimperialismo**. 8 de noviembre, 2017. Recuperado de <<https://katz.lahaine.org/socialismo-y-antiimperialismo/>>.
- KATZ, C. **La indefinición imperial contemporánea**. 8 de febrero, 2021. Recuperado de <<https://katz.lahaine.org>> m=20210208>.
- KATZ, C. **¿Ocaso, supremacía o transnacionalización?** Viento Sur, 3 de febrero, 2021, Recuperado de <<https://vientosur.info/ocaso-supremacia-o-transnacionalizacion/>>.
- KATZ, C. **La tragedia de los palestinos se inscribe en el intento estadounidense de recuperar su primacía imperial en el mundo**. Entrevistado por Mario Hernández, 1 de julio, 2021. Recuperado de <<https://rebellion.org/la-tragedia-de-los-palestinos-se-inscribe>>.

- en-el-intento-estadounidense-de-recuperar-su-primacia-imperial-en-el-mundo/>.
- KLARE, M. **Sangre por petróleo: la estrategia energética de Bush y Cheney**. Socialist Register, 2004.
- KOOP, A. (2021) **The Population of China in perspective**. Visual Capitalist, Vancouver, 22 de febrero, 2021. Recuperado de <<https://www.visualcapitalist.com/the-population-of-china-compared-with-the-rest-of-the-world/>>.
- MACKINDER, H. El pivote geográfico de la historia. **Geopolítica(s)** vol 1, nº 2, pp. 301-319, 2010 (1906).
- MARTINELLI, M. La reconfiguración simbólica y material del Medio Oriente, en las recientes tres décadas. **Cuadernos de Marte**, no 18, p. 457-489, 2020.
- MARTINELLI, M. El apartheid en Palestina e Israel, una analogía con Sudáfrica. **Claroscuro**, N° 20, Vol. 1, pp. 7- 27, 2021.
- MAZHARI, M. **China's Belt and Road Initiative can change regional balance**: Turkish expert. Tehran Times, Irán, 23 de abril, 2021. Recuperado de <<https://www.tehrantimes.com/news/460123/China-s-Belt-and-Road-Initiative-can-change-regional-balance>>.
- MAZZEI, U. **El ocaso del atlantismo**. 4 de abril de 2021. Recuperado de <<https://www.alainet.org/es/articulo/211774>>.
- MEARSHEIMER, J. **Es posible una guerra entre Estados Unidos y China en 2021**. 25 de julio, 2020. Recuperado de <<https://www.perfil.com/noticias/actualidad/john-mearsheimer-es-posible-una-guerra-con-china-en-2021-estados-unidos.phtml>>.
- MERINO, G. El ascenso de China y las disputas estratégicas en los grupos dominantes de los Estados Unidos. **Cadernos PROLAM/USP**, 19 (37): 44-77. 2020 <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/169135>>.
- PIQUERAS, A. **Capitalismo en derrumbe: Geoestrategia del caos**, 17 de julio, 2019. Recuperado de <<https://observatoriocrisis.com/2019/07/17/capitalismo-en-derrumbe-geoestrategia-del-caos/>>.
- PIQUERAS, A. **Occidente contra Rusia y China**. Observatorio de la Crisis, 9 de septiembre, 2020. Recuperado de <<https://observatoriocrisis.com/2020/09/09/occidente-contra-rusia-y-china/>>.
- POLO, H. Retorno a la Ruta de la Seda. **El Viejo topo**, no 310, p. 40-45, 2013.
- SERFATI, C. **Las teorías marxistas del imperialismo**. Viento Sur, España, 4 de junio, 2018. Recuperado de <<https://vientosur.info/las-teorias-marxistas-del-imperialismo/>>.
- SMITH, A. **La rivalidad geopolítica de EE UU y China en el siglo XXI**. Sin permiso. 31 de agosto, 2019. Recuperado de <<https://www.sinpermiso.info/textos/la-rivalidad-geopolitica-de-ee-uu-y-china-en-el-siglo-xxi>>.
- VADELL, J.; ZACCARA, L. **El histórico acuerdo China-Irán en el tablero geopolítico asiático**. Perfil, Argentina, 17 de agosto, 2020. Recuperado de <<https://www.perfil.com/noticias/internacional/historico-acuerdo-china-iran-tablero-geopolitico-asiatico.phtml>>.
- ZAMORA, A. **La geopolítica mundial pivota en Asia**. Papeles, n. 146, p. 47-56, 2019.
- ZHANG, Z. The belt and road initiative: China's new geopolitical strategy? **China Quarterly of International Strategic Studies**, vol. 4, no 03, p. 327-343, 2018.

---

# MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TERRITÓRIO: A DISPUTA ENTRE CONCENTRAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

MEDIA AND TERRITORY: THE DISPUTE BETWEEN CONCENTRATION AND DEMOCRATIZATION IN LATIN AMERICA

MEDIOS Y TERRITORIO: LA DISPUTA ENTRE CONCENTRACIÓN Y DEMOCRATIZACIÓN EN AMÉRICA LATINA

Mónica Arroyo<sup>1</sup>

André Pasti<sup>2</sup>

**RESUMO:** Os territórios latino-americanos são marcados, historicamente, por uma intensa concentração do poder comunicacional em torno de grandes conglomerados midiáticos, processo que encontra diversas formas de resistência nas últimas décadas. Trata-se de manifestações que evidenciam a existência de agentes e narrativas em disputa: as grandes empresas clamando por sua liberdade irrestrita de atuação e de concentração – apoiadas por outros agentes do discurso neoliberal – em contraposição aos diversos setores da imprensa independente e alternativa, movimentos sociais e entidades da sociedade civil defendendo a necessidade de uma regulação democrática da comunicação, ampliando a diversidade e a pluralidade das vozes em circulação. Este artigo analisa o modo e alcance dessa disputa nas formações socioespaciais latino-americanas, sobretudo considerando o movimento em torno à renovação da legislação que regula as indústrias de comunicação.

**Palavras-chave:** América Latina. Formação socioespacial. Comunicação. Concentração. Democratização.

**ABSTRACT:** The organization of the media in Latin America is characterized by an intense concentration of communication power in a few corporations. This process has encountered various forms of resistance in recent decades. These resistances are demonstrations of the existence of agents and narratives in dispute: on the one hand, large companies clamoring for their unrestricted freedom of action and concentration – supported by other agents of the neoliberal discourse; on the other hand, various sectors

---

1 Professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1947-1457>. E-mail: [mmarroyo@usp.br](mailto:mmarroyo@usp.br).

2 Professor de Planejamento Territorial na Universidade Federal do ABC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0116-1853>. E-mail: [andre.pasti@ufabc.edu.br](mailto:andre.pasti@ufabc.edu.br).

Artigo recebido em agosto de 2021 e aceito para publicação em maio de 2022.

of the independent and alternative press, social movements and civil society organizations defending the need for democratic regulation of communication and for more diversity and plurality of voices in circulation. This paper discusses the disputes between the concentration and the struggles for the democratization of the media in Latin American socio-spatial formations. The present analysis emphasizes the movement towards the renewal of the legislation that regulates the communication industries.

**Keywords:** Latin America. Socio-spatial formations. Communication. Concentration. Democratization.

**RESUMEN:** Los territorios latinoamericanos están históricamente marcados por una intensa concentración del poder comunicacional en torno a los grandes conglomerados mediáticos, proceso que ha encontrado diversas formas de resistencia en las últimas décadas. Son demostraciones que muestran la existencia de agentes y narrativas en disputa: las grandes empresas que claman por su irrestricta libertad de acción y concentración -apoyadas por otros agentes del discurso neoliberal- en oposición a los diversos sectores de la prensa independiente y alternativa, los movimientos sociales y las entidades de la sociedad civil que defienden la necesidad de una regulación democrática de la comunicación, ampliando la diversidad y pluralidad de las voces en circulación. Este artículo analiza el modo y el alcance de esta disputa en las formaciones socioespaciales latinoamericanas, especialmente considerando el movimiento en torno a la renovación de la legislación que regula las industrias de la comunicación.

**Palabras clave:** América Latina. Formación socioespacial. Comunicación. Concentración. Democratización.

## **INTRODUÇÃO: GLOBALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

A informação concentrada nas mãos de um pequeno número de grandes empresas, que se dedicam à produção de notícias e propaganda e à construção de narrativas, é uma das formas como se apresenta a globalização perversa. Essas empresas elaboram uma pauta diária que é reproduzida por rádios, canais de televisão e meios digitais, atingindo verticalmente os lugares. Por tratar-se de grandes conglomerados econômicos, com propriedade cruzada dos diferentes meios de comunicação, a palavra é monopolizada e criadora de um discurso único. Isto aparece explicitado por Milton Santos (2000, p. 39), quando discute criticamente a globalização.

... nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia.

O fato de que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder – explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos.

Na globalização, esse processo é possível porque o meio geográfico adquire conteúdos crescentes de ciência, técnica e informação, apoiando-se na existência de uma tecnosfera, resultado da artificialização constante do meio natural, e de uma psicosfera, proveniente da produção e imposição de crenças, desejos, vontades, paixões, hábitos (SANTOS, 1994; 1996). Redes técnicas cada vez mais sofisticadas garantem a circulação de mercadorias, de dinheiro, de capital, de informação, para atender as exigências de fluidez do período atual; ao mesmo tempo, o traçado e uso dessas redes reforçam a tendência à seletividade e desigualdade espacial própria do desenvolvimento histórico do capitalismo. A dinâmica do setor de comunicação e mídia – como a imprensa, a televisão e o rádio – segue o mesmo padrão.

Na América Latina, esse setor consolidou-se especialmente na segunda metade do século XX com base numa forte concentração econômica em torno de empresas familiares, que formaram grandes conglomerados mediáticos. Cinco famílias comandam os principais conglomerados latino-americanos: a família do venezuelano Gustavo Cisneros, proprietário das emissoras de televisão Univisión, DirectTV, Chilevisión e Venevisión; dos mexicanos Emilio Azcárraga Jean e Carlos Slim Helú, donos da Televisa; da argentina Ernestina Herrera, titular do grupo Clarín; dos irmãos Marinho, do grupo brasileiro O Globo e, por fim, do mexicano Angel González, proprietário de quatro canais de televisão na Nicarágua, da Red TV Chile, e dezenas de outros na região (ULLOA, 2004). Indicadores de Riscos à Pluralidade na Mídia da pesquisa *Media Ownership Monitor 2019* indicam riscos altos à pluralidade em todos os países latino-americanos pesquisados, diante sobretudo da intensa concentração de audiência (REPORTEROS SIN FRONTERAS, 2019). Nas mídias televisivas, por exemplo, a concentração de audiência entre os 4 principais grupos chegava a 56,7% na Argentina, 71,1% no Brasil, 85,6% na Colômbia e 90% no México – todos níveis altos.

Frente ao poder concentrado da mídia, críticas e formas de resistência surgem no continente latino-americano. Trata-se de um conjunto de expressões diversas que se inicia na década de 1980 e que gradualmente evidencia a existência de agentes e narrativas em disputa: as grandes empresas clamando por sua liberdade irrestrita de atuação e de concentração – apoiadas por outros agentes do discurso neoliberal – em contraposição aos diversos setores da imprensa independente e alternativa, movimentos sociais e entidades da sociedade civil defendendo a necessidade de uma regulação democrática da comunicação, ampliando a diversidade e a pluralidade das vozes em circulação.

Neste artigo propomos analisar o modo e alcance dessa disputa nas formações socioespaciais latino-americanas, sobretudo considerando o movimento em torno à renovação da legislação que regula as indústrias de comunicação. Cabe registrar que “pela primeira vez na história, a população mais ativa em organizações da sociedade civil encarou processos de debate e ação em torno das políticas públicas de comunicação,

superando acordos ‘não escritos’ entre governos e donos de meios” (MARINO; MASTRINI; BECERRA, 2011, p. 34–35).

Compreendendo a América Latina como uma totalidade, considera-se que as mudanças na comunicação em cada formação socioespacial não se dão de forma isolada. A partir do movimento permanente de totalização, essas ações em torno da democratização da mídiacompõem o enfrentamento ao neoliberalismo no continente e fazem circular outras possibilidades de organização e uso do território.

## **CAMINHOS ABERTOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO**

As ações contrárias à monopolização da comunicação compõem um conjunto de lutas democráticas fortalecidas a partir do enfrentamento às ditaduras e, após a década de 1990, da resistência contra o neoliberalismo na América Latina. Essas lutas ocorreram em diversas formações socioespaciais e muitos dos movimentos sociais, organizações, entidades e partidos envolvidos articularam suas iniciativas em torno de questões vinculadas a direitos – à terra, à saúde, à educação, à moradia e à comunicação. No caso das disputas por novas legislações de comunicação, Waisbord e Segura (2016) apontam a atuação de agentes e redes latino-americanas como a Agência Latino-americana de Informação (ALAI), a Associação Latino-americana de Educação e Comunicação Popular (ALER) e a Aliança Regional pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Informação, além de outras redes globais de movimentos e organizações, com participação de diversas entidades latino-americanas, em especial a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) e a Associação para o Progresso das Comunicações (APC). Merece destaque, também, o Fórum Social Mundial (FSM) e, mais recentemente (em 2016), o surgimento da Aliança pela Diversidade e pelo Pluralismo na Comunicação, que reúne quinze organizações atuantes na América Latina para articular ações de combate à monopolização e oligopolização da mídia.

O continente entrou no século XXI protagonizando uma virada política por meio das vitórias eleitorais de Hugo Chávez (Venezuela, em 1998, 2000, 2006 e 2013), Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Brasil, em 2002, 2006, 2010 e 2014), Evo Morales (Bolívia, em 2005 e 2009), Rafael Correa (Equador, em 2007 e 2013), Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner (Argentina em 2003 e 2007, respectivamente), e da Frente Ampla, no Uruguai – com Tabaré Vázquez (2004, 2014) e Pepe Mujica (2009). Essa presença de governos de esquerda ou centro-esquerda foi resultado de um processo mais amplo de resistência antineoliberal e acompanhou a irrupção de um novo conjunto de possibilidades para os territórios latino-americanos.

Nesse contexto, houve ataques midiáticos sistemáticos dos conglomerados nacionais a esses novos governantes. Conforme Santander (2015), ao governar e levar adiante medidas que questionam a ortodoxia neoliberal, esses governos enfrentaram uma oposição rígida e permanente dos principais meios de comunicação<sup>3</sup>. Entretanto, essa ofensiva midiática possibilitou o avanço de um questionamento do modelo normativo que permitia a centralização do comando da comunicação em poucos agentes (SEL, 2009).



As mobilizações dos movimentos sociais pela democratização da comunicação ganharam mais força e encontraram uma conjuntura mais favorável a políticas públicas e normas que contribuíssem no combate à concentração midiática.

Desse modo, após debates e disputas de diferentes características em cada uma das distintas formações socioespaciais latino-americanas, um conjunto de transformações nas políticas de comunicação teve início no continente. Diversos governos anunciaram um enfrentamento à concentração das indústrias de comunicação e a elaboração de políticas com a pretensão de democratizar os meios. A emergência dos governos progressistas, de diferentes matizes, acompanhou uma revalorização do papel que o Estado deveria desempenhar na esfera econômica, tanto em processos de regulação e controle quando nos de fomento e incentivo a produções audiovisuais (GOMEZ, 2013). Assim, avançaram em alguns países políticas de combate aos monopólios da comunicação compreendendo a responsabilidade do Estado na regulação do setor para viabilizar maior pluralidade e diversidade entre os agentes produtores de informação. Para Mastrini e Becerra (2017, p. 15), essa agenda progressista para a comunicação contém uma série de compromissos:

Para cumprir esse programa, a agenda das políticas de comunicação se vincula com os padrões internacionais de liberdade de expressão e respeito aos direitos humanos e ao direito à comunicação, com o estabelecimento e fortalecimento de meios públicos, o desenvolvimento de políticas de fomento à produção de conteúdo nacional e local, a implementação de limites à concentração de propriedade e a sanção de um marco regulatório democrático para os meios de comunicação.

Cinco países produziram transformações mais significativas nesse arcabouço normativo: Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela. Em outras formações socioespaciais – como no Chile, Brasil e Paraguai – a política de comunicação permaneceu distante da renovação das leis de comunicação com sentido mais democrático e popular.

No Brasil não se conseguiu avançar nessa perspectiva, malgrado a adoção de algumas medidas. Durante o governo Lula (2003-2010), apesar das diversas políticas de sentido progressista, as coligações para a garantia da governabilidade incluíram a entrega do Ministério das Comunicações para forças contrárias à regulação da comunicação. Para Lima (LIMA, 2011), os avanços durante os dois governos Lula (2003-2010) se referem sobretudo às seguintes iniciativas: na comunicação estatal e pública, a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em 2007/2008; a convocação e realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), em 2009; o lançamento do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), em 2010; e, sobretudo, o início de um processo de regionalização das verbas de publicidade oficial. A discussão de um novo marco regulatório para a democratização da comunicação, nos mesmos princípios dos demais países latino-americanos, foram o fundamento da primeira CONFECOM – um espaço participativo, com diversas etapas locais e a construção das políticas a partir das propostas da sociedade civil. Boa parte das propostas da CONFECOM foram inseridas no

Plano Nacional de Direitos Humanos III (PNDH3, decreto nº 7037, de 21 de dezembro de 2009). Após forte pressão da imprensa contrária ao plano – sob a acusação de “censura” –, cerca de cinco meses depois, um novo decreto (nº. 7177 de 12 de maio de 2010) alterou o anterior, recuando em diversas conquistas da Conferência (LIMA, 2010).

Paralelamente, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), comandada pelo Ministro Franklin Martins, elaborou um pré-projeto de marco regulatório da organização e exploração dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão, levando em conta o acúmulo de debates da Conferência e de outros seminários e eventos organizados por sua Secretaria (LIMA, 2011). Com um pré-projeto elaborado e a indicação de um Ministro das Comunicações do próprio Partido dos Trabalhadores – que inclui a democratização da comunicação entre suas bandeiras históricas – houve uma perspectiva de avanços para a regulação da comunicação no governo de Dilma Rousseff, eleita em 2010 – mas foram expectativas não concretizadas na comunicação audiovisual. Houve avanços durante a gestão de Dilma Rousseff na agenda ligada à *internet*. De um lado, o governo anunciou a ampliação das metas para a universalização da banda larga, devido aos tímidos resultados do Plano Nacional de Banda Larga; de outro, a defesa da aprovação do projeto de Marco Civil da Internet (uma “constituição” para a garantia de direitos da *internet*) construído pela sociedade civil.

## **EXPERIÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO EM FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS LATINO-AMERICANAS**

Em relação à regulação democrática da comunicação, várias formações socioespaciais experimentaram avanços significativos desde o ano 2000. Na Venezuela, foi aprovada a “*Ley Orgánica de Telecomunicaciones*”, ainda em 2000, revendo o regime de concessões. Em 2005, entrou em vigor a “*Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión*” (Resorte), reformada em 2010 para abranger também a *internet*. A Argentina aprovou e sancionou a “*Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*” em 2009, quando também editou a Decisão Administrativa 221, que acabou com o monopólio da transmissão futebolística. Na Bolívia, foi aprovada a “*Ley General de Telecomunicaciones, Tecnologías de Información Y Comunicación*”, em 2011. O Equador teve sua “*Ley Orgánica de Comunicación*” entrando em vigor em 2013. O Uruguai aprovou sua “*Ley de Radiodifusión Comunitaria*” em 2007 e promulgou no fim de 2014 uma “*Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*”. Em três desses países, as transformações sucederam rupturas normativas com a promulgação de novas constituições – na Venezuela em 1999, na Bolívia em 2007 e no Equador em 2008.

Com respeito aos novos marcos normativos da comunicação, podem ser apontadas aproximações sob dois aspectos: (1) as ações para o combate à violência da informação e aos monopólios midiáticos; e (2) as políticas para a comunicação comunitária e pública e a promoção de novos agentes comunicacionais. Uma dimensão importante dessas novas políticas é o entendimento de que a concentração de propriedade dos meios de comunicação

cria distorções para a liberdade de expressão de todos e que, nessa perspectiva, cabe, além de promover novas vozes, impedir a concentração econômica – sobretudo considerando que grande parte dos meios de grande alcance funcionam sob concessões públicas. Trata-se, assim, de instrumentos de combate à violência da informação – caracterizada, conforme Santos (2000), pelo comando centralizado em poucos agentes da produção e circulação de informações, discursos e sentidos.

Na Argentina, as medidas antimonopolistas da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual de 2009 compreendiam, sobretudo: (1) reservas do espectro radioelétrico para comunicação não-comercial (artigo 89); e (2) limites de quantidade de licenças de canais e imposição de restrições de audiência (artigo 45). Ganharam centralidade, a partir da promulgação da lei, as normas referentes à distribuição de licenças para operação no espectro radioelétrico, bem público por onde trafegam as ondas de rádio e televisão aberta. Nesse entendimento, ter reservas ou impor limites de propriedade são estratégias para uma distribuição menos concentrada das concessões de uso desse espectro. Em relação ao segundo ponto das medidas antimonopolistas, os limites estabelecidos contemplavam a rádio, televisão aberta e televisão a cabo paga, em diferente situação para alcance nacional e local. No caso da TV a cabo havia, ainda, a limitação de um máximo de 35% do total da audiência ou dos assinantes. A aplicação da lei ficou a cargo de uma Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA), autarquia descentralizada que substituiu o Comfer, criado sob a ditadura para controle militar da radiodifusão. A AFSCA possuía sete membros em seu diretório e contava com participação social e representação da oposição. A orientação política do diretório dependia da composição dos representantes e da situação conjuntural, sem que o governo tivesse maioria garantida *a priori*.

Na Venezuela, as transformações normativas ocorreram no bojo da presidência de Hugo Chávez, no contexto da chamada revolução bolivariana, e da grave tensão entre o governo nacional e empresas privadas de mídia<sup>4</sup> (MATEOS, 2017). A legislação mencionada garantiu poder à Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel), responsável por controlar o espectro radioelétrico e as concessões. Para o combate à monopolização da comunicação, houve ampliação das concessões para comunicação comunitária, ainda que a legislação não criasse reserva proporcional do espectro radioelétrico (MOREIRA, 2013). Não houve referências diretas, na legislação, de limites à propriedade cruzada de meios (LED, 2013) ou outros mecanismos de combate aos monopólios – as novas políticas de comunicação são dependentes das decisões e da atuação da Conatel. A Lei de Responsabilidade Social no Rádio e na Televisão (“RESORTE”) estabeleceu um marco normativo de responsabilidade aos meios e estabeleceu condições normativas para a regulação pelo Estado, reconhecendo a necessidade de democratizar a mídia e promover a diversidade e direitos, estabelecendo parâmetros para o “controle social” dos meios de comunicação (GARCÍA et al., 2012). A lei criou novas instâncias de acompanhamento (Diretório de Responsabilidade Social e Conselho de Responsabilidade Social), instrumentos de sanção às violações previstas e condições para diversas ações contra a monopolização da mídia no país.

Na Bolívia, o combate aos monopólios da informação envolveu a distribuição do espectro com reservas de 33% para a comunicação estatal, 33% para a mídia comercial, 17% para canais comunitários e 17% para os povos indígenas originários campestres, as comunidades interculturais e afro-bolivianas (BOLÍVIA, 2011). Houve, também, uma rígida e explícita restrição à propriedade cruzada de meios. No caso das rádios, o limite era de uma licença para uma mesma área de serviço. No caso da televisão aberta, o limite estabelecido foi de uma licença de radiodifusão para uma mesma área de serviço – englobando todos os acionistas das empresas de comunicação. Além disso, proibições de concentração econômica, cartelização e práticas afins foram estabelecidas (art. 61). A Autoridade de Regulação e Fiscalização de Telecomunicações e Transportes (ATT) ficou responsável por fazer cumprir esses requisitos legais. O cenário midiático boliviano é, historicamente, menos concentrado<sup>5</sup> – ainda que haja meios, sobretudo em rádio e televisão, que funcionam em lógica de rede, não havia a configuração de controle monopólico ou oligopólico dos conteúdos comunicacionais (UNESCO, 2016).

No Equador, a partir da *Ley Orgánica de Comunicación*, também houve uma distribuição proporcional do espectro, com reserva para a comunicação comunitária (34%), estatal (33%) e para a mídia comercial (33%). A lei estabeleceu limites rígidos à propriedade cruzada – apenas uma licença de rádio AM, FM e de TV por pessoa física ou jurídica. A aplicação dessas exigências ficou a cargo do Conselho de Regulação e Desenvolvimento da Informação e Comunicação (Cordicom). O conselho foi previsto com um pleno de cinco integrantes: o presidente, de indicação do governo; um representante dos governos autônomos descentralizados; um representante dos conselhos nacionais para a igualdade; um representante da defensoria e um conselho de participação cidadã e controle social<sup>6</sup>. Foi criada, também, uma Superintendência de Informação e Comunicação (Supercom), órgão que deveria aplicar sanções às violações dos meios<sup>7</sup>. O sistema de meios é predominantemente privado e conta com a presença de diversas empresas falidas que passaram à administração do Estado. O processo de redistribuição das frequências da radiodifusão, previsto com a lei, só teve início em 2016, com um concurso de 1476 frequências (BOLÍVIA, 2011; REYES AGUINAGA, 2017).

No Uruguai, a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual de 2014 impunha ao Estado o dever de agir para garantir a pluralidade e diversidade na comunicação e combater a formação de oligopólios ou monopólios midiáticos; para tanto, foi estabelecida uma restrição de três licenças para serviços de radiodifusão aberta de rádio ou televisão ou mais de dois para serviços na mesma banda de frequências (AM, FM ou televisão) em todo o território nacional. Além disso, o total de assinantes de televisão por assinatura de uma empresa não poderia superar 25% do total de assinantes no território nacional, ou 35% em territórios onde existissem outras autorizações ou licenças de menor alcance (URUGUAY, 2014). A lei de comunicação comunitária de 2008 já reservava ao menos um terço do espectro, em cada localidade, à comunicação comunitária (limitando o espectro disponível aos grandes meios). A judicialização da lei, com o questionamento de diversos artigos, também dificultou o avanço à aplicação desses limites de concentração<sup>8</sup>. A lei estabelece a criação de um

Conselho de Comunicação Audiovisual, independente, para acompanhamento e aplicação da lei. O sistema de meios é bastante concentrado, tendo três grandes grupos no controle da maior parte da comunicação do país (GÓMEZ GERMANO et al., 2017).

Em relação à promoção de novos agentes comunicacionais, há distintos processos em curso nos países aqui estudados. Na Argentina, as medidas previstas para efetivar essa pluralidade de vozes podem ser agrupadas em: (1) criação de condições normativas para ampliar a circulação de conteúdos de novos agentes; e (2) normas de fomento e financiamento de produção de conteúdos. Em relação à ampliação da circulação de conteúdos, ganha destaque o estabelecimento de limites mínimos para veiculação de produtos audiovisuais – no caso da televisão aberta, as cotas são de 60% para a produção nacional, 30% de produtos próprios e 30% de produtos locais independentes na programação emissoras privadas. Também destacam-se ações ligadas ao fortalecimento da televisão pública: as previsões mais avançadas sobre o tema acompanharam a consolidação de canais estatais e educativos e culturais como Encuentro e Pakapaka – que, além de serem meios para a veiculação de programação independente, tinham grande parte da produção audiovisual desses canais concebida pelas equipes internas e executada em parceria com produtoras de audiovisual do país, selecionadas por editais<sup>9</sup>; desse modo, os canais poderiam contribuir, também, para o fomento a novos agentes produtores, além de fornecer conteúdo audiovisual gratuito para novos canais regionais. Já no que diz respeito ao fomento e financiamento da produção de conteúdos, destacam-se: a regulação da publicidade (ARGENTINA, 2009, cap. VIII) e a previsão de transparência da distribuição da publicidade oficial para os meios (ARGENTINA, 2009, cap. VI) – tendo em vista que esta é uma das principais fontes de financiamento da mídia; a criação de um fundo de fomento concursável para financiamento dos meios sem fins lucrativos, sob administração da AFSCA; o Programa Polos Audiovisuais Tecnológicos (PASTI, 2021b), que criou uma rede de financiamento de audiovisual para a regionalização da produção; a criação de um banco audiovisual de conteúdos e concursos de fomento para a televisão digital (SEL, 2013). A lei trouxe, ainda, mudanças em relação aos meios sem fins lucrativos, manifestadas em três fatos: o reconhecimento da comunicação sem fins lucrativos (PASTI, 2021a) como um âmbito sujeito a exercer seu direito à comunicação; a reserva de 33% do espectro radioelétrico para que essas organizações obtenham licenças; e a criação de um fundo de fomento – o Fundo de Fomento Concurável para Meios de Comunicação Audiovisual (FOMECA), gerenciado pela AFSCA – para garantir sustentabilidade econômica a esses meios (ESPADA, 2017). Todas essas medidas articulam o sentido de promover melhores condições normativas, técnicas e financeiras para a atuação e crescimento desses meios.

Na Venezuela, houve importante fortalecimento e criação de canais estatais – incluindo o canal internacional Telesur. Criada em 2005, a Televisión del Sur (Telesur) é um canal multiestatal de iniciativa do governo venezuelano em conjunto com Cuba, Uruguai e Argentina, e com a participação posterior de Bolívia, Equador e Nicarágua. Segundo a própria Telesur (MENDES, 2008), o canal nasceu de uma evidente necessidade latino-americana: contar com um meio que permita a todos os seus habitantes difundir seus próprios valores, ideias e conteúdos, livre e de forma igualitária. Despontaria, assim, como

uma alternativa capaz de fazer frente ao discurso único difundido pelas grandes corporações de mídia com base nos Estados Unidos e Europa. A partir das normas venezuelanas, houve uma obrigação aos concessionários para que veiculassem um mínimo de sete horas diárias de programas de produção nacional, das quais quatro horas devem ser de produção independente. Também houve uma exigência para que, durante o horário nobre, um mínimo de três horas seja reservado a programas de produção nacional, metade desse período com produção independente (VENEZUELA, 2011). Três horas diárias estão destinadas, ainda, a programas culturais, educativos informativos, de opinião e recreativos dirigidos à infância e adolescência (GARCÍA et al., 2012). Segundo Moraes (2011), o governo venezuelano oferecia capacitação técnica, fez doações de equipamentos com técnicas mais eficientes e criou linhas de financiamento. Foi criado um Sistema Nacional de Meios Alternativos e Comunitários. De fato, ao analisar o percentual de meios comunitários aprovados nos primeiros anos que seguiram essas novas políticas venezuelanas, houve um crescimento de 270% até 2011 (MOREIRA, 2011, 2013). Todavia, conforme Moreira (2013, p. 220), os meios comunitários ainda apontavam críticas relativas à “ausência de critérios claros para a distribuição de recursos públicos para as emissoras, à inexistência de espaços de cogestão, como um conselho de Comunicação com participação dos meios comunitários, e à falta de continuidade da política estatal”.

No Equador, a partir da nova *Ley Orgánica de Comunicación*, houve, como visto, uma reserva proporcional do espectro radioelétrico. Também surgiram critérios buscando a igualdade de oportunidades de acesso à publicidade oficial. Em relação ao conteúdo audiovisual veiculado, há uma exigência de 60% ser produção nacional, com 10% de produção local independente. Para a comunicação estatal, foram criados os canais Ecuador TV e os jornais El Ciudadano e El Verdadero. Estavam previstas, na legislação, ações afirmativas para fomentar a comunicação comunitária, como crédito preferencial para a criação desses meios e para a compra de equipamentos, isenções de impostos para a importação de equipamentos e acesso à capacitação para a gestão técnica, administrativa e de comunicação (ECUADOR, 2013). Essas iniciativas ficaram sob responsabilidade do Conselho que aplica e fiscaliza a lei (Cordicom). A partir do Plano Nacional do Bem Viver 2013-2017 (REYES AGUINAGA, 2017), buscou-se incentivar idiomas dos povos originários na esfera midiática, conteúdos que fortalecessem a identidade plurinacional e conteúdos que buscassem erradicar estereótipos e discriminações das mais diversas.

Na Bolívia, além da reserva de espectro incluindo povos originários e afrobolivianos, Gómez e Ramos-Martín (2014) destacam três iniciativas da nova política para a comunicação comunitária: (1) o programa de apoio e reativação da Rede Mineira de Rádio e Televisão por satélite da Bolívia; (2) o sistema nacional da rede de Rádios dos Povos Originários (RPO), com 60 emissoras de caráter indígena-sindical; e (3) a criação do Sistema Plurinacional de Comunicação, vinculado à Agência Plurinacional de Comunicação, para o tratamento, a difusão, a recepção e a distribuição de conteúdos produzidos pelos povos originários. Houve regulamentação, via decreto, da comunicação comunitária rural (MORAES, 2011), com a isenção dos custos de licenciamento e uso das frequências. A comunicação estatal também foi reorganizada, e surgiu um

novo jornal impresso (“Cambio”). Nesse processo de expansão da comunicação comunitária<sup>10</sup>, foram ampliadas as vozes dos movimentos indígenas e de trabalhadores que compõem o *Pacto de Unidad*, aliança de movimentos e organizações de base que inclui a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB), a Confederação Nacional de Mulheres Campesinas Indígenas Originárias da Bolívia “Bartolina Sisa” (“Bartolinas”), a Confederação Sindicalista de Comunidades Interculturais da Bolívia (CSCIB, “*Interculturales*”), a Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) e o Conselho Nacional de Ayllus e Markas del Qullasuyu (Conamaq) – movimentos sociais importantes ao projeto popular que conquistou a presidência com Evo Morales em 2006.

O Uruguai, durante o governo da Frente Ampla, foi o primeiro país a estabelecer regras para a comunicação comunitária sem limites técnicos prévios, com possibilidade de acesso a recursos econômicos para sua sobrevivência e a reserva de espectro (GÓMEZ GERMANO, 2011). A legislação uruguaia (URUGUAY, 2008) estabeleceu a reserva de espectro de pelo menos um terço à comunicação comunitária. Também ficaram estabelecidas cotas nacionais de ao menos 60% da programação de cada serviço de televisão comercial ou pública. A LSCA uruguaia deixou em aberto a porcentagem da programação local para meios comerciais para a regulamentação da lei. Foram estabelecidas cotas, ainda, de 30% da programação nacional que devem ser realizadas por produtores independentes, não podendo concentrar em um mesmo produtor mais que 40% desse total; duas horas por semana deverão ser dedicadas a estreias de filmes, sendo metade de produção independente; duas horas por semana deverão conter programas de agenda cultural (URUGUAY, 2014).

Nesse contexto de reorganização da comunicação, também a produção de notícias foi priorizada, num sentido de integração das iniciativas regionais. Foram reformuladas e criadas diversas agências estatais e públicas de notícias na América Latina – como Agência Brasil (2003), AVN (Venezuela, 2005), ANDES (Equador, 2009) e IP (Paraguay, 2009). Em 2010, em Buenos Aires, representantes das agências de notícias públicas da América Latina se reuniram para avançar na construção de um bloco regional de produção informativa. Assim, em 2011, em uma reunião em Caracas, surgiu a *Unión Latinoamericana de Agencias de Noticias*, ULAN (AGUIAR, 2015; ULAN, 2015). A entidade estava integrada pelas seguintes agências: Agência Venezuelana de Notícias (AVN), Prensa Latina (Cuba), Agência Andina (Perú), Agência Boliviana de Información (ABI), Agência Brasil (da Empresa Brasil de Comunicação, EBC), Notimex (México), Agência Guatemalteca de Notícias (AGN), Agência de Información Paraguay (IP), Andes (Ecuador) e Télam (Argentina). O principal objetivo autodeclarado da ULAN era “promover a democratização da comunicação na América Latina e contribuir para a integração regional dos povos” (ULAN, 2015, n/p). Após reunião da ULAN, em 2013, na cidade de Brasília, foi anunciada a criação de um portal de notícias, a ser denominado Ansur (“Agencias de Noticias del Sur”) que reunisse informações de todas as agências-membros e com a pretensão de publicar conteúdo trilingue (espanhol, português e inglês). Em 2015, em uma reunião da entidade em Quito, na sede da Unasul, foi definido e formalizado o protocolo de funcionamento da Ansur (ALBA, 2015). O portal foi lançado em abril de 2015.

As políticas para a comunicação das formações socioespaciais latino-americanas aqui analisadas convergiram no sentido de unir forças de combate à monopolização da informação e de promoção de novos agentes comunicacionais nacionais e regionais. Uma orientação comum dessas políticas foi ampliar a produção e circulação de informações a partir dos lugares até então menos expressivos, em geral com menor densidade técnica, menos conectados às redes globais informativas ou que participavam dessas redes apenas como receptores de informações comandadas alhures, carregadas de sentidos alheios.

No entanto, essas novas condições normativas foram estabelecidas em pactos territoriais que enfrentaram poderosos interesses de agentes hegemônicos nacionais e transnacionais, além de diversas contradições internas dos processos políticos que os gestaram. Como revela Moraes, baseando-se em Gramsci, o processo de modificação dos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões não ocorre mediante “explosões” rápidas, mas sim a partir de combinações sucessivas, num processo de transformação lenta e gradual (MORAES, 2011). Os sentidos presentes na psicosfera hegemônica estão fortemente arraigados no cotidiano dos lugares, dificultando muitas vezes as mudanças, porque contrários a novas visões.

As políticas de fomento a novos agentes comunicacionais locais – especialmente ao privilegiar os espaços “opacos” da globalização (SANTOS, 1994), exigem um conjunto integrado de medidas para resolver limitações preexistentes, que levam tempo para promover resultados efetivos. Entre as dificuldades estão a desigual distribuição de objetos técnicos adequados à transmissão de informações no território, a necessidade de formação técnica para a operação desses objetos e para a geração de conteúdo qualificado e atrativo à audiência, custos e oferta desiguais dos serviços necessários (entre grandes grupos empresariais e meios locais) e o financiamento – já que são, em sua maioria, meios não-comerciais.

É nesse contexto que se compreendem essas novas normas – capazes de criar outras condições para a organização da comunicação nas formações socioespaciais latino-americanas, mas que têm se enfrentado a realidades técnicas, materiais e políticas complexas para sua efetivação.

## **REORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E REALINHAMENTO COM OS CONGLOMERADOS MIDIÁTICOS**

À crise do ciclo de governos progressistas e à ascensão de governos mais alinhados com os interesses dos conglomerados midiáticos e das políticas neoliberais – no quadro da ascensão da chamada “nova direita” (SEGRERA, 2016) e de golpes e rupturas democráticas (CABALLERO, 2016) nos países do continente – seguiu uma reorientação das políticas de comunicação. Como lembra McChesney (2010, p. 218), “a peça principal das políticas neoliberais é, invariavelmente, a reivindicação de desregulamentar a mídia comercial e os mercados de comunicação. Na prática, isso significa que são ‘re-regulamentados’ para servir aos interesses empresariais”.

O combate à concentração enfrenta obstáculos impostos pelo poder político e econômico dos grandes meios, sobretudo através de processos de judicialização da lei, que começam logo depois de sua aprovação. Tomando o caso argentino como exemplo, desde



a aprovação da lei em 2009, o Grupo Clarín interpôs medidas judiciais para questionar aspectos da norma. O Clarín questionou os artigos que tratam sobre os limites das licenças, sua transferência, a concentração de propriedade e a adequação dos meios existentes. Esse processo teve duas etapas: a disputa pela constitucionalidade e plena aplicação e o conflito pela adequação do Grupo Clarín. A batalha judicial pela constitucionalidade plena da lei – e, por conseguinte, de sua vigência – perdurou por quatro anos, de sua sanção, em 2009, até outubro de 2013, quando a Suprema Corte declarou a constitucionalidade plena da LSCA (CHARRAS; BALADRÓN, 2014). A decisão estabeleceu um julgamento “sólido, argumentado, com citações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, às relatorias de Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da ONU, à Comissão Europeia de Direitos Humanos, constitucionalistas [...] e uma doutrina jurídica ampla” (MARINO, 2016, p. 23). Findada essa etapa, se iniciou a disputa pela adequação do Clarín aos limites de propriedade da lei. Essa disputa perdurou de 2014 até o fim do governo de Cristina Fernández, sendo encerrada com as alterações que o governo de Mauricio Macri faria no marco normativo por decreto, em favor do Grupo Clarín, analisadas a seguir.

Na Argentina, a chegada do governo de Mauricio Macri representou um realinhamento das políticas de comunicação e acompanhou um conjunto de ações voltadas ao desmantelamento de parte do arcabouço institucional, de programas e de aspectos normativos que acompanharam a regulação democrática da mídia. Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016 – logo no início da gestão –, o governo Macri estabeleceu mudanças na área da comunicação tendo como instrumento principal o uso de decretos de “necessidade e urgência” (DNUs) – o que revela a centralidade do tema para a agenda desse governo, que impôs tais mudanças, alinhadas com os interesses das grandes empresas de mídia, com prioridade e sem debate público.

Uma das primeiras medidas dizia respeito à AFSCA. O governo decretou uma intervenção na instituição, para substituir seu diretório diretivo. Também interviu na AFTIC, autoridade de aplicação da lei Argentina Digital, de telecomunicações. Como visto anteriormente, a AFSCA possuía um órgão colegiado de gestão onde o poder executivo não tinha maioria automática – indicava dois dos sete membros, que incluíam, ainda, diferentes grupos do Congresso Nacional e participação da sociedade civil organizada. Os mandatos dos diretores perdurariam até o fim de 2017. Após determinar a intervenção nos dois órgãos no dia 22 de dezembro de 2015 (ARGENTINA, 2015a), uma semana depois, um novo decreto (ARGENTINA, 2015b) acabou com as autoridades regulatórias do audiovisual e das telecomunicações e as substituiu por um novo órgão dependente do Poder Executivo, o Ente Nacional de Comunicações (Enacom) (BECERRA, 2017). No Enacom, quatro dos sete membros eram indicados pelo governo e qualquer dos integrantes podia ser destituído pelo presidente sem justificativa. Outras institucionalidades de participação popular estabelecidas pela LSCA foram extintas e o que foi mantido, ficou com funcionamento precário e praticamente desassistido pelo Estado (MONJE; RIVERO; ZANOTTI, 2017). O Conselho Federal de Comunicação Audiovisual (Cofeca) foi dissolvido por decreto e o conselho anunciado para seu lugar não foi estabelecido ou nomeado.

Outra ação do governo Macri foi a modificação dos aspectos normativos mais estratégicos aos conglomerados midiáticos: as barreiras à concentração monopólica. Os limites de propriedade de licenças da TV aberta e rádio foram flexibilizados, a transferência de licenças entre operadores foi permitida e as licenças ainda tiveram suas durações estendidas e foram renovadas. A maioria das medidas do decreto n. 267/2015, do fim de dezembro de 2015, se referem à extensão das licenças e à eliminação de obstáculos para a concentração, ainda maior, do mercado audiovisual (BECERRA, 2017). Uma das dimensões dessa flexibilização foi a mudança de enquadramento normativo da televisão a cabo por assinatura de serviços audiovisuais para serviços de telecomunicações – sobre os quais não incidem mais as regras audiovisuais, como de diversidade, regionalização e outras. Essa perspectiva é contrária ao direito comparado e a recomendações internacionais de proteção à diversidade, produção local, pluralismo e equilíbrio (LORETI; CHARRAS; LOZANO, 2017).

Como afirma Becerra (2017), apesar do discurso de modernização, as mudanças na política de comunicação a partir de dezembro de 2015 tinham um caráter conservador e restaurador. Foram intervenções precisas para atender demandas dos conglomerados – atingiram, por exemplo, os pontos nevrálgicos da disputa anterior com o Grupo Clarín, legalizando novamente a concentração excessiva de propriedade da mídia. Segundo Becerra (2017, p. 136), “os diretamente beneficiados são os grupos audiovisuais maiores (Clarín é o mais visível, mas não é o único)”. Percebe-se que os novos limites adéquam a lei aos grandes meios, ao invés de adequar os grupos concentrados à lei, como normatizava a LSCA anteriormente (BECERRA, 2017). A retirada da televisão a cabo do enquadramento normativo do audiovisual é especialmente grave em função das características de consumo televisivo na formação socioespacial argentina, com grande predomínio desse serviço.

Se, por um lado, as alterações realizadas logo no início da gestão Macri são um indicador do que era estratégico e incomodava interesses corporativos representados nesse governo, também é necessário notar que às mudanças normativas e institucionais se contrapõem resistências de diversas expressões no território argentino (Quadro 1).

**Quadro 1.** Argentina: Cronologia das principais transformações normativas à comunicação audiovisual e alguns marcos da resistência nos seis primeiros meses do governo Macri.

Data	Publicação das principais normas	Alguns marcos da resistência
Dezembro de 2015	11/12: Decretos 12/2015 - cria o Sistema Federal de Meios e Conteúdos Públicos (SFMCP), e 13/2015 - Min. de Comunicações. 21/12: Res. n. 1 Min. Comunicações: transfere 98% da ARSAT ao ministério. 22/12: Decreto 237/2015: Transferência de meios ao SFMCP. 23/12: Decreto 236/2015: intervenção AFSCA.	11/12: Início das manifestações públicas, marchas e protestos em diferentes cidades de todo o país – La ley de medios no se toca. 23/12: Atos em frente à AFSCA e em outros lugares em defesa da instituição de aplicação da lei, contrários à intervenção. 30/12: Apresentação da primeira liminar (de várias) para barrar os decretos – sem sucesso.
Janeiro de 2016	04/01: Decreto 267/2015: Criação do Enacom e mudanças na LSCA.	25/01: Campanha em defesa da LSCA – Coalizão por uma Comunicação Democrática (CCD).
Fevereiro de 2016		18/02: Resolução da Defensoría del Público com resoluções contrárias às mudanças na LSCA. 20/02: Encontro ComunicAcción, ligado à CCD.
Março de 2016	11/03: Conformação da Comissão Redatora da Lei de Comunicação Convergente.	03/03: Apresentação pública dos novos 21 pontos para a comunicação democrática, da CCD.
Abril de 2016	06/04: Câmara de Deputados ratifica os decretos 13/2015 e 267/2015. 08/04: Câmara de Deputados valida atribuições do Enacom.	08/04: Audiência perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre os decretos e a liberdade de expressão. 18/04: Jornada cultural das redes de comunicação popular pela habilitação dos canais digitais outorgados e em defesa dos 33% do espectro.
Junho de 2016	07/06: Anúncio: retirada da Telesur da TDA 09/06: Anúncio: retirada da RT da TDA.	08/06: Marcha dos trabalhadores da imprensa por suas fontes de trabalho.

Fonte: Monje, Rivero e Zanotti (2017), CCD. Elaboração própria.

Como é possível observar, houve uma reação imediata às intervenções governamentais por meio de diferentes protestos, campanhas, manifestações públicas e articulação de redes. Isso indica, além do grau de organização popular na formação socioespacial argentina, a importância do direito à comunicação e do combate à monopolização midiática no imaginário que fundamenta as lutas sociais. Simbólico desse processo é o fato de que a primeira marcha contra o governo de Mauricio Macri em dezembro de 2015 tenha sido em defesa da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual.

Esforços de desmonte semelhantes ocorreram em outras formações socioespaciais. No Uruguai, após uma larga disputa pela regulamentação da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual de 2014, o início do governo conservador de Luis Alberto Lacalle Pou (2020) acompanhou a apresentação de um novo projeto, nos primeiros meses de governo, realinhado com os interesses dos conglomerados de comunicação. As propostas englobavam a revogação de licenças de meios alternativos, e a implementação de medidas que aumentariam a concentração midiática – supressão de limites à propriedade cruzada, de limites de concentração de mercado na mídia e de propriedade de licenças de radiodifusão e de limites de audiência (BOCCACCI, 2020). Semelhante ao caso

argentino, a lei uruguaia de 2014 enfrentou centenas de pedidos de inconstitucionalidade, sendo judicializada nos anos seguintes.

No Equador, a lei de 2013 também foi alvo de mudanças, com a reorientação política conservadora da presidência de Lenin Moreno e a chegada posterior ao governo do empresário e banqueiro Guillermo Lasso. Nos primeiros dias da gestão Lasso, em 2021, foi apresentado projeto do executivo para destituir a lei anterior de comunicação, baseado na concepção individual e liberal de liberdade de expressão, onde bastaria a não-intervenção no mercado de comunicação, protegendo apenas as empresas do setor. O projeto foi criticado pelos movimentos sociais do setor comunitário, associações de comunicação comunitária, produtores audiovisuais, povos afrodescendentes e indígenas, acadêmicos e pesquisadores (OBSERVACOM, 2021).

Na Bolívia, o golpe de Estado de 2018 acompanhou o fechamento de meios de comunicação alternativos – integrantes do Sistema Nacional de Rádios dos Povos Originários – críticos à golpista Jeanine Áñez, reabilitados apenas em 2021, após a eleição de Luis Arce (TELESUR, 2021). Já há muitas indicações da participação de grandes meios de comunicação privados na blindagem ao golpe e legitimação dos atos do governo interventor (PRENSA LATINA, 2019; TELESUR, 2019).

Ações de integração regional na comunicação também foram enfraquecidas com esse realinhamento. Na Argentina, por exemplo, a chegada de Mauricio Macri significou um enfraquecimento da comunicação pública; iniciativas como a ANSUR e a ULAN, que estavam baseadas na Agência Télam, foram interrompidas (AGUIAR, 2018). O governo Macri também cancelou o financiamento da Telesur e retirou o canal da grade da Televisão Aberta no país.

## CONCLUSÕES

Apesar do peso crescente que atualmente têm a internet, as redes digitais e os veículos audiovisuais alternativos, a capacidade dos grandes meios de comunicação de influir na formação da opinião pública continua, mesmo porque essas empresas também atuam no ambiente virtual. Como analisado neste artigo, um caminho para enfrentar a concentração do poder econômico e político-ideológico exercido historicamente pela mídia tem sido renovar a legislação que regula as indústrias de comunicação e cultura. De fato, várias formações socioespaciais avançaram neste campo e aprovaram leis importantes para regular o controle dos meios de comunicação, como Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela. Essas ações, ao propor outras possibilidades de organização e uso do território, têm sido uma das formas de enfrentamento ao neoliberalismo no continente latino-americano.

Os novos marcos legislativos têm como um dos principais objetivos a criação de um ambiente para a elaboração de imaginários coletivos interculturais mais democráticos e menos monótonos, baseados na pluralidade de vozes que convivem em nosso continente. Esta situação gera disputas, não resolvidas evidentemente com a promulgação de leis, como prova o fato de mudanças de governo terem produzido um freio a estas propostas, uma desconfiguração do quadro normativo e institucional atingido e uma alteração de sentidos, como ocorreu na Argentina, Bolívia, Equador e Uruguai, após ter sido aprovada a nova legislação.

A construção de consenso para manter uma correlação de forças favorável a governos de caráter popular e progressista está vinculada, em grande medida, às formas de produção, regulação e acesso aos meios de comunicação – e, conseqüentemente, às informações e narrativas que são postas em circulação. Trata-se de uma disputa permanente, como observado na Argentina e Bolívia nos últimos anos.

A mudança de rumo na Argentina com o início do governo de Alberto Fernández em dezembro de 2019, aponta indicações da possibilidade de outros sentidos às políticas de comunicação. O foco das ações no começo da gestão foi dado ao contexto emergencial da pandemia de COVID-19 – onde, em decorrência das diretrizes de isolamento social, houve exigência maior dos serviços de telecomunicações. Por meio do Decreto DNU 690/2020, o governo declarou a telefonia móvel, a televisão por assinatura e o acesso à internet como serviços públicos impedindo cortes, anunciando um plano de universalização com ação do Estado e suspendendo os aumentos de tarifa (BECERRA, 2020). O decreto trazia em sua justificativa a perspectiva do direito à comunicação. Do mesmo modo que ocorreu com a LSCA, esse decreto foi judicializado pelas empresas de telecomunicações (MASTRINI, 2021).

Em declaração de 2020, Fernández afirmou que a pluralidade de vozes é a verdadeira comunicação e que haveria a necessidade de regionalizar as verbas publicitárias para distribuir condições financeiras para os meios de menor alcance, do interior do país – “não chegamos a muitas rádios comunitárias ou cooperativas. Com a lei de Meios Audiovisuais nasceram muitas. Tenho o interesse de que a todos chegue verba publicitária oficial” (AGENCIA FARCO, 2020). Essa agenda é importante ao setor comunitário e foi reforçada recentemente em documento das rádios comunitárias demandando uma distribuição igualitária e transparente desses recursos (OBSERVACOM, 2021).

Na Bolívia, o governo de Luis Arce, eleito em 2021, se movimentou para ampliar vozes dissonantes na mídia, criando o jornal estatal *Ahora El Pueblo*, junto do anúncio de investimentos na rede de comunicação estatal Pátria Nova, na Bolívia TV, no Sistema Nacional de Rádios dos Povos Originários e na Agência Boliviana de Informação (SEVERO, 2021). Essas ações, logo no início da gestão, indicam uma compreensão da centralidade da comunicação para a produção de outros sentidos que acompanhem projetos de transformação do território usado.

Para finalizar, merecem destaque as ações de meios alternativos, comunitários e populares – mídias sem fins lucrativos e portadoras de sentidos mais arraigados aos lugares – nas lutas pela democratização da comunicação na América Latina. De igual maneira, cabe salientar a importância de políticas públicas, no âmbito do Estado – elaboradas com participação social ou em práticas de cogestão com a sociedade civil, especialmente aquelas orientadas a potencializar os agentes dos lugares historicamente silenciados para que possam produzir comunicação e colocar seus projetos e perspectivas em circulação.

Ainda que reconhecendo os limites desses processos para a democratização da comunicação, por vezes frágeis e com dificuldades para se consolidar perante o poder dos agentes hegemônicos em induzir uma reorientação dessas políticas públicas de comunicação, há transformações que se concretizam e permanecem nas formações socioespaciais latino-americanas, com uma pluralidade de agentes que seguem produzindo resistências significativas.

Além das mídias alternativas, populares e comunitárias, das redes de comunicação dos povos originários, das iniciativas de mídia pública, vale destacar a permanência da Telesur, que continua ativa – tendo completado 16 anos de atividade, produzindo informação sobre os países do continente com sentido contra-hegemônico. Como heranças legadas no território usado, esse conjunto de lutas deixa transformações nas materialidades e no imaginário e permanece no repertório de ações para a construção de um outro futuro.

## NOTAS

3 Para Santander (2015), esses governos têm em comum a experiência de fortíssimas tensões com as corporações midiáticas, e uma luta explícita político-comunicacional. Serrano (2011) analisa diversos aspectos dessas “agressões informacionais” e da cobertura midiática nesses governos.

4 O ápice dessa tensão na década de 2000 aconteceu durante curto golpe de Estado de 2002, que depôs o presidente Hugo Chávez por 48 horas, com apoio de grandes empresas de mídia (AHARONIAN, 2015).

5 Entrevista de Erick Torrico Villanueva e Bernardo Poma Ulo, em La Paz (Bolívia), em abril de 2017. Ambos são pesquisadores e ativistas do direito à comunicação, atuantes na ONG Unir Bolívia (PASTI, 2018).

6 Entrevista com Patricio Barriga, em julho de 2015, em Quito (Equador). Ele presidia do Cordicom (PASTI, 2018).

7 Conforme entrevista de Hernán Reyes, essa divisão em dois organismos regulatórios e a atuação da Supercom nas sanções despertavam críticas e um entendimento distorcido do que propunha a nova lei. Outras críticas feitas à norma equatoriana dizem respeito a um artigo que busca proibir o “linchamento midiático” e abriria espaço para restrições à liberdade de expressão. A entrevista ocorreu em julho de 2015 em Quito (Equador). Reyes era, então, representante da sociedade civil no Cordicom (PASTI, 2018).

8 Entrevista de Gustavo Gómez, em novembro de 2016 em Montevideu (Uruguai) (PASTI, 2018). Gómez é um dos formuladores do marco legal, ex-assessor de comunicação do presidente José “Pepe” Mujica, e atualmente é diretor executivo do Observacom (Observatorio Latinoamericano de Regulación, Medios y Convergencia).

9 Conforme entrevista de Facundo Agrelo, realizada em março de 2015 em Buenos Aires. Agrelo era coordenador geral do canal público educativo Pakapaka (PASTI, 2018).

10 Entrevista de Erick Torrico Villanueva e Bernardo Poma Ulo, em La Paz (Bolívia), em abril de 2017 (PASTI, 2018). Ambos são pesquisadores e ativistas do tema do direito à comunicação, atuantes na ONG Unir Bolívia.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA FARCO. **Alberto Fernández**: La pluralidad de voces es la verdadera comunicación. Agencia Farco, 2020. Disponível em: <<https://agencia.farco.org.ar/>>

noticias/alberto-fernandez-la-pluralidad-de-voces-es-la-verdadera-comunicacion/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

AGUIAR, Pedro. Cooperación Latinoamericana en Comunicación: consorcios de medios privados y cooperativas de agencias públicas de noticias (el GDA, el PAL y la ULAN). In: Congreso internacional comunicación e integración latinoamericana desde y para el sur, 2015, Quito. **Anais...** Quito: Ciespal, 2015.

AGUIAR, Pedro. **Governo da Argentina demite 354 jornalistas da Télam**. Blog Agências de Notícias. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://agenciasdenoticiasblog.wordpress.com/2018/06/26/governo-da-argentina-demite-354-jornalistas-da-telam/>>. Acesso em: 19 jun. 2021. , 27 jun. 2018

AHARONIAN, Aram. **La Internacional del Terror Mediático**. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2015.

ALBA. **Ansur, la nueva voz de las agencias de noticias latinoamericanas**. Disponível em: <<http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-27-16-48-36/2014-03-29-21-06-26/medios-de-comunicacion/4174-ansur-la-nueva-voz-de-las-agencias-de-noticias-latinoamericanas>>.

ARGENTINA. **Decreto 236/2015**, 22 dez. 2015 a. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/255000-259999/257248/norma.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

ARGENTINA. **Decreto 267/2015**, 29 dez. 2015 b. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/255000-259999/257461/norma.htm>>. Acesso em: 1 maio 2016.

ARGENTINA. **Ley 26.522** - Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual, 10 out. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/leidemeios>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

ARROYO, Mónica. América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos. **Ciência Geográfica**, vol. XIX, (1): janeiro/dezembro, 2015, p.16-23.

ARROYO, Mónica. A América Latina numa encruzilhada: o caso do projeto de integração?. **Geotextos**, v.13, n. 1, 2017, p.13-28.

ARROYO, Mónica. Descontentamentos nas cidades latino-americanas: como fazer desta velha tradição uma força transformadora?. In BARROS, Ana Maria; ZANOTELLI, Claudio e ALBANI, Vivian (orgs.). **Geografia Urbana. Cidades, revoluções e injustiças**: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020, p. 485-497.

BECERRA, Martín. Macri y lo que sigue. In: MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín (Org.). **Medios en guerra**: Balance, crítica y desguace de las políticas de comunicación 2003-2016. Buenos Aires: Biblos, 2017.

BECERRA, Martín; MASTRINI, Guillermo. La ley de servicios de comunicación audiovisual: proceso de construcción y contenidos básicos. In: MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín (Org.). **Medios en guerra**: Balance, crítica y desguace de las políticas de comunicación 2003-2016. Buenos Aires: Biblos, 2017.

BECERRA, Martín. DNU 690/20: **Las TIC como servicio público en competencia**. QUIPU, 2020. Disponível em: <<https://martinbecerra.wordpress.com/2020/08/23/dnu-690-20-las-tic-como-servicio-publico-en-competencia/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BOCCACCI, Juan Manuel. **Lacalle Pou avanza contra la Ley de Medios del Frente**

**Amplio:** El Ejecutivo de Uruguay derogó licencias otorgadas a tres medios alternativos. PAGINA12, Buenos Aires, 19 ago. 2020. El mundoDisponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/285906-lacalle-pou-avanza-contra-la-ley-de-medios-del-frente-amplio>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BOLÍVIA, Estado Plurinacional De. **Ley nº. 0164 General de Telecomunicaciones, Tecnologías de Información y Comunicación.** [S.l: s.n.]. Disponível em: <<http://bit.ly/ley0164>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CABALLERO, Francisco Sierra (Org.). **Golpes mediáticos: teoría y análisis de casos en América Latina.** Quito: CIESPAL, 2016.

CHARRAS, Diego De; BALADRÓN, Mariela. Una mirada sobre la sentencia que confirmó la constitucionalidad de la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual (LSCA) en Argentina. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, v. 0, n. 127, p. 37–47, 1 dez. 2014.

ECUADOR, Gobierno Del. **Ley Orgánica de Comunicación.** [S.l: s.n.]. Disponível em: <<http://bit.ly/ecleycom>>. Acesso em: 3 abr. 2014, 2013.

ESPADA, Augustín. Una oportunidad perdida: la ley y los medios sin fin de lucro. In: MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín (Org.). **Medios en guerra: Balance, crítica y desguace de las políticas de comunicación 2003-2016.** Buenos Aires: Biblos, 2017.

GARCÍA, Marcos *et al.* Venezuela: Ley de Responsabilidad Social de Radio y Televisión. In: MASTRINI, Guillermo; CARBONI, Ornela (Org.). **Siete debates nacionales en políticas de comunicación: actores, convergencia y tecnología.** Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2012.

GÓMEZ, Ava; RAMOS-MARTÍN, Juan. Legislación y medios comunitarios. Análisis comparativo de Bolivia y Venezuela. **Palabra Clave**, v. 17, n. 2, 2014.

GÓMEZ GERMANO, Gustavo *et al.* **En pocas manos: mapa de la concentración de los medios de comunicación en Uruguay.** Montevideo: FES, 2017.

GÓMEZ GERMANO, Gustavo. Gobiernos progresistas y políticas públicas de comunicación: una aproximación regional para provocar la reflexión. In: KOSCHÜTZKE, Alberto; GERBER, Elisabet (Org.). **Progresismo y políticas de comunicación: manos la a obra.** Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert, 2011.

GOMEZ, Rodolfo. Políticas públicas de comunicación y Estados capitalistas en América Latina: una interpretación desde tres teorías (del Estado, de la comunicación y del conflicto social). In: DANTAS, MARCOS (Org.). **Avances en los procesos de democratización de la comunicación en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2013.

GONZÁLEZ, Néstor Daniel. La Televisión Digital Argentina a dos años del apagón. Retrocesos e incertidumbres. In: 6a jornadas de aplicaciones y usabilidade de la televisión digital interactiva, 2017, Aveiro, Portugal. **Anais...** Aveiro, Portugal: Universidade de Aveiro, 2017.

LED, Fundación. **Análisis comparativo sobre Leyes de Servicios de Comunicación Audiovisual de Argentina, Venezuela, Ecuador, Bolivia, Perú y Anteproyecto de Ley de Uruguay.** [S.l.]: LED. Disponível em: <<http://bit.ly/fled2013>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

LORETI, Damián; CHARRAS, Diego De; LOZANO, Luis. Regresividad. Cómo pasar de un paradigma de derechos humanos a un modelo de negocios. In: CABALLERO,



- Francisco Sierra; CASTRO, Rosa Elena Vallejo (Org.). **Derecho a la Comunicación: Procesos regulatorios y democracia en América Latina**. Quito: Ciespal, 2017.
- MARINO, Santiago. La ley y las políticas: debate, acción y aplicación. In: MARINO, Santiago (Org.). **El audiovisual ampliado: políticas públicas, innovaciones del mercado y tensiones regulatorias en la industria de la televisión argentina frente a la convergencia**. Buenos Aires: Ediciones Universidad del Salvador, 2016.
- MARINO, Santiago; MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín. Argentina: el proceso de regulación democrática de la comunicación. In: KOSCHÜTZKE, Alberto; GERBER, Elisabet (Org.). **Progresismo y políticas de comunicación: manos la a obra**. Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert, 2011.
- MASTRINI, Guillermo. Cautelares sin cautela. **LetraP**, 2021. Disponível em: <<https://www.lettrap.com.ar/nota/2021-5-5-13-39-0-cautelares-sin-cautela>>. Acesso em: 5 maio 2021.
- MATEOS, Concha. Venezuela bolivariana: otro paradigma teórico, otro ecosistema mediático. In: CABALLERO, Francisco Sierra; CASTRO, Rosa Elena Vallejo (Org.). **Derecho a la Comunicación: Procesos regulatorios y democracia en América Latina**. Quito: Ciespal, 2017.
- MCCHESNEY, Robert W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, Dênis De (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- MELLO, Michele De. **Criada para democratizar a comunicação na América Latina, Telesur completa 15 anos**. Brasil de Fato, Caracas, 24 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/24/criada-para-democratizar-a-comunicacao-na-america-latina-telesur-completa-15-anos>>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- MENDES, Gláucia. A América Latina na perspectiva da Telesur: uma realidade a serviço do leitor/telespectador ou de interesses políticos? In: XII Colóquio internacional sobre a escola latino-americana de comunicação, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [s.n.], 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/celacom>>.
- MONJE, Daniela Inés; RIVERO, Ezequiel Alexander; ZANOTTI, Juan Martín. El Derecho a la Comunicación en Argentina amenazado: el giro a la derecha a partir de diciembre de 2015. In: CABALLERO, Francisco Sierra; CASTRO, Rosa Elena Vallejo (Org.). **Derecho a la Comunicación: Procesos regulatorios y democracia en América Latina**. Quito: Ciespal, 2017.
- MORAES, Dênis De. **Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2011.
- MOREIRA, Gislene. É legal? A regulação da Comunicação Comunitária na esquerda latino-americana. **RBCC**, v. 36, n. 1, p. 209–227, jun. 2013.
- MOREIRA, Gislene. **Las hormigas de macondo: Contrahegemonía y políticas de comunicación comunitaria en Argentina, Brasil y Venezuela**. Tese (Doctorado em Ciencias Políticas) – Flacso, México, 2011.
- OBSERVACOM. **Sector comunitario de Ecuador advierte enormes retrocesos en el proyecto de la nueva Ley de Comunicación de Lasso**. Observacom. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.observacom.org/sector-comunitario-de-ecuador-advierte-enormes-retrocesos-en>>

- el-proyecto-de-nueva-ley-de-comunicacion-de-lasso/>. Acesso em: 1 jul. 2021.
- OBSERVACOM. **Medios comunitarios, populares, cooperativos y alternativos junto a sindicatos de prensa de Argentina proponen Ley de publicidad oficial transparente y equitativa**. Observacom, 2021. Disponível em: <https://www.observacom.org/medios-comunitarios-populares-cooperativos-y-alternativos-junto-a-sindicatos-de-prensa-de-argentina-proponen-ley-de-publicidad-oficial-transparente-y-equitativa/>. Acesso em: 10 maio 2021.
- PASTI, André. **Mídia, território e comunicação ascendente**: políticas e disputas para a democratização da comunicação na Argentina. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2018.
- PASTI, André. Território, comunicação ascendente e os meios alternativos, populares e comunitários na Argentina. **Revista Eptic**, v. 23, n. 2, p. 41–64, 2021a.
- PASTI, André. Voces locales en el audiovisual argentino: la regionalización de la comunicación en el Programa Polos Audiovisuales Tecnológicos. Estudios Socioterritoriales. **Revista de Geografía**, n. 29, p. 073–073, 25 jun. 2021b.
- PRENSA LATINA. **Medios desempeñaron rol fundamental en golpe de Estado en Bolivia**. Disponível em: <http://www.escambray.cu/2019/medios-desempenaron-rol-fundamental-en-golpe-de-estado-en-bolivia/>. Acesso em: 2 jul. 2021.
- REPORTEROS SIN FRONTERAS. Media Ownership Monitor Latin America - Panorama Regional América Latina. Disponível em: <https://latin-america.mom-rsf.org/es/>. Acesso em: 21 dez. 2019.
- REYES AGUINAGA, Hernán. ¿Regulación democrática de la comunicación en Ecuador?: complejidades y conflictos del proceso jurídico y político (2009-2016). In: CABALLERO, Francisco Sierra; CASTRO, Rosa Elena Vallejo (Org.). **Derecho a la Comunicación**: Procesos regulatorios y democracia en América Latina. Quito: Ciespal, 2017.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. v. 1.
- RT. **RT acuerda con autoridades argentinas la continuidad de la señal en ese país**. Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/213463-argentina-television-rusia-transmision-rt>. Acesso em: 3 set. 2018.
- SAINTOUT, Florencia; VARELA, Andrea (orgs.). **Voces abiertas**. Comunicación, política y ciudadanía en América Latina. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Periodismo y Comunicación Social; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- SANTANDER, Pedro. El “derecho a la comunicación”: síntoma de antagonismo y recuperación de derechos sociales en el actual ciclo político latinoamericano. In: SAINTOUT, Florencia; VARELA, André (Org.). **Voces abiertas**. Comunicación, política y ciudadanía en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e o meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEGRERA, Francisco López. **América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha**. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

SEL, Susana. Comunicación alternativa y políticas públicas en el combate latinoamericano. **La comunicación mediatizada: hegemonías, alternativas, soberanías**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

SEL, Susana. La democratización comunicacional en Argentina: avances en políticas públicas y obstáculos económicos, políticos y culturales. In: DANTAS, MARCOS (Org.). **Avances en los procesos de democratización de la comunicación en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

SERRANO, Pascual. **Desinformación: como los medios ocultan el mundo**. Havana: Editorial José Martí, 2011.

SEVERO, Leonardo Wexell. **Para defender a Pátria e a verdade, Bolívia fortalece rede de comunicação estatal**. Carta Maior, n. 30/07/2021, 30 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/-Para-defender-a-Patria-e-a-verdade-Bolivia-fortalece-rede-de-comunicacao-estatal/6/51218>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

TELESUR. **Bolívia, el golpe suave y el papel de los medios de comunicación**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=4XiaipR55\\_s](https://www.youtube.com/watch?v=4XiaipR55_s)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

TELESUR. **Habilitan medios de comunicación en Bolivia cerrados por Añez**. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/news/bolivia-rehabilitacion-medios-comunitarios-20210106-0049.html>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

TELESUR. **La primera marcha contra el gobierno Macrista**. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/imreporter/La-primer-marcha-contr-el-gobierno-Macrista--20151215-0015.html>>. Acesso em: 3 set. 2018.

ULAN. **Historia de la ULAN**. Disponível em: <<http://agenciasulan.org/historia/>>.

ULLOA, Ernesto Carmona. Los dueños de Venezuela (...y los amos de la prensa de America Latina). Santiago: Ediciones Piel de Leopardo: **Revista Punto Final**, 2004.

UNESCO. **Análisis del desarrollo mediático en Bolivia**: basado en los Indicadores de Desarrollo Mediático de la Unesco. [S.l.]: Unesco. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002468/246822s.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2018. , 2016

URUGUAY. **Ley 18.232 - Radiodifusión Comunitaria**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp1884863.htm>>. Acesso em: 5 set. 2016.

URUGUAY. **Ley 19.307 - Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19307-2014>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

VENEZUELA, República Bolivariana De. **Ley de Responsabilidad Social en Radio, Televisión y Medios Electrónicos**. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <<http://bit.ly/leyresorte>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

WAISBORD, Silvio; SEGURA, María Soledad. **Media Movements: Civil Society and Media Policy Reform in Latin America**. London: Zed Books, 2016.

---

# LA VIGENCIA DE LA GEOGRAFÍA

## THE FORCE OF GEOGRAPHY

## À FORÇA DA GEOGRAFIA

Omar Horacio Gejo<sup>1</sup>

**RESUMEN:** Este artículo alude al “regreso” de la geografía tras décadas de una ofensiva ideológica reaccionaria, anti-geográfica, concentrada en la denominada “globalización”, y rescata en dos antiguos artículos una temprana respuesta y defensa, a ultranza, de nuestra disciplina. Uno de ellos pertenece a Milton Santos.

**Palabras clave:** Globalización. Ideología. Imperialismo. Geografía. Milton Santos.

**ABSTRACT:** This article alludes to the “return” of geography after decades of a reactionary ideological offensive, anti-geographic, concentrated in the so-called “globalization”, and rescues in two old articles an early response and defense, at all costs, of our discipline. One of them belongs to Milton Santos.

**Keywords:** Globalization. Ideology. Imperialism. Geography. Milton Santos.

**RESUMO:** Este artigo alude ao “retorno” da geografia após décadas de uma ofensiva ideológica reacionária, anti-geográfica, concentrada na denominada “globalização”, e resgata em dois antigos artigos uma precoce resposta e defesa, a ultranza, de nossa disciplina. Um deles pertence a Milton Santos.

**Palavras-chave:** Globalização. Ideologia. Imperialismo. Geografia. Milton Santos.

---

<sup>1</sup> Docente – Investigador Universidad Nacional de Luján/Centro Humboldt. E-mail: omargejo@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2022 e aceito para publicação em maio de 2022.

## UN CAMBIO DE ÉPOCA

Asistimos a un momento de cambio. Y este no es un momento cualquiera. Estamos presenciando el fin de una época, la de la llamada globalización, esa que comenzó en paralelo con la ‘Caída del Muro’. Hablamos de fines de los años ochenta y principios de los años noventa. Es decir, nos referimos a un desarrollo histórico de aproximadamente tres décadas. Este no fue un período lineal, aunque su presentación avasallante ha tendido a generar una apariencia de uniformidad, de acerada homogeneidad. Este trabajo no abordará la disección de este momento, pero sí dejamos sentado que la pretendida uniformidad no ha sido tal y esconde, escamotea, muchas más cosas que las que habitualmente se admite, se ve o se quiere ver<sup>2</sup>.

La ‘Caída del Muro’ significó el comienzo del fin del llamado “socialismo realmente existente”, que en un período de un lustro se desvaneció, se derrumbó. Este fue un fenómeno histórico, es decir, de profundas repercusiones, de alcance extendido, mundial. Puso fin a la experiencia nacida durante la Primera Guerra Mundial, nos referimos a la Revolución Rusa, generadora de la Unión Soviética, y que tras la Segunda Guerra Mundial se extendió a Europa Oriental primero, y luego al marco asiático, sobre todo a partir de la Revolución China de 1949.

La ‘Caída del Muro’ significó, entonces, el reingreso de esa porción del planeta a su explotación directa por parte del capital internacional. Este proceso dio paso a un optimismo finisecular inmanente a la admisión de la globalización como un hecho determinante, irreversible, inamovible, perpetuo. Al límite, ésta encontró una expresión abarcadora, sintetizadora, en aquello del ‘fin de la historia’, celeberrimo aserto durante el primer lustro luego de los magnos sucesos de Berlín<sup>3</sup>.

La globalización fungió como la cobertura ideológica del inmenso proceso geo-histórico que significó la restauración capitalista en Eurasia. En términos concretos, la globalización como ‘concepto’, decididamente reemplazó de cuajo al del imperialismo, vigente tras la Primera Guerra Mundial, que sobrevivió a la Segunda Guerra Mundial y entró en declinación durante los años ochenta, para ser abandonado cuando la Guerra Fría acabó<sup>4</sup>.

La ‘globalización’ expresó la definitiva salida de la crisis de los años 70 por la que atravesó todo el Sistema Mundial, y fue una expresión que se conjugó con lo que se ha llamado ‘neoliberalismo’, que ofició de par casi inseparable de la ‘globalización’.

Esta etapa abierta con el desmoronamiento del sistema comunista fue de un carácter conservador, reaccionario, y caracterizada por un verdadero asalto a la periferia mundial; en forma determinante hablamos de Europa Oriental, América Latina, Medio Oriente y África<sup>5</sup>.

En los términos de las áreas del conocimiento, especialmente en el de las ciencias sociales, implicó un vuelco al idealismo y ello fue rotulado por lo general como posmodernidad. En lo que se refiere a nuestra disciplina, la llamada ‘globalización’ representó un virtual jaque a sus principales postulados y ello no era extraño, la expresión del ‘fin de la historia’ representaba en sí misma una afirmación complementaria, la del ‘fin de la geografía’. Este giro conservador permeó el devenir de nuestra disciplina y se manifestó, entre otras cosas, en la declinación de la corriente radical o la geografía crítica.

## **LA VIGENCIA DE DOS TIRANÍAS**

A mediados de los años noventa, en ese contexto de la ofensiva conservadora antes citada, en la ciudad de Buenos Aires se creó el Centro Humboldt con la idea precisamente de enfrentar esta adversa situación<sup>6</sup>.

En lo esencial, el Centro Humboldt adoptó un plan de reuniones anuales, regido por el despliegue de un programa de análisis, de seguimiento de la evolución de la realidad mundial, desde una orientación crítica o radical implícita, no declamada. Este programa se basaba en una defensa de nuestra disciplina, de su unidad y de la necesidad de establecer un compromiso de un desarrollo internacional consciente.

El eje vertebrador de este trabajo giró alrededor de una convocatoria anual ininterrumpida, hecho que se realizó sobre la base de un despliegue conceptual orientado que ha regido todo este esfuerzo de poco más de un cuarto de siglo<sup>7</sup>.

En el mes de agosto de 1995 se publicó el número 1 de la Revista Meridiano<sup>8</sup>. En su primer número se publicó un dossier cuyo título fue “La vigencia de dos tiranías”; en él se reproducía una nota de la conocida y referente revista británica *The Economist*, un vocero casi bicentenario del establishment británico y mundial<sup>9</sup>. Podría resultar una contradicción blandir un documento emanado de una fuente conservadora como ésta, si la posición que se pretende erigir o difundir es crítica o radical. Sin embargo, nuestra elección no era ingenua, era producto de la lucidez de la presentación del medio británico y de la notable contradicción que representaba o significaba el planteo de *The Economist* respecto de las posiciones habituales del mundo académico por aquellos tiempos.

El título real del artículo ya era de un impacto visual evidente: “La geografía aun sigue teniendo importancia. Las fuerzas del globalismo están siendo contrarrestadas por la vecindad”. Directo, asertivo, audaz para aquel año 1994<sup>10</sup>.

En su introducción el artículo comenzaba afirmando la obviedad de aquella época, en la que instantaneidad aparentemente reducía el mundo a un lugar, un proceso mediante el cual la distancia virtualmente desaparecía y con ello se abría la puerta a una tendencia fáctica de la indiferenciación<sup>11</sup>:

Es un lugar común de la era informática que las telecomunicaciones globales instantáneas, las redes de televisión y de computación pronto derrocarán a las antiguas tiranías del tiempo y el espacio. Las empresas no necesitarán cuarteles generales, los trabajadores laborarán con igual eficiencia en sus hogares, sus automóviles o en la playa como lo hubieran hecho en sus oficinas que ya no tienen razón de existir, y los acontecimientos del otro lado del mundo se verán, se oirán y se sentirán con la misma immediatez que lo que sucede en la vereda de enfrente, siempre que las calles sigan existiendo. Algo de cierto hay en esto. (...) Sin embargo, semejantes desarrollos apenas han hecho mella en la que la gente piensa y siente las cosas.

A partir de esta introducción muy prometedora como se ve, el artículo pasará a desenvolver un caudal de argumentos incontrovertibles en defensa de la geografía, erigiendo a esta como el límite infranqueable para eso que se llamaba globalización, el proceso indetenible tal como se lo juzgaba:

La suposición de que la tecnología de avanzada puede borrar las contingencias de tiempo y lugar está muy difundida. Muchos estrategas de sillón pronosticaron durante la Guerra del Golfo que los misiles balísticos y los armamentos sofisticados tornarían irrelevante la tarea de capturar y retener el territorio enemigo. Se equivocaron tanto como los visionarios que predijeron que Estados Unidos ganarían desde el aire la guerra de Vietnam. También en los negocios los esfuerzos por liberarse del espacio y el tiempo han tenido un éxito relativo. Al globalizarse, las multinacionales norteamericanas han descubierto que, a pesar de su producción mundial, su publicidad mundial y las comunicaciones y los controles mundiales una oficina ubicada, digamos en Nueva York, no puede aspirar en un sentido generalizado a conducir las operaciones de la compañía en Asia. La fuerza global debe ser combinada con el sentido local, y una visita contra reloj en jet, cada tantos días, no puede reemplazarlo.<sup>12</sup>

Y luego da un salto directamente a la geografía económica, valiéndose del trabajo de Paul Krugman. Allí la concentración geográfica y las economías de escala constituyen un ariete demoledor del ‘saber convencional’ de época:

Lo más notable es que aún las industrias más nuevas están obedeciendo a una antigua regla de concentración geográfica. Desde el comienzo de la era industrial, las compañías en un campo nuevo de rápido desarrollo han tendido a agruparse en una región limitada. De tal modo, según ejemplos brindados por Paul Krugman, economista norteamericano, todas con excepción de una de las fábricas de alfombras norteamericanas están situadas en o cerca de Dalton, Georgia; y antes de 1930, la industria norteamericana del neumático se componía casi por completo de alrededor de 100 firmas que desarrollaban sus negocios en Akron, Ohio. La moderna tecnología no ha cambiado el esquema. Por ello es que el mundo vio formarse el Silicon Valley en una estrecha y corta franja de California durante la década de 1960. Es por ello que los servicios comerciales siguen sorprendentemente agrupados: las operaciones a término en Chicago; los seguros, en Hartford, Connecticut; el cine, en Los Ángeles; y los mercados de divisas, en Londres. Esto no sólo le cae mal a los entusiastas de la tecnología, sino también a la economía neoclásica: para ambos, el mundo debiera tender hacia un suave reparto de personas, capacidades y eficiencias económicas, no hacia su concentración. Aparte del costo de los transportes, no debiera tener importancia el lugar donde se producen los servicios o los bienes transables. La realidad es distinta. Ciertos

economistas han explicado esto señalando la creciente tendencia a retornar a las economías de escala, tanto en los mercados de capitales como en los de trabajo, así como los modelos geográficamente dispares de la demanda y los costos de transporte. La principal razón es que la historia pesa: la ubicación de cada grupo depende mucho del lugar de donde ha partido.<sup>13</sup>

Es este el momento en el que el vocero del establishment conservador inicia un cierre que será una magistral muestra de apego a las mejores tradiciones geográficas:

Las nuevas tecnologías revertirán algo de eso, pero no mucho. La razón radica en la misma verdad humana que hace imposible conocer solamente a través de las estadísticas lo emocionante, digamos, que resulta el crecimiento económico de China, a menos que se haya estado físicamente allí para experimentarlo.<sup>14</sup>

Para finalizar, y para no dejar dudas de qué lado de la trinchera se encuentra, el semanario británico en aquel momento nos dice:

Las personas no son máquinas pensantes (absorben al menos tanta información a través de la vista, el olfato y los sentimientos, como de los símbolos abstractos) y el mundo no es inmaterial, la realidad virtual no es tal realidad. El peso sobre la humanidad del tiempo y del espacio, del terruño y de la historia -en suma, de la geografía-, es mayor que el que probablemente pueda levantar jamás cualquier tecnología terrícola.

Una declaración tan tajante como exquisita. Una muestra proverbial de lucidez, de sensatez y de soberbio reconocimiento a la geografía, no pudiendo encontrarse una posición más firme que la enarbolada por The Economist.

## **UNA OPORTUNIDAD HISTÓRICA**

En mayo de 1999, en el número 4 del Boletín del Centro Humboldt, se publicó una entrevista al Doctor Milton Santos<sup>15</sup>.

En ese breve espacio en el que se plasmó la charla con Milton Santos, este pudo comprimir un haz de ideas que dan forma a un diagnóstico y un pronóstico sobre la realidad. El tiempo transcurrido hasta aquí permite valorar mejor la síntesis que este geógrafo brasileño reconocido internacionalmente nos legó aquella mañana de octubre de 1998.

El hilo fundamental de su alocución lo constituyó la globalización: su contenido, su forma, su comprensión. A continuación, desgranaremos algunas de las ideas allí vertidas.

La entrevista comienza directamente con el abordaje de la globalización a la que define de esta manera:



La globalización es un momento en la historia en que el mundo se encuentra realmente mundo. Siempre hubo un planeta, siempre hubo sociedades humanas, pero en este momento actual hay una universalización de la sociedad humana. El mundo se ha vuelto mundo por varias razones. Una razón es el hecho de que la inteligencia humana ha podido crear un conjunto de técnicas que son hegemónicas respecto de la información (una familia de técnicas), que tiene una dimensión planetaria, una presencia directa e indirecta en todos los lugares, que ha permitido primero, crear empresas globales; segundo, que haya una información con vocación planetaria y tercero, que el mundo de negocios, en su más alta expresión, sea también planetario, global. Entonces, todo lo que acontece en cualquier lugar tiene relación con ese mundo, es decir que el mundo está presente en todos los lugares como mundo, pero también como lugar, es decir que los lugares no pierden completamente sus características y el mundo se instala en todas partes. La diferenciación entre lugares aumenta, pero cada lugar aumenta su individualidad, aunque funcionando dentro de un sistema único, el sistema del mundo. Es decir que Europa, Estados Unidos, África, América Latina, Asia, todos son mundo, penetrados por esos nuevos hechos que tienen que ver con la técnica, la producción, la información y el dinero, todos globales. Así, América Latina, África, Asia, América del Norte, Europa, por consiguiente, se mundializan.

Luego de esta introducción, Santos nos instala en un contexto más complejo, más audaz, motivador y anticipatorio:

La globalización acaba de mostrarnos que el mundo es más que Europa y sobre todo más que Estados Unidos. Eso se demuestra todavía más cuando los países, los continentes, nuestras culturas, nuestras religiones, nuestras lenguas exigen insistentemente existir, y fenómenos como la bomba atómica de Pakistán, el cohete de Corea, el desarrollo de las religiones musulmanas en Europa, Estados Unidos y América Latina, también son fenómenos de la globalización que contrarían las tendencias antiguas.<sup>16</sup>

Y, por último, nos deja una clara perspectiva de crisis que la evolución posterior ha confirmado:

la mayor parte de la población no va a alcanzar los beneficios de la globalización ya que las diferencias, las desigualdades están aumentando y aumentarán más. La tendencia que trae consigo la globalización es la ruptura de toda forma de solidaridad.<sup>17</sup>

En una segunda parte, Santos abordará la cuestión de América Latina. Allí nos dejará plasmados los principales rasgos de las contradicciones que recorren la evolución

de nuestra región, con una descripción de la especificidad latinoamericana, presidida por su histórico, su profundo carácter dependiente. Veamos cómo lo desarrolla:

Mi generación, que estudió en Europa, quedaba encantada con el enriquecimiento político, paralelo al enriquecimiento material de las clases medias; casi no había pobres en Europa. Y la clase media tenía un papel dinámico políticamente, no diría revolucionario, pero sí dinámico. Con frecuencia traemos esta idea para nuestros países. Imaginamos a la clase media dinámica y progresista, y es todo al revés. Esto es un ejemplo de cómo la epistemología heredada no funciona. Entonces, me parece que Latinoamérica se casa con una forma de ver el mundo y a sí misma que carece de verdades. Por suerte América Latina tiene pobres que no nos leen, entonces no tenemos la fuerza de corromperlos. Los pobres creen en sus propias visiones, que no son articuladas, porque la articulación es privilegio de los que tienen poder. Nosotros somos articuladores y usamos el poder de la articulación para acreditar verdades por la mitad (medias verdades). El desafío para nosotros, cómo entonces, es buscar otras verdades en nuestra propia raíz. Porque América Latina ha desarrollado la historia europea de América Latina, que mucha gente confunde con la historia de América Latina. Son dos cosas diferentes. La idea de la modernidad, de la copia de los modelos europeos que fueron copiados por unos pocos, en su mayoría parcialmente copiados. La idea de ciudadanía, por ejemplo, ¿adónde existe? En América Latina somos todos ciudadanos por la mitad o realmente no somos ciudadanos. Las leyes, las costumbres hegemónicas no permiten que seamos ciudadanos. Los pobres, los negros y los indios en toda América Latina entonces, convivimos con una serie de falsedades, que los intelectuales tienden a perpetuar con sus artículos y sus libros, sus aulas, sus congresos, retratando a un pueblo que no es el pueblo, que es una fracción del pueblo (...) Ese tipo de contradicción es más fuerte en América Latina que en los otros continentes dependientes, porque ni África ni mucho menos Asia se han dejado penetrar tan largamente, tan extensa y profundamente por Europa. Ha habido resistencia en Asia, de la cultura, del idioma, de la religión y de las formas de organizaciones milenarias. En África, también hubo resistencias; en parte por el arraigo territorial de las culturas y el nivel de la economía, que no se adaptaba a una conquista más profundizada. América Latina, en cambio, siempre fue un continente abierto. Eso tiene beneficios, pero también perjuicios, porque afecta todo. Nosotros esperamos cinco siglos para resistir, a partir de los que parecen débiles en virtud del modelo que hemos escogido durante cinco siglos: los pobres, los que viven en comunión estrecha con el territorio. Mientras que para los funcionarios de las grandes empresas (que son los funcionarios de los gobiernos), el territorio es un recurso, para la gran mayoría de la población el territorio es su única fuente de vida. En ciudades como Caracas, Lima, San Pablo o Buenos Aires, la gente con menos fortuna tiene relaciones que son estrictamente locales y no tiene relaciones internacionales, globales. La gente que trabaja en la bolsa, en las universidades internacionales son excepciones y marchan separadas de la población.<sup>18</sup>

Por último, Milton Santos abordará el problema peculiar de nuestra disciplina. Los claroscuros que enfrentábamos por aquellos momentos de los años noventa. Es bueno prestar suma atención a sus dichos. Comienza describiendo un contexto único de oportunidad para la geografía, a la vez que repasará y resaltará los lastres intrínsecos a su propio desarrollo:

El gran descubrimiento de la globalización es la vuelta a la noción del territorio que el hombre tenía en la primera fase de la historia, y que aparentemente la globalización elimina, pero la realidad es que la restaura con más fuerza. Yo pienso, entonces, que la Geografía vive su Edad de Oro, que nunca en su historia la Geografía tuvo una época tan favorable, pero tal vez por eso mismo nunca estuvo tan amenazada. El mundo nunca fue conocido. Colón, Vasco da Gama, Magallanes, han descubierto puntos litorales, fragmentos. Hoy, en cambio, con las técnicas, los satélites ofrecen una nueva visión de los objetos. Por otro lado, como la información se ha vuelto posible de inmediato, podemos saber qué está adentro de esos objetos. Antes, lo que pasaba en Buenos Aires era sabido en Madrid 70 días, 30 días después en Bahía, 15 días después en Lima. Hoy en dos minutos lo que pasa en diferentes lugares. Tenemos las bases para construir el proceso del mundo. La Geografía gana una posibilidad porque es diferente de todos los demás, pero los enfoques tienen que cambiar. El contenido de la enseñanza tiene que cambiar. El hecho de que los periódicos nos informen todos los días reduce la necesidad de la descripción. La Geografía tiene que ser una filosofía. Su base tiene que ser teórica, entendiendo que el mundo se ha visto, será de una manera particular en un punto dado, de otra manera en otro punto. Así vemos, gracias a la globalización, que esos lugares influyen sobre los otros (la crisis asiática, por ejemplo). Lo que interesa es la visión global dándose en Brasil. Es lo que interesa a la población de Brasil. La visión global en Rusia es lo que interesa a la población rusa. En cambio, esta crisis de la que ellos hablan les interesa a los banqueros y a los gobernantes, no a nosotros. Entonces, decía, vemos, gracias a la globalización, que los lugares son interdependientes. Eso crea una nueva situación en la Geografía, pero que sólo es inteligible a partir de los grandes procesos globales, después, de los grandes procesos nacionales, y más adelante los procesos que se verifican en cada lugar. Pero, reitero, todos estos niveles son visibles únicamente por la vía de la teoría. Esta teoría debe estar fundada en la “historia del presente”, es decir las cosas en su existencia hasta ayer. El problema es que la Geografía todavía continúa trabajando como si el mundo no hubiera cambiado. Incluye la globalización en su discurso, pero no en el contenido profundo, en su construcción intelectual. Nunca la historia de la disciplina nos ha entregado condiciones tan buenas para producir una teoría geográfica. Vidal hizo lo que pudo en su mundo, que no lo ayudaba como éste lo hace con nosotros.

Una especial atención merecerá la cuestión de los centros universitarios, una parte importante de nuestros problemas:

Las universidades son todavía tributarias de la forma simplificada de ver el mundo, pero la esperanza que tenemos hoy a nuestro alrededor nos permite traspasar esta dificultad que es secular y construir otra epistemología, primero del mundo y después de América Latina (...) Las universidades (globales) son parte integrante del gobierno global porque fabrican o generan las ideas con que interpretamos el mundo, y por eso es urgente tener intelectuales nuestros, porque de otra manera vamos a trabajar.

Un tercer aspecto, la práctica disolución de la corriente crítica de la geografía y, paralelamente, el reforzamiento de la dependencia conceptual respecto a otras disciplinas, una verdadera encrucijada para la geografía:

Al respecto, una buena parte de los colegas de la izquierda de la vieja geografía crítica continúa identificándose con ésta, pero no hace geografía crítica cuando hace trabajos (consciente o inconscientemente) en temas que interesan a las grandes empresas. Eso lo pueden hacer geógrafos pro-empresa, pro-gubernamentales, pero no nosotros. Evidentemente que algunos continúan siendo verdaderamente geógrafos críticos, David Harvey, Richard Peet, por ejemplo, pero la lista es muy pequeña. Los otros, aunque se consideren geógrafos críticos, en realidad ya no lo son más. Un buen ejemplo de esto es la escuela de California, donde tal vez un Edward Soja continúa siendo geógrafo crítico, pero el resto no. A pesar de que sigan yendo o asistiendo a los encuentros y reuniones, han abandonado la Geografía Crítica. Porque sus temas son los temas de los actores hegemónicos, no de los actores hegemonizados. Aun así reitero que sigue habiendo gente que se preocupa por los sectores de abajo, como Smith, Harvey y Peet. El problema que nosotros tenemos es que la universidad nunca va a ser una universidad. La universidad no quiere ser más ser universidad, quiere ocuparse del mercado, de puntos aislados, no quiere más ser pública, está interesada en privatismos, ella quiere resultados, es reproductivista. Todo eso nos arrastra a trabajar temas menores, que no son universales. En Geografía, además, con frecuencia somos arrastrados por conceptos, que en realidad apenas son metáforas. Estas metáforas, que provienen de conceptos de otras disciplinas, pasan a Geografía simplemente como eso, metáforas. Así nosotros trabajamos pobremente los flujos económicos, la cultura, porque utilizamos metáforas. Y habría que hacer conceptos. Hay que territorializar y no imitar a los sociólogos o a los filósofos. En un primer momento eso lo hacemos, pero cuando hay que profundizar no podemos, porque no estamos preparados para ello. Si los sociólogos y los filósofos. ¿Entonces qué hacemos? Nada. O peor que nada; porque tampoco sabemos lo que hacemos.

Finalmente, Milton Santos nos deja una tarea imprescindible para encontrar una salida a las contradicciones que atraviesan y atascan a nuestra disciplina. Algo que bien puede ser entendido, a la luz de los posteriores acontecimientos, como un verdadero legado:

Tenemos una tarea ardua por delante, hay que hacer una construcción teórica coherente que incluya el mundo, el país y el lugar. Esta construcción teórica puede nacer tanto en Estados Unidos, Europa, Japón, como en India o aquí mismo. Pero la situación me preocupa. Tengo miedo de que perdamos esta oportunidad histórica. La cuestión es cómo dar el salto, cómo operar dentro de nuestras casas. Porque las universidades son lugares donde, con mucha frecuencia, se crean los conformismos, se establecen los intereses entrelazados que acaban por reducir la velocidad del cambio.

## EL “REGRESO” DE LA GEOGRAFÍA

Han transcurrido tres décadas desde la ‘Caída del Muro’ y la posterior desintegración de la URSS, tiempo suficiente para estar asistiendo al intento de un replanteo general del Orden que sobrevino tras 1989.

Es un hecho que enfrentamos acontecimientos históricos como el ascenso chino o la hoy presente reacción rusa a la expansión de la OTAN en Europa Oriental, con una guerra abierta en Ucrania<sup>19</sup>.

Al cabo de algo más de una década, una sucesión de acontecimientos ha ido dando las señales claras de que nos precipitábamos a un desenlace desestructurador de aquel envejecido ‘Nuevo Orden Internacional’ de la administración de George H.W. Bush<sup>20</sup>.

La visión de Fukuyama, apoyatura ideológica del ‘Nuevo Orden Internacional’, a la sazón, ha resultado fantasmiosa. Se ha hablado ya de ‘desorden’ y ahora se habla de ‘orden multipolar’. Pero cualquiera de estos ajustes pretendidamente descriptivos, lo que afirman implícitamente es que la historia ha vuelto a ponerse en marcha, y lo hace a través de la movilización y confrontación abierta de actores estatales. Es por eso que esta ‘resurrección’ de la historia se hace como geografía, es decir, se lleva a cabo bajo la forma material más acabada<sup>21</sup>.

La historia “retorna” como geografía política o como un cuestionamiento geográfico-político, de la mano de otro “regreso”, el de la geopolítica, proyección vívida ésta de la existencia real, inocultable, del imperialismo, una categoría negada rotundamente por la ideología de los ‘felices’ años noventa.

Aunque este “regreso” de la geografía entonces no es reciente, simplemente ahora nos estalla frente a nuestras narices. Este “regreso” adquiere una dimensión mayúscula, lo hace con la entidad que significa su despliegue absolutamente material, a través de los Estados, actores relegados hasta la casi negación misma por la ideología finisecular noventista.

Hay algo que no se ha registrado cabalmente hasta aquí, y es que la globalización y el ‘neoliberalismo’ están siendo colocados en la picota por este avasallante reingreso de la historia, que ha recobrado movimiento, reiteramos, de la única forma que podría hacerlo, como geografía.

Pero esta irrupción de la geografía es una imposición de hecho, tal como lo describió precisamente Milton Santos. Ello no quiere decir que la geografía como disciplina la aproveche. Aquellas consideraciones de Milton Santos de un cuarto de siglo atrás, entonces, siguen teniendo plenamente vigencia. Necesitamos desarrollar un enfoque, una teoría geográfica, una teoría geográfica de la historia; en suma, necesitamos desarrollar una praxis materialista. Pero ella debe llevarse a cabo integralmente, enfrentando las cortapisas de nuestros centros académicos y reconstituyendo una alternativa radical. Ahora bien, todo ello no puede realizarse sin la antecedente adopción de una posición reactiva al orden vigente, existente. Más que la reedición de una geografía crítica debemos abogar por una crítica de la geografía, no de nuestra disciplina sino de la realidad existente. Es decir, debemos, ante todo, trascender el castrador apotegma thacherista de los años ochenta<sup>22</sup>. En eso estamos, modestamente, desde hace casi tres décadas.

## NOTAS

2 Es innegable que el año 2001, por ejemplo, implicó una modificación de importancia respecto de los años noventa, aquellos que han sido considerados los años “dorados” de la globalización, y que encontraron en el gobierno de William J. Clinton a su representante más conspicuo, casi el equivalente a su sinónimo. Otro tanto podría decirse de los años 2007/2008, marcados por la crisis financiera internacional, y que obraron como telón de cierre del gobierno de George W. Bush.

3 Francis Fukuyama, un politólogo estadounidense de origen japonés, alcanza la celebridad cuando tras haber escrito un artículo de 16 páginas, el derrumbe del Muro lo catapultó al conocimiento mundial. Tres años después, en 1992, Fukuyama plasmó en un libro aquellas líneas anticipadas en el artículo referido. “El fin de la historia y el último hombre”, ese es el título de ese libro. Las ideas de la universalidad intertemporal del capitalismo y de la democracia eran los signos vitales de aquella obra, y hemos hablado en su momento de Fukuyamismo para expresar la extensión vulgar que se hizo de ese planteo de Fukuyama. En defensa de Fukuyama debe decirse que el propio autor registró el cambio de la realidad internacional con “La construcción del Estado. Hacia un nuevo orden mundial en el siglo XXI”, una obra del año 2004 con la que realizaba una matización de sus ideas vertidas una década antes.

4 Acerca de la globalización como una ideología, como la ideología de esta etapa, como la ideología del imperialismo, veamos estos precisos trazos sobre ella, que aún mantienen toda su potencia y frescura: «La caracterización de la etapa en curso, que realiza la academia oficial y semioficial, como una globalización (se refiere al capital) reviste de un carácter histórico progresivo a la restauración capitalista en los ex estados obreros. La globalización del capital, sin embargo, es un fenómeno que llegó a su apogeo histórico hace mucho tiempo, con la plena formación del mercado mundial y la emergencia del imperialismo. Expresa la declinación del capitalismo, no su ascenso. La regresión histórica, que tiene un punto de culminación con la restauración capitalista en curso, tuvo su inicio con la contrarrevolución burocrática, que no fue más que la expresión de la

presión de la economía mundial capitalista sobre un “socialismo” aislado en “uno” o varios países históricamente retrasados. La globalización, en tanto restauración del capital allí donde había sido expropiado, no constituye un avance sino un retroceso histórico, y conlleva, de un lado, la pérdida de conquistas históricas y sociales en esos países, así como a nivel internacional. La globalización es la expresión ideológica de la destrucción del socialismo como perspectiva, la cual que fue históricamente conquistada por el proletariado en dos siglos de lucha de clases. Adjudica la victoria transitoria del capital sobre los regímenes sociales no capitalistas dirigidos por una burocracia, a una capacidad del capital para revolucionar indefinidamente las fuerzas productivas, lo cual escamotea, de un lado, el carácter internamente contradictorio del capital y, del otro, su carácter históricamente condicionado; que el avance de la ciencia y la técnica, que el capital impulsa, no como una finalidad social consciente, sino por la necesidad de incrementar la explotación del trabajo ajeno, potencia sus contradicciones y las hace cada vez más explosivas. El eufemismo globalizador pretende poner un signo igual entre la liquidación de las formaciones económicas precapitalistas por parte del capital mundial en la época histórica de su ascenso (liberalismo) y la destrucción de la propiedad estatizada y de la economía planificada en la etapa del capital monopolista en disgregación. Presenta a la unificación capitalista del mercado mundial como una perspectiva aún no completada, y no como una realidad que ha agotado sus posibilidades históricas y que engendra crisis económicas explosivas, catástrofes sociales mayores y guerras todavía más destructivas. La globalización rechaza que la restauración capitalista tenga un carácter transitorio, cuyo desenlace será determinado por el desarrollo de la presente crisis mundial. La globalización es una ficción ideológica que pretende igualmente encubrir el conjunto de tendencias dislocadoras del capital mundial. Por ejemplo, la extensión fenomenal del capital ficticio (endeudamiento público y privado, de inversores y consumidores, financiero y especulativo), que supera con creces el capital en su forma material y que lleva a la ruina los presupuestos estatales. El desarrollo del capital ficticio bajo la forma de una extensión sin precedentes de los mercados de capitales constituye un medio poderoso de confiscación económica adicional de los trabajadores, de los estratos sociales intermedios y de estados enteros. La llamada tercerización o subcontratación, otra característica de la mentada globalización, no representa una nueva fase histórica de la industrialización bajo el impulso de la división internacional del trabajo, sino un desarrollo parasitario de los grandes pulpos capitalistas, que sustituye la industrialización de los países atrasados por la implantación de maquiladoras y armadurías, para explotar la mano de obra barata y saquear fiscalmente a las naciones involucradas. El resultado de este conjunto de tendencias es la sobreproducción crónica de mercancías y capitales, la tendencia a la depresión económica, la generalización (esta sí global) de la deflación a escala internacional y la desocupación obrera más alta y permanente de la historia del capitalismo. La llamada globalización engloba a todas las formas del capital como un capital global, para ocultar, de este modo, su fase histórica específica, o sea el nivel excepcional que ha alcanzado su desarrollo parasitario y rentístico” (Jorge Altamira, 2004, En RGE 522/22...)

5 “La larga crisis de la economía global” es el título de un libro del economista argentino Jorge Beinstein, publicado durante el año 1999. Este trabajo llegó a poco de haber atravesado la crisis asiática de 1997, y sobre ella Beinstein construyó una poderosa síntesis analítica con el fin de racionalizar la crisis en el marco de un abordaje integral del sistema

mundial. Escrita un par de años antes de la crisis de 2001, la obra ofrece una vibrante perspectiva para comprender al llamado ‘capitalismo global’. Comprende correctamente la dinámica asiática, anticipando tanto la declinación japonesa como la emergencia china, al tiempo que une brillantemente los procesos de decadencia productiva de occidente como el paralelo saqueo financiero de la periferia. Este planteo de Beinstein precede a la presentación del mecanismo de la acumulación por desposesión por parte de David Harvey casi un lustro después.

6 El 25 de mayo de 1995, en la ciudad de Buenos Aires, se creó el Centro de Estudios Alexander von Humboldt, una libre asociación para hacer geografía, una respuesta a las necesidades de desarrollar una actividad colectiva orgánica desde nuestra disciplina.

7 Los Encuentros Humboldt (EnHu), iniciados en el año 1999, se acercan a un cuarto de siglo de desarrollo ininterrumpido. Año tras año, en un lugar diferente cada uno, se llevaron a cabo en Argentina, Brasil, México y Chile. El programa de los EnHu ha estado ordenado por cuatro ejes conceptuales a la fecha. El primero, “Periferia, Regiones y Países”, abierto en el año 2000 en la ciudad de Salta. El segundo, “Más allá de los noventa”, presentado en el año 2004, en la Villa de Merlo, San Luis. El tercer eje se presentó el año 2008 en la ciudad de Rosario, y se denominó “El mundo como geografía”. Finalmente, en el año 2018, en el marco de una convocatoria binacional, en las ciudades de Mendoza y de Santiago de Chile, se lanzó el cuarto eje, “La nueva geografía del capitalismo”. Este eje ha comenzado a desplegarse desde ese momento. En el año 2019, en la ciudad de Foz de Iguazú, se presentó “El ‘retorno’ del imperialismo”; en el año 2020, en la ciudad de Santa Rosa, se convocó bajo el lema “El ‘regreso’ de la geopolítica”; y el año 2021, en la ciudad de Florianópolis, se desarrolló “La cuestión china”. Por último, este año, está llamado el XXIV EnHu bajo la apelación “América Latina frente a la ‘nueva bipolaridad’”.

8 En agosto de 1995 se publicó el primer número de “Meridiano. Revista de Geografía”. Meridiano fue la primera tarea que encaró el recientemente creado Centro Humboldt (CeHu). Fue una publicación semestral que se desarrolló durante casi media década. Contó con un nutrido Consejo Editorial, en el que participaban decenas de compañeros de diferentes países.

9 De aquí en adelante, las siguientes citas se refieren a este citado artículo.

10 Esta nota de The Economist a mediados de 1994, con lo precursora que ha sido, debe contextualizarse en el momento del primer remezón contra la ‘globalización’, contra ese ‘clima de época’, la rebelión zapatista, el levantamiento de los pueblos oprimidos del sur mexicano. Ese primero de enero de 1994 cobró una importancia mayúscula, y estuvo en la forja de lo que con el tiempo sería el nacimiento del movimiento ‘alterglobalista’ desarrollado durante la segunda mitad de aquella década.

11 Frente a la puerilidad de la pretendida indiferenciación globalizadora, prestemos atención a dos opiniones de autores que creen que es la acumulación de capital el principio diferenciador activo por excelencia. En dos planos distintos, estas opiniones, a su modo, expresan esta verdad materialista incontrovertible:

a)”Quienes negaron o minimizaron la posibilidad de una guerra, invocaron el estrechamiento de las relaciones económicas internacionales, sin advertir, por supuesto, que con ese



estrechamiento se potencian las contradicciones de la acumulación capitalista y la rivalidad entre los capitales y entre los estados que representan” (Altamira, Jorge, En RGE 222/22).

b)”Este período, digamos desde 1898 hasta 1917, fue testigo del nacimiento del desarrollo desigual apropiado en la economía política global. La desigualdad geográfica ya no podría ser pasada por alto como un accidente de la geografía histórica, el resultado de estar fuera del proyecto de la civilización, un problema de haber sido simplemente dejado atrás por el capitalismo “moderno”. La dinámica de la desigualdad era ahora crecientemente reconocida como interna a la propia dinámica del capitalismo; el mismo lenguaje de la civilización y el atraso empezó a desvanecerse en su propio misterio, no por alguna moralidad política recién encontrada entre las clases dirigentes europeas, sino por el reconocimiento forzado por las revueltas alrededor del mundo de que la distinción en sí misma era obsoleta. Cualquier remanente histórico de sociedades precapitalistas que haya sobrevivido –y sobrevivieron manifiestamente en grandes rincones del mundo, así como en pequeños enclaves- estaban ahora envueltos, apropiados y soldados en el seno de un capitalismo mundial más amplio. La desigualdad ahora emanaba primariamente de las propias leyes del capitalismo en vez de la arqueología del pasado social y de la diferencia geográfica” (Smith, Neil, en NCeHu 26/21).

12 Resulta muy pertinente el análisis que The Economist realiza sobre la, por entonces, reciente Guerra del Golfo. El relato la une a la Guerra de Vietnam de los años 60 y 70, y resulta un ejercicio premonitorio de los fracasos de la “Doctrina Bush”, que EE.UU. desencadenó a partir de los atentados de las Torres Gemelas. Las futuras guerras de Afganistán y de Irak son perfectamente discernibles y alcanzadas por esta sentencia ‘territorialista’ del semanario británico.

13 Paul Krugman fue el economista estadounidense, de orientación heterodoxa, más consecuente en la tarea de contextualizar materialmente el fenómeno económico. Fue considerado por el semanario The Economist el economista más brillante de su generación. Con su iniciático ‘Geografía y comercio’, publicado originalmente en 1991, Krugman le dió forma a una interpretación económica sujeta a una determinación geográfica, siendo ésta imprescindible para comprender el comercio internacional. Su recorrido institucional alcanza definitivamente plena notoriedad en el año 2008, cuando recibe el premio nobel de economía, hecho que no puede aislarse de la crisis financiera de aquellos años 2007/2008.

14 Es realmente destacable el apunte acerca de China. Puede decirse que la publicación británica ya era plenamente consciente de la transformación que estaba atravesando China y también de, probablemente, las consecuencias que ello acarrearía para la evolución del sistema económico mundial.

15 Cabe acotar que durante la Asamblea Extraordinaria de octubre de 1998 el Centro Humboldt designó Miembro Honorario al Dr. Milton Santos, de la Universidad de San Pablo. El destacado geógrafo brasileño, había participado en el IV Seminario Latinoamericano de Calidad de Vida Urbana realizado en Tandil, Argentina, en el mes de septiembre de ese año. En esa oportunidad la Lic. Ana María Liberali realizó la citada entrevista. De aquí en adelante las siguientes citas responden a dicha entrevista publicada en el mencionado boletín del CeHu.

16 El relato de Milton Santos se halla perfectamente situado. Santos no ha permanecido al margen de la crisis asiática; muy por el contrario, ya era consciente de la deriva resultante de ella. Él está previendo un mundo más allá de Occidente. Antes de los BRICS, de la asiaticación y de la multipolaridad, el geógrafo brasileño atisbaba un destino de ruptura en el horizonte del desarrollo histórico. Esto es una muestra más de su intacta agudeza cuando ya superaba el umbral de los setenta años de edad.

17 Joseph Stiglitz, premio nobel de economía en el año 2001, es considerado uno de los pioneros en alertar sobre las contradicciones intrínsecas al desarrollo de la globalización. En esta entrevista, Milton Santos también nos advierte, anticipadamente, el borrascoso horizonte de ese proceso de mundialización que aparecía como vertiginoso e inexorable.

18 Este planteo de una dependencia profunda, emanada de la historia de América Latina debe enmarcarse en el rol crucial que la región cumplió en la llamada acumulación originaria del capitalismo. Este proceso difirió temporal y cualitativamente del protagonizado tanto por África como por Asia. El análisis de Santos apunta certera e indudablemente a ello.

19 Evaluemos el tenor de estas afirmaciones, por ejemplo: a) “El conflicto en Ucrania rebasa por mucho su singularidad específica cuando está en juego la arquitectura del nuevo orden mundial. Ya no hay vuelta atrás”(Jalife-Rahme, A., en RGE 523/22); b) “Asistimos a una nueva bipolaridad geoestratégica regional: Estados Unidos/OTAN/Unión Europea frente al eje euroasiático de Rusia y China, cada uno con sus respectivos aliado” (Jalife Rahme, A, en RGE 504/22.

20 El año 2008 ejerció el papel de verdadero parteaguas. La crisis financiera de 2007/2008 dió lugar a un manifiesto cambio de tendencia en el sistema mundial. En pocas palabras, se hizo evidente un manifiesto cambio de orientación en la política exterior estadounidense, con la consabida fórmula del “pivote asiático” en el año 2011. Con ello, China pasó a revistar como principal adversario. Por su parte, China se puede decir que respondió un par de años después, en 2013, con aquello que se denominó la “Nueva Ruta de la Seda”, un megaproyecto de una vasta integración continental euroasiática. A ello China le ha continuado con su “Hecho en China 2025”, un plan de desarrollo de tecnologías críticas mediante el cual la República Popular China se plantea un horizonte de decisiva autonomía científico-técnica. A la par, no se puede obviar que desde ese mismo año 2008, Rusia comenzó una serie de respuestas en política exterior tendientes a devolverla al centro de la discusión internacional. Georgia, en 2008; Crimea, en 2014; Siria, desde 2015 y recientemente con la intervención en Kazajastán y la guerra en Ucrania son una muestra cabal de los cambios que se han sucedido desde aquella crisis financiera internacional del año 2008. No caben dudas. El mundo, si no ha mutado, lo ha comenzado a hacer.

21 Ese regreso del territorio que nos señalaba Milton Santos, esa inseparable asociación de la política con él, indica otro acierto del análisis del geógrafo brasileño.

22 El acrónimo TINA, “There is no alternative”, fue una sentencia traducida como eslogan por el thatcherismo durante los años 80. Con él se pretendía decir que no había alternativa al mercado, al capitalismo, a la globalización. Fue un precedente de la sentencia fukuyamista.

## REFERENCIAS

- ALTAMIRA, Jorge. “Tesis Programáticas para la IV Internacional. Disponible <<https://po.org.ar/programa/tesis-programaticas-cuarta-int/>>. **Red de Geografía Económica (RGE)** 522/22. 2004.
- ALTAMIRA, Jorge. “La ocupación militar de Ucrania por parte de Rusia”. **Red de Geografía Económica (RGE)** 222/22. 2022.
- BEINSTEIN, Jorge. **La larga crisis de la economía global**. Ediciones Corregidor, Buenos Aires. 1999.
- JALIFE-RAHME, Alfredo. “Balcanización de Divisas y Bipolaridad del Sistema Financiero: dólar vs yuan”. **Red de Geografía Económica (RGE)** 504/22. 2022.
- JALIFE-RAHME, Alfredo. **El Pentágono vaticina una guerra prolongada en Ucrania**. 2022.
- FUKUYAMA, Francis. El fin de la historia y el último hombre. Planeta, Madrid. **Red de Geografía Económica (RGE)** 523/22. 1992.
- FUKUYAMA, Francis. **La construcción del Estado**. Hacia un nuevo orden mundial en el siglo XXI. Ediciones B, Barcelona. 2004.
- HARVEY, David. **El nuevo imperialismo**. AKAL, Madrid. 2004.
- KRUGMAN, Paul. **Geografía y comercio**. Antoni Bosch Editor, Barcelona. 1993.
- SANTOS, Milton. Una oportunidad histórica. **Boletín del Centro de Estudios Alexander von Humboldt** n° 4, marzo. 1999.
- SMITH, Neil. La geografía del desarrollo desigual. **Cuadernos de Geografía Económica (CGE)** n° 2. Disponible <<http://portalcoordinadas.com.ar/wp-content/uploads/2020/09/CGE2.pdf>>. Noticias de CeHu (NCeHu 26/21). 2005/2021.
- STIGLITZ, Joseph. **El malestar en la globalización**. Taurus, Barcelona. 2002.
- STIGLITZ, Joseph. **Los felices 90: La semilla de la destrucción**. Taurus, Barcelona. 2010.
- THE ECONOMIST. La vigencia de dos tiranías. **Meridiano**, Revista de Geografía n° 1, agosto de 1995, Buenos Aires. 1994.

---

# O COMÉRCIO EXTERIOR E A IMPORTÂNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NA CADEIA PRODUTIVA NA SOJA NO BRASIL<sup>1</sup>

FOREIGN TRADE AND THE IMPORTANCE OF THE EXCHANGE  
RATE IN THE SOYBEAN PRODUCTION CHAIN IN BRAZIL

EL COMERCIO EXTERIOR Y LA IMPORTANCIA DEL TIPO DE  
CAMBIO EN LA CADENA DE PRODUCCIÓN DE SOJA EN BRASIL

Roberto César Cunha<sup>2</sup>

**RESUMO:** A objetividade central do texto é apresentar a configuração do comércio exterior e o papel da taxa de câmbio na cadeia produtiva na soja. Assim, o pressuposto básico para alcançar essa intenção é: o Brasil forjou suas vantagens competitivas dinâmicas agroindustriais da cadeia produtiva da soja. Para isso, baseou-se no método exploratório-analítico e em base de dados empíricos de instituições e entidades públicas e privadas. Isso posto, além de um grande produtor mundial dos agronegócios de soja, o Brasil é um dos principais *players* no comércio internacional. Dentre outras combinações, o excelente desempenho está associado à recuperação econômica global, às taxas de juros baixas no mundo e ao crescimento econômico da China. Dessa maneira, a cadeia produtiva da soja foi imprescindível para a não deterioração do saldo da balança comercial brasileira nos últimos anos. Ademais, o comportamento da taxa de câmbio não deprime as exportações de grãos de soja.

**Palavras-chave:** Geoeconomia. Agronegócios. Demanda Chinesa. Exportações de soja. Taxa de câmbio.

**ABSTRACT:** The main objectivity of the text is to present the configuration of foreign trade and the role of the exchange rate in the soybean production chain. Thus, the basic assumption to achieve this intention is: Brazil has forged its dynamic agro-industrial competitive advantages in the soy production chain. For this, it was based on the exploratory-analytical method and on empirical databases of public and private institutions

---

<sup>1</sup> Este texto é parte integrante do projeto: “A configuração territorial do comércio exterior brasileiro da cadeia produtiva da soja” financiado pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Geógrafo (UFMA) e mestre e doutor em Geografia (UFSC). Pesquisador nível de pós-doutoramento do PPGGEO-UFSC e do CNPq. Participa como membro do grupo de estudos filiado no CNPq Formação Socioespacial: Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico (GEOTDE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6190-6186>. E-mail: robertoujsma@hotmail.com.

Artigo recebido em agosto de 2021 e aceito para publicação em maio de 2022.

and entities. That said, in addition to being a major global producer of soy agribusiness, Brazil is one of the main players in international trade. Among other combinations, the excellent performance is associated with the global economic recovery, low interest rates in the world and China's economic growth. In this way, the soy production chain was essential for not deteriorating the balance of the Brazilian trade balance in recent years. Furthermore, the behavior of the exchange rate does not depress soy grain exports.

**Keywords:** Geoeconomics. Agribusiness. Chinese demand. Soybean exports. Exchange rate.

**RESUMEN:** La principal objetividad del texto es presentar la configuración del comercio exterior y el papel del tipo de cambio en la cadena productiva de la soja. Así, el supuesto básico para lograr esta intención es: Brasil ha forjado sus dinámicas ventajas competitivas agroindustriales de la cadena de producción de soja. Para ello, se basó en el método exploratorio-analítico y en la base de datos empírica de instituciones y entidades públicas y privadas. Dicho esto, además de ser un importante productor mundial de agroindustria de soja, Brasil es uno de los principales actores del comercio internacional. Entre otras combinaciones, el excelente desempeño está asociado con la recuperación económica global, las bajas tasas de interés en el mundo y el crecimiento económico de China. De esta forma, la cadena productiva de la soja fue fundamental para no deteriorar el saldo de la balanza comercial brasileña en los últimos años. Además, el comportamiento del tipo de cambio no deprime las exportaciones de granos de soja.

**Palabras clave:** Geoeconomía. Agronegocios. Demanda china. Exportaciones de soja. Tasa de cambio.

## INTRODUÇÃO

As atividades agrárias têm participação efetiva na economia brasileira, tanto no âmbito da composição do Produto Interno Bruto (PIB) como nas vendas externas totais. Tal importância foi adquirida, também, com grandes esforços dos produtores, uma vez que, o novo paradigma agrário – industrialização da agricultura – obrigou-os à adesão de bens e serviços industriais, ou seja, mudanças na parte fixa do capital constante, colheitadeiras e plantadeiras, na parte circulante do capital constante, fertilizantes e defensivos, e no capital variável, força de trabalho, gestão e controle, para a sobrevivência de uma estrutura alicerçada na concorrência e alta competitividade (ESPINDOLA; CUNHA, 2015, CUNHA, 2020).

Dessa maneira, a agricultura e agricultores brasileiros sempre foram alvo do laxismo de divisões que eclipsam a dimensão dinâmica do processo histórico de desenvolvimento. Não é necessário esquecer que as transformações modernas na agricultura manifestaram-se de modo desassemelhantes no vasto e imenso continente brasileiro. A combinação extraordinária de diferenciações de condições edafoclimáticas, disparidades geoeconômicas, populacionais, políticas e culturais refletem em diversas formas de agricultura moderna (ESPINDOLA; CUNHA, 2015, CUNHA, 2020).

Disso tudo, Rangel (2005) olhava a agricultura no país dentro de uma lógica não-linear da totalidade. Partia do ponto-chave: das contradições sociais concretas da totalidade social. Com efeito, observava, que mesmo mantendo relações atrasadas, a agricultura era penetrada fortemente pelo capitalismo. E quanto mais o capitalismo entranhava no campo, mais a agricultura passaria a formas superiores de organização da produção, ou seja, as transformações econômicas são o motor da história. Com isso, surgiria, dependendo das características de cada região do Brasil, agricultores capitalistas em grandes, médias ou pequenas propriedades modernas com elevada produtividade, uma miscelânea de agriculturas territoriais<sup>3</sup>.

Dito isso, mesmo com grandes contradições<sup>4</sup>, tanto produção como a exportações da cadeia produtiva da soja no Brasil só cresceram nas últimas duas décadas e colocaram o país em primeiro lugar nas duas variáveis. Entre 2003 e 2019, a produção de grãos de soja aumentou cerca de 150% e alcançou, no último ano da série, 124,8 milhões de toneladas. As vendas externas totais dos agronegócios atingiram US\$ 96,8 bilhões, em 2019. Desse total, a cadeia da soja participou com 33,6% e somou em receitas US\$ 32,6 bilhões. No geral, as exportações dos produtos da soja tiveram quase 15% dos valores da pauta brasileira (BRASIL, 2021).

Mesmo com todo esse desempenho, contudo, segundo Espíndola; Cunha (2021), assinalam, nesse período, movimentos diferenciados entre o PIB geral brasileiro, no PIB dos agronegócios, ou seja, o PIB do agronegócio apresentou desempenho contrário às taxas de crescimento do PIB total. Esses movimentos desiguais estão associados à elevação dos preços de alguns produtos, à expansão da área plantada, ao aumento da produtividade, ganhos de escalas, taxa de câmbio, entre outros fatores.

Assim sendo, essa *performance*, por si só, justificaria esse texto, contudo cabe perguntar: quais as combinações geoeconômicas que lavaram o Brasil a ser o maior exportador de soja no mercado internacional e qual a importância da taxa de câmbio para vendas externas de soja do país? O pressuposto básico para responder essa pergunta parte de que o país forjou suas vantagens competitivas dinâmicas agroindustriais da cadeia produtiva da soja. Dessa forma, o objetivo geral é apresentar a configuração do comércio exterior e o papel da taxa de câmbio na cadeia produtiva na soja<sup>5</sup>.

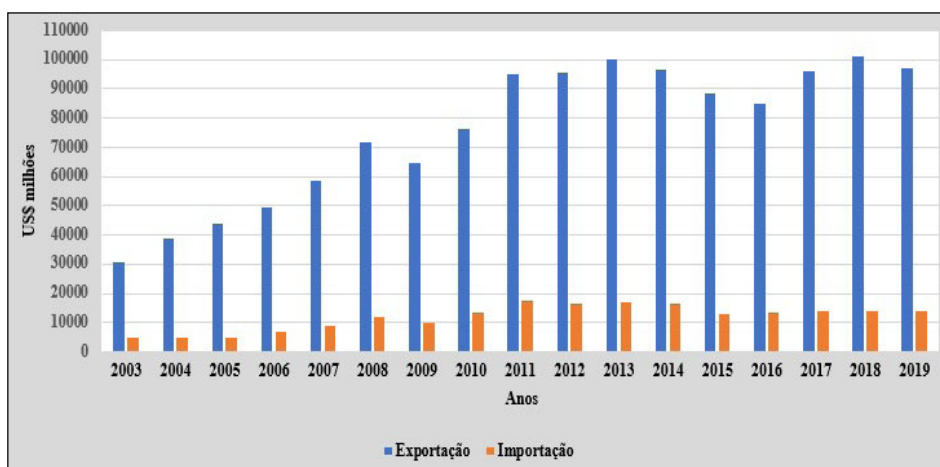
Para mais, operacionalmente, o texto baseou-se no método exploratório-analítico (GIL, 1994). Foram feitas pesquisas e leituras em diferentes artigos, livros e teses, entre outros materiais referentes ao temário em tela. A base de dados empíricos está pautada em informações e relatórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Banco Central do Brasil (BCB), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA-Esalq/USP), entre outras fontes de instituições e entidades públicas e privadas.

Por fim, o texto apresenta uma lógica estrutural não randomizada em duas partes, além desta introdução e da conclusão. A primeira apresenta a corporatura do comércio exterior da cadeia produtiva da soja brasileira. A segunda analisa a importância da taxa de câmbio para as exportações dos produtos da soja.

## CONFIGURAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DA CADEIA PRODUTIVA DA SOJA BRASILEIRA

As exportações dos agronegócios cresceram de US\$ 30,6 bilhões, em 2003, para US\$ 96,8 bilhões, em 2019. Uma taxa de crescimento de 316% contra uma taxa de crescimento de 291% das importações, que passou de US\$ 4,7 bilhões para US\$ 13,7 bilhões, conforme demonstra o Gráfico 1. No que se refere à balança comercial do agronegócio, o aumento foi de 320,8%. Consta-se ainda no mesmo gráfico que, entre 2003-2008, houve um crescimento no valor das exportações, alcançando o valor de US\$ 71,7 bilhões, um acréscimo de 22,9 % em relação a 2007 (BRASIL, 2020). A queda pós-2008, em relação a 2009 é fruto da crise de subprime (MATOS; NINAUT; SALVI, 2009; MARANHÃO, VIEIRA FILHO, 2017).

**Gráfico1.** Exportações e importações dos agronegócios brasileiros



Fonte: BRASIL (2021).

Ainda, o Gráfico 1 indica que a partir de 2013, nota-se novamente um período de queda das exportações, atingindo, em 2016, um valor de US\$ 84,9 bilhões, uma queda de 15,1%, entre 2013 e 2016. Contribuíram para a queda de 2016 em relação a 2015 a valorização do Real em relação ao dólar e a queda na produção agrícola nacional, principalmente de grãos, decorrente do clima adverso (CEPEA, 2017).

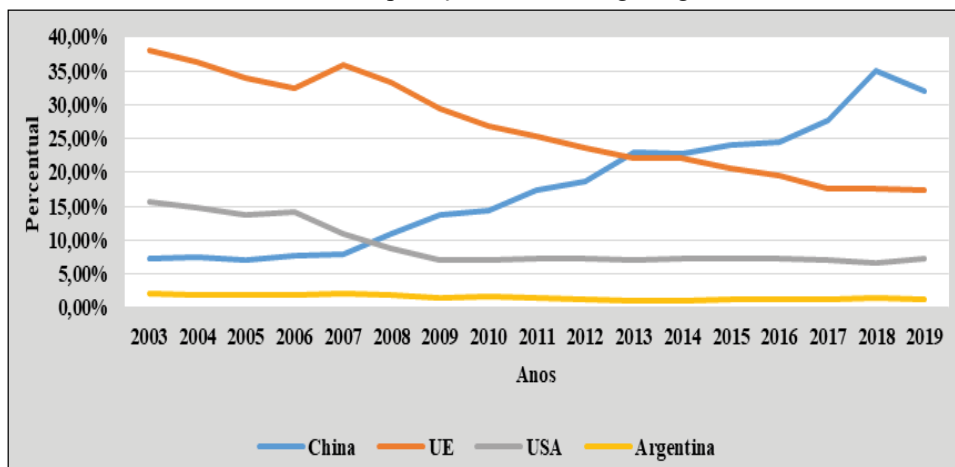
A recuperação pós-2017 deriva do aumento dos preços médios em dólar dos principais produtos exportados pelo agronegócio em relação ao ano de 2016. Contudo, a valorização do Real, em 2017, promoveu a queda dos preços internalizados em reais para milho, farelo de soja, soja em grão, carne bovina, café, óleo de soja, carnes de frango, entre outros (CEPEA, 2017). Em 2018, as exportações dos agronegócios apresentaram um novo recorde em volume e receita. O valor total exportado foi de US\$ 101,1 bilhões. Os preços externos estáveis, juntamente com a desvalorização do Real e a safra agrícola, contribuíram para esse desempenho. Em 2019, o volume de produtos agropecuários exportado pelo Brasil cresceu 5,7% em comparação ao ano anterior; os preços em dólares recebidos pelos exportadores nacionais caíram. Ademais, a valorização do Real reduziu o índice de atratividade das vendas externas do agronegócio (CEPEA, 2019).

Como já dito, além de um grande produtor mundial dos agronegócios de carnes e soja, o Brasil é um dos principais *players* no comércio internacional. Em 2019, as carnes geraram US\$ 16,6 bilhões (carne bovina – US\$ 7,6 bilhões; carne suína – US\$ 1,5 bilhão; carne de frango – US\$ 6,9 bilhões), e os produtos da soja arrecadaram mais de US\$ 32,6 bilhões no total (grãos – US\$ 26 bilhões; farelo – US\$ 5,8 bilhões; óleo – US\$ 694 milhões). Esse desempenho é associado à recuperação econômica global, às taxas de juros baixas no mundo e ao crescimento econômico da China<sup>6</sup>. A combinação desses fatores, juntamente com os contratos de derivativos, promoveu uma curva ascendente dos preços dessas *commodities*<sup>7</sup>.

A demanda externa da China tem um papel significativo no desempenho do comércio exterior dos agronegócios brasileiros. Conforme demonstra o Gráfico 2, a participação da China cresceu entre 2003-2019 de 7,39% de participação para 31,97%. Em contrapartida a participação da União Europeia reduziu-se de 38,03% para 17,35% e a dos EUA de 15,66% para 7,40%. Isso significa, que os mercados tradicionais, como União Europeia, Estados Unidos e Argentina, vêm perdendo espaço para a Ásia.

Em contrapartida, segundo Jank (2018), vem aumentando a participação de países como Indonésia, Malásia e Vietnã. Da mesma forma, aumentou a participação de países do Oriente Médio e África. O aumento da participação desses mercados deriva do crescimento populacional, crescimento das taxas de urbanização e mudanças dos hábitos alimentares, com o ampliação do consumo de proteínas animais.

**Gráfico 2.** Destino das exportações totais dos agronegócios brasileiros



Fonte: BRASIL (2021).

Com isso, o agronegócio contribui para sustentar a balança comercial brasileira e garantir o saldo comercial dos outros setores da economia, uma vez que, gerou superávit comercial da ordem de US\$ 83,1 bilhões em 2019 (BRASIL, 2021). Entre 2003 e 2019, Tabela 1, a receita das vendas externas da soja cresceu quase 302%. Sozinha, a cadeia da soja representou 14,4% em 2019 na pauta das exportações totais do Brasil, um aumento de mais de US\$ 24,5 bilhões entre 2003 e 2019. Com desempenho recorde de receita cambial, em 2018, de US\$ 40,6 bilhões. Essa expansão se deu via volume também, que cresceu, com alta de 155,5% (2,55 vezes) no período. Esse desempenho



mostra que o agronegócio e suas cadeias de produção são importantes para economia brasileira, pois gera renda e emprego, e contribui para a estabilidade da macroeconômica do país por meio de seu faturamento, ajudando a amenizar o déficit da balança comercial.

**Tabela 1.** Exportação total Brasil, dos agronegócios, da cadeia da soja e taxa de participação.

Ano	Expor. Brasil (1000 US\$)	Expor. Agro (1000 US\$)	Expor. soja (receita - 1000 US\$)	Part. soja (%) Agro	Part. soja Brasil (%)	Expor. soja (volume – 1000/ton)
2019	225.383.482 239.263.992.681,00	96.850.624	32.621.725	33,6	14,4	91.786
2018	239.263.992	101.167.305	40.696.501	40,2	17,0	101.331
2017	217.739.218	96.014.250	31.716.749	33,03	14,5	83.667
2016	185.235.400	84.934.587	25.418.637	29,9	13,7	67.275
2015	191.134.324	88.224.118	27.957.061	31,6	14,6	70.819
2014	225.100.884	96.747.880	31.403.497	32,4	13,9	60.710
2013	242.178.662	99.967.783	30.965.500	30,9	12,8	57.488
2012	242.579.776	95.814.178	26.121.995	27,2	10,8	48.956
2011	256.039.575	94.967.647	24.154.416	25,4	9,4	49.069
2010	201.915.285	76.441.941	17.114.802	22,3	8,5	44.296
2009	152.994.743	64.785.618	17.250.858	26,6	11,3	39.097
2008	197.942.443	71.837.325	17.986.409	24,6	9,1	39.747
2007	160.649.073	58.431.402	11.386.108	19,4	7,1	38.541
2006	137.807.470	49.471.020	9.311.250	18,8	6,8	39.702
2005	118.529.185	43.623.381	9.476.727	21,7	8,0	39.549
2004	96.677.499	39.035.311	10.047.892	25,7	10,4	36.240
2003	73.203.222	30.653.058	8.125.367	26,5	11,1	35.969

Fonte: BRASIL (2021).

Ainda na Tabela 1, a cadeia produtiva da soja aumentou o *market share* internacional. Em 2003, as vendas externas atingiram 35,9 milhões de toneladas entre grãos, farelo e óleo de soja e, em 2019, avançaram a marca de 91,7 milhões (sendo 10 milhões de toneladas a menos que 2018). A participação da cadeia da soja no total das exportações dos agronegócios nacional, em 2019, chegou a 33,6%, contudo esse índice em 2018 apontou a taxa de 40,2%.

Nos últimos 17 anos, o agronegócio brasileiro e, principalmente, a cadeia da soja, tem contribuído fortemente para a geração de divisas para o país. O elevado volume e receitas auferidos pela exportação da soja no período recente é fruto, conforme a bibliografia (APEX, 2011; AEB, 2012), do elevado preço das *commodities* e do aumento da demanda da China e dos países emergentes. Porém, segundo Jank (2013), enquanto as *commodities* energéticas tiveram seus preços reais acrescidos em 1.000%, ao longo dos últimos sessenta anos, os minerais tiveram aumento de 100%, contra uma redução dos preços das *commodities* agrícolas em 25%. Ainda, segundo o autor, a elevação dos preços

das *commodities* agrícolas (44% em média) na última década deve ser vista como um efeito recuperador dos preços. De acordo com Nakahodo e Jank (2006), o aumento das exportações de *commodities* agropecuárias não ocorreu apenas pela elevação da demanda internacional, mas também pelos ganhos de *market share* em diversos nichos de mercado.

Para mais, na Tabela 2 são apresentados os cinco maiores países compradores da cadeia produtiva da soja brasileira, em volume e preço. A China passou a ser a ‘fábrica’ do mundo, exportando produtos industriais intensivos em mão de obra e importando matérias-primas, destacando-se, entre elas, a soja em grãos. Cerca de 78,2% (57,9 milhões de toneladas) das exportações brasileiras de grãos de soja vão para o gigante asiático. Na venda externa de óleo a China participa com 21,8% do total. A Índia lidera na importação de óleo de soja nacional com 39,3% que equivale a 410 mil toneladas. Como dito, os hábitos alimentares nos países do extremo oriente mudaram, devido a múltiplos determinantes, porém, o que chama mais a atenção são os crescimentos acentuados da China nas taxas anuais de crescimento da renda per capita em poder de compra, de 9,3% ao ano no período de 20 anos. A União Europeia é o segundo destino em grãos, com 12% (5,3 milhões de toneladas) do total, sendo a Espanha o maior consumidor europeu do grão de soja brasileiro, com 2,1 milhões de toneladas. Por seu turno, o farelo de soja nacional tem 32,9% (5,5 milhões de toneladas) com destino a União Europeia, e a Holanda é o maior consumidor, com 2,3 milhões de toneladas, ou 41,8 % das compras externas europeias. São irrisórias as exportações de óleo de soja para Europa, devido à tradicional indústria de azeite de oliva no continente.

**Tabela 2.** Exportações da cadeia da soja por destino em 2019 em volume (1000 toneladas) e em receita (1000 US\$).

Grãos			Farelo			Óleo		
Destino	Vol. (MT)	US\$	Destino	Vol. (MT)	US\$ (mil)	Destino	Vol. (MT)	US\$ (mil)
<b>China</b>	57.963	20.452.340	<b>Holanda</b>	2.393	920.294	<b>Índia</b>	410	263.104
<b>Espanha</b>	2.182	756.712	<b>França</b>	1.803	594.622	<b>China</b>	227	143.576
<b>Tailândia</b>	1.692	602.178	<b>Tailândia</b>	1.901	626.790	<b>Argélia</b>	164	106.368
<b>Holanda</b>	1.731	604.781	<b>C. do Sul</b>	1.509	503.830	<b>Peru</b>	22	21.393
<b>Irã</b>	1.545	544.789	<b>Alemanha</b>	1.304	560.946	<b>Cuba</b>	22	15.722

Fonte: BRASIL (2021).

A Tabela 3 revela os estados mais exportadores do Brasil e os portos por onde escoam a soja e seus derivados. O Mato grosso é o maior estado produtor e também o maior exportador de grãos de soja do país. Em 1996, as vendas externas eram de 462 mil toneladas e representavam 12,6% do total brasileiro, em 2019, chegaram a 27,3% do total das exportações e o volume passou de 20,2 milhões de toneladas, o que alcança 61,4% de sua produção. O Rio Grande do Sul, segundo produtor e segundo exportador, em 2019 vendeu externamente 15,6% (11,6 milhões de toneladas) da soja brasileira em grãos, o que corresponde a 59,5% de sua produção. O Paraná é o terceiro produtor e o terceiro exportador (56,9% de sua produção), saiu de 40,1% em 1996, para 13% ( 9,6 milhões de toneladas) em 2019.

Os estados de Goiás, Bahia e Maranhão, em 2019, exportaram 38,7% (4,6 milhões de toneladas), 60,1% (3,2 milhão), 79,3% (2,3 mil toneladas) de suas respectivas produções de grãos de soja. Ainda na Tabela 3, acerca dos portos que escoam a soja em grão para fora do Brasil, 56,5% da soja sai pelos portos de Paranaguá (PR), Santos (SP) e Rio Grande (RS). Nos portos de Itaquí e Itacoatiara ocorreu um significativo aumento no escoamento. No porto de Itaquí, em São Luís, o crescimento das vendas externas escoadas cresceu mais de 30 vezes, foram de 259 mil toneladas, em 1996, para 8,1 milhões toneladas em 2019. Esse crescimento se deu pelo desenvolvimento de alternativas de escoamento da produção, principalmente pelos preços reduzidos dos fretes, pois se conjugam diversos meios de transportes.

Tabela 3. Exportações da soja por estado e por porto de embarque.

Exportação de grãos de soja por estado												
Estado	Safr 1995/1996		Safr 2001/02		Safr 2007/08		Safr 2018/19					
	Vol. (MT)	Part. (%)	Vol. (MT)	Part. (%)	Vol. (MT)	Part. (%)	Vol. (MT)	Part. (%)	Vol. (MT)	Part. (%)		
MT	462	12,6	5.240	32,8	8.661	35,3	20.228		27,3			
RS	142	3,8	1.797	11,2	3.516	14,3	11.618		15,6			
PR	1.464	40,1	4.517	28,2	4.396	17,9	9.620		13			
GO	101	2,7	916	5,7	2.312	9,4	4.696		6,3			
BA	234	6,2	489	3,1	951	3,8	3.252		4,4			
MA	223	6,1	466	2,9	922	3,7	2.306		3,1			
Exportação de grãos de soja por porto de embarque												
Safr	Paranaguá/PR		Santos/SP		R.Grande/RS		Vitoria/ES		Itaquí/MA		Itacoatiara/AM	
	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%
1995/96	1.894	35	842	15,5	141	2,16	291	5,3	259	4,7	240	4,4
2001/02	5.095	31	5.062	31,6	1.800	11,2	1.508	9,4	650	4,1	809	5,1
2007/08	4.189	17	7.158	29,2	3.351	13,6	2.414	9,8	1.759	7,1	1.441	5,8
2018/19	11.607	15,6	17.085	23,1	13.167	17,8	3.965	5,3	8.118	10,9	1.820	2,5
Exportação de farelo de soja por porto de embarque												
Safr	Paranaguá/PR		Santos/SP		R.Grande/RS		Vitoria/ES		Salvador/BA		São. F. Sul/SC	
	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%
1995/96	6.343	56	487	4,3	2.429	21,5	606	5,3	-	0	1.320	11,7
2001/02	5.349	42	2.661	21,2	1.860	14,8	1.404	11,2	-	0	655	5,2
2007/08	4.729	38	2.947	23,9	1.968	16,0	971	7,9	675	5,4	411	3,3
2018/19	5.359	32,2	6.616	39,8	2.390	14,4	290	1,7	1.199	7,1	122	0,7
Exportação de óleo de soja por porto de embarque												
Safr	Paranaguá/PR		Santos/SP		R.Grande/RS		São. F. Sul/SC		Itacoatiara/AM		Demais portos	
	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%	(M/T)	%
1995/96	701	54	-	0	458	35,9	124	9,6	-	0	-	0
2001/02	949	52	-	0	507	27,8	344	18	-	0	20	1,5
2007/08	1.285	55	145	6,2	568	24,5	160	6,9	80	3,4	78	4,2
2018/19	695	69,5	29	2,9	107	10,7	17	1,7	88	8,8	60	6

Fonte: BRASIL (2021).

Nas exportações de farelo de soja, a evolução no porto de Santos (SP), saindo de 487 mil toneladas em 1995/1996 e indo para 6,6 milhões toneladas em 2018/2019, aumentou cerca de treze vezes o seu volume de exportação. Em Paranaguá (PR) houve acréscimo no mesmo período, de cerca de 13,8%, e em Rio Grande (RS) houve uma queda entre 1995/1996 e 2001/2002, voltando ao patamar de 2,3 milhões de toneladas em 2018/2019. Nas exportações de óleo de soja, o maior escoamento é pelo porto de Paranaguá (PR), 695 mil toneladas, totalizando 69,5% de todas as vendas externas brasileiras. Em seguida vem Rio Grande (RS), com 10,7% e Itacoatiara com 8,8% das exportações de óleo.

Essa relação de exportação/produção por estado está diretamente relacionada à capacidade instalada de processamento da soja nesses estados. Quanto aos produtores de farelo e óleo de soja, em 2019, segundo a Tabela 4, 56,8% da produção está concentrada entre Mato Grosso, com 42,5 mil toneladas/dia; Paraná, com 35,9 mil toneladas/dia; e Rio Grande do Sul, com 30,4 mil toneladas/dia. A capacidade total de processamento no Brasil passa das 191 mil toneladas/dia.

**Tabela 4.** capacidade instalada de processamento (ton-dia).

Estado	Capacidade de Processamento					
	2009	2014	2015	2016	2019	Per. UF/2019
<b>Mato Grosso</b>	29.300	40.410	41.210	41.259	42.501	22,2%
<b>Paraná</b>	34.150	35.745	35.745	35.839	35.940	18,7%
<b>Rio G. do Sul</b>	28.500	29.190	29.190	30.190	30.489	15,9%
<b>Goiás</b>	20.050	23.585	26.785	27.211	26.968	14,1%
<b>São Paulo</b>	17.780	14.773	14.773	14.773	14.031	7,3%
<b>Mato G. do Sul</b>	12.725	10.590	10.590	11.790	12.250	6,4%
<b>Minas Gerais</b>	6.800	9.100	9.100	9.128	9.328	4,9%
<b>Bahia</b>	5.530	6.691	6.691	6.920	7.323	3,8%
<b>S. Catarina</b>	4.034	3.200	3.200	3.200	3.050	1,6%
<b>Piauí</b>	2.530	2.800	2.800	2.800	2.900	1,5%
<b>Amazonas</b>	2.000	2.000	2.000	2.000	2.200	1,1%
<b>Maranhão</b>	1.500	1.500	1.500	1.500	2.000	1,0%
<b>Total</b>	<b>165.299</b>	<b>180.384</b>	<b>187.304</b>	<b>190.330</b>	<b>191.830</b>	<b>X</b>

Fonte: ABIOVE (2021).

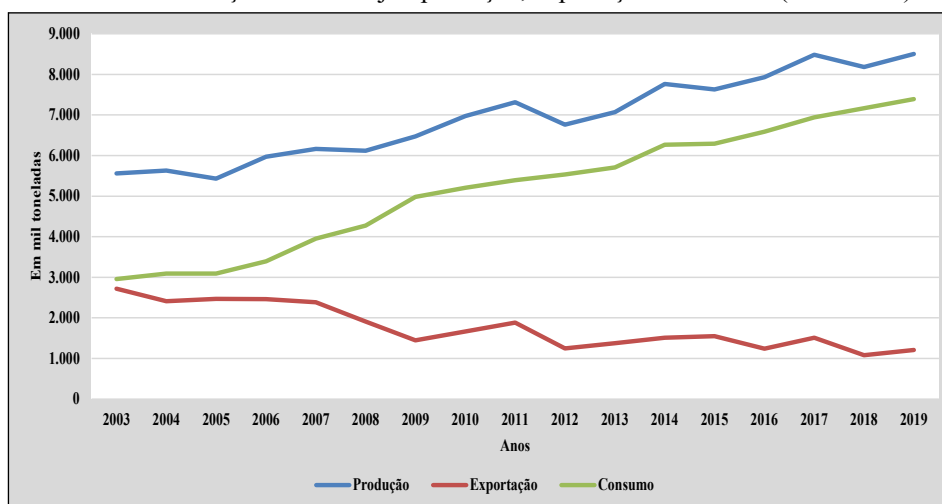
Esse crescimento na expansão, na produção e exportação de grãos provocou, de forma gradativa, uma expansão no parque industrial para esmagamento do grão de soja e outros, e para a extração do óleo e do farelo. A moderna e dinâmica indústria de farelo de soja e milho permitiu o rápido desenvolvimento de uma sofisticada e avançada produção de suínos e aves, bem como a instalação de grandes frigoríficos e fábricas para sua industrialização. Concomitantemente, foi criado um sistema eficiente de suprimentos de insumos modernos e de distribuição, que inclui desde as grandes cadeias de supermercados até os pequenos varejistas locais (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2020; CUNHA, 2015).

O rápido desenvolvimento do setor da soja no Brasil foi alavancado pelo crescimento do uso doméstico de vários derivados da soja. Dois exemplos que podem justificar a afirmativa acima é o crescente aumento, desde a década de 1970, do consumo de óleo de cozinha e do farelo para uso como ração animal.

Antes de 1970 o consumo brasileiro de óleo de soja era abaixo de 100 mil toneladas/ano, e a utilização do farelo era menor que 150 mil toneladas. A utilização de ambos cresceu rapidamente na década de 70 e, em 1980, o consumo de óleo era oito vezes acima do nível de 1970, enquanto o de farelo chegou a 25 vezes acima do nível de 1970. [...] em 1990 o consumo total de óleo foi somente de cerca de 240 mil toneladas a mais que 1980, e a utilização de farelo cresceu perto de 740 toneladas. (WARNKEN, 2001, p. 55).

A demanda por óleo advém da soma da demanda tanto do mercado interno e externo desse produto, isto é, dos hábitos alimentares da população. Na década de 1970, no mercado doméstico, o óleo de soja encontrava como concorrente os óleos de algodão, amendoim e a gordura de porco. Com o passar do tempo, o próprio governo adotou políticas de incentivo para o consumo de óleo de soja e a demanda por esse produto aumentou (ver Gráfico 3). De 2003 a 2019 a produção aumentou 2,9 milhões de toneladas, o consumo cresceu 4,4 milhões e as exportações caíram de 2,7 milhões para 1,5 milhões de toneladas, registraram uma efetiva diminuição, na casa de 55,4% nesse período. Enquanto a produção cresceu no período 52,8%, o consumo doméstico aumentou 149,7%. A taxa de crescimento anual, na produção, de óleo foi 6,8%. O maior exportador é o estado Paraná, com 377 mil toneladas; em segundo lugar, vem o Mato Grosso, com 265 mil toneladas, o Goiás atingiu o terceiro lugar, com 136 mil toneladas, e o Rio Grande do Sul com 119 mil toneladas, o que equivale a 89,7% das vendas externas do Brasil.

**Gráfico 3.** Evolução óleo de soja - produção, exportação e consumo (em mil ton).

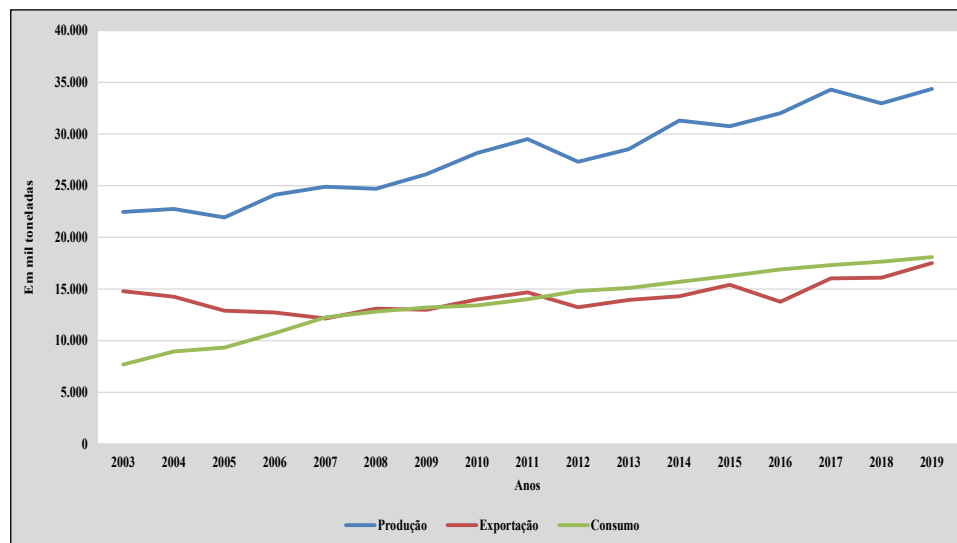


Fonte: USDA (2021).

A produção de farelo (ver Gráfico 4), no período de 2003 a 2019, aumentou 11,5 milhões de toneladas a mais. O consumo de farelo obteve um crescimento exponencial, nesse mesmo período, aumentou 134,5%, o equivalente a 10,3 milhões de toneladas. A taxa de crescimento anual, na produção, de farelo foi 6,2%. Em relação ao consumo interno, as cifras sofreram vertiginoso acréscimo no período via diversificação da indústria alimentícia. Conforme ainda o Gráfico 4, as vendas externas do farelo de soja, entre os anos em tela, aumentou ligeiramente. Em 2003 foram 14,7 milhões e em 2019 chegaram a 17,5 milhões de toneladas. Os maiores exportadores em 2019 foram os estados de Mato Grosso (5,2 milhões de toneladas), Paraná (3,4 milhões de toneladas) e Rio Grande do Sul (2,4 milhões de toneladas); esses estados juntos representam 68,3,3% de todas as exportações de farelo de soja do país (BRASIL, 2021).

Contudo, cabe ainda destacar que houve elevadas exportações de grãos de soja, porém, o Brasil decaiu nas exportações de produtos processados em virtude das tarifas praticadas pelos principais compradores. Associado a essas tarifas, o Brasil ainda é prejudicado com o diferencial tarifário nas exportações da Argentina e com os seus problemas de logística. Com isso, o Brasil perde cada vez mais rentabilidade, competitividade e *market share* nos mercados de produtos processados derivados da soja.

**Gráfico 4.** Evolução do farelo de soja - produção, exportação e consumo no Brasil (em mil ton).



Fonte: USDA (2021).

Esses substanciais aumentos na produção e no consumo interno estão, também, relacionados, segundo Warnken, (2001), à composição da ração utilizada pela indústria de aves, cerca de 65%; 10% pela indústria de laticínios; 20% pela indústria de suínos e o restante por outras indústrias de animais. Por isso, a demanda doméstica por farelo de soja é expressa via demanda animal, principalmente por produtos oriundos da carne de ave e, em menor proporção, da carne suína e dos laticínios. A demanda internacional por proteína animal também é um fator preponderante para o crescimento da produção interna de farelo de soja.

É importante destacar que, a princípio, a expansão da indústria de frango concentrou suas unidades em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e, em especial, no oeste de Santa Catarina, onde localizam-se as maiores agroindústrias avícolas: Sadia e Perdigão (atual BRF). A produção de aves nessa região se deu pela proximidade dos grandes centros urbanos do país e por essa região ter sido o lócus do início da produção de soja e da importância da cultura do milho. As políticas governamentais serviram de estímulo à produção nacional de ração, sobretudo após as proibições à exportação, o que manteve o baixo preço do milho (WARNKEN, 2001).

Cabe destacar que a indústria de ração, com o propósito de vender seus produtos, desenvolveu planos de modernização das granjas e conferiu orientação técnica aos produtores, juntamente com planos de financiamento, sendo ela tanto a expressão como detonador da modernização da produção avícola, bovina e suína. Esse fato impulsionou o crescimento desse setor no país. Vale mencionar que as grandes empresas multinacionais lideraram o processo de capacidade de processamento no Brasil. Entre outras: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill (EUA); Louis Dreyfuss (França e Holanda) e COFCO (China)<sup>8</sup>. Rangel (2005, p. 624) já assinalava que os atravessadores, da década de 1960, formavam uma estrutura oligopsônicas, e:

[...] os preços ao produtor e submetendo este último a condições erráticas de comercialização, deprime e desorganiza continuamente a produção, tornando-a escassa; apoiado numa demanda, a qual deixa indefeso o público consumidor, para impor a este preços extorsivos, perenemente em alta, em sua esteira todo o sistema nacional de preços.

Entretanto, a partir da liberalização da economia brasileira, na década de 1990, as grandes *Tradings* compram matéria-prima, pois nos momentos de quebra de safras, as unidades industriais não sofrem com a escassez da matéria-prima e, por outro lado, essas *Tradings* têm certo poder de decisão na hora da aquisição da matéria-prima, visto que, quando estão com estoques elevados, podem forçar os produtores a venderem o trigo e a soja a preços inferiores àquele do mercado. A partir do mês de setembro, quando se inicia a safra no hemisfério norte, os preços internacionais voltam a cair, obrigando os produtores nacionais a venderem seu produto no mercado interno, já que não contam com armazéns e depósitos para a estocagem (ESPÍNDOLA, 1999).

Essas *Tradings* das agroindústrias processadoras e/ou das empresas de comercialização, frente aos produtores dispersos, em número e num amplo espaço geográfico, geram um desequilíbrio de preço no mercado e na concorrência nas partes constituintes das cadeias produtivas da agricultura nacional. Os produtores estão nas mãos das grandes *Tradings* comercializadoras. Na atual conjuntura, há mecanismos estatais que tentam proteger a formação e transplantes de preços, entre eles AGF, PEP, Prop, Pepro etc.<sup>9</sup>, mas são deficitários e insuficientes. Não obstante, existe uma disparidade entre cadeias de produção. Por exemplo, no caso da soja, por ela ser estocável, a sua comercialização

é mais simples. No caso de frutas que são perecíveis, tendo como exemplo a laranja, os preços estão ligados às processadoras de sucos que forjam o preço da matéria-prima.

Nessa indústria de processamento, segundo dados da Abiove (2021), a capacidade instalada e o processamento cresceram, entre 2000 e 2017, a 3,8% ao ano, com uma capacidade ociosa de pelo menos 30%. Segundo Hirakuri e Lazzarotto (2014), múltiplos determinantes contribuem para essa ociosidade, entre eles: (i) a forte concorrência entre a indústria de processamento e empresas voltadas para o comércio exterior, o que, em determinados casos, implica no pagamento de ágio sobre o preço de exportação; (ii) os altos custos de financiamento, dificultando a formação de estoques de matéria-prima; e (iii) o superdimensionamento do maquinário em relação à oferta de matéria-prima.

No Brasil, a soja também é utilizada na indústria não alimentícia, aparecendo em produtos como: lubrificantes e graxas; detergentes; solventes e solventes industriais; xampus; sabonetes; nutrientes para cabelos; sabões especiais para limpeza de pele; produtos para higiene pessoal; protetores solares e loções de pele; antibióticos; substitutos para o couro; poliéster; tecidos especiais; aditivos para diesel; vernizes; polidores e cera automotivas; películas protetoras de concreto; tijolos; madeira; papel; materiais para móveis; velas especiais; componentes de carpetes; fluidos hidráulicos e dielétricos e para trabalhos com metal; óleo para motores e óleos industriais; removedores de sujeira; lavadores industriais; proteínas industriais; adjuvantes de pesticidas agrícolas; emulsificadores de óleo combustíveis; materiais para construção (suprimentos para concreto); isolantes; adesivos; plásticos; massa de vidraceiro; redutores de poeira e odores; tinta e componentes para impressão; produtos para tingimento; antiespumantes; pesticidas; anticorrosivos; materiais para calafetação; seladores; reagentes analíticos; creions para desenhar (DALL'AGNOL, 2008; CUNHA, 2020; 2015).

Diante do exposto da configuração do comércio exterior, a próxima seção apresentará a importância da taxa de câmbio para as exportações de soja do país.

## **A IMPORTÂNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NA CADEIA PRODUTIVA NA SOJA**

Na literatura corrente a taxa de câmbio e as políticas cambiais, que tem comprovadamente no processo de desenvolvimento econômico essencial atribuição, estão sempre em lugar amplo e emergem inúmeras formas de interpretações políticas e econômicas. Desta forma, o debate central possui duas questões precípuas: (1) qual seria a importância que a taxa de câmbio e suas políticas desempenham na dinâmica positiva ou negativa do crescimento econômico e da diferenciação de processos e produtos?; e (2) quais seriam as margens de manobras para um resultado efetivo, em economias emergentes, com medidas político-institucionais nas mudanças nas taxas cambiais para influenciar os termos de trocas internacionais visando políticas macroeconômicas nos períodos de atividades desaquecidas?

Diversos autores, entre eles: Gusman; Ocampo; Stiglitz (2018); Dao; Minoiu; Ostry (2017); Stiglitz; Greenwald (2014); Bresser-Pereira (2012); Marconi (2012); Rodrik (2013; 2008; 2007) comentam, teoricamente, sobre as políticas dos regimes cambiais



de caráter macroeconômico, sobretudo as economias de países em desenvolvimento nos últimos anos. Essas políticas, de modo geral, estão umbilicalmente ligadas ao balanço de pagamentos em associação a estabilidade do crescimento econômico. Assinalam, ainda, que as políticas de subvalorização ou supervalorização da taxa de câmbio em associação as intervenções monetárias e fiscais, nas economias de mercado, possuem, *mutatis mutandis*, fortes impactos no desempenho nos ciclos de expansão e contração no crescimento econômico das economias nacionais e nas vendas e compras externas.

Esses mesmos autores salientam que as taxas de câmbio podem exercer um papel de instrumento primordial para uma política industrial que atua na matização econômica. Ou seja, no longo prazo, fomentam os mais diversos setores das economias de países em desenvolvimento e conseqüentemente, potencializa o processo de crescimento econômico. Nesse enfoque, o propenso fomento do processo recai para novos segmentos com maior capacidade de absorção contínua e descontínua de inovações tecnológicas. Esses novos segmentos podem ser baseados nas vantagens comparativas naturais (em países emergentes) e produtos industriais e agroindustriais de alta tecnologia e serviços especializados (em economias recém industrializadas). No primeiro caso, encontram-se: Brasil; Argentina; Índia. No segundo, especialmente o leste asiático: China e Coréia do Sul, que possuem grande diversificação produtiva. Para mais, em países exportadores de mercadorias, os fluxos de capital derivados das vendas externas dinamizam o ciclo dos preços das *commodities*.

Na mesma linha da literatura supracitada, Chen; Rogoff (2002), Gala (2008), Chen; Dao (2011), Rapetti; Scott; Razmi (2012); Bresser; Oreiro; Marconi (2015); Barbosa; Jayme Jr.; Missio (2017); Missio et all. (2017), destacam: para países que tem algum segmento em situação de fronteira tecnológica, a taxa de câmbio é uma variável coadjuvante, uma vez que, a competitividade das empresas é maior através da diferenciação e especialização de produtos e/ou na escala de produção em vez de apreciação ou depreciação de mercadorias. Nessa visão, os setores com maiores inserções no mercado são aqueles de inovações tecnológicas avançadas e/ou aqueles que possuem vantagens comparativas naturais e mão-de-obra abundante na produção. Desse modo, as taxas de lucros são maiores nesses segmentos de alto conteúdo tecnológico e baixo conteúdo tecnológico, mas com agregação de valor.

Com isso, as atividades econômicas que possuem as maiores taxas de lucro, teoricamente, mesmo com as flutuações negativas do mercado, as variações em suas estruturas técnico-produtivas, o que gera instabilidades de custos e receitas, se prendem menos a austeridade e a sugestionabilidade de políticas econômicas de invenções. Os demais setores que arrecadam taxas de lucro menores, pois não possuem liquidez suficiente para manterem as taxas de lucro em tempos de desaquecimento da economia, são mais influenciáveis à ortodoxia de planejamento e investimentos.

Em função disso, haverá redução significativa, nos setores de menores lucros, da taxa de investimento. Assim, a estrutura produtiva da economia tende na direção das atividades com registros maiores nas taxas de lucro, no caso do Brasil, as cadeias produtivas dos agronegócios, especialmente a soja. Dessa maneira, em tempos de ciclo econômico

em fase de recessão, as estruturas técnico-produtivas brasileiras não se modificam e com isso não sofrem mudança na sua composição tecnológica. Pois, os setores que tem maiores investimentos são aqueles de maiores taxas de lucro, que são representados pelos agronegócios, com grande capacidade de produção e geração de emprego, porém com baixa adição valor e média complexidade tecnológica e econômica.

Além do mais, esses mesmos autores apontam algumas combinações, entre muitas, que poderiam causar desequilíbrios macroeconômicos com políticas cambiais não competitivas ou supervalorizadas: (i) impacto nos custos e receitas dos setores dinâmicos; (ii) a taxa de câmbio supervalorizada prejudica sobretudo a produção das empresas menos competitivas, pois (iii) privilegia os produtos e serviços importados, as empresas domésticas não conseguem ser competitivas, pois as compras externas tem preço mais em conta que os mesmos produtos nacionais; (iv) as empresas nacionais tem propensão a importar seus insumos devido ao baixo preço, por conseguinte, a intersectorização industrial se torna debilitada, ou seja, as cadeias produtivas nacionais não se tornam completas, logo, enfraquece o processo de industrialização; (v) tanto produtores como consumidores, no curto prazo, preferem os produtos importados de preço mais baixos tanto os comercializáveis e não comercializáveis. Contudo, à vista de tudo isso, o desbalanceamento dos setores industriais causaria redução nos níveis e na massa de empregos e salários.

Segundo Gusman; Ocampo; Stiglitz (2018) e Griffith-Jones; Ocampo, (2018) não se deve supervalorizar unicamente uma política de taxa de câmbio real competitiva para o caminho do desenvolvimento. Devem existir medidas político-institucionais que aumentam a elasticidade da oferta agregada, entre elas: (i) a concessão de crédito e a criação de bancos de desenvolvimento; (ii) investimentos públicos, inclusive para infraestrutura; (iii) promoção de setores inovadores; (iv) valorização de empresas associadas à proteção ambiental e ao combate às mudanças climáticas; (v) investimentos em educação, pesquisa e desenvolvimento; (vi) investimentos em capital humano para o aumento da produtividade do trabalho e treinamento qualificado para mão-de-obra. Tudo isso deve ser um elemento essencial do plano de desenvolvimento integral. Ademais, ainda salientam em aumentar os impostos sobre a produção e exportação das *commodities* como forma de carregamento de parte dos lucros para setores subinvestidos<sup>10</sup>.

Tudo isso posto até aqui, só tem-se uma não concordância com a literatura citada acima. O ponto de desafinação é nas vantagens comparativas naturais. Como já foi demonstrado, especialmente em seções anteriores, a indústria é para agricultura uma fornecedora de tecnologia para as inovações nas atividades agrárias. Com incorporação de tecnologia no campo, foi possível o aumento da divisão do trabalho, o que proporcionou trabalhadores braçais e trabalhadores qualificados, especializações dos instrumentos e ferramentas.

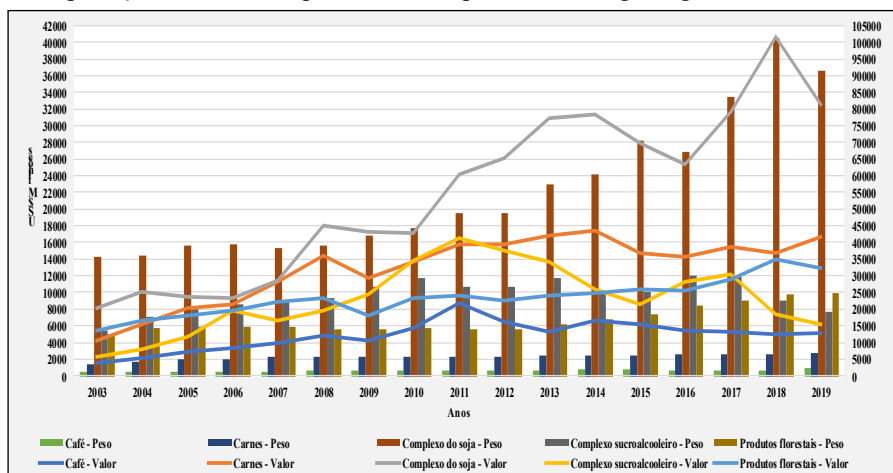
Consequentemente, a agricultura é para a indústria uma solicitante de inovações em produto que passam a ser inovações em processo nas atividades agrícolas. As tecnologias utilizadas nas diversas atividades da agricultura no Brasil estabeleceram novas concepções e geraram cadeias produtivas que não são mais elucidadas pela velha bifurcação campo-cidade (rural e urbano)<sup>11</sup>. Isso gerou uma estrutura técnico-produtiva com várias cadeias que produzem bens menos processados e mais processados com elevado grau de valor

agregado, que alteraram os hábitos de consumo da população brasileira. A intensa modernização dessas cadeias produtivas possibilitou ao Brasil ser um dos mais dinâmicos produtores e exportadores de carne e soja do agronegócio mundial. Portanto, ao contrário de vantagens comparativas naturais, sem embargo da argumentação referenciada, o termo mais adequado é: vantagens competitivas agroindustriais.

Alinhado essa particularidade, coloca-se em evidência alguns trabalhos empíricos que comprovaram as questões teóricas percorridas a pouco, nomeadamente, as cadeias dos agronegócios. Entre muitos: Cavalcanti; Ribeiro (1998), Kannebley Junior (2002), Silva e Maia (2003), Ramalho; Targino (2004); Holland e Marçal (2010), Bender Filho; Zamberlan; Scalco (2010), Monte (2015), Braga; Oliveira (2018) atestaram que a taxa de câmbio não tem um efeito deformado sobre os setores, as classes e as categorias dos produtos e serviços dos agronegócios. E mais, que as exportações para os produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados das cadeias produtivas dos agronegócios do Brasil dependem, principalmente, das condições de demanda do mercado internacional, tais como: renda mundial e preços dos produtos exportados. Ou seja, dependem basicamente da demanda chinesa, no caso da soja, e outros países e do ciclo de preços supervalorizados das *commodities* internacionais.

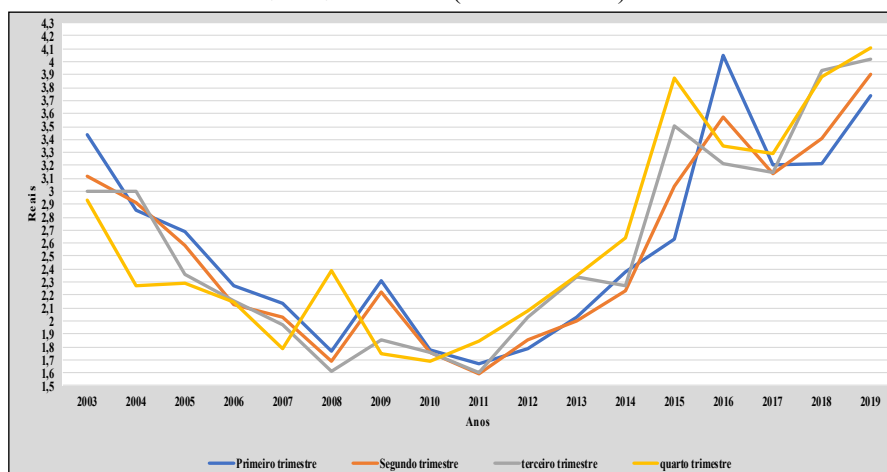
No caso específico da cadeia produtiva da soja, além constatações apresentadas, há uma desentonação em relação as pesquisas empíricas mencionadas. Nos gráficos de 05 a 07 percebe-se que, entre 2003 e 2019: (i) as receitas das vendas externas saíram de US\$ 8,1 bilhões para US\$ 32,6 bilhões (crescimento de 4,02 vezes). E o volume passou de 35,9 milhões para 91,7 milhões de toneladas exportadas (cresceu 2,6 vezes); (ii) a taxa de câmbio só retornou a um estágio competitivo nos últimos dois trimestres de 2019, uma vez que, o Real permaneceu supervalorizados desde 2006). Entre o maior (terceiro trimestre de 2011) e menor (quarto trimestre de 2019) valor do Real em relação ao Dólar americano está na razão de 2,56; (iii) o pináculo do ciclo dos preços internacionais da soja foi entre o quarto trimestre de 2007 e o segundo trimestre de 2014, o que proporcionou uma elevação dos preços dessa *commodity* agrícola de 47,2%. Porém, isso foi apenas uma consequência de recuperação dos preços defasados em três décadas.

**Gráfico 5.** Exportações em valor e quantidade dos produtos dos agronegócios do Brasil – 2003-2019



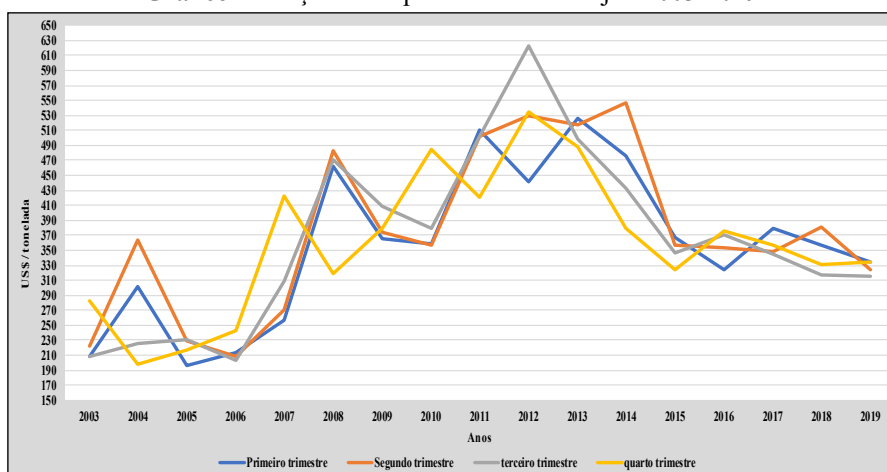
Fonte: Brasil (2021).

**Gráfico 6.** Taxa de câmbio R\$/US\$ comercial (valor de venda) média trimestral – 2003-2019.



Fonte: BCB (2021).

**Gráfico 7.** Preço médio por trimestre da soja - 2003-2019.



Fonte: IMF (2021).

Portanto, não é impossível afirmar que, apesar da taxa de câmbio ter uma sensível capacidade de alterar a composição das exportações de alguns produtos, sobretudo agroindustrializados, e tanto a demanda de mercados exteriores como preços internacionalizados terem importância relativa nas receitas das vendas externas, a expansão das exportações da cadeia produtiva da soja está mais relacionada com a oferta interna, uma vez que, o Brasil promoveu a total integração entre a agricultura e a indústria que forjou segmentos ultra modernos para a cultura da soja de montante a jusante.

## CONCLUSÃO

À vista do exposto, conclui-se:

- (i) Além de um grande produtor mundial de produtos de soja, o Brasil é um dos principais *players* no comércio internacional. Esse desempenho é associado à recuperação econômica

global, às taxas de juros baixas no mundo e ao crescimento econômico da China. A demanda externa da China tem um papel significativo no desempenho do comércio exterior dos agronegócios brasileiros. Isso significa, que os mercados tradicionais, como União Europeia, Estados Unidos e Argentina, vêm perdendo espaço para a Ásia. Em contrapartida, vem aumentando a participação de países como Indonésia, Malásia e Vietnã. Da mesma forma, aumentou a participação de países do Oriente Médio e África.

(ii) A cadeia produtiva da soja foi imprescindível para a não deterioração do saldo da balança comercial brasileira nos últimos anos. Mesmo a China liderando o mercado exportador brasileiro, não se pode afirmar ex-abrupto que a expansão da cadeia da soja, como é corrente na literatura contemporânea, deu-se somente por esse estímulo.

(iii) Não é impossível afirmar que, a expansão das exportações da cadeia produtiva da soja está mais relacionada com a oferta interna, uma vez que, o Brasil promoveu a total integração entre a agricultura e a indústria que forjou segmentos ultra modernos para a cultura da soja de montante a jusante. Não é necessário esquecer: o comportamento da taxa de câmbio (supervalorizado ou subvalorizado) não deprime, em grau significativo, as exportações de grãos de soja. Pois, não é uma desfuncionalização a oferta interna ser mais relevante que a demanda externa.

## NOTAS

3 Rangel (2005) advertia também, que não poderíamos dar prioridade a qualquer um tipo de agricultura moderna, pois, dependendo das condições concretas, o interessante era estudar cada um deles. Salientava que o processo de submissão do campo ao capital aumenta a divisão técnica e social do trabalho e como consequência aumenta verticalmente, não só, a produtividade da terra, mas também, a produtividade do trabalho. O aumento da produtividade do trabalho tem tendência à queda da produtividade por unidade de área. Ou seja, desaparecem os produtos destinados ao autoconsumo do camponês, o que leva à especialização produtiva, que é uma característica da superioridade da grande produção capitalista. Porém, não significa dizer que essa submissão do campo ao capital esteja completamente realizada. O triunfo da grande produção ocorreu mais velozmente em algumas regiões e em alguns setores e produtos. Houve uma desarmonia entre regiões, setores e produtos da agricultura brasileira. Exemplo disso, entre outras, há duas estruturas gerais da agricultura moderna no Brasil: as cadeias de grãos e fibras (intensivas em capital, grandes propriedades, uniformidade nos produtos e etc.); e as cadeias de frutas, legumes e verduras (menor relação capital-trabalho, pequenas propriedades, maior valor unitário do produto, diferenciação nos produtos, rastreabilidade, certificação de origem e etc.). O exemplo demonstra ser essencial para a agricultura discutir e absorver as dinâmicas distintas entre os padrões gerais da agricultura moderna, dentro de cada peculiaridade regional e setorial. De modo que seja efetivada tanto as necessidades históricas como as possibilidades reais para o desenvolvimento nacional. E essa efetivação não se mostra muito simples. A técnica, a ser usada na produção de menor relação capital-trabalho é bem diferente, e

geralmente os agricultores não têm bom nível de qualificação. É necessário que o produtor aplique os métodos da agricultura intensiva. Pois os usos de fertilizantes, de defensivos, de irrigação e de muito trabalho manual são inexoráveis. Portanto, é preciso ter visão de conjunto, de totalidade em uma heterogeneidade produtiva agrícola. Por isso, os dados sobre insumos, tecnologia, maquinários, mão-de-obra e etc. são no conjunto da agricultura brasileira, sobretudo das cadeias produtivas de grãos e fibras, onde a soja é dominante.

4 Ver Klein; Luna (2020) sobre as contradições da agricultura brasileira contemporânea.

5 Bandeira (2021) faz um bom arrazoado sobre as medidas neoliberais adotadas no escopo da economia nacional e setorial dos agronegócios. Não é nem de longe tão comum, contudo, que essas medidas não foram impeditivas do Brasil se consolidar um grande player no mercado internacional de commodities agrícolas.

6 Enquanto entre 2000-2008, o PIB da economia mundial cresceu em média 4,1%, o PIB da China aumentou a taxas de 10,4%. Já entre 2009-2011, o PIB mundial cresceu a 2,8% e o chinês apresentou uma taxa de 9,7% (IMF, 2013). Esse crescimento passou a demandar commodities alimentares, energéticas e minerais. Em 2015, a China consumiu aproximadamente 54% da produção global de alumínio, 50% de níquel e 46% da produção global de zinco. No tocante às commodities agrícolas, apesar de o consumo ser menor (algodão 31%, arroz 30% e milho 22%), os valores continuam bastante significativos e com impactos positivos para os países exportadores de commodities internacionais (MANZI, 2016, p. 37). A China cresceu suas importações de US\$ 35 bilhões, em 2005, para US\$ 148 bilhões, em 2017, aumentando a sua participação nas importações mundiais de 4% para 10%. Entre 2005 e 2017, as suas importações cresceram a uma taxa anualizada de 12% ao ano, contra um aumento de 2% ao ano da União Europeia, 5% dos EUA e 1% do Japão (JANK, 2018).

7 De acordo com Silva; Correa (2009), a crise hipotecária americana, em 2007, promoveu uma fuga de capitais para aplicações em mercados internacionais de commodities. Outros fatores ainda explicam a elevação dos preços. Dentre eles, destacam-se: (1) os efeitos climáticos a partir de 2002, com o El niño, que afetou alguns produtos, como café, soja e açúcar (PRATES, 2007); e (2) a necessidade de reajustes dos preços das commodities por causa da elevação dos custos produtivos (BLACK, 2013). A crise de 2008 promove uma queda dos preços dos ativos associados as commodities até 2009. A recuperação dos preços das commodities até 2012 “é explicada pela injeção de liquidez que os bancos centrais das principais economias, como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Japão e Dinamarca, fizeram com o intuito de salvar suas economias e seus sistemas financeiros. Parte significativa dos recursos injetados encontraram melhores oportunidades de valorização em ativos financeiros associados a commodities e a moedas de países emergentes. Com isso, as cotações de várias commodities agrícolas registram novos picos históricos entre 2011 e 2012” (SERIGATI; POSSAMAI, 2015, p. 17).

8 Com a evolução nacional da produção e o consumo mundial de farelo de soja, as transnacionais do agronegócio expandiram suas operações para diferentes regiões do Brasil, a partir da década de 1990. Nesse cenário, em meados da década de 2000, Bunge, Cargill, ADM e Louis Dreyfus chegaram a ser responsáveis por 60% do esmagamento mundial da

soja e estão entre as 10 principais empresas exportadoras dos produtos derivados da soja (HIRAKURI; LAZZAROTTO, 2014). Porém, a sólida expansão global do agronegócio da soja permitiu que grupos nacionais pudessem entrar no jogo, instalarem agroindústrias em seus países e obterem parcela considerável de mercado, inclusive nos âmbitos interno e externo. Por exemplo, players de capitais nacionais têm aumentado suas exportações e alcançado cada vez mais representatividade no comércio internacional, como é o caso do Grupo A. Maggi (18ª posição), da COAMO - Cooperativa Agroindustrial (33ª posição), da Caramuru Alimentos (54ª posição) e da Granol (77ª posição). Ver mais detalhes em Hirakuri e Lazzarotto (2014).

9 Esses instrumentos fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) do Ministério da Agricultura. Aquisição do Governo Federal (AGF) - instrumento de garantia do preço mínimo ao produtor rural e suas cooperativas, mediante a compra da produção. Prêmio Para Escoamento de Produto (PEP) - instrumento de garantia do preço mínimo ao produtor, sem aquisição, por meio do pagamento de diferença entre os preços mínimos e de mercado. O pagamento é feito ao comprador, que deverá comprovar a remuneração ao produtor do preço mínimo. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) - o pagamento é feito ao produtor rural ou a suas cooperativas. Contrato Privado de Opção de Venda (PROP) - similar ao contrato de opção público, mas o lançamento é feito pela iniciativa privada com a concessão, pelo governo, de um prêmio de risco, expresso em reais, para cobrir eventual diferença entre o preço de mercado e o de exercício (BRASIL, 2014).

10 Ocampo (2015) e Gusman; Ocampo; Stiglitz (2018) assinalam que existem, também, outras formas de instrumentos para políticas macroeconômicas para manter uma taxa de câmbio real competitiva, são chamadas de regulamentos da conta de capital e intervenções complementares nos mercados de câmbio. Esses instrumentos podem simultaneamente melhorar a estabilidade macroeconômica e financeira, e essa própria estabilidade pode promover o desenvolvimento e a complexidade da estrutura produtiva. E essas intervenções e instrumentos precisam ser usados em combinação e em coordenação entre si e com uma série de outros instrumentos monetários, macroeconômicos e micro-instrumentos, incluindo, principalmente, políticas industriais. Essas medidas político-institucionais têm caráter conjuntural na estrutura industrial brasileira. Entretanto, Rangel (2005) comenta “que, no corpo do organismo econômico nacional acumulam-se excedentes atuais ou potenciais de recursos para investir, em certo grupo de atividades, ao passo que, simultaneamente, noutro grupo de atividades persista aguda escassez dos mesmos recursos. no organismo econômico nacional configura-se um pólo de ociosidade, concomitante mente com outro pólo de antiociosidade. Essa concomitância de excedentes econômicos e de escassez, no seio do mesmo organismo econômico, é a chave para a solução de numerosos problemas, verdadeiros quebra-cabeças ou charadas. Por outras palavras, embora a demanda global espontaneamente resultante do esquema nacional de distribuição da renda não seja de molde a induzir uma taxa de formação de capital à altura das forças produtivas já criadas, a maneira como, setorialmente, manifestam-se a capacidade ociosa e a anticapacidade ociosa — vale dizer, respectivamente, áreas de super e subinvestimento, de superprodução e de pontos de estrangulamento — tem tido,

objetivamente, o efeito de induzir surtos periódicos de intensificação da formação de capital, alternando-se com períodos depressivos”.

11 “Quanto mais capitalista se torna a agricultura, tanto maior é a diferença qualitativa que se estabelece entre a técnica da pequena e da grande produção. Na agricultura pré-capitalista inexistia tal diferença qualitativa” (LÊNIN, 1981, p. 93). “A superioridade da agricultura em grande escala não apenas consiste em uma menor perda de superfícies cultiváveis, na economia de gado de trabalho e apetrechos de lavrar, no mais pleno aproveitamento de ambos, em maiores possibilidades de utilizar máquinas, num maior acesso ao crédito, mas também na superioridade comercial das grandes explorações e no emprego por elas de administradores dotados de uma preparação científica. A agricultura baseada em grandes fazendas recorre em medida maior à preparação agrônômica, científica da agricultura” (LÊNIN, 1981, p. 97). Assim, assinala Lênin (1982, p. 148-149), a significação desse processo de emprego de máquinas tem consequências econômicas e sociais, entre elas: (i) o investimentos nas máquinas só se amortiza sob um volume grande do produto manufaturado, com isso a necessidade da ampliação e concentração da produção; (ii) essa concentração implica a cooperação dos operários assalariados; (iii) cria um mercado interno para o capitalismo, um mercado de meios de produção (insumos e materiais para indústria mecânica) e um mercado de mão de obra (substituição da renda trabalho e renda dinheiro pelo trabalho assalariado livre).

## REFERÊNCIAS

- ABIOVE. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. **Estatísticas**. 2021. Disponível em: <<https://abiove.org.br/estatisticas/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- AEB. Associação de Comércio Exterior do Brasil. **Radiografia do comércio exterior brasileiro: passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro: 2012.
- APEX. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. As exportações brasileiras e os ciclos de commodities: tendências recentes e perspectivas. In: **Análise Apex-Brasil: conjuntura e estratégias**. Brasília: 2011.
- BANDEIRA, J. L. **A Dinâmica geoconômica do setor de genética vegetal no Brasil: os casos de milho, soja e trigo**. 2021. 230 f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- BARBOSA, L.; GONZAGA, F.; MISSIO, F.; Determinants of The Real Exchange Rate in The Long-Run for Developing and Emerging Countries: a theoretical and empirical approach. **International Review of Applied Economics**, v. 32, n. 1, p. 62-83, 2017.
- BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e Finanças: séries temporais**. 2021. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?met hod=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BENDER FILHO, R.; ZAMBERLAN, C.O.; SCALCO, P.R. Os efeitos da taxa de câmbio sobre as exportações brasileiras dos complexos soja e carnes. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48, Campo Grande. **Anais eletrônicos**. Juiz de Fora, 2010.



- BLACK, C. Eventos relacionados ao superciclo de preços das commodities no século XXI. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 40, n. 2, Porto Alegre, 2013. p. 67-78.
- BRAGA, F. L. P.; OLIVEIRA, A. C. S. A influência da taxa de câmbio e renda mundial sobre as exportações brasileiras de soja (2000-2015). **RESR**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 4, p. 663-680, 2018.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro**. 2021. Disponível em: <agrostat.agricultura.gov.br/>. Acesso em: 27 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrumentos de apoio à comercialização**. Brasília: MAPA, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J.; MARCONI, N. **Developmental Macroeconomics: New Developmentalism as a Growth Strategy**. London: Routledge, 2015.
- CAVALCANTI, M. A. F. H.; RIBEIRO, M. A. As exportações no período 1977/96: desempenho e determinantes. **Texto para Discussão**, 545, Brasília: Ipea, 1998.
- CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Impulsionado por ramo agrícola, PIB cresce 4,48% em 2016**. 2017. Disponível em: <cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-impulsionado-por-ramo-agricola-pib-cresce-4-48-em-2016.aspx>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio brasileiro**. 2019. Disponível em: < https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- CHEN, R.; M. D. The real exchange rate and employment in China. **IMF Working Paper**, n. 11/148, Washington, DC: International Monetary Fund. 2011.
- CHEN, Y. C.; ROGOFF, K. Commodity currency and empirical exchange rate Puzzles. **IMF Working Paper**, n. 02/27. 2002.
- CUNHA, R. C. C. **A geoeconomia da cadeia produtiva da soja no Brasil**. 2020. 313 f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- CUNHA, R. C. C. **Gênese e dinâmica da cadeia produtiva da soja no Sul do Maranhão**. 2015. 221f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- DALL' AGNOL, A. **Soja: o fenômeno brasileiro**. Londrina: Embrapa, 2008.
- ESPÍNDOLA, C. J. **As Agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. São Paulo: Grifos, 1999.
- ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. **Os agronegócios no desenvolvimento econômico brasileiro: uma leitura da dinâmica contemporânea da cadeia produtiva da soja**. Geousp, São Paulo, 2021. (No prelo).
- ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. Os agronegócios no desenvolvimento econômico brasileiro. In. ALMADA, J., PAULA, L. F. de; JABBOUR, E. M. K. (Orgs). **Repensar o Brasil**. Rio de Janeiro: AMFG, 2020, p. 371-402.

- ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva de soja no Brasil e no Mundo. **Geotextos**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 217-238, jan. 2015.
- DAO, M.; MINOIU, C.; OSTRY, J. Corporate Investment and the Real Exchange Rate. **IMF Working Paper**, WP/17/183, 2017.
- GALA, P. Real exchange rate levels and economic development: theoretical analysis and econometric evidence. **Cambridge Journal of Economics**, v. 32, n. 1, p. 273–88, 2008.
- GUZMAN, M. OCAMPO, A. J.; STIGLITZ, J. Real exchange rate policies for economic development. **World Development**, v. 110, p. 51 –62, 2018.
- HOLLAND, M.; MARÇAL, E. **Taxa de câmbio e exportações**. São Paulo: Valor Econômico 08/02/2010. Disponível em: <<http://jlcoreiro.wordpress.com/2010/02/08/taxade-cambio-e-exportacoes-valor-economico-08022010>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- HIRAKURI, M. H.; LAZZAROTTO, J. J. O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro. In: **Documentos Embrapa**, Londrina, n. 349, 2014.
- IMF. International Monetary Fund. **World Economic**. 2013. Disponível em :< <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/01/weodata/index.aspx>>: Acesso em: 21 jun. 2021.
- IMF. International Monetary Fund. **Commodity prices**. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Research/commodity-prices>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- JANK, M. S. **Competitividade internacional do agronegócio brasileiro: visão estratégica e políticas públicas**. Rio de Janeiro: CEBRI, 2018. Versão preliminar.
- JANK, M. S. **Entendendo a queda de preços das commodities**. 2013. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,entendendo-a-queda-de-preco-das-commodities-imp-,1066204>>. Acesso em: 5 jun. 2021.
- KANNEBLEY JUNIOR, S. Desempenho Exportador Brasileiro Recente e Taxa de Câmbio Real: uma Análise Setorial. Rio de Janeiro: **RBE**, v. 56, n. 3, p.429-456, 2002.
- KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. **Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil**. São Paulo: FGV Editora, 2020.
- MANZI, R. H. D. O fim do superciclo das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v.13 n.1, p.36 - 43, 2016.
- MARANHÃO, R. L. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Inserção internacional do agronegócio brasileiro. **Texto para Discussão**. n. 2318. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- MARCONI, N. The industrial equilibrium exchange rate in Brazil: an estimation. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 32, n. 4, p. 656-669, 2012.
- MATOS, M. A., NINAUT, E. S.; SALVI, J. V. Crise financeira internacional e as suas influências no agronegócio brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, n. 4, p. 37-48, 2009.
- MISSIO, F.; GONZAGA, F.; BRITTO, G.; OEIRO, J. Real Exchange Rate and the Endogeneity of Income Elasticities: theoretical aspects and empirical evidence, In 21st FMM Conference, Berlin. **Anais da 21st FMM Conference**, 2017.
- MONTE, E. Z. Influência da Taxa de Câmbio e da Renda Mundial nas Exportações do Estado do Espírito Santo. **Análise Econômica**, v. 63, n. 33, 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/31840>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

- NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. **A falácia da doença holandesa no Brasil**. São Paulo: Icone, 2006.
- PRATES, D. M. A alta recente dos preços das commodities. **Revista de Economia Política**, São Paulo: v. 27, n. 3, p. 323-344, 2007.
- RAMALHO, H. M. de B. e TARGINO, I. A evolução das exportações brasileiras de cacau: uma análise do período 1950-2000. In: MOUTINHO, L. M. G. (Org.). **Recortes setoriais da economia nordestina**. Fortaleza: CAEN; Banco do Nordeste do Brasil, 2004.
- RANGEL, I. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005. v. 1 e 2.
- RAPETTI, M.; SCOTT, P.; RAMZI, A. The Real Exchange Rate and Economic Development. **Structural Change and Economic Dynamics**. v. 23, n. 2, p. 151–169, 2012.
- RODRIK, D. **One economics, many recipes**: Globalization, institutions and economic growth. Princeton: Princeton University Press. 2007.
- RODRIK, D. **The past, present and future of economic growth Working**. Paper 1. Geneva: Global Citizen Foundation. 2013.
- RODRIK, D. The real exchange rate and economic growth. **Brookings Papers on Economic Activity**, v. 2, p. 365–412, 2008.
- SERIGATTI, F., POSSAMAI, R. Ciclos de Kondratieff e o agronegócio brasileiro: a importância da conjuntura externa para o crescimento do setor entre 2000 e 2015. In: **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. VEIRA FILHO, et. Al. (Org.) Brasília: Ipea, 2016. p.251-279.
- SILVA, E. K. e MAIA, S. F. As exportações brasileiras de café (1961-2001): uma análise usando vetores autoregressivos. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 41, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos**. Juiz de Fora, 2003.
- STIGLITZ, J. E.; GREENWALD, B. C. **Creating a learning society**: A new approach to growth, development, and social progress. New York: Columbia University Press. 2014.
- USDA. United States. Department of Agriculture. **Market and trade data**. 2021. Disponível em: <<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/home>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- WARNKEN, P. O futuro da soja no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 9, n. 02, p. 54-64, 2001.

---

# A GEOECONOMIA DA CRISE PÓS 2008: FINANCEIRIZAÇÃO, TECNOLOGIA E GEOPOLÍTICA

THE POST-2008 GEOECONOMY: FINANCIALIZATION,  
TECHNOLOGY AND GEOPOLITICS

LA GEOECONOMÍA POST-2008: FINANCIARIZACIÓN,  
TECNOLOGÍA Y GEOPOLÍTICA

Fernando dos Santos Sampaio<sup>1</sup>

Marlon Clovis Medeiros<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo do artigo é discutir as causas e consequências geopolíticas da crise de 2008, a partir da teoria dos ciclos econômicos. Argumenta-se que há três grandes processos para se explicar a crise numa visão mais ampla: a questão da financeirização, a questão tecnológica-industrial e a questão geopolítica. As políticas adotadas pelos países centrais desde os anos 1970 levaram à prioridade do capital financeiro, causando estagnação de inovações radicais e desindustrialização nos países centrais, com crescimento industrial do leste asiático. A desregulamentação e internacionalização do capital nos anos 1990, levaram a inúmeras crises financeiras, que culminaram na crise de 2008. Na sequência, os países centrais ampliam a pressão sobre os países periféricos, buscando novos campos de investimento para amenizar a crise e manter a hegemonia. A persistência da crise vem gerando busca por inovações radicais que abram novos setores para investimentos.

**Palavras-chave:** Geografia econômica. Crise de 2008. Ciclos econômicos. Geopolítica.

**ABSTRACT:** The article aims to discuss the causes and geopolitical consequences of the 2008 crisis, based on the theory of business cycles. It is argued that there are three major processes to explain the crisis in a deeper view: financialization, the technological-industrial issue and global geopolitics. The policies adopted by the central countries since the 1970s led to the priority of financial capital, causing stagnation of radical innovations and deindustrialization in the central countries, with industrial growth in East Asia. The deregulation and internationalization of capital in the 1990s led to numerous financial

---

<sup>1</sup> Doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão-PR, Brasil. Orientador de mestrado e doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIOESTE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4683-0221>. E-mail: fssampa@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão-PR, Brasil. Orientador de mestrado e doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIOESTE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4648-6662>. E-mail: marlonmedeiros@hotmail.com.

crises, culminating in the 2008 crisis. Subsequently, the central countries increased the pressure on the peripheral countries, seeking new fields of investment and the maintenance of hegemony. The persistence of the crisis has generated a search for radical innovations that open new sectors for investment.

**Keywords:** Economic geography. 2008 crisis. business cycles. Geopolitics.

**RESUMEN:** El objetivo del artículo es discutir las causas y consecuencias geopolíticas de la crisis de 2008, desde la teoría de los ciclos económicos. Se argumenta que hay tres procesos principales para explicar la crisis en una visión más profunda: la financiarización, la cuestión tecnológico-industrial y la geopolítica global. Las políticas adoptadas por los países centrales a partir de los años setenta condujeron a la prioridad del capital financiero, provocando el estancamiento de las innovaciones radicales y la desindustrialización en los países centrales, con un crecimiento industrial en Asia oriental. La desregulación y la internacionalización del capital en la década de 1990 provocaron numerosas crisis financieras, que culminaron en la de 2008. Posteriormente, los países centrales aumentaron la presión sobre los países periféricos, buscando nuevos campos de inversión y el mantenimiento de la hegemonía. La persistencia de la crisis ha generado una búsqueda de innovaciones radicales que abran nuevos sectores a la inversión.

**Palabras clave:** Geografía económica. Crisis de 2008. Ciclos económicos. Geopolítica.

## INTRODUÇÃO

O tema das crises econômicas voltou ao centro dos debates desde 2008. O impacto desta crise foi comparado à grande depressão de 1929 pelo seu alcance internacional e por afetar de maneira mais direta e intensa os países mais ricos. As interpretações mais conhecidas se dividem em dois grupos: o primeiro, de base liberal, aponta a crise como um acidente, originado de incentivos exagerados para a alavancagem pelas grandes empresas e pela ação de seus gestores; o segundo, de base keynesiana ou desenvolvimentista, apontou as origens da crise no processo de desregulamentação financeira que levou à de acumulação de capital centrada nas atividades especulativas<sup>3</sup>.

O presente trabalho utiliza a matriz explicativa do processo cíclico de acumulação de capital no qual se sucedem os períodos de ascensão e os períodos depressivos como parte dos próprios mecanismos de desenvolvimento. Os ciclos longos ou de Kondratieff marcam a dinâmica da economia mundial. Os ciclos são **oscilações** em conjunto das atividades econômicas, a partir da revolução industrial (séc. XVIII) incluindo: Produção e vendas, preços, investimentos, lucros e salários. Os ciclos longos possuem caráter tecno-econômico, ligados à criação e destruição de padrões tecnológicos e ocorrência de revoluções industriais. Os ciclos médios, por outro lado, possuem manifestação nacional, ocasionados por políticas econômicas, por expansão ou crise de mercados e setores industriais específicos.

Portanto, as crises não são acidentes, mas parte componente, intrínseca e inseparável do mecanismo de acumulação (RANGEL, 2005; MAMIGONIAN, 2005; entre outros)<sup>4</sup>. Conhecido o mecanismo das crises, os Estados centrais buscam estratégias de superação, para início de um novo processo de crescimento. A volta do crescimento, no entanto, nem sempre se dá nas nações até então hegemônicas, o que faz com que economia e geopolítica se tornem um só processo.

Argumenta-se aqui que a crise de 2008 tem suas raízes na longa crise iniciada nos anos 1970 a “crise do petróleo”, que amenizou os efeitos da fase depressiva do ciclo, mas não eliminou o mecanismo de sua formação. As medidas financeiras adotadas a partir de então pelos países ricos criaram um conjunto de políticas econômicas centradas no capital financeiro, colocando a indústria em segundo plano e adiando uma nova onda de inovações radicais que poderiam gerar um novo ciclo de crescimento econômico. Nos anos 1990 esse processo se amplia com a abertura econômica de inúmeros países e o intenso crescimento dos investimentos estrangeiros diretos oriundos especialmente dos Estados Unidos e da União Europeia. A sequência de crises nacionais e bolhas financeiras culmina com a crise de 2008, que traz dois grandes efeitos: por um lado deixa claro que surgiu uma nova geografia econômica mundial, na qual o Leste asiático se tornou a principal região produtiva-industrial, e por outro fortaleceu os questionamentos às políticas econômicas adotadas há décadas sob o nome de “neoliberalismo”.

As mudanças econômicas se relacionam diretamente à geopolítica mundial, colocando em xeque a hegemonia norte-americana, reascendendo as tensões oriente-ocidente e trazendo para o centro das preocupações os investimentos em novas tecnologias que podem gerar uma revolução industrial.

Nos países desenvolvidos, a luta contra a crise econômica é a luta pela hegemonia mundial, enquanto nos países subdesenvolvidos busca-se o estabelecimento de outra hegemonia. A crise e as soluções correspondentes afetam a geografia econômica mundial. Assim, discute-se os três aspectos centrais para o entendimento das características da crise de 2008: a financeirização, a questão tecnológica e as ações geopolíticas.

## **A FINANCEIRIZAÇÃO E O LONGO PROCESSO DA CRISE**

A financeirização é entendida aqui como o processo de domínio do capital financeiro sobre os demais setores, impulsionado pelos Estados Unidos desde os anos de 1970. Este processo, por um lado, freou os efeitos da crise do petróleo, e por outro, possibilitou a expansão externa da economia norte-americana pela via financeira. Isto operou uma mudança do eixo de desenvolvimento, que está na base dos processos seguintes de liberalização do fluxo de capitais em inúmeros países, de bolhas financeiras nos anos 1990 e posteriormente da crise de 2008.

O escopo de uma crise está diretamente ligado ao grau de integração das economias nacionais. Para uma análise consistente não é possível separar a manifestação fenomênica de uma crise de seus desdobramentos. A “crise de 1929”, com suas consequências, levou

à eclosão da 2ª Guerra Mundial que colocou os países centrais do capitalismo diretamente envolvidos com a Guerra. A “quebra da bolsa de Nova Iorque” não representou nada se não considerarmos seus desdobramentos, entre eles a adoção do fordismo como modelo de acumulação, o Welfare State, a 2ª Guerra etc. Da mesma forma também não podemos entender a crise apenas por sua aparência momentânea, mas buscar suas causas mais profundas.

Dessa forma a explicação da crise econômica internacional atual não deve ser buscada isoladamente no mercado imobiliário e acionário dos Estados Unidos em 2008. A crise é consequência de um longo processo de reestruturação econômica em resposta à fase b do 4º ciclo de Kondratieff, marcado pela crise do petróleo de 1973.

Como estratégia da retomada hegemônica, os EUA impuseram uma série de medidas financeiras ao resto do mundo, rompendo com o acordo de Breton Woods e levando a desregulamentação financeira iniciada nos anos 1980 e radicalizada nos 1990. Com a crise do petróleo os EUA deixam de priorizar o setor industrial no mercado interno. A crescente produção industrial dos países asiáticos garantiu o abastecimento dos Estados Unidos e da Europa dos mais variados produtos, livrando estes de parte da responsabilidade na questão energética para a produção industrial.

As baixas taxas de crescimento dos setores produtivos nos países avançados e a redução destes como parcela do PIB desde a década de 1960 levaram ao paulatino crescimento do setor de serviços e da esfera financeira. Nos Estados Unidos, a produção industrial como parcela do PIB cai continuamente desde 1970, quando representava 35,2% até atingir o limite mais baixo em 2009 com 20,2% do PIB<sup>5</sup>. Já o setor de serviços, que representava 61,2% do PIB em 1970, cresce continuamente até 78,7% em 2009<sup>6</sup>.

Dois reflexos importantes da queda de participação do setor industrial na economia são o aumento substancial de importações e a queda na participação mundial das exportações. As importações de mercadorias e serviços que representavam pouco mais de 5% do PIB dos Estados Unidos nos anos 1970, crescem continuamente nas décadas seguintes, atingindo 16 a 17% nos anos 2000<sup>7</sup>. As exportações de produtos de alta tecnologia pelos Estados Unidos que representavam 33% do total das exportações em 1990 caem continuamente até chegar a 17,7% em 2012<sup>8</sup>. Nos anos seguintes se recuperam timidamente chegando a 19% em 2015.

EUA e Europa concentraram-se em economias de serviços com altos salários e no crescimento pela via financeira. A dívida do governo central norte-americano, que não chegava a 40% nos anos 1980, cresce nas décadas seguintes, especialmente após 2008, atingindo 98% do PIB em 2015, e se mantendo nestes patamares<sup>9</sup>. O país cobre os constantes déficits comerciais com superávits financeiros crescentes, pela entrada líquida de investimentos diretos estrangeiros em alta desde metade dos anos 1990, como se observa no Gráfico 1.

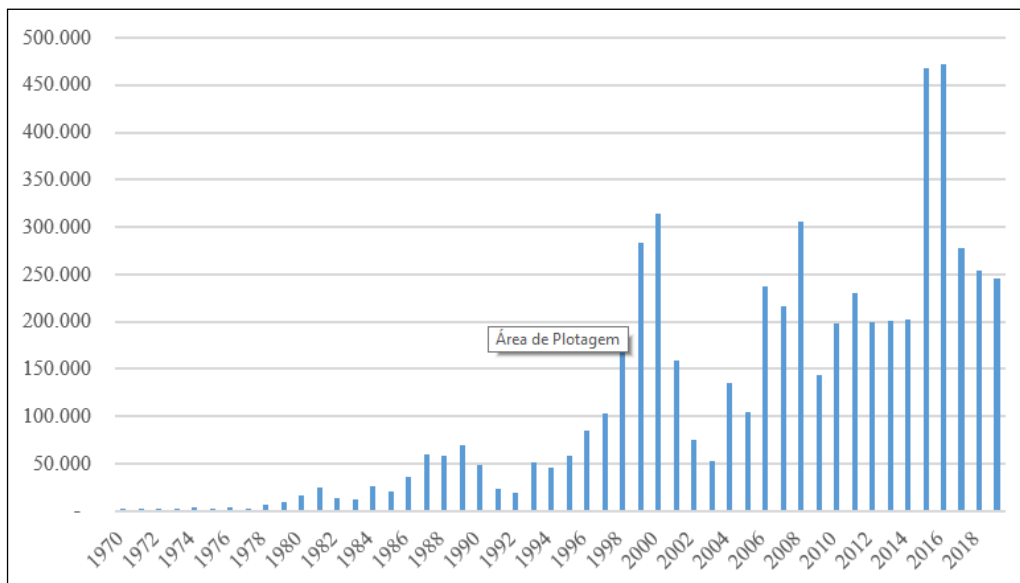
Como apontou Belluzzo (2013, p. 33 e 34):

A combinação entre baixa inflação e excessiva elasticidade do sistema financeiro promoveu a intensificação dos movimentos de capitais de portfólio e acentuou o caráter pró-cíclico da oferta de crédito nos “desenvolvidos consumidores”.

Depois da crise asiática de 1997-98, à exceção da China, os países mais afetados promoveram fortes desvalorizações cambiais que contribuíram para deprimir ainda mais os preços dos manufaturados. As desvalorizações asiáticas deram fôlego à euforia consumista americana amparada no crédito fácil, enquanto estagnavam os rendimentos da massa assalariada.

A estagnação produtiva provocou a queda da renda, mas o crédito compensou, sustentando o consumo. O crédito doméstico para o setor privado, que já atingia valores elevados desde os anos 1970, de mais de 90% do PIB, crescem até atingir mais de 200% do PIB até 2008<sup>10</sup>. Assim, a queda da renda das famílias com aumento do endividamento para se manter os níveis de consumo (TEIXEIRA, 2012; BELLUZZO, 2013).

**Gráfico 1.** Estados Unidos: Entrada de investimentos estrangeiros diretos (US\$ milhões).



Fonte: UNCTADStat. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx>>.

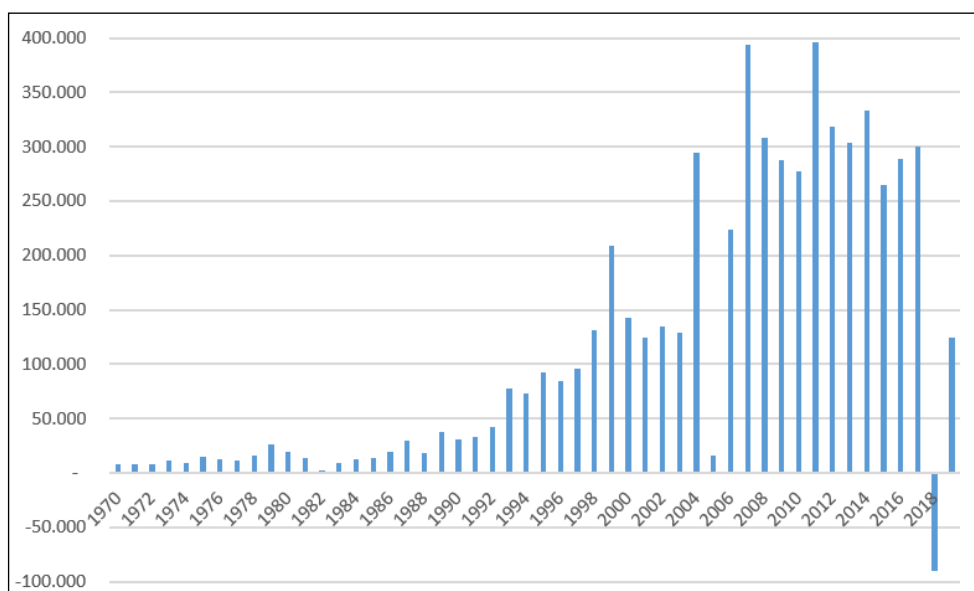
Acesso em Maio de 2021.

A massiva entrada de recursos estrangeiros possibilitou também grande liquidez para que os Estados Unidos reinvestissem crescentemente no exterior, como se observa no Gráfico 2. Isto ocasionou crescentes superávits financeiros e estimulou o aprofundamento do processo.

Como explicou Gowan (2009), as atividades diretamente com títulos financeiros se tornaram centrais tanto para os bancos comerciais, quanto para fundos de investimentos, com a abertura dos mercados financeiros de vários países aos operadores norte-americanos e com a nova volatilidade dos mercados de câmbio.



**Gráfico 2.** Estados Unidos: Investimentos no exterior (US\$ milhões).



Fonte: UNCTADStat. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>>.

Acesso em Maio de 2021.

O movimento de grandes investimentos em títulos estimulou a formação de inúmeras bolhas financeiras, não como acidente, mas como parte do processo de realização de ganhos com a mudança dos preços dos ativos:

Os bancos de Wall Street ganharam muita experiência em inflar essas bolhas nos mercados de ações poloneses, checos ou russos nos anos 1990 e depois estourá-las, gerando muitos lucros. A bolha *ponto.com* nos Estados Unidos mostrou então como a mesma operação poderia ser realizada no centro sem prejuízo significativo para os bancos de Wall Street. [...] Isso significava que não havia necessidade de evitar que essas bolhas ocorressem: ao contrário, é óbvio e patente que tanto os reguladores quanto os operadores ativamente geraram-nas, sem dúvida acreditando que uma das formas de administrar estouros era inflar outra bolha dinâmica em outro setor: depois da *ponto.com*, a bolha imobiliária; depois, uma bolha nos preços de energia ou em mercados emergentes etc. Isso parece implicar uma autoridade financeira formidavelmente centralizada operando no coração desses mercados (GOWAN, 2009, p. 52).

Na década de 1990 o processo avança aceleradamente. A interligação eletrônica de bolsas e dos mercados financeiros, os mercados de futuros, o crescimento dos fundos de investimentos, as novas formas de contabilidade e distribuição dos lucros baseados em expectativas futuras, levaram ao crescimento sem precedentes da financeirização e seu descolamento dos setores produtivos. O volume total de ações negociadas nos Estados Unidos cresce de menos de 10% do PIB nos anos 1970, para mais de 30% nos anos 1980 e após os anos 1990 de maneira acelerada, chegando a 320% do PIB em 2008<sup>11</sup>.

Tradicionalmente, os investimentos financeiros lucravam com os setores produtivos nos quais investiam, agora, os grupos empresariais geram a maior parte de seus lucros com as maquinações financeiras tal qual Lenin (2011) argumentou um século atrás. Como apontou Gowan (2009, p. 50), “o setor financeiro era, de longe, o componente mais lucrativo das economias americana e britânica e seu mais importante produto de ‘exportação’. Em 2006, nada menos que 40% dos lucros corporativos americanos foram para o setor financeiro.”

Assim, geraram condições de permanecer como a principal potência econômica mundial, mesmo perdendo participação rapidamente em produção industrial e exportações para os países do Leste Asiático.

Os países do Leste Asiático ampliam a produção industrial e as exportações a partir dos anos 1970, num caminho inverso ao dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. É preciso fazer uma ressalva ao Japão, que a partir dos anos 1970 também reduziu seu ritmo de acumulação industrial, que havia liderado a economia nas décadas anteriores. A participação da indústria no PIB japonês, que representava 43% do total em 1970, inicia queda contínua de participação nas décadas seguintes, atingindo o mínimo em 2012, com 26%. Logo, o Japão seguiu caminho parecido ao dos Estados Unidos e da Europa. Já os demais países do Leste Asiático e Pacífico seguiram caminho contrário, com crescimento da participação da indústria no PIB.

A China vem oscilando desde aquele período entre 40% e 48%, a Coreia do Sul de 21% para 38%, a Tailândia de 25% para em torno de 40%, a Indonésia de apenas 19% em 1970, chega a 48% em 2008<sup>12</sup>.

O relativo abandono da indústria pelos países mais ricos também se relaciona à estagnação das inovações tecnológicas mais profundas. O desenvolvimento tecnológico dos setores de bens de capital, de eletrônica digital, química e farmacêutica não mais viabilizou retornos crescentes aos grandes volumes de capital financeiro à procura de oportunidades de investimentos. Além disso, os avanços tecnológicos propiciaram economia de capital (como ensinou Marx<sup>13</sup>), e não maior volume de investimentos aplicados. Logo, num contexto de baixo crescimento produtivo, a economia de capital é recessiva. O desenvolvimento tecnológico que deveria poupar os recursos naturais e energéticos, pouco avançou, enquanto os recursos financeiros abundantes não conseguem aplicações lucrativas duradouras.

Os oligopólios retardaram a busca de tecnologias revolucionárias de fundo e impulsionaram inovações no “topo” como telecomunicações, eletrônica digital, química fina, processos industriais e automação, medicina e biotecnologia. O lento desenvolvimento de novos materiais que economizariam matérias-primas e a estagnação da inovação em energias revolucionárias para produção e transporte retardam uma III revolução industrial. A última grande inovação nos transportes foi a aviação de grande capacidade de carga e de longas distâncias, que data da II Guerra Mundial. A energia nuclear se mostrou muito cara e perigosa.

A II Guerra Mundial originou uma destruição criadora que possibilitou a extensão do padrão tecnológico da II Revolução Industrial, com inúmeras inovações importantes, mas sobre as mesmas bases energéticas. Desde a crise do petróleo, as taxas de lucro

dos setores produtivos se demonstraram inferiores ao setor financeiro, desestimulando grandes blocos de inovações radicais. Ampliou-se significativamente os ganhos com investimentos especulativos pelos grupos industriais.

Atualmente a busca de fontes de energia limpas e renováveis e a adoção de métodos menos poluentes na produção tem se mostrado como uma possibilidade de retomada do crescimento por via das inovações. Em geral a “preocupação ecológica” que era embrionária do ponto de vista produtivo no início do século, mas que ganhava adeptos nos países desenvolvidos, hoje já se tornou grande polo de desenvolvimento de inovações mais radicais. Como o exemplo temos a rápida difusão dos carros elétricos ou híbridos em substituição da frota de transporte público em várias cidades europeias e chinesas. No setor energético ocorrem rápidos avanços no aproveitamento da energia eólica e solar e no domínio da tecnologia de fusão nuclear. A China, como exemplo de país poluidor, hoje tem os maiores avanços em energia limpa e tecnologias ‘verdes’.

Como consequência a esfera financeira se tornou muito maior que setor real - vide o mercado de divisas nas bolsas de futuros. Os investimentos produtivos representam hoje pequena parcela dos investimentos totais nos países desenvolvidos. Com isso, mesmo se ocorrerem grandes blocos de investimentos em ativos físicos, serão movimentados pequenos volumes financeiros.

Nos países desenvolvidos, os recursos disponíveis para investimentos são muito superiores às oportunidades deste. Os países mais ricos conseguiram drenar a poupança formada em países emergentes para consumi-la de forma improdutiva: cobrir déficits em transações correntes e na balança comercial; financiar o consumo a juros baixos; manter as taxas de lucro dos oligopólios e os subsídios aos seus setores produtivos estagnados. O governo Obama estabeleceu o chamado “*quantitative easing*” injetando por volta de US\$ 70 bilhões por mês durante anos, na economia norte-americana. Com isto, manteve as taxas de juros próximo de zero e conseguiu recuperar o poder de compra médio.

A evolução dos mecanismos financeiros de alavancagem e reprodução de moeda levou a que não haja problemas para geração de recursos para investimentos. O problema está nas oportunidades de investimentos a taxas de retorno compatíveis com os volumes financeiros. Isto levou a ocorrência de sucessivas bolhas na década de 1990 nos países subdesenvolvidos (Brasil, México, Rússia, Argentina, Tailândia, entre outros). Em seguida ocorre a bolha das empresas de internet, chamadas de “nova economia”. Investimentos começam a migrar para ativos reais, especialmente commodities minerais, energéticas e alimentos (ferro e aço, petróleo, gás, soja, milho etc). Isto impõe a dinâmica financeira dos mercados futuros sobre commodities tradicionais. Ocorre inflação de expectativa e de preços.

A estratégia de crescimento pela via financeira baseada em crescentes déficits cobertos via endividamento, emissões de títulos da dívida pública, e especulação financeira se revelou insustentável e exige uma mudança estrutural profunda e uma nova destruição criadora que possa mobilizar grandes blocos de investimentos, gerar empregos e mudar a matriz energética e econômica, que atualmente ainda são da II revolução industrial.

Este quadro teve como resultado:

1. Bolhas cada vez mais constantes e intensas;
2. Crescentes déficits comerciais e endividamento externo dos países desenvolvidos;
3. Maior acumulação de reservas em países emergentes com alto nível de industrialização (China, Coréia do Sul), e em países ricos em recursos naturais (Brasil, Rússia, Venezuela, países do Oriente Médio).

Assim as características de “maturidade econômica” dos países desenvolvidos revelaram-se uma armadilha. A Alemanha parece não ter sentido tanto a crise porque justamente mantém um setor industrial como parte importante de sua economia, respondendo por 20% do PIB e com grande competitividade internacional. A potência do seu setor industrial possibilitou que 85% do total das exportações alemãs de mercadorias fosse de produtos industriais, sendo de 13% a 15% de produtos de alta tecnologia<sup>14</sup>. Em torno de 80% destas exportações se direcionam aos países de alta renda<sup>15</sup>. Nos Estados Unidos a participação da indústria no PIB estava em 12% no início da crise.<sup>16</sup>

As medidas tomadas tanto pelos EUA quanto pela União Europeia só recriam as condições do problema. Um exemplo disto foi a política dos EUA, durante o governo Obama, de aumentar o limite de endividamento público ao invés de aumentar o superávit do setor real, para fazer frente ao aumento do consumo e da importação de energia, sem correspondente crescimento do PIB.

Formou-se um círculo vicioso que parece formar um estado de crise permanente. Isto se deve ao fato de que os governos apenas querem “administrar” a crise e não superá-la, pois isto exige mudanças nas relações mais profundas. Exigiria mudança no controle e na distribuição da riqueza, mudanças na estrutura de poder interno nos EUA e na Europa, e nas correlações de poder internacional.

## **AS CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS DA CRISE**

A crise tem várias consequências espaciais importantes, especialmente visto que ela se expande a partir dos países centrais do capitalismo, e atinge diferentemente o restante do mundo. Em períodos de crise as grandes potências aumentam os conflitos entre si e a agressividade contra os países menores. No contexto de falta de novos campos de investimentos lucrativos e de baixo dinamismo tecnológico ocorre a tentativa de saída conservadora da crise.

A derrota dos EUA na guerra do Vietnã, no bojo da crise dos anos 1970, levou à adoção de uma nova estratégia que substitui sua “hegemonia benevolente” por características mais imperiais, na qual o papel de uma revolução tecnológico-militar criando armas aéreas e teleguiadas possibilitou a vitória na Guerra do Golfo em 1991 (FIORI, 2008). No plano geopolítico a aliança com a China contribuiu ao mesmo tempo para enfraquecer o Japão e a URSS. O fim da URSS e, conseqüentemente, da Guerra Fria “soltou as amarras” do poder imperial dos EUA, que se voltou à ocupação de pilhagem no

Orientes Médio e à imposição da abertura comercial para países da América Latina, além de aumentar o seu poder bélico ao redor do mundo<sup>17</sup>.

Nos anos 1990 o fato da União Europeia não ter um poder unificado capaz de definir estratégias dos seus estados membros e ainda manter-se quase como um protetorado militar da OTAN fez com que se seguissem as imposições imperiais dos EUA, como por exemplo aceitar os países do leste europeu na UE como forma de tirá-los da órbita da Rússia<sup>18</sup>. A intervenção nos Bálcãs levou ao fim da Iugoslávia, com apoio europeu que também se beneficiou com seu espólio. O Oriente Médio, palco dos principais conflitos – vale lembrar que o Iraque foi bombardeado por toda a década de 1990 – foi praticamente ocupado militarmente pelos Estados Unidos, com tropas militares na Arábia Saudita, Kuwait e frotas marinhas no Golfo Pérsico, além dos bloqueios econômicos contra o Irã e Iraque.

Na América Latina as imposições do Consenso de Washington levaram os países da região a se inserir de forma subalterna à ‘Globalização’ e adotarem políticas neoliberais que levaram a crises internas em grande parte dos países. No leste asiático a parceria estratégica com a China possibilitou seu crescimento econômico, ao mesmo tempo que os EUA obtinham produtos baratos facilitando a redução salarial de seus trabalhadores. Também impuseram ao Japão a valorização do Iene, colocando o país em uma crise sem precedentes<sup>19</sup>.

Após 2001 ocorre mudança na geopolítica mundial, com o início da crise nos EUA, os atentados de *11 de Setembro*, a invasão do Afeganistão e do Iraque pelos Estados Unidos e seus aliados<sup>20</sup>. Estes fatos abalam a hegemonia norte-americana. O Oriente Médio foi a região na qual os EUA tiveram seus maiores revezes políticos e militares, desacreditando o projeto ‘Grande Oriente Médio’ de Bush. O fracasso da intervenção americana desacreditou suas ameaças de intervenção direta em países com capacidade militar e apoio internacional. A “Guerra ao Terror” e a adoção do *Patriot Act* por parte dos EUA, mudam também os fluxos de lavagem de dinheiro, que até então beneficiavam os EUA. Muitos destes fluxos passam a ir para a Europa, segundo Napoleoni (2010) isso debilita os EUA, transformando a Europa na “lavanderia do mundo”<sup>21</sup>.

O sucesso da União Europeia leva a que os interesses europeus se distanciem dos EUA, com exceção da Inglaterra. Assim, a Alemanha, principal potência da UE retira o apoio à guerra no Iraque após a crise econômica. A crise agrava disputas internas na UE, como entre França e Alemanha. O governo conservador de Sarkozy na França (2007-2012) reascende questões expansionistas e de hegemonia militar internacional. O aprofundamento da crise e o aumento dos custos da importação de energia fez soar o alarme na Europa: necessidade de retomar a influência política internacional. Em 2009 a UE aprovou nova adesão a OTAN com liderança da França. Em 2011 as crises políticas no norte da África deram a oportunidade para tomar ações mais extremas, como o bombardeio da Líbia liderado pela França.

As Primaveras Árabes não alcançaram os resultados previstos de criar democracias pró-ocidentais na região norte da África. O caso da Líbia é o mais emblemático, pois o fim do governo Kadafi e a invasão comandada por EUA, França e Inglaterra tornou o país, que possuía o melhor IDH da África, em uma “terra sem donos”, tendo voltado práticas

de captura e escravidão. No entanto o maior revés dos EUA foi a Síria, pois ali foi o palco do enfrentamento geopolítico direto com a Rússia, em um momento que retomava seu papel como potência (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Após o caos reinante na Rússia dos anos 1990, os anos 2000 houve mudança de rumo nas suas ações em relação ao seu desenvolvimento. Os governos Putin e Medvedev, aceleraram a adoção de políticas de desenvolvimento e uma retomada do posicionamento geopolítico russo na Eurásia, num primeiro momento, no início dos anos 2000, com uma parceria estratégica com os EUA, mas logo se tornando autônoma priorizando os interesses geopolíticos e econômicos nacionais.

Em 2008, a ação russa no Cáucaso<sup>22</sup> mandou a mensagem para o mundo que não estava disposta a tolerar a expansão do poder da OTAN nas regiões antes controladas pela URSS. Diferente dos anos 1990, no qual os EUA tiveram ampla possibilidade de ação sem contestação em todo o globo – por via da “globalização” e do neoliberalismo – a adoção de formas de um imperialismo mais agressivo, como forma de contornar os problemas da crise de 2008, encontra uma reação na Eurásia.

A retomada do papel internacional da Rússia nos governos Putin/Medvedev, contou com uma série de ações econômicas e geopolíticas. Houve uma grande modernização tecnológica do complexo industrial-militar por meio das *holdings* estatais, o que possibilitou se tornar grande fornecedora de armas para países que passavam por tensões políticas com os Estados Unidos, como a Venezuela e o Irã, incluídos no “eixo do mal”, assim para a Índia e a China. Com estes últimos ocorre aprofundamento de relações em diversos setores.

A Rússia vem se aproximando crescentemente da China, ampliando as transações feitas entre Yuan e Rublo, buscando fortalecer o uso de sistemas de transferências internacionais fora do sistema SWIFT, controlado pelos EUA. Além disso, participou da criação dos Bancos dos Brics, o Novo Banco de Desenvolvimento, e apoia a ideia de uma moeda comum para transações entre os países membros<sup>23</sup>. Também desenvolveu uma política ativa de diversificação das rotas de dutos diminuindo a capacidade dos Estados Unidos de agir boicotando sua geopolítica energética.

Em 2014, o governo Obama favoreceu mais uma das revoluções coloridas na área de influência russa, incentivando o golpe de Estado na Ucrânia, o que levou a Rússia a retomar a Criméia como parte de seu território com amplo apoio da população da região. Os EUA impuseram sanções à Rússia levando a União Europeia a acompanhá-los, criando uma série de problemas para a economia europeia. Segundo Moniz Bandeira (2016, p. 314), a partir de dados do *Austrian Institute of Economic Research*, “as sanções impostas à Rússia e as retaliações de Moscou custariam à União Europeia € 100 bilhões para desenvolvimento econômico e comprometeriam 2,5 milhões de empregos”.

Isto se situa numa questão geopolítica central: a disputa das potências mundiais por áreas de influência para exploração de energia e produção alimentar no contexto da crise mundial. A Europa sente perda de influência geopolítica que se aprofunda com a crise econômica. Assim, a crise política do Norte da África, que ficou popularmente conhecida como “Primavera Árabe”, se configurou em oportunidade de retomar o controle de sua

tradicional área de influência. Países europeus sempre mantiveram influência econômica indireta sobre as ex-colônias africanas: compra de petróleo, ouro, diamantes etc., venda de armas aos governos nativos, assessorias e empréstimos a governos etc. Há intensa migração de norte-africanos para a Europa, especialmente para França, Espanha e Itália.

Outras regiões já estão fora de seu alcance: O Oriente Médio permanece área de influência dos Estados Unidos; a Ásia Central é disputada por Rússia, China e Estados Unidos; A América Latina é uma área independente na qual Estados Unidos tenta se impor; o Irã permanece independente, mas com boas relações com a China.

No caso latino-americano, o início dos anos 2000 foi marcado pela emergência de novos governos que buscavam defender os interesses nacionais. As estratégias americanas na região tornaram-se mais intensas nos meados da década de 2010, incentivando grupos oposicionistas ou mesmo “golpes constitucionais” como o ocorrido no Paraguai em 2009 e no Brasil em 2016.

Do ponto de vista geopolítico e geoeconômico o crescimento econômico chinês e o ressurgimento da Rússia como potência trouxeram alguns problemas extras para a tentativa de retomada da hegemonia por parte dos EUA. O crescimento da China levou ao aumento do consumo de combustíveis, minerais e aço, acirrando a disputa pela influência sobre os países produtores (Venezuela, Irã, países africanos e Ásia Central). O aumento dos preços e do consumo mundial de petróleo na primeira década do século XXI aumentou a incerteza sobre o domínio destas fontes. No mesmo período, o retorno da Rússia no cenário geopolítico aumentou disputas na Ásia Central. As ações da China na África e a aproximação com países latino-americanos por meio de investimentos ou acordos em blocos (como o dos BRICS) mostram uma disputa de influências com os EUA em “seu próprio quintal”.

Novas tecnologias de extração de petróleo e gás e os investimentos em fontes energéticas alternativas, além do controle americano de boa parte da produção petrolífera do Oriente Médio, possibilitaram vertiginosa queda do preço do petróleo em meados dos anos 2010, o que enfraqueceu a Rússia, a Venezuela e o Irã. A ação geopolítica estadunidense para a saída da crise já vem ocorrendo em diversas áreas do globo. Os conflitos decorrentes da necessidade de mudança já se manifestam:

a) **No interior dos países desenvolvidos:** ocorrem disputas pelo controle da política econômica e pela tensão entre gastos sociais e proteção das grandes fortunas. Grandes manifestações vêm ocorrendo e crescendo em diversos países (Inglaterra, França, Espanha, Itália, Grécia), desembocando em conflitos violentos, distúrbios, saques e violenta repressão policial.

b) **No plano internacional:** ocorre crescente tensão e disputa nos órgãos multilaterais (FMI, ONU, Banco Mundial, blocos regionais) e acordos comerciais entre países emergentes e países desenvolvidos. Os países emergentes reivindicam espaço de decisão compatível com seu crescimento econômico na última década. Países desenvolvidos reativam imperialismo “à moda antiga” sobre países pequenos com recursos energéticos e minerais (Irã, Líbia, Ucrânia, Síria, Venezuela).

c) **Na União Europeia:** crescem as disputas entre os países membros. Divergências quanto à ajuda aos países em crise, e quanto ao controle do parlamento e do Banco Central Europeu. A

França luta para manter a diretoria do FMI e para ampliar seu papel militar internacional. O crescimento alemão reascende ciúmes franceses. União Europeia busca fortalecer identidade própria e afastar seus interesses da liderança dos EUA. Os conflitos no Oriente Médio trazem o problema dos refugiados e um grande fluxo migratório para os países europeus, esse fato aumenta os problemas da xenofobia e do fortalecimento de grupos neonazistas nos países mais desenvolvidos da região. A Inglaterra concluiu em 2020 o processo de saída da União Europeia, o “Brexit”, iniciado em 2016, tornando mais clara a frágil unidade do bloco.

d) **Nos Países emergentes:** ocorre aprofundamento dos laços políticos e comerciais entre si. Países com grandes territórios, recursos e população tem melhores condições de cuidar das exportações e do mercado interno ao mesmo tempo, e manter superávits comerciais, como China, Rússia, Brasil, Índia e até mesmo Argentina e África do Sul. No entanto a ação dos EUA em buscar acordos bilaterais e em desestabilizar os governos nacionalistas da região colocam em novo patamar as ações conjuntas que esses países têm condições de levar adiante.

## **A CRISE ECONÔMICA E A AMÉRICA LATINA**

Após o fim das experiências nacionalistas as economias latino-americanas passaram nos anos 1990 por uma proliferação de regimes neoliberais. O fim da URSS e, conseqüentemente, da Guerra Fria mudou a relação de aceitação das políticas de protecionismo e industrialização comuns na segunda metade do século XX em países como Brasil, Argentina e México. O neoliberalismo ‘de exportação’ via Consenso de Washington, levou os países latino-americanos a adotarem o que Barbosa (1999) chamou de ‘Decálogo da Destruição’<sup>24</sup>. Do ponto de vista geopolítico a “*War on Drugs*”<sup>25</sup> levada adiante pelos Estados Unidos entra como justificativa para a militarização da região. Além disso a ideia da formação de uma área de livre comércio<sup>26</sup> entre Estados Unidos e o restante da América Latina – excetuando-se Cuba – fazia parte da estratégia geopolítica da consolidação da região como ‘quintal’ estadunidense, política já adotada desde o século XIX, com o Destino Manifesto e a Doutrina Monroe.

Os atentados do 11 de setembro de 2001 trouxeram como consequência uma mudança de foco dos Estados Unidos para a região do Oriente Médio. Assim, a Guerra às Drogas foi substituída, como prioridade<sup>27</sup>, pela Guerra ao Terror. As ações geopolíticas e geoeconômicas para a América Latina ficaram em segundo plano, enfraquecendo a influência norte-americana. O fracasso das políticas neoliberais, o aumento da pobreza, piora nas condições de vida e a crise econômica fez com que em vários países as revoltas populares, protestos e manifestações se transformassem em vitórias eleitorais com forte caráter anti-imperialista (MAMIGONIAN, 2006). Isto levou ao poder, por via eleitoral, as esquerdas e, conseqüentemente, o fracasso da proposta da Alca.

Assim, o momento da crise de 2008, encontra uma América Latina majoritariamente governada por coalizões de esquerda ou centro-esquerda<sup>28</sup>. O *boom* das *commodities* permitiu a entrada de recursos que foram utilizados para melhoria das condições de vida da população, baseada no consumo e não em reformas estruturais, possibilitando a manutenção de governos populares.



A Tabela 1 e a Figura 1 apresentam um panorama geoeconômico e geopolítico da América Latina em 2009.

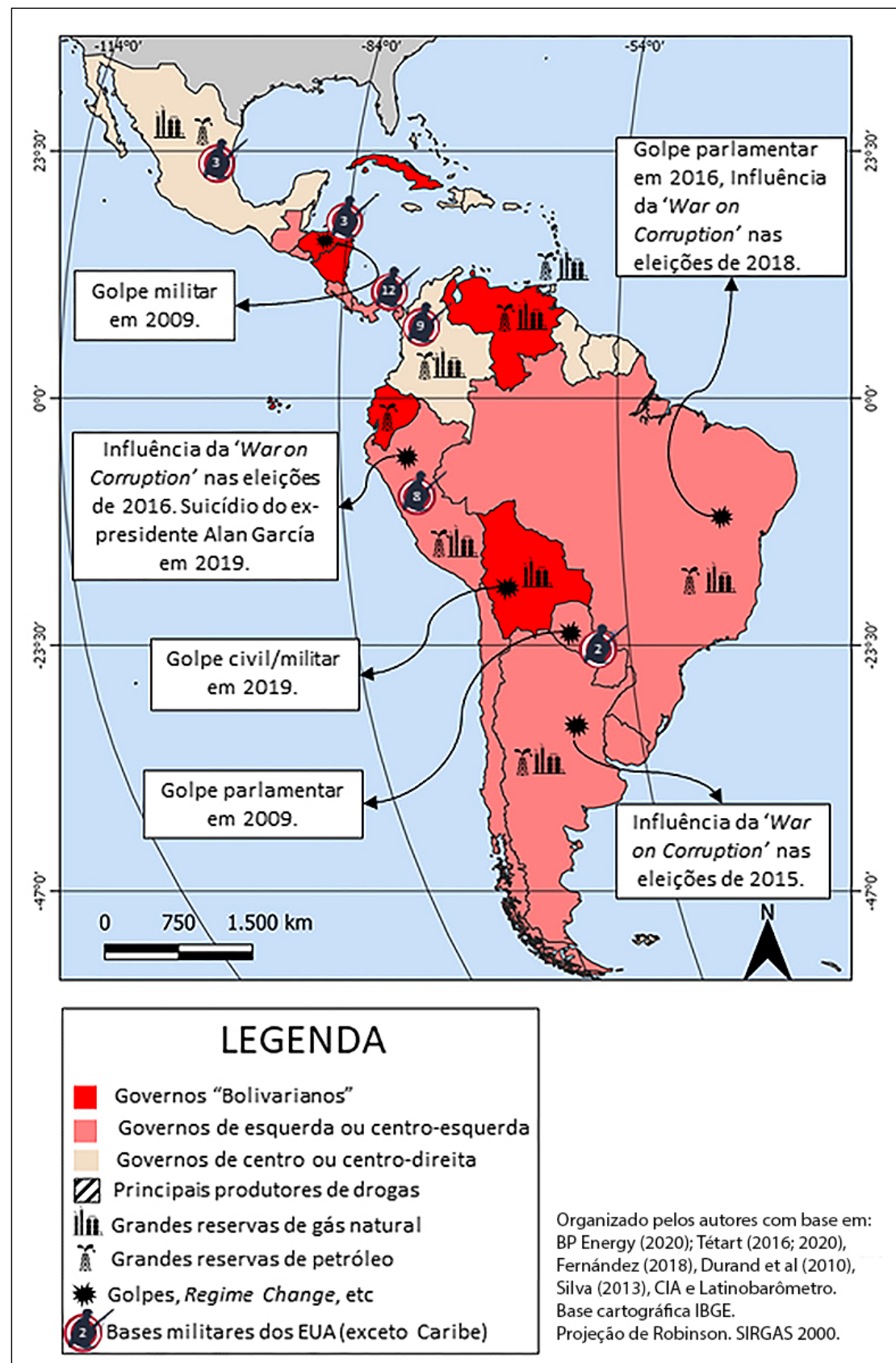
**Tabela 1.** PIB dos países governados pela esquerda e centro esquerda na América Latina (2009).

País	Valor em bilhões de US\$
América Latina e Caribe	4.319
Brasil	1.667
Argentina	333
Venezuela	330
Peru	121
Equador	63
Cuba	62
Guatemala	38
Uruguai	32
Costa Rica	31
Panamá	27
Paraguai	22
El Salvador	18
Bolívia	17
Honduras	15
Nicarágua	8
Total governado pelas esquerdas	2.782
Porcentagem em relação ao PIB regional	64%

Fonte: organizado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial. Disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>

O crescimento econômico vivido pela maioria dos países da América Latina neste período causou uma elevação das condições de vida e redução da desigualdade de maneira significativa. Juntamente, houve redução do endividamento externo, que era um dos principais problemas da região desde os anos de 1980. Isto acentuou o otimismo com as políticas aplicadas e retardou o investimento em infra-estruturas e em novas unidades industriais, que seriam necessários para viabilizar o crescimento econômico e o emprego a longo prazo.

A nova situação fez parecer que a crise de 2008 não atingiria a América Latina como fez com o restante do mundo. De fato, o crescimento continuou, na região como um todo, até os anos de 2012/13.



**Figura 1.** Geopolítica e Geoeconomia da América Latina, governos de esquerda em 2009.

O período posterior à crise de 2008 trouxe a necessidade, por parte dos EUA, de uma nova mudança geopolítica em relação à América Latina. O surgimento do ‘Socialismo do Século XXI’, a aproximação da Venezuela com a China, o fortalecimento das parcerias do Brasil com países africanos e asiáticos, a formação dos BRICS e o afastamento das relações com os EUA trazia o perigo de uma presença cada vez maior da China na região. As políticas nacionalistas na região passaram a ser vistas com preocupação, como a expansão do Bolívarismo de Hugo Chávez, já declarado inimigo dos interesses dos Estados Unidos e da “democracia”. Em 2009, toda a América Central era governada por partidos de esquerda ou centro-esquerda, na América do Sul, apenas a Colômbia, Suriname e Guiana não tinham governos de esquerda.

Segundo Moniz Bandeira (2010, p. 51) a “América do Sul é a região que apresenta maior significação geopolítica, na estratégia dos Estados Unidos, devido ao seu enorme potencial econômico e político.”, possuindo grandes reservas de minerais, água doce, terras agricultáveis, petróleo e gás. A descoberta das enormes reservas de petróleo no Brasil, no Pré-Sal, tornou o país detentor da segunda maior reserva de petróleo da região e, portanto, alvo dos interesses energéticos dos Estados Unidos. A Tabela 2 apresenta as reservas de petróleo e de gás natural na América Latina.

**Tabela 2.** Petróleo e Gás na América Latina - 2018.

<b>País</b>	<b>Petróleo*</b>	<b>Gás**</b>
Venezuela	303,8	6,3
Brasil	12,7	0,4
México	5,8	0,2
Argentina	2,4	0,4
Colômbia	2,0	0,1
Equador	1,6	-
Peru	0,9	0,3
Trinidad & Tobago	0,2	0,3
Bolívia	-	0,2

\* - Em bilhões de Barris; \*\* - Em trilhões de metros cúbicos.

Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados do Statistical Review of World Energy. Disponível em <<https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>>.

A crise econômica de 2008 e o aumento dos preços dos alimentos levaram a uma piora nas condições de vida nos países mais pobres da América Latina e, consequentemente, uma perda da popularidade de seus governos. Assim em 2009, com apoio das elites locais e do exército, o golpe de Estado em Honduras para a retirada do governo de Manoela Zelaya foi uma das primeiras, de várias ações apoiadas pelos Estados Unidos na sua nova geopolítica para a América Latina. Zelaya foi eleito como candidato de direita, mas fez reformas de esquerda e se aproximou de Hugo Chávez. Em seguida, o governo de Fernando Lugo no

Paraguai sofre uma nova modalidade de golpe na região, um golpe parlamentar, com amplo apoio do congresso de seu país<sup>29</sup>. Inicia-se assim a ação do *soft power* americano, com o uso do Department of Justice, FBI e CIA para promover a “guerra contra a corrupção” e, por meio da *Lawfare*<sup>30</sup>, influir nas eleições de diversos países, como na Argentina em 2015 e Brasil em 2018. Assim, a retomada da hegemonia americana na região fica marcada pelo uso das táticas da Guerra Híbrida (Korybko, 2018; Leirner, 2020).

## CONCLUSÕES

A crise econômica de 2008 se insere no movimento das grandes crises cíclicas que marcaram o mundo desde o século XIX, no âmbito da expansão do capitalismo industrial. As grandes crises geram reestruturação profunda na economia e na política dos países, envolvendo conflitos, desaparecimento e criação de setores produtivos, bem como alterações no papel do Estado. Assim, o entendimento da crise enquanto momento de um ciclo não a coloca como um problema menor e momentâneo. As ações dos países centrais no momento, em especial dos EUA, têm repercussão direta sobre os demais países do globo. É nos momentos de crise que as nações hegemônicas se tornam mais agressivas e belicistas e, portanto, não se pode deixar de lado as consequências geopolíticas das políticas de retomada de crescimento e manutenção do poder hegemônico.

Tais fatos reforçam o argumento de Fiori (2008) de que a crise da década de 1970 não enfraqueceu o poder norte americano, pois a transformação dos EUA em grandes devedores mundiais não provocou o desequilíbrio fatal que se imaginava, funcionando muito mais como o motor da economia mundial. O fim do padrão dólar-ouro permitiu aos EUA exercerem um poder financeiro sem precedentes, o que foi ampliado no governo Obama ao dar jurisdição aos EUA sobre todas as transações feitas com dólar, permitindo congelar ativos financeiros de países não alinhados à sua política.

Para o desejado funcionamento deste mecanismo era necessário que houvesse uma abertura econômica a nível mundial, já que no pós-II Guerra foi comum aos países manterem um certo protecionismo de mercado e economias relativamente fechadas. A vitória norte-americana na Guerra Fria e o fim da URSS possibilitou ações mais agressivas por parte dos EUA para expandir suas áreas de interesse, seja por meio do *soft power* (ação por meio das ideologias sociais, culturais, ONGs, “jornalismo econômico” pago, financiamento de grupos opositores etc.) ou mesmo do *hard power* (as invasões propriamente ditas, como as ocorridas no Oriente Médio e Iugoslávia nos anos 1990)<sup>31</sup>. A ideologia da globalização “naturalizou” a expansão das políticas neoliberais para os países periféricos, possibilitando a compra de ativos por meio de uma forte internacionalização de empresas industriais privadas ou estatais e o próprio mecanismo da desregulamentação que possibilitou a entrada no processo de financeirização mundial.

O estouro da bolha imobiliária de 2008 foi mais um capítulo das diversas bolhas financeiras formadas após o processo de financeirização e internacionalização dos investimentos dos EUA e Europa, no bojo da desregulamentação, desde os anos 1990. O

grande impacto da crise se deveu ao grande peso que o setor financeiro passou a ter na economia com o aumento da interligação e livre fluxo de capitais. Assim a crise iniciada nos EUA logo se transferiu para outras áreas do globo.

Diferente de outras crises, na qual as inovações possibilitaram novas oportunidades de investimento e o início de uma fase de recuperação, o predomínio financeiro desta fez com que o setor industrial fosse abandonado em grande parte do centro do sistema capitalista. Assim, inovações em geral se deram no setor financeiro e do *big data*, sem capacidade para gerar a retomada do crescimento. Como apontado por Mamigonian (2005), nesses períodos de crise o imperialismo se torna mais agressivo, o que levou aos EUA a retomarem de forma mais intensa a sua hegemonia em áreas de controle de recursos energéticos e alimentares.

Assim a tentativa de retomada do crescimento econômico e da hegemonia político-comercial dos países dominantes passou por novas formas de interferência na América Latina, como os golpes parlamentares e a “Guerra contra a Corrupção”, levando a uma reaproximação geopolítica da região com os EUA.

A tentativa de retomada da hegemonia pelos EUA e Europa tem gerado inúmeras estratégias. Por um lado, a guerra comercial com a China gera por uma nova reorganização de blocos de países, com a aproximação entre Rússia, China e Irã e a proposta da “Nova Rota da Seda” comandada por altos investimentos chineses. Por outro lado, uma reaproximação dos EUA com a Europa buscando reduzir o poderio econômico da China, que vem investindo grande quantidade de recursos e ampliando sua influência no Sul Global.

A nova geografia econômica está em processo de mudança novamente. Os Novos Países Industrializados dos anos 1980-90, agora não apenas fornecem produtos industrializados baratos, mas também se tornaram grandes centros de produção de tecnologias de ponta, tanto para o setor industrial como para o energético e alimentar. A proposta da criação de uma nova moeda para transações internacionais é mais um passo para a superação da hegemonia do dólar, principal ferramenta do poder financeiro e geopolítico dos Estados Unidos.

## NOTAS

3 Diversos livros foram publicados tratando sobre a crise de 2008. Não se pretende aqui fazer uma revisão exaustiva de bibliografia, mas algumas obras merecem destaque, como: BELUZZO, 2009; KRUGMAN, 2009; NAPOLEONI, 2010; REINHART e ROGOFF, 2010; STIGLITZ, 2010; DIEGO, 2010; MÉSZÁROS, 2011; ZIZEK, 2011; HARVEY, 2012; e KRUGMAN, 2014.

4 Entre outras obras, nos baseamos em Rangel (2005), Mamigonian (2005), Dicken (2010), Chesnais (2005) e Tavares (1997).

5 Dados extraídos de World Bank Open Data. Disponível em <<http://data.worldbank.org/>> acesso em Maio de 2021.

6 Idem.

7 Idem.

- 8 Dados extraídos de World Bank Open Data. Disponível em <<http://data.worldbank.org/>> acesso em Maio de 2021.
- 9 Idem.
- 10 Idem.
- 11 Idem.
- 12 Idem.
- 13 Apesar da discussão sobre tecnologia aparecer em diversas de suas obras aqui indicamos MARX, 1985.
- 14 Dados extraídos de World Bank Open Data. Disponível em <<http://data.worldbank.org/>> acesso em Maio de 2021.
- 15 O valor per capita das exportações alemãs é de US\$ 17,8 mil, enquanto dos EUA é de US\$ 4,5 mil. Dados da Organização mundial do Comércio para o ano de 2019.
- 16 Idem.
- 17 Segundo Fiori (2008, p. 38-39) “na década de 1990 os Estados Unidos consolidaram uma infra-estrutura de poder global, com cerca de 750 bases militares, 350 mil soldados e acordos de ajuda militar com cerca de 130 países, o que permitiu aos Estados Unidos, um controle quase monopólico dos oceanos e do espaço aéreo e sideral”.
- 18 Em 2004, apenas 15 anos depois da derrubada do Muro de Berlim, todos os países do antigo Pacto de Varsóvia, exceto a ex-URSS, estavam na Otan ou na União Europeia.
- 19 A este respeito, ver Fiori (2008), Visentini (2015), Varoufakis (2016) e Beluzzo (2009).
- 20 Diversos autores trataram dos diferentes aspectos geopolíticos da crise, como ARRIGHI, 2008; BONIFACE e VENDRINE, 2009; MAMIGONIAN, 2002; YERGIN, 2010; SANTOS, 2003; FIORI, 2007; FONTANA, 2011; CAMPOLINA, e DINIZ, 2014 e MONIZ BANDEIRA, 2013.
- 21 “Paradójicamente es la respuesta al 11 de septiembre la que concreta parte del sueño absurdo de Bin Laden de sangrar la economía estadounidense hasta la bancarrota. En efecto, la Patriot Act no hace mella en la financiación del terrorismo, sino que acaba debilitando la economía estadounidense y transformando Europa en la lavandería del mundo. Al mismo tiempo, el esfuerzo militar de dos guerras repercute negativamente sobre la deuda pública. Incluso los republicanos admiten que la modalidad elegida para infligir el golpe de gracia al enemigo ha extenuado la economía estadounidense desde 2004” (NAPOLEONI, 2010, p. 112)
- 22 A guerra russo-georgiana em agosto de 2008 foi motivada pelos conflitos entre os separatistas da Abcásia e da Ossétia do Sul, de maioria russófona, com o governo da Geórgia apoiado pelos EUA. A Geórgia em processo de adesão à OTAN achava que esse fato a protegeria de uma intervenção russa, o que não ocorreu. A Rússia declarou guerra à Geórgia e em poucos dias aniquilou boa parte de sua capacidade militar. Os EUA e UE desaprovaram a intervenção russa, mas não se envolveram no conflito. (Serrano, Mazat, 2012).
- 23 Segundo Moniz Bandeira (2016) em 1990, os países do BRIC respondiam por 25% da produção mundial, já em 2015, respondiam por 56% da produção mundial, 85% da população e controlavam 70% das reservas mundiais.

24 O autor chama ironicamente de ‘Decálogo da destruição’ os dez pontos acordados do Consenso de Washington, entre eles as privatizações, desregulamentação, abertura de mercados entre outros. Ver também Batista (1994).

25 Apesar de ter sido criada no Governo Nixon, no início dos anos 1970, a militarização da região sob a justificativa do combate às drogas vai se dar apenas nos anos 1990.

26 A Alca – Área de Livre Comércio das Américas – foi uma proposta dos Estados Unidos e tinha apoio dos governos neoliberais latino-americanos dos anos 1990. Movimentos populares, partidos de esquerda e a intelectualidade progressista mostravam o perigo para as economias nacionais, visto se tratar de economias com grandes diferenças.

27 Não houve um fim da política de ‘Guerra às Drogas’, mas a estratégia central passou a ser a ocupação das fontes energéticas mais relevantes, como o caso das grandes reservas petrolíferas no Oriente Médio. Vale lembrar que a economia das drogas movimentava bilhões de dólares que em geral eram ‘lavados’ em bancos norte-americanos possibilitando a eles alta lucratividade (Napoleoni, 2010; Saviano, 2014).

28 Não faz parte do intuito do presente trabalho definir o que é ou não ser esquerda na América Latina. As condições da formação social latino-americana fazem com que governos populares ou reformistas tenham uma margem de manobra não muito grande para fazer transformações significativas, assim torna-se difícil diferenciar as reformas possíveis numa visão de esquerda da manutenção das políticas já estabelecidas. Dessa forma, consideramos como esquerda, centro-esquerda e governos bolivarianos o que foi definido no Latinobarômetro ([www.latinobarometro.org](http://www.latinobarometro.org)) e CIA ([www.cia.gov](http://www.cia.gov)).

29 Pouco depois do golpe no Paraguai é assinado um acordo permitindo a instalação de bases militares estadunidense no país. Assim, aumenta-se a presença militar na região, combinando o uso do hard power com o soft power, ou seja, uma guerra híbrida. Para Moniz Bandeira (2010, p. 61) “o propósito de ocupar militarmente a América do Sul, usando tanto quanto possível as forças militares dos próprios países hospedeiros, a fim de assegurar o controle sobre suas reservas de petróleo, água e biodiversidade”.

30 O termo é comumente usado para se referir à guerra por meio das leis, na qual se utiliza a legislação para perseguir inimigos ou oponentes. Tornou-se muito comum no Brasil com a Operação Lava Jato.

31 Para maiores detalhes de tais políticas ver MONIZ BANDEIRA, 2013; PERKINS, 2005 e KLEIN, 2008.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: Origens e Fundamentos do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARBOSA, Wilson Nascimento. Dominação imperialista e globalização da miséria. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (org.). **Capitalismo**: da gênese à crise. Montes Claros: Editora Unimontes, 1999. p. 133-176.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas

- latino-americanos. In: BATISTA, Paulo Nogueira et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 99-144.
- BELUZZO, L. G. A crise e o subterrâneo da “velha toupeira capitalista”. In: BARROSO, A. S. SOUZA, R. **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2013.
- BELUZZO, L. G. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- BONIFACE, P. e VENDRINE, H. **Atlas do Mundo Global**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- BP ENERGY (org.). **BP Energy Outlook 2019 edition**. S/l: Bp Energy, 2020. Disponível em: <https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/energy-outlook.html>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- CAMPOLINA, B. E DINIZ, C. C. Crise global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 4 (137), pp. 638-655, outubro-dezembro/2014.
- CHESNAIS, François. **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- DICKEN, Peter. **Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. Porto Alegre: Bookman, 5ª ed. 2010.
- DIEGO, A. F. et al. **Las Crisis a lo largo de la historia**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.
- DURAND, Marie-Françoise et al. **Atlas de la mondialisation: comprendre l'espace mondial contemporain**. Paris: Sciencespo, 2010.
- FERNÁNDEZ, Raúl Capote. **Bases militares dos EUA na América Latina e no Caribe**. O plano da América do Sul. Gramma. Havana, p. 1-1. 16 ago. 2018. Disponível em: <http://pt.gramma.cu/mundo/2018-08-16/bases-militares-dos-eua-na-america-latina-e-no-caribe-o-plano-da-america-do-sul>. Acesso em: 10 maio 2021.
- FIORI, J.L. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FIORI, José Luíz. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin P. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-70.
- FONTANA, J. **El futuro es un país extraño: reflexión sobre la crisis social de comienzos del siglo XXI**. Barcelona: Pasado&Presente, 2011.
- GOWAN, P.. Crise no centro. Consequências do Novo Sistema de Wall Street. **Estudos avançados** 23 (65), São Paulo, 2009.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KORYBKO, Andreew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.



- KRUGMAN, P. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- KRUGMAN, Paul. **¡Acaba ya com esta crisis!** Barcelona: Ediciones Crítica, 2014.
- LEIRNER, Piero C.. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**: Fase Superior do Capitalismo. Campinas: Unicamp, 2011.
- MAMIGONIAN, Armen. A Reconfiguração do Mundo e os Conflitos Atuais. In: **XIII Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa, 2002.
- MAMIGONIAN, Armen. **Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico**. Livre Docência: FFLCH-USP, 2005.
- MAMIGONIAN, Armen. Qual o futuro da América Latina? In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de et al. **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: Clacso, 2006.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. (Os Economistas - vol. I a V) São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MÉSZÁROS, I. **Uma crise estrutural necessita de mudança estrutural**. Margem Esquerda, 17. nov/2011.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. **A Segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Desordem Mundial**: o espectro da total dominação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Geopolítica e política exterior Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Funag, 2010.
- NAPOLEONI, L. **La Mordaza**: las verdaderas razones de la crisis mundial. Barcelona: Paidós, 2010.
- PERKINS, John. **Confissões de Um Assassino Econômico**. São Paulo: Cultrix, 2005.
- RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**, volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- REINHART, C.M. e ROGOFF, K.S. **Oito séculos de delírios financeiros**: desta vez é diferente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- SANTOS, T. **Os Impasses da Globalização**: hegemonia e contra hegemonia (vol. 1). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: 2003.
- SAVIANO, Roberto. **Zero Zero Zero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SERRANO, F. e MAZAT, N. A Geopolítica da Federação Russa em Relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito in ALVES, A.G.M.P. (ORG) **O Renascimento de uma potência?**: a Rússia no século XXI. Brasília: Ipea, 2012.
- SILVA, Luiza Lopes da. **A questão das drogas nas relações internacionais**: uma perspectiva brasileira. Brasília: Funag, 2013.
- STIGLITZ, Joseph. **O Mundo em Queda Livre**: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TAVARES, M.C. A retomada da hegemonia americana in TAVARES, M.C. e FIORI, J.L.

- Poder e Dinheiro:** uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TEIXEIRA, Lucas A. S. **Uma investigação sobre a desigualdade na distribuição de renda e o endividamento dos trabalhadores norte-americanos dos anos 1980 aos anos 2000.** Texto para Discussão 1695. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- TÉTART, Frank (org.). **Grand Atlas 2020.** Paris: Autrement, 2019.
- TÉTART, Frank (org.). **Grand Atlas:** comprendre le monde en 200 cartes. Paris: Autrement, 2015.
- VAROUFAKIS, Yanis. **O minotauro global:** a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **O caótico século XXI.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.
- YERGIN, Daniel. O Petróleo: **Uma História Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** São Paulo: Boitempo, 2011.

---

# **COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL E AMÉRICA LATINA: GEOGRAFIA, GEOPOLÍTICA E IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19**

**ELECTRONIC COMMERCE IN BRAZIL AND LATIN AMERICA:  
GEOGRAPHY, GEOPOLITICS AND IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC**

**COMERCIO ELECTRÓNICO EN BRASIL Y AMÉRICA LATINA:  
GEOGRAFÍA, GEOPOLÍTICA E IMPACTOS DE LA PANDEMIA DEL COVID-19**

**Pedro Eduardo Ribeiro de Toledo<sup>1</sup>**

**José Messias Bastos<sup>2</sup>**

**Francine Borges Silva<sup>3</sup>**

**RESUMO:** Neste artigo, o comércio eletrônico é tomado como pauta para uma análise geográfica de sua estrutura e de diferentes aspectos. Dentre estes aspectos, apresentaremos alguns rascunhos teóricos sobre a influência desta no cenário econômico do Brasil e da América Latina. Para tanto, o texto contextualiza o surgimento dessa atividade no contexto dos novos cenários macroeconômicos, tendo como enfoque a tecnologia de informação e as mudanças na relação entre as empresas, ressaltando-se, assim, a análise das recentes transformações no âmbito da realização da mercadoria, configurada na forma do comércio, e sua logística espacial. A análise se apresenta mediante um paralelo entre os fatores que representam a mudança no comércio e sua relação com a indústria trazendo como pano de fundo nesta discussão uma leitura de alguns apontamentos de economistas políticos clássicos como Karl Marx e outros, de forma que o entendimento dessas mudanças pela ciência geográfica tenha como ponto de apoio sua dinâmica espacial. Em dezembro de 2019, o mundo tomou conhecimento de uma nova doença que estava se espalhando de forma rápida até a evolução atual em seu estado de Pandemia. A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave, o SARS-CoV-2. E teve sua origem de característica zoonótica e com seu primeiro caso relato na cidade de Wuhan, na China. Os anos de 2020 e 2021 certamente serão marcados pelas drásticas mudanças no comportamento social como forma de prevenção e segurança, mas também pelos impactos trazidos no campo econômico como um todo. Diante disto, este trabalho objetiva analisar o cenário do comércio eletrônico

---

1 Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Instituto de Geografia - IGUFU - Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Monte Carmelo/MG, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0553-6037>. E-mail: [pertoledo@ufu.br](mailto:pertoledo@ufu.br).

2 Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH, Curso de Geografia, Florianópolis. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1038-1279>. E-mail: [jbastos57@gmail.com](mailto:jbastos57@gmail.com).

3 Centro Universitário Mario Palmério - UNIFUCAMP - Curso de Geografia, Monte Carmelo/MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4718-6503>. E-mail: [borges.silva.francine@gmail.com](mailto:borges.silva.francine@gmail.com).

no contexto das transformações macroeconômicas e sua aproximação conceitual com a Ciência Geográfica, contextualizado pelas mudanças geradas pelo ambiente da Pandemia de COVID-19 e âmbito de reconfigurações territoriais, baseado na mobilidade espacial possibilitada pelas novas tecnologias de informação.

**Palavras-chave:** Geografia Econômica. América Latina. Geopolítica. Comércio Eletrônico. COVID-19.

**ABSTRACT:** In this article, electronic commerce is taken as the guide for geographic analysis of its structure and different aspects. Among these aspects, we will present some theoretical sketches about its influence on the economic scenario in Brazil and Latin America. To this end, the text contextualizes the emergence of this activity in the context of new macroeconomic scenarios, focusing on information technology and changes in the relationship between companies, thus emphasizing the analysis of recent changes in the scope of merchandise realization, configured in the form of commerce, and its spatial logistics. The analysis is presented through a parallel between the factors that represent the change in trade and its relationship with the industry, bringing as a background to this discussion a reading of some notes of classical political economists such as Karl Marx and others, so that the understanding of these changes by geographic science has its spatial dynamics as its support. In December 2019, the world became aware of a new disease that was rapidly spreading to the current evolution in its Pandemic state. COVID-19 is a respiratory disease caused by the severe acute respiratory syndrome coronavirus, SARS-CoV-2. And it had its origin of zoonotic characteristics and its first case reported in the city of Wuhan, China. The years 2020 and 2021 will certainly be marked by drastic changes in social behavior as a form of prevention and safety, but also by the impacts brought on the economic field. Given this, this work aims to analyze the scenario of electronic commerce in the context of macroeconomic transformations and its conceptual approach to Geographical Science, contextualized by the changes generated by the COVID-19 Pandemic environment and the scope of territorial reconfigurations, based on the spatial mobility made possible by the new information technologies.

**Keywords:** Economic Geography. Latin America. Geopolitics. Electronic Commerce. COVID-19.

**RESUMEN:** En este artículo, el comercio electrónico se toma como agenda para un análisis geográfico de su estructura y diferentes aspectos. Entre estos aspectos, presentaremos algunos esbozos teóricos sobre su influencia en el escenario económico de Brasil y América Latina. Para ello, el texto contextualiza el surgimiento de esta actividad en el marco de los nuevos escenarios macroeconómicos, centrándose en las tecnologías de la información y en los cambios en la relación entre las empresas, destacando así el análisis de las recientes transformaciones en la realización de las mercancías, configuradas en forma de comercio, y su logística espacial. El análisis se presenta a través de un paralelo

entre los factores que representan el cambio en el comercio y su relación con la industria trayendo como antecedente en esta discusión una lectura de algunas notas de economistas políticos clásicos como Karl Marx y otros, de manera que la comprensión de estos cambios por parte de la ciencia geográfica tiene como punto de apoyo su dinámica espacial. En diciembre de 2019, el mundo tuvo conocimiento de una nueva enfermedad que se extendía rápidamente hasta la evolución actual en su estado de Pandemia. COVID-19 es una enfermedad respiratoria causada por el coronavirus del síndrome respiratorio agudo severo, SARS-CoV-2. Y tuvo su origen de característica zoonótica y con su primer reporte de caso en la ciudad de Wuhan, China. Los años 2020 y 2021 estarán sin duda marcados por los cambios drásticos en el comportamiento social como forma de prevención y seguridad, pero también por los impactos que se produzcan en el ámbito económico en su conjunto. Ante esto, este trabajo tiene como objetivo analizar el escenario del comercio electrónico en el contexto de las transformaciones macroeconómicas y su aproximación conceptual con la Ciencia Geográfica, contextualizada por los cambios generados por el entorno de la Pandemia de COVID-19 y las reconfiguraciones territoriales de alcance, basadas en la movilidad espacial habilitada por las nuevas tecnologías de la información.

**Palabras clave:** Geografía económica, Latinoamérica, Geopolítica, Comercio electrónico, COVID-19.

## **INTRODUÇÃO**

Uma retomada da história econômica brasileira nas últimas décadas permite reconhecer um processo de mudança na estrutura comercial baseada em transformações de ordem macroeconômicas. Tais mudanças vêm ocorrendo desde o início do século XX, quando o capital produtivo já alcançava certa maturidade, pois vem se desenvolvendo desde o início do século XIX, e o mercado começa a ser impulsionado tanto para a realização da mercadoria, como no desenvolvimento de instrumentos para geração de demanda. No Brasil, houve significativas mudanças no cenário das estruturas comerciais, devido a diminuição dos oligopsonios nos anos 50, acompanhando uma tendência mundial.

No entanto, a busca por inovações técnicas, principalmente nas áreas de informática e de telecomunicações, motivadas pela crise do capitalismo dos anos da década de 1970, e marcada na história pela crise do petróleo, com consequências nas bases produtivas de maneira em geral. Sobre estas inovações técnicas não se podem dizer que a crise nesse modo de produzir, com destaque para o sistema toyotista e uma organização geral da sociedade com bases no fordismo<sup>4</sup>, tenha levado ao seu fim. Mas podemos afirmar que tal crise, foi um dos principais pilares para a aceleração do processo de desenvolvimento do setor tecnológico, sobretudo nos Estados Unidos.

Subjacentes a esse processo havia duas vertentes centrais: investimentos na indústria de hardware e avanços no campo da comunicação, em especial nos recursos eletrônicos. No mesmo sentido do desenvolvimento do sistema capitalista, a pauta para o setor comercial era a

criação de meios de criação de demanda, direcionamento e fidelização do consumo, de modo, que as grandes marcas se tornassem mundiais e atribuíssem um status social ao indivíduo, não importando se o consumidor estivesse localizado em uma grande, ou pequena cidade.

Tais avanços remontam ao início da Guerra Fria, isto é, a pesquisas feitas pelo setor militar norte-americano que resultaram na criação de uma rede local de computadores que culminou no desenvolvimento da rede mundial de computadores — a internet. Atualmente, com o desenvolvimento e aperfeiçoamento das tecnologias de comunicação e da indústria de hardwares e de telefonia móvel, não somente a internet, mas principalmente as plataformas online (sites e aplicativos) criaram maior proximidade da população em geral com o comércio eletrônico em duas diferentes faces.

Em concomitância histórica com o nascimento da internet no Brasil, que tem sua origem em 1988 com a conexão entre o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) com a Universidade de Maryland, e a conexão estabelecida entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP com o Fermi National Accelerator Laboratory em Chicago no mesmo ano, mas que vem a iniciar sua popularização somente em 1996 com um backbone (espinha dorsal) estabelecido e dois provedores privados de internet: ZAZ e UOL (Universo Online), a América Latina como um todo, com destaque para os países da América do Sul tiveram um desempenho econômico e social de destaque nos primeiros anos do século XXI após as desastrosas políticas neoliberais que representaram um fruto envenenado nos anos 90. Atualmente estes países ganharam poder de negociação na divisão internacional do trabalho, pela mudança geopolítica atribuída principalmente ao desenvolvimento econômico da República Popular da China – RPC, principalmente após a crise do capitalismo de 2008.

Neste contexto, e dentro um cenário comercial e geopolítico, segundo algumas análises teóricas, os países em desenvolvimento da periferia, ao exemplo do Brasil, estão sendo norteados por uma via de mão-dupla perante este crescimento econômico da China, pois ao mesmo tempo que se tornam grandes fornecedores de commodities para este país, deixam de seguir o caminho do desenvolvimento da indústria de tecnologia e de bens de consumo, se tornando consumidores tanto das ditas grandes marcas oriundas dos Estados Unidos e Europa, como de utilidades domésticas e do crescente ramo de telefonia e acessórios das indústrias orientais. Como nos reforça Assis e Silva (2000, p. 12123):

A nossa atenção aqui está em evidenciar, com auxílio também de dados estatísticos das trocas comerciais, como a necessidade chinesa por produtos primários, no posto de “nova fábrica do mundo”, exerce uma força motriz que impulsiona o ordenamento dos processos produtivos no território brasileiro, colocando-os como um exportador de grãos, de minérios, de carnes, entre outros produtos primários e, em correspondência, como um importador de produtos industrializados e eletrônicos chineses. É cabível também problematizarmos como essas trocas assimétricas se especializa e se divide entre distintos estados brasileiros. Para demonstrarmos isso, levantamo-nos, organizamos em quadros e tabelas e analisamos os seguintes

documentos: dois acordos internacionais assinados a partir da crise de 2008 a 2016, o Plano de Ação Conjunta (2010-2014) e o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), ambos assinados com a República Popular da China – RPC. O Relatório China: direções globais de investimento 2018, produzido durante o Governo Temer pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil); o relatório Visão de futuro: 40 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China, do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC); e, por fim, analisamos e localizamos os dados estatísticos de exportação e importação das relações entre o Brasil com a China levantados e tabulados a partir da plataforma do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

O ano de 2020 e 2021 fez com que os negócios realizados por meio eletrônico ganhassem projeção de forma considerável por conta da imobilidade da população no contexto da pandemia da COVID-19.

Dito isso, este artigo objetiva analisar o comércio eletrônico no contexto das transformações macroeconômicas e sua atualidade perante a pandemia da COVID-19 e seus impactos nesta atividade no cenário brasileiro e na América Latina. Além de apresentar a estrutura do comércio eletrônico sob a ótica das tecnologias de informação que dinamizam a relação de comércio da sociedade com as empresas e das empresas entre si, assim como uma análise do contexto teórico, de modo a estabelecer sua relação com a ciência geográfica. Como forma de entender a abordagem que damos à referida temática, oferecemos uma visão geral do desenvolvimento da internet em seu período de evolução dos meios de comunicação e sua incorporação para o mundo dos negócios.

Enquanto campo metodológico, esta pesquisa se baseia no Materialismo Histórico e Dialético, e faz uso de uma leitura teórica sobre os conceitos que embasam tanto a perspectiva da Economia Política e da Ciência Geográfica, além do uso de dados secundários e primários que dão suporte aos caminhos teóricos.

Como forma de leitura geográfica dessa temática, podemos dizer que esse processo traz uma grande dinâmica espacial através de construção e rearranjo dos fixos e do grande volume de fluxos no entendimento de adequação produtiva e de mercado na ordem macroeconômica — logo, no entendimento dessa dinâmica de ordem geográfica, onde ao longo do processo de desenvolvimento e melhoria das redes de comunicação, os pequenos municípios foram inseridos no atual cenário de reprodução do sistema capitalista, através de suprimento da demanda de consumo por meio do comércio eletrônico (onde as lojas físicas localizadas nestes pequenos municípios não conseguem suprir a demanda de consumo que cada vez mais se apresenta como global).

Assim, as tecnologias no setor de automação, que engloba meios de comunicação, é o que dá unidade a esse processo. O espaço organizou-se e modelou-se para dinamizar o próprio fluxo de matéria-prima, produção e mercadorias pela matriz industrial desenvolvida, nessa nova perspectiva. A infraestrutura presente no mesmo espaço se torna passível de

revisões conceituais sobre a materialização dos objetos e equipamentos dessa nova ordem, sendo possível, como já ressaltado, estabelecer o papel do comércio eletrônico, enquanto meio de reprodução do sistema capitalista, nas grandes, médias e pequenas cidades.

Inicialmente, este artigo apresentará à relação entre a concepção do comércio eletrônico enquanto derivado do processo de inovação das tecnologias de computação e de comunicação, e sua relação e enquadramento dentro das transformações econômicas de maneira em geral. A seguir, será analisado os dados do perfil do consumidor brasileiro, de forma que possamos estabelecer relações com o campo espacial, no prospecto das pequenas e médias cidades. Para finalizar, será estabelecida o campo de relação da atividade do comércio eletrônico com a ciência geográfica, de forma que possamos fechar este artigo com as considerações finais a despeito das conclusões dos autores e o apontamento de caminhos investigativos para a geografia com relação a esta temática.

## **REDES, CIRCUITOS PRODUTIVOS E A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**

No contexto histórico e econômico, na última década do século XX, acompanhamos uma entrada significativa Investimentos Externos Diretos – IEDs nos países em desenvolvimento da periferia do sistema, proporcionados pela abertura comercial sob a bandeira do denominado Neoliberalismo que marcou a economia latino-americana dos anos 90. Esses investimentos estrangeiros afetaram diretamente os setores da indústria, atacado e varejo, que passaram a sofrer “aglutinações” corporativas que caracterizam o período de crise da economia nos países latinos e a manutenção de poder sobre o mercado.

Neste contexto, o processo de fusões e aquisições são característicos do momento de crise do capitalismo que se perpetua de maneira em geral desde à crise do petróleo de 1973, e impulsionou até os dias atuais a busca por domínio de mercado pelas vias da mundialização do capital e a financeirização da economia, em detrimento das destruições criativas (SCHUMPETER, 1982) que impulsionam as novas fases de ascensão do sistema capitalista. Assim, conforme Chesnais (1996, p. 34):

A mundialização é resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito as políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan.

Com este processo de centralização do capital e descentralização de operações produtivas, comerciais e financeiras, houve não somente uma reorganização da divisão internacional do trabalho, mas também uma nova perspectiva geopolítica do mundo, que passam a travar forças no campo comercial e econômico, por meio de empresas multinacionais, ao qual podemos denominar de moderna empresa e caracterizá-las sob a ótica de Chandler (1988, p. 264):



A moderna empresa administra várias divisões, fábricas, minas e outros complexos em uma ou mais atividades econômicas básicas de produção, distribuição, transporte e financiamentos em lugares dispersos e, não raro, em diferentes setores industriais. Sua hierarquia gerencial exerce suas funções primordiais mediante uma estrutura organizacional e um sistema de controle determinados. A moderna empresa, como antes definida, surgiu e prosperou nos setores da economia nos quais pôde coordenar as unidades produtivas mais eficientemente do que os mecanismos de mercado, reduzindo os custos unitários e aumentando a produtividade.

Assim, estes grupos industriais internacionais ganham força e introduzem novas formas de gestão e de controle do trabalho. Sob a lógica comercial, que dá base para este estudo sobre o comércio eletrônico, as modernas empresas multinacionais impõem sobretudo uma padronização de consumo dentre as diferentes formações socioespaciais, para facilitar o processo produtivo em grande escala e assim fazer frente aos mercados nacionais com preços mais competitivos. Esta lógica é que conduz a grande parte dos consumidores latino-americanos a buscarem produtos em plataformas como o do Grupo Alibaba (China).

Sob esta ótica, Santos (2011, p. 19) nos aponta:

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado.

Assim, o campo de trabalho para setor o administrativo torna-se fundamental, pois a concorrência entre os grandes grupos é um jogo de mercado que somente pode ser vencido com bons estrategistas. A ideia de multiunitarismos de Chandler (1988) está vinculada diretamente com o domínio de mercado através do escopo, que somente se torna possível pela marca consolidada. Para o consumidor, a relação estipulada entre a marca e sua qualidade correspondente é o que dá segurança ou não na hora da compra pela internet e o que garante a qualidade de atendimento e das mercadorias oferecidas por uma mesma rede, desde grupos com cinco hipermercados até aqueles com mais de mil filiados, como a rede Smart. Ou como aponta a reportagem da Revista Valor Econômico sobre a recente aquisição em 2021 da rede Big pelo Carrefour que tornou este grupo, a maior empresa no setor varejista da América Latina com vendas liquidas na ordem de 16 bilhões de dólares, superando a chilena Fallabella, com 13 bilhões de dólares.

A tecnologia de informação — pode-se deduzir — permitiu que empresas e indústrias expandissem seu território de atuação. Trata-se de um processo de desconcentração industrial — salientado por teóricos como Milton Santos (2003), ao tratar da urbanização no Brasil — paralelo ao cenário de fusões e aquisições empresariais e industriais de períodos

recessivos da economia mundial contextualizado pelos ciclos econômicos de Kondratieff e pelos ciclos curtos na análise de Rangel (2005).

O comércio, cuja estrutura se mostra cada vez mais complexa, tem revelado significativo aumento de sua dinâmica desde a segunda metade do século XX. A moderna empresa abordada por Chandler (1998) estruturou-se de forma a incorporar novos setores produtivos em multiplantas, especializadas de acordo com as capacidades produtivas que as diferentes regiões oferecem em seus aspectos naturais, e consolidou uma marca que a representa e se mostra hegemônica para o mercado consumidor.

Como se pode deduzir desta passagem, a gerência administrativa das empresas, que já mostrava um “descolamento” do setor de produto (CHANDLER, 1998) nessa nova etapa de sua evolução e corporação, tem a tarefa não só de manter “bons relacionamentos” com o capitalismo financeiro, mas também a tarefa de dar manutenção à marca — fundamental para a etapa produtiva.

Esse ponto se torna importante em nossa análise porque, para o desenvolvimento do comércio eletrônico, o consumidor, além de confiar no instrumento tecnológico, mostra confiabilidade em suas compras de diferentes mercadorias pela única coisa que lhe é palpável: a marca. E as empresas estão atentas a isso.

Means e Schneider (2001, p. 109) apresentam o segundo fator de mudança, que — cabe ressaltar — implica mais diretamente ordens espaciais:

A integração dos capitais de mercado de capitais globais permitiu que os produtos e os fundos fluíssem eficientemente em todo o mundo, criando níveis mais elevados de eficácia de mercado, abrindo mais oportunidades e permitindo que o capital encontrasse os maiores retornos disponíveis. Do ponto de vista de evolução, estas mudanças criaram um sistema circulatório muito mais eficaz. O organismo geral do mercado tornou-se mais rápido nas suas respostas e os sistemas cresceram e se fortaleceram mais rapidamente.

Segundo esses autores, em observações empíricas de grandes grupos empresariais com atuais investimentos no setor de comércio e controle eletrônico entre empresas e filiais, a denominada inversão da pirâmide mostra que os investimentos são, na maior parte, na promoção da marca.

Na perspectiva geográfica, a reorganização de empresas como a Coca-Cola no mercado de bebidas na economia nacional serve de exemplo: O período de recessão da economia levou as empresas a aumentarem seus escopos de produção, mas sem abandonar o nicho de mercado, ou seja, a Coca-Cola não conseguindo aumentar o seu volume de venda de refrigerantes, passa a investir em outros tipos de bebida como chás, sucos e água gaseificada, através de compras de grandes empresas tradicionais no mercado e chegando ao ponto de investir em fazendas produtoras de limão, pêssego, maçã e outras frutas que fornecem sabores que são acrescentados nestas novas bebidas. Logicamente, todos estes novos investimentos geraram investimentos logísticos, produtivos e logo espaciais.

Ao tratarmos de cadeias de valores, a internet torna-se uma grande contribuinte para o estabelecimento desta nova ordem das empresas. Castells (2003, p. 56) faz algumas considerações sobre o uso da tecnologia da internet sobre o setor produtivo e empresarial; para ele,

A internet está transformando a prática das empresas em relação com seus fornecedores e compradores, em sua administração, em seu processo de produção e em cooperação com outras firmas, em seu financiamento e na avaliação de ações em mercados financeiros. Os usos adequados da internet tornaram-se uma fonte decisiva da produtividade e competitividade para negócios de todos os tipos.

Enfim, o processo de globalização do consumo e do denominado “estilo de vida moderna” se coloca como alicerce para o processo de mundialização do capital por meio do desenvolvimento de cadeias produtivas e cadeias de valor pelo globo, onde o capital financeiro e a base administrativa destas grandes corporações encontram-se geograficamente próximas às grandes bolsas de valores e a base produtiva busca melhores vantagens comparativas em áreas de exploração de commodities. Com relação a realização da mercadoria, a internet se tornou do ponto de vista destas grandes corporações uma via de consolidação e engajamento do mercado consumidor por meio de preços competitivos e a busca constante de dinamização da logística de entrega. Sob o ponto de vista do mercado consumidor, a facilidade de acesso aos produtos destas grandes corporações, dividem a aferição do que é consumido nas cidades entre o comércio local e os produtos adquiridos pelo comércio eletrônico. No campo geopolítico, o grande consumo de produtos oriundos de empresas como o Alibaba Group, por parte de consumidores latino-americanos cria uma área de influência, mercado e tendências econômicas sob o “controle” dos países sedes destas empresas como a China, que também é a principal parceira comercial do Brasil no mercado de exportação de commodities, auxiliado pela guerra comercial entre a China e os Estados Unidos ao longo de 2018 e 2019.

No entanto, os recentes “ruídos” nas relações diplomáticas entre os dois países pela gestão do presidente Jair Bolsonaro, aberto uma oportunidade de novas negociações entre os americanos e os chineses pelo acordo de janeiro de 2021, onde produtos como frango e soja podem ser fornecidos pelos americanos, afetando assim diretamente a produção brasileira.

A seguir, abordaremos o comércio eletrônico dentro de seu contexto histórico e macroeconômico, criando espaços de análise para avaliação desta atividade econômica no Brasil e América Latina.

## **COMÉRCIO ELETRÔNICO: REDES, CADEIA PRODUTIVAS E AS NOVA PERSPECTIVA DE NEGÓCIOS PARA A REPRODUÇÃO CAPITALISTA**

O comércio eletrônico como fruto do desenvolvimento dos setores de hardware e telecomunicações se apresenta como inovação nesse processo de expansão e diversificação dos estabelecimentos comerciais, na relação entre estes e o setor atacadista e pelas empresas, que passam a realizar investimentos em centros de distribuição de pequeno, médio e grande

porte para cumprir seu papel logístico. Além disso, o setor de serviços tem apresentado grandes investimentos em portais eletrônicos para divulgação e contratação de suas atividades. Dentre os vários segmentos desse setor, podemos dar destaque os bancos, que nos últimos anos têm realizado grandes investimentos no processo de interação de seus clientes com seus serviços através de websites — também denominadas portais eletrônicos —, como apresenta o estudo de Magalhães (2007). Outra perspectiva de estudos sobre as influências que as tecnologias de informação (TI) geraram para o mercado consumidor está ligada a este mercado na ótica do consumo, conforme aponta Nakagawa (2008, p. 27-28):

Diversos modelos de negócios surgem em tempos de crise como uma resposta às mudanças ambientais e aos desafios que a nova realidade impõe. Muitas vezes, estes modelos são apoiados por avanços em tecnologia e acesso crescente à informação. Vavra (1992), ao analisar um passado não tão longínquo, lembra que, nos anos 80, a estrutura de mercado tornou-se mais complexa, o mercado consumidor fracionou-se e as ofertas de produtos proliferaram. Paralelamente a tecnologia computacional experimentava melhorias em custos capacidade de armazenamento, oferecendo subsídios para que as empresas conhecessem melhor os seus clientes. A década de 90 assistiu, maravilhada, a uma mudança de comportamento de mercados e dos consumidores que antes não se imaginava. A chamada globalização rompeu fronteiras, derrubou mitos e permitiu uma fabulosa interação cultural entre as nações. A informação deixou de ser um recurso escasso entre os concorrentes: capacidades de pesquisa extensivas faziam parte da estratégia da maioria deles.

No âmbito da administração, a mudança no paradigma de produção, dentre outras origens, tem raízes no “desenrolar” de uma mudança ocorrida no Japão após os anos 50 que se vinculou à recuperação econômica desse país após a Segunda Guerra Mundial. Uma mudança central ocorreu na administração da produção, motivada, em especial, por transformações na indústria automotiva Toyota. Conhecida como “toyotismo”, tal mudança chegou ao ocidente com o nome de produção flexível ou pós-fordismo. Na organização toyotista do processo de trabalho, que veio historicamente substituir a organização taylorista, o processo de administração da produção apresenta estas finalidades principais: a produção destinada a suprir diretamente a demanda social — que, ao contrário da linha fordista, não cria estoques; a não especialização da produção — destinada não a um produto apenas, mas a um nicho, o que criou possibilidades para que as empresas “encolhessem” ou ampliassem seu escopo conforme sua situação no mercado; enfim, o conceito de *just in time* — derivação desse processo que supõe obter mais eficiência na produção e na realização da mercadoria para a sociedade. Esta perspectiva pode ser representada pela existência dos E-marketplaces no âmbito virtual que agrega e consolida negócios de diversos produtores de um mesmo escopo de produtos, e que estão espalhados por todo território nacional ou mesmo fora do país, aonde a parte física (Hardware e Software) está

localizada nas grandes cidades e a produção espalhada no empreendedorismo individual nas grandes, médias e pequenas cidades.

O Acesso à tecnologia e o desenvolvimento dos sistemas de comunicação ainda são contestados por muitos teóricos, para os quais essa tecnologia ainda está vinculada a grupos de média e alta renda. Mas a perspectiva, criada pelos japoneses, de *substituição precoce de tecnologias* e o auxílio ao consumo em massa, facilitados pela potente ação do capitalismo financeiro, conduzem-nos ao entendimento de que essas tecnologias, no setor de automação e informação, vêm se popularizando cada vez mais rapidamente e serão, num futuro próximo, bases possíveis para retomar investimentos ligados à nova fase expansiva dos ciclos de que fala Kondratieff<sup>5</sup>.

Aqui, o *e-business* e o *e-commerce* são o principal foco de interesse de pesquisa em razão de sua ligação direta com a reengenharia produtiva e articulação espacial das empresas. A consolidação de uma grande empresa significa se consolidar para a sociedade como um todo de sua identidade denominada “marca”: elemento fundamental para realizar compras *on-line*, pois define o nível de confiabilidade do consumidor na mercadoria oferecida.

Assim, a recente transformação no âmbito macroeconômico brasileiro no que se refere à reestruturação empresarial apresenta um campo amplo de estudo dessa dinâmica, entendida e desmistificada pela leitura dos campos que compreendem essa ordem macroeconômica. O estudo dessa reestruturação empresarial e o entendimento de sua dinâmica espacial são fundamentais para a ordem epistemológica da ciência geográfica porque trabalha e revisa seus conceitos diretamente e em diferentes escalas, como é o caso da análise desta atividade nas pequenas cidades. O diálogo estabelecido por este trabalho entre a economia política e geografia torna-se complementar a essa perspectiva.

Mas essa nova perspectiva nos remete a uma revisão conceitual da ciência que trata da organização espacial sobre a materialização dos objetos e equipamentos presentes no espaço na nova era digital. A escolha por este tema se deu, principalmente, pelo desafio de trabalhar na perspectiva de uma nova forma de negócio que nos conduz a uma *espacialidade insólita* pela falta de materialização de objetos no espaço pelas empresas e a perspectiva de um consumo globalizado, principalmente para o consumidor localizado nas pequenas cidades. Estas criam sua estrutura com baixo *estoque de capital*, porém não só influenciam a dinâmica do comércio e a reestruturação empresarial — que engloba a produção; também trabalham com o espaço geográfico como se este fosse um tabuleiro de xadrez onde a organização das peças (objetos/cadeia produtiva) é a base para os movimentos que conduzirão à vitória (fluxos/realização no mercado).

Assim, como um dos apontamentos na análise teórica sobre o referido assunto, nessa transformação do paradigma comercial até então, em muitos casos a empresa realiza a venda do produto (uma fotografia no website) sem tê-lo produzido; fato este que exerce certa pressão do comércio sobre a indústria e cria caminhos alternativos e virtuais no circuito do capital, à luz da teoria de Karl Marx.

Nesse contexto, podemos considerar que a internet nasce do casamento entre a evolução dos sistemas de comunicação e a evolução do setor de informática. Ambos

receberam investimentos maciços após a entrada no período recessivo da economia que se iniciou com a crise do petróleo de 1973 (RANGEL, 2005). Esse autor destaca tal evolução nos sistemas como forma de retomar o crescimento por países do centro do sistema, sobretudo Estados Unidos, que já haviam lançado investimentos nesse setor durante a Segunda Guerra Mundial através de empresas como a IBM.

A tecnologia de informação possibilitou conhecer mais as tendências de consumo da sociedade, em especial o fato de que o acesso da sociedade ao mercado se tornou mais próximo e dinâmico. Peter Drucker (2001), analista da administração empresarial que acumulou larga experiência trabalhando como consultor de empresas como General Motors e outras, faz certos apontamentos sobre o comércio eletrônico que se mostram convenientes a este estudo. Diz ele:

O comércio eletrônico é para a revolução da informação o que a ferrovia foi para a Revolução Industrial — um avanço totalmente novo, totalmente sem precedentes, totalmente inesperado. Fazendo uma analogia com a ferrovia de 170 anos atrás, o comércio eletrônico está criando uma explosão, mudando rapidamente a economia, a sociedade e a política. (DRUCKER, 2001, p. 92).

Com efeito, vivenciamos um segundo momento desse padrão de consumo. A análise mercadológica já tem como preceito que a tecnologia de informação está sendo cada vez mais difundida na sociedade, passa a explorar os métodos e a metodologia de venda via meio digital e a analisar o padrão de consumo dentre os produtos oferecidos na grande rede. Para a geografia, esse ponto se torna fundamental em sua análise espacial, pois, após anos de exploração da espacialidade do comércio na cidade, temos a plena certeza da localização dos pontos comerciais, mas não a do consumidor, que, graças à tecnologia, pode estar localizado em qualquer parte do mundo. Esta lógica se complementa e se torna mais interessante à análise pelo ponto de vista do consumidor, que mantém uma relação mais virtual com o ponto comercial do que geográfica; ou seja, o endereço da loja passa ser o eletrônico, e não mais o de sua representação física. Para tanto, encontramos a relação estabelecida entre produção, distribuição, troca e consumo, em sua análise conjuntural sobre o sistema capitalista conforme (MARX, 2003, p. 242);

A produção dá os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual; e, finalmente no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual e satisfazendo-a com disfrute. A produção aparece assim como o ponto inicial; o consumo como ponto final; a distribuição e a troca como o centro, que por isso mesmo é dúplice, já que a distribuição é determinada como emana dos indivíduos.

A compra pela internet se dá através de uma página eletrônica (website) criada pela empresa que apresenta, através de fotografias, textos e vídeos, produtos e informações organizados por setor. A maioria das páginas eletrônicas contém uma ferramenta de busca de produtos que facilita e dinamiza o processo de compra. Quando o consumidor escolhe o/s produto/s desejado/s por meio de sua seleção, a página gera um boleto — ou links — para que ele informe seus dados do cartão magnético, a fim de que a compra seja efetivada. Feito isso, a informação é enviada automaticamente a uma central e, logo, ao centro de distribuição, que cuidará do envio.

Para o consumidor, essa página eletrônica pode ser acessada em qualquer parte do globo; mas os centros de distribuição ou locais para retirada de produto estão localizados no espaço e impõem à empresa a necessidade de entregá-los de forma tão rápida quanto sua aquisição, para que esse instrumento de compra crie uma gama cada vez maior de usuários.

Nessa lógica, a logística espacial para as empresas — grandes e pequenas — torna-se determinante central de seu sucesso no mercado, tanto na captação de matérias-primas quanto na organização da produção, no gerenciamento da produção e do comércio e na realização da mercadoria para a sociedade. Desse modo, para a ciência geográfica, a análise pode ser realizada não só nos condicionantes logísticos, formadores deste espaço, mas também nas influências diretas na materialização de aspectos sociais e econômicos trabalhados por autores da geografia econômica e na receptividade dessa tecnologia pelo comportamento de consumo da sociedade, como trabalhado por autores que enfatizam mais a linha sociológica, a exemplo de Manuel Castells (2003).

Neste sentido, compreender as estruturas logísticas e de negócios do comércio eletrônico, nos traz a compreensão da evolução e da estruturação das pequenas, médias e grandes empresas do setor, além da possibilidade de análise a partir do consumo nas diferentes partes do mundo em que estas empresas possuem mercado consumidor.

Assim, ao analisarmos o setor de logística, temos como uma finalidade principal apresentar ao leitor as mudanças centrais que este setor passou com o início das atividades do comércio eletrônico. Faremos inicialmente uma breve apresentação dos segmentos-chave do comércio eletrônico e suas respectivas características, de modo que uma análise comparativa forneça uma base para entender o que ocorreu nesse setor e, logo, em sua reestruturação espacial.

Albertin (2002, p. 73) aponta que:

O conceito de CE engloba a realização de toda a cadeia de valor dos processos de negócios num ambiente eletrônico, não se restringindo simplesmente à realização de transações comerciais de compra e venda de produtos e serviços.

Desse modo, a logística empregada por qualquer empresa se torna um ponto crucial no pleno estágio multiplicador de valores dentro da cadeia. Sua ineficiência traz um descompasso entre o processo produtivo visto na ótica do recebimento de insumos para a produção e a relação entre a empresa e seus fornecedores. Segundo esse autor, houve um processo evolutivo na relação entre empresas e fornecedores e entre empresas e empresas

que “[...] viabilizou novos modelos de negócio” (ALBERTIN, 2002, p. 73 com base nos estudos de Ticoll, Lowy; Kalakota, 1998).

A princípio, o modelo de mercado aberto foi implementado por empresas que investiram na expansão de seus negócios e/ou facilitaram a aquisição de mercadorias pelo mercado consumidor (Albertin, 2002). Derivada do barateamento tecnológico e da expansão do setor de tecnologias de hardware e telecomunicações — como vimos —, essa estrutura de mercado aberto possibilitou, ao mercado consumidor e ao campo empresarial, estabelecer um livre diálogo para a o comércio, denominado de Business-to-Consumer (B2C). No entanto, este mesmo mercado aberto facilitou a comunicação e negócio entre agentes de mesma cadeia produtiva por meio do Business-to-Business (B2B) e entre consumidores por meio do denominado Consumer-to-Consumer (C2C). No dizer de Albertin (2002, p. 74):

Esse Modelo de Mercado Aberto tende a levar a um mercado perfeito, uma vez que todas as informações estão disponíveis a todos, a concorrência é livre e ampla, as estratégias de negócio por restrição tendem a diminuir, o poder de negociação é aumentado, assim como a competitividade, a globalização é viabilizada para os vários níveis de empresas, os custos e preços tendem a ser reduzidos etc. Esse modelo é considerado auto-organizado.

O mercado aberto criou uma possibilidade para empresas que passaram a investir no estabelecimento de diálogo entre campo empresarial e mercado consumidor, passando a desempenhar o papel de “agregador”. Albertin (2002, p. 75) esclarece que:

O agregador tem como desafio a identificação e a realização dos serviços que agregam valor para os demais participantes, a dependência que acaba tendo relação aos demais, a concorrência do Mercado Aberto e dos demais agregadores, a criação de vários componentes organizacionais fortes o suficiente para atrair os participantes do mercado, a realização dos vários processos envolvidos etc.

Nesse sentido, os participantes do modelo de agregação têm como uma das principais vantagens a confiança em alguns agentes de agregação que os poupam de alguns processos de negócios e tornam o mercado mais confiável. Por outro lado, essa mesma confiança passada pelo agente agregador cria uma dependência dos produtores e fornecedores em relação a ele. Os novos modelos de negócio também ofereceram aos participantes a possibilidade de integração de vários parceiros de uma mesma cadeia de valores, de modo a permitir maior flexibilidade e adequação de recursos. Esse modelo integrador, também denominado de cadeia de valor.

O responsável pela integração coordena a atividades dos participantes de modo que estes interajam e estabeleçam relações entre si para a produção de um produto ou um serviço. Albertin (2002, p. 76) aponta esta perspectiva assim:



No Modelo de Cadeia de Valor, o integrador tem a possibilidade de contar com produtos individuais de parte do processo, que apresentam maior produtividade e qualidade em seu contexto, para realizar de forma mais adequada à cadeia de valor necessária para a criação de um produto ou serviço. Assim, sua especialização, responsabilidade e custos de valor para atender de forma mais flexível ao mercado de clientes e consumidores, obter um custo mais adequado, diminuir as restrições de recursos escassos etc.

O estabelecimento das cadeias de valor surge dos recentes fatores do processo de terceirização da produção, como aponta Means e Schneider (2001). No entanto, esse modelo traz, para os produtores, uma perspectiva de dependência do agente integrador. Assim, a plena realização dos negócios pode sofrer um risco causado pela desproporção em tamanho dos produtores participantes da mesma cadeia de valores. Nesse sentido, conforme aponta Albertin (2002, p. 77):

[...] os clientes têm o desafio da dependência em relação ao integrador, da determinação do preço pelo integrador e não pelos produtores, da possibilidade de determinação de especificações de produtos e serviço para atender às necessidades do integrador em vez das suas etc.

A crescente inserção de empresas no mercado virtual criou a possibilidade do desenvolvimento do que Albertin (2002) chama de “Espaços de Valores”, em que os produtores, através de um website, podem buscar novos parceiros e estabelecer alianças. Os websites remontam à ideia das já existentes páginas de relacionamentos pessoais, a exemplo do Orkut.com (EUA), Facebook.com (EUA) e da que mais se caracteriza: Linked.com (EUA), em que o usuário busca amigos ou outros relacionamentos pelo perfil de seu futuro parceiro.

No âmbito da realização dos negócios virtuais, foram criados nos últimos anos os denominados e-marketplaces que são websites em que os produtores podem se encontrar por ramo de negócio e que proporcionam além de uma maior agilidade ao negócio, a possibilidade de criação de comunidades de valor agregados (CAV). A seguir, poderemos observar que os dados mostrados no gráfico reafirmam esse processo de aumento de negócios realizados através do B2B.

Nesses websites, os comerciantes e produtores encontram-se pelo perfil de negócio ou buscam novas oportunidades de investimento em produtos e classificados postados, por exemplo, no Alibaba.com (China), Manta.com (EUA), Made-in-China.com (China), IndiaMart.com (Índia), EC21.com (Coreia) e outras.

Segundo sites de informações sobre os negócios digitais e bolsas de valores ao exemplo do Ecommerce de Sucesso<sup>6</sup> fazendo uso de dados do site Economática.com, a empresa Mercado Libre<sup>7</sup> fundada em 1999, pelo empresário argentino Marcos Galperín, que no mesmo ano passou a atuar em três países além da Argentina: Uruguai, México e Brasil, e no ano seguinte no Equador, Chile, Venezuela e Colômbia, atingiu o valor de mercado em

agosto de 2020 de 60,664 bilhões de dólares passando a ser a maior empresa mais valiosa da América Latina nas condições de inserção na B3 (bolsa de valores brasileira), ficando à frente da Petrobrás com 57,537 bilhões de dólares e da Vale com 59,363 bilhões de dólares.

No entanto, apesar deste crescimento considerável do Mercado Livre, esta empresa ainda se encontra muito abaixo em termos de porte e vendas de empresas como o Alibaba Group<sup>8</sup>, cujo as pessoas residentes na China podem realizar suas compras pelo maior site de vendas do país, o TaoBao, onde a compra é finalizada através de pagamento feito pela Ant Financial e entrega realizada pela CaiNiao. A Alibaba teve seu nascimento também em 1999 pelo seu fundador Jack Ma e hoje tem seu valor de mercado estimado em mais de 500 bilhões de dólares. Segundo ranqueamento divulgado pelo portal de notícias Poder 360<sup>9</sup>, a Alibaba realizou de janeiro a maio de 2020 o total de 1.170, 4 bilhões de dólares, tendo uma segunda empresa chinesa JD.com<sup>10</sup> na segunda colocação no ranking, realizando a venda de 357,7 bilhões de dólares no mesmo intervalo de tempo e a empresa americana Amazon, com na terceira posição com 269,4 bilhões de dólares.

No próximo item analisaremos os impactos que a pandemia da COVID-19 trouxe para a atividade do comércio eletrônico no Brasil e na América Latina como um todo.

## **A PANDEMIA DA COVID-19 E OS IMPACTOS PARA O COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA**

Segundo dados do E-Bit, portal eletrônico do Grupo Buscapé, que avalia e gera dados censitários de consumo e grau de satisfação dos consumidores na internet, apesar da queda do índice da variação no aumento do consumo por meio do comércio eletrônico pelos seguintes dados: Variação de 2012 para 2013 (28%), 2013 para 2014 (24%) e de 2014 para 2015 (15%), o comércio eletrônico mostrou uma alta em seu faturamento: 2013 (28,8 Bilhões de reais), 2014 (35,8 Bilhões de reais) e em 2015 (41,3 Bilhões de reais), sendo que o incremento no número de e-consumidores ativos diminuiu significativamente nos índices de variação de 2013 para 2014, onde passamos de cerca de 31 milhões para 38 milhões, com relação à variação de 2014 para 2015 onde foi acrescido um pouco mais de 1 milhão de e-consumidores, e chegamos ao número final de 39.141.590 de e-consumidores em 2015.

Em 2019, ano anterior a pandemia da COVID-19, o e-commerce cresceu 16%, aumentando em 4 vezes o seu faturamento com relação a 2010. O Faturamento de 2011 foi de 18,7 bilhões de reais e o de 2019 foi de 61,9 bilhões de reais, sendo que o significativo aumento do número de pedidos é o fator que impulsionou o comércio eletrônico em 2020, sendo que a variação do percentual do ticket médio foi de -4,7% entre 2018 e 2019, e a variação do número de pedidos foi de 20,1% entre estes mesmos anos de análise.

Os dados apresentados pela E-Bit por meio de sua Revista Webshoppers, houve um acréscimo de 10,7 milhões de novos consumidores na internet, significando um acréscimo de 9% no número total. O faturamento do E-Commerce pelas compras realizadas via smartphones ou outros aparelhos móveis foi de 25,9 bilhões de reais em 2019 em 68, 5 bilhões de pedidos, com *ticket* médio de 378 reais.

Os primeiros casos do novo coronavírus foram registrados no dia 26 de dezembro de 2019 em um hospital na cidade de Wuhan que é a maior cidade e capital da província de Hubei na China. O traço comum entre os pacientes é que todos eram frequentadores de um mercado atacadista de animais. No dia 03 de fevereiro de 2020 é publicado na Revista Nature o primeiro artigo a respeito do primeiro paciente relatado em Wuhan, conforme Wu, F., Zhao, S., Yu, B. et al (2020):

Here we study a single patient who was a worker at the market and who was admitted to the Central Hospital of Wuhan on 26 December 2019 while experiencing a severe respiratory syndrome that included fever, dizziness and a cough. Metagenomic RNA sequencing<sup>4</sup> of a sample of bronchoalveolar lavage fluid from the patient identified a new RNA virus strain from the family Coronaviridae, which is designated here ‘WH-Human 1’ coronavirus (and has also been referred to as ‘2019-nCoV’). Phylogenetic analysis of the complete viral genome (29,903 nucleotides) revealed that the virus was most closely related (89.1% nucleotide similarity) to a group of SARS-like coronaviruses (genus Betacoronavirus, subgenus Sarbecovirus) that had previously been found in bats in China<sup>5</sup>. This outbreak highlights the ongoing ability of viral spill-over from animals to cause severe disease in humans.

No dia 05 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS faz seu primeiro comunicado a respeito do assunto, e informa que já são 44 casos da então denominada “pneumonia de causa desconhecida” em Wuhan. No dia 09 de janeiro é divulgado o código genético do novo coronavírus. No dia 28 de janeiro, a OMS reconhece que o risco de epidemia no mundo é alto a partir daquela data. O estudo da doença publicado na revista Nature como citado acima, já afirmava a existência de 1975 casos registrados no dia 25 de janeiro em Wuhan. No dia 09 de fevereiro, 34 brasileiros que viviam na cidade de Wuhan foram repatriados e ficaram em isolamento de 14 dias na cidade de Anápolis. No dia 21 de fevereiro amplia a lista de países do sudeste asiático em alerta para o novo coronavírus. No dia 26 de fevereiro, é registrado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil por meio de um paciente que havia viajado para a Itália, e no dia 27 de fevereiro o número de casos em monitoramento por parte do Ministério da Saúde sobe para 132. No dia 05 de março é confirmado as primeiras transmissões internas no país subindo o número de contagiados para 08, e no dia 09 de março o número de contagiados já era de 25.

No dia 11 de março de 2020, a OMS declara o status de Pandemia do Coronavírus. No dia 17 de março é registrado o primeiro óbito no Brasil pela COVID-19 por um homem de 62 anos de idade. Nesta mesma, o número de óbitos registrados no mundo em 24 horas foi de 820, e em apenas um mês depois, no dia 17 de abril de 2020, o número de óbitos registrados no mundo em 24 horas foi de 8.493. No Brasil, nesta mesma data, a soma do número de óbitos registrados em 24 horas foi de 217. A partir desta data os números de contagiados e de óbitos no Brasil cresceram de forma exponencial. Os meses de maio, junho e julho caracterizaram

bem o que denominamos de “primeira onda”, onde o número de novos contagiados e de óbitos atingiram grandes patamares, onde no dia 04 de junho de 2020 o número de óbitos registrado em 24 horas foi de 1473. As ações de contenção de circulação da população foram adotadas por governadores e prefeitos, e os dados apresentaram uma diminuição dos números relacionados aos novos casos e número de óbitos, onde no dia 10 de novembro foi registrado 174 óbitos em 24 horas. Com a chegada do fim do ano, e o período de férias para grande parte da população brasileira, os meses de março, abril e maio de 2021 foram caracterizados pela existência da “segunda onda” de contágios, e na transição do dia 07 para o dia 08 de abril o país registrou o seu número recorde de 4.249 óbitos em 24 horas, sendo que no dia 06 de abril, o número de óbitos registrados em 24 horas foi de 4.195.

Com relação à América Latina, países como Argentina registraram números condizentes com os países que tiveram os impactos da COVID-19 mitigados pelas políticas públicas e sanitárias de contenção do contágio. No dia 15 de junho de 2021 o país registrou 586 óbitos em 24 horas atingindo o seu maior número desde o início da pandemia. Neste mesmo contexto, o número recorde da Bolívia foi de 164 no dia 12 de junho, o da Venezuela de 21 óbitos em 24 horas no dia 16 de junho, o do Chile foi de 231 óbitos no dia 13 de junho de 2020, o do Peru foi de 1.036 óbitos em 24 horas no dia 11 de abril e do México foi de 1.474 óbitos em 24 horas registrados no dia 11 de abril de 2021.

Os dados da COVID-19 relativos as mortes por milhão de pessoas no final de maio de 2021, segundo publicação da Our World in Data ligada a Universidade de Oxford apontam a 9ª posição para o Brasil, com 2.173, ficando atrás de pequenos países da Europa como a 3ª posição pertencente à Bósnia e Herzegovina com 2.807 e a 1ª posição pertencente a Hungria com 3.077 mortes por milhão. No entanto, os dados colocam o país em 2º lugar nos números absolutos ultrapassando os 461 mil mortos, frente aos 594 mil dos Estados Unidos da América, que nos números proporcionais está, segundo os dados na 17ª posição.

A Pandemia da COVID-19 que ainda se encontra em vigência já contabilizou até o dia de hoje (09/06/2021) no mundo, segundo dados apresentados pela Dasa Analytics, 173.997.437 de contaminados e 3.747.371 milhões de casos fatais. Nos Estados Unidos da América, o total de casos registrados até o presente dia é de 33,4 milhões e 598 mil casos fatais, sendo 373 nas últimas 24 horas, no entanto, os EUA já iniciaram seu processo de vacinação da população em dezembro de 2020, e apesar de ainda registrar um número significativo de casos fatais por dia, estes números estão muito abaixo dos casos fatais já registrados no país relativos a óbitos em 24 horas. No dia 05/02/2021 o país registrou 5.282 óbitos em 24 horas pela COVID-19, dado este apresenta cerca de 2,2 mil pessoas a mais do que o número de óbitos nos atentados do dia 11/09/2001.

No atual momento, a principal preocupação das nações está em vacinar o quanto antes as suas respectivas populações, para evitar a continuidade da proliferação do vírus SARS-CoV2, por meio de novas cepas, que podem se tornarem imunes as vacinas feitas pela ciência até o momento. Neste sentido, Brasil e Índia ganham destaque na mídia internacional, por ainda estarem apresentando altos números de casos de contágio e de óbitos, onde a Índia contabiliza 29,1 milhões de casos de contágio e 354 mil casos fatais.

O Brasil, que já passou por duas ondas de agravamento da doença, por meio do elevado número de contágios e por consequência do número de óbitos acumulados e de casos fatais no período de 24 horas, registra até o momento o somatório de 17.044.942 de contagiados e 477.504 mortes registradas, sendo 2.614 mortes nas últimas 24 horas, representando 25,11% do total de 10.410 das mortes registradas no mundo nas últimas 24 horas.

Diante deste cenário, os dados brasileiros com relação ao contágio e ao número de óbitos oscilam conforme as medidas restritivas impostas por prefeitos e governadores impostas a população dos estados e municípios. O que acompanhamos pelos dados é que após um período de abertura do comércio tradicional, dos grandes feriados e datas festivas, e da pouca restrição à circulação de pessoas nas ruas, os números de contagiados e de óbitos voltar a crescer, além de saturarem os leitos de Unidades de Tratamento Intensivo nos hospitais. Com este crescimento dos números e como forma de não agravar a impossibilidade de atendimento nas UTIs dos hospitais, as medidas são impostas por meio de fechamento ou gerenciamento de horário de funcionamento do comércio e fechamento de bares e locais de lazer. Tais imposições ao comércio varejista por uma questão de segurança sanitária, impulsionaram a adoção de novos canais de venda que variam da forma mais simples, como o uso do aplicativo Whatsapp até aspectos mais complexos como a implantação de plataformas eletrônicas, aprimoramento do setor de marketing eletrônico e estabelecimento de parceria entre os pequenos comerciantes no varejo tradicional com plataformas mais antigas no setor de departamentos como veremos a seguir.

Neste sentido, Brasil e Índia ganham destaque na mídia internacional, por ainda estarem apresentando altos números de casos de contágio e de óbitos, onde a Índia contabiliza 29,1 milhões de casos de contágio e 354 mil casos fatais. O Brasil, que já passou por duas ondas de agravamento da doença, por meio do elevado número de contágios e por consequência do número de óbitos acumulados e de casos fatais no período de 24 horas, registra até o momento o somatório de 17.044.942 de contagiados e 477.504 mortes registradas, sendo 2.614 mortes nas últimas 24 horas, representando 25,11% do total de 10.410 das mortes registradas no mundo nas últimas 24 horas.

Os sintomas desta nova doença são bastante variados e o processo de desenvolvimento do vírus nas pessoas variam de casos assintomáticos e casos fatais. Por ser uma doença adquirida pelo contato do vírus com as mucosas do nariz, da boca e dos olhos, a aglomeração de pessoas facilita e muito a transmissão do vírus, tornando o distanciamento entre as pessoas a forma de prevenção mais eficaz contra a proliferação desta doença. Atualmente, em maio de 2021, ultrapassamos a marca de 450 mil mortos no território brasileiro e ainda não temos um fim previsto para esta pandemia, apesar do processo de vacinação já ter se iniciado, mas ainda apresentando números muito aquém do necessário para a proteção da população como um todo. Neste sentido, devido ao isolamento das pessoas em suas respectivas residências e a falta ou precaução de acesso aos estabelecimentos comerciais a atividade ligada ao Comércio Eletrônico cresceu de forma significativa.

No Brasil, o E-Commerce cresceu 16% em 2019, aumentando em 4 vezes o seu faturamento com relação a 2010. O Faturamento de 2011 foi de 18,7 bilhões de reais e o de 2019 foi de 61,9 bilhões de reais, sendo que o significativo aumento do número de

pedidos é o fator que impulsionou o comércio eletrônico em 2020, sendo que a variação do percentual do ticket médio foi de -4,7% entre 2018 e 2019, e a variação do número de pedidos foi de 20,1% entre estes mesmos anos de análise.

Os dados apresentados pela E-Bit por meio de sua Revista Webshoppers, houve um acréscimo de 10,7 milhões de novos consumidores na internet, significando um acréscimo de 9% no número total. O faturamento do E-Commerce pelas compras realizadas via smartphones ou outros aparelhos móveis foi de 25,9 bilhões de reais em 2019 em 68, 5 bilhões de pedidos, com ticket médio de 378 reais.

Para o comércio varejista tradicional, o ano de 2020 significou a exposição de fragilidades da atividade quando o que é colocado em dos lados da balança é a segurança das pessoas e a valorização da vida. O Artigo da Revista Supervarejo do dia 22 de dezembro de 2020, resume bem a situação imposta pelas condições adversas desta atividade frente a pandemia da COVID-19 fazendo uso de uma frase de Albert Einstein: “A vida é como andar de bicicleta. Para manter o equilíbrio, você deve continuar se movendo”. Com a “falta de mobilidade da população em geral”, o comércio varejista buscou uma rápida adaptação e novos canais de comunicação com seus clientes, e chegou à conclusão de que o paradigma entre oferta e procura mudou o poder para as mãos de seus clientes, que também tiveram que se adaptar a esta “nova realidade” que por vezes foi atendida pela adaptação do pequeno varejista de produtos hortifrutigranjeiros ou pelas grandes redes de supermercado e de lojas. Por outro lado, abriu espaço para os consumidores descobrirem que o atendimento às suas necessidades que por vezes lhe ofereciam preços mais competitivos, desde que “pagassem o preço da espera”.

Este tempo de espera que desde o começo da atividade de comércio eletrônico foi considerada o “calcanhar de Aquiles” para a atividade, veio se aperfeiçoando nos últimos anos, mas ganhou maior eficiência em algumas plataformas de comércio eletrônico nos últimos meses, ao exemplo do mercado livre que oferece a possibilidade de entrega no dia útil posterior ao dia da aquisição na opção “Full” disposta em alguns produtos, por um acréscimo do valor do frete. Em agosto de 2020 o Magazine Luiza comunicou a aquisição das empresas Unilogic Media Group e do Canal Geek Internet (Canaltech), e da plataforma Inloco Media na intenção de impulsionar a sua publicidade online. Em março de 2021, a empresa adquiriu a VipCommerce que é uma plataforma de e-commerce especializada em varejo de alimentos. Esta plataforma se caracteriza no setor de comércio eletrônico como um *marketplace*, onde pequenos varejistas se conectem ao *marketplace* do Magazine Luiza, e criem lojas digitais para desktop e smartphones.

Deste modo, com o cenário da pandemia presente nos dois semestres de 2020 e ainda presente no primeiro semestre de 2021, apesar do processo de vacinação ter se iniciado no final de 2020 nos EUA e nos países europeus, a circulação do vírus é ainda “facilitada” pela população dos países do centro do capitalismo e agravada pela política tardia de vacinação em países como o Brasil. Neste sentido, no considerado período pré-COVID-19 na economia brasileira que se compreende de 05 de janeiro a 29 de março de 2020, o faturamento aumentou 19% com relação a 2019, 16% com relação ao número de pedidos e 3% com relação ao ticket médio. Já no período durante a COVID-19, compreendido na

pesquisa 05 de abril e 28 de junho, estes mesmos dados apresentaram significativo aumento, sendo que o faturamento obteve um aumento de 70% com relação a 2019, 59% com relação ao número de pedidos e 8% com relação ao ticket médio em comparação a 2019.

Estes dados foram principalmente impulsionados pelo crescimento de 2,2 bilhões de reais faturados em 2019 com o Dia das Mães e de 3,7 bilhões em 2020, que consideramos ainda um período de adaptação do mercado consumidor, e do salto de 2,2 bilhões de reais faturados no Dia dos Namorados em 2019 e dos 4,2 em 2020.

Com relação aos dados de fechamento de 2020, o relatório Webshoppers número 43, nos mostra que o faturamento total contabilizou 87,4 bilhões de reais no ano de 2020, que representou um acréscimo de 41% com relação ao ano de 2019, sendo 47% no primeiro semestre e 37% no segundo semestre quando o país passava por um período entre a primeira onda e a segunda onda de contaminação em massa. O cenário da pandemia acrescentou também um total de 13,2 milhões de novos usuários, representando um aumento de 23% com relação ao ano anterior. O *ticket* médio gasto entre consumidores recorrentes passou de R\$ 434,00 em 2019 para R\$ 453,00 em 2020, e de R\$ 404,00 em 2019 para R\$ 443,00 em 2020 entre os novos consumidores. As compras realizadas no setor automotivo tiveram um percentual negativo de – 46% na quantidade de pedidos e um acréscimo significativo no setor de Pet Shop que aumentou 143% com relação ao ano anterior.

A tendência para a atividade do comércio eletrônico é perder aceleração conforme o cenário volte à normalidade, mas o aumento significativo do número de novos usuários, o aumento do consumo via aparelhos móveis e a promessa da chegada da rede 5G ao país, motivaram o surgimento de mais empresas no setor, e a inovação de empresas que possui sua plataforma eletrônica a muitos a acrescentarem maior expertise no setor de marketing e a criar novos ambientes de realizações de negócios eletrônicos, ao exemplo da criação de novos marketplaces. Estas mudanças podem se tornar a base de mudança de alguns paradigmas futuros dentro da atividade, otimizando de maneira mais rápida a cadeia produtiva, criando novas tecnologias para esta otimização no diálogo entre empresas, de empresas para com seus consumidores, e também criando maior eficiência na logística de entrega por “encurtar o caminho” entre fornecedores e clientes via grandes plataformas de empresas tradicionais no setor, e como consequência do desemprego estrutural no país, promover a “uberização” das entregas nas residências, criando assim novas perspectivas para a análise geográfica.

O significativo aumento de faturamento do comércio eletrônico nos anos de 2020 e no primeiro semestre de 2021 também constitui-se uma realidade para os demais países da América Latina. Segundo dados da Cámara Argentina de Comercio Electrónico – CACE, a atividade de comércio eletrônico teve um faturamento de \$905.143 milhões de pesos argentinos ou 47,97 bilhões de reais na conversão de moedas entre os países (1 peso argentino = 0,053 reais / junho de 2021), representando um aumento de 124% em seu faturamento em 2020 com relação ao ano anterior. Segundo o Comité de Comércio Eletrónico, ligado a Cámara de Comercio de Santiago:

Este 2020 ha sido un año en el que todos nos hemos tenido que adaptar de alguna manera, ya sea en la forma que se trabaja, se compra, o se vive en general. También lo ha sido para nuestros encuestados, quienes declaran importantes cambios en sus hábitos de compra, como por ejemplo, un 65% indica evitar ir a centros comerciales y un 44,2% a supermercados. Un 60% señala que usa con más frecuencia el canal online para hacer sus compras. Según datos de Nielsen, este canal aumentó su penetración de 9% a 25%, con un aumento en la frecuencia de compra este año de 3,1 a 4,4, esto principalmente empujado por los supermercados.

Deste modo, a pequena cidade contextualizou-se neste enredo econômico, não apenas pela inserção de novos e-consumidores que buscam suprir suas necessidades de consumo globalizadas, superando assim a oferta local, pela demanda global, mas também criando a oportunidade para os pequenos e médios negócios já presentes nestas cidades, disponibilizarem seus produtos e serviços por meio da internet, fazendo que arranjos produtivos locais, se tornassem globais.

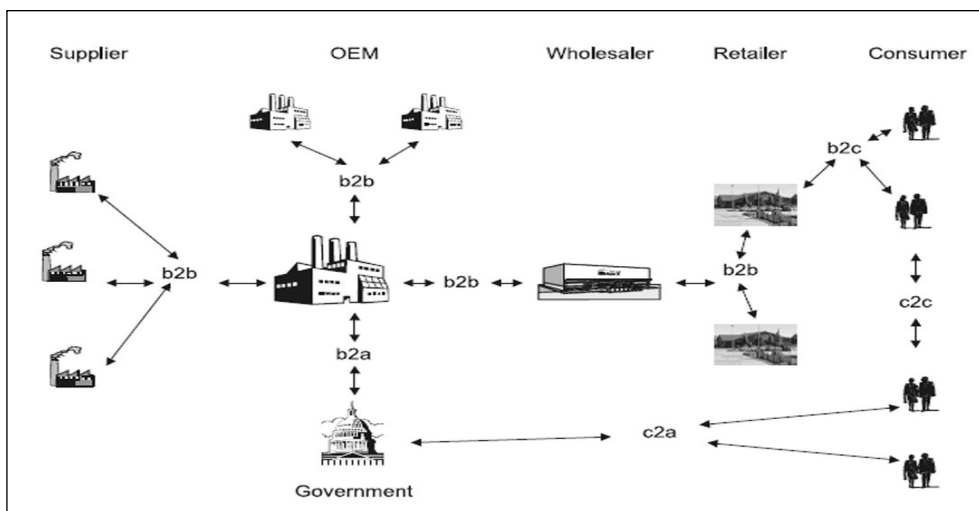
O crescimento dos negócios realizados pela internet criou a oportunidade de novas economias que se agregam e dão suporte para o crescente usufruto do comércio eletrônico nas pequenas cidades. Além de o comércio físico buscar sua inserção no comércio por meio virtual, ainda foram criados portais eletrônicos de vendas diretas ao consumidor<sup>11</sup> ou os denominados marketplaces que caracterizam enquanto portais eletrônicos que estabelecem o diálogo entre consumidores e pequenas comércios que disponibilizam seus produtos para a venda através da internet.

A seguir abordaremos a atividade do comércio eletrônico sob a ótica geográfica, de modo que possamos estabelecer uma análise geral nas considerações finais.

## **O COMÉRCIO ELETRÔNICO E A ABORDAGEM GEOGRÁFICA**

As novas tecnologias de comunicação dadas pela internet, à criação do comércio eletrônico e o crescente número de usuários vêm trazendo, para o setor logístico das empresas, uma crescente demanda de melhorias e agilidade de seus respectivos setores logísticos. Essa busca na excelência logística fez que o mercado avaliasse melhor aquelas empresas que têm uma melhor conjuntura logística de seus fornecedores e uma melhor logística para entrega e inserção de seus produtos no mercado, e esta estrutura logística conecta as pequenas cidades aos grandes centros urbanos. A Figura 1 a seguir representa esse cenário criado entre o recebimento de “insumos” para o setor produtivo — representado pela relação comercial entre as empresas e seus fornecedores através do B2B (*business-to-business*) —, a relação entre os comerciantes e o mercado consumidor através do B2C (*business-to-consumer*) e a relação comercial entre pessoas físicas através do C2C (*consumer-to-consumer*).





Fonte: TEZZA *et al.* (2008, p. 4).

**Figura 1.** Logística e Tipos de comércio eletrônico.

O volume de movimentação de mercadorias pela internet, apesar de seus crescentes índices, ainda representa uma pequena parcela do varejo como um todo, no entanto, faz com que os comércios existentes, principalmente nas pequenas cidades, busquem acompanhar esta nova tendência de mercado. A Tecnologia de comunicação auxiliou o contato entre consumidores e os pequenos negócios existentes nos municípios de menor porte, seja por meio das páginas eletrônicas que realizam concretização das vendas, ou a simples divulgação dos produtos existentes na loja física. Esta nova perspectiva abriu campo para empresas ligadas ao desenvolvimento de páginas (sites) e demais estruturas na internet.

Manuel Castells faz considerações importantes sobre o uso da tecnologia da internet no setor produtivo e empresarial.

A internet está transformando a prática das empresas em relação com seus fornecedores e compradores, em sua administração, em seu processo de produção e em cooperação com outras firmas, em seu financiamento e na avaliação de ações em mercados financeiros. Os usos adequados da internet tornaram-se uma fonte decisiva da produtividade e competitividade para negócios de todos os tipos. (CASTELLS, 2003, p. 56).

Na análise geográfica, Milton Santos faz uma explanação sobre a influência da inovação tecnológica no espaço de maneira em geral. Segundo ele, a inovação tecnológica criou uma série de objetos no espaço, agilizando o fluxo de mercadorias e informações que dão base à consolidação do capitalismo; sobretudo, criou um meio que ele denominou de técnico-científico-informacional, para o qual “O espaço torna-se fluído, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital passem a ter uma grande mobilidade” (SANTOS, 2005, p. 42). Tal meio técnico-científico-informacional seria

[...] o terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda. Por isso, esse meio técnico-científico geografiza-se de forma diferencial, isto é, de forma contínua em algumas áreas contínuas já mencionadas, e de modo disperso no resto do país. A tendência, porém, em todos os casos, é a conquista, relativamente rápida, de mais áreas para o meio técnico científico, ao contrário do meio técnico, que o precedeu como forma geográfica e difundia-se de forma relativamente lenta a certamente mais seletiva. (SANTOS, 2005, p. 43).

Neste sentido, como destacado pelas obras do professor Milton Santos, o dito “espaço geográfico” se estabelece enquanto categoria de análise por representar uma dimensão além de um conceito, no entanto, conceitos como o de território, região, lugar, dentre outros são derivados desta categoria de análise, além de todas as derivações destes conceitos ao exemplo de territorialização, regionalização, entre outros.

Outra perspectiva a ser destacada neste contexto está na constante busca por parte do e-consumidor por agilidade logística na concretização de sua compra. Neste sentido, o que temos acompanhado em nossas observações sobre o mercado, é uma busca por parte das grandes e pequenas empresas em suprirem esta demanda, não somente pela instalação de novos Centros de Distribuição como acontece nas grandes empresas como o Atacadista Martins, Magazine Luíza e outras nos setores de Atacado e Varejo, mas por conta do empreendedorismo de pequenas empresas ligadas ao comércio eletrônico, que são o resultado de estudos de potencialidades regionais na relação de oferta e demanda, melhores incentivos espaciais com relação à tributação urbana e melhor atendimento logístico, tanto para o consumidor localizado nestes pequenos municípios, como também fornecendo insumos para os pequenos negócios presentes na cidade.

A loja ligada ao setor de vestuário nas pequenas cidades tem por característica geral a venda por multimarcas, pois sua demanda por parte dos consumidores locais é pequena para com cada marca ofertada pela mesma. Assim, a presença de grandes franquias nas pequenas cidades não é uma característica comum à mesma. Neste sentido, estas lojas multimarcas são por muitas vezes atendidas por fornecedores diretos, ou por compras feitas pela internet.

O B2B (Business-To-Business), ramo do comércio eletrônico que caracteriza pela relação entre empresas por meio de comercialização de produtos e insumos para a produção, ou a relação de pequenos empreendedores de um mesmo ramo ligados por uma franquia, como é o caso da relação de pequenos supermercadistas ligados pela Rede Smart de Supermercados, do Grupo Martins.

No enfoque de aquisições e fusões, os grandes grupos atacadistas estão investindo no setor varejista, a exemplo do grupo Martins, de Uberlândia (MG) que durante 50 anos de história investiu em suas atividades atacadistas e, nos últimos 5 anos, construiu uma rede varejista com mais de 600 lojas de supermercados de pequeno porte — a rede Smart. A atuação do grupo no setor de atacado e varejo fornece, hoje, informação para si mesmo, graças ao pleno controle de estoque, pois existe a tecnologia entre seus pares. Esta tecnologia de informação implantada na rede permite com que o atacadista

tenha uma maior eficiência logística e conhecimento sobre o perfil de consumo ligado principalmente às pequenas cidades em que a rede está presente.

Ao analisarmos o caso de grandes grupos corporativos a exemplo do Martins, é importante estabelecer conexões com uma ideia maior. Portanto, ao analisarmos o apontamento de Chandler (1988, p. 264) sobre a empresa multiunitária, podemos enxergar os casos empresariais brasileiros, como os varejistas trabalhados antes:

A moderna empresa administra várias divisões, fábricas, minas e outros complexos em uma ou mais atividades econômicas básicas de produção, distribuição, transporte e financiamentos em lugares dispersos e, não raro, em diferentes setores industriais. Sua hierarquia gerencial exerce suas funções primordiais mediante uma estrutura organizacional e um sistema de controle determinados. A moderna empresa, como antes definida, surgiu e prosperou nos setores da economia nos quais pôde coordenar as unidades produtivas mais eficientemente do que os mecanismos de mercado, reduzindo os custos unitários e aumentando a produtividade.

Assim, o campo de trabalho para setor o administrativo torna-se fundamental, pois a concorrência entre os grandes grupos é um jogo de mercado que somente pode ser vencido com bons estrategistas. A ideia de multiunitarismos de Chandler (1988) está vinculada diretamente com o domínio de mercado através do escopo, que somente se torna possível pela marca consolidada. Para o consumidor, a relação estipulada entre a marca e sua qualidade correspondente é o que dá segurança ou não na hora da compra pela internet e o que garante a qualidade de atendimento e das mercadorias oferecidas por uma mesma rede, desde grupos com cinco hipermercados até aqueles com mais de mil filiados, como a rede Smart.

Cabe ainda salientar que esta perspectiva ligada à moderna empresa, concretizada tecnologicamente pelas relações dadas por meio do B2B, influenciam as pequenas cidades por conta de fornecimento de insumos tanto na parte agrícola como pequenas produções específicas. Ainda na perspectiva do comércio eletrônico, ainda podemos destacar o crescente mercado gerado pelos Marketplaces, ao exemplo da Empresa Elo7, que consiste em um portal eletrônico que estabelece a relação comercial entre artesãos de todo o país, contando com mais oito milhões de artesãos que fornecem seus produtos por meio deste portal, e que teve um crescimento de 127% no ano de 2015, levando esta empresa a buscar mercado em países da América Latina como a Argentina e o Uruguai. Um significativo número de artesãos residem e têm seus negócios nas pequenas cidades.

Consideremos o paralelo que Chandler (1988, p. 260) traça entre o desenvolvimento tecnológico e a mudança no quadro empresarial, em que:

[...] essas diferenças podem ser consideradas variações de um mesmo tema. A mão visível da gerência substituiu a mão invisível das forças de mercado onde e quando a nova tecnologia e o crescimento dos mercados possibilitaram um

volume e uma rapidez sem precedentes no fluxo de materiais através dos processos de produção e distribuição. A moderna empresa comercial foi, portanto, a reação institucional à rapidez do progresso tecnológico e ao incremento da demanda do consumidor nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX.

Aqui consideramos o comércio eletrônico uma inovação, sobretudo administrativa no setor de vendas e é trabalhado segundo conceitos administrativos como inovação na relação entre comerciante e cliente. Essa inovação pode ser vista em duas faces: o *e-commerce* e o *e-business*.

O termo *e-commerce* representa o modo de compra realizado entre pessoa física e pessoa jurídica (consumidor-loja). Nessa área do comércio eletrônico, as lojas ou empresas que investiram na internet têm, na maioria dos casos, a divisão entre loja “presencial” e loja “virtual”. Ambas apresentam o mesmo escopo de produtos e serviços, mas o que destacamos aqui é que a disponibilização de produtos pela internet cria uma gama de consumidores que pode estar localizada em qualquer lugar do território e — por que não? — do globo. Essa possibilidade exige das empresas uma alocação estratégica de centros de distribuição que não mais obedecem só à lógica de localização pelas lojas presenciais. Dentre esses setores do varejo, que disponibiliza os diversos produtos e serviços comercializados na internet, podemos citar o exemplo do setor de lojas de departamentos (Casas Bahia, Ponto Frio, Americanas, Magazine Luiza e outras).

A segunda face do comércio eletrônico — o *e-business* — caracteriza-se por ser a realização comercial entre empresas, ou seja, entre pessoas jurídicas. Segundo alguns autores da área de administração que tratam do assunto, a evolução do *e-commerce* é o *e-business*. O *e-business* como evolução da perspectiva comercial é à base do arranjo empresarial e de comunicação que coordena a rede de negócios. Se considerarmos o *e-business* como terceira fase de crescimento do comércio eletrônico, então podemos vê-lo da seguinte maneira:

Chamamos esta fase de *e-business*, e ela inclui todas as aplicações e os processos que permitem a uma empresa realizar uma transação de negócios. Além de englobar o comércio eletrônico, o *e-business* inclui atividades de contato e de retaguarda que formam o mecanismo principal do negócio moderno. Assim, o *E-business* não trata apenas de transações de comércio eletrônico ou de compras e vendas pela internet. É uma estratégia global de redefinição dos antigos modelos de negócios, com o auxílio de tecnologia, para maximizar o valor do cliente e dos lucros. (ROBISON; KALAKOTA, 2002, p. 24).

Ao mesmo tempo, ainda nessa perspectiva de locação, de controle e de comunicação entre os fixos da rede de negócios, encontramos um cenário rico nos estudos das dinâmicas empresariais respaldadas pela sua transformação estrutural da economia, como salientado antes, e a plena realização de sua lógica espacial de dinamização da produção. No estudo dessa face do comércio eletrônico, algumas indagações se fazem presentes: como as corporações trabalham

com seu estoque, uma vez que possuem sua rede de lojas? Como está espacializada a rede logística? Como funciona sua rede de distribuição de produtos, visto que o consumidor está em qualquer parte do território nacional (ou do mundo, para alguns produtos)? Quais são as dificuldades e soluções para suprir a desigualdade quantitativa de tempo na relação entre venda e entrega? Quais são as estratégias de marketing utilizadas por estas empresas para o estímulo do consumo on-line? E as empresas estabelecem apenas o contato entre consumidores, através dos leilões on-line ante essas corporações? Por outro lado, criamos a principal indagação no que concerne à relação entre comércio e indústria: qual face tem mais peso sobre a outra? Quem induz quem? Qual é a complexidade existente ao longo da cadeia produtiva?

A partir dessas indagações, realizamos um diálogo entre o comércio eletrônico (suas variadas faces) e o cenário empresarial atual na perspectiva macroeconômica a fim de interpretar a organização espacial como objeto da geografia.

Neste sentido, entendemos que as empresas que realizam negócios por meio de uma página eletrônica está em todos os lugares possíveis em que o consumidor consegue ter acesso a esta página eletrônica, e desta forma o alcance pode se tornar global, se todas as barreiras de linguagem não forem consideradas, tanto por parte do consumidor que pode estar localizado em um pequeno município, mas que não encontra barreiras com a língua apresentada pela página eletrônica, como por parte da empresa que hoje tem disponível diversos tradutores automáticos para sua página eletrônica.

Assim, a presença da empresa em questão não requer estrutura física para que a mesma possa realizar a mercadoria, e neste ponto da discussão, alguns autores não comungam da ideia de que a “presença” da empresa é apenas mensurada apenas pelo consumo, pois apontam que a mercadoria realizada será entregue ao consumidor por estruturas físicas existentes (que vem sendo constantemente inovadas e com cada vez mais concorrentes). No entanto, consideramos aqui que a mercadoria já foi realizada pelo meio eletrônico, e que a denominada entrega ao consumidor se dará por meio de outras empresas, sejam estatais ou privadas.

Deste modo, nesta concepção, o que podemos avaliar sob a ótica da ciência geográfica, é a “disputa” entre diferentes empresas no cenário virtual em um “espaço” virtual para venderem suas mercadorias à consumidores localizados em qualquer parte do globo que tenha acesso à internet e uma mínima logística necessária. Assim, os estudos sobre a organização dos estabelecimentos comerciais nas pequenas cidades, por exemplo, são diretamente afetados, tendo em vista que muitos dos pequenos estabelecimentos presentes no município em questão, não vendem tantas mercadorias, como o volume de mercadorias que chega diariamente pelo correio e outras empresas logísticas para um consumidor que possui uma “janela” muito mais ampla para o mercado brasileiro e internacional.

Outro fator importante nessa análise se refere à revisão de conceitos que fundamentam a ciência geográfica, tais como espaço, tempo e territorialidade dessas corporações.

As redes já mudaram o modo de comunicação nos Estados Unidos. Todos os dias ocorrem milhões de negócios entre dezenas de milhares de conexões em alta velocidade, através de computadores espalhados por todo o mundo. Em apenas alguns

segundos, transmitem-se centenas de páginas pelos Estados Unidos. Solicitações alcançam a Inglaterra, Japão ou Austrália com um rápido movimento de tela do computador, e respostas chegam antes que uma chamada telefônica ou transmissão por fax seja concluída. Os programas armazenados em mainframe na Califórnia podem ser descarregados instantaneamente em um desktop em Nova York, usando apenas alguns comandos simples. Pesquisadores de Universidades e laboratórios corporativos de desenvolvimento, que nunca se encontram pessoalmente, colaboram em base on-line para desenvolver e testar novos produtos, economizando meses, ou mesmo anos no processo. (CRONIN, 1996, p. 1).

O número crescente de websites, fato esse que denota não somente a democratização da tecnologia, mas também — e, sobretudo — o crescente investimento em propaganda e negócios realizados pela via eletrônica. No entanto — cabe frisar —, a tecnologia de informação mostrou-se, em um primeiro momento, como novidade restrita a alguns grupos, como aconteceu também com a tecnologia de telefonia móvel. Os grupos de alta renda e a classe média alta tornam-se, dessa maneira, consumidores de novidades nesse ramo de novidades. Para o comércio eletrônico, é importante ser destacado que, embora as páginas eletrônicas sejam disponibilizadas para todo o mundo, existe o condicionante do consumo que é limitado pela língua; nesse caso, o pós-fixado “.com.br” delimita a regionalização brasileira das empresas no mundo virtual; esse exemplo pode ser usado para o mundo todo. Nesse sentido, o comércio eletrônico e outras formas de uso da internet são realizados, na maioria dos casos, de forma regional para os brasileiros, que usam as páginas eletrônicas nacionais para compras ou lazer.

É nesse espaço cuja lógica de construção e cujas dinâmicas se diferenciam das do espaço geográfico tradicional que vemos margem para análises geográficas; isto é, nessa lógica vemos um espaço para aplicar conceitos da geografia. Esse espaço paralelo e virtual cuja existência é movida pelo e-commerce e pelo e-business denominamos aqui de “e-espaço”. Assim, na proposta deste trabalho, o “e-espaço” se torna uma proposta de conceito geográfico quando nos referimos à análise das espacialidades criadas no mundo virtual. Tal perspectiva, em nossa leitura, está focada na dinâmica econômica, mas pode ser realizada por outros prismas.

Feita essa retomada do nascimento da internet, das raízes de sua incorporação para finalidade econômica e de seu primeiro paralelo com a ciência geográfica, analisaremos a seguir o comércio eletrônico em sua face teórica para traçar novos paralelos com a geografia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse sentido, ao realizarmos uma pesquisa sobre o comércio eletrônico, remetemos essa perspectiva ao entendimento das transformações do comércio de forma a apresentar-se em diferentes faces. O consumo pela internet, para o caso brasileiro, ainda não se tornou realidade: os dados são “tímidos”; mas encontra-se em plena fase de expansão, como mostram

os dados anteriormente apresentados. No entanto, sua realização social, ou ao que podemos atribuir ao papel da plena “fetichização” da mercadoria, apresenta-se de forma considerável em razão de “marcas” já consolidadas no mercado e que subsidiam o padrão de consumo dos produtos negociados pela internet. O exemplo mais claro dessa afirmativa está no consumo e na certeza — atribuída pelo consenso popular — de que a compra de produtos eletrônicos tem mais garantia quando associada a marcas como Sony, Phillips, Panasonic e outras.

Dessa maneira, seguindo o desenvolvimento histórico do circuito do capital, o comércio eletrônico dinamiza o principal fator na articulação do comércio com a produção: a informação. À medida que compramos produtos pela internet, estamos fornecendo aos agentes comerciais a informação sobre nossas preferências de consumo através de cadastros e registros em newsletters (informativos dos websites de compra). O banco de dados construído através desse ferramental técnico fornece, ao comércio, meios de negociar com a produção mais precisa. Uma vez que o circuito do capital é, de certa maneira, invertido quando compramos um produto em websites que oferecem mercadorias — ainda não produzidas —, isso cria certa pressão sobre a indústria; afinal, esta precisa produzir um produto já pago e realizado, segundo a perspectiva de Karl Marx, pelo comércio através do pagamento com cartão magnético (meio que retém a informação de consumo), de modo que o consumidor o receba o quanto antes graças a um trabalho logístico seguindo a política do just-in-time, que fideliza o consumidor ao agente comercial (website). O avanço das tecnologias de comunicação possibilitou à moderna empresa ser mais bem caracterizada, a investir no aumento de escopo e, logo, a conduzir um processo de crescimento horizontal, dando nova dinâmica ao dito espaço geográfico.

Com o aumento da população brasileira (sobretudo a urbana), a cidade se torna o grande obstáculo para a perfeição da entrega das mercadorias adquiridas por meio do comércio eletrônico; ao mesmo tempo, suas intempéries transformaram-se no principal motivador para que classes médias e grupos de alta renda explorassem o comércio eletrônico em uma escala intraurbana. O consumidor em um município pequeno busca, através das páginas eletrônicas de grandes lojas, adquirir produtos que o comércio local não oferece, influenciando-o através da concorrência. Os produtos comercializados nessa última perspectiva incluem: livros, CDs, eletroeletrônicos e outros.

Esse entendimento do comércio eletrônico associado com transformações recentes na lógica empresarial — logo, macroeconômica — e numa análise à luz da ciência geográfica cria uma leitura das empresas e de sua organização espacial que se insere na relação entre sociedade e natureza pela dinâmica do meio técnico-científico-informacional, seja no espaço geográfico tradicional ou no “e-espaço”.

Sob o aspecto citado ao longo do texto, sobre como as diferentes formações socioeconômicas e suas diferentes características inerentes ao mercado consumidor, cada vez mais influenciado dentro do processo da globalização do consumo, Coe and Yeung (2019) nos aponta:

the geopolitical preconditions and influences upon global production network formation and operation, although eloquently introduced by Glassman (2011) and others much earlier in political science (Cumings, 1984; Bernard and Ravenhill, GPNs: recent conceptual developments 1995), would also seem to merit enhanced investigation, especially at the current juncture of political disruptions on a global scale. Such work might also connect to attempts to develop postcolonial approaches to GPN analysis (Hughes et al., 2015, 263) that can help overcome the way extant work often marginalizes ‘the role of cultural politics and histories in shaping these networks’. Despite the many achievements of the GPN research profiled in this paper, as always when seeking to map and explain the restless geographies of the global economy, much remains to be done.

## NOTAS

4 A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor de meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”. (MARX, Karl. Prefácio a Contribuição à crítica da economia política. In BOTELHO, André (org) Essencial sociologia. São Paulo: Penguin Classics/Cia. Das Letras, 2013, p. 35)

5 Nikolai Dimitrievich Kondratieff — Николай Дмитриевич Кондратьев, em alfabeto cirílico — nasceu em Goloejevskaja, a 4 de março de 1892, e morreu em Suzdal, a 17 de setembro de 1938. Foi um economista russo e um dos teóricos da NEP; é mais conhecido, porém, por ter sido o primeiro a tentar provar, estatisticamente, o fenômeno das “ondas longas”, dos movimentos cíclicos (ciclo econômico) de aproximadamente 50 anos de duração e que ficaram conhecidos na economia como ciclos de Kondratieff.

6 Reportagem do Ecommerce de Sucesso. Disponível em: <<https://ecommercedesucesso.com.br/mercado-livre-companhia-mais-valiosa-america-latina>>. Acessado em junho de 2021.

7 História e Missão do Mercado Livre. Disponível em: <<https://www.mercadolivre.com.ar/institucional>>. Acessado em junho de 2021.

8 História e Missão do Alibaba Group. Disponível em: <<https://www.alibabagroup.com/en/about/history>>. Acessado em junho de 2021.

9 Reportagem do Poder 360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/em-5-meses-alibaba-arrecada-4-vezes-mais-que-a-amazon-com-vendas-online/>>. Acessado em junho de 2021.

10 Disponível em: <<https://global.jd.com/>>. Acessado em junho de 2021.



11 Fato este que não substituí a demanda por estruturas físicas, pois apesar da loja ser virtual, há a necessidade da presença de depósitos e outros locais para preparar as mercadorias vendidas para serem despachadas.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTIN, A. L. **Comércio eletrônico: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 242p.
- ASSIS, R.J.S., O.F.A., A reprimarização no Brasil sob a ascensão da geopolítica chinesa no comércio exterior (2008 – 2018) – In: **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 12121-12139. mar. 2020. ISSN 2525-8761.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ATACADISTAS E DISTRIBUIDORES/ABAD. Disponível em: <<http://www.abad.com.br>>. Acesso em: jun. 2021.
- ASOCIACIÓN MEXICANA DE VENTA ONLINE – disponível em: <[www.amvo.mx](http://www.amvo.mx)>. Acesso em: jun. de 2021.
- BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital**. 2000. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2000.
- CAMARA BRASILEIRA DE COMÉRCIO ELETRÔNICO. Disponível em: <<http://www.camara-e.net>>. Acesso em: jun. 2021.
- CAMARA ARGENTINA DE COMÉRCIO ELETRÔNICO. Disponível em: <<http://www.cace.org.ar>>. Acesso em: jun. 2021.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 243 p.
- CHANDLER, Alfred. **Ensaio para a teoria da grande empresa**. Rio de Janeiro: ed. da Fundação Getulio Vargas, 1998.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.
- COE, N.M., YEUNG, H.W. Global production networks: mapping recent conceptual developments. IN: **Journal of Economic Geography** 19 (2019) pp. 775–801
- COMITÉ DE COMÉRCIO ELETRÔNICO – In: Câmara de Comércio de Santiago. Disponível em: <[www.ecommerceccs.cl](http://www.ecommerceccs.cl)>. Acesso em: jun. de 2021.
- CRONIN, M. The internet as a competitive business resource. In: CRONIN, M. **The internet strategy handbook**. Boston: Harvard Business School Press, 1996.
- DRUCKER, Peter. A revolução do comércio eletrônico. IN: JULIO, Carlos Alberto; NETO, José Salibi. **E-Business e tecnologia: autores e conceitos imprescindíveis**. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 90–107.
- E-BIT / BUSCAPÉ. Disponível em: <http://www.ebitempresa.com.br>. Acesso em: 2021.
- MAGALHÃES, A. S. **E-Commerce e o e-banking no Brasil: uma perspectiva do usuário**. 2007. 273p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresa) — Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 405 p.
- MEANS, Grady; SCHNEIDER, David. **Meta-capitalismo**: as empresas e a revolução do e-business e dos mercados. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 214 p.
- NAKAWAGA, Sandra S. Y. **A lealdade dos consumidores nos ambientes de comércio online e offline**. 2008. 310p. Tese (Doutorado em Administração de Empresa) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ORTIGOZA, S.A.G e RAMOS, C.S. A Geografia do Comércio Eletrônico (E-commerce) no Brasil: exemplo do varejo. In: **Revista Geografia**, Vol. 28. N.1. Universidade Estadual Paulista. Campus de Rio Claro. 2003. P. 63-81.
- OUR WORLD IN DATA**. Disponível em: <[www.ourworldindata.org](http://www.ourworldindata.org)>. Acesso em: jun. 2021.
- RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v., il. ISBN v.1 8585910690 : v.2 8585910704 (broch.).
- RELATÓRIO WEBSHOPPERS ebit [online]. Edição 41. **Relatório sobre o Comércio Eletrônico em 2019**. Disponível em: <<https://www.ebit.com.br/webshoppers>>. Acessado em: junho de 2021. 45p.
- RELATÓRIO WEBSHOPPERS ebit [online]. Edição 42. **Relatório sobre o Comércio Eletrônico em 2020 (primeiro semestre)**. Disponível em: <<https://www.ebit.com.br/webshoppers>>. Acessado em: junho de 2021. 39p.
- RELATÓRIO WEBSHOPPERS ebit [online]. Edição 43. **Relatório sobre o Comércio Eletrônico em 2020**. Disponível em: <<https://www.ebit.com.br/webshoppers>>. Acessado em: junho de 2021. 40p.
- ROBISON, M.; KALAKOTA, R. **E-Business**: estratégias para alcançar o sucesso no mundo digital. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2002. 470 p.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: ed USP, 2003a. 384 p.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. Petrópolis: Vozes, 2003b. 204p
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 174 p. ISBN 9788501058782 (broch.).
- SCHUMPETER, J. A. (1911). **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.
- SUPERVAREJO** (revista) – Disponível em: <[www.supervarejo.com.br](http://www.supervarejo.com.br)> – Acesso em: jun. 2021.
- TEZZA, R.; BORNIA, A. C.; HEDLER, F.; GONCALVES, M. B. Impactos do comércio

eletrônico na cadeia de suprimentos. In: **Simpósio De Excelência Em Gestão E Tecnologia** (SEGET), 5.; Simpósio De Excelência Em Gestão E Tecnologia (SEGET), 5., Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2008. v. 1.

TICOLL, D., LOWY, A. e KALAKOTA, R. **Joined at the Bit**: The Emergency of the Ebusiness Community. No TAPSCOTT, D., LOWY, A. e TICOLL, D. *Blueprint to the Digital Economy: Creating Wealth in the Era of E-Business*. New York: McGraw-Hill, 1998.

**VALOR ECONÔMICO** (revista). Disponível em: <[www.valor.globo.com](http://www.valor.globo.com)>. Acesso: jun. 2021.

**WORLD HEALTH ORGANIZATION**. Disponível em: <[www.who.int](http://www.who.int)>. Acesso em: jun. 2021.

WU, F., ZHAO, S., YU, B. et al. A new coronavirus associated with human respiratory disease in China. **Nature** 579, 265–269 (2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41586-020-2008-3>>.

---

# DINÂMICA DAS TRANSFERÊNCIAS DE JOGADORES NA AMÉRICA LATINA PÓS 2010: POR UMA ECONOMIA POLÍTICA DO FUTEBOL

DYNAMICS OF PLAYER TRANSFERS IN LATIN AMERICA AFTER 2010:  
TOWARDS A POLITICAL ECONOMY OF FOOTBALL

DINÁMICA DE TRANSFERENCIAS DE JUGADORES EN AMÉRICA LATINA  
DESPUÉS DE 2010: HACIA UNA ECONOMÍA POLÍTICA DEL FÚTBOL

Patrícia Volk Schatz<sup>1</sup>  
Carlos José Espíndola<sup>2</sup>

**RESUMO:** O futebol é um esporte com inúmeras possibilidades de exploração econômica, sobretudo com atividades relacionadas aos negócios que envolvem diretamente os jogadores. Nesse sentido, o artigo objetiva identificar as principais características do mercado de transferências de futebolistas, pós 2010, considerando os países latino-americanos como importadores e exportadores dessa mão-de-obra. A metodologia empregada utiliza de revisão bibliográfica, bem como da coleta e análise de dados em relatórios da FIFA. Os resultados mostraram que entre as nacionalidades mais ativas no mercado de transferências estão brasileiros e argentinos. Ademais, independente do país de origem, o Brasil é líder no número de transferências considerando a entrada e saída de jogadores. Outras informações apontaram para o crescimento do México que superou países como Uruguai e Chile nas negociações desses esportistas.

**Palavras-chave:** Esporte. Futebolistas. Latino-americanos.

**ABSTRACT:** Football is a sport with countless possibilities for economic exploitation, especially with activities related to business that directly involve players. In this sense, the article aims to identify the main characteristics of the footballer transfer market, after 2010, considering the Latin American countries as importers and exporters of this workforce. The methodology used uses a literature review, as well as the collection and analysis of data in FIFA reports. The results showed that among the most active nationalities in the transfer market are Brazilians and Argentines. Furthermore, regardless of the country of

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. . Professora da Rede Municipal de Florianópolis. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7561-729X>. E-mail: [paty\\_schatz@yahoo.com.br](mailto:paty_schatz@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Professor Titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5857-6067>. E-mail: [carlos.espindola@ufsc.br](mailto:carlos.espindola@ufsc.br).

Artigo recebido em agosto de 2021 e aceito para publicação em abril de 2022.

origin, Brazil is the leader in the number of transfers considering the entry and exit of players. Other information pointed to the growth of Mexico that surpassed countries such as Uruguay and Chile in the negotiations of these sportsmen.

**Keywords:** Sport. Footballers. Latin Americans.

**RESUMEN:** El fútbol es un deporte con numerosas posibilidades de explotación económica, especialmente con actividades relacionadas con los negocios que involucran directamente a los jugadores. En este sentido, el artículo tiene como objetivo identificar las principales características del mercado de fichajes de futbolistas, después de 2010, considerando a los países latinoamericanos como importadores y exportadores de esta fuerza laboral. La metodología utilizada utiliza una revisión de la literatura, así como la recopilación y análisis de datos en los informes de la FIFA. Los resultados mostraron que entre las nacionalidades más activas en el mercado de fichajes se encuentran brasileños y argentinos. Además, independientemente del país de origen, Brasil es líder en número de traspasos considerando la entrada y salida de jugadores. Otra información apuntaba al crecimiento de México que superó a países como Uruguay y Chile en las negociaciones de estos deportistas.

**Palabras clave:** Deporte. Futbolistas. Latino-Americanos.

## INTRODUÇÃO

O futebol se tornou um fenômeno mundial a partir da padronização de suas regras e da organização dos primeiros clubes e entidades. Esses processos, observados na Inglaterra urbano-industrial do século XIX, estiveram diretamente relacionados com as transformações nos padrões produtivos e nas relações de produção. Através da expansão horizontal da economia inglesa, o futebol alcançou outros continentes e se tornou a prática de elites e classes populares.

Nos países do continente americano, dadas as relações comerciais com a Inglaterra, as vias e os agentes responsáveis pela introdução do esporte foram variados (LEVER, 1983; CALDAS, 1990; RAVENEL, 1998; MASCARENHAS, 2001; SANTOS NETO, 2002; FRANCO JUNIOR, 2007; FRYDENBERG, 2011).

De forma geral, entre o final do século XIX e o começo do XX, o futebol já mostrava possibilidades de exploração econômica. Os investimentos em estádios e, também, as primeiras transferências nacionais e internacionais de jogadores contribuíram para a promoção da modalidade (PRONI, 2000).

Nesse sentido, tratar do futebol na perspectiva de uma Economia Política<sup>3</sup> é apropriado para compreender as etapas que explicam como esse esporte se relaciona com a produção, distribuição e consumo de bens, produtos ou serviços. Mosco (2009) busca desvendar a Economia Política por meio da indústria cultural<sup>4</sup>, e de como ocorre a apropriação de seus bens, com destaque para as etapas de mercantilização, espacialização e estruturação. Desta

forma, além da formatação e expansão da prática associados aos ingleses no século XIX, a espacialização do futebol também esteve diretamente relacionada com o desenvolvimento da indústria cultural e dos meios de comunicação em massa. Potencialmente lucrativo e gerador de mais-valia, o esporte assume a condição de mercadoria cuja cadeia produtiva<sup>5</sup> envolve clubes, patrocinadores, torcedores, entidades de regulamentação (FIFA, confederações, federações estaduais), fornecedores e grupos de mídia. E entre as principais atividades relacionadas ao esporte estão as vendas de futebolistas, a transmissão dos jogos, a comercialização de produtos e serviços licenciados e as diversas formas de patrocínio e publicidade.

Parte-se do pressuposto de que o futebol é resultado do trabalho de atletas e comissões técnicas em espaços específicos como campos, estádios e Centros de Treinamento (CT's) (SZYMANSKI; KUYPERS, 1999). Nessa lógica, com vínculos contratuais e empregatícios, os jogadores representam ativos de alto valor responsáveis pelo futebol-espetáculo (TAYLOR, 1998).

Alguns dados comprovam a relevância econômica do futebol para os países americanos. Segundo dados, de 2018, da Pluri Consultoria, das 20 maiores receitas do futebol na América, dez foram de clubes brasileiros que somaram mais de US\$ 1 bilhão. Os cinco representantes do futebol mexicano aparecem com US\$ 435 milhões e outros quatro clubes argentinos somaram US\$ 435 milhões em receitas<sup>6</sup>. Ao se considerar as receitas por cidades, a hegemonia é brasileira. Além da liderança de Buenos Aires com 6 clubes e receitas de US\$ 505 milhões, destacam-se São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e Santos, com 16 clubes entre as maiores 60 receitas da América, e valores que alcançam US\$ 1,3 bilhão (PLURI CONSULTORIA, 2019).

Outra análise considerou os clubes mais valiosos da América em 2020. Segundo dados, da revista *Forbes*, entre os cinquenta clubes mais valiosos da América, predominam estadunidenses, mexicanos, brasileiros e argentinos. Também vale ressaltar os representantes do Uruguai, Colômbia, Peru e Equador, além da ausência dos chilenos<sup>7</sup>. Em valores, esses clubes brasileiros valem US\$ 2,3 bilhões, enquanto os clubes do México somam US\$ 1,5 bilhão, e os da Argentina cerca de US\$ 1 bilhão (FORBES, 2020).

Apesar dos valores que envolvem esses negócios, os clubes latino-americanos pouco criaram as condições para um desenvolvimento econômico sustentável e competitivo.

Vargas e Sampaio (2015) destacam que, apesar da falta de transparência nos dados sobre a situação financeira dos clubes argentinos,

[...] são recorrentes as notícias sobre déficits crônicos e alto nível de endividamento de clubes importantes às vezes atenuados, em caráter emergencial, por adiantamento de cotas de televisão por parte da AFA ou pela venda, para clubes do Exterior, de jogadores revelados nas categorias de base. A negociação de atletas constitui uma das principais fontes de receita e, nos finais de temporada, costuma ser a saída para fazer frente a desequilíbrios orçamentários acumulados (VARGAS; SAMPAIO, 2015, p. 59-60).

Esse é o mesmo diagnóstico feito sobre o futebol uruguaio. Segundo Souza-Gomes, “os lucros dos clubes advêm sobretudo da venda do passe de jogadores e da cota social que pagam os sócios de cada equipe” (2015, p. 404).

No caso do futebol brasileiro, os ganhos com direitos de transmissão dos jogos predominam sobre demais receitas. Considerando a série histórica entre 2015 e 2019, a participação dos valores de TV e premiações nas receitas dos clubes brasileiros variou entre 38% e 51%. Já a transferência de jogadores teve participação de 14% a 27% no mesmo período (SPORTS VALUE, 2021)<sup>8</sup>.

A situação econômica dos clubes brasileiros também se destaca pelo montante das dívidas. Entre 2003 e 2018, esses passivos subiram 516%, enquanto a inflação acumulada atingiu 161%. Em 2019, as dívidas dos vinte clubes participantes da primeira divisão do certame nacional alcançaram R\$ 8,7 bilhões e, no ano seguinte, com aumento de 17%, chegou a R\$ 10,2 bilhões (SPORTS VALUE, 2019). Esse quadro se explicaria pela dependência com os direitos de televisão e negociação de futebolistas, bem como pela pouca exploração dos patrocínios e publicidade.

Nesse sentido, é preciso destacar a importância das atividades envolvidas com a transferência de futebolistas para a economia global do futebol. Dados do ano de 2015 mostraram que, desde 2010 quando a FIFA tornou obrigatório o International Transfer Matching System (ITMS), clubes de todo mundo haviam realizado 69.434 transferências internacionais envolvendo 38.125 jogadores de 194 nacionalidades diferentes (FIFA, 2016a).

Em 2019, com crescimento de 9,1% em relação ao ano anterior, a FIFA registrou 18.042 transferências internacionais (FIFA, 2019). Já em 2020, apesar dos efeitos da pandemia de COVID-19, foram realizadas 17.077 transferências em âmbito mundial com participação de 14.432 atletas de 180 nacionalidades (FIFA, 2020).

Desta forma, este artigo visou identificar as principais características do mercado de transferências de jogadores considerando os países latino-americanos como importadores e exportadores dessa mão de obra. A metodologia empregada utiliza de revisão bibliográfica, bem como da coleta e análise de dados em relatórios da FIFA. Além da introdução e conclusão, o trabalho é dividido em duas partes. Na primeira seção são apresentadas características da difusão do futebol na América Latina. E a segunda parte do manuscrito tratou dos principais aspectos das transferências de futebolistas envolvendo países latino-americanos a contar do ano de 2010.

## **CARACTERÍSTICAS GERAIS DA DIFUSÃO DO FUTEBOL EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS**

Para tratar da difusão do futebol em escala mundial, a partir do final do século XIX, Ravenel (1998) identificou três formas básicas: transplante, imitação ou por relação. Nos casos de transplante, os ingleses foram agentes dispersantes do futebol através da criação de clubes em diferentes países. Por imitação, entende-se o processo em que os nativos aprenderam a prática por meio da observação. E o aprendizado do futebol por relação seria o resultado da troca cultural entre ingleses e estrangeiros.

Considerando qualquer uma dessas formas de apropriação sobre o futebol, é importante ressaltar que não se tratou apenas da transferência de uma prática esportiva, pois os processos também precisam considerar as particularidades de cada formação socioespacial<sup>9</sup>.

Autores como Mascarenhas (2000; 2001; 2014), Santos Neto (2002), Franco Júnior (2007), entre outros, trabalham com a trajetória histórica e aspectos espaciais acerca da difusão do futebol, especialmente, na América do Sul. Dadas as diversas leituras, existe consenso de que a hegemonia econômica, militar e política inglesa foi determinante para a projeção do esporte em âmbito mundial.

Um das vias para difusão do futebol se referiu aos portos<sup>10</sup>. Ademais, instituições de ensino e educadores, bem como trabalhadores imigrantes também foram importantes para a dispersão do futebol em países como a Argentina, o Uruguai e o Brasil

Em síntese, a grande extensão do Império Britânico propiciou a larga difusão da informação ‘futebol’, mas seu efetivo advento dependeu de fatores locais, de modo que somente uma abordagem geograficamente fundada pode dar conta dos diferentes ritmos de adoção da invenção. A poderosa frota mercante inglesa percorria os portos de quase todo o planeta, e enquanto os navios descarregavam os produtos de sua indústria e se abasteciam de matéria-prima barata, os marinheiros se entretinham com mulheres, bebidas e faziam, com inusitada euforia, a bola correr em inúmeras cidades portuárias brasileiras no final do século XIX (MASCARENHAS, 2014, p. 44).

No caso argentino, Buenos Aires passou por um intenso processo de modernização e expansão para áreas periféricas, o que gerou mudanças sociais e culturais. O entendimento sobre as práticas esportivas como civilizadoras fez com que as instituições de ensino se tornassem espaços para a reprodução do futebol. Desta forma, no final do século XIX, os primeiros clubes da capital argentina tiveram origem em escolas com influência inglesa e, por conseguinte, estavam associadas às elites locais formadas por industriais e comerciantes (FRYDENBERG, 2011).

Já nas primeiras décadas do século XX, o futebol se popularizou à medida que a Buenos Aires expandia sua região metropolitana. Entre os primeiros clubes criados estão o Quilmes Atlético Club (1887), o Club Atlético River Plate (1901), o Club Ferro Carril Oeste (1902) e o Club Atlético Boca Juniors (1905), entre outros, que tiveram como característica uma forte identidade clubística com os bairros de origem.

Outrossim, essa popularização da prática esteve ligada ainda à iniciativa de clubes em participar de competições independentes e a busca por espaços adequados para os jogos<sup>11</sup>. Segundo Frydenberg, “la relación entre la formación del espacio urbano y el proceso de popularización de la práctica del fútbol se analizará teniendo en cuenta la manera en que los jóvenes usaron na ciudad, la forma en la que inciedieron en su producción” (1999, p. 01).

De forma semelhante, em Montevideu, a influência de imigrantes<sup>12</sup> foi determinante para a difusão do futebol. Esses trabalhadores atuavam nas indústrias têxteis, frigoríficas, de construção e de metalurgia, setores fortes da economia local no final do século XIX e começo do XX.



Além do futebol, outras práticas esportivas como o tênis, natação, remo e o cricket também eram comuns na Montevideu da segunda metade do século XX. E foram os imigrantes os principais responsáveis pela criação dos primeiros clubes esportivos como, por exemplo, o Victoria Cricket Club em 1842, o Montevideo Cricket Club em 1861, o Montevideo Rowing Club em 1874, entre outros. Porém, é com a popularização do futebol que surgem o Club Nacional de Regatas no ano de 1888, e do Club Nacional de Football em 1899 (REISCH, 2012).

Características parecidas são identificadas na dispersão do futebol no México. Malagón (2019), enfatiza que “la llegada del futbol a México fue un proceso que respondió a las mismas circunstancias que en la parte sur del continente, con la diferencia de que tardó unos años más en aparecer” (p. 12). Para o autor, o período da presidência do general Porfírio Díaz, entre 1880 e 1910, foi decisivo para a introdução do futebol já que, com a industrialização e o capital estrangeiro, eram importadas ideias, pensamentos e costumes europeus.

En este punto encontramos otra de las razones históricas que posicionan al futbol como una práctica grande actualmente, pues las fuertes inversiones económicas facilitaron su expansión en México y el mundo. Igualmente, correspondió a esas personas económicamente fuertes la fundación y organización de los primeros clubes deportivos y sociales como: el Pachuca Athletic Club, fundado en 1892 por trabajadores de compañías mineras inglesas dentro del estado de Hidalgo, siendo el primer equipo organizado en el país. Después, en 1894, apareció el Reforma Athletic Club, fundado en la Ciudad de México. 34 Al poco tiempo, aparecieron el Orizaba AC (1898), el British Club (1901) y el México Cricket Club (1901), estos dos, de la Ciudad de México. Las cinco organizaciones deportivas mencionadas serían las encargadas de impulsar la creación de la primera liga amateur en el año de 1902 (MALAGÓN, 2019, p. 14)

Oropeza e Galindo (2014) corroboram com essa análise ao afirmar que a chegada de imigrantes europeus, favorecidos pelo governo, explicam a gênese do futebol mexicano. Os primeiros times teriam se formado entre “obreros de Orizaba, Veracruz y mineros en Pachuca, Hidalgo; posteriormente se extendió geográficamente hacia la ciudad de México, la región del Bajío y el Occidente del país (OROPEZA; GALINDO, 2014, p. 07). Ou seja, estrangeiros e trabalhadores foram determinantes para os processos de ingresso e formação de clubes de futebol naquele país.

Ao se tratar do caso brasileiro é possível identificar características em comum com a Argentina, o Uruguai e o México, além de outras particularidades decorrentes das dimensões continentais do Brasil e de especificidades históricas.

Primeiramente é importante considerar a necessidade de avançar sobre as teses elitistas que consideram os papéis determinantes de Chales Miller e Oscar Cox para a introdução do futebol no Brasil. Ambos, representantes da elite e jovens egressos de universidades europeias, foram importantes para a organização de jogos no eixo Rio-São Paulo, para a divulgação do esporte nessas cidades e para criação de ligas pioneiras de futebol no país.

Contudo, o papel desempenhado por estudantes em retorno da Europa, ou por estrangeiros, também se repete em outras cidades do país. Nesses casos, ainda é possível verificar que as reformas urbanas do começo do século XX, com a criação de novos espaços de sociabilidades, contribuíram para a reprodução de práticas esportivas.

Outra interpretação para a introdução do futebol no Brasil foi elaborada por Santos Neto (2002). O autor organizou um estudo sobre a relação entre estabelecimentos de ensino e estudantes com base no Colégio São Luís em Itu, no estado de São Paulo. A partir dessa instituição, alguns estudantes contribuíram para a apresentação do esporte bretão na Faculdade de Medicina de Salvador, onde criaram o Sport Club São Paulo-Bahia em 1903.

Uma tese basilar para o caso brasileiro foi desenvolvida por Mascarenhas (2001) que mostrou a importância das relações comerciais com a Argentina e o Uruguai para explicar como o futebol ingressou no Rio Grande do Sul. Ademais, a pujança de uma economia pautada nas charqueadas e na indústria, com base em portos, ferroviários e no trânsito de estrangeiros, também contribuíram para que “bolas de futebol, uniformes, estatutos de clubes esportivos, regamentos impressos do futebol e jornais europeus que comentavam e incentivavam a prática do novo esporte” (RIGO, 2013, p. 41) chegassem ao sul do Brasil.

Diversas foram as condições da difusão do futebol em países como o Brasil, Argentina e Uruguai. Em comum, o papel de imigrantes, de trabalhadores e de representantes da elite, bem como a influência dos ingleses através de relações econômicas, sobretudo via portos do rio da Prata.

Franco Júnior (2007), ao tratar do futebol nas primeiras décadas do século XX, reiterou que “em sociedades crescentemente mercantilizadas, o futebol se jogo estudantil foi se tornando atividade profissional” e, portanto, “um produto e seus produtores mais um tipo de operário. Ou produtos eles próprios” (p. 43).

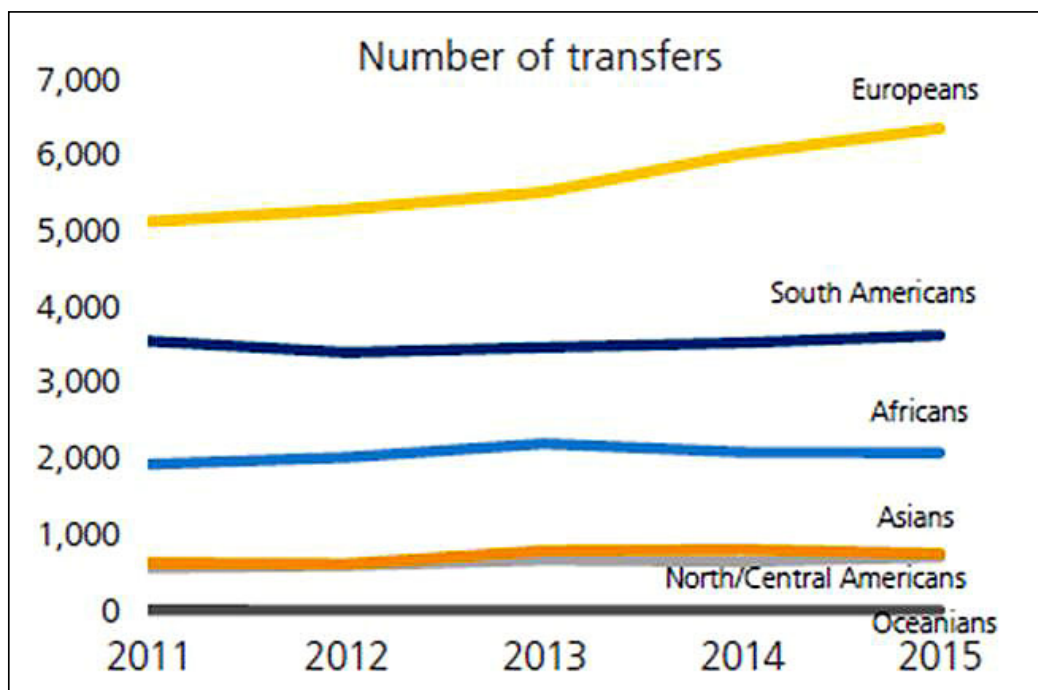
Com o desenvolvimento da prática e com a organização de campeonatos, ligas e entidades reguladoras, foram criadas as condições para as transferências de jogadores entre a América Latina e a Europa. Essa situação como fornecedores de trabalhadores para o mercado europeu “[...] intensificou-se no último quartel do século anterior e, nos últimos anos, o fluxo migratório aumentou, configurando uma verdadeira indústria de exportação de serviços especializados” (SOARES *et al*, 2011, p. 907-908).

A partir da década de 2010, o crescimento de outros mercados futebolísticos como o asiático e o norte-americano intensificou a circulação de atletas. Ainda assim, a importância dos países latino-americanos e, em especial, do Brasil no mercado das transferências internacionais é evidente. Logo, cabe realizar uma avaliação das principais características dessas negociações conforme a nacionalidade e o volume de transferências desses esportistas.

## **PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE FUTEBOLISTAS ENVOLVENDO PAÍSES LATINO-AMERICANOS A PARTIR DE 2010**

É possível avaliar a dinâmica das transferências de jogadores sob duas perspectivas. A primeira considera a nacionalidade dos futebolistas e a segunda, mais usual, avalia o mercado conforme os fluxos de jogadores entre países e regiões, independente da origem do profissional.

Nessa lógica, a Figura 1 mostra o número de transferências com base na nacionalidade.



Fonte: FIFA, 2016a.

**Figura 1.** Número de transferências de jogadores conforme país de origem.

A Figura 1, relativa ao período entre 2011 e 2015, evidencia que jogadores de nacionalidade europeia, ou seja, de uma federação pertencente à Union of European Football Associations (UEFA), lideraram o número de transferências. Na segunda posição, estavam atletas oriundos de países sul-americanos que representam a Confederación Sudamericana de Fútbol (CONMEBOL). Já aqueles pertencentes à Conferation of North, Central American and Caribbean Association Football (CONCACAF)<sup>13</sup> pouco sobressaíram quantitativamente na Figura 1.

Porém, outras considerações são pontuais. No geral, esportistas europeus estiveram entre os mais transferidos porque 87% das negociações ocorrem dentro da UEFA. Mas, quando se considera a nacionalidade, os brasileiros ocuparam a primeira posição no mercado internacional, sendo que, entre janeiro de 2015 e abril de 2016, foram 2.323 transferências, ou seja, 12% de toda movimentação mundial (FIFA, 2016a)<sup>14</sup>.

Já ao incluir outras nacionalidades, a presença dos sul-americanos chama a atenção conforme Quadro 1.

**Quadro 1.** Futebolistas sul-americanos nas transferências internacionais entre 2016 e 2020.

País	2016/ Posição no ranking	2017/ Posição no ranking	2018/ Posição no ranking	2019/ Posição no ranking	2020/ Posição no ranking
Brasileiros	1.642/ 1º	1.755/ 1º	1.753/ 1º	1.988/ 1º	2.008/ 1º
Argentinos	922/ 2º	853/ 2º	891/ 2º	946/ 2º	899/ 2º
Colombianos	469/ 5º	565/ 4º	616/ 5º	633/ 5º	487/ 7º
Uruguaios	416/ 7º	408/ 8º	379/ 11º	423/ 10º	_____
Paraguaios	241/ 14º	_____	_____	_____	_____

Fonte: FIFA, vários anos. Elaborada pelos autores.

Entre 2016 e 2017, os dados consideravam as 15 nacionalidades mais transferidas internacionalmente. E entre 2019 e 2020, os relatórios passaram a considerar apenas as 10 nacionalidades mais expressivas.

O Quadro 1 mostra que brasileiros e argentinos representaram as nacionalidades de jogadores de futebol mais presentes nas transferências internacionais entre os anos de 2016 e 2020. Esses dados reiteram a importância estratégica dos negócios ligados à captação e formação dessa mão de obra especializada.

O Brasil também se distingue nas transferências de entrada e saída de jogadores, independente da nacionalidade. Em 2013, o país liderou um ranking de 25 países, somando 1.402 casos<sup>15</sup>. Ademais, outras nações latino-americanas figuraram nessa lista como, por exemplo, Argentina (657), Uruguai (463), Colômbia (385), Chile (342 transferências) e México (167, apenas transferências de saída) (FIFA, 2014).

Quando se considera o fluxo regional ou intercontinental de futebolistas, nota-se que são mais significativas entre os países sul-americanos do que, por exemplo, da América do Sul para a Europa. Em 2013, foram 995 transferências de jogadores entre países da América austral, 531 para a Europa e outras 306 para a América do Norte (FIFA, 2014)<sup>16</sup>.

Algumas particularidades são importantes. No caso brasileiro, a dinâmica das trocas de jogadores de futebol se dá, principalmente, com Portugal. Para autores como Rial (2011) e Tonini (2016), o país europeu se estabeleceu como um dos principais destinos para os brasileiros desde a década de 1970. Isso seria resultado de “sua condição semiperiférica no mercado europeu, porém central em relação aos mercados sul-americano e africano” (TONINI; GIGLIO, 2019, p. 626). No ano de 2020, o Brasil transferiu 274 jogadores para Portugal e recebeu desse outros 254 profissionais.

Por outro lado, a Argentina se relaciona mais com os vizinhos sul-americanos, tanto no que se refere à importação como a exportação de praticantes profissionais do futebol. Se, em 2014, foram exportados 77 jogadores para o Chile e outros 46 para o Uruguai (FIFA, 2015), em 2020, a Argentina encaminhou, respectivamente, 69 e 63 atletas para esses mesmos mercados (FIFA, 2020).

Além disso, foi possível identificar um movimento de mudança envolvendo CONMEBOL e CONCACAF de acordo com o Quadro 2.

**Quadro 2.** Número de transferências internacionais recebidas por associações da CONMEBOL E CONCACAF entre 2011 e 2015.

Confederação	2011	2012	2013	2014	2015
CONMEBOL	2.142	2.065	2.058	1.920	1.885
CONCACAF	764	831	888	974	1.159

Fonte: FIFA (2016b).

O Quadro 2 revela que, apesar da importância dos países associados à CONMEBOL no mercado do futebol mundial, houve uma diminuição de 12% no número de transferências recebidas por clubes da América do Sul. Em contrapartida, a CONCACAF registrou, entre 2011 e 2015, um crescimento de 51,7% nesses valores. Isso se explica, em parte, pelo desenvolvimento do futebol mexicano que conta com o aporte financeiro de empresas aos clubes nacionais<sup>17</sup>.

Os dados mostraram que, na série histórica de 2011 a 2015, o México registrou aumento tanto no volume como nas despesas com as permutas de jogadores de futebol. Os gastos passaram de US\$ 13,4 milhões para US\$ 76 milhões no período (FIFA, 2016b).

Essa tendência permaneceu nos anos seguintes. Segundo Díaz (2019), do diário *online Récord*, predominavam no futebol mexicano atletas oriundos da Argentina (57), Colômbia (28), Uruguai (21), Chile (19), Equador (16) e Paraguai (13), sendo que houve diminuição do número de brasileiros (6). Em 2019, 19 nacionalidades diferentes circularam no futebol do México, incluindo europeus e africanos, com preponderância dos sul-americanos. Os dados reforçam a hipótese de que o México tem se tornado uma opção de mercado para futebolistas de todo mundo.

Ou seja, os clubes sul-americanos se comportam como concedentes de jogadores aos países da CONCACAF. Além do México, vale pontuar a relevância dos EUA como um destino para os esportistas da América do Sul por conta da organização e crescimento da Major League Soccer (MLS).

Do mesmo modo, ao considerar os países com o maior número de clubes envolvidos em transferências internacionais de futebolistas, entre 2018 e 2019, os latino-americanos se destacam, sobretudo com o Brasil, Argentina e México. Esses estão entre os 15 primeiros no ranking da FIFA, sendo que o Brasil e a Argentina ocuparam o 1º e 5º lugar respectivamente. Já o México caiu uma posição e passou do 13º país com o maior número de clubes envolvidos em transferências internacionais, em 2018, para o 14º em 2019. Nesse ano, cabe ressaltar que de 50 países com clubes mais ativos no mercado de negociações de jogadores, 12 eram latino-americanos com hegemonia dos sul-americanos.

Vislumbrando um panorama dos fluxos de transferências de futebolistas envolvendo países latino-americanos, o Quadro 3 enfatiza os dados de 2018 a 2020.

**Quadro 3.** Número de transferências recebidas e de saída entre 2018 e 2020.

País	Recebidas em 2018	De saída em 2018	Recebidas em 2019	De saída em 2019	Recebidas em 2020	De saída em 2020
Brasil	677	832	831	948	1.015	820
Argentina	348	533	387	536	281	545
Colômbia	183	400	225	356	134	291
Uruguai	183	236	207	230	224	186
Venezuela	164	141	112	136	79	105
Chile	168	125	179	174	207	133
Paraguai	156	116	173	179	128	129
Equador	116	90	128	119	147	90
Peru	110	86	111	79	92	75
Bolívia	103	68	133	77	76	97
México	285	308	296	309	203	261
Guatemala	105	60	85	55	95	51
Panamá	102	59	88	70	82	77
El salvador	76	43	65	47	69	44
Honduras	84	42	100	48	56	54
Nicarágua	18	41	42	31	46	16
Cuba	0	1	0	7	0	2
Haiti	0	4	0	7	0	4
Porto Rico	0	18	0	2	0	1

Fonte: FIFA, vários anos. Elaborada pelos autores.

O Quadro 3 reitera algumas considerações importantes. No tocante as transferências internacionais recebidas em 2018 e 2019, destacaram-se o Brasil, a Argentina e o México com aumentos de 22,7%, 11,2% e 3,8% respectivamente. Por outro lado, as transferências de saída, no mesmo período, evidenciaram o papel do Brasil, Argentina, Colômbia e México. Do Brasil partiram 948 jogadores em 2019, um aumento de 13,9% em comparação com 2018.

No ano de 2020, considerando os efeitos da pandemia de COVID-19 que impactaram os mais diversos negócios, verificaram-se variações nos dados relativos as movimentações de futebolistas. Argentina, Panamá e Honduras foram os únicos países que tiveram crescimento da exportação de atletas entre 2019 e 2020. Outrossim, dos 19 países arrolados no Quadro 3, tiveram diminuição no total de atletas importados como são os casos de Argentina, Colômbia e Venezuela.

De modo geral, o Quadro 3 reforça a preeminência dos países sul-americanos no mercado de transferências de futebolistas, independente das alterações decorrentes do impacto da crise sanitária de 2020. Quando se avalia que brasileiros e argentinos representam as nacionalidades mais presentes neste mercado, a liderança desses países entre os latino-americanos é clara. O caso do México também é expressivo, pois já superou, por exemplo, países como o Chile e o Uruguai, na importação e exportação de jogadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de dispersão do futebol em escala global foi condicionada por fatores relacionados à expansão do capital e dos interesses comerciais ingleses. Pode-se afirmar que as particularidades da formação socioespacial de cada país explicam a introdução, dispersão e popularização do esporte bretão.

De modo geral, a partir do final do século XIX, os países latino-americanos experimentaram e exploraram o futebol com a criação de clubes, entidades reguladoras e campeonatos. Logo, cresceram os diversos negócios associados à modalidade esportiva.

Essa cadeia produtiva do futebol envolve clubes, torcedores, patrocinadores, organizações como a FIFA e outras federações, diversos grupos de mídia e fornecedores que estão diretamente relacionados às inúmeras atividades do esporte. Nesse sentido, as negociações e transferências de jogadores movimentam um grande mercado mundial com intenso fluxo desses trabalhadores especializados.

Historicamente o mercado do futebol latino-americano foi fornecedor de futebolistas para outros países, sobretudo europeus. Parte disso se explica pela trajetória de seleções nacionais como a uruguaia campeã do ouro olímpico de 1924 e 1928 e da primeira Copa do Mundo de 1930, e depois da seleção brasileira que logrou os mundiais de 1958, 1962 e 1970.

Ao se analisar a dinâmica das transferências de jogadores considerando os países latino-americanos, a partir dos anos de 2010, foi possível verificar certas características. Quando se avalia pelo critério da nacionalidade, brasileiros e argentinos representam os jogadores envolvidos nos maiores números de transferências. Ademais, uruguaios, colombianos e paraguaios também estão entre as 15 nacionalidades mais expressivas nesse mercado internacional.

Além da importância incontestável dos países associados à CONMEBOL nas relações de transferências de atletas, os dados mostraram um crescimento da CONCACAF entre 2011 e 2015. Depois dos EUA, o México emergiu como uma opção de mercado e têm atraído, em especial, profissionais da América do Sul.

E mesmo quando a nacionalidade não é o critério central para a análise, o Brasil é líder no volume de transferências de jogadores, sendo que se relaciona principalmente com o mercado português. Também ficou evidente que a circulação de jogadores é mais expressiva entre países latino-americanos do que mesmo para a UEFA, por exemplo. Portanto, a ideia de que o futebol latino-americano é majoritariamente exportador de futebolistas precisa reconsiderar os diversos aspectos que envolvem a dinâmica desses mercados na contemporaneidade.

## NOTAS

3A literatura considera que, no século XVII, surge o termo Economia Política para definir a análise das relações de produção, acumulação e distribuição de riquezas na conjuntura de mudanças sociais com a formação de classes proletárias, proprietários de terra e capitalistas (SCHUMPETER, 1964). Do ponto de vista histórico, a Economia Política

representou para teóricos como Smith, Ricardo e Mill, “a revolução do grande capitalismo e a convulsão que transformou as sociedades baseadas primariamente no trabalho agrícola em sociedades comerciais, manufatureiras e finalmente industriais. Para os economistas políticos críticos como Marx, significava examinar as forças dinâmicas do capitalismo responsáveis por seu crescimento (MOSCO, 2009, p. 51).

4 De forma geral, é possível definir a indústria cultural como o conjunto de meios de comunicação (revistas, jornais, rádio, teatro, televisão, cinema) amplamente acessíveis e com potencial de gerar lucro. O conceito surgiu com a publicação de um trabalho de Theodor Adorno e Max Horkheimer, ambos ligados à Escola de Frankfurt. Cabe destacar que esses pensadores entendiam que a indústria cultural criava produtos e entretenimentos padronizados para o consumo e à serviço da sociedade capitalista. E, portanto, responsável pela perda de autonomia do indivíduo. Ademais, com o conceito de indústria cultural, a cultura se torna mercadoria (BRITTOS; SANTOS, 2012).

5 Sobre o conceito de *filières* (fileiras/cadeias) é importante destacar seu surgimento na França com a Escola de Organização Industrial. Morvan (1985) definiu a *filière* pelo conjunto de operações que levam à produção de bens, sendo sua articulação influenciada pelas possibilidades tecnológicas e determinada pelas estratégias dos agentes. Já para Montigaud (1991), as *filières* representam atividades interligadas verticalmente e, que, são necessárias para a produção de um ou mais produtos. Para o autor, é possível abordar a *filières* em sua totalidade; pelo comportamento estratégico de firmas; e pelas estruturas e relações existentes dentro da cadeia. Em síntese, “o uso do termo ‘cadeia produtiva’ tem por objetivo permitir ou facilitar a visualização, de forma integral, das diversas etapas e agentes envolvidos na produção, distribuição, comercialização (atacado e varejo), serviços de apoio (assistência técnica, crédito, etc.) e consumo de uma determinada mercadoria, de forma a: 1) permitir uma visão sistêmica, ao invés de fragmentada, das diversas etapas pelas quais passa um produto, antes de alcançar o consumidor final; 2) identificar ‘gargalos’ que comprometem a integração dos diversos segmentos, garantindo ou promovendo a competitividade” (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p.466).

6 Entre as 20 maiores receitas do futebol na América, no ano de 2018, estava o Atlanta United Football Club, dos Estados Unidos da América, com US\$ 78 milhões (PLURI CONSULTORIA, 2019).

7 Dos cinquenta clubes mais valiosos da América, os representantes da Major League Soccer (MLS) predominaram com 14 clubes. O México e o Brasil contaram com 11 clubes cada entre os mais valiosos. A Argentina se destacou com 8 clubes, enquanto o Uruguai, Colômbia, Peru e Equador apareceram com uma representação cada (FORBES, 2020). A metodologia empregada para classificação desses clubes considerou o valor do estádio, preço do elenco e valor da marca.

8 Em 2020, devido à pandemia da COVID-19 e seus reflexos sobre a economia do futebol, a participação dos valores de TV e premiações nas receitas dos clubes brasileiros passou de 39% para 34%. Enquanto a participação das transferências de jogadores cresceu de 27% para 31% (SPORTS VALUE, 2021). Contudo, em valores totais, “as receitas com



transferências somaram R\$ 1,6 bilhão em 2019, valor recorde, e em 2020 chegaram a R\$ 1,5 bilhão, houve uma queda de 5,6%. Segundo a FIFA o mercado global de transferências foi reduzido em 23% por conta da pandemia. Em seu estudo anual FIFA TMS 2020, apontou que o Brasil gerou US\$ 326 milhões com transferências” (SPORTS VALUE, 2021. p. 01). Também é importante destacar que os estudos produzidos pela Sports Value consideram os vinte clubes participantes da Série A do Campeonato Brasileiro.

9 A categoria de formação sócio-espacial foi desenvolvida por Santos (1977), a partir da ideia de formação econômico-social elaborada por Marx e Engels, posteriormente sistematizada por Lênin (LEFEBVRE, 1969). É importante colocar que a formação econômico-social é indissociável da realidade histórico-concreta e, desta forma, são formações históricas e geograficamente localizadas, isto é, formações sócio-espaciais. Os autores reconhecem que pelas novas normas da língua portuguesa a grafia seria “socioespacial”. Contudo, optou-se por manter o original “sócio-espacial” conforme Santos (1977).

10 Para citar exemplos de portos importantes para a dispersão do futebol cabe destacar o de Bilbao (Espanha), o de Genova (Itália), o de Le Havre (França) e o de Bremen (Alemanha) (MASCARENHAS, 2014).

11 A análise de Frydenberg (1999) também considera que o crescimento de Buenos Aires, com encarecimento do preço da terra, fez com a periferia se torna-se espaço de excelência para reprodução do futebol. O aluguel de terras privadas, a cessão de propriedades públicas ou o apadrinhamento por empresas e instituições também eram estratégias utilizadas para aquisição dos espaços necessários para os jogos de futebol.

12 Ao final da década de 1880, quase metade da população da capital uruguaia, cerca de 700 mil habitantes, era de estrangeiros (LUZURIAGA, 2009).

13 A Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football (CONCACAF) conta com 38 países membros incluindo representantes da América do Norte, Centro-América e Caribe e América do Sul com Guiana Francesa, Guiana e Suriname.

14 O relatório da FIFA (2016a) também destacou que das dez nacionalidades mais transferidas estavam atletas oriundos de países pequenos como Uruguai, Sérvia e Croácia que contam com ligas e campeonatos menores em comparação com países vizinhos (FIFA, 2016a).

15 Em 2014, o Brasil registrou 746 transferências de entrada e outras 656 de saída (FIFA, 2014).

16 Ainda acerca dos dados sobre os países de destino das transferências oriundas da América do Sul destacam-se, por região, o Chile (161), Portugal (119), México (107), Japão (46) e Marrocos (3). Já sobre o retorno de atletas da Ásia para a América do Sul, em 2013, de 218 futebolistas, 179 regressaram ao Brasil. Desses, 178 eram de nacionalidade brasileira (FIFA, 2014).

17 Segundo Oropeza e Galindo (2014), “ha habido un rápido surgimiento de mayores sectores empresariales entre las que destacan algunas familias, y esas nuevas empresas han adquirido diversos equipos profesionales de futbol, esto propiciará la construcción de nuevos espacios acordes a los intereses de las nuevas empresas. El hecho que grupos empresariales emergentes adquieran franquicias genera que se suscite una diversificación y movilidad geográfica de los clubes mexicanos, ya que se intentan llevar futbol profesional a las ciudades de origen de los empresarios o donde tienen más facilidades de

inversión” (p. 04). Entre as empresas estão a Televisa que é proprietária do Club de Fútbol América; a TV Azteca é dona do Atlas F.C.; a Cemex, empresa de cimento, controla o Tigres UANL, entre outros exemplos.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, N. M. S. M. S. “A arquibancada é de todos nós”: Indústria Cultural e a luta dos Gaviões contra o futebol moderno. **Passagens**, v. 10, n. 2, p. 74-90, 15 dez. 2019.
- BRITTOS, Valério; SANTOS, Anderson. Processos midiáticos do esporte: do futebol na mídia para um futebol midiaticizado. **Comunicação, mídia e consumo**. Escola de Propaganda de São Paulo (ESPM), v.9, n.26 (nov. 2012), pp.173-190. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/350/pdf>>. Acesso em 22 jun. 2021.
- CALDAS, W. **O pontapé inicial**: memória do futebol brasileiro. São Paulo: Ibrasa, 1990.
- CRUZ, Maria; SAID, Gustavo. Teoria Crítica e Futebol Sob o Olhar da Indústria Cultural. In: I Seminário Internacional do Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fórum de Pesquisas em Comunicação, Esporte e Cultura, 2014. Disponível em: <[http://labmidiaesporte.weebly.com/uploads/2/4/5/6/24568817/teoria\\_critica\\_e\\_futebol.pdf](http://labmidiaesporte.weebly.com/uploads/2/4/5/6/24568817/teoria_critica_e_futebol.pdf)>. Acesso em 22 jun. 2021.
- DÍAZ, Víctor. **Liga MX terminó con un total de 181 extranjeros para el Apertura 2019**. Récord. Ciudad de México, 05 set. 2019. Disponível em: <<https://www.record.com.mx/futbol-liga-mx-noticias/liga-mx-termino-con-un-total-de-181-extranjeros-para-el-apertura-2019>>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- BARCELLOS, Dimitri. O êxodo sul-americano para a MLS. **Footure**. [S.L.], 15 fev. 2021. Disponível em: <<https://footure.com.br/o-exodo-sul-americano-para-a-mls/>>. Acesso em 16 jul. 2021.
- OROPEZA, Jonathan Montero; GALINDO, Dante Guillermo Celis. El futbol mexicano como instrumento de poder económico y político. In: III Coloquio Internacional de Geocrítica. **Anais...** Barcelona, 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Jonathan%20Montero%20Oropeza.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2021.
- FIFA/TMS. **Global Transfer Market**. 2014. Disponível em: <<https://www.fifa.com/about-fifa/legal/football-regulatory/player-transfers/tms-reports>>. Acesso em 15 jun. 2021.
- FIFA/TMS. **Player Nationalities in the Transfer Market**. 2016a. Disponível em: <<https://digitalhub.fifa.com/m/2d129a26e2cc2806/original/xdnyi68hontm515vkxif-pdf.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2021.
- FIFA/TMS. **Football Transfers in the Americas**. 2016b. Disponível em: <<https://digitalhub.fifa.com/m/6ee2758396297cf3/original/lkqsijetsa6qo5lqcclt-pdf.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2021.
- FIFA/TMS. **Global Transfer Market Report 2020**. 2020. Disponível em: <<https://digitalhub.fifa.com/m/482e6b2d76404434/original/ijiz9rtpkfnbhwxbqr70-pdf.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2021.
- FORBES. Os 50 clubes de futebol mais valiosos das Américas. 2020. Disponível em:

- <<https://forbes.com.br/principal/2020/11/os-50-clubes-de-futebol-mais-valiosos-das-americas/#foto50>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- FRYDENBERG, Julio. **Historia Social del Fútbol: del amateurismo a la profesionalización**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lenine**. Lisboa: Moraes Ed. 1969.
- LUZURIAGA, Juan Carlos. **El football del novecientos: Orígenes y desarrollo del fútbol en el Uruguay (1875-1915)**. Montevideú: Ediciones Santillana, 2009.
- MALAGÓN, Victor Aguilar. **La historia también juega, historia del futbol en México y su papel en la identidad nacional a partir de tres categorías analíticas: práctica, discurso y representación**. 2019. 107 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Faculdade de Humanidades, Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, Estado de México, 2019. Disponível em: <<http://ri.uaemex.mx/bitstream/handle/20.500.11799/110370/TESES%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- MASCARENHAS, Gilmar. A via platina de introdução do futebol no Rio Grande do Sul. **Lecturas: Educación Física y Deportes. Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 5, n. 26, out. 2000.
- MASCARENHAS, Gilmar. **A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e seu advento no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2001.
- MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- MOSCO, Vincent. **La economía política de La comunicación**. Barcelona: Editorial Bosch, 2009.
- PLURI CONSULTORIA. **Gigantes das Américas 2018**. 2019. Disponível em: <<https://www.pluriconsultoria.com.br/wp-content/uploads/2019/11/Gigantes-das-Am%c3%a9ricas-2019.pdf>>. Acesso em 22 jun. 2021.
- RAVENEL, Loïc. **La géographie du football en France**. Press universitaires de France, 1998.
- RIAL, Carmen Silvia. Fronteras y zonas en la circulación global de los jugadores brasileños de fútbol. In: GODIO, Matías; ULIANA, Santiago (Comp.). **Fútbol y sociedad: prácticas locales e imaginarios globales**. Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011. p. 27-50.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- Soares, Antônio Jorge Gonçalves et al. Jogadores de futebol no Brasil: mercado, formação de atletas e escola. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte** [online]. 2011, v. 33, n. 4, p. 905-921. Acessado em 29 jun. 2021.
- SCHUMPETER, Joseph (1964). **História da análise econômica**, v.1. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- SOUZA-GOMES, João Carlos de. O futebol no Uruguai. In: Ministério das Relações Exteriores (Org.). **Mundo afora: planejamento e gestão no futebol**. Brasília, 2015.
- SPORTS VALUE. **Finanças dos clubes brasileiros em 2018**. 2019. Disponível em: <<https://www.sportsvalue.com.br/estudos/financas-clubes-brasileiros-em-2018/#:~:text=O%20volume%20total%20gerado%20pelo,clubes%2C%20CBF%20e%20Federa%C3%A7%C3%B5es%20Estaduais>>. Acesso em 29 jun. 2021.

- SPORTS VALUE. **Finanças dos top 20 clubes do Brasil**. 2021. Disponível em: < <http://www.sportsvalue.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Finan%C3%A7as-Top-20-clube-Brasil-Sports-Value-maio-2021-3.pdf> >. Acesso em 29 jun. 2021.
- SZYMANSKI, S; KUYPERS, T. **Winners and Losers** - The Business Strategy of Football. Inglaterra, 1999.
- TAYLOR, R. **As dimensões sociais do relacionamento comercial entre os clubes de futebol e suas comunidades**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- TONINI, Marcel Diego. **Dentro e fora de outros gramados: histórias orais de vida de futebolistas brasileiros negros no continente europeu**. 2016. 480 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- TONINI, Marcel Diego; GIGLIO, Sérgio Settani. A transferência de jogadores no sistema FIFA e a migração de brasileiros para a Europa (1920-1970). **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), [S.L.], v. 32, n. 68, p. 609-632, dez. 2019.
- VARGAS, Everton Vieira; SAMPAIO, Joel. Planejamento e gestão no futebol argentino. In: Ministério das Relações Exteriores (Org.). **Mundo afora: planejamento e gestão no futebol**. Brasília, 2015.

---

# A ESCOLA COMO PRÁTICA CIDADÃ: PISTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

SCHOOL AS CITIZEN PRACTICE: THEORETICAL AND  
METHODOLOGICAL CLUES FOR TEACHING GEOGRAPHY

LA ESCUELA COMO PRÁCTICA CIUDADANA: PISTAS TEÓRICAS  
Y METODOLÓGICAS PARA LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA

Livia Cangiano Antipon<sup>1</sup>

Raquel de Padua Pereira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo se propõe a percorrer brevemente as bases da construção teórico-metodológica do ensino de geografia, em busca de uma geografia escolar como um campo pleno de possibilidades para a construção de uma prática cidadã. Para tanto, seguimos algumas pistas conceituais, sobretudo as encontradas nas obras de Milton Santos, a quem atribuímos a proposta de construção de uma epistemologia das existências nos espaços escolares. O presente estudo também passa pelas contribuições e problematizações deixadas por vários outros autores sobre o conhecimento construído em sala de aula, sobre a geografia como forma de leitura da complexidade do mundo atual e sobre como os três campos fundamentais do processo de ensino-aprendizagem de geografia (geográfico-científico, geográfico-escolar e pedagógico-didático) formam um desafio metodológico para o ensino-aprendizagem com perspectiva cidadã e crítica.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia. Teoria e Método em Milton Santos. Escola Cidadã. Epistemologia das Existências.

**ABSTRACT:** This article aims to briefly go through the bases of the theoretical and methodological construction of geography teaching, in search of a school geography as a field full of possibilities for the construction of a citizen practice. To do so, we follow some conceptual clues, especially those found in the works of Milton Santos, to whom we attribute the proposal of building an epistemology of existences in school spaces. The present study also goes through the contributions and problematizations left by several other authors about

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2166-2663>. E-mail: [liviacangiano@gmail.com](mailto:liviacangiano@gmail.com).

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8764-5770>. E-mail: [quelstrl@gmail.com](mailto:quelstrl@gmail.com).

Artigo recebido em maio de 2022 e aceito para publicação em junho de 2022.

the knowledge built in the classroom, about geography as a way of reading the complexity of the current world, and about how the three fundamental fields of the geography teaching-learning process (geographic-scientific, geographic-school and pedagogical-didactic) form a methodological challenge for the teaching-learning with a citizen and critical perspective.

**Keywords:** Teaching Geography. Theory and Method in Milton Santos. Citizen School. Epistemology of Existences.

**RESUMEN:** Este artículo propone recorrer brevemente las bases de la construcción teórica y metodológica de la enseñanza de la geografía, en busca de una geografía escolar como campo lleno de posibilidades para la construcción de una práctica ciudadana. Para ello, seguimos algunas pistas conceptuales, especialmente las encontradas en los trabajos de Milton Santos, a quien atribuimos la propuesta de construir una epistemología de las existencias en los espacios escolares. El presente estudio también recorre los aportes y problematizaciones dejados por varios otros autores sobre el conocimiento construido en el aula, sobre la geografía como forma de leer la complejidad del mundo actual y sobre cómo los tres campos fundamentales del proceso de enseñanza-aprendizaje de la geografía (geográfico-científico, geográfico-escolar y pedagógico-didáctico) conforman un desafío metodológico para la enseñanza-aprendizaje con perspectiva ciudadana y crítica.

**Palabras clave:** Enseñanza de la geografía. Teoría y método en Milton Santos. Escuela de Ciudadanos. Epistemología de las existencias.

## INTRODUÇÃO

A educação escolar é um processo no qual docentes e estudantes interagem com o mundo “através das relações que travam entre si na escola e com as ideias” (MOREIRA, 2008, p. 105). Tanto a disciplina geográfica quanto a educação formal, para o autor, podem ser entendidas como formas de leitura do mundo, pois ambas “concorrem para um mesmo fim: compreender e construir o mundo a partir das ideias que formam dele”. Portanto, ensinar geografia é trabalhar sobretudo com ideias, ou seja, com formas de representação do mundo, formas de teorizá-lo.

Nesse sentido, Cavalcanti (2021, p. 18) afirma que, “quando se ensina Geografia [...], está-se ensinando um modo de pensar, de compreender a realidade em que se vive por meio dos conteúdos produzidos pela ciência de referência dessa disciplina”. Moreira (2008, p. 106), por sua vez, alerta que essas distintas formas de representação-teorização sobre o mundo são construídas tanto no campo “sensível”, envolvendo tudo aquilo que podemos sentir e perceber no espaço imediato, quanto no campo “intelectivo”, terreno do pensamento e dos conceitos. Em outros termos, tudo o que podemos sentir de imediato e depois trabalhar intelectualmente interessa à geografia e à geografia escolar, dado que, para pensar e ensinar essa ciência, devemos considerar o contexto do espaço vivido e a nossa capacidade de refletir teórica e metodologicamente sobre ele.

Partindo destes pressupostos, o presente texto segue o que denominamos de *pistas*

*interpretativas* encontradas nas obras de Milton Santos (1996a, 1996b, 2000, 2002 [1978], 2007 [1987], 2014 [1985]) sobre a importância do espaço vivido na construção do saber geográfico e na estruturação de um método para a disciplina geográfica, iluminando algumas possibilidades para o fortalecimento da geografia escolar e do ensino de geografia enquanto prática cidadã, a partir de uma epistemologia das existências.

Este artigo, vale ressaltar, é resultado de reflexões e experiências compartilhadas pelas autoras no bojo de sua trajetória profissional nos últimos dez anos em espaços escolares públicos e privados, onde elas atuaram como professoras do Ensino Fundamental e Médio. Concomitantemente ocorre sua formação nos espaços acadêmicos, nos quais elas vêm trabalhando, em pesquisas de doutoramento<sup>3</sup>, temas específicos a partir da perspectiva metodológica proposta pelo professor Milton Santos. Ao longo desta trajetória também foram desenvolvidas pesquisas sobre educação e prática docente vinculadas a projetos financiados por agências públicas de fomento.

Entre 2014 e 2016, por exemplo, Raquel de Padua Pereira formou parte como professora-pesquisadora do projeto “Política, tecnologia e interação social na educação” da Rede de Políticas Públicas para a Educação (RPPE), coordenado pelo Laboratório Espaço do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e financiado pelo Observatório da Educação da Capes (OBEDUC). De acordo com as diretrizes dessa pesquisa, dedicou-se à elaboração de projetos educacionais que privilegiaram o trabalho interdisciplinar no cotidiano escolar, com foco na proposição de políticas públicas. O objetivo era explorar as noções básicas sobre uso do espaço urbano, mobilidade, diálogo com as artes e, a partir disso, discutir cidadania e direito à cidade (PADUA PEREIRA, 2019). Ainda no âmbito do projeto da RPPE/Capes, Pereira dedicou-se à construção e execução de um curso autoral de geografia para o Ensino Fundamental II, cuja metodologia se baseava nos aportes do Planejamento Urbano e Regional (PADUA PEREIRA, 2018). A autora propôs uma abordagem dos conceitos e habilidades do ensino de geografia relacionados com o processo de urbanização da metrópole de São Paulo como forma de conexão com a realidade dos estudantes.

Por sua vez, Livia Antipon, entre 2012 e 2013, foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Instituto de Geociências, com o projeto “Ampliando horizontes: formação de professores em parceria” – momento oportuno em que o grupo sob orientação do Prof. Dr. Rafael Straforini refletiu sobre a possibilidade de a prática docente ser um objeto de investigação (SAMPAIO; VLACH, 2008).

Quanto à estrutura deste artigo, vale pontuar que ele se organiza em torno de quatro eixos norteadores para problematizar alguns aspectos da geografia escolar e do ensino de geografia. O primeiro deles questiona como o conhecimento é construído na sala de aula, elucidando as etapas do processo de ensino-aprendizagem e apresentando um entendimento sobre teoria e método em geografia e no ensino de geografia como forma de estabelecer as bases teórico-metodológicas dessa disciplina.

Em seguida, refletimos sobre as possibilidades e os desafios para a geografia escolar induzir à leitura reflexiva e cidadã de um mundo contraditório. Nesse sentido, apontamos

caminhos para uma geografia insurgente e libertária, capaz de ensinar docentes e estudantes a pensar espacialmente o presente, o passado e o mundo que desejamos construir de forma crítica.

Em um terceiro momento o texto dialoga com outros autores do ensino de geografia, no intuito de abordar suas contribuições acerca do conhecimento construído em sala de aula, sobretudo como forma de reflexão sobre a complexidade do período atual e de formação de alunas e alunos engajados com a transformação de suas realidades cotidianas.

Por fim, o quarto eixo questiona como superar o “grande desafio metodológico” (STRAFORINI, 2018, p. 186) de trabalhar com três campos fundamentais do ensino-aprendizagem: o geográfico-científico, o geográfico-escolar e o pedagógico-didático (TARDIF, 2007). O texto se encerra com uma síntese do pensamento educacional a partir de Milton Santos, a fim de refletir a respeito dos meios de construir uma geografia crítica na sala de aula no cotidiano dos/as escolares.

## **A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA SALA DE AULA: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA PENSAR O ENSINO DE GEOGRAFIA**

As bases epistemológicas de qualquer trabalho científico pressupõem a definição de teorias e métodos em seus campos específicos de análise. A epistemologia é o exercício de reflexão sobre o próprio conhecimento, é a filosofia da ciência. Segundo Lacoste (1976), para quem a legitimidade epistemológica deve se basear nas práticas sociais, a teoria do conhecimento e seus aportes metodológicos são sempre históricos e socialmente construídos.

Nesse sentido, Moreira (2008, p. 108) aponta que “a ciência é uma forma de representação que vê e organiza o mundo através do conceito”. Para o autor, o conceito, como resultados dos processos de teorização, “tem, de um lado, uma forte ligação com os princípios lógicos que o norteiam e, de outro, com as categorias através da qual intervêm”.

É importante dizer também que “a expressão mais acabada da lógica científica historicamente determinada é o método” (MOREIRA, 2008, p. 108), seja ele interpretativo-filosófico ou de pesquisa-operacional (MORAES; COSTA, 1984). Portanto, “em ciência método é todo caminho que conduz ao conhecimento” (MOREIRA, 2008, p. 108), ou seja, que conduz às ideias e representações que temos do mundo – daí Almeida (1991) e Cavalcanti (2006) admitirem que, no processo de ensino-aprendizagem, algumas perguntas devem ser feitas de forma indissociável: o que ensinar e como ensinar? Parte-se do pressuposto de que o conteúdo ensinado e o método aplicado também são indissociáveis das teorias e práticas sociais, ou seja, das formas de representação do mundo vivido.

Assim, ainda em acordo com Moreira (2008), afirmamos que teoria, método, conceitos e categorias se constituem como elementos essenciais para a construção da representação científica. A geografia enquanto disciplina moderna, ou seja, científica, como forma de refletir sobre o seu objeto de análise – o espaço geográfico – opera algumas categorias específicas para representar e construir sua própria ideia de mundo: a paisagem, o território, o lugar e a região. Moreira (2008, p. 106) explica que a função estruturadora do conceito nesse processo de construção de uma representação do mundo é “passar da descrição do visível da paisagem (o campo do sensível) para a compreensão



da estrutura invisível do espaço (o campo do inteligível)”.

Pensando de forma paralela e coetânea a esse esforço de síntese, assumimos, com base em Almeida (1991), que ensinar geografia em ambientes escolares implica desenvolver o conhecimento geográfico a partir de um método científico. Assim, concordamos novamente com Moreira (2008) quando explica que a centralidade do método no ensino de geografia nos leva a ver a sala de aula como um espaço próprio de construção de conhecimentos. Não à toa, Gramsci (1982) indicava a escola como um instrumento para a elaboração de intelectuais em diversos níveis.

No entanto, há um questionamento fundamental: como o conhecimento é construído nas salas de aula? Que tipo de teorização se elabora e por qual via metodológica? São perguntas que acompanham o próprio percurso histórico da geografia enquanto disciplina científica – das descrições (educação bancária) às teorias crítico-reflexivas (educação dialógica). Estas últimas acabam por colocar como objetivo último da escola, junto com outras instituições, o trabalho de sujeitos cujo compromisso é transformar a realidade social (VLACH, 1987).

Nesse sentido, as obras de Milton Santos ensinam caminhos teóricos, críticos e reflexivos para a construção de uma geografia escolar engajada com tal transformação. É o que apresentamos a seguir.

## **UMA ESCOLA CIDADÃ: AS PISTAS DEIXADAS POR MILTON SANTOS**

Como parte do método da geografia, Santos (2014 [1985], 1996a) sugere a compreensão da forma, da função, da estrutura e do processo que conformam o espaço geográfico, considerando-o como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e ações. Se o espaço é uma realidade objetiva, um processo social em contínua transformação, para estudá-lo é necessário um esforço de apreensão da relação da sociedade com o espaço, pois é esta quem dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura.

Em outras palavras, sempre que a sociedade (totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou os objetos geográficos assumem novas funções. O espaço, portanto, em sua concretude e modos de uso, em sua forma e estruturas, é um dado de definição social.

Esta proposta teórico-metodológica parte da premissa de que são as dinâmicas sociais que criam e recriam as formas, considerando as estruturas econômicas e sociais estabelecidas historicamente no espaço. Tal premissa deu corpo ao conceito de “formação socioespacial” (SANTOS, 2002 [1978]), que evita o dualismo interpretativo – e também didático – do par sociedade-natureza para pensar o espaço geográfico, revelando a complexidade dos fatores e atores envolvidos na produção do espaço.

No entanto, toda formação socioespacial é forjada a partir de uma totalidade estruturada. Se natureza e espaço são sinônimos a partir da ideia de “segunda natureza” de Marx (2013) – a natureza transformada –, na formação socioespacial a concretude do espaço é uma inseparável representação da sociedade e dos modos de produção vigentes: um escreve a história no tempo; a outra, no espaço. Segundo Santos (2002 [1978], p. 33), “a evolução e o movimento do espaço são efeito e condição de uma sociedade global. [...] Espaço é conjuntura histórica

e forma social, cujos sentidos são advindos do processo social e são expressos através dele”. Aqui temos uma importante pista teórico-metodológica sobre como considerar o espaço em sua formação estrutural, o que vale também para como ensiná-lo.

Mais adiante, em *O espaço do cidadão* (2007 [1987]), Milton Santos aborda a importância da cultura para pensar o espaço, sobretudo nas cidades, colocando em perspectiva o que ele chamou de “ângulo geográfico da cidadania” e destacando também a sociabilidade. O enfoque econômico capitalista dá lugar, aqui, à questão cidadã.

Para o autor, cultura e território são os dois componentes essenciais a um “modelo cívico” (2007 [1987]), p. 17), ou seja, uma civilização, um modo de vida, de ensejos e de visões de mundo compartilhados que atuam na formação do “indivíduo como ser social”, dentro de uma dada comunidade e no contexto de suas normas e partilhas. Cidadania e cultura, portanto, formam um par de significações que se integra tal qual a cultura e a territorialidade, que são, para ele, sinônimos.

O território, por sua vez, tem um papel ativo na sociedade, é um fator e não um mero reflexo. Nesse sentido, entendemos que para pensar o espaço devemos considerar o território a partir das possibilidades de uso de cada indivíduo, inserido em cada lugar, dentro de cada contexto cívico-territorial, onde atua um arranjo entre economia e cultura que estrutura um “quadro de vida material e imaterial” (2007 [1987]), p. 18) correspondente às possibilidades de realização dos indivíduos em sociedade.

Então, temos aqui uma pista importante deixada por Santos no que concerne à construção de uma escola cidadã: a cidadania remete ao respeito à cultura e deve almejar a busca pela liberdade. Dessa maneira, se faz necessário um ensino que valorize os lugares e as trajetórias dos estudantes, os elementos materiais estruturais e estruturantes que envolvem sua existência individual e coletiva, a cultura e as possibilidades de uso do território – uma formação para a cidadania.

O território usado, para Santos (2005, p. 252), se torna então sinônimo de espaço geográfico, sendo “indispensável para a compreensão do mundo no tempo presente”, considerando o mundo como um conjunto de possibilidades que venham a superar as profundas desigualdades socioespaciais aprofundadas no lugar e no território. Este último surge como um recurso mediador entre a totalidade do mundo e as sociedades nacionais-locais, sendo intencionalmente uma categoria construída para preparar novos futuros a partir das horizontalidades existentes, que se definem pelas relações dos indivíduos com o lugar e sua estrutura social e técnica (SANTOS, 1996a).

O uso do território, então, medeia a dinâmica entre os lugares, nos quais a coexistência de valores culturais, antropológicos, econômicos e sociais poderia construir um espaço do acontecer solidário (SANTOS, 2005). A prática escolar que se pretende elaborar a partir do uso do território e das existências que se forjam nos lugares seria outro importante recurso para fortalecer o ensino de uma geografia cidadã. O lugar é a chave deste processo, pois, nas palavras do autor:

[...] o lugar é o concreto, palpável, impactado pelo mundo; locus da resistência e suas possibilidades, de transformação das perversidades, posto que é nos lugares onde se efetiva a real comunicação, troca de informações e, assim, da construção política (SANTOS, 2005, p. 254).

Fica claro ao voltarmos para as obras de Milton Santos que a problemática do espaço é intrínseca ao fazer da sociedade. Pensar o mundo a partir do lugar pressupõe um compromisso metodológico: o de conhecer a realidade para alcançar o conhecimento concreto e prático, e não o teorismo meramente abstrato (MILTON SANTOS NA AGENDA..., 2012). Não há neutralidade científica, e sim responsabilidade e posicionamento político na produção do conhecimento, seja ele dentro dos domínios epistemológicos da própria ciência geográfica, seja ele construído com estudantes no chão da escola.

Não que esta seja uma tarefa fácil: o espaço banal (SANTOS, 1996a), que é o espaço de todos, onde a vida acontece cotidianamente, é difícil de ser estudado e apreendido. O lugar, nesse sentido, é um excelente laboratório da vida social, uma vez que é realizado pela somatória da contribuição de toda a sociedade. Ele nos fornece subsídios para refletir sobre as pessoas em suas diferenças, ajudando-nos a nos construir enquanto sujeitos sociais, entre nossas possibilidades e limites. É o lugar que nos dá a régua para medir nosso acesso à cidadania, à busca por direitos e por justiça social.

Mas essa medida também é de difícil apreensão, porque, conforme o autor destaca na abertura de sua obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2000, p. 17), “vivemos em um mundo confuso e confusamente percebido”. A atualidade das redes – hegemônicas, pois postas a serviço do capital em sua fase mais mundializada – faz com que cada vez mais vivamos “o alargamento de todos os contextos” (SANTOS, 2000, p. 17), o que significa referenciar obrigatoriamente a vertigem causada pela aceleração contemporânea, o corpo como uma certeza materialmente sensível, a dita aproximação dos distantes mundos e, conseqüentemente, o aprofundamento das contradições e das desigualdades em larga escala. O contexto atual é de uma permanente e sistêmica crise. O presente processo de globalização complexifica as relações escalares, fazendo que cada lugar seja, à sua maneira, o mundo (SANTOS, 1996a).

Nesse percurso, desenvolvido durante décadas de reflexão, Santos (1996b) propõe uma reconstrução do método geográfico denominada “epistemologia das existências”, a qual se apoia concretamente no cotidiano vivido no lugar como locus da espacialização da vida, tornando palpável o sentido da ação política. Sob essa perspectiva:

O lugar é uma funcionalização do mundo; o espaço é uma funcionalização do mundo, através de suas formas materiais e de suas formas não materiais. E é por isso, também, que através do espaço nós podemos abraçar de uma só vez o ser e o existir. Aliás, é considerando o espaço como uma funcionalização do mundo que ficamos autorizados a fazer o caminho entre o ser e o existir. (SANTOS, 1996b, p. 13-14).

Se o espaço geográfico é composto por complexos sistemas de objetos e ações, é a partir deste espaço que a sociedade, em suas corporeidades localizadas, dá sentido às ações enquanto forma de existir neste mundo globalizado. Trata-se, portanto, da elaboração constante e insistente de novas possibilidades de existências que se tornam insurgências, fincadas num método que se estrutura a partir da própria vida.

## **DIALOGO COM OUTROS AUTORES: A EPISTEMOLOGIA DAS EXISTÊNCIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA**

Diante dessas afirmativas de Santos, como a geografia, a partir de uma perspectiva eminentemente crítica, poderia cumprir um de seus maiores objetivos no período atual: construir a leitura reflexiva e cidadã (STRAFORINI, 2018) nos espaços escolares, fortalecendo o ensino de geografia?

A sugestão de Cavalcanti (2006, p. 33) apresenta-se como um bom ponto de partida: a autora sugere que, para pensarmos os aspectos teóricos e metodológicos do ensino de geografia no complexo contexto apresentado, precisamos primeiramente “colocar o aluno como centro e sujeito do processo de ensino”, o que pressupõe a valorização dos lugares, tal qual sugeriu Santos, para refletir inclusive sobre o papel do professor e da própria geografia enquanto disciplina escolar promotora de mudanças profundas e significativas na sociedade.

Por sua vez, Straforini (2018) compreende que, para situar os/as estudantes como verdadeiros sujeitos do processo de ensino, a geografia precisaria criar um sentido de identidade e pertencimento para alunas e alunos – fato somente possível se aproximarmos constantemente o currículo das realidades e expectativas existentes em cada contexto. Assim, reitera-se a centralidade do lugar como experiência existencial (TUAN, 1983) nessa discussão.

O ensino deve considerar os lugares das experiências cotidianas de alunas e alunos como “ponto de partida para a construção de uma aprendizagem crítica” (DE SOUZA, 2011, p. 55). Problematicar no centro da sala de aula a realidade desses sujeitos, os lugares onde vivem as próprias contradições do mundo, significa produzir um pensamento geográfico, ou seja, um método mais amplo e abstrato, ainda que pautado na concretude das estruturas e dos usos do território.

Para isso, é necessário operacionalizar tanto conceitos científicos, social e historicamente construídos pela geografia, quanto os chamados saberes cotidianos, do espaço vivido pelos/as discentes. Os significados de paisagem, lugar, região, território, escala, tempo, espaço geográfico – arcabouço conceitual geral da geografia –, no confronto com o espaço existencial de estudantes, passariam por uma constante reestruturação, tornando-se mais significantes (CASTELLAR, 2010; STRAFORINI, 2018).

Segundo Cavalcanti (2006), essa seria a forma de construirmos um pensamento capaz de evidenciar a dimensão espacial das práticas sociais. E isso só será possível, conforme Castellar (2019), se a sala de aula for um campo investigativo por excelência. Aprender por meio da construção conjunta de um campo de conhecimento é saber, em primeiro lugar, fazer perguntas (HISSA, 2013). Saber formular questionamentos é uma

forma de vencer os obstáculos epistemológicos (BACHELARD, 1996). Ou seja, o aluno deve ser ensinado a questionar: Qual evento? Onde? Como é esse lugar? Por que a ocorrência de tal evento é diferente no lugar onde vivo de outro qualquer?

A geografia, preocupada com o campo estrutural e existencial dos escolares, ensina-os a buscar a solução de problemas, a formular hipóteses, a construir argumentos no lugar de memorizações – características principais de uma geografia crítica, libertária e interessada em formar em seus alunos e alunas a noção de cidadania. Nesse sentido, concordamos com De Souza (2011, p. 64) quando postula que a cidadania:

[...] não deve ser pensada como algo alheio ao ambiente escolar, fora do dia a dia da escola, destituída da relação professor/ aluno, dos conteúdos e de seus objetivos. Se se pensa em uma cidadania que promova a consciência crítica dos indivíduos sobre a sua realidade social e espacial, sobre seu direito às condições mais dignas de sobrevivência, às suas manifestações culturais, direito de acesso ao conhecimento etc., veremos que a escola tem responsabilidade [...] com essa outra dimensão de cidadania.

De fato, a escola é o lugar de aprendizagem do direito a ter direitos. E essa afirmativa, do ponto de vista teórico-metodológico, precisa estar clara para professoras e professores que buscam propor um ensino de geografia como prática espacial de significação reflexiva e cidadã do mundo (STRAFORINI, 2018).

A prática da cidadania a partir de uma epistemologia das existências, tal qual pista deixada por Milton Santos, deve respaldar o ensejo prático e ideal de uma escola que alcance o propósito de ser instrumento e lugar para o desenvolvimento de uma geografia fortalecida dentro dos parâmetros da cidadania. Uma escola que seja lócus de um ensino comprometido com a realidade concreta e com as trajetórias geográficas existenciais dos estudantes enquanto indivíduos e sujeitos sociais em seus respectivos lugares.

## **DESAFIO METODOLÓGICO E A SALA DE AULA COMO UM CAMPO DE DISPUTAS**

Conforme apresentado, a geografia escolar crítica tem como maior objetivo a formação de cidadãos e cidadãs conscientes de sua realidade, ou seja, protagonistas de sua própria história, capazes de entender os problemas do mundo e, assim, intervir na complexa e contraditória realidade atual. Para tanto, professoras e professores devem estar munidos de um arcabouço teórico-metodológico capaz de trabalhar com os três campos em questão: geográfico-científico (referente à episteme da geografia, aos seus conceitos e categorias); geográfico-escolar (referente à reestruturação de conceitos a partir das demandas discentes, onde o trabalho com o pensamento espacial é central); e pedagógico-didático (referente às distintas formas de aproximarmos os conteúdos geográficos das realidades dos alunos e vice-versa) (TARDIF, 2007).

Conforme Straforini (2018), dominar o trabalho com esses três campos de análise abre-se como um desafio metodológico aos professores e professoras de geografia. Como, afinal, colocar isso em prática? Cavalcanti (2021, p. 21) sugere a importância de, nas aulas de geografia, a prática cotidiana não se fundamentar na apresentação de conteúdos pulverizados, mas em “unidades temáticas estruturadas metodologicamente com a intencionalidade de formar um pensamento geográfico”.

Nesta direção, vale reiterar a proposta metodológica presente nas obras de Milton Santos, quando este defende que uma geografia das existências deve se preocupar com um método próprio, dialógico com contextos geográficos que se alinhem e acolham as perspectivas do cotidiano e das corporeidades dos estudantes. Uma prática pedagógica que parta do palpável e da concretude do lugar para alcançar perspectivas que alimentem o olhar crítico e ao mesmo tempo propositivo de transformação social a partir do espaço.

Por sua vez, Castellar e Vilhena (2011, p. 65-66) sugerem que “se o objetivo das aulas, entre outros, é ampliar a capacidade crítica do aluno, é possível propor situações em que possa confrontar ideias, questionar os fatos com argumentação e, ao mesmo tempo, facilitar-lhe o acesso aos vários gêneros de textos e linguagens”.

Assim, o ensino por meio dessas grandes temáticas – como o trabalho com a totalidade (STRAFORINI, 2004), a partir das relações escalares mundo; a formação socioespacial e o lugar (SANTOS, 1996a) como forma de explicar a expansão geográfica do capitalismo aos anos finais do Ensino Fundamental; e a comunicação constante por meio do acesso a distintos gêneros textuais (verbais ou não verbais), de textos acadêmicos, jornalísticos às fotografias, poesias e músicas – tem se revelado uma prática educacional relevante para um trabalho geográfico coeso com o arcabouço teórico-conceitual de uma geografia crítica.

Entender o movimento da totalidade social e de suas intrínsecas relações escalares por meio da análise de situações-problema (MEIRIEU, 1998), do exercício contínuo da argumentação, da produção constante de questionamentos e, por fim, do olhar atento aos processos comunicativos de alunas e alunos, talvez seja uma proposta dialógica coerente com os pressupostos teórico-metodológicos até agora levantados.

Sabendo que a escola e a sala de aula constituem um campo político (SOUSA NETO, 2001), é importante afirmar que estariam em jogo nessas propostas o olhar crítico ao currículo oficial, ao livro didático, às estruturas avaliativas e, sobretudo, a imprescindível discussão acerca da quantidade e qualidade do que é ensinado. Também são necessárias condições reais de trabalho para docentes, tais quais: tempo para organização, planejamento e replanejamento cotidiano de seu curso, além da possibilidade concreta de conhecer os seus escolares. São essenciais, ainda, espaços de avaliação e autoavaliação tanto de docentes quanto de estudantes, assim como – e sobretudo – liberdade de cátedra garantida e defendida e reais formas de produzir trabalhos docentes autorais (PADUA PEREIRA, 2018) e plurais. É, de fato, para além de um desafio metodológico, um campo político em disputa a ser construído cotidianamente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vimos que o ensino de geografia acompanha o próprio movimento de construção das bases teóricas e metodológicas da geografia enquanto uma disciplina científica. Isto posto, o conhecimento também é desenvolvido na sala de aula em uma perspectiva histórica e social. A complexidade cada vez maior do mundo e suas profundas contradições exigem da geografia escolar a capacidade de formar alunos e alunas para uma leitura reflexiva e cidadã do mundo. As pistas teórico-conceituais encontradas em parte da obra de Milton Santos reiteram esta perspectiva, à medida que propõem, a nosso ver, a construção de um método que perpassasse toda a reflexão sobre o espaço geográfico, desde os ambientes formativos acadêmicos até os escolares – tema já refletido por Vesentini (2009).

Para tanto, faz-se necessário desenvolver um processo constante de identidade e pertencimento dos escolares com a disciplina. Ensinar a partir do lugar, do cotidiano e das necessidades existenciais de alunas e alunos vem permitindo uma reestruturação de conceitos científicos como forma de construir um pensamento geográfico e, concomitantemente, fortalecer a escola como lugar da práxis cidadã.

Desta forma, impõem-se desafios metodológicos cotidianos aos professores e professoras que precisam, a todo momento, operacionalizar campos distintos de análise, reflexão e de práticas, sejam geográfico-científicos e escolares, ou didático-pedagógicos. Entram em jogo, para superar esses desafios, a formação e as reais condições para que professoras e professores tenham uma atuação cada vez mais autoral, construindo unidades temáticas que possam ser desenvolvidas e tensionadas por meio de conceitos e categorias próprias da disciplina, e que dialoguem diretamente com o cotidiano dos escolares.

A teorização e o método de Milton Santos fornecem pistas importantes para caminhar nesta direção. Uma vez construído este ambiente de ensino-aprendizagem, alunas e alunos seriam convidados a comunicarem constantemente seus aprendizados como meio, sobretudo, de compreenderem e agirem sobre seus próprios lugares.

Apenas por meio desta apropriação crítica do que lhes é ensinado, conforme Freire (2013 [1979]), alunas e alunos estariam impulsionados, em um processo de humanização, a serem sujeitos de transformação do mundo. Dessa forma, a geografia escolar estaria a serviço da prática da cidadania como liberdade, configurando-se como uma disciplina insurgente que, de fato, estimularia os escolares a pensarem o mundo como um campo pleno de possibilidades – uma geografia escolar produto e produtora de uma epistemologia das existências.

## **NOTA**

3 Atualmente, sob orientação do Prof. Dr. Márcio Cataia, Livia Cangiano Antipon desenvolve o projeto intitulado “Os circuitos da economia urbana e a situação alimentar de São Luís (MA): a dimensão do mercado de alimentação”, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp: 2019/13511-0); e Raquel de Padua Pereira, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva, desenvolve o projeto “Processos artísticos na produção cultural periférica em São Paulo - SP: geografias

da existência e representações da urbanização”, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq: 140478/2019-1).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosângela Doin de. **A propósito da questão teórico metodológica sobre ensino de geografia**. Terra Livre: AGB, 1991.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella. Educação geográfica: formação e didática. *In*: BARBOSA DE MORAIS, Eliana Marta; BORGES DE MORAES, Loçandra (org.). **Formação de Professores**: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia. Goiânia: NEPEG, 2010. p. 39-58.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Raciocínio geográfico e a Teoria do Reconhecimento na formação do professor de Geografia. **Signos Geográficos**, Goiânia, v. 1, p. 1-20, 2019.
- CASTELLAR, Sonia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Bases teórico-metodológicas da Geografia: uma referência para formação e a prática de ensino. *In*: CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). **Formação de professores**: concepções e práticas em Geografia. Goiânia: Vieira, 2006. p. 51-66.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Contribuições do pensamento geográfico para o ensino e a pesquisa. *In*: PINHEIRO, Antonio Carlos; ALMEIDA, David Luiz Rodrigues de (org.). **Contribuições do pensamento geográfico para o ensino e a pesquisa**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2021. p. 16-27.
- DE SOUZA, Vanilton Camilo. Fundamentos teóricos, epistemológicos e didáticos no ensino da geografia: base para a formação do pensamento espacial crítico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 47-67, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013 [1979].
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- LACOSTE, Yves. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Paris: Fraçois Maspero, 1976.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro I: O processo de produção do capital).
- MEIRIEU, Philippe. **Aprender... sim, mas como?** Porto Alegre: Artmed, 1998.
- MILTON SANTOS NA AGENDA FASE NACIONAL 12, Parte 1. [Rio de Janeiro: Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território], 2012. 1 vídeo (55 min). Publicado pelo canal Lastro UFRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bkn6C05crvE>. Acesso em: 3 jun. 2022.



- MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley. Messias da. **A valorização do espaço**. São Paulo. Hucitec, 1984.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2008.
- PADUA PEREIRA, Raquel de. A cidade como objeto de estudo no ensino fundamental: possibilidades e desafios a partir dos aportes da Geografia e do Planejamento Urbano. *In*: EGLER, Tamara Tania Cohen; KRAUS, Lalita; MAGALHÃES, Vera Lúcia (org.). **Tecnologia na política da educação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. v. 3, p. 147-170.
- PADUA PEREIRA, Raquel de; ALTAMIRANO, Micaela. Da escola para a cidade: a busca de caminhos interdisciplinares em Geografia e Artes para a formação da cidadania. *In*: RODRIGUES, Claudia Susie Camargo; Werner, Cláudia Maria Lima; EGLER, Tamara Tania (org.). **Educação, Tecnologia e Cidade: uma experiência de pesquisa interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. v. 5, p. 166-184.
- SAMPAIO, Adrianly de Ávila Melo; VLACH, Vânia Rúbia Farias. Concepções teóricas e pesquisa no ensino de Geografia. *In*: ZANATTA, Beatriz Aparecida; DE SOUZA, Vanilton Camilo. **Formação de professores: reflexões sobre o atual cenário sobre o ensino de geografia**. Goiânia: NEPEG, 2008. p. 53-68.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 21, p. 7-192, 1996b.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *In*: SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2002 [1978]. p. 81-100.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: OBSERVATÓRIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA. **Territorio y movimientos sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 255-261. (Debates, 6).
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007 [1987].
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2014 [1985].
- SOUSA NETO, Manoel Fernandes de Souza. A aula. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 115-120, 2001.
- STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nos anos iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004.
- STRAFORINI, Rafael. O ensino de geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 175-195, 2018.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- VESENTINI, José William. **Ensaio de Geografia Crítica: história, epistemologia e (geo)política**. São Paulo: Plêiade, 2009.
- VLASH, Vânia Rúbia Farias. Fragmentos para uma discussão: método e conteúdo no ensino da geografia de 1º e 2º graus. **Terra Livre**, n. 2, p. 43-58, 1987.

---

# **CONTRIBUIÇÕES DE MILTON SANTOS, DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À CIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DE PARINTINS-AM**

**CONTRIBUTIONS BY MILTON SANTOS, SOCIO-SPATIAL DEVELOPMENT AND THE RIGHT  
TO THE CITY: REFLECTIONS FROM PARINTINS-AM**

**APORTES DE MILTON SANTOS, DESARROLLO SOCIOESPACIAL Y DERECHO A LA  
CIUDAD: REFLEXIONES DESDE PARINTINS-AM**

Cassiano Lobato Paulino<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo iniciar uma reflexão sobre o município de Parintins, estado do Amazonas, a partir de contribuições de Milton Santos para o planejamento do espaço urbano e premissas que englobam o desenvolvimento socioespacial e o direito à cidade. A análise se desenvolve principalmente com base na revisão bibliográfica de contribuições de Santos, Souza (2006a, 2006b, 2012, 2013) e de Lefebvre (1969, 1991, 1999). Fundamentados nesses aportes, são identificadas alternativas e possibilidades no âmbito teórico-metodológico, mas também político e prático para a compreensão da dialética da referida cidade. Além disso, a postura política e ideológica dos autores no que diz respeito ao entendimento dos conflitos e contradições presente no urbano nos oferecem subsídios para o entendimento da produção e reprodução do espaço do município em questão.

**Palavras-chave:** Parintins (AM). Milton Santos. Desenvolvimento socioespacial. Direito à cidade.

**ABSTRACT:** This article aims to start a reflection on the municipality of Parintins, state of Amazonas, based on contributions by Milton Santos to urban space planning and premises that encompass socio-spatial development and the right to the city. The analysis is mainly based on the bibliographic review of contributions by Santos, Souza (2006a, 2006b, 2012, 2013) and Lefebvre (1969, 1991, 1999). Based on these contributions, alternatives and possibilities are identified in the theoretical-methodological, but also political and practical scope for understanding the dialectic of that city. In addition, the

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4300-475X?lang=pt>. E-mail: [cassianolobatogeo@gmail.com](mailto:cassianolobatogeo@gmail.com).

Artigo recebido em janeiro de 2022 e aceito para publicação em maio de 2022.

political and ideological stance of the authors regarding the understanding of conflicts and contradictions present in the urban area offers us subsidies for the understanding of the production and reproduction of the space of the municipality in question.

**Keywords:** Parintins (AM). Milton Santos. Socio-spatial development. Right to the city.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo iniciar una reflexión sobre el municipio de Parintins, estado de Amazonas, a partir de las contribuciones de Milton Santos a la planificación del espacio urbano y premisas que engloban el desarrollo socioespacial y el derecho a la ciudad. El análisis se basa principalmente en la revisión bibliográfica de los aportes de Santos, Souza (2006a, 2006b, 2012, 2013) y Lefebvre (1969, 1991, 1999). A partir de estos aportes, se identifican alternativas y posibilidades en el ámbito teórico-metodológico, pero también político y práctico para comprender la dialéctica de esa ciudad. Además, la postura política e ideológica de los autores respecto a la comprensión de los conflictos y contradicciones presentes en el espacio urbano nos ofrece subsidios para la comprensión de la producción y reproducción del espacio del municipio en cuestión.

**Palabras clave:** Parintins-AM. Milton Santos. Desarrollo socioespacial. Derecho a la ciudad.

## INTRODUÇÃO

Na Amazônia brasileira, os processos de (re)ocupação e urbanização se intensificaram com a formação do moderno aparelho de Estado brasileiro, associado à sua crescente intervenção na economia e no território, com base na predominância da ideologia da segurança nacional. Além disso, a necessidade de unificar o mercado nacional, associado ao avanço da industrialização, também contribuiu para explicar a necessidade de desbravar a região. Isso tudo, de certa forma, produziu na região novas relações sociais e espaciais que se ressignificam constantemente ao longo do tempo com o surgimento de novas territorialidades e de acordo com os interesses dos agentes sociais produtores do espaço urbano amazônico.

Nesse contexto, este trabalho faz uma reflexão acerca de contribuições de Milton Santos sobre planejamento do espaço urbano e algumas premissas sobre o desenvolvimento socioespacial na construção de Marcelo Lopes de Souza (2006a, 2006b, 2012, 2013) e o Direito à Cidade na concepção de Henri Lefebvre (1969, 1991, 1999), e terá como recorte espacial o município de Parintins, no estado do Amazonas (AM). A escolha do referido município deu-se em decorrência de se tratar de uma cidade que se avulta, atualmente, no contexto urbano populacional, na categoria de cidade média na Amazônia brasileira e apresenta peculiaridades que precisam ser melhor investigadas.

A reflexão se desenvolve principalmente a partir da revisão de contribuições dos autores supracitados. Além disso, a pesquisa em andamento busca compreender o Planejamento do Espaço Urbano e as especificidades da construção do desenvolvimento

Socioespacial e do Direito à Cidade em Parintins, por meio da análise de seu cotidiano urbano, considerando, evidentemente, os aspectos políticos, econômicos e culturais. Para tanto, os objetivos específicos são: a) compreender as influências do processo geral de urbanização na produção, reprodução e organização do espaço em Parintins; b) identificar no cotidiano urbano da referida cidade os principais entraves/potencialidades para construção do desenvolvimento Socioespacial e do Direito à Cidade e; c) analisar a atuação dos movimentos sociais na construção do espaço urbano de Parintins.

O interesse é compreender como o processo de produção e reprodução do espaço e os problemas a eles associados se manifestam em Parintins, a partir de uma perspectiva qualitativa, considerando a vida dos moradores dessa cidade média. O recorte temático que fundamenta o presente trabalho é uma reflexão teórico-conceitual sobre desenvolvimento Socioespacial e o Direito à Cidade, visto que os problemas urbanos advindos do processo de urbanização contemporâneo são, ao mesmo tempo, a razão para a luta por cidades melhores e a fonte dos entraves que atuam para que esse objetivo não seja alcançado.

Deste modo, com o desenvolvimento da pesquisa, pretende-se responder à seguinte questão-problema: Quais são as especificidades do cotidiano urbano de Parintins que favorecem e/ou dificultam a construção do desenvolvimento Socioespacial e do Direito à Cidade?

A temática do presente trabalho se justifica pelo fato de que as cidades contemporâneas, sobretudo as produzidas sob a lógica ocidental, passam por uma série de problemas ligados ao desenvolvimento do processo de urbanização neoliberal, que é pautado na prevalência do valor de troca sobre o valor de uso na produção/apropriação do espaço. É importante buscar a construção de cidades com melhor qualidade de vida e maior justiça social, independentemente de suas dimensões populacionais ou papéis urbanos. Deste modo, consideramos que a ressignificação e atualização da concepção sobre desenvolvimento Socioespacial e do Direito à Cidade pode contribuir para a melhoria das experiências urbanas.

É fundamental que se levem em conta as cidades como elemento de articulação e transformação local, em especial as médias que, ao cumprirem funções de intermediação entre os grandes núcleos urbanos metropolitanos e as pequenas cidades e o meio rural, têm destacado papel como fator de balanceamento da rede urbana.

Seguindo essa linha especulativa, as cidades médias, sob os dois pontos de vista no imaginário dos moradores metropolitanos e interioranos, seriam aquelas nem tão pequenas, a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar e até pôr em risco a vida da maioria de seus moradores. Os centros urbanos, nesse exemplo, seriam classificados como médios à medida que atendessem às expectativas dos moradores metropolitanos ou interioranos, que são, como sabemos, em parte, subjetivas (ANDRADE; SERRA, 2001, p. 78).

Nesse contexto, o nosso argumento inicial se baseia na impressão geral de que nas pequenas e médias cidades haveria melhores condições para a construção do

desenvolvimento Socioespacial e do Direito à Cidade, ao contrário das metrópoles, que são espaços associados com os problemas que compõem, o que se denomina de crise urbana. Portanto, este trabalho contribuirá no sentido de demonstrar, por meio da análise das especificidades das cidades médias, as potencialidades e as limitações da construção do desenvolvimento Socioespacial e do Direito à Cidade a partir de Parintins (AM).

Parintins é considerada uma cidade média na Amazônia brasileira, porém, essa característica não diminui a responsabilidade e a complexidade para a compreensão da dinâmica e totalidade do seu espaço urbano. Não obstante, “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 2012c, p. 30-31).

O artigo está dividido em mais quatro partes, além desta introdução. Na segunda parte, abordaremos as contribuições de Milton Santos para o planejamento do espaço urbano. Na terceira parte, faremos uma reflexão sobre o desenvolvimento socioespacial e o Direito à Cidade, na perspectiva dos autores já citados. Na penúltima parte, almeja-se iniciar a compreensão da produção do espaço urbano de Parintins, assim como problematizar e evidenciar a relevância da pesquisa. Na última parte, serão abordados os resultados preliminares da pesquisa.

Inegavelmente, embora as reflexões teóricas propostas neste artigo ainda possam ser consideradas incipientes, representam um esforço analítico desenvolvido que merece ser observado, servindo de incentivo para maior aprofundamento empírico das questões delineadas ao longo deste trabalho.

## **CONTRIBUIÇÕES DE MILTON SANTOS: ESPAÇO E PLANEJAMENTO URBANO**

No livro “A Natureza do Espaço”, de 1996, Milton Santos aponta que o espaço não é apenas um conjunto de fixos e fluxos, na verdade é um sistema. Nesse aspecto, o espaço geográfico é pensado da seguinte forma:

Conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico. Já que a técnica é também social, pode-se lembrar que sistemas de objetos e sistemas de ações em conjunto constituem sistemas técnicos, cuja sucessão nos dá a história do espaço geográfico.

Os objetos que constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados. A ordem espacial assim resultante é, também, intencional. Frutos da ciência e da tecnologia, esses objetos técnicos buscam a exatidão funcional, aspirando, desse modo, a uma perfeição maior que a da própria natureza. É desse modo que eles são mais eficazes que os objetos naturais e constituem as bases materiais para as ações mais representativas do período (SANTOS, 2006, p. 226).

Assim, o conceito de espaço está intrinsicamente ligado à evolução das técnicas e às noções de objeto e de ação, compreendidos enquanto sistemas e analisados desta maneira. Ademais, “isto marca a evolução do homem animal a homem social, ou seja, ocorre quando ele começa a produzir. Produzir é retirar da natureza os elementos indispensáveis a vida. Este fato só é possível pelo desenvolvimento de técnicas e instrumentos de trabalho” (SANTOS, 1978, p. 161).

Dessa maneira, o conceito de espaço está implícito à ideia de articulação entre sociedade e natureza. O espaço é sempre uma constante, um estado presente, uma vez que se concretiza em conformidade com os variados tempos históricos. Considerado, portanto, um sistema de valores que está em transformação permanente. Para tanto, Santos (2008a) afirma que a natureza do espaço é a soma do resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro, animado pelas ações atuais que lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Dessa forma, “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2014, p. 63).

Aportes teóricos sobre a natureza do espaço são essenciais para compreensão da produção e reprodução do espaço urbano, além de possibilitar um olhar diferenciado e crítico sobre a cidade que é o palco principal das ações e conflitos da sociedade.

Nesse contexto, em síntese, o Brasil passou por dois fenômenos que merecem destaque quando se quer conhecer a origem e a trajetória do planejamento e gestão urbana: a rápida industrialização, experimentada a partir do pós-guerra, e a urbanização acelerada que se seguiu.

O fenômeno urbano chegou acompanhado de uma série de problemas socioespaciais que se espalharam rapidamente por todo o território brasileiro.

As mudanças no espaço, provenientes da industrialização/urbanização, acenderam nas cidades brasileiras, tensões, conflitos e lutas sociais relacionados aos processos de produção, circulação, distribuição, apropriação e consumo de valores, riquezas, bens e serviços. Esse processo é inerente à própria produção social do espaço urbano, na medida em que diferentes agentes sociais realizam, vivenciam e usufruem de forma desigual a ocupação, uso, acesso, posse e propriedade de diferentes parcelas desse espaço (SANTOS, 2008).

O processo de produção do espaço urbano tem uma dimensão marcada pela fragmentação e articulação, processos simultâneos que produziram e produzem histórica e geograficamente espaços desiguais. De tal modo, mesmo considerando a peculiaridade de cada espaço urbano, suas particularidades históricas, políticas, econômicas, jurídicas e culturais pode-se apontar um grupo de agentes sociais que desempenham um papel de produtores do espaço urbano contemporâneo. Assim, Corrêa (2004, p. 12), identifica os agentes sociais (re) produtores do espaço urbano:

- a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- b) os proprietários fundiários;
- c) os promotores imobiliários
- d) o Estado; e
- e) os grupos sociais excluídos.

Nessa direção, Santos aponta o Estado com agente elementar na transformação e organização do espaço:

A escolha pelo poder de forma de satisfação das necessidades coletivas constitui um elemento de reorganização espacial; quer dizer que cada opção realizada pelo Estado em matéria de investimento, mesmo improdutivo, atribui a um determinado lugar uma vantagem que modifica imediatamente os dados da organização do espaço. Assim, se tomamos os problemas do ponto de vista das relações internacionais ou se levamos em consideração os problemas da vida cotidiana dos mais modestos cidadãos, o Estado aparece como um fator por excelência de elaboração do espaço e deve, pois, ser considerado como elemento fundamental de estudo, mesmo se a ação do Estado, quanto à reformulação do espaço, é marcada por contingências e por limitações (SANTOS, 1978, p. 184).

Assim, perceber-se que o Estado tem um papel crucial dentro do planejamento urbano com o objetivo de melhorar a qualidade de vida coletiva por meio de ações políticas, ambientais, sociais, entre outras.

O planejamento urbano, como qualquer tipo de planejamento, é uma atividade que remete sempre para o futuro. É uma forma que os homens têm de tentar prever a evolução de um fenômeno ou de um processo, e, a partir deste conhecimento, procurar se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar melhor possíveis benefícios (SOUZA, 2006a, p.17).

Santos (2008c) propôs que o primeiro passo, em um projeto comprometido com a justiça social, deveria ser a utilização do poder mediador do Estado para modificar as relações dependentes das formações socioespaciais periféricas com o sistema internacional, inclusive com as internalizações deste último na forma das empresas multinacionais. Nesse contexto, ainda é oportuno ressaltar as palavras de Milton Santos sobre os problemas das cidades brasileiras em decorrência do processo de urbanização corporativa. Assim, o autor afirma que:

Com diferença de grau de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas com os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte. Isso era menos verdade na primeira metade deste século, mas a **urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências**

**de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais** (SANTOS, 2008b, p. 105, grifos do autor).

Convém ainda considerar que “o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados”, assim, “a cidade aparece como um produto apropriado de forma diferenciada pelos indivíduos” (CARLOS, 2008, p. 78). Dessa forma, “o espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência”, e “se converte numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto” (SANTOS, 2012a, p. 30).

Santos (2010), em seu livro “A Urbanização Desigual”, argumenta:

É sabido que as riquezas são distribuídas de forma bastante desigual entre países industrializados e os países subdesenvolvidos. Homens, bens, capitais, todos os outros elementos pelos quais se mede e se avalia o peso econômico dos países, seu nível de desenvolvimento e suas chances de progresso aparecem em combinações múltiplas, mas que distinguem nitidamente o grupo de países industrializados daquele do vasto Terceiro Mundo. Mesmo dentro de cada um desses grandes conjuntos inexistente repartição homogênea dos elementos da economia. Se as cidades aparecem como lugares privilegiados da concentração de riquezas nos países subdesenvolvidos (e em menos escala nos países industrializados), basta recordar-se a forte reivindicação de uma paridade cidade-campo, experimentada por todas as áreas rurais dos países industrializados. Na é necessário demonstrar a atração das cidades e seus privilégios em relação ao restante do território (p. 135).

Por outro lado, é urgente e necessário exercer a cidadania plena, isto é, ter direitos civis, políticos e sociais consolidados. E, usufruir plenamente a igualdade dos indivíduos perante a lei, pertencendo a uma sociedade mais justa e mais fraterna. Nas palavras de Santos,

a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político. A multiplicidade de situações regionais e municipais, trazida com a globalização, instala uma enorme variedade de quadros de vida, cuja realidade preside o cotidiano das pessoas e deve ser a base para uma vida civilizada em comum. Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. Trata-se [...] de uma construção de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes. A base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de exercício da existência plena (2001, p. 113-114).



Além disso, é necessário compreender a produção do espaço urbano contemporâneo para entender a sociedade e, por outro lado, o movimento contrário também é possível. Assim, é possível “reconstruir o espaço para que não seja o veículo de desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, reconstruir a sociedade para que não crie ou preserve desigualdades sociais”, isto é, “trata-se de reestruturar a sociedade e dar uma outra função aos objetos geográficos concebidos com fim capitalista, ao mesmo tempo em que os novos objetos espaciais já devem nascer com uma finalidade social” (SANTOS, 2012a, p. 55).

Lembra-se aqui, que os agentes sociais que produzem espaço urbano têm perspectivas diferentes, assim são “agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2011, p. 43). De tal modo, “o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele” (SANTOS, 2012b, p. 67). É nessa condição, no atual estágio da sociedade capitalista, que se produz e reproduz o espaço urbano.

Nesse sentido, o planejamento do espaço urbano aparece como um mecanismo jurídico de gestão estatal mitigador ou não das desigualdades socioespaciais e que possibilita ou não o direito à cidade, que exige obrigatoriamente a participação popular. Mas, o efetivo exercício de cidadania política deve ser vivenciado cotidianamente por toda a população de forma plenamente democrática. Para tanto, segundo Santos, a insatisfação da população desenvolve-se a partir de redes alternativas de resistência local e nesse sentido:

[...] a esse recorte territorial, chamamos de horizontalidade, para distingui-lo daquele outro recorte, formado por pontos, a que chamamos de verticalidade. Nesses espaços da horizontalidade, alvo de frequentes transformações, uma ordem espacial é permanentemente recriada, onde os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram, a cada momento, uma lógica interna própria, um sentido que é seu próprio, localmente constituído. É assim que se defrontam a Lei do Mundo e a Lei do Lugar (2006, p. 227).

Santos (2006) também explica que:

As formas geográficas, isto é, os objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diferentes níveis geográficos e políticos, mas as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as demais. E as normas de mercado tendem a configurar as normas públicas (2006, p. 169-170).

Assim, no contexto da política urbana, os instrumentos jurídicos devem ser produzidos e revistos constantemente de acordo com as necessidades da população mais vulnerável aos conflitos inerentes a produção e reprodução do espaço urbano.

Em resumo, as contribuições de Milton Santos são importantes para um entendimento crítico da dinâmica espacial e social da cidade de Parintins (AM), principalmente no que tange ao planejamento do espaço urbano. Além disso, é um condicionante para uma melhor compreensão do desenvolvimento socioespacial e o direito à cidade.

## **DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À CIDADE: UM DIÁLOGO POSSÍVEL**

Ao escolhermos a geografia como guia para a compreensão sobre desenvolvimento socioespacial e do Direito à Cidade, encontramos um caminho cheio de obstáculos e limites. Ademais, como lembrou Harvey (2006, p. 140) que a “geografia é uma ‘enteada’ muito desprezada em *toda* a teoria social”, isto é, os teóricos sociais “davam prioridade ao tempo e à história e não ao espaço e à geografia, e, quando tratavam do espaço e da geografia, tendiam a considerá-los de modo não problemático, enquanto contexto ou sítio estável para a ação história”. Desse ponto de vista, Soja explica que:

Tão inamovivelmente hegemônico foi esse historicismo da consciência teórica, que tendeu a obstruir uma igual sensibilidade crítica à espacialidade da vida social, uma consciência prático-teórica que vê o mundo vital do ser como algo criativamente localizado, não apenas na construção da história, mas também na construção das geografias humanas, na produção social do espaço e na formação e re formação irrequietas das paisagens geográficas: o ser social ativamente posicionado no espaço *e* no tempo, numa contextualização explicitamente histórica *e* geográfica (SOJA, 1993, p. 18).

Em relação ao recorte temático, podemos introduzi-lo de forma bem precisa: no que diz respeito ao desenvolvimento socioespacial, acreditamos que perpassa por uma “transformação social para melhor, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social” (SOUZA, 2013, p. 264), ou ainda, “um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma **melhoria de qualidade de vida** e um **aumento da justiça social**” (SOUZA, 2006a, p. 61, grifos do autor). Assim, como podemos também dizer, que para Lefebvre (1969, p. 31, grifos do autor) o Direito à Cidade envolve a compreensão da “oposição entre o **valor de uso** (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o **valor de troca** (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos)”.

## DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL

Para sociedade contemporânea, a autonomia carece ter um sentido mais amplo, trata-se de um processo político-social, com duas faces diferentes e indissociáveis: a autonomia individual e a autonomia coletiva. Entretanto, precisamos esclarecer e distinguir essas duas faces da mesma moeda. Sobre essa questão, Souza afirma,

A ideia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia **coletiva**, ou **consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade**, o que depreende garantias político-institucionais, assim como a possibilidade material efetiva, e autonomia **individual**, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa. A autonomia coletiva refere-se, assim, às instituições e às condições materiais (o que inclui o acesso à informação suficiente e confiável) que, em conjunto, devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da coletividade. A autonomia individual depende, de sua parte, tanto de circunstâncias estritamente individuais e psicológicas quanto, também, de fatores políticos e materiais, em que os processos de socialização fazem emergir, constantemente, indivíduos lúcidos, dotados de auto-estima e infensos a tutelas políticas. É óbvio, portanto, que, mais que interdependentes, autonomia individual e coletiva são como que os dois lados de uma mesma moeda: diferentes, mas inseparáveis (SOUZA, 2006a, p. 174, grifos do autor).

O recorte acima deixa explícito que o processo de desenvolvimento socioespacial dificilmente se tornaria realidade sem a existência das autonomias individual e coletiva. Uma vez que uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, estes últimos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos (SOUZA, 2012, p. 106).

Assim, o desenvolvimento socioespacial autêntico e transformador tem como agente coagulador a autonomia. A palavra “autonomia vem do grego *autós*, ‘o próprio’, mais *nómos*, que tanto significa ‘lei’ quanto ‘convenção’. Ser autônomo significa, assim, ‘dar-se sua própria lei’, em vez de recebê-la por imposição” (SOUZA, 2006b, p. 69). Nesse contexto,

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aqueles cuja lei dar a nós mesmo as nossas próprias leis (CASTORIADIS, *apud* SOUZA, 2012, p. 105).

A autonomia, tanto individual quanto coletiva, numa perspectiva que envolva o desenvolvimento socioespacial, se justifica, teórico-epistemologicamente, como uma tentativa de superação dialética da ideologia capitalista e eurocêntrica do desenvolvimento econômico, e como uma superação, ético-politicamente, enquanto houver injustiça social e heteronomia (SOUZA, 2013, p. 266). Aspira-se, dessa forma, uma democracia direta pautada em valores e ideias libertários que contradigam as hierarquias intransigentes e autoritárias; assim, derrubam-se regras formuladas a partir de uma sociedade marcada pela heteronomia. Esta liberdade social, isto é, “a autonomia, entendida muito simplificada como uma democracia autêntica e radical” (SOUZA, 2013, p. 268) se opõe ao totalitarismo estatal, visto que este perpetua desigualdades e problemas socioespaciais.

Alguns parâmetros são importantes e devem ser destacados para a melhor compreensão das características fundamentais do desenvolvimento socioespacial enquanto processo de mudança social positiva. Assim, Souza (2013) já vem propondo há alguns anos os seguintes parâmetros apresentados a seguir:

- 1) **parâmetro subordinador** (escolha de natureza, evidentemente, basicamente metateórica): a própria **autonomia**, como as duas faces interdependentes da **autonomia individual** (grau de efetiva liberdade individual) e **autonomia coletiva** (grau de autogoverno e de autodeterminação coletiva, na ausência de assimetrias de poder estruturais, e também com os dois níveis distintos da autonomia no plano interno (ausência de opressão no interior de uma dada sociedade) e no plano externo (autodeterminação de uma dada sociedade em face de outras);
- 2) **parâmetros subordinados gerais**: justiça social (questões da simetria, da equidade e da igualdade **efetiva** de oportunidades) e qualidade de vida (referente aos níveis histórica e culturalmente variáveis de satisfação de necessidades materiais e imateriais);
- 3) **parâmetros subordinados particulares**; derivados dos gerais, enquanto especificações deles, correspondem aos aspectos concretos (cuja escolha e seleção dependerão da construção de um objeto específico e das circunstâncias em que se der a análise ou julgamento) a serem levados em conta nas análises, tais como (apenas para exemplificar) o nível de segregação residencial, o grau de acessibilidade (acesso socialmente efetivo a recursos espaciais/ambientais) e a consistência participativa de uma determinada instância ou de um determinado canal institucional vinculado ao planejamento ou gestão sócio-espacial (SOUZA, 2013, p. 271-272, grifos do autor).

Não há que se falar em desenvolvimento socioespacial sem levar em conta os parâmetros expostos acima. Todavia, somos sabedores do longo caminho ético e político que a sociedade contemporânea tem que trilhar na esperança de suplantar as regras e valores sociais estabelecidos histórica e geograficamente pelas instituições políticas e

econômicas que sempre seguiram o manual capitalista de produção. Assim, “a superação da heteronomia é um processo longo, penoso, aberto à contingência e multifacetado; ganhos de autonomia aqui podem ser neutralizados com retrocessos heterônomos acolá [...]” (SOUZA, 2013, p. 272).

É importante também apontar a enorme assimetria que existe entre as potencialidades do planeta e a vida dos seres humanos. Parte significativa da população ainda é marcada pela pobreza e pela privação. Não é justo pensar que algumas pessoas apenas possam obter grandes benefícios com a globalização, enquanto o restante fica à margem da sociedade. Dessa forma, é possível afirmar que,

O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais (HARVEY, 2013a, p. 110).

Além disso, Harvey (2013a, p. 115) aponta que

[...] é também por meio da compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais que podemos avaliar de modo mais pleno as intensas contradições hoje existentes no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização. Isso ajuda a definir campos possíveis de ação política. A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. Ela põe em risco instituições políticas e legais existentes, bem como inteiras configurações culturais e modo de vida, e o faz numa variedade de escalas espaciais. A globalização faz tudo isso ao mesmo tempo que concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômicas numas poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população.

Por outro lado, no contexto do desenvolvimento socioespacial, todos efetivamente devem ter acesso à prosperidade, isto significa, “uma transformação para melhor das relações sociais e do espaço, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social” (SOUZA, 2013, p. 286). Deste modo, “o desenvolvimento socioespacial refere-se a um *processo*, a um **dever**, e não a um **estado**” (SOUZA, 2006b, p. 113, grifos do autor).

É preciso, porém, que tenhamos a compreensão da existência de uma complementariedade entre justiça social e qualidade de vida, isto é, mais e melhor qualidade de vida e mais e maior justiça social, não são situações dicotômicas e nem paralelos cartesianos, ao contrário, devem ser efetivados em conjunto e simultaneamente.

Além disso, não deve haver hierarquia entre os parâmetros justiça social e qualidade de vida, ou melhor, cada um dos dois parâmetros calibra e complementa o outro, e qualquer um dos dois, caso seja tomado isoladamente, mostrar-se-á insuficiente para servir de base para avaliações de processos e situações concretas e para a formulação de estratégias de desenvolvimento socioespacial (SOUZA, 2006b, p. 136).

Para tanto, na construção de propostas que tendam ao desenvolvimento socioespacial, não se admitem ganhos relativos ou ilusórios, comuns na sociedade burocrática de consumo dirigido. Sobre essa questão, é necessário esclarecer que:

Aceitar falar em desenvolvimento sócio-espacial quando houver ganhos relativos, por exemplo, a aspectos concernentes à qualidade de vida, como uma melhor satisfação de certas necessidades materiais básicas, sem que isso se faça acompanhar por ganhos de autonomia, e às vezes até mesmo se fazendo acompanhar de uma maior heteronomia, corresponderia a amesquinhar insuportavelmente o nível de ambição, ao ponto de deturpar o sentido do verdadeiro desenvolvimento sócio-espacial. Ganhos materiais, se não se fizerem acompanhar – ou antes, preceder, como **conquistas** – de ganhos de autonomia, não serão defensáveis ao tomarem-se como referência horizontes analíticos um pouco mais largos (longo prazo e grande escala). O que pode significar melhorias materiais com tutela e, no limite, com tirania? Uma **infantilização** dos dominados/dirigidos, ou mesmo algo como ‘alimentar melhor o escravo’ (SOUZA, 2006b, p. 133, grifos do autor).

Deve-se, então, rejeitar pseudodesenvolvimentos, ou melhor, estratégias de livre mercado que são utilizadas e implantadas pela elite econômica e política, que se apoiam do poder estatal para ampliar de forma significativa seus investimentos e garantir as condições gerais de reprodução do capital, consequentemente, produzindo um cabedal de desigualdades socioespaciais em todas as escalas. Assim, no âmbito do desenvolvimento socioespacial rejeitar pseudodesenvolvimentos significa tipicamente não se deixar enganar pelas barganhas sociais impostas de forma ideológica pelo Estado, onde os espaços, logo, a sociedade, são submetidos a um processo de funcionalização.

Harvey ressalta que:

Os livres mercados têm como ponto de apoio [...], o poder do Estado. O desenvolvimento de livre mercados depende de modo crucial tanto da extensão como da intensificação de formas específicas de poder do Estado. Opondo-se à crença popular, os processos de mercado não levam a um ‘esvaziamento’ do Estado, envolvendo em vez disso um aprofundamento do controle pelo Estado de certas facetas dos processos sociais, embora este seja afastado do desempenho de algumas de funções mais tradicionais e populistas (HARVEY, 2013b, p. 236).

Logo, é óbvio afirmar que essas estratégias, conduzidas pelo Estado na contemporaneidade, se distanciam em sua natureza, de modo geral, de uma mudança social positiva, pautada em uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social em consonância com ganhos de autonomia que são preceitos fundamentais para o desenvolvimento socioespacial. Por outro lado, podemos dizer que “não se trata de negar os ‘progressos’, mas de compreender a sua contrapartida, o preço que custaram” (LEFEBVRE, 1991, p. 85).

Essas contribuições, sobre a tríade qualidade de vida, justiça social e autonomia que são fundamentos norteadores para consolidação do desenvolvimento socioespacial, nos ajudarão a compreender o cotidiano urbano do município de Parintins (AM). De tal modo, investigaremos os avanços ou retrocessos no que tange à mudança social positiva a partir de políticas e mecanismos de planejamento e a gestão urbana, ou seja, sobre aquilo que, sinteticamente, deve ser a finalidade do planejamento e da gestão – o *desenvolvimento urbano*, ou a *mudança social positiva da e na cidade* – com as reflexões a respeito do desenvolvimento social (ou socioespacial) em geral, beneficiando-se de ideias e inquietações que têm surgido a propósito de meditação sobre transformações (‘modernização’, redução de desigualdades etc.) em outras escalas de análise (SOUZA, 2006a, p. 40).

Feitas as considerações sobre o desenvolvimento socioespacial, se faz necessário compreender os pressupostos para o entendimento do Direito à Cidade. Desse modo, procuramos nas obras de Lefebvre fundamentação teórico-crítica para pensar e desvendar o real significado do referido Direito que seja capaz de produzir outra cidade a partir de uma nova lógica de produção e de uso do espaço, o que só poderia ocorrer em outra sociedade, a Sociedade Urbana. Portanto, ao recorrermos ao filósofo marxista Henri Lefebvre encontramos fundamentos políticos importantes sobre a dialética da cidade.

## DIREITO À CIDADE

Muito se escreveu sobre o Direito à Cidade, talvez esse fato seja devido ao “modismo” desenvolvido pelas ciências parcelares. Todavia, conhecimentos parciais improvisados e provisórios deixam lacunas e vazios que só podem ser preenchidos tanto no plano teórico como na prática – através da análise radicalmente crítica. De tal forma, “apenas a razão dialética pode dominar (pelo raciocínio, pela prática) processos múltiplos e paradoxalmente contraditórios” (LEFEBVRE, 1969, p. 27) presente na cidade. Nessa perspectiva, como disse Lefebvre (1969, p. 124, grifos do autor):

o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à **obra** (à atividade participante) e o direito à **apropriação** (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

Com isso, o Direito à Cidade não pode ser confundido com o Direito à moradia, uma vez que o problema da cidade ultrapassa enormemente o da moradia. Entretanto, “a

questão da moradia, sua urgência nas condições do crescimento industrial inicialmente ocultaram e ocultam ainda os problemas da cidade. Os táticos políticos, atentos sobretudo ao imediato, só viram é só veem essa questão” (LEFEBVRE, 1969, p. 74).

Nesse contexto, para enxergar as reais necessidades da sociedade urbana em sua totalidade é necessário fazer uma reflexão sobre método, para ir além da dedução e indução, descobrindo a potência da transdução. Lefebvre (1969, p. 100) aponta que “a transdução elabora e constrói um objeto teórico, um objeto possível, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade”.

Porém, o “movimento” em direção à compreensão da problemática urbana ainda está em fase embrionária, tanto no plano teórico quanto na prática, pois existe um campo cego que bloqueia a realização de uma análise radicalmente crítica do verdadeiro Direito à Cidade. Esse campo cego, segundo Lefebvre (1999, p. 47)

consiste em não se ver a forma do urbano, os vetores e tensões inerentes ao campo, sua lógica e seu movimento dialético, a exigência imanente; no fato de só se ver coisas, operações, objetos (funcionais e/ou significantes de uma maneira plenamente consumada).

Nessa perspectiva, o Direito à Cidade perpassa pela compreensão do que é urbano, isto é, “campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente” (LEFEBVRE, 1999, p. 47).

É indispensável incluir que o Direito à Cidade só se fará possível com a participação de

grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionários podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra (LEFEBVRE, 1969, p. 103-104).

Assim, corroendo a atual sociedade burocrática de consumo dirigido em direção à outra sociedade. É mister romper com as táticas e as ideologias dominantes da sociedade capitalista contemporânea, uma vez que

o caminho democraticamente mais legítimo para se alcançarem mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso, podem-se considerar justiça social e qualidade de vida como subordinados à autonomia individual e coletiva enquanto princípio e parâmetro. Daí as duas faces da autonomia, a individual e a coletiva deverem ser entendidas como **parâmetros subordinadores** (ou, na verdade, compreendendo ambas



como simples manifestações escalarmente distintas do mesmo fenômeno, pode-se falar de um único parâmetro subordinador). Mais justiça social e uma melhor qualidade de vida são, de um ponto de vista operacional, parâmetros subordinados àquele que é o parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial, que é a autonomia (SOUZA, 2006a, p. 66, grifos do autor).

Desse modo, o Direito à Cidade é compreendido como direito à vida urbana, que vai muito além das necessidades antropológicas socialmente elaboradas e alcança a necessidade humana de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), de simbolismo, de imaginação, de atividades lúdicas. Através dessas necessidades especificadas, vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e momentos que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos (LEFEBVRE, 1969, p. 97).

É imprescindível lutar por uma reforma urbana aglutinadora, onde trilham possibilidades e alternativas para o desenvolvimento socioespacial e para o Direito à Cidade. Mas, se faz necessário compreender a especificidade da cidade, ou seja, dos fenômenos urbanos, uma vez que a cidade é uma mediação entre as mediações, entre aquilo se chama de **ordem próxima** (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a **ordem distante**, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos de significantes (LEFEBVRE, 1969, p. 47).

Nesse sentido, a ordem distante se institui um nível superior, isto é, dotado de poderes sobre a sociedade urbana. O espaço urbano contemporâneo, a cada nova necessidade do capitalismo, torna-se um espaço submetido a um processo de funcionalização, mais passível de ser manipulado, limitando-se, com isso, as possibilidades da apropriação (CARLOS, 2011, p. 65). Para Lefebvre (1991, p. 31),

o cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. E isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É, portanto, aquilo que não tem data. É o insignificante (aparentemente); ele ocupa e preocupa e, no entanto, não tem necessidade de ser dito, é uma ética subjacente ao emprego do tempo, uma estética de decoração desse tempo empregado. É o que se une a modernidade.

Diante disso, efetivamente, as pessoas são mergulhadas em uma cotidianidade ordenada por poderosas instituições, ou melhor, “a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a Modernidade” (LEFEBVRE 1991, p. 82).

Somente um movimento social, crítico e radical, torna-se potência, unicamente, com sua presença e pode, por meio de uma revolução urbana ao realizar o Direito à Cidade, isso “ao lado da revolução econômica (planificação orientada para as necessidades sociais) e da revolução política (controle democrático do aparelho estatal, autogestão generalizada) uma revolução cultural permanente” (LEFEBVRE, 1969, p. 132).

É importante ressaltar que para Lefebvre, a estratégia urbana criativa e reflexiva se baseia em dois aspectos fundamentais:

(a) **Um programa político de reforma urbana**, reforma não definida pelos contextos e possibilidades da sociedade atual, não sujeita a um ‘realismo’, ainda que baseado no estudo das realidades (por outras palavras: a reforma assim concebida não se limita ao reformismo). Esse programa terá portanto um caráter singular e mesmo paradoxal. Será estabelecido a fim de ser proposto às forças políticas, isto é, aos partidos. Pode-se mesmo acrescentar que ele será submetido preferencialmente aos partidos ‘de esquerda’, formações políticas que representam ou que querem representar a classe operária. Mas esse programa não será estabelecido em função dessas forças e formações. Em relação a elas, terá um caráter específico, o que provém do conhecimento. Terá portanto um parte científico. Será proposto (livre para ser modificado por e para aqueles que se encarregarão dele). Que as forças políticas assumam suas responsabilidades. Neste setor que compromete o futuro da sociedade moderna e dos produtores, a ignorância e o desconhecimento acarretam responsabilidade diante da história que é reivindicada.

(b) **Projetos urbanísticos bem desenvolvidos**, compreendendo ‘modelos’, formas de espaço e de tempo urbanos, sem se preocupar com seu caráter atualmente realizável ou não, utópico ou não (isto é, lucidamente ‘utópicos’). Não parece que esses modelos possam resultar seja de um simples estudo das cidades e dos tipos urbanos existentes, seja de uma simples combinatória de elementos. As formas de tempo e de espaço serão, salvo experiência em contrário, inventadas e propostas à práxis. Que a imaginação se desdobre, não o imaginário que permite a fuga e a evasão, que veicula ideologias, mas sim o imaginário que se investe na apropriação (do tempo, do espaço, da vida filosófica, do desejo). Por que não opor à cidade eterna as cidades efêmeras e aos centros estáveis as centralidades móveis? São permitidas todas as audácias. Por que limitar essas proposições apenas à morfologia do espaço e do tempo? Não se excluem proposições referentes ao estilo de vida, ao modo de viver na cidade, ao desenvolvimento do urbano em relação a esse plano (LEFEBVRE, 1969, p. 104-105, grifos do autor).

De tal modo, é necessário “abrir o pensamento e a ação na direção de possibilidades que mostrem novos horizontes e caminhos” (LEFEBVRE, 1969, p. 7). Logo, o direito à cidade deve ser entendido como direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de troca, aos ritmos de vida e empregos de tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEBVRE, 1969, p. 131).

Ressaltamos, então, que o Direito à Cidade não está apenas ligado ao acesso a um lugar para morar ou a infraestruturas adequadas. Não se restringe às transformações físicas e funcionais dos espaços urbanos e nem à garantia formal dos direitos sociais. De acordo com Lefebvre (1991, p. 103-104), há a necessidade de considerarmos as dimensões subjetivas que perpassam o cotidiano urbano: “trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não bens de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas”. Sendo assim, entendemos que lutar pelo referido Direito é buscar a superação do quadro de desigualdade socioespacial urbana, seja ela material e/ou simbólica, considerando que a cidade é um espaço de vivência coletiva, seja ela grande, média ou pequena.

Harvey (2013a, p. 159) afirma que ter Direito à Cidade é ter o “direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade”. É a partir dessa perspectiva que analisaremos e contextualizaremos a construção do referido Direito em Parintins (AM).

## **A CIDADE DE PARINTINS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Floresta urbanizada foi o termo escolhido por Becker (1994) para designar a Amazônia na década de 1990. O termo faz alusão às transformações sociais e espaciais que a região passava e ainda passa, fruto do processo de urbanização e globalização a partir da década de 1950.

Nesse contexto, “o modo de produção imposto pela economia capitalista determina, em grande parte, os estilos de desenvolvimento nacionais e as estratégias regionais” (BECKER, 1994, p. 11). Portanto, é importante mencionar que “núcleos urbanos surgiram ou foram criados a cada mudança de projeto para Amazônia” (BECKER, 2013, p. 51).

Para muitos estudiosos, Becker (1994) deu um novo significado para o processo de urbanização na Amazônia, ampliando as possibilidades de estudo da urbanização na região, não restringindo-o ao aumento do número e tamanho das cidades. Diante disso, a autora apresenta dois aspectos básicos para caracterizar a urbanização na Amazônia, os quais sejam:

**(a) a do espaço social**, referente a um modo de integração econômica, capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significantes de produto excedente e, também, de uma integração ideológica e cultural, capaz de difundir os valores e comportamentos da vida moderna;

**(b) a do espaço territorial**, corresponde ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos, cuja feição particular está vinculada ao seu padrão geral de circulação do excedente, no planejamento estatal e na articulação deste com a sociedade local (BECKER, 1994, p. 52, grifo nosso).

Em síntese, para entender a produção do espaço urbano amazônico e, por conseguinte, o processo de produção do espaço urbano de Parintins (AM), se faz necessário analisar a geopolítica do Estado brasileiro partir da década de 1950.



Fonte: [www.parintins.am.gov.br](http://www.parintins.am.gov.br).

**Figura 1.** Vista aérea da Cidade de Parintins em junho de 2018.

De acordo com Santos (2012c, p. 72073),

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimo, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Daí vem a anarquia das cidades capitalistas. Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. O que se chama desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado. Somente uma parte dos objetos geográficos já não atende aos fins de quando foi construída.

Assim, “tanto a paisagem como o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, formas, funções e sentido” (SANTOS, 2012c, p. 67). Além disso, “a paisagem geográfica da atividade capitalista está eivada de contradições e tensões e que ela é perpetuamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas que sobre ela incidem” (HARVEY, 2013b, p. 87).

O Estado utilizou de diversas estratégias para ocupar a região e, conseqüentemente, introduziu um modelo desenvolvimentista que provocou um dos mais acelerados processos de urbanização da história do Brasil, processo avassalador e destruidor da biodiversidade e da cultura amazônica. Segundo Becker (2013, p. 41), “na Amazônia, no passado e no presente, o Estado frequentemente vem estimulando o comerciar/fazer/produzir através de sua estratégia de ameaçar/tomar/proteger para alcançar seus objetivos geopolíticos”. Assim, “a criação de novas instituições administrativas foi um instrumento continuamente utilizado para assegurar o poder do Estado” (BECKER, 2013, p. 41).

Nesse contexto,

A fronteira amazônica só pode, portanto, ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global do pós-Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes primordiais na produção do novo espaço (BECKER, 1994, p. 11).

Por conseguinte, na Amazônia brasileira o processo de ocupação e urbanização se intensificou com a formação do moderno aparelho de Estado, associado à sua crescente intervenção na economia e no território, com base na predominância da ideologia da segurança nacional. Além disso, a necessidade de unificar o mercado nacional, associado ao avanço da industrialização, também contribuiu para explicar a necessidade de desbravar a região, produzindo, dessa forma, na região novas relações sociais e espaciais (BECKER, 1994).

Além disso, o processo de ocupação da Amazônia se insere na órbita do planejamento do Estado e se intensifica a partir do processo de integração dos mercados nacionais, onde o poder estatal aciona a periferia nacional para apropriação dos recursos naturais através dos grandes projetos de investimento. A intenção era completar o processo de industrialização através da formação da indústria de bens de capital.

É nesse cenário amazônico, marcado por grandes transformações sociais e espaciais, fruto da inserção do Brasil – e em especial da Amazônia – no sistema capitalista mundial que ocorrem as principais transformações econômicas, sociais e culturais em Parintins. Nesse contexto, para Dinely (2013, p. 71),

A cidade de Parintins se produz e reproduz como resultante da própria dinâmica da reprodução do capital que se instalou na Amazônia em diferentes momentos da história da ocupação regional, visando a apropriação dos recursos naturais existentes e das condições favoráveis oferecidas aos capitalistas pelo Estado brasileiro, ocasionando surgimentos de cidades, como inúmeros problemas socioambientais, um fenômeno marcante nos dias atuais.

É importante esclarecer que o nascimento jurídico de um município não expressa de maneira globalizante o início da incidência de processos e elementos geográficos que interferem na dinâmica socioespacial de um lugar. Assim, Santos (2006, p. 57) aponta,

A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também técnicas de sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico. Por isso, é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível para escala de um lugar como para escala do mundo. Ela é também possível para escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares.

Hoje, a cidade de Parintins configura-se como uma cidade média e de acordo com o IBGE (2022) tem uma população estimada de 116.362 habitantes. Assim, é considerada o segundo município mais populoso do estado do Amazonas.

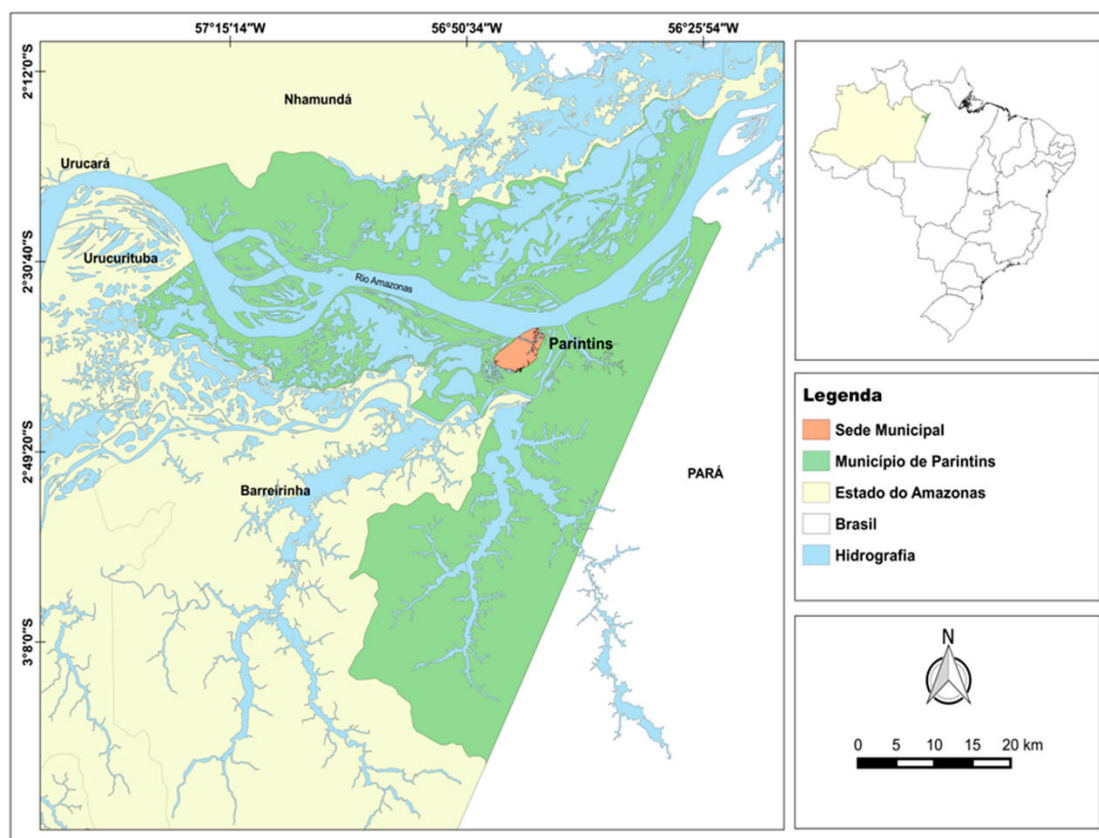
**Tabela 1.** População estimada (2022) dos principais municípios do Amazonas

Município	População estimada
Manaus	2.255.903
Parintins	116.439
Itacoatiara	104.046
Manacapuru	99.613

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022).

Nessa nova dimensão urbana, de cidade média amazônica, quais são as especificidades na produção, reprodução e organização do espaço urbano de Parintins?

A cidade é localizada na margem direita do Rio Amazonas e distante 368,80 km, em linha reta, e 420 km por via fluvial, da capital do estado – Manaus. Essa distância equivale a 18 horas descendo e 24 horas subindo o Rio Amazonas, se a viagem for feita em navios regionais. Por via aérea, o tempo estimado é de 55 minutos, partindo da capital amazonense.



Fonte: Base Cartográfica compilada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010).

Elaborado por Lauro Santarém Júnior e Crizan Souza (2020).

**Figura 2.** Mapa de Localização de Parintins (AM).

Em relação às cidades da Amazônia brasileira, se faz necessário ampliar a análise das cidades médias, uma vez que o estudo dessa categoria é relevante diante das especificidades das dinâmicas e processos que acontecem nesse contexto socioespacial. Considera-se que o processo de produção do espaço, em Parintins, não é uma simples reprodução do que acontece nas metrópoles, visto que existem elementos que são exclusivos desta realidade ou que se dão de maneira distinta quando comparados com as cidades maiores.

Considerando essas características identificadas, inicialmente, surgiu o interesse de compreender de maneira mais aprofundada o cotidiano urbano de Parintins a partir das premissas já mencionadas na segunda parte deste trabalho que englobam o desenvolvimento Socioespacial e o Direito à Cidade. Nesse sentido, diferentes questões foram suscitadas: Será que o nível de complexidade da vida nessa cidade média faz com que a construção do desenvolvimento Socioespacial e do Direito à Cidade seja mais fácil? Ou, por estar sujeita à lógica geral do processo de urbanização, essa cidade também se encontra em um contexto de crise e de entraves ao desenvolvimento Socioespacial e ao Direito à Cidade, como as cidades maiores?

Para responder a essas indagações, ressaltamos que não consideramos as cidades médias apenas pelo viés quantitativo, ligado ao número de habitantes, por exemplo, mas sim por suas relações de sociabilidade, cultura e seu modo de vida cotidiano. Pensamos que para compreender as cidades médias amazônicas é preciso pesquisar minuciosamente e fazer uma análise radicalmente crítica sobre os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que compõem esses espaços.

**Tabela 2.** Evolução da população de Parintins entre os anos de 1970 a 2022.

Ano	População absoluta
1970	38.801
1980	51.381
1990	58.783
2000	92.118
2010	102.044
2022	116.439

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Censos Demográficos, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010).

Os dados quantitativos nos dão algumas premissas sobre município de Parintins, entretanto, as contradições e os conflitos presentes no espaço urbano transcendem, isto é, nem sempre aparecem nos dados estatísticos. Nesse âmbito, dito de outra forma, é necessário fazer uma interpretação totalizante da realidade socioespacial da referida cidade.

Para Santos (2012b, p.15),

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade



de dividi-lo em partes. Ora, análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. Quanto ao espaço, sua divisão em partes deve poder ser operada segundo uma variedade de critérios.

Assim, devemos considerar que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto nos âmbitos social, político, econômico, educacional, cultural e ambiental.

Nosso argumento se baseia na constatação de que, cada vez mais, as cidades são associadas com problemas, advindos do planejamento urbano inadequado, da falta de políticas públicas eficazes, da hegemonia dos interesses imobiliários privados na produção do espaço e da prevalência da racionalidade neoliberal como lógica socioespacial. É a partir deste contexto que buscamos entender como esses fatores se articulam nas cidades médias, agregando conteúdo aos estudos que vêm sendo realizados nas cidades grandes.

## **PARA EFEITO DE CONCLUSÃO, RESULTADOS PRELIMINARES**

Ao dialogarmos com Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza e Henri Lefebvre reunimos um extrato simples da complexa obra dos referidos autores, porém, importante, e no mínimo necessário na expectativa de compreendermos um pouco mais sobre o desenvolvimento socioespacial e o Direito à cidade. Essa reflexão identificou inúmeras alternativas e possibilidades no âmbito teórico-metodológico, mas também político e prático para a compreensão da produção e reprodução do espaço de Parintins (AM).

Percebemos algumas semelhanças na postura política e ideológica dos presentes autores no que diz respeito à dialética da cidade, apesar dos mesmos não beberem na mesma fonte teórica. Essas semelhanças em analisar a totalidade urbana podem ser resumidas de forma bastante simples na crítica radical: ao Estado; ao positivismo tecnocrático; ao planejamento e gestão urbana; à sociedade burocrática de consumo dirigido; à sociedade heteronômica; à funcionalização do espaço urbano; ao modelo de desenvolvimento capitalista, entre outros.

Mas, é importante ressaltar que o presente artigo não teve a pretensão de investigar a natureza epistemológica do desenvolvimento socioespacial e do Direito à cidade presentes, respectivamente, nas obras de Marcelo Lopes e de Henri Lefebvre, e sim, pensar alguns pressupostos para entender a dialética da cidade em sua totalidade, e nesse caminho analisar o cotidiano urbano de Parintins.

Ao analisarem a totalidade urbana, os autores enxergam uma potência nos resíduos, isto é, nos movimentos sociais e na autonomia individual e coletiva, como componentes essenciais da luta revolucionária e transformadora pela “reforma urbana”. Por conseguinte, tal reforma teria como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social, assim como a materialização do Direito à cidade.

O utopismo dialético a que aspiro exige a perspectiva de uma revolução histórico-geográfico permanente. É útil pensar as práticas políticas transformadoras como manifestações de um utopismo dialético e espaço temporal. Mas isso só



vai ocorrer se entendermos como a atividade e o pensamento, nos diferentes teatros de ação social, se relacionam, se combinam e se misturam entre si para criar uma totalidade evolutiva de ação social (HARVEY, 2013a, p. 331).

Por fim, fica claro que o Direito à cidade, assim como o processo de desenvolvimento socioespacial não devem ser diluídos às demandas óbvias e necessárias para a sociedade como o acesso à moradia, ao planejamento e à gestão urbana, aos serviços de saneamento ambiental, ao transporte público de qualidade, entre outros aspectos, apesar de dever incluí-las.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BECKER, B. K. **A Urbe Amazônida: a Floresta e a cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1994. (Série Princípios).
- CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A.F.A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- DINELY, N. de S. **O processo de urbanização da cidade de Parintins: evolução e transformação**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 6. ed. Tradução A. U. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013a.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Tradução A. U. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013b.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.
- LEFEBVRE, H. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- SANTO, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012c.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996/2006.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.
- SANTOS, M. **A Urbanização Desigual**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012b.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008c.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2012a.

- SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.
- SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUZA, M. L. **A Prisão e a Ágora**: Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: Conceitos e Temas. 15. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.
- SOUZA, M. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

---

# **NARRATIVAS GEOGRÁFICAS DE UMA VIAGEM À SERRA DO DIVISOR NA AMAZÔNIA ACREANA**

## **GEOGRAPHIC NARRATIVES OF A WAY TO THE DIVISOR MOUNTAIN RANGE IN THE AMAZON OF ACRE**

## **NARRATIVAS GEOGRÁFICAS DE UN CAMINO A LA CORDILLERA DIVISOR EN EL AMAZONAS DE ACRE**

Suzanna Dourado da Silva<sup>1</sup>

Adnilson de Almeida Silva<sup>2</sup>

Rachel Dourado da Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo compartilhar uma narrativa a partir da vivência e experiência obtida na Serra do Divisor, no Parque Nacional Serra do Divisor (PNSD), caracterizado como Unidade de Conservação (UC) na Amazônia Acreana. Esta se encontra localizada nos municípios de Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, pertencentes ao estado do Acre, fronteiro com Pucallpa-Peru. O Parque está sob os cuidados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. O método de análise utilizado foi o fenomenológico e os procedimentos metodológicos utilizados se deu por meio do trabalho de campo com a utilização da técnica da observação direta, entrevistas, conversas informais, diário de campo e registros fotográficos do ambiente pesquisado, pois se busca compreender o sujeito e o grupo na sua singularidade a partir de suas emoções e percepções de mundo. As principais questões destacadas foram: as paisagens amazônicas diversificadas, os modos de vida das populações tradicionais, os sentimentos, percepções e emoções e significados do lugar e natureza e a importância do ambiente para reprodução social da vida das populações tradicionais amazônicas. Assim, permitir-se estabelecer uma relação intersubjetiva do sujeito com o meio é uma estratégia desafiadora diante de um mundo que não se conhece, mas que se está prestes a ser revelado.

---

1 Licenciada em Geografia pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL; Mestra e Doutoranda pelo PPGG/UNIR e com Doutorado-sanduíche em andamento na Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas - GENTEH/UNIR. E-mail: suzannadourado@gmail.com.

2 Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR; Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG; Coordenador e Pesquisador do Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas - GENTEH/UNIR; Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Mestrado e Doutorado em Geografia/PPGG/UNIR. E-mail: adnilson@unir.br.

3 Graduada em Turismo pela Faculdade da Amazônia Ocidental - FAAO; Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Doutoranda em Geografia pela Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Modo de Vida e Culturas Amazônicas - GEPCULTURA. E-mail: racheldourado@gmail.com.

**Palavras-chave:** Serra do Divisor. Unidade de Conservação. Fenomenologia. Populações Tradicionais. Acre.

**ABSTRACT:** This article aims to share a narrative based on the experience and understanding obtained in Serra do Divisor, in the Serra do Divisor National Park (Parque Nacional Serra do Divisor - PNSD), characterized as a Conservation Unit (UC) in the Acreana Amazon. It is in the municipalities of Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo and Porto Walter, belonging to the State of Acre, bordering Pucallpa-Peru. The Park is under the care of the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio). The method of analysis used was phenomenological and the methodological procedures used were through fieldwork with the use of the technique of direct observation, interviews, informal conversations, field diary and photographic records of the researched environment, because it seeks to understand the subject and the group in its singularity from their emotions and perceptions of the world. The main issues highlighted were: the diverse Amazonian landscapes, the ways of life of traditional populations, the feelings, perceptions emotions and meanings of the place and nature and the importance of the environment for social reproduction of the life of traditional Amazonian populations. Thus, allowing oneself to establish an intersubjective relationship between the subject and the environment is a challenging strategy in the face of a world that is not known, but is about to be revealed.

**Keywords:** Serra do Divisor. Conservation Unit. Phenomenology. Traditional Populations. Acre.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo compartir una narrativa basada en la experiencia y la vivencia obtenida en la Serra del Divisor, en el Parque Nacional Serra del Divisor (Parque Nacional Serra do Divisor - PNSD), caracterizado como una Unidad de Conservación (UC) en la Amazonía acreana. Se ubica en los municipios de Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo y Porto Walter, pertenecientes al estado de Acre, limítrofes con Pucallpa-Perú. El Parque está a cargo de los cuidados del Instituto Chico Mendes para la Conservación de la Biodiversidad – ICMBio. El método de análisis utilizado fue fenomenológico y los procedimientos metodológicos utilizados fueron a través del trabajo de campo con el uso de la técnica de observación directa, entrevistas, conversaciones informales, diario de campo y registros fotográficos del entorno investigado, porque busca comprender al sujeto y al grupo en su singularidad a partir de sus emociones y percepciones del mundo. Los principales temas destacados fueron: los diversos paisajes amazónicos, las formas de vida de las poblaciones tradicionales, los sentimientos, percepciones, emociones y significados del lugar y la naturaleza y la importancia del medio ambiente para la reproducción social de la vida de las poblaciones amazónicas tradicionales. Por lo tanto, permitirse que uno establezca una relación intersubjetiva entre el sujeto y el entorno es una estrategia desafiante frente a un mundo que no se conoce, pero que está a punto de ser revelado.

**Palabras clave:** Serra do Divisor. Unidad de Conservación. Fenomenología. Poblaciones tradicionales. Acre.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva compartilhar uma narrativa a partir da vivência e experiência obtida na Serra do Divisor, uma UC na Amazônia Acreana. O trabalho de campo desenvolvido no PNSD, significou uma viagem ao imaginário, à percepção e a emoção, além de que essa correspondeu no estudo do espaço geográfico (ou estudo do meio) e promoveu uma aproximação/compreensão/interação entre ser humano e natureza.

Em conformidade com Eric Dardel (2011), sob uma perspectiva fenomenológica, o espaço geográfico é constituído de horizontes, modelagem, cor, densidade, pode ser classificado como sólido, líquido ou aéreo, largo ou estreito. Assim, narrar uma história vivida e experienciada no espaço amazônico, significa expressar seus sentimentos, percepções, emoções, significados, bem como é necessário entender a formação sociocultural, histórica e territorial de um lugar e do seu povo.

Neste sentido, Milton Santos (2017, p.22-23) traz a luz reflexiva que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações a ser reconhecidos em suas categorias analíticas *internas*. Isto nos remete que cada processo de conhecimento originário, em sua forma ontológica, segue este reconhecimento interno, pautado em suas próprias técnicas, ações, objetos, normas, eventos, temporalidade, a respeitar a coerência interna deste processo de construção.

Tal compreensão nos leva a considerar o espaço como uma possibilidade de análises de vertentes variadas, com um prisma na interioridade do que se está a observar e deixar-se permitir que os eventos (fenômenos) apareçam conforme a sua essência em si. Negar a possibilidade de analisar por diversas correntes o que Milton Santos versa, é reduzi-lo a um só caminho, o que ele refuta veemente, principalmente quando enfatiza que:

Construir o objeto de uma disciplina e construir sua metadisciplina são operações simultâneas e conjugadas. O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. (SANTOS, 2007, p.20).

Este autor (2017) ainda abre a possibilidade de compreensão de que cada lugar possui à sua maneira de visualizar mundo (ôntico e ontológico) e que cada apreciação destas está correlacionada entre o mundo e os sujeitos viventes destes mundos, o que nos direcionada que existe em cada ser humano uma ontologia e uma vivência ôntica individual, que só pode ser compreendida e acessada por este mesmo, e sua compreensão se dá por meio da transcendência.

Neste sentido, apresenta-se a fenomenologia, que é a filosofia do subjetivo e sua a intencionalidade do eu pensante prima pelo desvelar do humano (SPÓSITO, 2004). Conhecer a historicidade e geograficidade de um determinado lugar é o indicativo de valorizar saberes,

conhecimentos e processos históricos, pois “o sujeito é ator de sua trajetória e ao mesmo tempo, em sua multiplicidade, é produto/produtor de sua sociedade, e por isso carrega consigo as marcas da sua sociedade histórica, época e cultura” (SALES, 2010, p.1).

Essa interpretação aproxima a vertente abordada por Dardel (2011), em que a geograficidade (ser-e-estar-aí) se abre para um mundo amplamente compartilhado e visualizado através do ser-aí, que se compreende por existir e lidar com o ora posto no mundo ôntico e ontológico. Logo, ao direcionar os olhares a um povo amazônida, se traz à discussão a mirada destes sobre as suas vivências, experiências e percepções, o que só pode ser feito mediante à esta abertura para o outro, em um processo transcendental.

Com a prerrogativa de que somos Amazônidas, filhos e netos dos viventes desta região, as relações afetivas de sensibilidade, a identificação e as compreensões do que é viver aqui, materializam representações espaciais, culturais, territoriais, simbólicas e identitária. O encontro com as comunidades da floresta e das águas mediante o conhecimento obtido a partir de seus modos de vida e dos antepassados transbordam memórias individuais e coletivas.

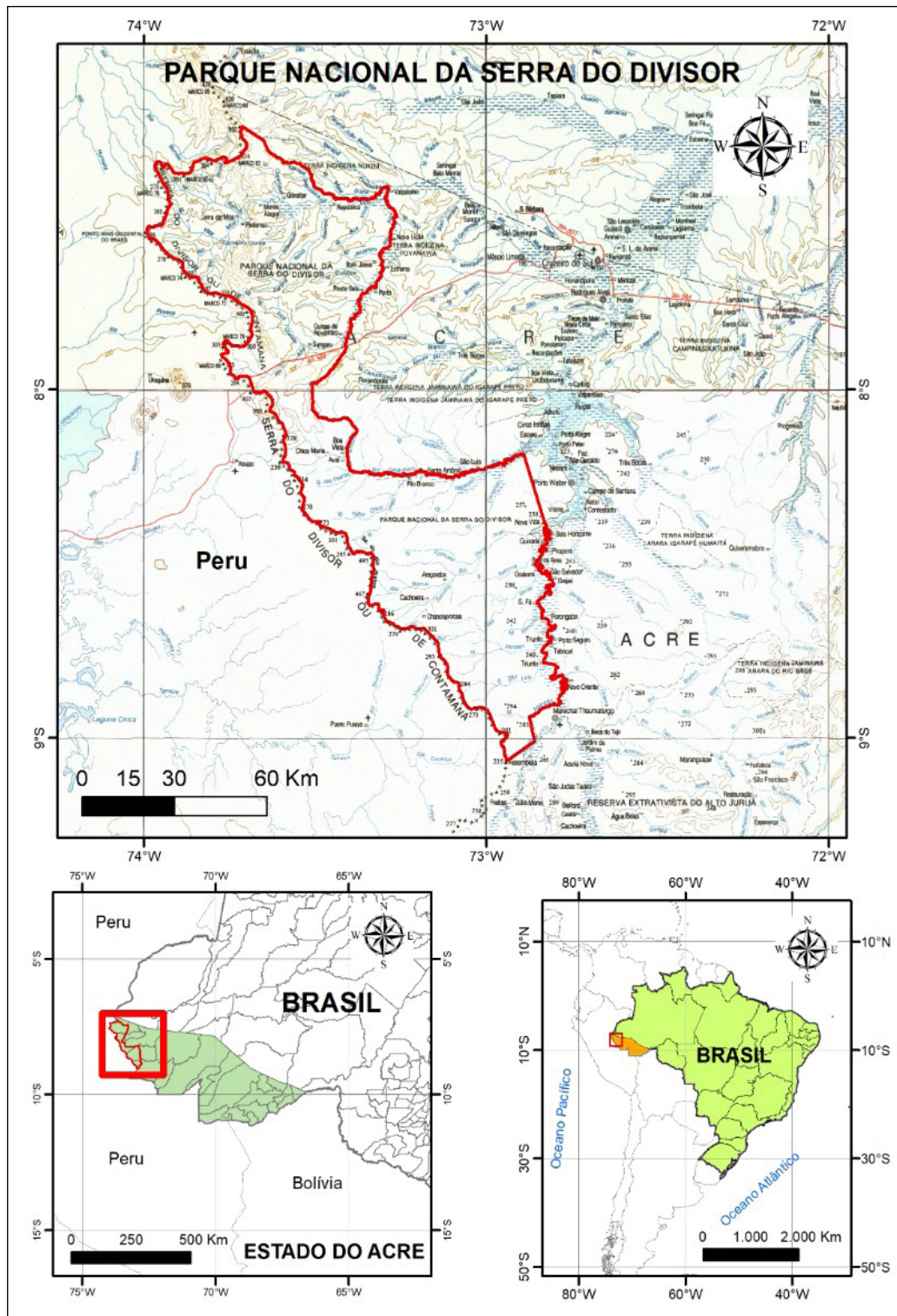
A viagem ao centro do PNSD não foi simplesmente uma iniciativa para a observação e contemplação da socio-biodiversidade, da diversidade cultural e das diversas riquezas preexistentes. Esse estudo do meio permitiu com que se vivenciasse e conhecesse de perto as práticas espaciais, culturais e territoriais da população amazônica, uma vez que se pretende oportunizar voz aos sujeitos que vivem e são da região e que estão à margem da sociedade e desprovidos das políticas públicas.

O PNSD é uma UC que fica localizada nos municípios de Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, estado do Acre, Amazônia brasileira. O PNSD foi criado pelo Decreto Federal n.º 97.839 de 16 de junho de 1989 e, atualmente está sob os cuidados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

De acordo com dados obtidos junto ao ICMBio do Acre, o PNSD fica localizado na fronteira do Brasil com o Peru, no extremo oeste do Acre. Toda a serra se divide em quatro outras, que são: Jaquirana, Moa, Juruá-Mirim e Rio Branco<sup>4</sup>. Sua distância até Rio Branco, capital do estado do Acre é de 700 km, 90 km até Cruzeiro do Sul e 150 km para a Pucallpa, a primeira cidade peruana.

A metodologia utilizada se deu por meio do trabalho de campo. Como instrumentos de coletas de dados no decorrer da viagem no PNSD, fez-se uso da utilização da técnica da observação direta, entrevistas, diálogos informais, diário de campo e registros fotográficos do ambiente pesquisado.

A partir dos dados obtidos elaborou-se o mapa de localização do Parque Nacional da Serra do Divisor (Figura 1), bem como a análise dos materiais coletados em campo e as respectivas vinculações teórico-conceituais, em que o espaço/território e a natureza integram o palco dos acontecimentos que movimentam-se e reconfiguram-se na geografia da/na Amazônia.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração: SILVA, Elenice Duran(2022).

**Figura 1.** Localização do Parque Nacional Serra do Divisor.

Nesse contexto, permitiu-se estabelecer uma relação intersubjetiva do sujeito com o meio, o que possibilitou conhecer os espaços, os lugares e suas paisagens, bem como os modos e gêneros de vida das populações tradicionais amazônicas. Como estratégia consistiu em desafiar-se diante de um mundo que não se conhece, mas que se está prestes a ser compreendido.

## **SERRA DO DIVISOR NA AMAZÔNIA ACREANA: A IMERSÃO NO MUNDO DAS PERCEPÇÕES, VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS**

### **Os caminhos geográficos percorridos**

Ser pesquisador no âmbito da ciência geográfica é percorrer longos caminhos e lugares, compreender novos espaços e paisagens e permitir-se desafiar diante de um mundo que não se conhece, mas que oportuniza ser “descoberto”. É necessário evidenciar que a busca da construção de conhecimentos geográficos e o desenvolvimento de novas habilidades e capacidade intelectual que contribua significativamente com a formação profissional e pessoal do pesquisador, com vista à superação dos obstáculos epistemológicos. Nesse sentido, os processos e fundamentos epistemológicos nos mostram que:

[...]. O conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno. As revelações do real são recorrentes. O real nunca é “o que se poderia achar”, mas é sempre o que se deveria ter pensado. O pensamento empírico torna-se claro *depois*, quando o conjunto de argumentos fica estabelecido. Ao retomar um passado cheio de erros, encontra-se a verdade num autêntico arrependimento intelectual. No fundo, o ato de conhecer dá-se *contra* um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização (BACHELARD, 1996, p.17).

O conhecimento é um processo contínuo que é alcançado a partir da aproximação com a realidade pesquisada. Assim, faziam os geógrafos pesquisadores viajantes, o que é denominado por Paul Claval (2011) como Geografias Vernaculares, vez que se almejava construir uma narrativa histórica geográfica da descrição, comunicação e compreensão do mundo. De fato, essa relação intersubjetiva do sujeito com o meio, tema-finalidade de conhecer os espaços, os lugares e suas paisagens onde viviam e vivem as pessoas, bem como seus modos e gêneros de vida, pode ser caracterizada, como afirma Bachelard (1996, p.64) que:

[...]. A natureza pode ser admirada em extensão, no céu e na terra. A natureza pode ser admirada em compreensão, em profundidade, no jogo de suas mutações substanciais. Mas, como essa admiração em profundidade é, evidentemente, solitária de uma intimidade meditada! Todos os símbolos da experiência objetiva se traduzem imediatamente em símbolos da cultura subjetiva.



Ao partir desta premissa, mostra-se que a viagem à Serra do Divisor penetrou em uma realidade carregada de símbolos, porque se objetivou prioritariamente conhecer as culturas e as subjetividades do indivíduo, povo e lugar. A realização desse campo sob a ótica fenomenológica se revela como uma estratégia de se permitir fazer uma leitura do mundo originada dos lugares e promover estudos geográficos estabelecidos entre ser humano e ambiente (CLAVAL, 2011).

O PNSD é o principal atrativo turístico da região e contribui para o turismo, principalmente das cidades de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima. Para se chegar a Serra, é necessário ir de Rio Branco para Cruzeiro do Sul, cujo acesso se dá por meio de transporte aéreo pela Gol Linhas Aéreas.

O voo é noturno e o tempo aproximado de duração é de 50 minutos. Outra opção é o terrestre, no qual existem apenas a Transacreana e a ATI Transportes. Estas duas empresas possuem saídas pela manhã e à noite (7h e 19h). A duração da viagem é em torno 14h na época do “verão amazônico”, ou da “estiagem” que compreende os meses de junho a setembro.

Com base nas informações ofertadas pelo ICMBio, existem duas saídas para a Serra do Divisor, sendo uma pela parte norte, por meio do rio Moa e outra pela porção sul, a partir do rio Juruá. Para todos esses acessos é preciso se atentar cuidadosamente devido às especificidades climáticas da região. Por ambas as vias, há o pernoite em terras indígenas, em vista que o pôr-do-sol na região ocorre antes das 18h. Nesse contexto, o trajeto descrito neste artigo é referente à saída pelo rio Moa.

O ICMBio apresenta que para chegar à serra por meio do rio Moa, gasta-se aproximadamente 12h de viagem, enquanto leva-se 15h se realizada pelo rio Juruá, isso no período da seca que compreende o chamado “verão amazônico”. Neste período, as embarcações pequenas são as únicas transitáveis. Em anos em que o déficit hídrico é mais severo o tempo de viagem é ampliado para até 48h via rio Moa e 72h via rio Juruá. Para chegar até a Serra do Divisor é preciso percorrer vias fluviais, o que reforça a realidade de que a Amazônia é um bioma diverso onde não somente é composto de flora, fauna e elementos abióticos, mas modos de vidas variados que interagem diretamente com a natureza e o lugar.

### **História narradas, sentidas e percebidas**

O desafio e a perspectiva de conhecer novos espaços, lugares e diferentes paisagens, significa se permitir a adentrar a um mundo do imaginário e do desconhecido e desvendar histórias concretas e a essência das geografiedades que determinam o mundo real e simbólico que compõe o mosaico preexistente na relação estabelecida entre ser humano *versus* natureza e sociedade *versus* espaço, conforme expõe Dardel (2011, p.1-2):

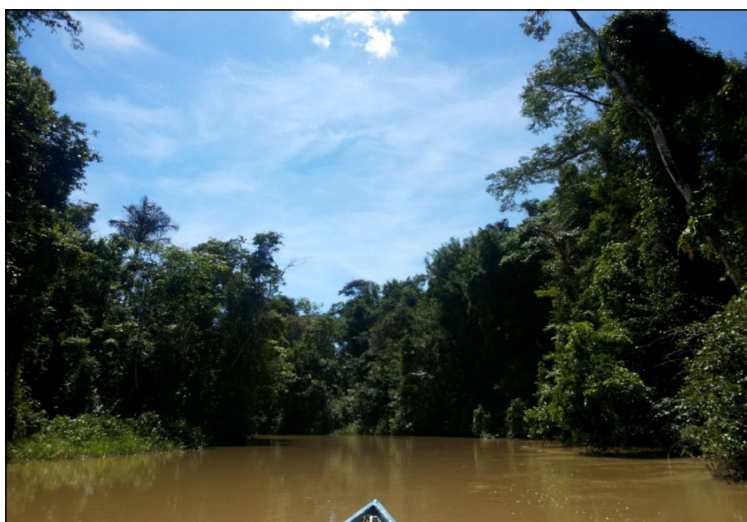
Uma geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o acessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geograficidade (geographicité) do homem como modo de sua existência e de seu destino.

A geografia nos permite ter um olhar de esclarecimento, leitura e domínio espacial dos fenômenos e compreensão da condição humana (DARDEL, 2011), que são essenciais na identificação dos símbolos, cosmogonias, cosmologias, linguagens e demais práticas espaciais e culturais desenvolvidas pelos sujeitos. Não é sem razão que os saberes-fazer geográficos são transmitidos pelas práticas culturais, de modo que objetiva conhecer as diferentes culturas e o conhecimento dos lugares que são transmitidos de boca em boca (CLAVAL, 2011). Conhecer espaços vividos e experienciados por meio de viagens é mais que observar e viver estático no mundo da aparência, é necessário ir na essência, para que assim, compreenda-se os fenômenos geográficos em sua plenitude.

Imergidos desse mundo do visível-invisível, real/concreto-imaginário, a viagem foi iniciada pelo igarapé Japiin, na cidade de Mâncio Lima, por meio de um pequeno porto ali presente. Esse corpo d'água é tortuoso, de águas barrentas e cheio de balseiros<sup>5</sup>, visto que na Amazônia os rios e os igarapés constituem-se as principais vias de acesso aos lugares, com isso oportuniza aos geógrafos descrever o mundo, os discursos e realizar os registros (CLAVAL, 2011).

As conexões com o espaço das águas indicam a existência e reprodução de múltiplas configurações de vidas, conforme assevera Dardel (2011), que o espaço aquático é o espaço líquido onde se demonstra a alegria, o riso, a vida e a descrição, ou seja, o modo de viver dos/nos lugares. As relações estabelecidas entre o ser humano e a terra/natureza é manifestação de uma experiência singular e particular dos sujeitos do lugar com o mundo e do mundo dos sujeitos nos lugares, seja no seu aspecto material ou imaterial.

É possível observar a mata verde e brilhante a emanar vida em abundância, o que indica a recriação social, cultural, política, ambiental e econômica de populações amazônicas e confirmam que as águas são fontes de energia e geradoras/produtoras de alimentos. Ao longo do igarapé Japiin (Figura 2), há pessoas que pescam para o próprio consumo e outras para a comercialização em escala local e regional. A pesca é apreciada e o igarapé transmite paz e vida para as populações que fazem uso desses espaços.



Fonte: DOURADO DA SILVA, SUZANNA. Banco de dados (julho, 2016).

**Figura 2.** Igarapé Japiin - Acre.

Um pequeno beija-flor se alimenta nas flores em meio à floresta e à mata ao seu redor, a qual se apresenta como uma floresta densa, quase intocável. É percebido que não existe desmatamento nas margens do igarapé, com isso a floresta permanece viva como garantia da reprodução humana e da natureza. Ali pode se constatar a natureza viva, sem ter sofrido interferências das ações humanas, na qual a floresta se qualifica substancialmente no processo de comunicação com o espaço na sua profundidade e silêncio (DARDEL, 2011).

Manter a preservação da natureza e conservação dos recursos naturais distante de projetos hegemônicos coloniais corresponde valorizar o imaginário simbólico e os modos de viver das populações amazônicas. A ânsia humana capitalista, cuja finalidade é promover a apropriação e dominação do espaço produz formas destruidoras e irracionais de relacionar natureza, espaço e culturas.

Ao subir o igarapé ao encontro do rio Moa, toponímia que a população tradicional do lugar batizou a Serra do Divisor, pois esta regionalmente é conhecida como Serra do Moa, observou-se que, para Claval (2011), ao conceber e manter fortalecidas os saberes e conhecimentos tradicionais em dada localidade significa reunir os saberes-fazer de um povo nas paisagens e nos lugares e reconhecer suas especificidades arraigadas nas suas vivências e experiências.

O igarapé Japiin é um labirinto estreito e nas curvas niveladas que o caracteriza, demonstrou leitos mais estreitos. A temperatura é agradável, o barco que segue viagem tinha cobertura, pois o sol escaldante castiga aqueles que seguem sem proteção. O encontro do igarapé com o rio Moa é sutil, mas a configuração da paisagem se modifica. O Japiin é estreito, com a margem preenchida de mata densa, contudo, o Moa é largo com praias brancas que se formam em suas margens.

A mata mais adiante apresenta a mesma exuberância com uma grande diversidade de espécies vegetais. “A Serra do Moa passa por algumas plantas: açaí, buruti, a canarana, o marajá, a copaíba, a orana. Essas plantas naturais que no decorrer da viagem passamos por ela” (RODRIGUEZ, 2016)<sup>6</sup>. Todo espaço natural constitui-se em morada de pássaros endêmicos e diversos animais, de modo que demonstra um ambiente ecologicamente equilibrado e uso racional pelas populações locais.

O barulho do motor do barco os avisa que estranhos estão a percorrer os seus rios. Todas essas interações sistêmicas estabelecidas com os elementos da natureza se configuram como relações de trocas, direções e distâncias (DARDEL, 2011) que garantem no plano geográfico contornos plurais de experiências por meio de leituras espaciais. Como o mês da viagem ocorreu em julho, neste período o rio dá a vazante, conhecido também baixa do rio.

O barqueiro e professor de Geografia, Gilson Marcos Rodriguez (2016), diz que esse ano a vazante foi grande, e por isso surgiram grande quantidade de bancos de areia no rio. Estes, por sua vez são perigosos quando o barqueiro não conhece a região. Além deles, com o rio seco é possível visualizar os balseiros, que por anos ficam submersos.

Os balseiros (Figura 3) somados com os bancos de areia são os principais responsáveis pelos acidentes no rio Moa. O trajeto é feito devagar e com um pouco de dificuldade, pois

a atividade turística realizada pelos barqueiros requer cuidados e atenção ao longo de todo trajeto percorrido, é o que aponta o entrevistado seguinte:

Sobre o nosso trabalho como barqueiro, trabalhamos daqui até a Serra do Moa fazendo o turismo e levando e trazendo o turista da Serra do Moa até Mâncio Lima, pegando carro até Cruzeiro do Sul, de lá de ônibus ou avião vão para outros lugares do Brasil. Em média realizamos três viagens por mês, mas também tem épocas que não realizamos nenhuma viagem, as vezes ficamos dois meses sem fazer nenhuma viagem. Nessa época fazemos de duas a três viagens por mês. Fazemos passeios nos municípios de Porto Valter, até o rio Juruá, Thaumaturgo, passando por outras comunidades vizinhas que ficam próximas, como Rodrigues Alves, outro município do rio Moa. Rios que passamos: primeiro Igarapé Bom Jardim, passando por São Pedro, outro afluente do rio Moa, rio Juruá, outro afluente do rio Moa, Timbaúba, outro afluente do rio Moa, rio Azul, Meia Dúzia (área indígena, outro igarapé que despeja no rio Moa, do Meia Dúzia para o Jordão que faz parte da área indígena dos Nauas, do Jordão até Recreio, igarapé dos indígenas Nauas, igarapé dos Paraná dos Batistas que ficam na área do igarapé dos Gesumira, que fazem divisa com o parque indígena Pecuin. De lá vamos para o Pé da Serra, Capanaua e Igarapés do Anil. Saindo dos igarapés chega na Pousada que é a entrada da Serra, que é a visita às cachoeiras (RODRIGUEZ, 2016).

São aproximadamente 10h de viagem para atravessar o igarapé Japiin e o rio Moa até chegar ao pé da serra (pousada do Senhor Miro), que fica às margens da Serra do Divisor. A saída do porto da cidade de Mâncio Lima foi às 11h, sendo que não tinha como chegar até a serra no mesmo dia, em virtude de o pôr-do-sol ocorrer por volta das 17h45min e a escuridão torna o trajeto perigoso devido ao nível baixo das águas.



Fonte: DOURADO DA SILVA, SUZANNA. Banco de dados (julho, 2016).

**Figura 3.** Rio Moa (Acre) com balseiros.

Ao longo da viagem, percebe as trilhas no meio da mata, provavelmente de uso dos habitantes locais e tenta-se mergulhar no universo ao qual vivem e experienciam. Viver nessa região, com águas límpidas, ar fresco e puro, com um céu azul da cor de anil e nuvens brancas que transmitem paz a acolhimento, o verde flamejante e o marrom claro de suas águas. É um cenário de tranquilidade, paz, harmonia do homem com a natureza. Acredita-se que aqui, longe da confusão dos centros urbanos, nos encontramos com o eu interior. É possível visualizarmos o nosso encontro com a natureza. Seguir o fluxo das águas e sentir o vento a tocar em nossa pele, demonstra sua presença em nós, como algo de imenso deleite. Conforme Milton Santos (2017, p.62):

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc., verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

Encontrar-se no meio da floresta amazônica-acreana, com as poucas interferências humanas, traz um resgate de quem somos e à que natureza pertencemos, já que não existe homem desassociado da natureza. Com a intensa inserção de alterações humanas no espaço, fica cada vez mais difícil essa retomada de pertencimento de quem somos e ao que estamos destinados, vez que o espaço “é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por um sistema de ações igualmente imbuídos de artificialidade” (SANTOS, 2017, p. 63).

Ver e sentir a natureza tão imponente nos mostra a pequenez humana. A natureza existe e resiste frente às nossas ações. Demonstra uma sabedoria e estratégia que falta aos seres humanos. O motor, em alguns momentos, torna-se mais alarmante e consegue abafar os sons emitidos pelas águas, ventos e matas. Não obstante, quando suas hélices são submersas na água e fica mais baixo, conseguimos ouvir um som diferente, como se fosse um ronronar suave das águas a bater na terra.

Por outro lado, durante o trajeto surgiram uns percalços e o coração dispara batimentos acelerados, pois os balseiros no rio impedem a passagem e o medo do barco virar, torna-se um momento alarmante e de euforia. O barqueiro segue tranquilo, vez que conhece os percursos e conhece as dinâmicas do bioma amazônico.

O barqueiro é experiente, e isso é extremamente importante porque sua percepção acerca da viagem é fruto de um conhecimento tradicional, recheado de significados materiais e imateriais. Apesar da gentileza, cuidado e atenção prestada em que o senhor Gilson realiza ao fazer a travessia, o medo alarmante se fez presente em quem desconhece a realidade por vir, o mundo está revelando-se e com isso surge a apreensão. Como é uma vivência e experiência nova a aproximação com o desconhecido é surreal, gratificante e magnífico, sendo um dos momentos mais incríveis de nossa existência humana.

A experiência da natureza viva, nos traz a reflexão sobre a preocupação consciente do uso racional e ecológica da natureza pelas comunidades e como estas contribuem

substancialmente com renda familiar. A agricultura de base familiar e principalmente as atividades do turismo comunitário dos povos da floresta garantem a preservação, conservação da natureza e ambiente, bem como a reprodução social das populações que dependem da floresta para existir. As narrativas dos entrevistados abordam que:

Somos de três a quatro barqueiros, todos moram em Mâncio Lima. Os outros barqueiros são de comunidades que vem aqui, vendem seus produtos, fazem feira e voltam. Alguns barqueiros vão com os turistas para a Serra, outros até a entrada do rio Moa, com turistas que dão um passeio para ver as belezas naturais. Não tem associação, não tem cooperativa, cada um faz por si, individualmente. As pessoas na comunidade vivem da agricultura. Turismo é um extra, é uma oportunidade (RODRIGUEZ, 2016).

Em relação ao ICMBIO são poucos, só dois servidores públicos que deveria ter mais reuniões e pessoas para trabalhar mais com o turismo, explicar mais incentivo. Miro e sobrinho trabalham com eles, prestam serviços pontuais para melhorar na comunidade. Deve ter mais incentivo para o turismo, e a alternativa que tem que pegar autorização com o ICMBIO. A comunidade não estava acreditando, agora estão mais confiantes. A maioria já apoia o turismo. Fora do turismo não tem outra saída (MAGALHÃES, 2016).

É uma resistência para viver nas unidades florestais e manter os recursos naturais conservados e preservados. Mas é necessário que o Estado também exerça seu papel, como contribuir efetivamente em fiscalizações ambientais, para que assim, possam fomentar o turismo de base comunitária e permitir a reprodução social do modo de viver e saberes-fazer dos povos da floresta.

## **UMA VIAGEM AO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR: EXPERIÊNCIAS COM A NATUREZA E MODOS DE VIVER DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS AMAZÔNIDAS**

### **Natureza das paisagens amazônicas: viver, sentir e interagir**

Ser geógrafo e adentrar aos lugares mais longínquos é uma retomada da geografia descritiva, em que o sujeito se lança em um mundo desconhecido que pouco-a-pouco se revela, ôntico e ontologicamente. Milton Santos, 2017, assim descreve os geógrafos e seus objetos:

Para os geógrafos, os **objetos são tudo** o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetificou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. (SANTOS, 2017, p.72). **Grifos nossos.**



O ora percebido pelo ser humano se pauta de uma exterioridade e alavanca um sentido na interioridade. Surge neste movimento de apreensão e percepção de processos exteriores, questionamentos interiores que formulam e reconfiguram as dinâmicas dos sujeitos. Ao se deparar com uma paisagem, sujeitos diversos terão percepções diferentes do ora expressado, pois cada um vivencia com uma característica muito particular e o outro pode experienciar estas vivências apenas de maneira co-originária.

As paisagens amazônicas são um prisma de encantamentos, emoções, signos e desejos, bem como um mosaico de tonalidades de cores, formas e estruturas. Essa natureza das paisagens é desvelada por meio de viagens geográficas, em que a aproximação do pesquisador com o ambiente, resulta na compreensão das dinâmicas da natureza e da racionalidade ambiental. As árvores caem no rio e formam uma barricada. Fica muito difícil fazer a travessia. Como o rio é pouco movimentado, as barricadas se tornam permanente, e com o rio mais raso elas se emergem.

Encontrar-se com outros viajantes ao longo do caminho que também buscam conhecer os lugares, mas não sob a ótica da geografia, como foi o objetivo dessa viagem ao Parque Nacional da Serra do Divisor, é alentador. Alguns desses viajantes são mais tímidos, outros mais alarmantes, mas sempre com aquela pergunta de quem são, o que fazem, como são suas vidas. A curiosidade surge de ambos os lados.

Os moradores (Figura 4) se questionam sobre quem somos e o que fazemos ali. Todavia, os visitantes promovem reflexões acerca de seus modos de vida, suas aspirações, os sonhos, as dificuldades, as certezas e as alegrias, bem como os encantamentos de terem uma experiência única no contato com a natureza, proporcionada pela viagem.



Fonte: DOURADO DA SILVA, SUZANNA. Banco de dados (julho, 2016).

**Figura 4.** Viventes da Serra do Divisor - Acre.

Podemos neste ambiente sentir no ar um cheiro diferente. O ar é mais puro e às vezes exala alguns perfumes. É muito agradável de sentir. Borboletas e pássaros são os nossos companheiros dessa viagem. Elas pousam em nosso material e ali permanecem, o que demonstra que existe a possibilidade de vivermos juntos, em um momento de confiança e liberdade. Os pássaros dão voos rasantes nas águas e pegam seus alimentos. Há uma sincronia nos voos. Assim que um finaliza sua ação, o outro inicia e assim se revezam continuamente.

A paisagem é composta por rios caudalosos, florestas densas, animais silvestres jamais imaginados. Essa composição nos envolve e desperta nossas emoções. Assinala Andreotti (2013, p.34) que:

[...] a paisagem é cultura, é estética, é história, é vicissitude, é cor [...] a paisagem não vem descrita apenas sobre a base da mera observação geográfica, mas integralmente, na vivacidade de todos aqueles componentes que um processo psicológico correto permite identificar.

A distinção entre paisagem e espaço é oportunizada por Santos (2017, p.103) ao afirmar que “paisagem e espaço não são sinônimo. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. Deste modo, assina ainda que “a paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transformam permanentemente (SANTOS, 2017, p. 102-103).

Ainda na perspectiva de paisagem, oportunizada por Santos (1998, p.61) tem-se que “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem (...). Não apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” Inseparavelmente, as paisagens e o espaço expressam suas geograficidades e historicidades. É perceptível identificar paisagens variadas que são agraciadas.

O rio é a estrada dessa população. É o entrar e o sair. Barcos carregados de farinhas ou bananas cruzam nosso caminho. O rio Moa traz pessoas felizes, sorrisos largos que sempre nos servem de boas-vindas. Ao longe foi possível avistar um boto cor-de-rosa *Inia geoffrensis*. Este fazia graça em meio ao rio. Mulheres conduzem sozinhas suas embarcações carregadas de bananas e outros alimentos. É possível perceber a força e a habilidade que estas possuem, e com uma graciosidade manejam as embarcações.

Se fez presente uma extensa área descampada. Esta se torna símbolo da ignorância do ser humano. Sem deixar nem um metro de mata, desflorestaram até o rio. O Senhor Gilson informou que um fazendeiro de Mâncio Lima que “comprou” as terras para criação de gado. Sob influência de uma política de expansão pecuarista que foi iniciada na década de 1970, ainda se faz presente na atualidade e avançam a cada dia sobre as áreas protegidas, de maneira a colocá-las em risco e ameaçar o equilíbrio ecológico e a manutenção da floresta em pé.



Esta ação de expansão da pecuária em terras acreanas é manifestação de um processo contraditório, pois na Amazônia se instaura primeiro a pecuária para depois introduzir a soja, na qual resulta na tecnificação e ressignificação da paisagem.

Essa ação de uso capitalista do espaço por meio de práticas agropecuárias põe em risco a existência dos povos das florestas amazônicas em seus territórios tradicionalmente ocupados. Por isso, deve-se criar mecanismos de re-existências coletivas para garantir a permanência e o direito de viver e existir, uma vez que o Estado está ao lado de projetos hegemônicos; no momento um entrevistado destaca os perigos, riscos e pressões que sofrem em virtude do aumento dos desflorestamentos e a manifestações de crimes ambientais e sociais.

O Governo do Acre assinou o desmatamento zero até 2020 e não está nem aí, nós estamos ameaçados de extinção. A única razão que nos motiva viver na zona rural é que quem tem coragem de trabalhar não passa fome e nem quem chega na sua casa passa fome. E se estão tirando o direito de produzir a comida nós vamos perder a razão de viver lá, porque vamos ficar lá fazendo o que!! Se desobedecer a lei nós somos multados e processados por crime ambiental, além da multa ainda tem o crime. Isso só se aplica ao pequeno. Tem multas exorbitantes, então muitas coisas que ajudou a fragmentar isso. A nossa razão de existir e de continuar persistindo é fazer um trabalho de formiguinha, mostrando para cada um que nos procura o cenário que nós estamos vivendo, o risco que estamos correndo enquanto categoria e se a gente não procurar se unir, porque todos os direitos que conseguimos ao longo desses anos com essas organizações civis estão sendo desconstituídos (CUNHA, 2016).

A floresta clama por justiça social e ambiental diante de ações criminosas que desmatam e ameaçam o meio ambiente ecologicamente equilibrado na Amazônia acreana. Aumentar a efetivação das fiscalizações e punição aos criminosos destruidores da natureza possibilitam a garantia de direitos humanos dos povos que precisam da floresta para viver, existir e persistir. A organização e mobilização em movimentos são necessárias para o fortalecimento de lutas por direito à floresta e a vida. Assim:

O ICMBIO entra reprimindo e multando. A principal crítica é o ICMBIO, depois que chegou as outras entidades perderam a força e o ICMBIO não fazem o papel que deveriam fazer. Além disso, pessoas que assumiram os cargos, que passaram nos concursos são pessoas que nunca tiveram um contato com a população rural, então não sabe falar, não sabe comunicar, e vem de outros estados que não conhecem a realidade e eles se aтем apenas na linha de reprimir e entra com a Polícia Federal e metralhadoras na mata. Não sabe dialogar, não sabe falar a língua da comunidade (CUNHA, 2016).

É dever do Estado monitorar essas ações de desflorestamentos e ilegalidades. As legislações ambientais precisam ser cumpridas. Além do mais é necessário dialogar e dar voz às comunidades tradicionais amazônicas, pois são essas populações que vivem e conhecem seus lugares e cotidianos. Isso porque a concepção de Amazônia deverá partir dos próprios indivíduos que vivem nessa região e não de ações externas e colonialistas que negam e invisibilizam saberes e conhecimentos.

Destarte, aos geógrafos, fica o ensinamento de Milton Santos (2017, p.97), que “uma geografia apenas interessada num determinado tipo de objetos [...] ou numa determinada idade dos objetos [...] não seria capaz de dar conta da realidade, que é total e jamais é homogênea”. E assim, o autor ainda reforça Waysand (1974, p.21, *apud* SANTOS, 2017, p. 97-98), que “por mais novo que seja, nenhum objeto traz consigo, designado com antecedência o lugar que ele ocupa ou ocupará no sistema econômico”. Assim, o papel do geógrafo é reverberar vozes e desvelar lugares.

A viagem à Serra do Divisor despertou muitas reflexões acerca de pensar a concepção de Amazônia do ponto de vista social, ambiental e cultural. Surgem as preocupações com as populações tradicionais para com a preservação e conservação da fauna, flora e meio abiótico, assim como adoção de medidas protetivas eficazes para o ambiente em esfera federal, estadual e municipal. Assim, é necessário um acompanhamento junto aos vereadores, deputados e senadores para que a região não seja completamente dilacerada por colonizadores que visam somente a obtenção de lucros e colocam em risco a existência de vidas e provocam desequilíbrios ecológicos.

Os banheiros feitos por outras embarcações nos fornecem reflexões e voltam para a percepção do que nos rodeia neste momento. É possível ver uma cobra d'água assustada pelo barulho do motor. Ela passa por nós em uma velocidade impressionante. O medo inicial da água já não existe. Há uma aproximação da natureza e de suas belezas.

Passamos por uma família de boto cor-de-rosa. Seus movimentos na água são de uma delicadeza. É algo tão belo que não há como descrever em palavras. É um presente que eles nos ofertam por ver nossa passagem. Seus gestos nos brindam e nos trazem emoções até então desconhecidas. Cada momento que passa, ficamos mais envolvidos com a natureza, de fato passamos a nos sentir uma parte integrante, assim como explica Dardel (2011, p.48):

[...] a ligação do homem com a Terra recebeu, na atmosfera espaço-temporal do mundo mágico-mítico, um sentido essencialmente qualitativo. A geografia é mais do que uma base ou um elemento. Ela é um poder. Da Terra vêm as forças que atacam ou protegem o homem, que determinam sua existência social e seu próprio comportamento, que se misturam com sua vida orgânica e psíquica, a tal ponto que é impossível separar o mundo exterior dos fatos propriamente humanos.

Para esse autor, a relação do ser humano com a natureza não pode ser vista de maneira apartada, ou seja, não há como pensar em um, sem imaginar o outro. O ser humano depende da natureza para viver e a natureza ganha vida e significado a partir do

ser humano. Conseguir estabelecer e valorizar essa conexão é importante para que ocorra uma compreensão e valorização do espírito humano, no que tange geograficamente na relação de viver, sentir e interagir.

### **Saber-fazer na Amazônia acreana: modos de vida tradicionais e narrativas geográficas**

O saber-fazer das populações tradicionais da Amazônia brasileira é marcado por um misto de culturas e manifestações simbólicas. Historicamente, os povos originários (indígenas de diversas etnias) devido ao contato com colonizadores sofreram um processo de violência, subordinação e escravização da mão de obra, que resultou na eclosão da ressignificação de suas culturas.

Para além disso, a apropriação e a espoliação dos recursos naturais modificaram o espaço geográfico, de modo que a natureza e o território passaram a ser de domínio colonial. Esse processo forçado e violento afetou as simbologias, cosmogonias e demais práticas identitárias desses povos e das populações tradicionais amazônicas, no que tange aos aspectos espirituais, rituais, místicos e organização social e política.

Nesse sentido, as populações tradicionais concebidas como grupos sociais com culturas distintas, cujos modos de vidas estão conectados à natureza, são alvos das pressões capitalistas de apropriação do espaço e da natureza. Pois, neste sistema vigente, é a destinação de recursos financeiros; a criação de políticas públicas que visem a sustentabilidade econômica e cultural da população tradicional; a capacitação de técnicos locais; o pleno envolvimento social-econômico-cultural-político das populações tradicionais locais, não são realizadas, o que acarreta a não-inclusão da comunidade local nas tomadas de decisões e arranjos socioambientais.

É percebido que a população tradicional está conectada com a terra e a floresta, traz uma compreensão de vida para além dos aprendidos no universo acadêmico. É o saber-fazer que transmite conhecimentos tradicionais que perpassa de geração a geração e valoriza modos de vidas cotidianos e sua identidade sociocultural.

Podemos destacar na Amazônia acreana o líder sindical Francisco Mendes, mais conhecido por Chico Mendes. Este era um vivente da floresta e por conhecê-la e compreendê-la lutou em defesa da preservação da natureza e dos povos que viviam da/na floresta frente às pressões do capital que a cada dia se apropria de mais terras. Não foi só ele quem lutou nessa defesa da floresta em pé, várias populações que vivem e vivenciam a floresta se organizam e adotam ações de lutas sociais para preservar a natureza e seus modos de vida contra um sistema capitalista que destrói o Planeta, violenta e extermina vidas.

Ao longo do trecho percorrido durante a viagem percebeu-se uma mudança drástica da paisagem em virtude da expansão de atividades econômicas. Foi possível visualizar o grande número de fazendas no entorno do rio Moa. É triste ver a mata ser substituída por campos de pastagem em uma área onde predominavam paisagens naturais.

Contudo, outras paisagens caracterizam os saberes-fazer e todo o modo de vida dos povos amazônicos. Existem casas com formatos peculiares com pouco movimento,

mas se sabe que por trás desse espaço vivido e experienciado há uma realidade rica em diversidade social, cultural e ambiental. Ao percorrer outros lugares durante a viagem conseguimos ver uma placa com informação sobre a presença do Assentamento São Salvador, um território de vidas e de existências camponesas, ali se avistava uma pequena igreja, casas com suas janelas abertas e roupas coloridas estendidas no varal e recheada de paisagens naturais, de modo que expressavam símbolos de vida em comunidade.

Avistamos uma casa alta, com janelas brancas e pintura verde. Um homem na janela que nos olhava tranquilamente. Duas mulheres na parte detrás da casa, onde tem um fogão de barro e possivelmente preparavam algo para comer, pois a fumaça invadia o céu azul. Neste momento, encontrava-se na Área 61 do Exército Brasileiro. Era preciso parar e se identificar, pois ali era a porta de entrada para o PNSD, uma área protegida. Ao escurecer e com aproximadamente 06h de viagem, paramos na Terra Indígena Nukini (TIN) para tomar banho, jantar e dormir.

Na TIN fomos recebidos pelo dono da casa e por sua filha mais nova, a Mankuí. Seu nome quer dizer maracujá e sua fruta preferida é a poncã ou tangerina. Ela nos prestou todo o suporte necessário, tais como indicações para o uso do banheiro, banho no rio, alimentação e a dormida. Não há como descrever a receptividade desta pequena jovem, cujo maior sonho era fazer uso de um computador. Uma criança de 14 anos, alegre e muito curiosa. Apresentou o nome de várias coisas em sua língua materna, fonte de grande sabedoria, imprescindível acerca de seu lugar de vida amazônico.

O anoitecer chega bem cedo e foi possível ver um grande número de *steверu* (estrelas) no céu. Mankuí nos conta que vivem nesse lugar aproximadamente seis famílias e que sua avó lhe chamou para morar em Mâncio Lima, mas que agora não pretende ir. As crianças estudam em uma escola perto de suas casas. Ela gosta de viver na TIN, sente-se feliz e animada com a floresta e o rio.

Observa que vários pesquisadores passam por suas terras, mas geralmente eles não falam com ela. Essa crítica é necessária porque se percebe a falta de consideração por parte dos visitantes que fazem usufruto do lugar, tiram fotos e nem agradecem ao povo que lhe acolheu. Ao amanhecer, depois de experienciar as histórias narradas na TIN e interagir com o ambiente, a hospitalidade foi agradecida e a viagem foi prosseguida. Ao chegar ao pé da serra (Figura 5), o encantamento se irradiou pelos espaços caudalosos e grandioso em meio à floresta amazônica, pois o horizonte estava permeado de paisagens.

A serra tem 510 metros e é a mais alta da Amazônia acreana. Na chegada, desembarcamos as nossas bagagens, conversamos com o senhor Miro, responsável pela única pousada na serra. Seguimos até o topo para contemplar a vista da natureza brasileira e do outro lado à vista da natureza peruana (Figuras 6 e 7). Levamos quase 01h para subir a serra, pois isso exige da pessoa um bom preparo físico, roupas e calçados adequados.

A possibilidade de avistar o lado brasileiro e peruano, e constatar que a região conserva sua fauna e flora preservada, nos traz uma grande comoção, vez que na atual conjectura não existem locais ainda tão preservados como no PNSD, sendo este um ganho para a humanidade, principalmente para os viventes da Amazônia acreana, dentre eles os povos originários como os Nukini e Nawá, que vivem no entorno deste Parque Nacional.



Fonte: DOURADO DA SILVA, SUZANNA. Banco de dados (julho, 2016).

**Figura 5.** Serra do Divisor – Acre .



Fonte: DOURADO DA SILVA, SUZANNA. Banco de dados (julho, 2016).

**Figura 6.** Vista do alto da Serra do Divisor – lado brasileiro.



Fonte: DOURADO DA SILVA, SUZANNA. Banco de dados (julho, 2016).

**Figura 7.** Vista do alto da Serra do Divisor – lado peruano.

Entretanto, muitas novas conquistas precisam ser garantidas a fim de que a preservação/conservação e a vivência da população local permaneçam com qualidade, além de possibilitar que os saberes-fazeres continuem exercidos na comunidade, com vista à perpetuação das memórias, valores, tradições, mitos e ritos. O alto da Serra do Divisor é um cenário para estas tradições, sendo realizado pelos povos indígenas as pajelanças de seus povos<sup>7</sup>.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Navegar pelas águas calmas ou revoltas da Amazônia, atingir seus limites mais longínquos nos conduz ao tempo em que expedições científicas eram realizadas por Humboldt, Spix e tantos outros naturalistas que a vivenciaram em sua intensidade. É encontrar-se com as belezas cênicas, cantos, sabores, saberes, cores, flora, fauna, povos originários e populações tradicionais.

É encontrar-se com a vida em todo seu esplendor. É encontrar mundo dentre de mundos, o pulsar da alma e a biodiversidade em êxtase abre-se para infindas reflexões. É desnudar-se na intensidade, sentir na pele o calor do dia e o frescor das madrugadas e manhãs quando a floresta em sinfonia se desperta com o cantarolar dos pássaros.

Concomitantemente a tudo isso, encontra-se os desafios de compreender a Amazônia com sua multiplicidade de eventos sociais, econômicos, políticos e ambientais



que tem sobreposto à região com violência e grandes impactos, os quais reconfiguram as territorialidades e trazem novos sentidos e significados.

A viagem feita até o Parque Nacional da Serra do Divisor, a qual apresentamos algumas impressões a partir das narrativas geográficas, longe de ser conclusiva, merece a continuidade de outros estudos mais aprofundados, de modo que possam desvelar a compreensão — no sentido heideggeriano aquilo que ocultamos de nós mesmos e trazer à tona a realidade oculta presente nos fenômenos que ocorrem na Amazônia. Assim, nossa contribuição pode ser o caminho para o entendimento das vivências e dos modos de vida no estabelecimento das relações humanas com a natureza e suas dinâmicas.

## NOTAS

4 Integra em seu conjunto a Serra da Contamana, uma cordilheira rochosa que se localiza no estado do Acre, fronteira com Ucayali (Peru), sendo considerado o ponto mais ocidental do Brasil.

5 Pedacos de pau e árvores que impedem a passagem de embarcações.

6 Acaí *Euterpe precatoria* e *Euterpe oleracea*, buruti ou buriti *Mauritia flexuosa*, a canarana *Hymenachne amplexicaulis*, o marajá *Bactris maraja* Mart., a copaíba *Copaifera spp.*, a orana (espécie regional ainda sem classificação, de cuja folha é feito chá para combater diabetes).

7 Reunião de pajés de várias etnias a fim de comemoração ou buscas espirituais.

## REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, Giuliana. **Paisagens Culturais**. 1.ed. Curitiba: EdUFPR, 2013.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. ABREU, Estela dos S. (Trad.). – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 216p.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2.ed. Florianópolis: EdUFSC, 2001.
- CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Trad. Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: EdUFSC, 2011.
- CUNHA, Dercy Teles de Carvalho. **Entrevista**. [jul. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva, julho de 2016.
- DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- MAGALHÃES, Argemiro Oliveira. **Entrevista**. [jul. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva, julho de 2016.
- NUKINI, Mankuí. **Entrevista**. [jul. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva, julho de 2016.

- OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de; OLIVEIRA, Orlando J.R. de. **Na trilha do caboclo:** cultura, saúde e natureza. Vitória da Conquista: EdUESB, 2007.
- RODRIGUEZ, Gilson Marcos. **Entrevista.** [jul. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva, julho de 2016.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4.ed. 9. reimp. – São Paulo: EdUSP, 2017. (Coleção Milton Santos;1).
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1998.
- SALES, Rodrigo Viana. Estratégias narrativas para uma escrita acadêmica apropriada e educativa. In: **Encontro Dialógico Transdisciplinar (ENDITRANS).** Tecendo Conhecimentos em Complexidade: Desafios e Estratégias, 2010, Vitória da Conquista, 2010.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico. São Paulo: EdUNESP, 2004.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. – Londrina: EdUEL, 2012.



---

# POVOS INDÍGENAS: DA NEGAÇÃO DA IDENTIDADE E DO TERRITÓRIO AO DIREITO ORIGINÁRIO À TERRA NO AMAZONAS

INDIGENOUS PEOPLES: FROM THE DENIAL OF IDENTITY AND TERRITORY TO THE ORIGINAL RIGHT TO LAND IN THE AMAZON

PUEBLOS INDÍGENAS: DE LA NEGACIÓN DE IDENTIDAD Y TERRITORIO AL DERECHO ORIGINAL A LA TIERRA EN LO AMAZONAS

Ivani Ferreira de Faria<sup>1</sup>

Carla Cetina Castro<sup>2</sup>

Diego Ken Osoegawa<sup>3</sup>

**RESUMO:** O artigo pretende demonstrar as diversas formas de negação e expropriação dos direitos à terra e ao território fundamentados na negação da identidade dos povos indígenas pelos entes públicos governamentais no estado do Amazonas a partir da discussão inicial de como o marco temporal vem ferir e negar esses direitos constitucionais e fundamentais; os conflitos territoriais por meio do processo de reintegração de posse da Terra Indígena Pantaleão (FUNAI, Prefeitura de Autazes e Indígenas Mura) e da exploração da Silvinita (governos municipal e estadual aliados a Potássio do Brasil e os Mura) no município de Autazes-AM e por fim, o direito à cidade pelos indígenas respaldado no direito à terra pela Constituição Federal de 1988 e propostas de regularização fundiária das comunidades indígenas em Manaus. As análises e reflexões dos casos relatados, partem de trabalhos técnicos realizados e outros projetos em discussão e desenvolvimento pelos autores no estado do Amazonas.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas. Terra Indígena. Identidade. Cidade. Amazonas.

**ABSTRACT:** The article intends to demonstrate the different forms of denial and expropriation of rights to land and territory based on the denial of the identity of indigenous peoples by government public entities in the state of Amazonas, based on the initial discussion of how the temporal framework comes to hurt and deny these rights.

---

1 Geógrafa, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Dabukuri - Planejamento e Gestão do Território na Amazônia/UFAM; Mestre e doutora em Geografia/USP; docente do PPGEOP/UFAM e Professora Visitante do PPGG/UFAM; docente do curso de Especialização Epistemologias do Sul/CLACSO-CES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7543-2348>. E-mail: [ivanifaria@ufam.edu.br](mailto:ivanifaria@ufam.edu.br).

2 Advogada, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Dabukuri - Planejamento e Gestão do Território na Amazônia/UFAM; Mestre em Direito Ambiental/UEA; doutoranda em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3220-860X>. E-mail: [carla.cetina@hotmail.com](mailto:carla.cetina@hotmail.com).

3 Ecólogo, pesquisador do Grupo de Pesquisa Dabukuri - Planejamento e Gestão do Território na Amazônia/UFAM; Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM; doutorando em Biotecnologia/UFAM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0498-6917>. E-mail: [diego.ecologo@gmail.com](mailto:diego.ecologo@gmail.com).

constitutional and fundamental; territorial conflicts through the process of repossession of the Pantaleão Indigenous Land (FUNAI, Municipality of Autazes and Mura Indigenous Peoples) and the exploitation of Silvinita (municipal and state governments allied with Potássio do Brasil and the Mura) in the municipality of Autazes-AM and finally, the right to the city by the indigenous people based on the right to land in the Federal Constitution of 1988 and proposals for land regularization of indigenous communities in Manaus. The analyzes and reflections of the reported cases are based on technical works carried out and other projects under discussion and development by the authors in the state of Amazonas.

**Keywords:** Indian people. Indigenous Land. Identity. City. Amazon.

**RESUMEN:** El artículo pretende evidenciar las diferentes formas de negación y expropiación de los derechos a la tierra y al territorio a partir de la negación de la identidad de los pueblos indígenas por parte de las entidades públicas gubernamentales en el estado de Amazonas, a partir de la discusión inicial de cómo se configura el marco temporal. lesionar y negar estos derechos constitucionales y fundamentales; conflictos territoriales a través del proceso de recuperación de la Tierra Indígena Pantaleão (FUNAI, Municipio de Autazes y Pueblos Indígenas Mura) y la explotación de Silvinita (gobiernos municipales y estatales aliados de Potássio do Brasil y los Mura) en el municipio de Autazes-AM y finalmente, el derecho a la ciudad de los indígenas a partir del derecho a la tierra en la Constitución Federal de 1988 y las propuestas de regularización de tierras de las comunidades indígenas de Manaus. Los análisis y reflexiones de los casos relatados se basan en trabajos técnicos realizados y otros proyectos en discusión y desarrollo de los autores en el estado de Amazonas.

**Palabras clave:** Pueblos Indígenas. Tierra Indígena. Identidad. Ciudad. Amazonas.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com destaque para os últimos 5 anos, estamos assistindo à devastação do Brasil e da Amazônia por vários ângulos e em todas as direções. São ambientais, culturais, sociais e político-jurídicas. Tudo está sendo queimado, as leis que garantem nossos direitos à vida devastado em cada espécie da flora, da fauna, pessoas, práticas culturais e conhecimentos próprios que estão desaparecendo. A devastação jurídica ocorre pelo desrespeito às leis ambientais e que garantem os direitos do povo brasileiro e em particular da população amazônica à educação, à saúde, à terra, suas formas próprias de organização social, política conforme suas identidades culturais e territoriais. Principalmente quando se trata dos direitos originários e fundamentais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Assim como as árvores, as leis estão sendo queimadas também (FARIA; OSOEGAWA, 2021).

Passados mais de 500 anos do início do processo colonizador civilizatório, os povos originários nesse país chamado Brasil, ainda não conseguiram ter de volta sua autonomia e seus direitos constitucionais e originários (fundamentais) assegurados pelos entes públicos federais.

A Constituição Federal de 1988, reconheceu os direitos territoriais, sociais e políticos conforme seus usos e costumes, suas línguas e autonomia. Mas não é o que se vê na prática. Ainda são vistos como incapazes, indolentes pela sociedade brasileira que não conseguiu se desvencilhar dos preconceitos, da discriminação racial e do racismo estrutural seja em relação aos povos originários ou aos pretos. E os direitos ficam apenas no papel e não são postos em prática mesmo depois de 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, sobretudo aqueles que se referem aos povos indígenas habitantes da cidade.

Os povos originários vêm sendo alvo de várias tentativas de usurpação dos seus direitos à terra, ao território e à própria identidade e autonomia (à Consulta Prévia, Livre e Informada) garantidas pela Constituição Brasileira de 1988 e pela Convenção 169 da OIT.

O artigo 231 do Capítulo VIII da CF 1988, estabelece o reconhecimento dos direitos aos povos indígenas, relativos à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, direitos originários sobre as terras ocupadas tradicionalmente:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

Além da luta pela demarcação da terra indígena (TI) que já deveria ter ocorrido conforme a Constituição Federal de 1988, o que não se tornou fato, os povos indígenas enfrentam outros desafios. Como sobreviver na terra demarcada ou reivindicada, diante de tantos conflitos territoriais promovidos pelas invasões por madeireiras, garimpeiros, mineradoras e outros; proteger seus conhecimentos e patrimônio da ideologia capitalista da sociedade vigente na qual tudo se transforma em mercadoria e fazer com que as políticas públicas diferenciadas, sejam efetivadas para que possam continuar vivendo em suas terras e assegurar seus direitos constitucionais e fundamentais, entendidos aqui como originários.

Atualmente, outra batalha é posta aos povos indígenas, garantir os direitos constitucionais como povos, ***Ser Indígena***, com suas identidades onde quer que estejam, seja na terra indígena demarcada ou não e nas cidades. A ausência e ineficiência de políticas públicas de educação, saúde, moradia, territoriais e outras para os povos indígenas no Brasil, vem promovendo nas últimas décadas um êxodo indígena para as cidades em busca de melhoria de vida na perspectiva do bem viver.

Ressalta-se que os povos indígenas têm epistemologias próprias e suas concepções de terra e território são diferentes do Estado e da sociedade ocidental moderna capitalista. Concepções de mundo sem divisão do conhecimento e entre o material e o imaterial, sociedade e natureza, cultural e natural, mas de humanidade de um mundo integrado, do bem viver (FARIA, 2015; 2018).

Território se confunde com a visão indígena de terra. Seria uma extensão do conceito de terra, que adquiriu um cunho político conjuntamente com a ideia de limite. Em tempos passados, os povos indígenas não precisavam pensar em limites para caçar, pescar, coletar ou fazer roça. A terra não tinha limite, agora tem. Nasce, então, a concepção de território, terra com limites. Portanto, houve a apropriação diante da necessidade pelo contato com a sociedade ocidental do termo território pelos povos indígenas com o significado de terra com limites. Não há diferença entre a terra e o território para os povos indígenas, passando a ter o mesmo significado e importância. Para os povos indígenas que habitam o Brasil, terra é tudo, passado, presente e futuro. Casa dos espíritos, da memória, dos ancestrais e de suas descendências. Não há como desvincular a origem da humanidade da terra. Humanidade e todos os seres, vivos ou não, fazem parte da terra numa visão integrada de mundo. Terra e território não são mercadorias e não têm preço, mas são e estão ligados diretamente à existência desses povos. (FARIA, 2003 *apud* FARIA; CASTRO; OSOEGAWA, p.4, 2021).

Nessa concepção de terra com limites, podemos associar a de Milton Santos de espaço e território, portanto, ressaltando que o território não pode ser apenas funcionalizado no sentido capitalista de valor de troca, é muito mais do que isso, é uso conforme suas organizações sociais, políticas e culturais pois representa a concepção de mundo e humanidade de forma integrada. Porém, pode demonstrar como a concepção de território surge para os povos indígenas, a terra como espaço sem limites e o território limitado. Na concepção de Santos

(1994, p.111), o espaço “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único onde a história se dá” e território (1997) corresponde a frações funcionais do espaço. É o espaço funcionalizado, apropriado por determinados atores sociais (que lhe atribuem determinadas funções) num dado momento histórico.

Assim, pretendemos demonstrar as diversas formas de negação e expropriação dos direitos a terra e ao território também fundamentados na negação da identidade dos povos indígenas pelos entes públicos governamentais no estado do Amazonas a partir da discussão inicial de como o marco temporal vem ferir e negar esses direitos constitucionais e fundamentais; os conflitos territoriais por meio do processo de reintegração de posse da Terra Indígena Pantaleão (envolvidos FUNAI, Prefeitura de Autazes e Indígenas Mura) e da exploração da Silvinita (envolvidos governos municipal e estadual aliados a Potássio do Brasil e o povo Mura) no município de Autazes-AM e por fim, o direito à cidade pelos indígenas respaldado no direito à terra pela Constituição Federal de 1988 e propostas de regularização fundiária das comunidades indígenas na cidade de Manaus. Destaca-se que os estudos de caso acima, partem das análises e reflexões de trabalhos técnicos realizados e outros projetos em discussão e desenvolvimento pelos autores no estado do Amazonas.

Vale destacar que terra é vida! É tudo para os povos indígenas e o seu reconhecimento e demarcação está amparado no direito universal e fundamental que é a garantia e o direito à vida pessoal ou coletiva.

## **DIREITOS ORIGINÁRIOS SOB ATAQUES**

No que concerne à demarcação de Terras Indígenas, não se trata de “querer ou não querer” ou de convicções políticas. É um direito dos povos indígenas garantido na Constituição Federal de 1988. Trata-se de mais um dever de todas e todos os chefes de Estado. Negar esse direito é confrontar a lei e constitui crime. O governo Bolsonaro, neste quesito, é réu confesso e busca a todo momento legalizar crimes cometidos contra nós, povos indígenas (APIB, 2021).

Os ataques aos direitos territoriais dos povos indígenas ocorrem nas três esferas de poder. Se antes a morosidade e a burocratização do processo de demarcação eram estratégias não declaradas de negação desses direitos, o atual governo, sob gestão de Jair Bolsonaro, atua deliberadamente para mobilizar o legislativo no avanço de projetos de leis com vistas a negar o caráter originário dos direitos territoriais e o usufruto exclusivo dos povos indígenas.

No executivo tem utilizado do esvaziamento de dotação orçamentária e desvio de finalidade de órgãos que têm como função a defesa e implementação de políticas públicas no campo socioambiental. Órgãos como a Fundação Nacional do Índio, Ministério do Meio Ambiente e Fundação Palmares estão atuando de forma contrária aos seus objetivos institucionais previstos em lei. Somado a isso, há perseguição e assédio de servidores que não pactuam com o desvio de finalidade.

A negação do caráter originário dos direitos territoriais indígenas é defendida pela bancada ruralista através da tese do fato indígena (Marco Temporal), em detrimento da tese do Indigenato, que reconhece os direitos originários. Em síntese, a tese do marco temporal argumenta que os indígenas teriam direito às suas terras somente tivessem sua posse física em 5 de outubro de 1988, data da promulgação de nossa Constituição.

Direitos originários são compreendidos em uma categoria *sui generis*, significa reconhecer a existência de direitos pré-existentes, anteriores à formação dos estados nacionais e à própria lei, ou legalidade formal. A posse indígena determina a destinação da terra, sendo oponível a quaisquer direitos, pois são todos posteriores, considerando que os direitos territoriais indígenas são originários, portanto, anteriores inclusive à formação do estado brasileiro.

As terras indígenas são de propriedade da União Federal e posse privada, reconhecida sempre a sujeitos coletivos, nunca identificáveis individualmente, sendo de posse permanente dos povos indígenas em caráter inalienável, indisponível e imprescritível. Seu usufruto exclusivo também se dá na esfera coletiva, de forma que os resultados do uso, trabalho ou renda que advenham de sua utilização também devem trazer benefícios ao nível de organização de povo, ou comunidade, devendo ser respeitada a organização social de cada grupo na gestão de seu território (SOUZA-FILHO, 2018).

O território não pode se confundir com o conceito de propriedade da Terra, tipicamente civilista; o território é jurisdição sobre um espaço geográfico, a propriedade é um direito individual garantido pela jurisdição (SOUZA-FILHO, 2018, p. 122)

Apesar de ser de propriedade da União, a terra indígena é indisponível ao poder público, sendo somente permitido o uso próprio dos povos indígenas segundo seus costumes e tradições (SOUZA-FILHO, 2018). Esta restrição decorre do reconhecimento de que para cumprir com função de garantir a reprodução física e cultural dos povos indígenas e salvaguardar o patrimônio cultural e socioambiental existente nos territórios é necessário garantir plena autonomia e autodeterminação na gestão territorial. Estes postulados foram reconhecidos pela constituição, sendo, portanto, uma autorrestrição do poder de controle estatal, conseguido com muita luta e derramamento de sangue indígena. Representa o reconhecimento dos direitos territoriais como condição *sine qua non* ao direito à vida para os povos indígenas.

Quando a CF/1988 reconhece que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam à sua posse permanente, isso não significa um pressuposto do passado como ocupação efetiva, mas, especialmente, uma garantia para o futuro, no sentido de que essas terras inalienáveis e indisponíveis são destinadas, para sempre, ao seu habitat. Esse aspecto é muito importante, pois os indígenas, durante muito tempo, ficaram impossibilitados de ocupar seus territórios por vários motivos, como deslocamentos forçados, invasões, genocídios (FARIA; CASTRO; OSOEGAWA, 2021, p. 6).

A tese do Marco Temporal visa restringir o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas. Os direitos territoriais indígenas possuem múltiplas camadas de protetividade, podem ser enquadrados nas categorias de direitos fundamentais, direitos da personalidade, direitos humanos e sobretudo como direitos originários e todas essas dimensões devem ser consideradas na hermenêutica constitucional. O território consegue materializar de forma bastante evidente a indivisibilidade, interdependência e inter-relacionariedade dos direitos humanos. Não é possível se falar em saúde, cultura, educação e trabalho, direitos sociais e políticos dos povos indígenas sem garantir a efetividade dos direitos territoriais. Olhando-se pela lente dos direitos humanos, estes são inexauríveis, inalienáveis, imprescritíveis, irrenunciáveis e devem ser interpretados e efetivados sob o princípio da vedação aos retrocessos. Deste modo, as legislações que tratam dos direitos humanos devem ser elaboradas e interpretadas visando garantir a máxima protetividade de direitos. No caso de haver conflito entre normas é necessário aplicar a norma mais benéfica. (MAZZUOLI, 2020).

Sob o olhar constitucional, são considerados direitos fundamentais, essenciais na garantia da dignidade humana, sendo inscritos na carta magna com o objetivo de garantir força vinculativa máxima. Estes não podem ser alterados ou limitados ao bel prazer dos “representantes” políticos que ocupam os cargos no executivo e legislativo.

O fato de os direitos fundamentais estarem previstos na Constituição torna-os parâmetros de organização e de limitação dos poderes constituídos. A constitucionalização dos direitos fundamentais impede que sejam considerados meras autolimitações dos poderes constituídos – dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário –, passíveis de serem alteradas ou suprimidas ao talante destes. Nenhum desses Poderes se confunde com o poder que consagra o direito fundamental, que lhes é superior. Os atos dos poderes constituídos devem dar conformidade aos direitos fundamentais e se expõem à invalidade se os desprezarem (MENDES; BRANCO, 2011, p. 141).

Na constituição existem cláusulas pétreas, que não podem ser modificadas por emendas constitucionais. Esta vedação decorre do reconhecimento da superioridade do poder constituinte originário sobre o poder de reforma da constituição, buscando preservar os princípios fundamentais que permearam o trabalho constituinte. Dentre esses princípios está destacado no art. 1º a dignidade da pessoa humana, que deve balizar toda interpretação constitucional e das demais normativas no ordenamento jurídico brasileiro (MENDES; BRANCO, 2011).

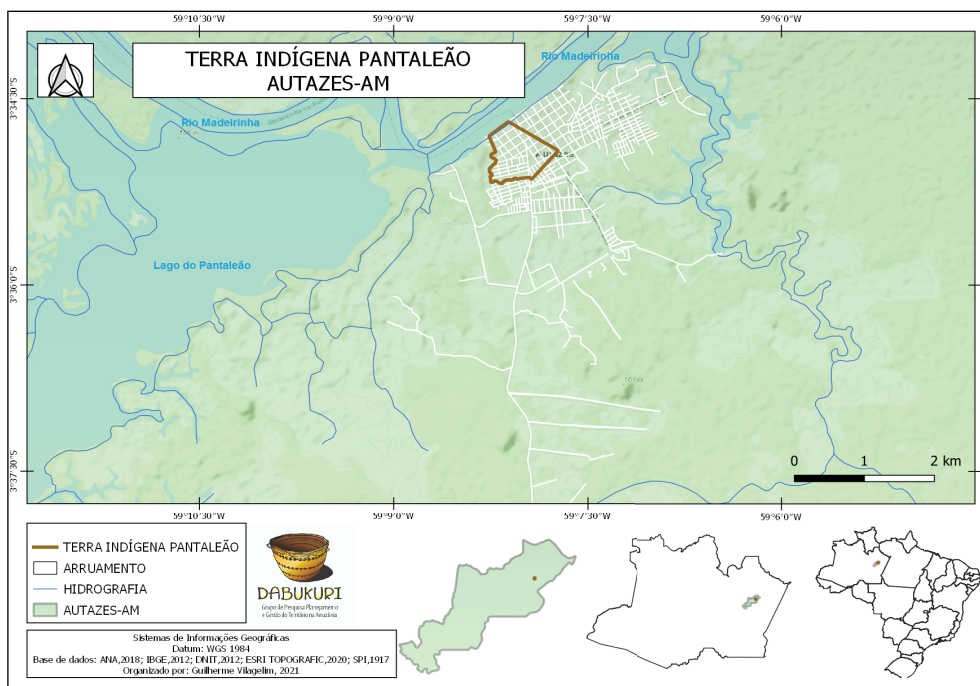
O art. 60, parágrafo 4º<sup>4</sup>, conceitua algumas matérias que não podem ser modificadas na constituição. Entre elas, proíbe propostas de emendas constitucionais tendentes a abolir os “*direitos e garantias individuais*”. Esses direitos não se limitam aos direitos inscritos no art. 5º<sup>5</sup> da Constituição. O próprio parágrafo segundo do art. 5º deixa claro que os direitos individuais positivados neste artigo não esgotam o hall de direitos individuais expressos na constituição ou em convenções internacionais. Deste modo, considerando que todos os direitos fundamentais são essenciais à dignidade humana, sendo este um dos princípios máximos que permeia toda a constituição federal, há de se interpretar o art. 60,

parágrafo 4º de maneira a incluir todos os direitos fundamentais no *hall* de disposições constitucionais protegidas como cláusulas pétreas (MENDES; BRANCO, 2011).

Assim, a partir do exposto, fica evidente que as iniciativas do poder executivo e do poder legislativo, de limitar os direitos territoriais indígenas, não encontram fundamentos na Constituição Federal, nos Tratados de Direitos Humanos ou na hermenêutica sistêmica do ordenamento jurídico brasileiro, devendo ser declaradas como inválidas com máxima urgência, pois cada dia que prosperam estas propostas e que não efetiva-se a demarcação e a plane garantia de proteção territorial dos povos indígenas avançam os ataques, invasões e assassinatos.

## **TERRA INDÍGENA PANTALEÃO: NEGAÇÃO DA IDENTIDADE E EXPROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO**

A Terra indígena Pantaleão (Figura 1), localizada atualmente nos limites territoriais do município de Autazes, estado do Amazonas, Brasil, é habitada pelo povo Mura desde tempos imemoriais. Foi objeto de estudo do laudo geográfico elaborado pelos autores em 2018 dentro do processo n. 8900022962 de Reintegração/Manutenção de Posse, sob a autoria da FUNAI contra os réus (Prefeitura do município de Autazes e o estado do Amazonas) sobre a área em litígio. O processo teve início em 1989 pela FUNAI por meio da ação de Reintegração e de Posse junto ao Ministério Público Federal, porque o município de Autazes desde sua constituição, estabeleceu a sua sede, dentro de uma Terra Indígena já demarcada em 1918 (Figuras 2 e 3) pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio, denominada Terra Indígena Pantaleão, habitada pelo povo Mura.

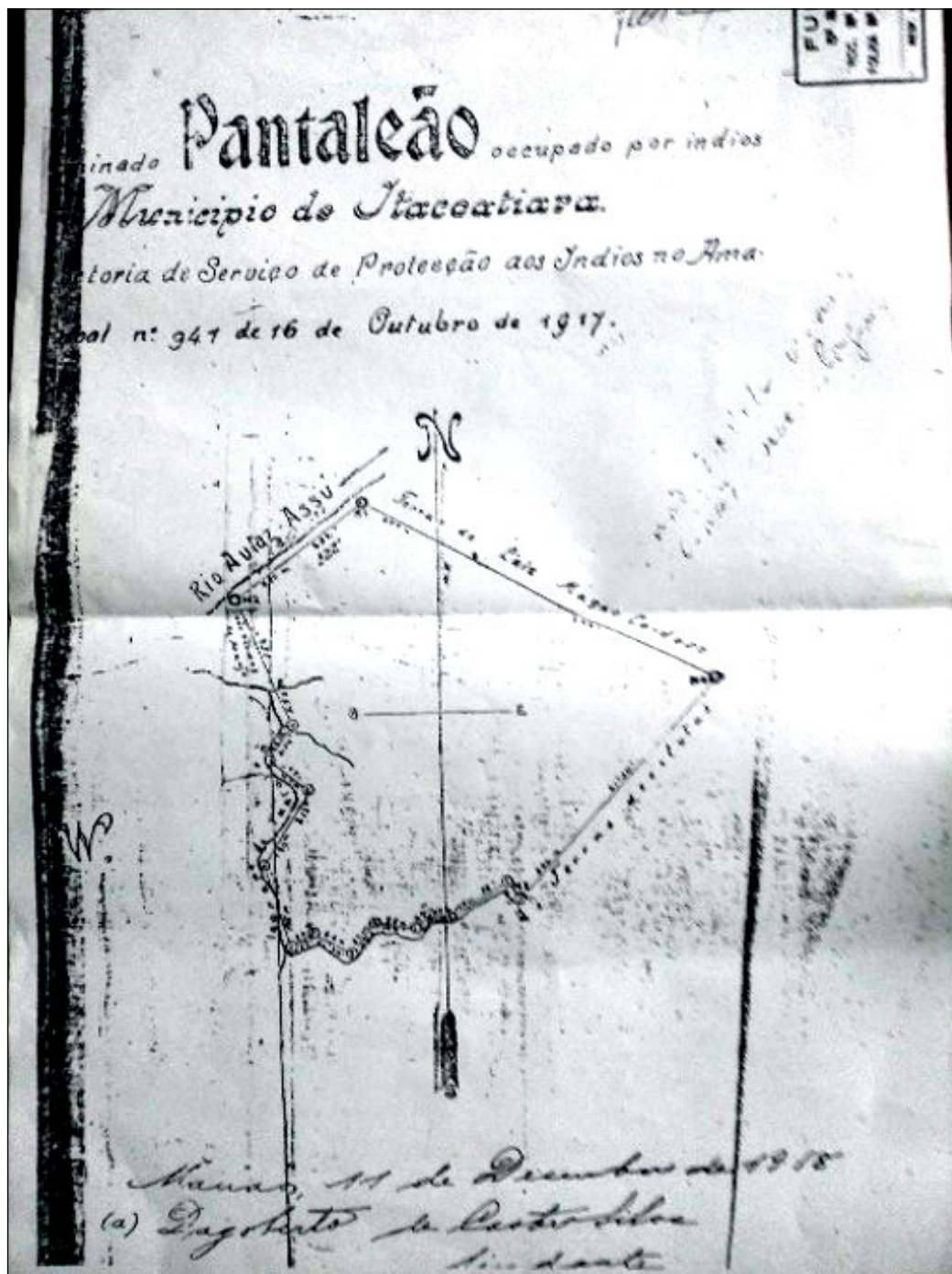


Fonte: FARIA; CASTRO; VILAGELIM (2021).

**Figura 1.** Terra Indígena Pantaleão: área em litígio.

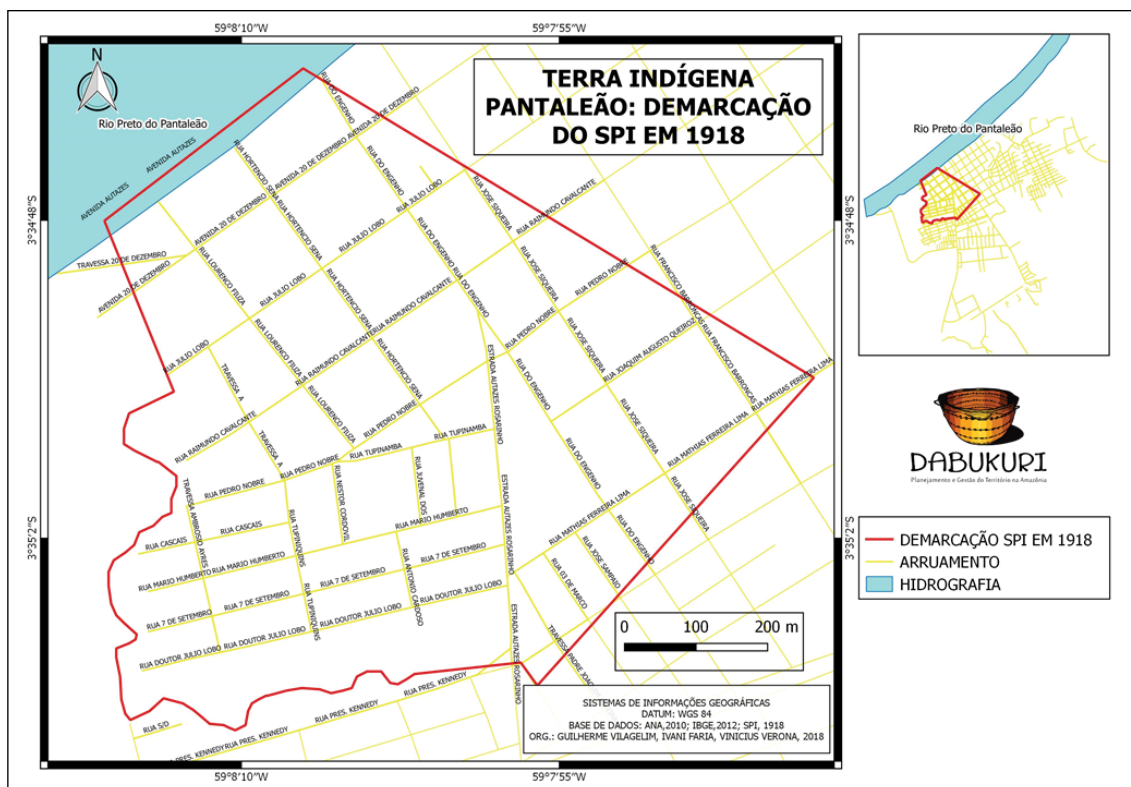


O processo, existe em consequência da disputa territorial da área em litígio, por um lado, pela Aldeia Indígena Pantaleão que luta pelo seu direito à Terra Indígena Pantaleão, e pelo outro lado, o município de Autazes que não reconhece a existência desta Terra Indígena e nem sua ocupação pelo povo Mura (FARIA; CASTRO; VILAGELIM, 2021).



Fonte: Memorial Descritivo do SPI (1918).

**Figura 2.** Planta Terra Indígena Pantaleão.



Fonte: Dabukuri, 2018 *apud* FARIA; CASTRO; VILAGELIM (2021).

**Figura 3.** Terra Indígena Pantaleão, sobreposição a área urbana atual.

Para fundamentar cientificamente e tecnicamente o processo e a perícia, várias questões foram feitas ao perito para visibilizar o conflito em questão pelos entes envolvidos (FUNAI, Município de Autazes e Governo do estado do Amazonas).

FUNAI	Município de Autazes	Procuradoria Geral do estado do Amazonas
<p>1. Qual a localização da terra denominada Pantaleão?</p> <p>2. Qual é a área e perímetro da terra denominada Pantaleão?</p> <p>3. Descrever os limites da terra denominada Pantaleão?</p> <p>4. A área Pantaleão é ocupada por índios? Qual a sua etnia e população?</p> <p>5. A área Pantaleão está ocupada por não-índios? Qual a sua população?</p> <p>6. Se existem ocupações de não-índios na área denominada Pantaleão, quais as benfeitorias existentes?</p> <p>7. Há indícios de hostilidades entre os moradores não-índios e índios que habitam a área Pantaleão?</p> <p>8. Os índios da terra Pantaleão mantém contato com índios de outras aldeias?</p> <p>9. Quais atividades produtivas praticadas no interior da área?</p> <p>10. Por informações históricas em decorrência de levantamento a ser feito entre os próprios índios, e vistoria na área, pode se precisar quando os ocupantes não-índios começaram a ocupar a área?</p> <p>11. Com base em dados históricos e pesquisa de campo, indique de quando data a ocupação dos índios na área objeto da ação.</p> <p>12. Qual a área necessária aos índios de Pantaleão para realizarem as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições?</p>	<p>1. Se existem casas habitadas por Autazes, ruas asfaltadas e escolas não indígenas na área disputada? Em caso positivo, desde quando as edificações referidas foram realizadas? E qual o número aproximado dessas residências habitadas por Autazes?</p> <p>2. Se a área em disputa é urbana ou rural?</p> <p>3. Se os índios mura plantavam? Em caso positivo, detalhar quais produtos. O que acontecia quando diminuía o alimento de sua principal nutrição em um determinado lugar?</p> <p>4. Numa análise global, pode-se dizer que os Mura ocupavam espaços contínuos e permanentes?</p> <p>5. Por que se diz que os mura sempre andavam a corso?</p>	<p>1. Qual a extensão do imóvel denominado "Pantaleão"?</p> <p>2. Há indícios de ocupação da área por povos indígenas?</p> <p>3. Em casos de existência de indícios de ocupação da área por povos indígenas, quais são os peculiares modos de vida do povo com relação à terra que torne a ocupação tradicional?</p> <p>4. Qual (is) é (são) a(s) etnia(s) que supostamente ocupam a área de forma tradicional?</p> <p>5. Em caso de existência de povos indígenas, é possível precisar se estes sofreram algum tipo de esbulho ou foram expulsos das terras originalmente ocupadas?</p> <p>6. Caso seja positivo o quesito "e", o Sr. Perito pode precisar a data que os povos indígenas foram expulsos do território tradicional?</p> <p>7. Quais as principais características da área objeto da presente demanda? Há alguma característica peculiar, necessária à sobrevivência de alguma etnia indígena ali localizada?</p>

Coube aos peritos responder às perguntas com base em pesquisas bibliográficas, documentais e trabalho de campo. As perguntas acima demonstram a concepção dos entes municipais e estaduais de povo, identidade como indígena negando ou desconhecendo os direitos sociais e territoriais dos povos indígenas assegurados pela Constituição Federal. São tendenciosas pois colocam em dúvida se os indígenas que habitam essa terra são os Mura, se são indígenas ou não, se é território deles de fato. Assim, ao negarem a identidade dos Mura, sua territorialidade e formas de territorialização, nega-se também o direito à terra.

Embora a Terra Indígena Pantaleão já seja demarcada, na realidade o povo Mura não desfruta dessa certeza jurídica, produzido por vários fatores, o qual tem como consequência que a luta pelo respeito ao seu direito ao território seja um tema que leva um longo tempo em debates e reuniões e no viver dos Mura nesta terra.

O povo Mura tem sido afetado na terra indígena Pantaleão com a instalação do município de Autazes em suas terras desde 1955. O crescimento do município tem obrigado o povo

Mura a ter que reestruturar sua forma de viver já que a área urbana não permite o cultivo dos seus alimentos, ou viver da pesca, o que os obriga a procurar terras onde possam se assentar.

O estudo demonstrou que a terra Indígena em litígio é de posse permanente e tradicional do povo Mura desde tempos imemoriais com registros de contatos datado do século XVIII, de propriedade da União, enquanto Terra Indígena fundamentado nos preceitos da legislação brasileira concernente a Lei do Indigenato, Constituição Federal de 1988, artigo 231 e a Convenção 169 da OIT.

O povo Mura passou por processos discriminatórios durante a colonização gerando conflitos territoriais e hoje vem sofrendo a segregação socioespacial confinados a pequenos lotes em uma terra reconhecida deles, onde não é mais possível assegurar a sua sobrevivência física e cultural conforme disposto no artigo 231 da Constituição Brasileira de 1988.

A história dos Mura tem estado marcada pelo desrespeito a seus territórios, seus corpos, sua língua, suas organizações e em sínteses a sua forma de viver. Desde o primeiro contato com os colonos e missionários católicos, passando pelos fazendeiros, políticos, os Mura têm lutado contra uma sociedade que continua se negando a reconhecer sua forma diferenciada de **Ser e Viver**.

Passados 33 anos do início do processo pela FUNAI (1989) e 4 anos após a realização das perícias geográfica e antropológica (2018), nada foi feito efetivamente para a solução deste problema, principalmente no atual governo de Jair Bolsonaro que tem demonstrado explicitamente ser anti-indígena na medida que incita e permite invasões com atividades de mineração e garimpo em Terras Indígena entre outras.

O Dilema do povo Mura de Autazes não se restringe apenas a luta pelo reconhecimento de suas identidades como Mura e o direito à Terra Pantaleão demarcada em 1918. Outro desafio está posto, com a exploração de Silvinita pela Potássio do Brasil

## **A LUTA DO POVO MURA ANTE A MINERAÇÃO NO SEU TERRITÓRIO**

A diversidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais com identidades próprias e culturalmente diferenciada que existente no Brasil é salvaguardada pela Constituição Federal de 1988, pela Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (C169), pela Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (OEA, 2016) e pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007). A C169 foi promulgada no Estado brasileiro pelo Decreto 5.051, em 19 de abril de 2004. No entanto, em 05 de novembro de 2019, no bojo do desmanche organizado contra os direitos trabalhistas e contra os direitos coletivos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais pelo atual governo, o Decreto 5.051/2004 foi revogado pelo Decreto 10.088/2019, que teve como objetivo agrupar e consolidar todas as convenções da OIT ratificadas pelo Brasil em única norma.

Embora a C169, desde 2003, continue em vigor em âmbito nacional, a revogação do Decreto 5.051 provocou desinformação entre muitos atores sociais sobre a vigência da C169, sinalizando postura de ataque a esses direitos por parte do governo federal.

Em plena pandemia de COVID-19, os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais no Brasil vêm enfrentando um substancial aumento da grilagem, do roubo de madeira, do garimpo ilegal, dos incêndios criminosos, das invasões e até mesmo da implantação de loteamentos nos territórios tradicionais utilizados, explicitando que a disputa crescente por essas terras atinge um nível preocupante, já que coloca em risco a própria vida e a reprodução física, social e cultural de diversos povos e comunidades. Sem dúvida, a questão fundiária é o ponto central da problemática enfrentada no país, diante dos interesses econômicos do capital financeiro que transformou a terra em *commodities*, e da omissão do Estado brasileiro.

No Brasil, os empreendimentos de infraestrutura para a mineração, construção de barragens, estradas, expansão da fronteira agrícola pelo agronegócio e demais formas de desenvolvimento capitalista, principalmente a exploração de recursos naturais, passam por processos complexos, heterogêneos e pouco transparentes até sua aprovação. Geralmente, compreendem diversas fases que envolvem planejamentos setoriais, elaboração de estudos técnicos de viabilidade e licenciamento ambiental, geralmente, realizados sem nenhum tipo de participação ou consulta aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais diretamente impactadas.

Como exemplo desta política desenvolvimentista podemos mencionar o que atualmente acontece com o povo Mura que habita os municípios de Autazes e Careiro da Varzea, que verão seu território tradicionalmente ocupado, impactado pela exploração de silvinita, numa das maiores jazidas de potássio do mundo, e que segundo o discurso criminoso do governo federal, empresas e setores que apoiam a mineração, poderia dar conta da produção de fertilizantes utilizados em todo o território brasileiro.

As tentativas de fragilização de espaços institucionais estão operando a destruição da política nacional de participação social e a exclusão dos grupos do processo consultivo e decisório de construção e implementação de políticas públicas dirigidas aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, afetando diretamente a vida desses grupos, além de violar o disposto na C169 quanto à obrigatoriedade dos processos específicos de consulta e efetiva participação destes povos. Além do desmonte dos espaços que garantem a participação social em nível institucional de participação política, esses grupos vêm sofrendo historicamente ameaças, sendo alvos de diversas agressões, especialmente aos seus direitos territoriais e à manutenção dos seus modos de vida e reprodução física e cultural, sendo o povo Mura especialmente afetado por esta política de assimilação e extermínio que não é nova.

O povo Mura se caracteriza por representar a resistência desde épocas como a colonização e cabanagem, finalizando com processos discriminatórios institucionalizados como forma de se relacionar com este povo.

Comumente chamado de “caboclos”, e toda uma série de termos pejorativos a identidade Mura vem sendo negada desde o contato com os jesuítas evangelizadores que chegaram no rio Madeira, no atual estado do Amazonas.

Segundo o que estabelece a C169, qualquer medida administrativa ou legislativa que venha afetar aos povos indígenas, quilombolas ou comunidades tradicionais, deve ser consultada aos grupos sociais que serão diretamente afetados. Existem teorias que estabelecem que a C169 possui o caráter infraconstitucional ou até mesmo ao lado da CF/1988.

Além dos povos indígenas e quilombolas, formalmente protegidos pela Constituição Federal de 1988 no Brasil, existe uma terceira categoria de grupos socialmente diferenciados que se auto reconhecem como sujeitos coletivos da Convenção 169, os quais foram reconhecidos pelo Estado brasileiro. Também são considerados Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), com modos próprios de fazer, de criar e de viver, dentre outros que se auto reconhecem enquanto tais: povos e comunidades de terreiro; povos ciganos; pescadores artesanais; comunidades extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores sempre viva; pantaneiros; marroquinos; povo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros; caboclos etc.

Vale sublinhar a complexidade e diversidade vividas pelos povos e comunidades tradicionais nas regiões do Brasil. Em alguns casos, vários indivíduos pertencentes a essas comunidades possuem múltiplas identidades, a exemplo das quebradeiras de coco que também são quilombolas e indígenas no Maranhão. Há comunidade com modo de vida caiçara que é quilombola, como o quilombo do Mandira, no litoral do estado de São Paulo, entre tantas outras.

Estes povos vêm resistindo aos embates gerados pelos conflitos territoriais que afetam os seus espaços sagrados e de sobrevivência, e até contra sua integridade física. Entre esta resistência encontramos a elaboração dos Protocolos de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (PCCPLI).

Os PCCPLI são documentos orais ou escritos elaborados e publicizados por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que explicitam normas e procedimentos relativos à implementação de processos de consulta e consentimento. A juridicidade desses protocolos, no Brasil, se baseia em normas reconhecidas pelo Estado brasileiro, como a CF/1988, a C169 da OIT, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI) e a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, assim como no exercício da autonomia e da autodeterminação e no direito desses povos e comunidades de serem consultados de acordo com suas organizações, instituições e tradições jurídico-políticas próprias, de conformidade com o artigo 231, CF/1988 e com o artigo 6, da C169 da OIT, artigos 4, 18 e 19, DNUDPI.

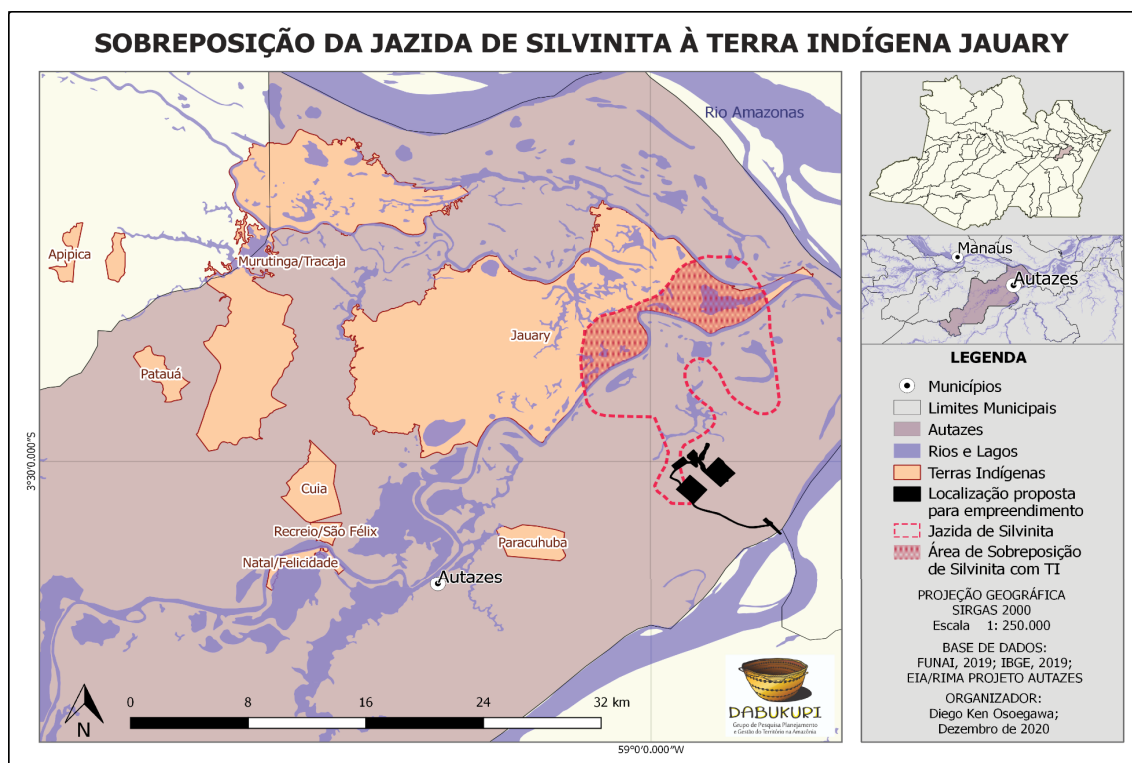
A elaboração dos protocolos autônomos de CCPLI tem ocorrido em meio a graves situações de ameaças, violações de direitos e conflitos socioambientais, sendo esses casos, majoritariamente, relacionados a: a) sobreposição de unidades de conservação de proteção integral aos territórios tradicionais; b) instalação de megaprojetos hidrelétricos e linhas de transmissão de energia; c) construção de portos e implantação de zonas industriais; d) ameaça de mineradoras; e) construção ou duplicação de rodovias.

O povo Mura, que habita os rios Madeira, Amazonas e Purus, foi ameaçado pelo empreendimento de exploração de silvinita no município de Autazes, no Amazonas (Figura 4). Desde o ano de 2009, a empresa Potássio do Brasil Ltda (PDB) realizava estudos na região e, no ano de 2015, recebeu a Licença Prévia do Estado do Amazonas (IPAAM) sem ter realizado a CPLI.



Depois de muita articulação e organização por parte do povo Mura de Autazes e Careiro da Várzea, foi apresentada uma denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) do Amazonas, pois a empresa PDB teria feito uma perfuração nas proximidades da Terra Indígena Jauary, atingindo um antigo cemitério, provocando com isto a ira do povo Mura.

Em 2016, depois do MPF ter emitido uma recomendação para empresa e órgão ambiental, ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) solicitando a anulação da licença prévia e a paralisação de qualquer atividade sem prévia consulta ao Povo Mura.



Fonte: Org. OSOEGAWA, Laboratório Dabukuri/UFAM. Manaus, dezembro de 2020.

**Figura 4.** Sobreposição da jazida de silvinita à Terra Indígena Jauary.

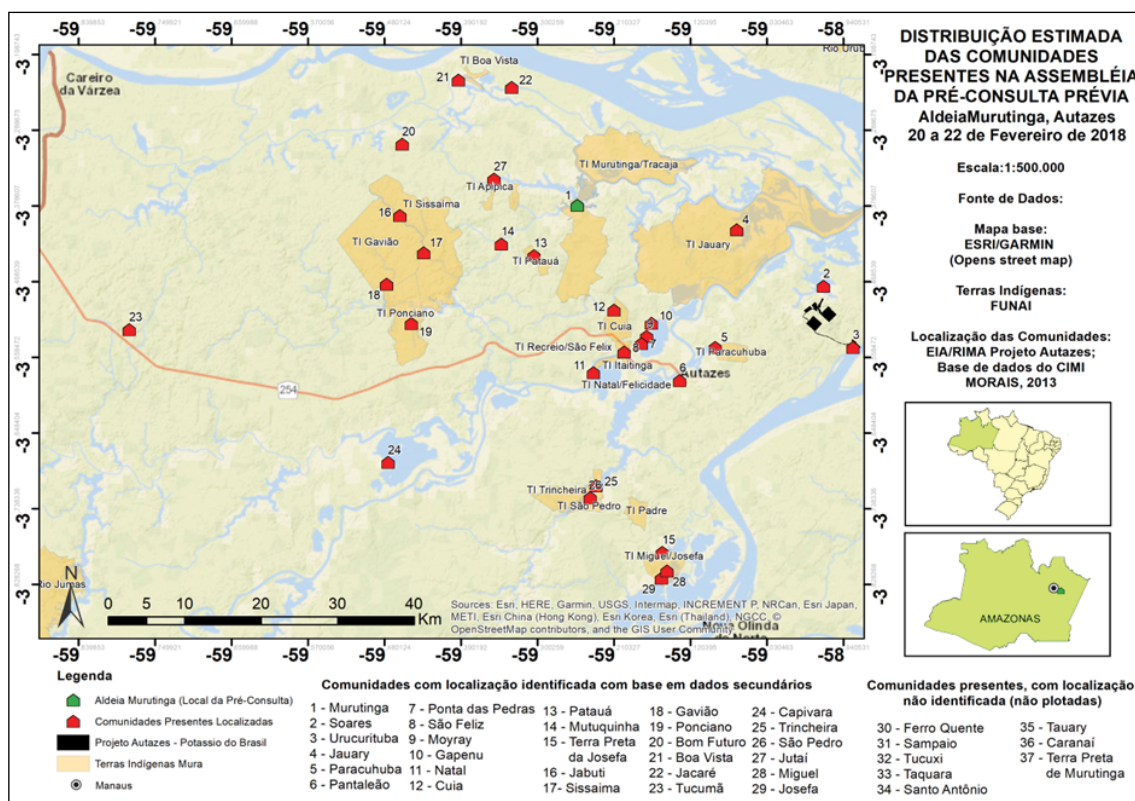
Nesta ação o MPF alegava que a empresa PDB teria solicitado licença prévia ante o IPAAM para que este autorizasse explorar silvinita que é a principal matéria-prima para produzir fertilizantes, sem ter consultado ao povo mura. assim também a PDB teria solicitado o licenciamento ante o IPAAM sendo este incompetente para outorgar qualquer licença, pois se tratava de um empreendimento de alto impacto ambiental e que incluiria a construção de um porto.

A empresa Potássio do Brasil desde o início do processo judicial alegava que não existia povos indígenas que seriam afetados diretamente pelo empreendimento, pois a planta se encontrava fora do território Mura.

Posteriormente, em audiência de conciliação, foi estabelecido que o povo Mura, em Assembleia Geral, deveria decidir sobre a construção do seu protocolo. Esta assembleia incluiu aproximadamente 250 pessoas, e foi decidida tanto a construção do protocolo do

povo Mura, como a logística que seria realizada nesta construção, assim como o número de aldeias que deveriam ser consultadas, somando um total de 44 aldeias Mura que se encontram nos municípios de Autazes e Careiro da Várzea (Figura 5).

Em 07 de maio de 2018, a Justiça Federal do Amazonas referendou a decisão dos Mura de Autazes e Careiro da Várzea em construir o protocolo e a juíza determinou, inclusive, procedimentos para viabilizá-lo, que incluíram a ordem para que a empresa custeasse equipe de professores e antropólogo para realizar assembleia sobre protocolos.



Fonte: Relatório da Pré-Consulta Prévia. 1 Vara Justiça Federal. Manaus, 2018.

**Figura 5.** Distribuição estimada das comunidades presentes na Assembleia de Pré-Consulta Prévia.

O protocolo “*Trincheiras: Yandé Peara Mura, Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Mura de Autazes e Careiro da Várzea - Amazonas*” foi finalizado em agosto de 2019 e apresentado em audiência pública na Justiça Federal do Amazonas a qual reafirmou o caráter vinculante do protocolo em relação ao processo de consulta a ser realizado, o qual foi um momento importante para a luta dos Mura, que vem resistindo desde a chegada deste empreendimento no seu território.

Posterior à elaboração do PCCPLI veio a pandemia provocada pelo COVID-19, onde tivemos decisões importantes relacionadas aos processos de CPLI em todo o mundo. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu a resolução 01/2020 que determinava os grupos vulneráveis e que tinham que ser considerados pelas ações prioritárias dos governos no combate à enfermidade, entre os quais encontravam-se os povos indígenas.



Nesta mesma resolução a CIDH orienta aos governos a tomar várias medidas, entre estas no ponto 57 orienta a que não sejam promovidas medidas legislativas ou administrativas, pois os processos de CPLI se caracterizam pela reunião das pessoas, conversas, diálogos e consensos que são construídos em coletividade. Isto representava um empecilho pois a Organização Mundial da Saúde (OMS), teria recomendado medidas de isolamento e distanciamento social para tentar conter a pandemia (CIDH, 2020):

Abster-se de promover iniciativas legislativas e/ou avanços na implementação de projetos produtivos e/ou extrativos nos territórios dos povos indígenas durante o tempo que durar a pandemia, em virtude da impossibilidade de levar adiante os processos de consulta prévia, livre e informada (devido à recomendação da OMS de adotar medidas de distanciamento social) dispostos na Convenção 169 da OIT e outros instrumentos internacionais e nacionais relevantes na matéria.

Neste sentido teve uma paralisação das reuniões de pré-consulta que iniciaram assim que finalizado o PCCPLI em 2019, que somente vieram a retomar em 2022.

O processo judicial vem apresentando uma série de avanços no entendimento que a exploração de silvinita traz impactos irreversíveis para a territorialização do povo Mura, que embora esteja configurada pela negação da sua identidade, pois na época do SPI a inícios de 1900 a 1920, foi demarcado por este órgão o maior número de terras indígenas em pequenas ilhas que atualmente não somente são insuficientes para o aumento populacional, mas também são pressionadas pelo avanço das fazendas de criação de gado e búfalos.

## **POVOS INDÍGENAS E O DIREITO À CIDADE**

O território indígena originário tinha uma organização espacial conforme a cosmologia própria dos diversos povos indígenas que foi modificada a partir do contato com a sociedade ocidental. A influência do processo colonizador civilizatório impôs a estes povos outros costumes e comportamentos sociais, políticos, culturais e ambientais, o que levou a mudanças dessas relações, ou a construção de novas territorialidades, outras formas de uso e apropriação do território.

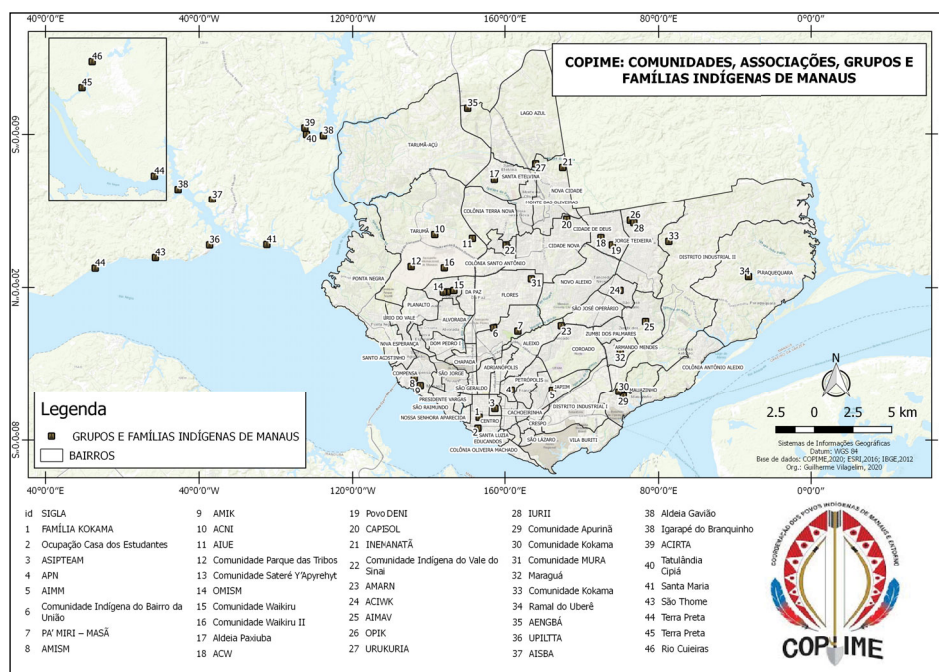
Ressalta-se que as expressões culturais de um povo, como língua, costumes, formas próprias de aprender, tecnologias sociais, tradicionais orais são de fundamental importância para a manutenção de sua memória, sua identidade cultural e suas territorialidades a partir da relação com o território. Muitos povos indígenas mantêm suas tradições apesar do forte movimento da sociedade ocidental e das políticas governamentais implementadas para a integração à sociedade nacional. (FARIA; CASTRO; OSOEGAWA, 2021, p. 12).

O processo de territorialização ocorre quando uma sociedade ocupa uma porção do espaço, delimitando-o por meio de seus usos conforme sua cultura

e sua tradição, resultando na territorialidade, que é uma identidade criada a partir da relação recíproca entre as formas de usos culturais de um povo em um território. A cultura de um povo influencia na organização do território assim como o território influencia no modo de vida e na organização sociocultural de um povo/nação ou sociedade. As formas de caçar, pescar, coletar e cultivar e o modo de vida, a organização sociocultural estão intrinsecamente relacionados à cultura e à forma de como um povo usa e ocupa o território (FARIA, 2003).

Outro fator é a migração de alguns povos para as cidades que acabam por ocupar territórios que se aproximam ou lembram os territórios originários e continuam mantendo relações sociais, políticas e econômicas com estes, transformando-os no que denominados preliminarmente em territórios indígenas urbanos. Trazem para cidade suas culturas construindo outros territórios que também são indígenas. No entanto, aos olhos do Estado Brasileiro e de alguns pesquisadores somente pode ser concebido como território, o originário e todos os direitos originários e constitucionais reconhecidos apenas aos que denominam de “aldeados”. Como se a identidade e a cultura de um povo deixassem de existir pelo simples fato de terem saído de sua Terra e com isso seus direitos negados.

Atualmente, conforme a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entornos – COPIME (2021), existem cerca de 40 mil indígenas que habitam 33 comunidades ou territórios na cidade de Manaus, invisibilizados pelos órgãos públicos e sofrem violências e conflitos de toda ordem. Estima-se que haja representantes de 40 dos 64 povos originários habitantes do Amazonas, que migraram para Manaus que se organizaram em associações filiadas a COPIME (Figura 6).



Fonte: COPIME (2021). Org. VILAGELIM (2021).

**Figura 6.** Associações e Comunidades indígenas em Manaus.

Existem apenas 4 escolas reconhecidas como indígenas, mas que pouco valorizam suas línguas e identidade cultural, funcionando ainda como “escolas de branco para índios” e 23 centros culturais denominados de “Espaços de Estudos da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas” fragmentando a concepção de educação indígena.

Tão pouco existe um sistema ou protocolos de saúde específicos para atendê-los nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e hospitais e tão pouco o reconhecimento dos espaços e comunidades que ocupam em Manaus como indígenas ou como terra ou território indígena.

Mas o que se tem observado tanto na cidade de Manaus quando se trata do povo Sateré-Mawé e de outros povos como Tikuna, Kambeba, Apurinã é uma construção de um território indígena ressignificado (SAHLINS, 1997). Todavia, tanto os órgãos públicos quanto as demais institucionalidades estatais não reconhecem os direitos dos povos originários à cidade e na cidade quando se referem as políticas públicas de educação e saúde e sofrem todo tipo de discriminação social, étnica e ficam expostos a conflitos fundamentalmente territoriais quando são expulsos ou desapropriados das áreas que ocupam. Desmistificar este conceito de território e demonstrar a resistência cultural a partir da (re)organização territorial e o direito à cidade e discutir instrumentos jurídicos e espacial que leve a uma regularização fundiária, subsidiar políticas públicas de educação e saúde dos povos que ocupam a cidade é primordial.

Conforme a Convenção 169 da OIT, em seus itens 1 e 2 supracitados, a identidade indígena deve ser autodeclarada e independe da situação jurídica desses povos ou de onde eles estejam, na cidade ou na TI. Portanto, o critério de ser “aldeado” e estar em TI demarcada cai por terra porque a identidade não se restringe ao território ou terra de origem, mas principalmente a auto declaração e consciência de sua identidade indígena e no reconhecimento dessa identidade por parte de seu povo de origem. E não cabe ao Estado definir quem é indígena ou não, mas de garantir que seus direitos e identidades sejam respeitados.

Portanto, concebemos como povos indígenas, grupos/povos que possuem organização social, políticas, costumes, línguas, crenças e tradições, culturas e epistemologias próprias que os distinguem entre si e outros cujos direitos independem da situação jurídica em que se encontram. Não importa se estão em Terras demarcadas ou não, pois os direitos à saúde e educação perpassam o lugar, o território onde estão, seja na TI, ou nas cidades, aldeados ou não. A identidade vai e está com eles onde quer que estejam (FARIA; VILAGELIM; CASTRO, 2021).

Recentemente em Manaus, o movimento indígena representado por várias associações indígenas que compõem a COPIME juntamente com outras instituições (Universidade, Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas, MPF, Assembleia Legislativa), vem discutindo como regularizar esses territórios ocupados pelos povos indígenas, entendidos em muitos casos pelos entes públicos municipais e estaduais como “invasões” e ocupações irregulares. Uma das alternativas encontradas foi a concessão de direito real de uso (CDRU).

Como instrumento, a CDRU é mais utilizada para regularização fundiária em unidades de conservação e outras comunidades ribeirinhas, extrativistas no Amazonas de forma coletiva ou individual, principalmente no meio rural.

Para povos indígenas no meio urbano, essa discussão é recente e ainda pouco discutida.

Segundo Miranda (2016), o usucapião é a regularização fundiária feita em áreas particulares, especialmente a usucapião especial urbana, enquanto em áreas públicas são comumente aplicados os não igualmente conhecidos institutos da CDRU, um direito real previsto no artigo 1.225, XII do Código Civil e criado e disciplinado pelo Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

O 7º artigo do Decreto-Lei nº 271/67 estabelece que a CDRU pode ser aplicada em terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, e possui fins específicos, expressos no caput do artigo mencionado: “de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, **preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência** ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas”. Nesse sentido, cabe às esferas municipal e estadual promover a regulamentação deste decreto conforme suas necessidades e identidades sociais, culturais e territoriais.

Diante disso, em 2021, o deputado Estadual Angelus Figueira, apresentou o Projeto de Lei nº 203/21 que inclui o parágrafo único no artigo 39 da Lei nº 3.804 de 29 de agosto de 2012 que “dispõe sobre a destinação das terras situadas em áreas de domínio do Estado; altera a Lei nº 2.754, de 29 de outubro de 2002; e dá outras providências.” A alteração proposta muda a temporalidade e a modalidade para destinação de terras públicas para fins de regularização fundiária para povos e comunidades tradicionais, dentre eles, povos indígenas.

Dessa forma o Artigo 39, aprovado no dia 01 de julho de 2021, publicado em 22/07/2021, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39 ...Parágrafo único. A Concessão de Direito Real de Uso poderá ser realizada na modalidade coletiva e com prazo indeterminado quando se destinar a regularização fundiária coletiva de povos e comunidades tradicionais em terras de domínio público estadual.

Desta maneira, a CDRU como um instrumento jurídico que pode ser usado para regularizar o uso coletivo das comunidades e dos territórios ocupados pelos indígenas na cidade de Manaus.

Mas temos que fazer algumas reflexões. A CDRU foi pensada inicialmente para o meio urbano como solução de questões de moradia, referenciada no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), no sentido de concessão na modalidade individual para famílias de baixa renda e aquelas que migraram do meio rural para o urbano decorrente do êxodo rural. Não havia sentido de uso coletivo do espaço em forma de comunidades e nem para os povos indígenas, tão pouco a ideia de um território na concepção indígena. Para o meio rural, quando usada, a CDRU, é na modalidade individual, para famílias em assentamentos, para ribeirinhos e camponeses e na modalidade coletiva nas unidades de conservação. Mas nunca para povos indígenas e na cidade e mesmo no interior do estado.

Em outras áreas não urbanas, a categoria é Terra Indígena, uma área protegida pela Constituição Federal de 1988, cuja concepção vai além de um pedaço de terra, ou de chão delimitado e demarcado e não tem o caráter de propriedade.

Pode ser uma estratégia no momento, para dar resposta aos conflitos territoriais urbanos envolvendo indígenas devido ao que denominamos de êxodo indígena, nesse governo anti-indígena que perpassa as esferas federal, estadual e municipal. Mas temos que ter o cuidado, para que essa forma de regularização fundiária não venha substituir a regularização da Terra Indígena e que se perca a concepção do uso coletivo como povo conforme suas epistemologias e formas próprias de organização social, política e cultural. Terra Indígena não é área de uso comum onde pode-se conviver indígenas e não indígenas como pretendia o Projeto Calha Norte durante as décadas de 1980 a meados de 1990, no século XX e a Lei nº.6.0001/1973 que definia outras formas espaciais e territoriais para os povos indígenas como colônias e reservas indígenas e eram tratados como silvícolas (FARIA, 1997).

Na contramão da história e da concepção de Terra Indígena, porém na perspectiva da política de integração e assimilação dos povos indígenas a sociedade nacional pelo Estado brasileiro, o Prefeito de Manaus, Davi Almeida, está implementando a regularização fundiária da comunidade indígena Parque das Tribos, sem considerar as especificidades culturais. Esta comunidade é localizada no bairro Tatumã Açu, onde vivem mais de 2.700 indígenas representando cerca de mais de 30 povos. Em fevereiro de 2022, por meio da política pública de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), foi anunciada a concessão de 250 títulos pela prefeitura de Manaus. São títulos concedidos às famílias por lotes, denominados de Certidões de Regularização Fundiária (CRF) emitidos em cartório, que, segundo a prefeitura, garante aos **proprietários**, segurança jurídica de propriedade de imóveis e valorização de terrenos.

Segundo Renato Queiroz Vice-presidente de Habitação e Regularização Fundiária do município de Manaus:

A regularização fundiária serve para compatibilizar o registro de imóveis com a realidade, com a vida de milhares de pessoas que moram muitas vezes há décadas num bairro ou comunidade e não tem a segurança jurídica. O produto final da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) é um direito real registrado no cartório de imóveis, garantindo a segurança na propriedade para o morador do imóvel regularizado (PREFEITURA DE MANAUS, 2022).

A Lei municipal nº 11.977/2009 define regularização fundiária como o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Diante do exposto, observa-se um conflito de interesses e de concepções entre o Estado e o movimento indígena. por um lado, a prefeitura de Manaus e por outro o movimento indígena representado pela COPIME. De um lado, a negação de que a comunidade do Parque das Tribos é habitada por povos indígenas e que tem direitos diferenciados reconhecidos pela Constituição de 1988 com uma concepção de regularização fundiária na concepção ocidental e capitalista de terra como propriedade, com valor de troca, uso individual, precificada como imóvel, um terreno pela prefeitura de Manaus.

Por outro lado, a concepção de terra indígena do movimento indígena que transcende a ideia de propriedade, de valor de troca, com uso coletivo fundamentados no bem viver por mais que tenham sido criadas novas territorialidades a partir da ocupação e criação de outros territórios na cidade.

Faz-se necessário criar alternativas de regularização fundiária apropriadas à cada contexto de ocupação indígena. Nas áreas urbanas esse contexto é complexo onde os povos indígenas podem compartilhar territórios com não indígenas. Portanto, uma das premissas que deve balizar esse processo é a consulta prévia livre e informada, em que deve-se perguntar aos indígenas qual a forma mais apropriada de regularização fundiária e fornecer todos os subsídios para que a decisão seja tomada conhecendo-se as possíveis consequências positivas e negativas de cada opção.

Se por um lado existe o direito às terras indígenas em contexto urbano, pois cumprem-se os requisitos constitucionais para as “terras tradicionalmente ocupadas”, também se observa que algumas comunidades têm se posicionado de forma favorável à outorga de títulos de propriedade. Nesse sentido, é necessário refletir sobre o porquê dessa posição e ao mesmo tempo, em que se apresente a possibilidade de reconhecer a propriedade em caráter coletivo, mais condizente com a dinâmica de uso comum do território.

Esse não é um problema específico da cidade de Manaus, mas de muitas cidades no país devido a migração desses povos para o meio urbano porque mesmo que o Estado reconheça esses direitos aos aldeados, as políticas públicas que decorrem desses direitos, não chegam até eles. Portanto, trazer propostas e alternativas para solucionar esses conflitos de ordem social e territorial visibilizando e assegurando aos povos originários as suas formas próprias de organização social, política, cultural de forma autônoma e o direito à cidade é de vital importância e poderá ser referência em nível nacional e internacional para políticas públicas indigenistas no meio urbano além da geração de inovações e tecnologias sociais.

Todos os tipos de violência contra os direitos originários e constitucionais que negam o direito à cidade vem sendo constante nos últimos anos. Outro exemplo que podemos destacar as retomadas na cidade de Dourados-MS pelos povos Terena, Guarani e Kaiowá e Nhandeva, Enquanto em Manaus fala-se da ocupação de comunidades e territórios indígenas em Dourados se usa o termo retomada para definir esse movimento de ocupação na cidade.

Segundo Ximenes e Pereira (2017, p.40) o movimento de retomada no MS foi iniciado pelos Terena na década de 1990, sendo “o conjunto de ações de reivindicação de territórios tradicionais, denominado como Retomada.” Ainda citando Ferreira (2007), afirmam que as “Retomadas expressam uma mudança nas relações de poder e na correlação local de forças entre o Estado e os indígenas”.

Em Dourados existem várias retomadas como dos povos Guarani e Kaiowá denominada Aratikuty, que sofrem constantes ataques e invasões de fazendeiros locais; Yvu Vera, habitada pelos Guarani, Kaiowá e Terena. Com cerca de 20 hectares, foi retomada em fevereiro de 2016 e concentra uma população de 200 pessoas, vivendo em cerca de 70 barracos às margens do anel viário da cidade. Ela é uma das quatro áreas de retomada próximas de Dourados, das quais duas, Ita Poty e Unati Pokee Huvera, foram despejadas e expulsas (ISA, 2017).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Passados mais de 500 anos da chegada dos portugueses, expropriando e desterritorializando os povos indígenas de suas terras e territórios, e com todo avanço que tivemos como sociedade em relação ao direito fundamental, que é a vida, reconhecendo as diferenças culturais e respeitando as diversidades sociais e culturais da humanidade no século XXI, pouco se fez para se desmistificar e assegurar de fato a existência dos povos originários no planeta e principalmente no Brasil.

O direito à terra é um direito fundamental dos povos originários, essencial para o exercício do direito à vida, da dignidade humana dessas coletividades e para o exercício dos direitos culturais e políticos.

O direito à terra pelos povos indígenas é originário, e anterior à formação do Estado brasileiro. Este caráter foi reconhecido pela constituição, de forma que este direito é anterior e independe dos procedimentos administrativos de regularização das terras indígenas. Assim, terras indígenas são aquelas ocupadas tradicionalmente pelos povos indígenas, estejam regularizadas ou não.

Inicialmente teríamos que repensar nossos conceitos, preconceitos, concepção de mundo e mudar as matrizes epistemológicas, sociais, econômicas, ambientais, científicas fundamentadas na monocultura do saber, da ciência, da sociedade moderna e do sistema econômico vigente.

Nessa perspectiva propor, implementar políticas públicas sociais, econômicas, culturais, ambientais, territoriais que atendam as singularidades, especificidades da identidade cultural e territorial da Amazônia são imprescindíveis e a geografia pode em muito contribuir discutindo novas formas de regularização fundiária nas cidades junto com os povos indígenas que venham valorizar e fortalecer suas epistemologias e organizações sociais, políticas e culturais fundamentadas o bem viver

Assistimos um retrocesso dos poucos direitos conquistados com investidas violentas do atual governo contra os povos indígenas negando suas identidades e não os reconhecendo como povos e por conseguinte, tirando-lhes o direito à terra e ao território, ao mesmo tempo, que se mantêm de forma velada a velha política de integração e assimilação à sociedade nacional de séculos passados.

Então nos perguntamos, para onde estão caminhando o Brasil e a sociedade brasileira? Para o retrocesso social e humano, com xenofobia, racismo estrutural, dismantelamento do Estado de direito, sucateamento das universidades e enfraquecimento da ciência, com a destruição e negação dos direitos conquistados democraticamente a partir de muita luta dos povos indígenas e do povo brasileiro, ou podemos quebrar esse ciclo que dá um passo para um futuro próximo no qual se reconheça e se respeite as diferenças e diversidades sociais, culturais, de gênero rumo a uma sociedade mais justa e igualitária?

## NOTAS

4 § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais (BRASIL, 1988).

5 §2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.” (BRASIL, 1988).

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Lei nº 3.804 de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/norma/8259>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Dossiê internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil 2021**. Brasília: APIB, 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Assembleia Constituinte. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0271.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0271.htm). Acesso em: 28 e maio de 2022.

CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Pandemia e Direitos Humanos Nas Américas: Resolução 1/2022**. Acesso em: 30 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-1-20-pt.pdf>>.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Território e Territorialidades indígenas no Alto Rio Negro**. Manaus: EDUA, 2003.

FARIA, Ivani Ferreira de et al. **Gestão do conhecimento e território indígena: por uma geografia participante**. Manaus: REGGO, 2015.

FARIA, Ivani Ferreira de. Metodologias participantes e conhecimento indígena na Amazônia: Propostas interculturais para a autonomia. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P.; BIDASECA, K. (Orgs.) **Epistemologias del Sur** - Epistemologias do Sul. 1ª ed., Buenos Aires: CLACSO; Coímbra: CES, 2018.

FARIA, Ivani Ferreira de; CASTRO, Carla Cetina; OSOEGAWA, Diego Ken. A Reterritorialização e o direito originário como reconquista da terra e dos territórios dos povos indígenas do Médio rio Solimões (AM). **Confins**, v. 53, 2021.

FARIA, Ivani Ferreira de; CASTRO, Carla Cetina; OSOEGAWA, Diego Ken. Conflitos Territoriais, Autonomia e o direito do Povo Mura à Consulta Prévia, Livre e Informada. **Videre**, v.13, n.28, set-dez, 2021.

FARIA, Ivani Ferreira de; CASTRO, Carla Cetina; VILAGELIM, Guilherme. Por Uma Geografia Decolonial: Conflito Territorial e o (Des)Reconhecimento do Direito do Povo Mura à Terra Indígena Pantaleão. **Ciência Geográfica – Bauru**. XXV, Vol. XXV (2): janeiro-dezembro, 2021.

FARIA, Ivani Ferreira de; OSOEGAWA, Diego Ken. Multidevastações da Amazônia: do devassamento complexo às alternativas autônomas dos povos amazônicos. In: RIBEIRO,



- Wagner & JACOBI, Pedro (Org.). **Amazônia: alternativas à devastação**. 1ed. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA), 2021
- ISA, **Indígenas estão ameaçados de despejo em Dourados (MS)**. 2017. Disponível em: [www.isa.org.pt-br/noticias-socioambientais/indigenas-estao-ameacados-de-despejo-em-dourados-ms](http://www.isa.org.pt-br/noticias-socioambientais/indigenas-estao-ameacados-de-despejo-em-dourados-ms). Acesso em 29 de maio de 2022.
- MANAUS. **Lei municipal nº 11.977/2009**. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/noticia-tag/lei-no-11-977-2009/>. Acessado em: 28 de maio de 2022.
- MAZZUOLLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 11 Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.
- MIRANDA, Vitor da Cunha. **A concessão de direito real de uso (CDRU) e a concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM) como instrumentos de regularização fundiária em áreas públicas no Brasil, 2016**. Disponível em <https://jus.com.br/1347868-vitor-da-cunha-miranda/publicacoes>. Acesso em: 30 de maio de 2022.
- OEA, Organização dos Estados Americanos. **Declaração Americana Sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 2016. Disponível em: [https://www.oas.org/en/sare/documents/DecAmIND\\_POR.pdf](https://www.oas.org/en/sare/documents/DecAmIND_POR.pdf). Acesso em: 30 de maio de 2022.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Convenção 169 da OIT, Sobre Povos Indígenas e Tribais**. Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, 1989. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2022.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 2008. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao\\_das\\_Nacoes\\_Unidas\\_sobre\\_os\\_Direitos\\_dos\\_Povos\\_Indigenas.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf). Acesso em: 30 de maio de 2022.
- PEREIRA, Levi Marques. **Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.
- PREFEITURA DE MANAUS. **Moradores do Parque das Tribos passam por etapa final da regularização fundiária pela prefeitura, 03 de fevereiro de 2022**. Acessível em: <https://www.manaus.am.gov.br/noticia/moradores-do-parque-das-tribos-passam-por-etapa-final-da-regularizacao-fundiaria-pela-prefeitura>. Acesso em 29 de maio de 2022.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 5 ed., São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo-globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SOUZA-FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. 1ªEd. Curitiba: Juruá, 2018.
- XIMENES, Lenir Gomes; PEREIRA, Levi Marques. O território terena: da expropriação e formação das reservas ao movimento das Retomadas. **Mediações**. Londrina, Vol, 21, n.2, jul-dez – 2016.

---

# IMPACTOS TERRITORIAIS DO PLANO NACIONAL DA MINERAÇÃO DO BRASIL

TERRITORIAL IMPACTS OF THE NATIONAL MINING PLAN IN BRAZIL

IMPACTOS TERRITORIALES DEL PLAN NACIONAL MINERO EN BRASIL

João Marcio Palheta<sup>1</sup>

Vanessa da Paixão Alves<sup>2</sup>

Carla Caroline Barisão Braryme<sup>3</sup>

Adolfo da Costa Oliveira Neto<sup>4</sup>

**RESUMO:** Esse artigo procura debater de forma geral o conteúdo apresentado pelo Plano Nacional da Mineração (PNM) 2010-2030, proposto pelo Estado Brasileiro e contribuir analiticamente com o papel da mineração no contexto geopolítico internacional e na relação dicotômica entre os tempos da natureza e o tempo do capital. É nossa intenção contribuir para a análise do PNM e fomentar o debate democrático dentro de um cenário perverso de pobreza e riqueza das sociedades locais, a cerca da importância fundamental dos minérios para o desenvolvimento do país e sobre os conflitos gerados a partir da escolha do Estado nacional em explorar os recursos minerais em áreas polêmicas e conflituosas no território nacional.

**Palavras-chave:** Brasil. Mineração. Território. Recursos Minerais.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss in general the content presented by the National Mining Plan 2010-2030, proposed by the Brazilian State. Besides, it contributes to analyzing the role of mining in the international geopolitical context. It studies the dichotomous relationship between the times of nature and the time of capital. We want to contribute to the democratic debate within a perverse scenario of poverty and wealth in local societies. We emphasize the fundamental importance of minerals for the development

---

1 Professor Titular/Universidade Federal do Pará/Faculdade de Geografia e Cartografia/Programa de Pós-Graduação em Geografia/ Pesquisador do CNPq/Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq). Pará, Belém, Brasil. UFPA/Campus Universitário do Guamá instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH.CEP: 66075-110. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0354-4639>. E-mail: [jmpalheta@ufpa.br](mailto:jmpalheta@ufpa.br).

2 Doutora em Economia pela Universidade Federal do Pará. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9376-1022>. E-mail: [alves8814@gmail.com](mailto:alves8814@gmail.com).

3 Doutora em Economia Programa de Pós-Graduação em Economia UFPA. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6147-6219>. E-mail: [caroline.barisao@gmail.com](mailto:caroline.barisao@gmail.com).

4 Docente da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0420-6295>. E-mail: [adolfo.oliveira.neto@gmail.com](mailto:adolfo.oliveira.neto@gmail.com).

of the country and the conflicts generated from the choice of the national state to explore mineral resources in controversial and conflicting areas in the national territory.

**Keywords:** Brazil. Mining. Territory. Mineral Resources.

**RESUMEN:** Este artículo busca debatir en general el contenido presentado por el Plan Nacional de Minería (PNM) 2010-2030, propuesto por el Estado de Brasil y contribuir analíticamente al papel de la minería en el contexto geopolítico internacional y en la relación dicotómica entre los tiempos de la naturaleza y del capital. Queremos contribuir con el análisis del PNM y fomentar el debate democrático dentro de un escenario perverso de pobreza y riqueza en las sociedades locales, de la importancia fundamental de los minerales para el desarrollo del país y los conflictos generados por la elección del Estado nacional para explorar los recursos minerales en áreas controvertidas y conflictivas del territorio nacional.

**Palabras clave:** Brasil. Minería. Territorio. Recursos minerales.

## INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento capitalista que impõe aos territórios a modernização dolorosa, a partir da apropriação dos recursos minerais junto às políticas públicas do Estado brasileiro tem provocado um intenso debate na sociedade e a real possibilidade de acirramento dos conflitos pelo uso do território em áreas de recursos minerais. Lançado em fevereiro de 2010, pelo Ministério de Minas e Energia (MME, 2011), o Plano Nacional da Mineração (2010-2030) ou conhecido como: PNM 2010-2030 é o quarto plano da mineração brasileira, já que o último foi elaborado em 1994. Além disso, é a primeira vez em que o país faz um planejamento de duas décadas para o setor com a colaboração dos mais diversos atores relacionados - direta e indiretamente- com o setor mineral.

A elaboração deste Plano é resultado de estudos coordenados pelo Ministério de Minas e Energia e de diversas reuniões e oficinas temáticas com uma abordagem integrada, reunindo informações, conhecimento e experiências, com mais de 400 participações, segundo informações do Ministério de Estado de Minas e Energias. Segundo o Ministério das Minas e Energias (MME, 2011), este plano consiste em uma proposta de desenvolvimento apoiada em três diretrizes formada pelos pilares: i) governança pública eficaz, ii) agregação de valor e adensamento do conhecimento por todas as etapas do setor mineral e iii) sustentabilidade, sendo que tais diretrizes devem ser entendidas e deverão ser devidamente monitoradas pelo ministério, segundo o Estado brasileiro.

O destaque a ser dado a esse plano está diretamente ligado à expectativa de que a mineração brasileira terá investimentos de cerca de R\$ 350 bilhões nos próximos 20 anos, meta estipulada pelo governo federal no Plano Nacional de Mineração (PNM) 2030. Além disso, o plano aponta que a produção mineral tende a aumentar em até cinco vezes, tanto para atender o consumo interno quanto para exportação. Entretanto que grande parte desses investimentos serão - em sua

maioria- da iniciativa privada, ~~que~~ incluindo pesquisa mineral para expansão ou descoberta de jazidas, abertura de novas minas e implantação de unidades de transformação mineral.

Diante dessas informações, esse artigo se propõe em abordar e debater de forma breve o conteúdo apresentado pelo PNM 2010-2030, analisando criticamente seus desdobramentos e as lacunas que ele apresenta, frente ao atual e futuro cenário do setor mineral no país. Além disso, é importante contribuir para uma apreciação quanto ao papel da mineração no contexto geopolítico internacional, e a dicotomia entre os tempos da natureza e o tempo do capital (ALTVATER, 1993), além de destacar a importância da participação da sociedade civil, já que os bens do subsolo pertencem a união.

Queremos contribuir para o debate democrático dentro de um cenário perverso de pobreza e riqueza, de falta de transparência nos gastos da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e das taxas de mineração, além do papel da ciência e tecnologia a favor das sociedades locais, para não serem “meros peões de obras” nos grandes empreendimentos mineradores. Apesar dos avanços, reconhecemos que ainda são ínfimos diante da importância fundamental dos minérios para o desenvolvimento do país, que acaba a serviço dos países centrais em detrimento de nossa sociedade.

A análise do PNM é um alerta para o Novo Código da Mineração (PALHETA DA SILVA; CHAGAS, 2020), sem amplo e contínuo debate e sem a presença efetiva da sociedade civil organizada, corremos o risco de anular as possibilidades de conquistas da mineração e de outras atividades, que em muitos casos são mais fundamentais as sociedades locais do que a mineração (HOEFLICH; TRZASKOS, 2015), e que a mineração não pode ser a única forma encontrada em muitos territórios para chegarmos ao desenvolvimento social e econômico (VILLA VERDE; ALAMINO; ARAÚJO, 2014). É preciso no caso em que ocorra mineração, que ela seja o meio não o fim para novas possibilidades de desenvolvimento social e econômico (OLIVEIRA, 2014). Os interesses das empresas mineradoras já estão expostos nas políticas territoriais, mas qual os interesses das sociedades atingidas pelas atividades mineradoras e do próprio Estado que deveria ser o empoderador dessa questão?

## **A POLÍTICA TERRITORIAL DA MINERAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO**

Como anteciparmos-nos aos problemas das atividades de mineração? A imprensa brasileira divulgou com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2019), que existiam a época (2016) 16 barragens de mineração inseguras nos estados de Minas Gerais (3), Pará (3) e Amazonas (10). Os estados de Minas Gerais (MG) e Pará (PA) são os maiores estados mineradores. E o estado do Pará com a expansão da mineração em projetos de volumosos investimentos, receberá a maior parte dos investimentos da mineração.

O minério não dá em safra, ele se esgota, e pela sordidez do mercado dependendo de sua demanda, rapidamente esse determina a aceleração da exploração. É necessário um estado forte para resistir às pressões internacionais e colocar os recursos minerais estratégicos ao desenvolvimento da nação e a favor de sua sociedade, não contra, para

eliminar as possibilidades de uso futuro por parte dos que virão, mas para puxar um debate nada empírico do desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade existente é das empresas, ficando a insustentabilidade social, econômica e ambiental para a sociedade e o Estado, o qual acaba ficando com ônus da exploração predatória.

Esse exemplo deveria servir como sinal para ação do estado e da sociedade, outro exemplo desses desastres envolvendo a atividade mineral foi no município de Barcarena no estado do Pará.

Segundo o Brasil de Fato, em relação ao segundo maior estado minerador do Brasil,

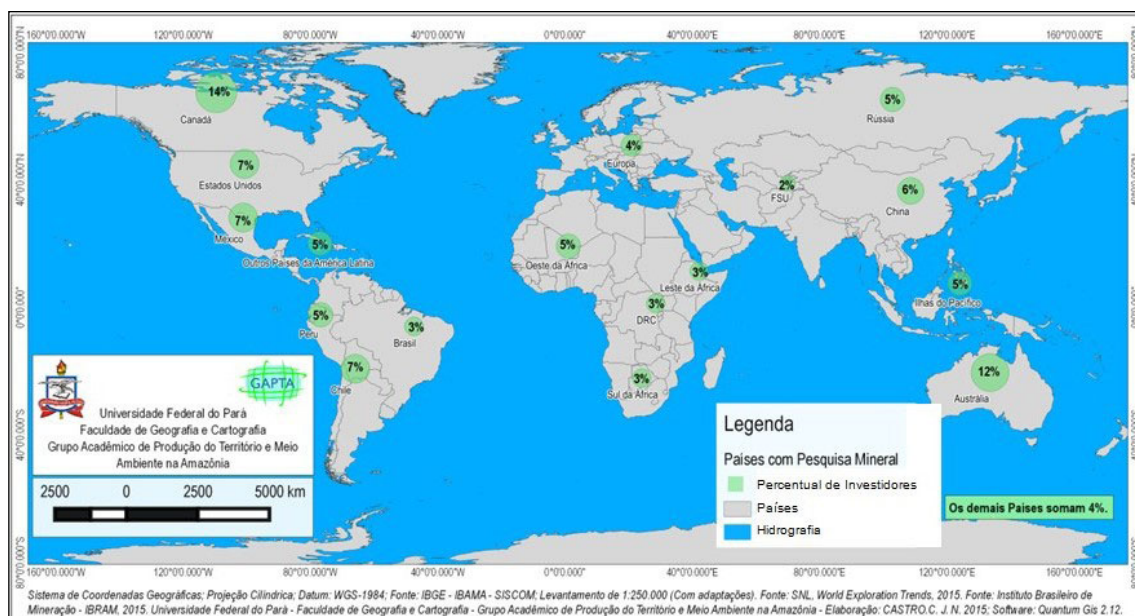
Em 17 de fevereiro, o Ministério Público (MP) do Pará recebeu diversas denúncias de moradores, preocupados com a situação. No dia seguinte, fiscais da Secretaria do Meio Ambiente do Estado (Sesma) inspecionaram a mineradora e informaram que não havia vazamento. Os laudos não convenceram. Acionado pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, O Instituto Evandro Chagas (IEC) coletou amostras de água para testes, e comprovou dias depois que as águas haviam sido contaminadas pelo vazamento de barragens da empresa Hydro Alunorte. A perícia constatou ainda a existência de um duto clandestino que conduzia resíduos poluentes para cursos d'água na região. (<https://www.brasildefato.com.br/2018/02/22/laudo-confirma-vazamento-e-contaminacao-de-rejeitos-de-mineradora-no-para/>).

Para os pesquisadores Espindola, Nodari e Santos (2019) o desastre socioambiental de Mariana (MG), levantou as seguintes questões: “devastação provocada pelo rompimento da barragem; caminho da lama e sucessivos impactos; reação e comportamento dos atingidos e dos representantes da empresa e dos governos; e as ações do Ministério Público (MP) federal e estadual” (ESPÍNDOLA; NODARI; SANTOS, 2019. p. 10).

O debate sobre a mineração como uma das questões geopolíticas mais importantes relacionadas aos recursos naturais (BUNKER, 2003) está longe de ser aquela questão de interesse nacional, onde a sociedade possa de fato decidir, principalmente, a sociedade diretamente envolvida. O primeiro passo é entender, dentro do PNM 2030, o contexto mineral expresso no plano, com a ausência de políticas integradoras do estado nacional, tratando a questão mineral na prática isoladamente como questão financeira em primeiro plano, e a sociedade raramente se apresenta como motora da história, dando espaço ao capital, sobretudo, o privado (PALHETA; MEDEIROS, 2014).

## **CAMINHOS E DESCAMINHOS DA QUESTÃO MINERAÇÃO NO BRASIL**

O PNM é pensando dentro de um contexto de estabilidade econômica e ampliação das reservas internacionais, aumento do emprego formal, dos salários, nível de renda dentre outros. Apesar da crise que hoje (2020) enfrentamos, a perspectiva dos investimentos no setor de mineração é otimista. O problema é se preocupar com os lucros, levando pouco em consideração as sociedades afetadas e quais os reais interesses sobre os recursos minerais.



**Figura 1.** Percentual de Investimentos Privados no Mundo em 2014.

Na Figura 1, o total de investimento privados no mundo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) chegou a US\$ 11,4 bilhões, em 2014, distribuídos em diversos países e apenas 3% desses investimentos tiveram como destino o Brasil (IBRAM, 2015). Diante disso, questiona-se: como garantir às sociedades locais e nacional a real apropriação dos recursos do subsolo que por direito pertence à união, tornando um estado forte e não sujeito às influências internacionais da forma como vem ocorrendo? Diante não somente da crise política e econômica que enfrentamos, mas também da preocupação, a longo prazo, no destino da mineração, é necessário pensar nas políticas de formas integradoras, respeitando as particularidades de cada região e de suas culturas é um desafio saudável aos que defendem a diminuição das desigualdades sociais.

A estatística do Índice do Relatório de Desenvolvimento Humano PNUD (PNUD/RDH, 2019) em algumas regiões mineradoras contrasta com a paisagem local, predominantemente pobre do entorno das cidades que possuem algum tipo de atividade mineral. Isso nos faz repensar se a forma como vêm ocorrendo as explorações minerais - a partir da segunda metade do século XX - e todo sistema socioeconômico, tem contribuído para que de fato as sociedades sejam realmente beneficiárias da exploração dos recursos naturais, como exemplo os minerais (BECKER, 2005).

Por outro lado, a forte concentração do PNM no mercado com intuito de assegurar a superação do déficit no consumo de materiais básicos, “tais como agregados, cimento, aço, cobre, alumínio”, não garante a multiplicação dos valores na cadeia produtiva, de forma que a sociedade possa se apropriar da riqueza produzida, a exemplo do alumínio e do cobre no estado do Pará (Região Norte do Brasil), a partir da verticalização da produção com agregação de valor ao produto, e principalmente ao trabalho, fundamental num modelo territorial com real desenvolvimento social (PALHETA DA SILVA; SILVA; CHAGAS; MEDEIROS, 2014).

As disparidades regionais tanto no consumo quanto no efeito multiplicador da cadeia produtiva da mineração, acelera as desigualdades locais. No PNM é destacado que os mercados internos precisam de infraestruturas e habitação, mas não fica claro como ocorrerá essa fusão nas políticas integradoras que considerem a mineração para sociedade brasileira não como fim, mas como meio de atingir outras atividades econômicas, e garantias de continuidade ao desenvolvimento socioeconômico (PALHETA DA SILVA, 2013).

Pode-se citar, como exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo benefício social é indireto, e em muitos casos nem indiretos. No PAC faltam políticas integradoras; vale ressaltar que a prioridade não está errada- voltar-se para as atividades de geologia, mineração e transformação mineral, entre outras- mas falta pensar no impacto sócio territorial, nos espaços políticos culturais, que estão fora do mercado que conecta o capital intensivo, nas políticas agrícolas e agrária, nas políticas urbanas, nas cidades que cresceram, sobretudo pela migração dos grandes empreendimentos de infraestruturas pensados para diversas regiões do país. Destaca-se que há uma distorção entre infraestrutura social e urbana, infraestrutura energética e a infraestrutura logística, que tem maior peso no plano, o que nos leva a repensar na estrutura desigual e produtiva do país, imposta pela regulação do mercado, sobretudo internacional (VALE, 2012).

Para Santos (2007),

A lógica do dinheiro das empresas é a lógica da competitividade, que faz com que cada empresa tornada global busque aumentar a sua esfera de influência e de ação para poder crescer. Os últimos anos são emblemáticos porque são o teatro das grandes fusões, tanto do domínio da produção material como no da produção de informação. Essas fusões reduzem o número de atores globais e, ao mesmo tempo, a partir da noção de competitividade, conduzem as empresas a disputarem o menor espaço, a menor fatia do mercado. (SANTOS, 2007, p.18)

O Plano Nacional da Mineração (PNM) se concentra nas ações das empresas, tentando garantir legitimidade a elas, no cenário mineral. A legitimidade de cada empresa depende de um conjunto de fatores, que necessariamente deveriam ser acompanhados pelo estado brasileiro em todas as esferas. A expansão do mercado de minérios por parte do capital privado nacional e internacional, não vem sendo acompanhado como deveria ser pelo estado brasileiro, preparando as suas sociedades para serem atores de suas próprias histórias, entregando a sorte dos locais nas mãos do capital, principalmente o internacional, sem nenhum compromisso com as localidades e com estado brasileiro. A flutuação dos preços impõe ao estado a inércia de acreditar que somente com a exploração e o extrativismo quase que *in natura* a riqueza produzida conduzirá ao desenvolvimento; seja qual for sua adjetivação, é distante a sustentabilidade socioeconômica sonhada por todos os brasileiros comprometidos com a melhoria de vida da nação (VILLA VERDE; ALAMINO; CHAVES, 2014).

O mercado global seleciona os territórios produtivos em diferentes escalas de produção industrial, especializando os lugares e ampliando as desigualdades territoriais. Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006), as especializações alienígenas alienadas,

Com a globalização e as exigências feitas pelo mercado global, algumas áreas do país acabam por ser consagradas a atividades mais competitivas, ligadas ou não à exportação, seja na agricultura, na indústria ou ainda nas atividades suporte, indispensáveis ao circuito total da produção (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 299).

A pressa em explorar os recursos minerais, tem levado aos problemas e desastres sérios, sem o estado preparar seus órgãos de regulação, fiscalização e controle, como foi o caso de Mariana em Minas Gerais e Barcarena no Estado do Pará, entregando as empresas a confiabilidade de seus atos. A economia mineral se desprende dos interesses da sociedade brasileira (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Caso não se crie a estrutura fundamental e necessária para garantir a confiabilidade das informações, é prudente acreditar nas empresas mineradoras?

A preocupação somente com a balança comercial brasileira esconde o papel da verticalização e do parque industrial brasileiro no atual modelo de produção dos espaços industriais em países como o Brasil. Esse desnível é destacado no PNM entre os bens primários e os manufaturados no saldo da balança comercial, e entre as regiões brasileiras. Outro destaque é a parceira comercial brasileira com a China, que concentra, por exemplo, a exportação de ferro para este país, mesmo ocorrendo as oscilações do mercado internacional, continua a aceleração das ilhas de Sintropias para Ásia (ALTVATER, 1993).

No caso de algumas regiões, como a Amazônica, o que mudou neste cenário de oscilações das *commodities* minerais foi a aceleração da exploração dos recursos naturais, mesmo com baixos valores dos produtos no mercado internacional (BUNKER, 2000).

O maior problema no que diz respeito à mineração está também relacionado à transformação dos produtos, criando cadeias produtivas agregadoras e multiplicadora de riqueza e de trabalho qualificado na sociedade brasileira, talvez enfrentássemos com mais autonomia a “crise mineral” e as crises econômicas nacional e internacional. O desafio parece, ao nosso ver, agregar valor ao produto e ao trabalho, fazer um estado forte às pressões, sobretudo internacional, e garantir a apropriação da sociedade sobre a riqueza produzida na exploração dos recursos minerais. Ou seja, ir além da geração de emprego e renda. Os indicadores sociais em cidades sedes de atividades mineradoras está longe de ser sustentável, na verdade a ideia de sustentabilidade (VILLAS BÔAS, 2011), parece ficar só no âmbito do discurso das empresas mineradoras que possuem tecnologias; fora da empresa a atividade não é nada sustentável, e ainda acaba sendo para maioria da sociedade insustentável.

Para Santos (2006), a globalização econômica modifica os lugares e realiza o comando econômico voltados a ideia dos bens da natureza a serviço do capital. Ainda segundo Santos (2006),

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades



alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra. (SANTOS, 2006, p. 51)

Na verdade, em alguns casos, a economia nacional está sendo engolida pela internacional, pelo pouco poder de ousadia do estado nacional em multiplicar qualitativamente os centros de saberes da sociedade, em setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, e pela falta de conhecimento do território e investimentos pesados em ciência e tecnologia (VALE, 2012). O problema de algumas regiões mineradoras é a continuidade da exportação em forma quase bruta. Como destaque o PNM, embora indique variáveis importantes para mudança institucional, não aponta como devemos superar o atual modelo de produção econômica, que (des)organiza os territórios. Ao nosso ver, o problema da análise é considerar apenas a economia mineral, sem haver no plano propostas de como inserir a sociedade, nem como criar alternativas integradoras junto com a mineração (BOAS; BEINHOFF, 2002).

A tentativa de mapear todo território nacional - se não acompanhada de políticas integradoras que considerem os reais interesses do Estado e das sociedades diretamente atingidas - só vai acelerar a exportação mineral, continuando com pouca agregação de valor ao produto e ao trabalho nas regiões ricas em recursos naturais. Conflitos pela posse e uso da terra, garimpagem, terras indígenas, empresas mineradoras, dentre outros conflitos precisam fazer parte da pauta de uma agenda nacional e local envolvendo diferentes atores sociais direta e indiretamente afetados, no processo de produção do espaço e uso dos territórios.

O conhecimento geológico produzido se não acompanhado do conhecimento socioeconômico-cultural, acarretará o erro histórico do Estado não conhecer de fato seu território. E, não será possível planejamento eficiente e eficaz sem o conhecimento integrado do território, para geração de cadastros territoriais com múltiplas finalidades, no planejamento verdadeiramente democrático.

Em se tratando do mapeamento regional, até o final de 2010, o Brasil, segundo dados do PNM, possuía 50% do território amazônico na escala de 1:250.000 e 40% não-amazônico na escala de 1:100.000, considerando o restante com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), que deveria ser concluído em 2014, a cartografia terrestre, cartografia geológica e a cartografia náutica, gerando cartas topográficas 1:100.000 e 1:50.000, cartas geológicas 1:100.000 e 1:250.000 e aerogeofísicos e cartas náuticas na escala de 1:100.000. Esses produtos deverão orientar o mapeamento do território, o que deveria ir além da base técnica, mas também alcançar as esferas do estado e da sociedade para fins de ordenamento do território.

O crescimento urbano, a migração, os problemas de saneamento básico, de educação e saúde, por exemplo, deveriam receber o conhecimento técnico e orientar políticas públicas, principalmente nos locais atingidos pelas atividades de mineração. No que diz respeito à geodiversidade que a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), desenvolveu para fins de planejamento e gestão do território, o PNM destaca que estão disponíveis na escala de 1:750.000 ou 1:100.000, alguns estados. Embora apareça Minas Gerais, o estado

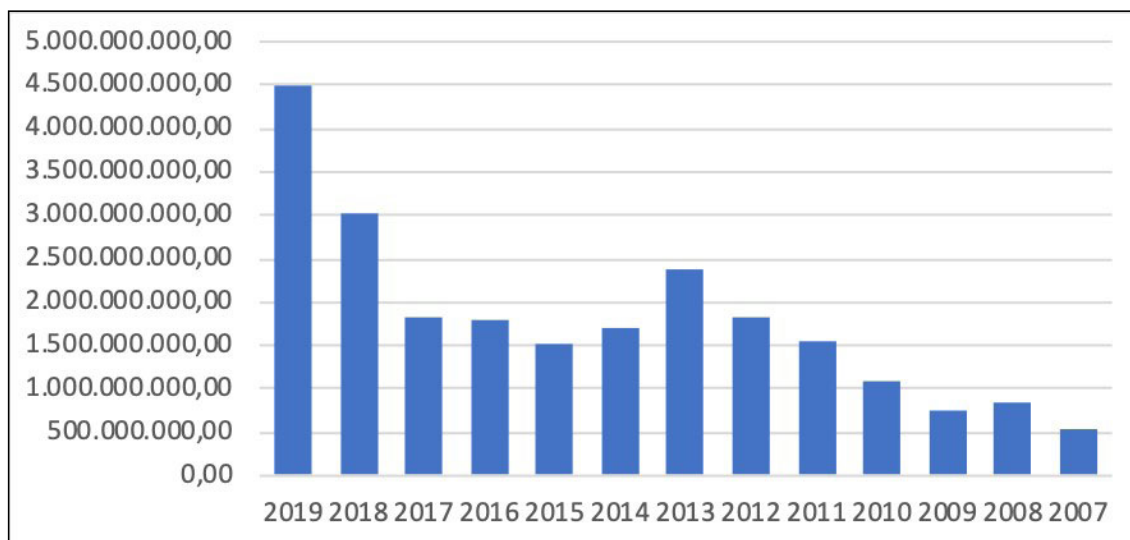
do Pará, um dos principais estados mineradores, e aquele que recebera o maior volume de investimentos da mineração no estado brasileiro, não aparece relacionado no estudo.

A mineração, embora pese na balança comercial brasileira, contribuindo significativamente na economia, ainda está longe de ser uma economia de justiça social nos locais onde ocorre a exploração mineral. Na Amazônia, por exemplo, a pobreza nas cidades mineradoras predomina como paisagem marcante do espaço geográfico, a Entropia do lugar em contrapartida pela exportação das Ilhas de Sintropias (ALTVATER, 1993), direcionadas para o mercado internacional, demonstrando a riqueza e a pobreza dos lugares alvos de exploração por parte dos grandes empreendimentos econômicos.

Para Santos e Silveira (2006),

A ideia de espaços da rapidez e espaços da lentidão também pode ser cotejada com a noção de espaços do mandar e do fazer e de espaços do mandar e do obedecer, admitindo-se que o fazer sem mandar e o obedecer podem produzir a necessidade da existência de vias sem, obrigatoriamente ostentar a mesma presença que nos espaços do mandar. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 263).

Uma das fontes advindas da mineração, a CFEM (Figura 2), que deveria ser um indutor de mudança qualitativa se aplicada corretamente e democraticamente com a participação da sociedade civil, não se espraia no território de muitas cidades mineradoras. Os volumes que são arrecadados pela atividade de exploração ficam a desejar na sua aplicação em saúde, educação, infraestrutura e meio ambiente. Na verdade, esses são problemas crônicos que deveriam ser solucionados em parte pela CFEM, mas não é o que acontece quando olhamos a paisagem local, de muitas cidades mineradoras.

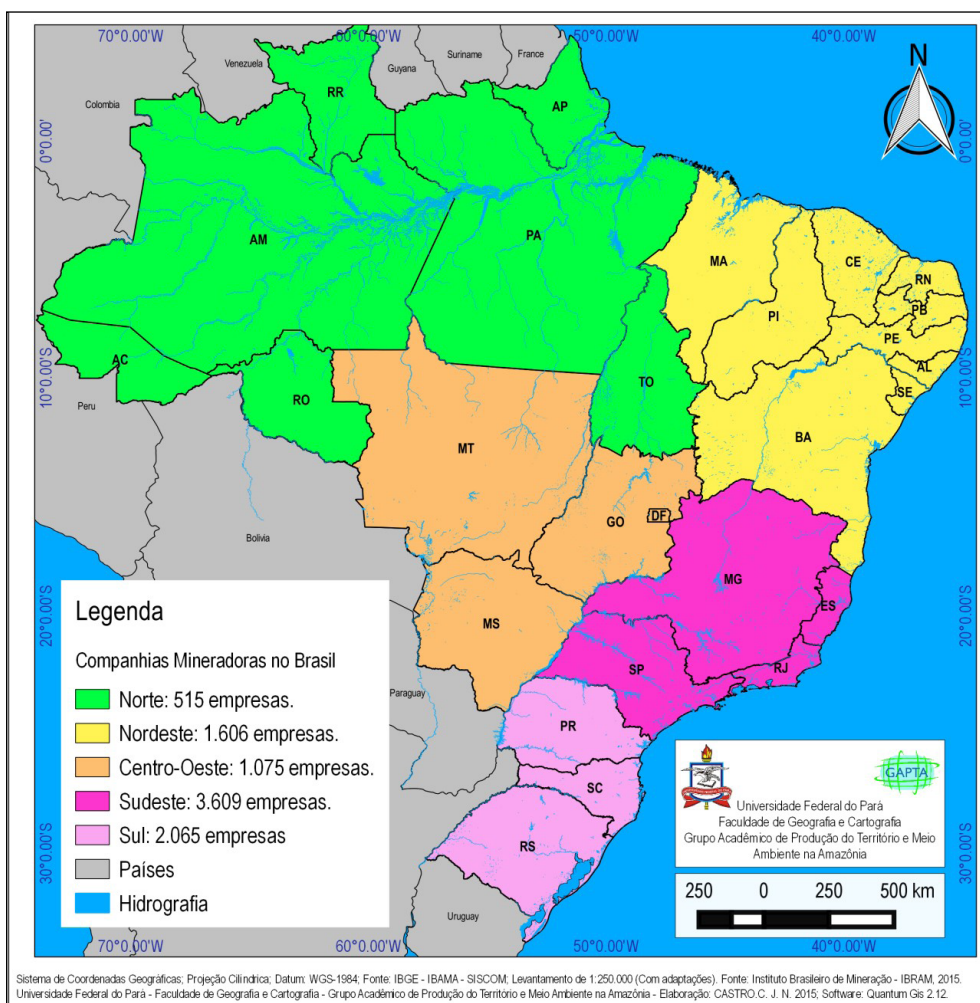


Fonte: IBRAM, DNPM, SGM (2020).

**Figura 2.** Arrecadação da CFEM no Brasil.

A arrecadação total da CFEM no país em 2019 atingiu R\$ 4,5 bilhões. Minas Gerais registrou a segunda maior arrecadação, com R\$ 1,8 bilhões, perdendo apenas para o Pará (R\$ 2,2 bilhões). O município de Parauapebas no estado do Pará foi o campeão nacional de arrecadação, seguido dos municípios de Canaã dos Carajás (PA), em segundo lugar, Congonhas (MG), em terceiro. O *ranking* nacional de arrecadação do recurso e a participação relativa dos dez municípios no total nacional, dois estão no estado do Pará e outros 8 no estado de Minas Gerais (PALHETA DA SILVA, 2013).

As arrecadações provenientes da exploração mineral (CFEM), como podemos observar na Figura 2 se concentra mais na região sudeste brasileira. Segundo o relatório do PNM, com dados do DNPM, existiam 2.647 minas, em 2015. Segundo o mesmo DNPM, esse volume subiu para 8.400 minas, o mesmo não foi acompanhado do número de técnicos para atuar no controle, fiscalização e no monitoramento dessas novas minas. Nenhuma uma radiografia fiel da situação de cada uma dessas minas de forma sistematizada e integradora (no território brasileiro de forma consolidada), como podemos evidenciar no caso de Mariana, ou nas denúncias das 16 barragens consideradas inseguras, como já dito anteriormente, são colocadas como os cenários seguro de impactos socioeconômico-ambientais para a sociedade brasileira.



**Figura 3.** Quantidade de Companhias Mineradoras no Brasil em 2013.

Segundo dados do IBRAM, 2015 (Figura 3, adaptado pelo GAPTA), o Brasil possuía no ano de 2013, 8.870 empresas mineradoras, em diversas regiões do país, a maior concentração delas no sudeste e sul. Embora o destaque maior seja para grandes empresas mineradoras, há existência das médias, pequenas e micro que fazem parte desse conjunto (são as que predominam), que espacializadas criam as possibilidades de aumento da arrecadação da CFEM no país, e ao mesmo tempo acende um alerta a partir do evento catastrófico ocorrido em Minas Gerais, com as barragens de rejeitos em Mariana, e as ocorridas no município de Barcarena no estado do Pará.

O setor mineral ocupa cerca de 0,6% de todo território nacional e produz mais de 2 bilhões de tonelada de minérios por ano. Ademais, o setor contribuiu com 52% do saldo da balança comercial do Brasil em 2019, somando US\$ 32,5 bilhões em exportações e 400 milhões de toneladas movimentadas nos portos brasileiros. Segundo levantamento realizado pelo IBRAM (2020), o Brasil possui 9.415 minas em regime de concessão de lavra, distribuídas entre grandes, médias, pequenas e microempresas. A mineração no país é majoritariamente composta por micro e pequenas empresas (87%). Em termos econômicos, a indústria da mineração contribuiu com 16,8% do PIB da indústria nacional, com faturamento de US\$ 38 bilhões em 2019. Além disso, gera 190 mil empregos diretos e mais de 2 milhões indiretos.

## **A TRANSFORMAÇÃO MINERAL E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

O item mais desafiador para o Estado brasileiro no PNM trata da transformação mineral, pois além dela envolver a agregação de valor ao produto tem a necessidade de pensar a agregação de valor ao trabalho. Agregando mais valor que as outras etapas da cadeia produtiva, segundo o PNM 2030 a transformação mineral é “o elo da cadeia mineral que faz interface com o setor secundário da economia, agregando valor e gerando emprego a partir da mineração” (MME/PNM, 2011, p. 31).

Para Santos e Silveira (2006),

No momento atual da globalização, e com o avanço do processo de fusões, as lógicas ditas globais ampliam e aprofundam sua força. Quando examinamos o processo de adoção dessas lógicas planetárias, o chamado imperativo de exportação é outro dado a ser levado em conta na medida em que acelera a necessidade de adoção dos modelos da econômica global (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 258)

O desafio é multiplicar a riqueza produzida na cadeia produtiva da mineração, criando a integração dos sistemas econômicos e gerando justiça social a partir da mineração, associando a mineração a outras atividades econômicas. Diferente de outras atividades econômicas, a mineração não dá em safra, ela é finita, e, portanto, não pode servir somente aos interesses internacionais, precisa contemplar as sociedades atingidas,

criando outras possibilidades para além da economia da mineração. Nesse pseudo elo, os produtos metálicos pesam na balança comercial e segundos dados do PNM 2030, em 2008 responderam por 75% das exportações, sendo a siderurgia o principal elemento. No mesmo ano o setor de transformação gerou 903 mil empregos.

Quanto ao consumo energético do setor mineral brasileiro, observou-se uma retração de 4,2 milhões de tep (tonelada equivalente de petróleo) no seu consumo final em 2018. A contribuição da redução do consumo no setor de transformação de não ferrosos e outros da metalurgia fez com que a demanda energética desse segmento caísse -20,2% em relação a 2017. Em termos de emissões de dióxido de carbono associadas à matriz energética, o Brasil emitiu cerca de 416,1 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente, sendo que 78,4 Mt CO<sub>2</sub>-eq (18,8%) originam-se do setor industrial. Segundo o Balanço Energético Nacional do Ministério de Minas e Energia (MME, 2019), as emissões por habitante, produzindo e consumindo energia em 2018, alcançou uma emissão média de 2,0 t CO<sub>2</sub>-eq.

## OS PRINCIPAIS BENS E PRODUTOS MINERAIS

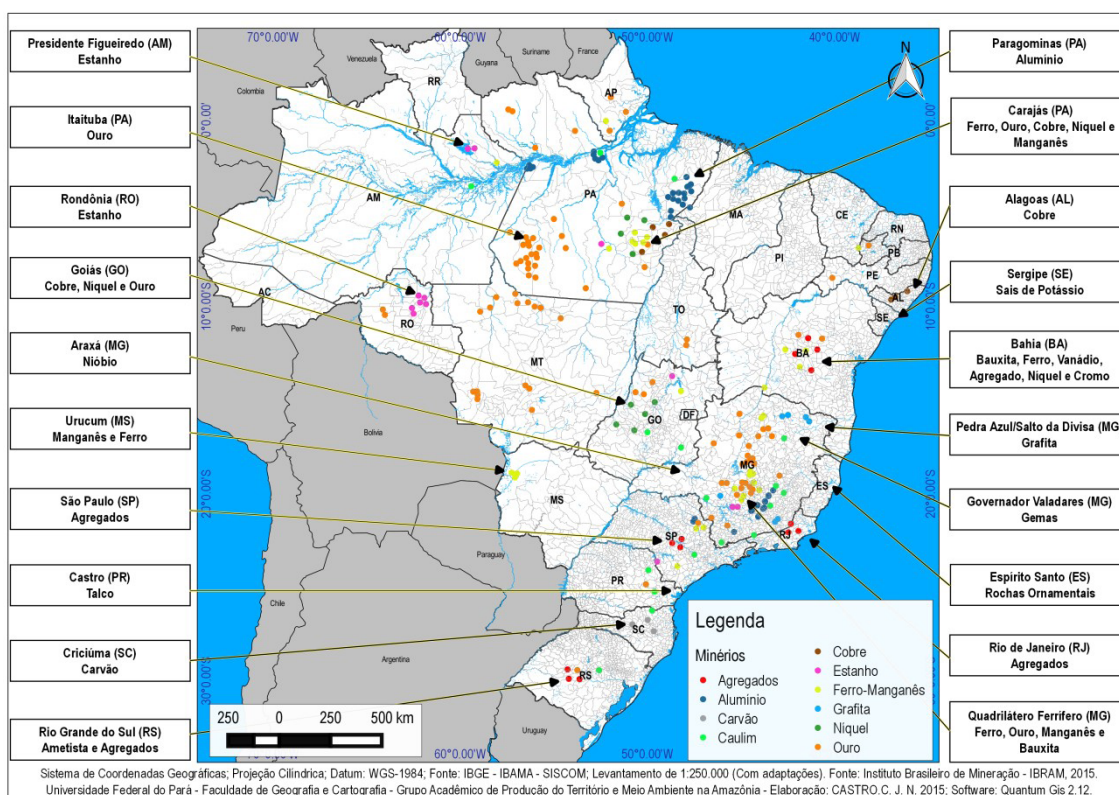
Nesse segmento da mineração a cadeia minero-siderúrgica, merece destaque a exploração do minério de ferro. O Brasil é segundo maior produtor mundial, com tendência a ampliação dessa produção com os projetos a serem instalados ou já entrando em funcionamento na Amazônia como o projeto ferro S11D, na cidade de Canaã dos Carajás na região sudeste do Pará.

Segundo o PNM 2030,

A mineração de ferro tem posição de destaque, respondendo, em 2008, por 61% do VPM, com produção de 351 Mt. Desse total, o mercado interno absorveu 120 Mt, 65 Mt para a fabricação de ferro-gusa e 55 Mt para a produção de pelotas, das quais 90% se destinaram à exportação. Portanto, o consumo efetivo de minério de ferro no País se limita a 20% (70 Mt) da produção nacional. Em 2008, as exportações de minério de ferro e pelotas totalizaram 84%, em valor, das exportações de minerais e 8,3% das exportações totais do País. O mercado externo absorveu 80%, 231 Mt de minério (granulado, *sinter feed* e *pellet feed*) e 50 Mt de pelotas, o que gerou a cifra de US\$ 11 bilhões e US\$ 5,4 bilhões, respectivamente. (MME/PNM, 2011, p. 36).

O destaque para os 20 depósitos minerais que existem no Brasil com dados do IBRAM de 2014, cinco se encontram na região Norte do país, concentrando cerca de 10 tipos de substâncias minerais (Figura 4). Destaca-se a exploração do minério de ferro que vem acelerando a exportação brasileira, mesmo com a flutuação dos preços no mercado internacional, enquanto o aço manteve o Brasil na nona posição. No período de 2009, o Brasil segundo dados do PNM, possuía “27 usinas siderúrgicas, 12 integradas e 15 semi-integradas de propriedades de 13 grupos empresariais” (MME/PNM, 2011).

p.37), evidenciando-se dois polos de ferro-gusa, um no estado de Minas Gerais e outro no corredor de Carajás, entre os estados do Pará e Maranhão. O grande problema desse setor é o carvão vegetal utilizado nos altos fornos. Garantir que o carvão não venha do desmatamento ilegal é um desafio para os órgãos responsáveis pela regulamentação e controle, além da confiabilidade da certificação do carvão utilizado nesse setor.



**Figura 4.** Principais Depósitos Minerais no Brasil em 2014.

Em regiões como a Amazônia, será difícil acreditar no uso correto da floresta, devido ao histórico de infrações e desmandos na região, que, apesar dos avanços, cria a dúvida na origem da madeira extraída para diversas finalidades. Vale ressaltar que o destino da maior parte dos recursos em investimentos na mineração é para região Norte; dito isso, não custa duvidar, nem abrir os olhos para os interesses exclusivos à região, que venham a explorar ou acelerar a exploração de ferro-gusa, ferro-liga, manganês, nióbio, cromo, cobre, bauxita, níquel e alumínio, abundantes na região amazônica. Ou ainda estanho, zinco, chumbo, ouro, caulim, crisotila, urânio e diamantes fundamentais ao Estado, por essa razão a geopolítica dos recursos minerais está longe de contemplar a sociedade brasileira, enquanto as políticas territoriais favorecerem o capitalismo internacional.

O PNM, além de destacar os novos desafios, enfatiza a necessidade de dirigir esforços “no mapeamento geológico e a necessidade de ampliação e agregação de valores nas etapas do setor mineral”. A presença da ideia da responsabilidade ambiental, da justiça social e da viabilidade econômica se faz presente; entretanto, como garantir essa



tríade integrada, pela pressão de se fazer projeto “a qualquer custo”, pela pressão do mercado mundial? Fica duvidoso o tripé, tendendo mais para o econômico e menos para o ambiental e para social, o que pode ser comprovado pela tragédia de Mariana e de Barcarena. Diante dos desastres que ocorreram e da problemática da responsabilização, a demora em recuperar não só o meio físico, mas sobretudo como mensurar a dor da perda das particularidades sociais ali envolvidas e encoberta pela lama comercial e pela água contaminada, é menos importante para as políticas públicas cuidar de suas sociedades do que os da pressão de produzir mais e mais.

A maior prova de que a justiça social nesse tripé é menos importante está neste episódio das barragens de Mariana e Barcarena, colocando em xeque o setor mineral e a sustentabilidade. O desafio do setor mineral será a credibilidade de que a sustentabilidade aliada à geodiversidade, a partir da exploração mineral, orientará o ordenamento do território com justiça social. O próprio conceito de ordenamento do território é amplo e às vezes sem nenhum consenso, ou seja, é mais plural do que consensual, ficando vago a ideia de administração geográfica do espaço, principalmente no controle e fiscalização dos grandes empreendimentos econômicos que exploram recursos minerais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As cidades mineradoras deveriam, por exemplo, criar seus próprios Cadastros Territoriais Multifinalitários, aliados aos planos municipais de mineração, aproximando as sociedades e incluindo-as numa agenda que represente os verdadeiros interesses das localidades atingidas pela atividade mineradora os conselhos pela cidadania na mineração. Não é possível um planejamento adequado sem conhecimento do território. É necessária uma política integradora que não apenas contemple a mineração, mas sim as sociedades, principalmente as diretamente impactadas pelas atividades mineradoras.

Como bem destaca o PNM, a mineração é uma atividade que apresenta diversas formas de riscos, como “invalidade por doenças crônicas ou perda da capacidade laboral, até a morte por acidentes” (MME/PNM, 2011. p. 53), e a lavra apresenta “maior risco para a segurança e saúde do trabalhador”. Diríamos que além do trabalhador, a sociedade, as barragens que se romperam em Minas e as que estão sob risco, tornaram-se o “Vesúvio da Mineração”, soterrando na lama cidades e pessoas em Minas Gerais, uma verdadeira “Pompéia” em tempos de globalização, ou seja, tornaram-se também ameaças à saúde e à vida das comunidades que estão sob área de influência das barragens, sem falar no prejuízo ambiental sem proporções. Então, como mitigar os danos sociais e do ecossistema?

Apesar de todos os avanços no sistema de segurança e saúde, segundo afirmativa do PNM “os acidentes e mortalidades se mantêm elevados” (MME/PNM, 2011. p. 54), e são os recursos públicos que acabam assumindo os longos tratamentos e as aposentadorias precoce, segundo o próprio PNM, esse fato também merece destaque e, ao mesmo tempo preocupação nas políticas públicas, com aumento da procura das empresas pela exploração mineral.

Outro ponto apresentado diz respeito à mineração em áreas de restrição legal. Ocorre pela pressão do aumento da produção mineral, mas o que está em jogo nesse contexto de pressão pelo aumento da produção e os interesses nacionais, e, sobretudo, das comunidades atingidas diretamente? Embora o conceito de Segurança Nacional limite para exploração ao capital majoritariamente internacional em áreas de fronteira, nada garante a apropriação de forma indireta dos recursos pela economia internacional. Embora, ocorra restrição no final da cadeia à apropriação não será do capital nacional sob o domínio dos recursos minerais.

A expansão das atividades de mineração tem que fazer parte de uma agenda nacional com ampla participação das sociedades diretamente atingidas, índios, quilombolas, trabalhadores rurais dentre outros historicamente excluídos do poder de decisão sobre o uso dos recursos naturais no Estado brasileiro.

Há uma diferença entre o tempo do capital e o tempo da natureza, os dois são dicotômicos, quando comparamos atuação do capitalismo, sobretudo internacional e os interesses das sociedades locais. As chamadas ilhas de Sintropia estão rapidamente sendo apropriadas pelas sociedades modernas detentoras de capital e tecnologia, usando os recursos para dinamizar seu desenvolvimento social e econômico, ficando para os países exportadores de Sintropia a pobreza local como resultado do processo de apropriação desigual do modo de produção capitalista na exploração dos recursos minerais.

A natureza levou milhares e milhares de anos para colocar na forma atual as jazidas minerais. Entretanto, sobre atuação imediata do capital para uso dos recursos transformado em mercadorias, em pouco tempo as sociedades detentoras de recursos naturais vão ficando sem seus bens valiosos que poderiam estar sendo usados para dinamizar as sociedades locais, enquanto se alegra o Estado, iludido pelo desenvolvimento capitalista contraditório e pela geração de emprego com baixo valor agregado e renda mal distribuída pela econômica mineral.

Esse modelo territorial contraditório coloca em risco não somente as sociedades tradicionais, mas os ecossistemas antes protegidos por lei ambiental, agora sujeitos a exploração do mercado, que tem pressa em transformá-los em produtos, mercadorias a serem consumidas diferente pela sociedade mundial. Isso nos permite questionar quem nos garantirá que as regras para pesquisa e lavras serão respeitadas em áreas de uso sustentável? Quanto vale um ecossistema pela pressa do capital? Quanto vale a vida de comunidades que depende do uso da floresta de forma diferente da forma pensado pelas grandes empresas de mineração? Quanto vale renunciar à soberania nacional pelo uso dos recursos naturais a favor do grande capital?

A dinâmica territorial capitalista nas áreas especiais está longe, em muitos casos, de consolidar seus planos de manejos, que, por vezes, nem existem. Assim sendo, algumas questões devem nortear nossas reflexões: Como garantir que as regras de uso, que serão determinadas nos planos, não terão a mesma pressa e fragilidade dos planos diretores urbanos das cidades em muitos casos. Políticas criadas para antes para inglês ver, e hoje (2020) diante da pressão chinesa sobre os recursos naturais, virou para chinês ver? ICMBIO, IBAMA,



terão capacidade técnica e humana para dar conta da extensão e problemas enfrentados nas unidades de conservação? E, o que falar do extinto DNPM (hoje, Agência Nacional da Mineração) que mal consegue caminhar diante da dimensão dos problemas da mineração e da extensão de empreendimentos para fiscalização coerente? Mariana e Barcarena revelaram outras fragilidades do sistema dos nossos órgãos responsáveis pela mineração no país.

## REFERÊNCIAS

- ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo. UNESP, 1993.
- BECKER, K. B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamund, 2005.
- BOAS, R. C. V; BEINHOFF, C (Eds). **Indicadores de sostenibilidad para la indústria extrativa mineral**. Rio de Janeiro. CNPq/CYTED, 2002.
- BRASIL de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/22/laudo-confirma-vazamento-e-contaminacao-de-rejeitos-de-mineradora-no-para/>. Acesso em 10 de jan. 2020.
- BUNKER, Stephen G. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. Belém, **Novos Cadernos NAEA**. v. 6, n. 2, p. 5-38, dez. 2003.
- DEPARTAMENTO Nacional de Produção Mineral. **Informe Mineral**. Brasília, DNPM, junho/julho de 2019.
- DEPARTAMENTO Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral**. Brasília, DNPM, 2019.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen; NODARI, Eunice Sueli; SANTOS, Mauro Augusto dos. Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 39, no 81, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472019v39n81-07>
- HOEFLICH, Ronile; TRZASKOS, Barbara. Análise comparativa entre o código de mineração vigente desde 1967 e o substitutivo ao projeto de lei nº 37, de 2011. São Paulo, UNESP, **Geociências**, v. 34, n. 3, p.452-464, 2015. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2019\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf). Acessado em jan. 2020.
- INSTITUTO Brasileiro de Mineração – IBRAM. **Economia Mineral**. Brasília, Fevereiro/2015. Disponível em: [WWW.ibram.org.br](http://WWW.ibram.org.br). Acessado em dez de 2020.
- INSTITUTO Brasileiro de Mineração – IBRAM. Brasília: **Economia Mineral**. Brasília, Fevereiro/2020. Disponível em: [WWW.ibram.org.br](http://WWW.ibram.org.br). Acessado em jan. de 2021.
- MINISTÉRIO de Minas e Energia. **Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM –2030)**. Brasília, MME, 2011.
- OLIVEIRA, Clarissa. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração**. Brasília, Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, Rio de Janeiro, 2014.
- PALHETA DA SILVA, J. M; C. N. SILVA; G. R. N. MEDEIROS. Territórios com mineração na Região Sudeste do Pará – Norte do Brasil. **Revista da Associação Nacional**

- de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE).** p.281-308, V.11, n.15, jan-jun. 2015. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6456/3402>. doi: 10.5418/RA.1115.0011. Acessado em dez 2020.
- PALHETA DA SILVA, J. M; CHAGAS, S. F P. Para Quem serve o Novo Código da Mineração. **Revista do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD.** V 11, n21, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/12056>. <https://doi.org/10.30612/el.v11i21.12056>. Acessado em jan. 2021.
- PALHETA DA SILVA, J. M; MEDEIROS, G. R. N. Geografia econômica e mineração no Pará: (Des) ordenamento territorial em Carajás. In.: **XIV SIMGeo – Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento**, 16 a 19 de setembro de 2014, Florianópolis, Santa Catarina, p.01-16. DOI:10.13140/RG.2.1.4314.5767. Acessado em nov 2020.
- PALHETA DA SILVA, J. M. **Território e mineração em Carajás.** Belém, GAPTA/UFPA, 2013.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel, 1998.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Técnica.** São Paulo: Nobel, 1992.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro, Record, 2006.
- SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina. 2007.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- VALE, M. **Conhecimento, inovação e território.** Lisboa, Edições Colibri, 2012.
- VILLA VERDE, R. B. R; ALAMINO, R. C. J; CHAVES, F. R. Os desafios da extração mineral na Região Norte em prol do desenvolvimento socioeconômico. IN: FERNANDES, F. R. C; ALAMINO, R. C. J; ARAÚJO, Elaine (eds.). **Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos.** Rio de Janeiro, CTEM/MCTI, 2014. p. 13-116.
- VILLAS BÔAS, H. C. **A indústria extrativa mineral e a transição para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro, CETEM/MCT/CNPq, 2011.

---

# O AVANÇO DO ATRASO: A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO DO SUL

THE ADVANCE OF BACKWARDNESS: THE TERRITORIALIZATION OF AGRIBUSINESS IN MATO GROSSO DO SUL

EL AVANCE DEL RETRASO: LA TERRITORIALIZACIÓN DEL AGRONEGOCIOS EM MATO GROSSO DO SUL

Amanda Júlia de Freitas Mariano<sup>1</sup>

Jodenir Calixto Teixeira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo é fruto de discussões iniciadas no mestrado, sendo a dissertação o produto final, intitulada: A construção de uma cidade do agronegócio: a territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul-MS e defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 2021. Objetivamos nesse artigo compreender o avanço do agronegócio nas terras sul-mato-grossenses, a partir da política de ocupação da região Centro-Oeste, financiada pelo Governo Federal através de leis, decretos, programas e incentivos fiscais e governamentais, que tornaram Mato Grosso do Sul um estado com altíssimos graus de concentração fundiária, e territorialização do agronegócio, principalmente, através dos monocultivos de eucalipto, cana-de-açúcar e soja.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Territorialização. Mato Grosso do Sul.

**ABSTRACT:** This article is the result of discussions started in the master's degree, with the dissertation being the final product, entitled: The construction of a city of agribusiness in Chapadão do Sul-MS and defended at the Federal University of Mato Grosso, from the occupation policy of the Central-West region, financed by the Federal Government through laws, decrees, programs and fiscal and governmental incentives, which made Mato Grosso do Sul, a state with very high degrees of land concentration, and territorialization of agribusiness, mainly through monocultures of eucalyptus, sugarcane and soybeans.

**Keywords:** Agribusiness. Territorialization. Mato Grosso do Sul.

---

<sup>1</sup> Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-CPTL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1129-3649>. E-mail: [amandajfmariano@gmail.com](mailto:amandajfmariano@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor Doutor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-CPTL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8226-3685>. Email: [jodenirc@gmail.com](mailto:jodenirc@gmail.com).

Artigo recebido em março de 2022 e aceito para publicação em junho de 2022.

**RESUMEN:** Este artículo es el resultado de discusiones iniciadas em la maestría, siendo el producto final la disertación, titulada: La construcción de una ciudad agroindustrial: la territorialización de la agroindustria en Chapadão do Sul-MS y defendida en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul en 2021. Nuestro objetivo en este artículo es comprender el avance de la agroindustria em el sur de Mato Grosso, a partir de la política de ocupación de la región Centro-Oeste, financiada por el Gobierno Federal a través de leyes, decretos, programas e incentivos fiscales y gubernamentales, lo que hizo de Mato Grosso do Sul un estado com altísimos grados e concentración de la tierra y territorialización de la agroindustria, principalmente a través de los monocultivos de eucalipto, caña de azúcar y soja.

**Palavras-clave:** Agroindustria. Territorialización. Mato Grosso do Sul.

## INTRODUÇÃO

O espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente. É o resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade e pelo capital (SANTOS, 1985)

A formação do estado de Mato Grosso do Sul se iniciou pautada na lógica capitalista da terra, por meio do processo de apropriação de terras, sendo o cerne da atual configuração agrária do estado à política de incentivos fiscais e creditícias formulada pelo Governo Federal e que permitiu às empresas nacionais e multinacionais se instalarem no território, além de transformar os capitalistas da cidade em empresários rurais, acentuando a concentração fundiária.

Dialogamos com Saquet (2013) ao afirmar que além de abrigo, o território também atua como receptor de investimentos, ou ainda, segundo Santos (1982) a dimensão histórica é necessária para ir além de um nível de análise superficial, de forma que a situação atual depende, por isso, de influências históricas. Assim, compreendemos o modelo capitalista agrário em que está inserido Mato Grosso do Sul.

É na lógica capitalista que ocorre a ideologia de mercantilização da terra, decorrente da Lei nº601 de 1850, a Lei de Terras, onde as propriedades só poderiam ser adquiridas mediante a compra. Stédile (1997) afirma que a lei discriminava pobres e escravos recém-libertos, pois nenhum desses possuíam recursos para a compra das terras.

Nessa lógica está inserido Mato Grosso do Sul, que teve os primeiros resquícios de ocupação quando o estado ainda era pertencente a Mato Grosso, com a atividade de mineração, no período colonial (1530-1815). A mineração atraiu certa quantidade de migrantes para a região, contudo, no final do século XVIII houve o declínio da atividade mineradora (TEIXEIRA e HESPAHOL, 2006).

Posteriormente ao extrativismo mineral, no século XIX, emergiram as atividades voltadas para a pecuária. Melo (2014) afirma que as atividades sucessoras da mineração tiveram suas bases no latifúndio, controladas pelas oligarquias, com interesse em controlar o Estado e a regularização das terras devolutas do Estado.

A regularização das terras de Mato Grosso foi baseada na Lei de Terras de 1850, como em todo o território brasileiro. Segundo Moreno (1994) a lei reconhecia o direito à propriedade de terras devolutas situadas no estado, mas a autora esclarece que a Lei foi adaptada para atender os interesses dos grandes proprietários de terras, com dilação de prazos para regulação fundiária e meios para a regulamentação das terras que estivessem ocupadas e cultivadas.

A história de Mato Grosso se confunde a de todo o território brasileiro, onde grandes proprietários sempre encontraram mecanismos para regulamentar suas propriedades ilegais, em detrimento dos pequenos produtores que via de regra sempre foram excluídos das políticas creditícias entre outras vantagens (quase) sempre destinadas aos grandes produtores.

Nesse cenário, esse artigo é fruto da pesquisa de mestrado intitulada: A construção de uma cidade do agronegócio: a territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul-MS. Defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Três Lagoas em 2021. Para compreender a territorialização do agronegócio no município de Chapadão do Sul (recorte espacial da pesquisa de mestrado), era necessário primordialmente analisar o contexto agrário regional e estadual, no qual, as leis, decretos e incentivos de ocupação da região Centro-Oeste, interferiram diretamente na formação dos municípios que surgiram pós 1960, principalmente, naqueles que tinham uma economia voltada para as atividades ligadas a terra.

Deste modo, objetivou-se analisar a colonização de Mato Grosso do Sul, desde o processo de ocupação da região Centro-Oeste, identificando a conotação de mercadoria que foi dada a terra e toda apropriação capitalista que se deu no território sul-mato-grossense, apoiada pelo Governo Federal, através de leis, decretos e incentivos. Para cumprir os objetivos foi feita análise de referencial bibliográfico sobre a questão agrária brasileira e sul-mato-grossense, além da utilização de dados secundários do censo agropecuário 2017, obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## **A PRIMEIRA TENTATIVA DE OCUPAR A REGIÃO CENTRO-OESTE E O PODER EXERCIDO NA REGIÃO PELA COMPANHIA MATTE LARANJEIRA**

Embora a ocupação massiva da região Centro-Oeste tenha se dado a partir da década de 1930 com a política getulista, houve tentativas de ocupar a região desde o século XIX. Teixeira e Hespanhol (2006) remetem ao período de estagnação demográfica e econômica da região Centro-Oeste após o extrativismo mineral. Os autores alegam que na metade do século XIX, houve a guerra com os paraguaios, atraindo uma massa de pessoas, mas, posteriormente, a região voltou a ser esquecida. Contudo, decorrente da guerra, o General Câmara e os soldados participantes da guerra, levaram para o sul do país informações colhidas durante a guerra, sobre as potencialidades da região.

O General Câmara observou durante a guerra, as extensas áreas de ervais no atual Mato Grosso do Sul, elas eram pertencentes à Companhia Matte Laranjeira, de Thomaz Laranjeira, este possuía a concessão do Governo para explorar os ervais e, devido ao progresso nos negócios, o Governo aumentou o prazo da empresa para a exploração dos ervais (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2006).

Moreno (1994) alertou sobre o poder econômico que a Matte Laranjeira tinha, além de manter relações estreitas com o Estado, o que lhe proporcionava privilégios como a renovação dos contratos e impunidade em relação aos danos ambientais e sociais causados por ela.

As comunidades indígenas Kaiowá e Guarani estão entre os mais prejudicados pelos empreendimentos da Cia Matte Laranjeira, dado que havia exploração da erva mate em terras indígenas. Mota (2011, p. 115-116) aponta a perda do controle territorial das comunidades Kaiowá e Guarani, “[...] Após a guerra se consolidou a primeira atividade comercial nos territórios Guarani e Kaiowá com a exploração da erva mate pela Companhia Matte Laranjeira”.

Além da exploração da erva mate em terras indígenas haviam indígenas trabalhando para a Matte Laranjeira. Brand et al (2005) relatam que há áreas da região onde Cia Laranjeira atuava, em que o contingente de trabalhadores indígenas era superior ao número de trabalhadores paraguaios. Os autores apontam o trabalho na coleta da erva como única alternativa de trabalho assalariado.

Brand et al detalham sobre a mão de obra nos ervais:

No Relatório do funcionário do SPI (BARBOZA, 1927), encontramos a informação de que a “proporção de índios Caiuás empregados na elaboração da herva, sobre o operário (não-indígena), é, em média, de 75%, na região de Iguatemi” (p. CXXXIV). Informa ainda que nos demais estabelecimentos ervateiros visitados, “a quantidade de índios que nelles trabalham é sempre superior ao trabalhador paraguayo” (idem). No mesmo Relatório, Barboza cita o estabelecimento ervateiro de Mangahy onde a “população indígena seria superior a 200 índios” (p. CXXXIV). As informações deste servidor são importantes porque conhece bem a região, pois já encontramos relatórios seus sobre a situação desses índios, datados de 1923 (BRAND et al, 2005, p. 3).

Além da exploração de mão de obra e das terras indígenas, a Companhia detinha uma política de segurança própria para dizimar indígenas, vigiar os ervais e controlar os trabalhadores. Melo (2014, p. 28) reitera que quando a Cia não expulsava os indígenas de seus territórios, “[...] utilizava-os como mão de obra nos ervais”.

Dentre os danos ambientais causados pela Cia Matte Laranjeira está a perda do cerrado, pois a Companhia desmatava extensas áreas de vegetação nativa para plantar os ervais, conforme afirma Guijarra (2008, p. 4) “[...] esse desenvolvimento ocorreu em detrimento da esfera ambiental, com graves consequências à vegetação original. O processo de retirada desta última teve início com a exploração dos ervais nativos pela Cia. Matte Laranjeira [...]”.

Em 1907, a Companhia Matte Laranjeira propôs a prorrogação do contrato de arrendamento até 1930, haja vista que a data para término seria em 1916, porém o governo não aceitou. A empresa tinha o interesse em manter os negócios, afinal os lucros exorbitantes da Companhia eram “maiores do que a arrecadação anual de Mato Grosso” (NAGLIS, 2014, p. 29).

Em 1930, a região Centro-Oeste tomou novos contornos com a política nacionalista de Getúlio Vargas. Bianchini (2000) desnuda sobre as divergências da política nacionalista de Vargas e a configuração da empresa Cia Matte Laranjeira, de acordo com o autor (p.199), “[...] seus capitais estavam na maioria na Argentina, como também a mão-de-obra era em sua maior parte constituída por estrangeiros (paraguaios)”.

A política de Vargas passou a atacar a Matte porque a Empresa poderia atrapalhar os planos de ocupação do Centro-Oeste, já que ocupava boa parte das terras ricas e agricultáveis, impedito a políticas de colonização (MOREIRA, 2017, p. 7).

Com o Estado Novo, surge a política desenvolvimentista e de colonização das regiões de fronteira, sobretudo, das regiões Norte e Centro-Oeste. Intitulada “Marcha para Oeste”, em 1938, a política Varguista intencionava o povoamento das fronteiras e sua integração ao todo do país, visto a distância delas aos grandes centros comerciais (NAGLIS, 2014).

A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-se uma região estratégica para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle (BECKER, 1994, p. 11).

Para atingir o objetivo de integração, o Governo Vargas dispôs de programas, leis e decretos que incentivaram a ocupação produtiva da região Centro-Oeste. Nas palavras de Teixeira e Hespanhol (2006, p. 57) “[...] Esse Governo viabilizou a construção de rodovias, ferrovias, além de eliminar barreiras alfandegárias, facilitando o comércio entre essa região e outras partes do país, principalmente com o Sudeste.”. Outra artimanha de Getúlio Vargas foi a de anunciar a região como repleta de “espaços-vazios”, na intenção de atrair grandes fluxos migratórios, porém, esta era uma inverdade, afinal, na região havia comunidades indígenas, posseiros, e também a Companhia Matte Laranjeira.

Embora, muitos autores utilizem o termo “espaços-vazios”, nós o abordaremos sob a perspectiva de Milton Santos, usando o termo “fundos territoriais”, ou seja, áreas de soberania nacional ainda não incorporadas no tecido do espaço produtivo.

Oliveira (2013, p. 17) assevera sobre o sul de Mato Grosso ser um dos focos da política, pois com a Marcha para Oeste “[...] o sul de Mato Grosso, considerado desprotegido militarmente, tornou-se alvo a ser atingido, para nele implementar projetos que garantissem coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas”.

[...] a decisão de interferir na região pautava-se na política de nacionalização das fronteiras. A existência de uma empresa mais estrangeira do que nacional na área fronteiriça pode ter sido um dos motivos para que o Governo Federal decidisse pelo fim do arrendamento das terras ervateiras, pois manter uma empresa considerada estrangeira numa fronteira desprotegida militarmente era para preocupar qualquer governante. Contudo, tratando-se de um governo nacionalista, como o de Vargas, se pode ter uma ideia acerca da elaboração do plano governamental Varguista para tirar as possibilidades de renovação da concessão à Matte e povoar a área por meio da colonização estatal [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 22-23).

Para efetuar sua política de colonização na região fronteiriça, Getúlio Vargas dispôs da criação das Colônias Agrícolas, dentre elas, a Colônia Agrícola de Goiás – CANG, criada em 1941, e a Colônia Agrícola de Dourados – CAND, criada em 1943, as quais tiveram maior relevância na região. Freitas e Mello (2014, p. 472) confirmam: “[...] o Estado, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), difundiu o discurso da Marcha para o Oeste, até sua materialização por meio das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN).

O ideário nacionalista de Getúlio Vargas teve nas Colônias Agrícolas o suporte do programa Marcha para Oeste, ademais, por meio desse programa o governo Vargas lançou a “ideia de difundir um novo Brasil em meio às dificuldades econômicas da sociedade e teve muito êxito entre os milhões de desempregados”, que veio a calhar com o programa, no objetivo de integrar a região Centro-Oeste (SILVA, 2016, p. 31). Os fundos territoriais eram vistos como espaços a ser conquistados, atraindo grande contingente populacional, diminuindo os inchaços e conflitos sociais e econômicos presentes nas cidades das outras regiões (SILVA, 2016, p. 31).

Teixeira e Hespanhol (2006) afirmam que as colônias atraíram um considerável número de pessoas para o Centro-Oeste (como objetivava o governo). Mas, apesar da atração de um grande contingente populacional a região apresentava pouca (ou quase nenhuma) infraestrutura, o que dificultava a ligação com os centros econômicos.

Como já dito, as colônias agrícolas objetivavam a ocupação da região Centro-Oeste, sendo desdobramento do programa “Marcha para o Oeste”. A respeito da CANG, a primeira colônia agrícola, Freitas e Mello (2014, p. 472) asseveram: “[...] o Estado de Goiás foi incorporado a esta dinâmica, pois estava destinado a desempenhar papel relevante na chamada Marcha para o Oeste, pensada para redefinir a lógica produtiva em escala nacional”.

Com o objetivo de colonizar a região, a CANG também visava tornar o modelo de agricultura moderna. Para tanto, o artigo 6º do Decreto Federal nº 3.059 reza que previa na colônia uma estrutura agrícola que capacitasse os colonos, e o art. 8 do mesmo Decreto<sup>3</sup>, também estabelecia a criação de escolas primárias para a alfabetização de crianças (FREITAS e MELLO, 2014).



Na sede da colônia será fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos construção rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc., onde os colonos e seus filhos farão aprendizagem desses misteres necessários ao homem rural (BRASIL, 1941).

Os Decretos do Governo Federal citados evidenciam seu objetivo de colonizar, integrar e tornar produtiva a região Centro-Oeste, principalmente, no que tange à agricultura. Freitas e Melo (2014, p. 478) afirmam que “o objetivo fundamental da CANG era colonizar a área, tornando-a uma região de agricultura moderna em relação aos modelos agrícolas existentes”. A partir daí é possível identificar os primeiros traços de interesse numa agricultura moderna e tecnificada, que viria a se realizar na década de 1960 no país e, especificamente no Centro-Oeste, na década de 1970.

O Decreto Federal nº 3.059 reafirma o interesse do governo em colonizar a região com pessoas aptas para a agricultura, daí compreendemos porque as potencialidades da região Centro-Oeste estão sempre relacionadas a terra, um processo construído historicamente.

Os lotes rurais serão concedidos a cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, que não forem proprietários rurais e reconhecidamente pobres, desde que revelem aptidão para os trabalhos da agricultura e se comprometam a residir no lote que lhes for concedido (BRASIL, 1941).

Freitas e Mello (2014) destacam que a CANG repercutiu positivamente, para tanto foi necessário o cumprimento de exigências estabelecidas no Decreto citado anteriormente. Com destaque para as exigências contidas no artigo 24, do Decreto-Lei Nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, não sendo permitido:

- a) deixar de cultivá-lo dentro dos prazos estabelecidos para cada colônia, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, à juízo da administração da colônia;
- b) desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, em desacordo com o plano previamente aprovado;
- c) por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para a colônia.

Tais exigências eram necessárias, pois, de acordo com Freitas e Mello (2014, p. 481) “[...] a produção do território deveria caminhar em consonância com o discurso do Estado”, ou seja, era preciso controle e ações que caminhassem para a colonização produtiva da colônia/região”.

Também no intuito de colonizar e integrar o Centro-Oeste se destacou a Colônia Agrícola de Dourados – CAND, criada pelo Decreto Lei nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943 e instalada em janeiro de 1944, cuja criação ansiava a colonização da fronteira e sua integração ao território Nacional.

Semelhante ao processo de criação da CANG, a CAND também tinha algumas exigências quanto à doação de lotes na colônia, como exposto por Silva (2016, p. 37):

“[...] o interessado deveria se enquadrar em alguns critérios estabelecidos pelo governo, como ser cidadão brasileiro acima de 18 anos, ser pobre, ter aptidão para o trabalho no campo e possuir família numerosa (a preferência era para famílias com pelo menos cinco filhos)”.

As migrações para a Colônia Agrícola de Dourados se intensificaram, prioritariamente, com migrantes nordestinos, paulistas, mineiros e paranaenses se instalando na colônia e produzindo para o mercado local e regional.

A instalação da CAND contribuiu para a chegada de migrantes interessados em lotes e em se estruturar economicamente e socialmente na região, afinal, o governo Varguista disseminava na mídia que o Centro-Oeste oferecia condições de crescimento econômico para quem se aventurasse a desbravá-lo. As migrações contribuíram para a instalação de infraestrutura na região: estradas, escolas, rede elétrica, etc, serviços básicos para a manutenção do bem viver.

“[...] brasileiros cada vez mais envolvidos com a propaganda varguista passavam a saber do então Sul de Mato Grosso e se instalavam nessas áreas ditas “ainda não colonizadas”. Boa parte veio por interesses econômicos; outros tantos, em busca de um pedaço de terra, influenciados pela propaganda promovida pelo governo (MOREIRA, 2015, p. 38).

A política de Getúlio Vargas era pautada na pequena propriedade familiar e na mão de obra familiar. Silva (2016) discursa sobre reordenamento regional gerado pela política integracionista do território no governo de Vargas:

A atuação do governo Vargas, com a política de integração territorial e de industrialização, reestruturou o território regional que passou a ter, na pequena propriedade familiar, fruto de projetos de colonização, um elemento de reordenamento regional. É importante ressaltar que, diferente do extrativismo da erva-mate, que não se manteve competitivo no cenário internacional, a atividade da pecuária bovina não se desfez paralelamente às mudanças nas relações sociais que reconfiguraram tanto o território como as atividades econômicas regionais, pautadas, agora, numa política que visava anexar essa região ao circuito produtivo nacional como produtora de matéria-prima e consumidora de produtos industrializados (SILVA, 2016, p. 38).

Apesar do homem do campo, o trabalhador rural, sempre estar em destaque, nas falas de Getúlio Vargas, isso era apenas estratégia para atrair um intenso fluxo migratório para a região fronteira. O seu objetivo era atender os interesses do capital industrial e

desenvolver o capitalismo no Brasil, “projeto este que, na prática, atendia muito mais à classe industrial ascendente do que aos trabalhadores que, nos discursos de Vargas, eram tratados como o centro das atenções” (OLIVEIRA, 1999, p. 39-40).

Dialogando com a autora Oliveira (1999), citamos o Plano de Metas (1957-60) do governo de Juscelino Kubistchek, também visando à integração do interior do país. Para tanto, a construção de rodovias foi ponto alto do Plano de Metas, afinal, com a industrialização intensa na década de 1960, eram necessárias rodovias que ligassem a região Centro-Oeste aos mercados nacionais, sobretudo, ao sudeste. O governo objetivava que o Centro-Oeste tornasse produtor de matérias primas para as indústrias, além de também serem mercados consumidores dos produtos industrializados (KUDLAVICZ, 2010).

### **A CRIAÇÃO DE SUPERINTENDÊNCIAS, LEIS, DECRETOS, PROGRAMAS E PLANOS PARA ORIENTAR A OCUPAÇÃO PRODUTIVA DA REGIÃO**

Visando a ocupação econômica do Centro-Oeste, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), criada em 1 de Dezembro de 1967, substituiu a Fundação Brasil Central. A SUDECO planejou e desenvolveu políticas públicas que objetivavam a ocupação da região.

Estas ações, entre outras dirigidas pela SUDECO, contribuíram para a reorganização econômica de Mato Grosso, principalmente pela infraestrutura criada. A construção das BR'S 364 e 163 viabilizou o fluxo de mercadorias e pessoas no Estado. Desta maneira, ao longo da BR-163, grandes grupos econômicos ligados à produção agrícola se instalaram e, conseqüentemente, houve crescimento demográfico e surgimento de municípios provenientes de projetos de colonização (MELO, 2014, p. 32).

Teixeira e Hespanhol (2006) destacam os programas inseridos no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), como relevantes para a configuração da região Centro-Oeste. Os planos visavam o desenvolvimento agropecuário do país, transformando as propriedades rurais em empresas rurais, com aplicação de tecnologia, ou seja, a indústria no campo.

O objetivo é levar a capacidade empresarial, que já se mostrou apta a desenvolver a indústria e outros setores urbanos, à atividade agropecuária nacional. Através da ampla disseminação da empresa rural – pequena, média e grande –, principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do Governo, melhor se equacionarão problemas como o de induzir ao uso de projetos, de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulos de preços, de empregar mais moderna tecnologia, considerando a relação entre preços de insumos e de produtos (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1975, p. 43).

Dentre os programas que tiveram relevância está o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, criado em 29/01/1975, pelo decreto nº 75320, cujo objetivo era o desenvolvimento das atividades voltadas à agropecuária. Melo (2014) afirma que o avanço da agricultura “moderna” é resultado das políticas públicas administradas pela SUDECO, que contribuiu significativamente para expansão capitalista nos campos da região.

A expansão capitalista no campo em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul fez surgir um “novo” modelo de agricultura com características de moderno, coexistindo com o “velho” latifúndio. No entanto, ambos os modelos apresentam intensas contradições em seu desenvolvimento unindo o velho e o novo (MELO, 2014, p. 32).

Dentre outros programas que tiveram relevância na ocupação do Centro-Oeste estão: PLADESCO (Plano de desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste), PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados), PRODOESTE (Programa de desenvolvimento do Centro-Oeste).

A criação de inúmeros programas na intensão de tornar produtiva a região acentuou conflitos já existentes, além de emergir conflitos relacionados ao meio-ambiente. Os recursos oriundos dos programas federais, na maioria das vezes, eram destinados ao grande produtor rural, intensificando a concentração fundiária. E o dito desenvolvimento dos cerrados, em suma, o destruiu, pois “[...] considerava-se que o cerrado não servia para nada, a não ser para o uso como lenha, desconsiderando-se toda a sua riqueza biológica” (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2006, p. 61). A busca desenfreada pela ocupação produtiva da região Centro-Oeste (mais uma vez: produtiva do ponto de vista da agricultura capitalista) destruiu grande parte do bioma de Cerrado sem ao menos terem sido feitos estudos sobre a vegetação, relevo, hidrografia, clima, fauna.

Frederico (2008, p. 36) evidencia alguns fatores que foram determinantes para expansão da agricultura moderna no Cerrado; “a grande presença de terras com topografia plana e solos profundos, propícias à mecanização, uma boa disponibilidade pluviométrica, concentrada em um determinado período do ano, e grande luminosidade”.

Além da criação de programas voltados para a viabilização desta ocupação produtiva do Cerrado, Frederico (2008, p. 37) resalta o apoio do Governo Federal no que tange ao apoio técnico na produção, as políticas criadas visando o desenvolvimento regional. “Através de instituições como a Embrapa e a Emater, foram criadas novas variedades de plantas (principalmente soja), adaptadas às menores latitudes dos cerrados, e oferecia assistência técnica aos produtores”.

Abreu (2003) elucida sobre a quantidade de recursos distribuídos para as pequenas, médias e grandes propriedades: as propriedades de áreas até 100 ha receberam apenas 0,38% do crédito liberado e propriedades maior que 500 ha tiveram mais de 60% dos projetos aprovados; esses números retratam que os programas do governo federal priorizaram as grandes propriedades, intensificando a concentração fundiária, traço característico no campo mato-grossense, excluindo os pequenos produtores do processo.

Nesse sentido, a política de financiamento do programa distribuía os créditos de forma crescente e correspondente ao tamanho da propriedade. Maior a área, mais recursos. Por exemplo: as áreas com menos de 100 há, tiveram apenas 2,2% dos projetos aprovados, tendo recebido apenas 0,38% do crédito liberado, enquanto 60% dos projetos aprovados eram de propriedades com mais de 500 ha, que concentraram cerca de 77% do crédito disponibilizado. O resultado dessa política foi que de 1975 a 1980, foram incorporados cerca de 915.000 há, apenas em território do atual Mato Grosso do Sul, para produção exclusiva de soja e boi, com supremacia da pecuária. Nessa unidade da federação apenas 6,6% da área incorporada foi ocupada com lavouras nas áreas programas do POLOCENTRO – Campo Grande/Três Lagoas e Bodoquena -, quanto às pastagens ocuparam 93%%. (ABREU, 2003, p. s/nº).

A ocupação da região Centro-Oeste foi uma apropriação do território, dos recursos e de mão-de-obra para a reprodução ampliada do capital. Era preciso inserir a região no modelo produtivista instalado em grande parte do país. Os incentivos creditícios foram de suma importância para transformar o processo produtivo.

O território brasileiro foi envolvido por um movimento que, paulatinamente, buscou atender às novas demandas de um sistema produtivo em processo de modernização. Portanto, as relações de poder constituídas foram reestruturadas por agentes políticos e econômicos inseridos na gestão desta dinâmica (FREITAS; MELLO, 2014, p. 472).

O uso de novas técnicas e tecnologias na agricultura ocorreram em associação com o discurso de modernidade e produtividade, almejados ainda na Revolução Verde, com afirmações de que o pacote tecnológico acabaria com a fome e a miséria no país. Instalou-se no campo brasileiro um modelo de agricultura já existente, porém travestido de algo novo e moderno, o agronegócio. Mas na realidade este modelo de produção agrícola existe no país há séculos. E embora, seja disfarçado de modernizador e de solução para os conflitos sociais do país, na verdade, ele acentua os conflitos já existentes.

Nas décadas de 1960 e 1970, o modelo agrário imposto ao campo brasileiro imprimia uma nova velocidade do tempo, no campo, se tonando cada vez mais semelhante à velocidade do tempo da cidade, devido à industrialização da agricultura.

Com a emergência de um espaço progressivamente tecnificado, ocorreu à transição de um meio natural para um meio técnico, proporcionando uma sobreposição entre os tempos naturais e os humanizados. A implantação de objetos técnicos no território promoveu uma superação gradativa das limitações impostas pelo meio natural, alterando as referências temporais e espaciais vigentes nos processos produtivos (FREITAS; MELLO, 2014, p. 472).

A modernização da agricultura brasileira, embora, se apresente como moderna, com o novo nome de “agribusiness”, para dar sustentação ao engodo, de nova nada tem, permanecendo as velhas práticas e relações, numa estrutura fundiária calcada no latifúndio exportador. O novo dessa agricultura capitalista (agronegócio) se apresenta nas técnicas; equipamentos e insumos químicos. Mas, a produção é a mesma do período colonial: a produção de bens primários para exportação.

Embora, o processo de modernização da agricultura tenha acontecido nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil e não tenha sido homogêneo no território brasileiro, no estado de Mato Grosso do Sul ele se efetivou na década de 1970, quando o estado ainda integrava o Mato Grosso, pois foi em 11 de outubro de 1977 que Mato Grosso do Sul se tornou independente, ou seja, o Estado “nasceu” no auge do desenvolvimento da agricultura capitalista, via modernização da agricultura.

## **A REPRESENTATIVIDADE DA ATIVIDADE PECUARISTA EM MATO GROSSO DO SUL**

No estado, sempre foi característico as extensas propriedades de gado, sendo a atividade pecuarista tradição no estado. Contudo, nota-se que em boa parte das propriedades é usado o gado para forjar a função social da terra, exigida na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, Baratelli e Mariano (2019, p. 4) confirmam:

No Mato Grosso do Sul a pecuária extensiva é predominante até os dias atuais e a criação de gado para corte foi justificativa para a concentração fundiária no estado. A criação de rebanhos bovinos serviu aos latifundiários como tentativa de forjar a função social da terra, prevista na Constituição Federal de 1988, portanto, além de servir ao corte o gado também ilustrou os grandes pastos de terra concentrada.

A pecuária bovina tem relevância não só no estado do Mato Grosso do Sul, mas no Brasil como um todo, exercendo importante papel na expansão econômica, seja no setor de exportações ou no abastecimento do mercado interno, desde o século XVI. “A pecuária bovina tornou-se fenômeno de âmbito nacional, estando presente em todos os Estados da Federação, apesar de irregularmente distribuída. (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2014, p. 29)”.

A atividade de pecuária ocorreu em todo o território Brasileiro, mas não de forma homogênea. E na década de 1960 ela se expandiu para o Centro-Oeste, com crescimento significativo da produção na região, se destacando o Estado de Mato Grosso do Sul (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2014).

É preciso contextualizar que na ocupação do Mato Grosso do Sul (antigo Mato Grosso), os incentivos governamentais contribuíram para atrair diversos imigrantes para a região, isso atrelado a um estado com altíssimos níveis de concentração fundiária corrobora com a prática da pecuária para corte. Contextualizando que a atividade de pecuária para corte ocorre, principalmente, nas grandes propriedades, constituindo o estado de Mato Grosso do Sul um excelente lugar para esta atividade.

No sul de Mato Grosso (MT), a ocupação das terras pelos não índios teve início a partir do século XIX com a delimitação das posses de terras pelos portugueses e espanhóis. Mais tarde, a Região Sul de MT passou a ser atrativa para as atividades de agricultura e pecuária desenvolvidas por gaúchos, paranaenses, paulistas da Região Noroeste de São Paulo, paraguaios e imigrantes estrangeiros (DOMINGOS; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 142).

Nesse contexto, a pecuária se constituiu como importante atividade para a economia do estado. As extensas propriedades de gado são marca registrada na cultura sul-mato-grossense, as músicas ligadas ao homem sertanejo, as vestimentas do homem que trabalha com o gado, além das festas de rodeio são tradições no estado, exemplificando a presença do agronegócio não só na economia, mas também na cultura de Mato Grosso do Sul.

Contudo, além da atividade pecuarista, se destacam no estado as produções ligadas aos monocultivos da cana-de-açúcar, soja e eucalipto. Mato Grosso do Sul se tornou um “paraíso” para as práticas ligadas ao agronegócio, pois o governo disponibilizou largos créditos aos grandes produtores, na década de 1970, mantendo a estrutura fundiária do estado entre as mais concentradas do país. Para essas culturas serem lucrativas, é necessária a produção em larga escala, em extensas áreas, dessa forma, um estado com terras concentradas é o lugar propício para tal investimento.

Foi à política desenvolvimentista do estado brasileiro, que objetivava a ocupação produtiva dos cerrados do Centro-Oeste, que consagrou a estrutura concentrada via crédito federal, além de propiciar a territorialização do agronegócio no estado. Fabrini (2008, p. 54) alerta que “[...] a estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários”.

A territorialização do agronegócio no campo sul-mato-grossense ascendeu através da aliança terra-capital e as terras concentradas, a política de incentivo de crédito, os movimentos sociais desarticulados, ambos contribuíram para que empresas ligadas ao agronegócio se estabelecessem no estado fazendo perpetuar a concentrada estrutura fundiária e lucrarem com esta estrutura agrária.

[...] nessa terra do boi, da soja e agora do eucalipto, símbolos do agronegócio, a aliança dos capitalistas com proprietários de terra também perpetuou a presença viva e atuante de estruturas do passado. Aliança essa de longa duração porque representa um pacto de classes para coadunar interesses e bloquear a divisão da terra, o que faz que nossa questão agrária continue um problema nacional, político e de classe (ALMEIDA, 2011, p. 109).

## **A CHEGADA DO EUCALIPTO NO ESTADO COM A PROMESSA DA CHEGADA DA MODERNIDADE**

Nesse cenário de intensa territorialização do agronegócio, apoiado pelo Governo Federal, tem a entrada do eucalipto e pinus no campo sul-mato-grossense, em 2007. A intenção de produzir eucalipto no estado de Mato Grosso do Sul remonta a década de 1970, quando o estado era pertencente ao Mato Grosso (KUDLAVICZ, 2010).

A porção Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, apresentava aspectos que a tornava ideal para a produção da silvicultura, Lopes (2016) destaca as razões pela qual o atual Mato Grosso do Sul se apresentou como propício ao plantio de eucalipto:

[...] abundância de água, vastas extensões territoriais dispostas nas mãos de poucos proprietários (concentração fundiária historicamente intensa, constante e uniforme), um número ainda maior de terras devolutas, pluviosidade média anual, solos, clima, aeração e insolação favoráveis, políticas públicas voltadas à ocupação do oeste brasileiro, mediante isenções fiscais, concessão de vultosos créditos etc (LOPES, 2016, p. 31-32).

Mato Grosso do Sul, localizado geograficamente em áreas de cerrado, se tornou (metaforicamente) a “menina dos olhos” do agronegócio. Dentre os inúmeros aspectos citados por Lopes (2016), há um não citado e que se destaca: o seu relevo, repleto por chapadas e chapadões. As áreas de chapadas e chapadões tem extrema importância para os empresários do agronegócio. Porto-Gonçalves (2004) expõe o significado que as áreas de relevo plano têm para o agronegócio:

“[...] terras planas, significam custos energéticos menores. Essa é uma regra geral do espaço agrário brasileiro, onde a grande exploração comercial, quase sempre de exportação, ocupa áreas de topografia mais plana ou suavemente ondulada (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 221).

Além dos aspectos físicos, o econômico também desperta o interesse dos grandes empresários ligados ao agronegócio, em firmar seus negócios em Mato Grosso do Sul. As políticas públicas, especialmente as creditícias, são atrativas a esses empresários. Kudlavicz (2010) destaca a Lei de nº 5.106 de 1966, que concedia incentivos fiscais a empreendimentos florestais. O autor ressalta que foram os incentivos do POLOCENTRO que contribuíram significativamente para o plantio de eucaliptos e pinus; a produção de eucalipto deu um salto crescente de 1.597,08 hectares para 6.040,33 hectares em 1981, porém, em 1982 os números chegam a 830,00, estando essa queda brusca relacionada ao fim dos incentivos fiscais. Os números confirmam a ideia do autor de que o aumento está relacionado ao crédito ofertado pelo Governo Federal, que teve drástica redução na década de 1980.



Dentre estas políticas territoriais, mereceu destaque a política desenvolvimentista do governo militar dos anos de 1960 quando são formuladas políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento dos cerrados com a criação do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (COSTA, 1988). E, mais recentemente, na década 1990, aprofunda-se por meio do Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste (FCO). (KUDLAVICZ, 2010, p. 23).

As inovações tecnológicas e as extensas áreas “ociosas”, fruto do modelo agropecuário instalado no Mato Grosso do Sul, apontaram para o monocultivo de eucalipto e pinus como o “negócio” do momento e mais uma vez a terra sendo tratada como instrumento para a geração de lucro (LOPES, 2016).

Contudo, havia grandes expectativas quanto à produção de eucaliptos e pinus. Objetivava a formação de um grande complexo agroindustrial territorial de “eucalipto-celulose-papel no chamado “corredor”, que vai de Três Lagoas à Campo Grande, passando por Água Clara e Ribas do Rio Pardo”, no atual Mato Grosso do Sul (LOPES, 2016, p. 33).

Esse mesmo autor afirma que embora houvesse expectativas sobre a formação do complexo, além de créditos públicos fartos e isenções fiscais, “não se deu a instalação do referido complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel”, por razões desconhecidas, contudo, ele pontua evidências que podem ser as causas pelas quais o projeto não despontou: “os mercados financeiros globais somente foram unificados em 1986 e o mercado de créditos de carbono, criado em 1998, apenas começou a operar em fevereiro de 2005, conforme o protocolo de Kyoto” (LOPES, 2016, p. 36).

O autor ainda complementa que a falta de logística para escoamento também pode ter sido alguns dos motivos do complexo não ter ocorrido naquele período. Essa ausência de logística para escoamento da produção se explica pelo fato que, na década de 1970, se inicia os primeiros traços de mudanças na base técnica da agricultura, fruto da Revolução Verde, mudanças financiadas pelo governo por meio de largos créditos públicos que atraíram fluxo migratório, impulsionando a ocupação no Sul do então Mato Grosso, contudo, a infraestrutura de estrada e rodovias para transporte ainda era deficitária.

A partir de meados da década de 1970, as transformações ocorridas na agricultura em âmbito nacional, começaram a atingir a região Centro-Oeste. A atividade agropecuária se expandiu grandemente, apresentando uma considerável modernização dos processos produtivos (TEIXEIRA; HESPAHOL, 2006, p. 57-58).

O projeto do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel não foi realizado, e o plantio de eucalipto e pinus diminuiu drasticamente na década de 1980, fruto do alto corte nos créditos.

De acordo com Kudlavicz (2010) a produção do ano de 2018, mostra que o Mato Grosso do Sul se despontou como o segundo estado com maior número de hectares

plantados, somando 1.121.914 hectares, sob o discurso de que ele tem “vocação florestal” para a silvicultura de eucalipto, sobretudo na mesorregião leste do estado.

Como resultado dessa política de ocupação do cerrado na década de 1970, através de amplo financiamento público e de vantagens fiscais, temos o início da “eucaliptiza  o” da Microregi o de Três Lagoas culminando na retomada e aprofundamento no século XXI. A  o essa encaminhada sob o manto da “vocação florestal” (KUDLAVICZ, 2010, p. 49).

Contudo, no século XXI o eucalipto voltou a ser destaque no campo sul-mato-grossense, prioritariamente na região Rural do Bols o<sup>4</sup>. Kudlavicz (2010) atenta sobre como a silvicultura de eucalipto gerou alterações no uso e ocupação das terras desse território, que seguiam a lógica da acumulação capitalista, daí a expansão do plantio de eucalipto no estado e nos municípios que constituem o território Rural do Bols o.

Esta região de planejamento do Mato Grosso do Sul segue a lógica agrária presente em todo o estado e no país, com uma estrutura fundiária concentrada, decorrência da forma como a terra foi institucionalizada na região. Lopes (2016, p.16) conclui que “terra é poder e quem a possui, s  a possui porque precede em recursos, sejam eles econ micos, políticos, tecnológicos, enfim”.

O Estado de Mato Grosso do Sul tem estrutura fundiária concentrada, justamente pelo processo histórico de apropriação capitalista da terra, fortemente ligada ao latifúndio da pecuária extensiva e, nos últimos tempos, ao avanço do agronegócio da soja, da cana e do eucalipto (NARDOQUE et al, 2014, p. 5).

Lopes (2016, p. 46) elucida o cerco que foi estabelecido para que o sonho papeleiro, projetado ainda na década de 1970, se efetivasse no século XXI, para tanto houve:

“[...] investimentos da ordem de bilhões de reais, opinião popular bem trabalhada pelo marketing, políticos e empresários encabeçando o lote de progresso, desenvolvimento e sustentabilidade, enfim, o cenário em meados de 2000 era, definitivamente, outro”.

E de fato, o empreendimento aconteceu no século XXI com toda “pompa” que requer um investimento bilionário. Três Lagoas, popularmente conhecida como “cidade das águas” devido à proximidade com grandes rios da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraná, foi escolhida para sediar a instalação de duas fábricas nacionais de celulose: Suzano (antiga FIBRIA) e Eldorado.

A explicação sobre a escolha por Três Lagoas para sediar tamanho investimento   alegada pelas condições edafoclimáticas<sup>5</sup>, que possibilitaram a produção de eucalipto, para pasta de celulose, com crescimento em até sete anos (eucalipto da Austrália)

(LOPES, 2016). Mas também é determinante para a escolha do lugar de instalação das fábricas, se no lugar em questão há a organização de movimentos sociais<sup>6</sup> em oposição a empreendimentos que possam causar algum dano social ou ambiental para a região. Contudo, no Mato Grosso do Sul, sobretudo no município de Três Lagoas, a articulação de movimentos sociais dessa tipologia é fraca (para não dizer inexistente).

A expansão das monoculturas com seis agroecossistemas altamente simplificados e, por isso mesmo, altamente dependentes de energia de fora está se dando nesse momento sobre áreas de florestas tropicais e de savanas (cerrados no Brasil). Assim, regiões de alta produtividade biológica primária, como a Amazônia, estão sendo transformadas em áreas importadoras de matéria e energia. Manter elevada a produtividade em regiões de sistemas complexos como as regiões tropicais exige uma permanente importação de energia solar diariamente renovada, haja vista serem as regiões tropicais aquelas que mais dispõem de energia solar. O balanço energético para essas regiões e seus povos é, assim, necessariamente negativo, o que contribuiu decisivamente para manter a dependência dessas áreas, em si mesmas tão ricas em energia, em diversidade biológica, em recursos hídricos e em diversidade cultural, submetidas aos ditames do complexo oligárquico financeiro aliado ao da agroindústria, com riscos sérios não só para essas regiões, mas para a humanidade e o planeta como um todo, por sua necessária ineficiência energética (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 231).

A produção de eucalipto em Três Lagoas se destaca dentre os outros municípios da mesorregião leste de Mato Grosso do Sul, que também contém plantio de eucalipto relevante. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Três Lagoas lidera o ranking do plantio de eucalipto, sendo 263.000 hectares de área plantada em 2018, inclusive, ficando a frente de municípios de Minas Gerais, estado que lidera com maior número de plantio por hectares no Brasil, sendo 1.966.626 de hectares plantados.

A Tabela 1 evidencia o destaque de Três Lagoas no monocultivo:

**Tabela 1.** Ranking dos cinco municípios com maiores áreas plantadas de eucalipto em hectares no Brasil.

Posição	Município	Hectares
1 <sup>a</sup>	Três Lagoas (MS)	263.000
2 <sup>a</sup>	Ribas do Rio Pardo (MS)	216.000
3 <sup>a</sup>	Brasilândia (MS)	125.000
4 <sup>a</sup>	João Pinheiro (MG)	109.480
5 <sup>a</sup>	Selviria (MS)	88.000

Fonte: BARATELLI, A. E. S. (2019).

Três Lagoas tem papel importante na produção da silvicultura de eucalipto como evidenciou a Tabela 1. Esta atividade monocultora demanda extensas áreas para a sua reprodução ser lucrativa, sendo assim, um estado com estrutura fundiária concentrada é perfeito para a territorialização do agronegócio, atrelado a isso, o estado brasileiro financiou os recursos que beneficiavam a instalação deles no território sul-mato-grossense,

Além das heranças oligarcas do estado, outras questões são importantes a serem consideradas para relacionar as amenidades cedidas à expansão do eucalipto. As políticas públicas do Estado para a mecanização do campo e desenvolvimento agrícola também motivaram a concentração fundiária e a “vocação” aos monocultivos (BARATELLI, 2019, p. 44).

O contexto histórico de Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente, de Três Lagoas, propiciaram o cenário agrário para a territorialização do agronegócio com o monocultivo de eucalipto. A modernização (conservadora) da agricultura, a terra concentrada, os incentivos fiscais e creditícios para uma pequena parcela de produtores (os grandes produtores, ressalta-se) contribuíram para que as grandes áreas de cerrado repletas de riqueza e diversidade biológica dessem vez ao “mar” de eucalipto que se formou na mesorregião leste de Mato Grosso do Sul.

A monocultura chegou, assim, aos grandes sertões e com ela a homogeneização de uma região que se caracterizara por sistemas de uso múltiplo dos recursos naturais, de manejo de uma enorme riqueza de diversidade biológica que essas populações camponesas, indígenas, de afrodescendentes, de geraizeiros, catingueiros, vazanteiros, retireiros (Araguaia) tornaram possível que chegasse aos nossos dias com um diversificado acervo como patrimônio cultural (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 222).

É notada que a silvicultura de eucalipto na mesorregião leste, alterou por completo a dinâmica estabelecida há décadas na região, onde era predominante a atividade pecuarista, especialmente em Três Lagoas, conhecida tradicionalmente pelas extensas fazendas com as incontáveis “cabeças” de bois, expressão popular na região para se referir ao gado bovino.

As propriedades rurais de Mato Grosso do Sul, conhecidas tradicionalmente pela atividade pecuarista de gado para corte, na década de 2010, deram vez ao “mar” de eucalipto, as oligarquias agrárias deram espaço para aos empresários do agronegócio, e as poucas áreas restantes de cerrado, estão sendo destruídas para o plantio de eucalipto. As comunidades tradicionais e locais de pequenos produtores foram mais uma vez “varridos” para a cidade e os que permaneceram na terra seguem sem apoio e suporte do governo local e estadual.

Kudlavicz (2010)<sup>7</sup> denuncia:

Por conseguinte, na esteira dessa expansão vai transformando a Microrregião num deserto verde como vem sendo entendido o monocultivo do eucalipto, destruindo o modo de vida camponês construído num processo histórico de longas décadas. É preciso dizer ainda que se trata de um modo de vida de relações sociais complexas e de difícil reconstrução em outro lugar (p. 77).

Embora o monocultivo de eucalipto tenha tomado espaço no cenário agrário de Mato Grosso do Sul, desde o final da década de 2000, há outros monocultivos espalhados pelo estado que tem relevância na economia sul-mato-grossense e que também merecem um olhar atento, principalmente sobre os seus danos ambientais e sociais.

Entre eles está à produção canavieira, presente no estado desde a década de 1970, porém, a produção não tinha representatividade neste período. A expansão desta cultura ocorre na década de 2000, decorrente dos grandes investimentos no setor sucroenergético (TEIXEIRA, 2015).

## **A TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOCULTIVO CANAVIEIRO EM MATO GROSSO DO SUL**

Semelhante à silvicultura de eucalipto, a produção canavieira levanta questionamentos quanto o seu modelo de produção, em âmbito econômico, social e ambiental. Para a produção dessa cultura ser lucrativa são necessárias extensas áreas (assim como na produção de eucalipto), o que ajuda a compreender a relevância dessa produção em Mato Grosso do Sul, pois, o estado possui índices altíssimos de concentração fundiária, permitindo, assim, a produção nas concentradas terras sul-mato-grossense.

No Brasil, o histórico da cana-de-açúcar decorre do período colonial, nos anos de 1530. Embora tenha sido no Nordeste o grande centro de produção, em Mato Grosso do Sul a expansão desse monocultivo se dá no final do século XX, com a expansão do Sudeste para o Centro-Oeste (TEIXEIRA, 2015).

Esse monocultivo é inserido em Mato Grosso do Sul na década de 1980, devido à criação do Programa Nacional do Alcool (Próalcool), em 1975 (DOMINGUES, 2011). Contudo, a produção canavieira do estado não era tão relevante no século XX, ocorrendo à expansão com maior ênfase no século atual.

Santos e Silveira (2001) ressalta que não houve totalmente um abandono da cana-de-açúcar do Nordeste, mas o surgimento de faixas dessa cultura organizadas graças a abundantes contribuições da ciência e criação de novas técnicas, especialmente no Sudeste e, posteriormente, no Centro-Oeste.

Castro et al. (2010, p. 175) estabelece em três ciclos a cana-de-açúcar no Brasil, sendo o primeiro ciclo marcado pela sua chegada na região Nordeste do país, o segundo ciclo caracterizado pela consolidação da cana no Centro-Sul e o terceiro refere-se ao avanço dela para

a região Centro-Oeste, iniciado nas primeiras décadas do século XXI “favorecido, como antes, por uma crise internacional ligada aos combustíveis, desta vez desencadeada pela demanda ambiental voltada à uma nova matriz energética, visando o controle do aquecimento global”.

O plantio canavieiro se desponta no século XXI, em Mato Grosso do Sul, se tornando o alvo de expansão no estado. Entre 1992 a 2007 o estado quase dobrou a sua produção canavieira, crescendo 167% (CASTRO et al., 2010, p. 175).

Em 2003 as áreas de cana-de-açúcar representavam 1,52% da área da bacia hidrográfica do Rio Ivinhema, num total de 70.509,20 ha. Já em 2015 esse número aumentou significativamente, ou seja, a cana-de-açúcar passou a representar 13,71% da área, 640.890,10 em hectares. A partir desses números, é possível ver o avanço da cana-de-açúcar no estado. Para dar consistência a nossa afirmação, apresentaremos dados da área plantada e área colhida da cana em Mato Grosso do Sul, a partir dos dados fornecidos pelo IBGE (Tabela 2).

**Tabela 2.** Área plantada e colhida de Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul – Hectares.

	2003	2006	2009	2012	2015	2018
<b>Área Plantada</b>	120.534	152.747	285.993	558.664	546.099	680.611
<b>Área Colhida</b>	120.534	152.747	285.993	558.664	545.650	680.611

Fonte: IBGE (2020). Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano.

Os dados da Tabela 2 comprovam o avanço da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul. Através dos dados de área plantada e colhida (em hectares), exposto na Tabela 2. É notado o avanço canavieiro desde o ano de 2003, representando 120.534 hectares de área plantada do monocultivo. Esses números continuam crescendo até o ano de 2012, quando a cana chega à marca de 558.664 hectares de área plantada, contudo, esse número cai para 546.099, uma pequena queda que dura pouco, pois, em 2018, esse número volta a subir, quando a cana passa a representar 680.611 hectares de área plantada no estado.

Domingues e Thomaz Júnior (2012) dialoga com Castro et al (2010), afirmando que o setor canavieiro em Mato Grosso do Sul só se destacou na década de 2000, pois o cenário político estadual no século passado era formado pela grande maioria de pecuaristas. O avanço da cana-de-açúcar teve protagonismo em âmbito nacional com a política brasileira de biodiesel do governo Lula (01/01/2003 a 01/01/2011).

O Programa Nacional do Biodiesel foi lançado em 2004, com o intuito de aumentar a produção e o uso de combustíveis renováveis, um apoio à causa ambientalista e social. Contudo, Azevedo e Thomaz Junior (2013, p. 38) alertam que agroindústrias canavieiras demonstram preocupação com a causa ambiental em termos institucionais, mas na realidade elas não cumprem com isso, pois, “estendem suas plantações até as proximidades das margens dos rios e matas ciliares, ou mesmo, quando atea fogo e derruba árvores seculares nas áreas arrendadas para facilitar suas atividades”.

O setor canavieiro está presente em diversos municípios de Mato Grosso do Sul, isso faz com que haja a atuação de grupos econômicos nacionais e internacionais, movimentando milhões de reais. Teixeira (2017, p. 86) aponta os principais grupos do setor sucroalcooleiro: “Odebrecht, Biosev e Adecoagro, com maior número de usinas instaladas”.

A escolha para a instalação desses empreendimentos vai muito além das condições edafoclimáticas, os incentivos fiscais e creditícios do governo estadual e local, a desarticulação dos movimentos sociais e ambientais, as terras com baixos preços, são fatores determinantes na escolha do local que sediará o empreendimento. Pereira et al. (2007) confirma:

Toda vez que um grande empreendimento pretende se instalar, um dos fatores que podem contribuir para a decisão do local desta instalação são os pacotes de incentivos fiscais e benefícios que são concedidos pelo poder públicos municipal, estadual e federal. Em alguns casos a corrida para atrair as empresas para seu território provoca certo tipo de guerra fiscal, que ocorre quando os estados passam a oferecer pacotes de incentivos cada vez mais atraentes na tentativa de trazer para si os empreendimentos. Para tanto, abrindo mão da arrecadação de receita, realizando doações, dentre outras formas. O interesse público na atração das empresas é explicado pelos benefícios sociais e econômicos que elas potencialmente representam, sendo a geração de empregos o principal deles (p.10).

Mato Grosso do Sul se insere em vários quesitos, se tornando atrativo para sediar esta produção. Entre os quesitos que tornam rentável a produção, está o baixo preço da terra no estado, o interesse dos governos locais, estadual e federal em fortalecer o setor canavieiro, além das condições edafoclimáticas, que permite a expansão da cana, além do relevo, com predomínio de chapadas e chapadões, que dinamizam o trabalho mecanizado (TEIXEIRA, 2017).

A atividade canavieira, no Mato Grosso do Sul e em outros estados do Centro-Oeste, tem tomado espaço de áreas onde antes era tradicional a atividade pecuarista ou de lavouras. Este fato decorre para a integração dessas áreas ao sistema produtivo de produção de commodities, consolidando o agronegócio canavieiro (CASTRO et.al., 2010).

Na década de 2000, no entanto, ocorreu forte expansão da cultura canavieira em Mato Grosso do Sul, principalmente na segunda metade dessa década, quando atingiu a sexta colocação nacional entre os estados de maior produção. As plantações de cana-de-açúcar avançaram sobre áreas de pastagens e em menor escala, sobre áreas de lavouras, conforme ressaltamos (TEIXEIRA, 2017, p. 85).

O agronegócio canavieiro é tão excludente quanto os outros monocultivos, pois, a sua base está firmada na “distinção produtiva, na adoção e, ao mesmo tempo, na subordinação de tecnologias de ponta, na produção em larga escala, na exploração dos recursos naturais e na monocultura voltada à exportação”. Como em todas as atividades

ligadas ao agronegócio, no setor canavieiro a terra é para negócio (DOMINGUES; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 140).

A agricultura capitalista no Mato Grosso do Sul ressalta a histórica estrutura fundiária concentrada, tornando o estado um paraíso para a territorialização dos monocultivos do agronegócio, sendo a cana-de-açúcar um deles. A produção canavieira demanda extensas áreas, causando inúmeros danos ambientais, degradando os solos, a água, os recursos naturais, contribuindo para o desmatamento das poucas áreas remanescentes de cerrado.

Este modelo se mostra insustentável, perverso e excludente, onde uma minoria ganha milhões de reais em detrimento das populações locais e tradicionais, do meio ambiente, promovendo o “enfraquecimento da diversidade econômica e ambiental dos municípios, com a ocupação de áreas antes destinadas à agropecuária e ao plantio de alimentos básicos de produção camponesa” (FIGUEIREDO; SOUZA, 2016, p. 416).

## **A RELEVÂNCIA DO MONOCULTIVO DE SOJA EM MATO GROSSO DO SUL**

Outro monocultivo tão relevante no campo sul-mato-grossense, quanto no campo brasileiro, é a soja. A alta demanda do grão, seja para a fabricação de rações animais ou alimentação humana, fez com que o cultivo desta cultura aumentasse consideravelmente nas últimas décadas. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil (CONAB), a safra da soja, entre 2014 e 2015, chegou a 96,2 milhões de toneladas, com Mato Grosso liderando a produção brasileira, representando 52,8% do total, enquanto Mato Grosso do Sul ocupa o 4º Lugar, totalizando 7,3% da produção do país.

Faccin (2017) expõe o avanço dos produtos *flex crops*, ou seja, as culturas flexíveis. Elas têm múltiplos usos, desde a alimentação humana até o uso industrial. A soja se apresenta como uma *flex crops*. A autora também traz outras vantagens que dão à soja a devida importância no cenário agropecuário, sendo eles: ciclo curto, possibilidade de alternância de culturas em um mesmo ano, troca da soja por outra cultura sem grandes prejuízos.

Outro motivo relevante pela expansão do cultivo de soja no país é anunciado por Goldfarb (2015), sendo a crise da pesca de anchova no Peru, pois, com o peixe se fazia a farinha proteica, exportada para Europa, e a seca na América do Norte suspendeu a exportação de soja também para a Europa. Ambos os acontecimentos contribuíram para o aumento no preço da soja, expandindo o cultivo do grão em países da América do Sul, dentre eles o Brasil.

Dentre todos os motivos que facilitaram o avanço da soja no país, é inegável o braço do Estado nesse empreendimento, por meio dos incentivos governamentais. Ao longo de toda a história do Brasil o Estado sempre foi financiador da agricultura capitalista, seja através de leis, decretos, incentivos fiscais e creditícios.



Para Santos e Silveira (2001, p. 118):

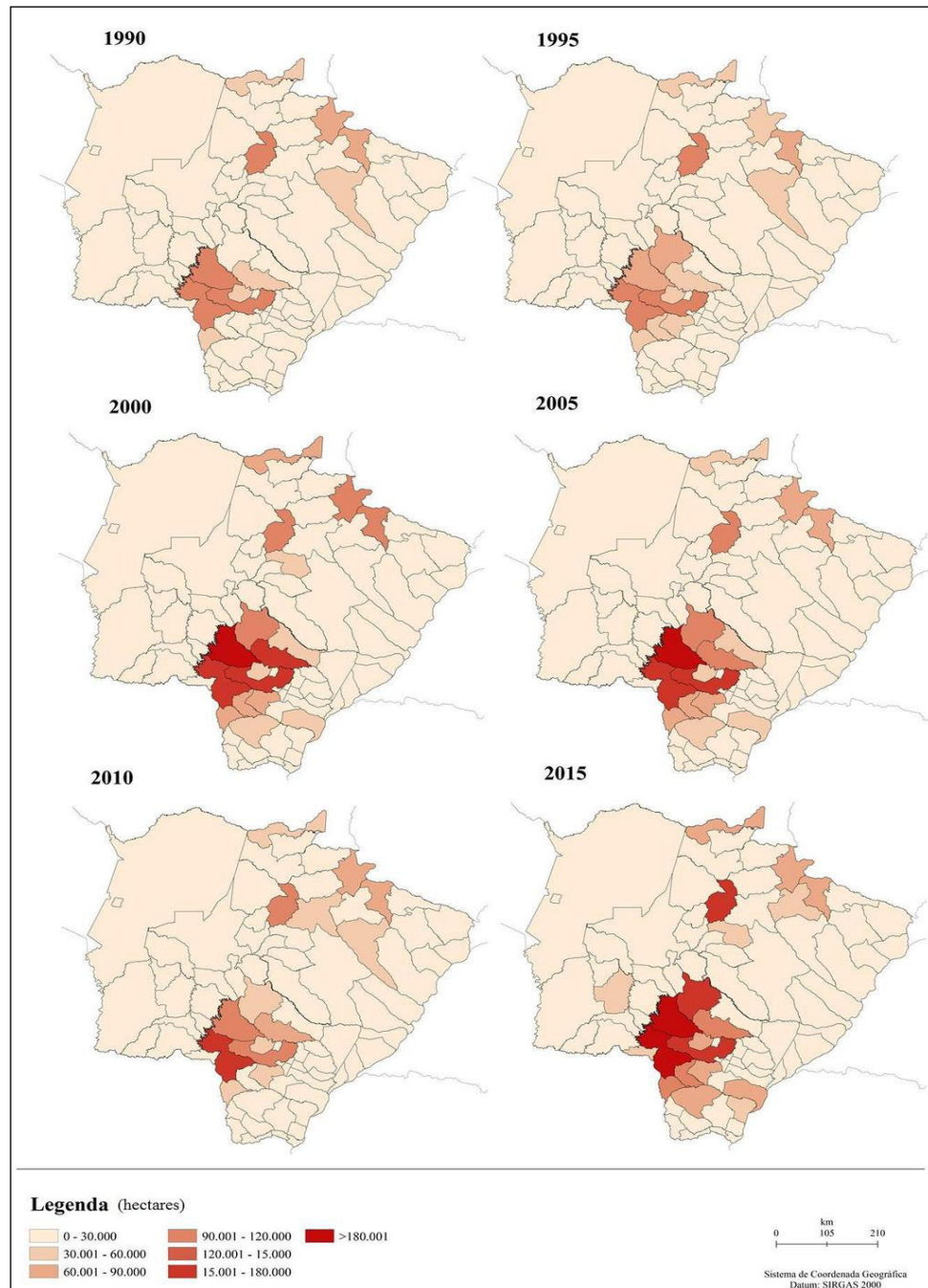
Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional.

O Estado colaborou para a consolidação do agronegócio. No século XXI, há o pacto entre Estado, grande propriedade e setor agroindustrial, a fim de sua inserção no comércio internacional. Nesse pacto o Estado se torna viabilizador de infraestrutura para exportação de commodities, fornecedor de crédito e dinamizador do mercado de terras, consolidando a produção de produtos para exportação, corroborando para a manutenção da concentrada estrutura fundiária brasileira (GOLDFARB, 2015, p. 34).

O Brasil é tradicionalmente conhecido pela exportação de produtos primários, a exemplo da soja e do minério de ferro. “A exportação de produtos primários é a principal responsável pelo saldo da balança comercial” (NETO e DA CRUZ, 2014, p. 57). O país, desde a colonização, se firmou na agricultura para exportação, principalmente depois da modernização da agricultura, onde alterou-se a base técnica da agricultura para intensificar a produção para exportação.

Nesse contexto, de financiamento estatal e produção para exportação de produtos primários, se insere a soja, com destaque para a sua produção do estado de Mato Grosso, na década de 1960, trazida por sulistas, pois as condições edafoclimáticas do cerrado eram favoráveis para a produção do grão. Na década de 1970 aumentou sua produção, contando com amplos incentivos creditícios do governo federal.

A figura a seguir representa evolução da área plantada de soja nos anos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015 em Mato Grosso do Sul.



Fonte: FACCIN (2017)

**Figura 1.** Evolução da área plantada de soja: 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015 em Mato Grosso do Sul.

A Figura 1 apresenta o avanço da soja em Mato Grosso do Sul entre os anos de 1990 a 2015. É evidente o avanço dessa cultura no estado, especialmente a partir do ano 2000. Outro fato relevante é que o avanço da soja se dá em grandes estabelecimentos, ou seja, estabelecimento com extensas áreas. Ressaltando que a soja é uma das “vedetes” do agronegócio, justamente por gerar lucro quando produzida em larga escala, isso explica o porquê do avanço da cultura ter se dado em áreas concentradas.

O modelo produtivo adotado na ocupação dos cerrados, a partir de 1970, foi resultado de uma disputa que vinha desde a década de 1950, quando se polarizaram duas vertentes sobre o desenvolvimento para o campo no Brasil. Uma defendia a necessidade de fazer a reforma agrária como forma de acabar com a estrutura do latifúndio, visto aqui como o entrave para o desenvolvimento; a outra defendia que o entrave estava na falta de modernização do processo produtivo, tornando-se necessário, portanto, adotar uma agricultura de base empresarial que incorporasse o uso de técnicas modernas ao setor agropecuário. Prevaleceu a segunda corrente, incorporada pelo regime militar, que, a partir da década de 1970, através de um conjunto de políticas de subsídios e da construção de uma rede de infraestrutura, implementou esse modelo nos cerrados, especialmente com a cultura da soja (PEIXINHO et al, 2003, p. 98).

A Tabela a seguir evidencia em números o processo de avanço da soja em Mato Grosso do Sul, com dados até o ano de 2019<sup>8</sup>:

**Tabela 4.** Série histórica avanço da soja em área plantada no Mato Grosso do Sul (hectares).

Unidade da Federação	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
<b>Mato Grosso do Sul</b>	2.145.886	1.891.891	2.055.107	3.115.191	3.245.163	4.744.300	5.784.337

Fonte: IBGE (2021). Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano.

A Tabela 4 revela que, em 1990, a área plantada de soja já era volumosa, representando 2.145.886 hectares de área plantada. Contudo, entre os anos de 1990 a 1995 há uma queda na produção, reduzindo a área plantada para 1.891.891 hectares. Mas a partir do século XXI a produção volta a avançar, e, no ano 2000 ela alcança a marca de 2.055.107 hectares plantados. A área plantada do monocultivo segue avançando, registrando, em 2019, 5.784.337 hectares plantados.

O monocultivo é atividade tradicional e relevante para a economia, iniciada ainda no século XX, com a decadência da atividade ervamateira. Além da produção de soja outras culturas como o milho e a pecuária de corte ganharam destaque no estado, permanecendo até o século atual e se tornando tradicional na história do estado, ambas ligadas ao agronegócio (DOMINGUES, 2011).

A cada período, o território mato-grossense (a partir de 1979, sul-matogrossense), se organizava para atender aos impulsos externos, sob o comando da “região concentrada”, com destaque para a economia paulista. A região Sudeste, em particular o estado de São Paulo, exerceu o poder de espalhar as demandas do mercado interno, definindo, na divisão territorial do trabalho, o Mato Grosso do Sul como uma extensão da economia do Sudeste – uma afirmação clássica registrada por Goldenstein e Seabra (1989). A partir da incorporação do

Cerrado pelo cultivo de soja, para reduzir o impacto causado pelo Choque do Petróleo, o Mato Grosso do Sul saiu do binômio trigo/ gado para soja/gado e foi gradativamente ligado ao comércio internacional através das exportações de produtos do complexo soja e carne bovina (LAMOSO, 2011, p. 34).

O processo de modernização da agricultura trouxe alterações para o processo produtivo da *commoditie*, estimulando ainda mais a produção para exportação, maximizando o uso dos fatores de produção, ou seja, a eficiência produtiva, para obter maiores níveis de produtividade e rentabilidade. No final do século XX a produção da soja ganhou novos contrastes, priorizando aumentar a eficiência e os lucros (COLUSSI et al., 2016, p.1).

Assim, o agronegócio se mantém fundamental para a economia brasileira, e as últimas décadas denotam um esforço intenso de modernização da prática agrícola, seja para maior produção e rendimento, seja para elevar os níveis de competitividade do setor, adequando a situação brasileira a parâmetros mundiais. A soja, em particular, influencia significativamente a economia brasileira e tem o poder de reorganizar o território para maior fluidez no escoamento de seus subprodutos (FACCIN, 2017, p. 27).

Essa cultura ligada diretamente ao agronegócio, agricultura capitalista produtora (em sua maioria) de grãos para exportação, substituiu lavouras como a de arroz, milho, trigo, entre outras culturas de alimentos, objetivando aumentar os lucros com a exportação de grãos.

Houve em Mato Grosso do Sul aliança entre Estado e empresas para que houvesse o avanço comercial da soja em território sul-mato-grossense e o estado se tornasse um exportador da *commoditie*. Ocorrendo, “primeiramente, o fortalecimento do comércio interno regional, para depois alcançar os mercados internacionais, com a implantação de grandes empresas do agronegócio no território sul-mato-grossense” (FACCIN, 2017, p. 16).

A partir da análise, vimos a tamanha importância da soja para a economia do país e do estado de Mato Grosso do Sul. Embora o monocultivo tenha se mostrado relevante em todo o estado, há municípios de Mato Grosso do Sul em que a soja se destaca e há também estados do país com maior produtividade da *commoditie*. A tabela (Tabela 5) a seguir trará dados dos estados brasileiros com maior área plantada de soja, e posteriormente terá uma tabela (Tabela 6) com os principais municípios produtores de soja no Mato Grosso do Sul em 2019:

**Tabela 5.** Principais estados brasileiros produtores de soja por área plantada, em 2019.

Estados	Área Plantada (hectares)	Soja em Grãos
Mato Grosso	16.594.186	9.724.213
Paraná	10.551.878	5.418.814
Rio Grande do Sul	9.060.127	5.843.533
São Paulo	8.063.719	1.080.541
Goiás	6.634.818	3.402.810
Mato Grosso do Sul	5.786.337	2.882.107
Minas Gerais	4.502.247	1.627.741

Fonte: IBGE (2021). Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano.

**Tabela 6.** Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2019.

Municípios	Área Plantada (hectares)
Maracaju	565.469
Ponta Porã	465.516
Sidrolândia	430.377
Dourados	366.506
Rio Brillhante	304.822
São Gabriel do Oeste	207.350
Costa Rica	203.313
Caarapó	196.013
Aral Moreira	194.014
Laguna Carapã	190.495
Navirai	167.860
Itaporã	159.855
Nova Alvorada do Sul	157.979
Chapadão do Sul	157.958

Fonte: IBGE (2021). Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano.

## A “BASE” CONSTRUÍDA EM MATO GROSSO DO SUL POR MEIO DE LEIS, DECRETOS E PROGRAMAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO

A partir do exposto, percebe-se a docilidade construída no Mato Grosso do Sul para a territorialização de atividades agrícolas que demandem extensas propriedades de terra para a sua reprodução, ou seja, atividades ligadas ao agronegócio, seja ele no monocultivo de grãos, cana-de-açúcar ou na silvicultura de eucalipto. No estado predominam as atividades que demandam extensas áreas, com o uso de técnicas “modernas” e mecanizadas, atividades quase sempre ligadas ao agronegócio, que opera com largos incentivos fiscais e creditícios do Governo Federal, mantendo a estrutura fundiária concentrada.

Para dar sustentação a esse argumento, trazemos uma tabela com a estrutura fundiária do estado de Mato Grosso do Sul:

**Tabela 7.** Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária (2014).

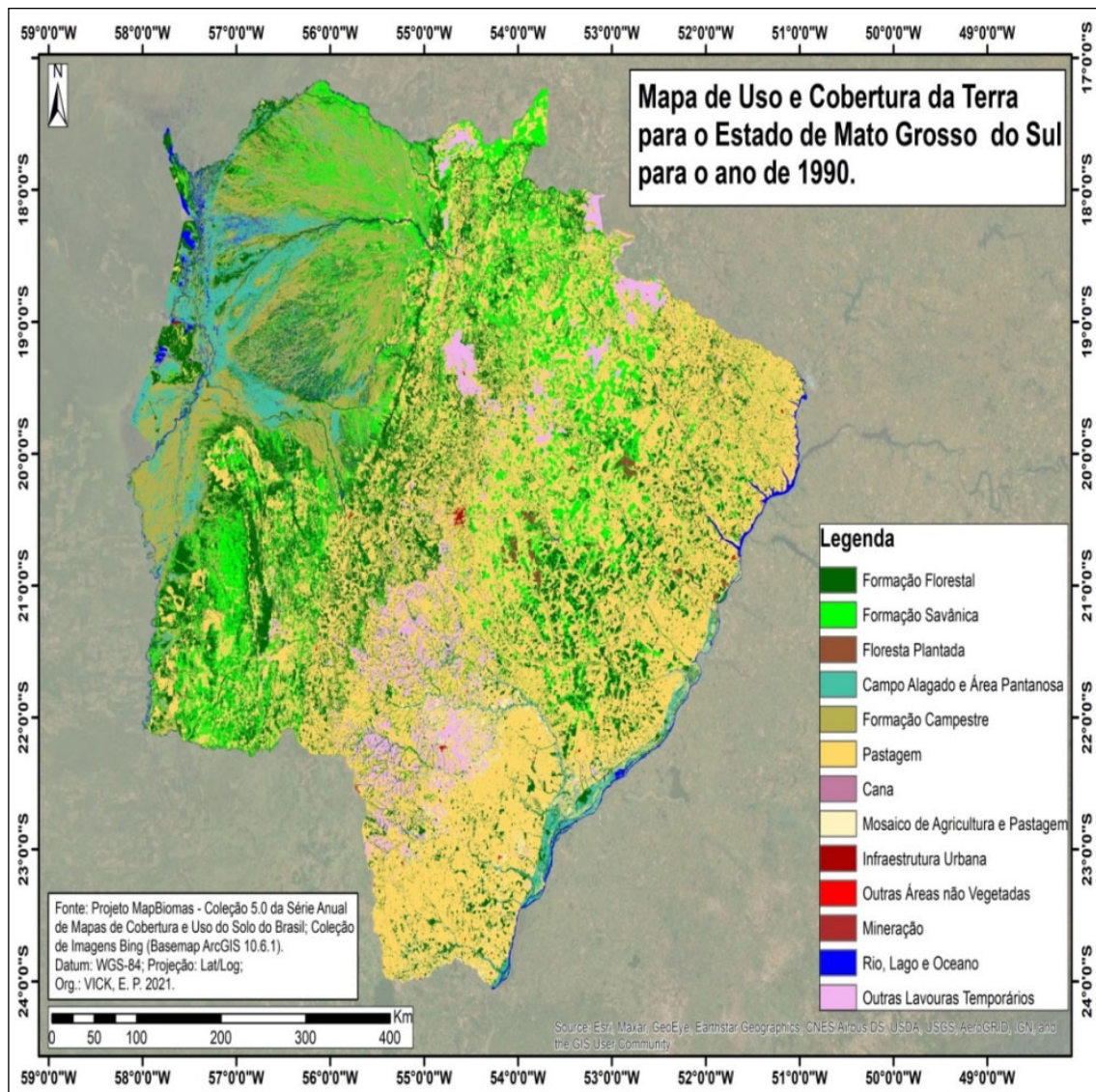
<b>Classe Área Total (ha)</b>	<b>Nº de Imóveis</b>	<b>%</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>%</b>
0 a menos 200	65.494	69,92%	2.783.542,71	7,18%
200 a menos de 500	12.215	13,05%	3.942.123,13	10,16%
500 a menos de 1.000	7.182	7,66%	5.070.926,01	13,08%
Acima de 1.000	8.777	9,37%	26.983.441,78	69,58%
<b>Total</b>	<b>93.668</b>	<b>100%</b>	<b>38.780.033,63</b>	<b>100%</b>

Fonte: INCRA (2014). Organização: Nardoque (2016, p. 262).

A Tabela 7 confirma a estrutura fundiária concentrada abordada no decorrer desse texto. Evidenciando a lógica agrária do agronegócio, imóveis de 0 a 200 ha estão nas mãos de vários produtores, os pequenos produtores, ocupando área de 2.783.542,71 ha, enquanto imóveis acima de 1000 ha ocupam área de 26.983.441,78 ha, representando 9,37% dos imóveis, ou seja, a terra concentrada nas mãos de poucos. Luiz (2020) nos atenta para o significado da terra no sistema de produção capitalista; nele a terra não interessa apenas para a produção, mas também como reserva de valor. Essa estrutura agrária capitalista faz permanecer a renda nas mãos de poucos, perpetuando a construção social de que terra é instrumento para obter lucro, quando na realidade a “terra é para vida, e não para negócio” (SACHS, 2001, p. 367).

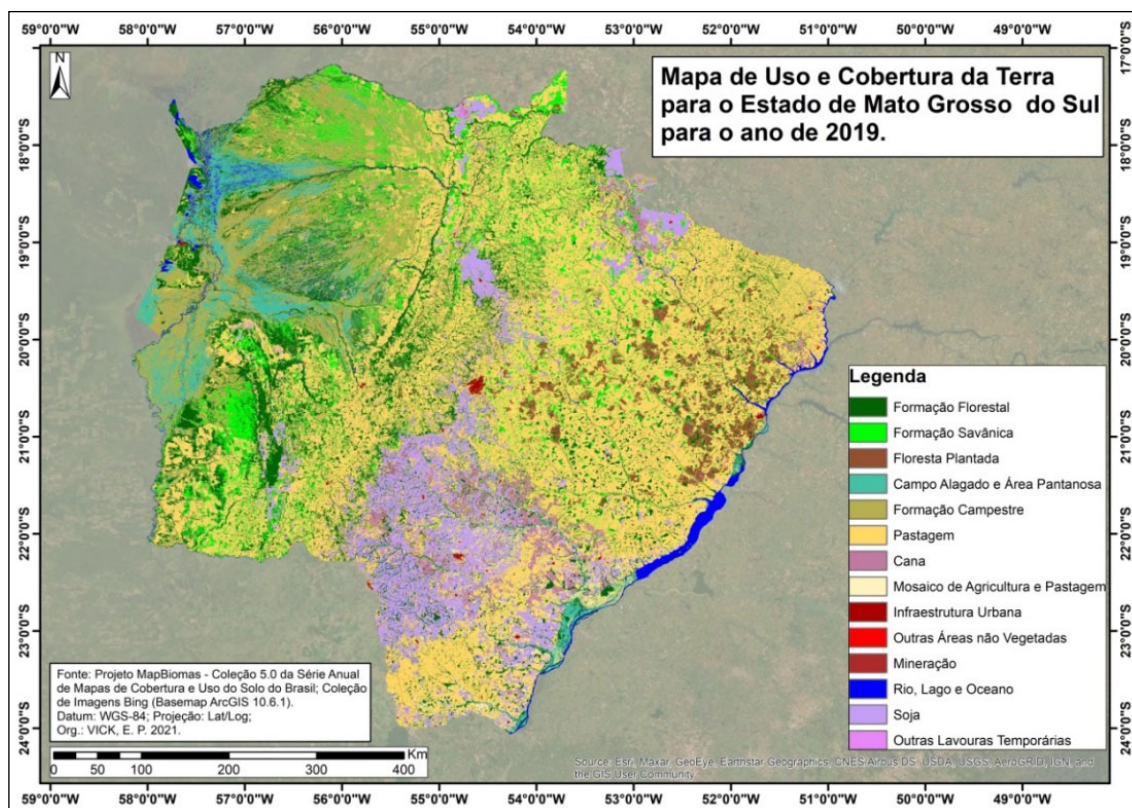
Com base na contextualização da lógica capitalista agrária de ocupação “produtiva” imposta sob a região Centro-Oeste, e suas consequências sobre o estado de Mato Grosso do Sul, além dos principais produtos (commodities) produzidos no estado, iremos anexar duas figuras com o mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, o primeiro do ano de 1990 e o segundo de 2019. Nosso intuito é evidenciar o avanço do agronegócio nas terras sul-mato-grossenses.





Fonte: Projeto MapBiomias – Coleção [versão] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 25/03/2021.

**Figura 2.** Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 1990.



Fonte: Projeto MapBiomas – Coleção [versão] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 25/03/2021.

**Figura 3.** Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 2019.

A Figura 2, com o mapa de uso e cobertura da terra no estado de Mato Grosso do Sul, em 1990, evidencia o predomínio de formação florestal, formação savânica, lavouras temporárias e pastagem. Sendo, neste período, a pastagem para pecuária, atividade tradicional ao longo da história sul-mato-grossense.

Há também alguns traços de silvicultura de eucalipto nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Campo Grande, Três Lagoas e Água Clara, identificados pela cor marrom, no mapa, e com um percentual quase que insignificante perante a vasta extensão de pastagem, porém, esse percentual ainda que insignificante, não pode ser ignorado, pois, ele alerta a intensificação das atividades ligadas ao avanço do agronegócio que se dará no estado, nos anos seguintes.

Já a Figura 3, com o mapa mais recente de uso e cobertura do solo do estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2019, denuncia o avanço da silvicultura de eucalipto, alertado no decorrer do texto. Há também o avanço lavouras temporárias, nas mesmas áreas, ou seja, áreas que já tinham esse tipo de atividade intensificam-nas.

Na região Norte do estado os municípios de Paraíso das Águas, Costa Rica mostram o aumento significativo de lavouras temporárias, além do município de Chapadão do Sul, onde também houve aumento. Nos municípios de Rio Brillhante, Sidrolândia, Maracaju, Ponta Porá, Laguna Carapã, Aral Moreira, Caarapó, Dourados e Douradinha também



houve aumento significativo de lavouras temporárias. E na especificação de floresta plantada (silvicultura de eucalipto) houve aumento significativo nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Brasilândia, Agua Clara, Três Lagoas, Selvíria, Aparecida do Taboado e Inocência.

As figuras com o mapa de uso e cobertura do solo evidenciam o que foi exposto inicialmente, o avanço do agronegócio sob as terras do Mato Grosso do Sul, e o predomínio de atividades ligadas a eles em partes específicas do estado, de fato o que foi planejado pela política getulista; a ocupação “produtiva” agrícola da região Centro-Oeste, e consequentemente do estado de Mato Grosso do Sul.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A maneira como Mato Grosso do Sul foi ocupado e colonizado, utilizando a terra como negócio, apenas reforça a forma como a terra foi institucionalizada no Brasil, desde a chegada dos europeus e, posteriormente, com a Lei de Terras de 1850.

O modelo de ocupação adotado no Mato Grosso do Sul revela a apropriação capitalista da terra, com amplo apoio financeiro e legislativo do Governo federal, por meio dos programas criados para incentivar a ocupação na região, as leis, decretos e incentivos governamentais delinearão um cenário propício para a territorialização do agronegócio.

Esse modelo de agricultura se mostra insustentável do ponto de vista social e ambiental. Com os programas de ocupação das áreas de Cerrado na região Centro-Oeste, grandes áreas do Mato Grosso do Sul e de outros estados da região foram destruídas, antes mesmo de serem estudadas e conhecidas.

Assim, conclui-se que Mato Grosso do Sul foi formado (em 1977 ele se torna um estado independente de Mato Grosso) no seio da agricultura capitalista, com a modernização (conservadora) da agricultura, atrelado às políticas federais que propiciaram a perpetuação da concentrada estrutura fundiária. Os extensos latifúndios com predomínio de pastagens deram lugar para as modernas empresas rurais, com a aplicação de técnicas para aumentar a produtividade nos monocultivos.

Embora, a agricultura capitalista se apresente como o que há de mais moderno no que tange à agricultura, ela ainda remonta o período colonial do país, com a produção em latifúndios de bens primários para a exportação. Do ponto de vista técnico, o moderno desta agricultura está nas técnicas, nos insumos químicos, na mecanização da produção com o uso de máquinas e tratores, mas do ponto de vista ambiental e social o uso de todos esses instrumentos é o que há de mais arcaico, colaborando com a destruição do meio-ambiente e a perpetuação da pobreza social, onde há poucos com muitas terras e muitos sem nenhuma terra para a sua reprodução social e identitária.

## NOTAS

3 O trecho do decreto foi transcrito na íntegra, porém não há numeração de páginas no referido documento.

4 Regionalização de Planejamento do estado de Mato Grosso do Sul. Constituída pelos municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas.

5 São características definidas através de fatores do meio, tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a umidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial.

6 Nos estados da Bahia e Espírito Santo, são frequentes os conflitos entre empresas de eucalipto e celulose com comunidades tradicionais/locais, muitas vezes resultando em mortes. Para entender melhor sobre o caso na Bahia, ler a Dissertação do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, da acadêmica Ivonete Gonçalves de Souza, intitulada: EUCALIPTO E O VENENO SILENCIOSO: EXPANSÃO DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO EXTREMO SUL DA BAHIA. AGROTÓXICOS, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA.

7 Para compreender melhor a luta travada entre o agronegócio e a agricultura familiar, ler a dissertação de mestrado “Dinâmica Agrária e a Territorialização do Complexo Celulose/Papel na Microrregião de Três Lagoas/MS”, do autor Mieczeslau Kudlavič, defendida em 2011, no Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, câmpus de Três Lagoas.

8 O objetivo era evidenciar nas tabelas dados desde o ano de 1970, quando a soja avança no estado, porém, o IBGE fornece dados referentes ao ano de 1988 em diante. Sendo assim os dados foram organizados de 5 em 5 anos, e por ultimo com uma diferença de 4 anos a escolha por essa cronologia é justamente para ilustrar em números o avanço da soja, já abordado na Figura 6.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, S. de. **Planejamento governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições**. São Paulo, USP, 2003. (Tese Doutorado em Geografia).
- ALMEIDA, R. A. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul. 1ed. São Paulo: **Expressão Popular**, v. 1, p. 103-134, 2011.
- AZEVEDO, J. R. N.; Thomaz Junior, A. O merchandising do agrohidronegócio; programas e eventos em torno da agroindústria canavieira. **ENTRE-LUGAR**, v.4, n.8, p. 35-45, 2013.
- BARATELLI, A. E. S. **A dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas**. Três Lagoas: 2019. 71 f. Monografia

- (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2019.
- BARATELLI, A. E. S. & MARIANO, A. J. F. A expansão do eucalipto na Microrregião de Três Lagoas/MS entre os anos de 2013-2017. **Simpósio Internacional e Simpósio Nacional de Geografia Agrária (ANAIS)**, Recife –PE, 2019.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. Série Princípios, 3º edição, São Paulo:Ática, 1994.
- BIANCHINI, O. da C. D.. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso, 1880-1940**. Editora Ufms Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul, 2000.
- BRAND, A.; FERREIRA, E. M. L; ALMEIDA, F. A. A. Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. **Simpósio Nacional De História**, v. 23, p. 23, 2005.
- CASTRO, S. S. de; ABDALA K.; SILVA, A. A; BORGES, V. A expansão da cana-de-açúcar no Cerrado e no Estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. In: **Boletim Goiano de Geografia**, 2010.
- COLUSSI, J., WEISS, C. R., de SOUZA, Â. R. L., & de OLIVEIRA, L. (2016). O agronegócio da soja: Uma análise da rentabilidade do cultivo da soja no Brasil. **Revista ESPACIOS**. Vol. 37 (Nº 16) Año 2016.
- DOMINGUES, A. T.. O setor agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul: desdobramentos e perspectivas. **Revista Tamoios**, v. 7, n. 2, p. 21-36, 2011.
- DOMINGUES, A. T.; JÚNIOR, A. T.. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 34, p. 138-160, 2012.
- FACCIN, A. C. T. M. **Complexo soja no Mato Grosso do Sul: competitividade regional e vulnerabilidade territorial**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2017.
- FABRINI, J. E.. A posse e a concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. P.53-79.
- FIGUEIREDO, C. V.; SOUZA, J. G.. A monocultura canavieira: entropia da paisagem e elisão fiscal no município de Rio Claro-SP, Brasil (2000-2008). **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 22 Abr., 2016.
- FREDERICO, S. **O novo tempo do cerrado**. Expansão dos Fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- FREITAS, W. A. DE; MELLO, M. de. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território. **Sociedade & Natureza** (UFU. Online), v. 26, p. 471-482, 2014.
- GUIJARRA, M. A. de O. **AS Diferentes Formas de Ocupação/Exploração da Porção Meridional Sul-Mato-Grossense e as Implicações à Cobertura Vegetal Original Entre os Anos de 1880–1985**. O caso do município de Dourados-MS. Glória de Dourados, 2008. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Impactoambiental/44.pdf>>.
- GOLDFARB, Y.. Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do

- território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina. **Revista NERA (UNESP)**, v. 18, p. 11-37, 2015.
- KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMS. Três Lagoas. 2010. 177p.
- LAMOSO, L. P.. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul-Brasil. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 10, n. 21, p. 33-47, 2011.
- LOPES, C. R.. **Cativeiros de papel: desertos verdes, papuleiras e conflitos socioambientais na região de três lagoas/MS (2009 – 2015)**. (Tese de Mestrado em Direito). Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2016.
- MARTINS, J. de S.. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1981.
- MELO, Danilo Souza. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000–2012)**. 2014.
- MOREIRA, D. L. Dos Espaços ‘vazios’ ao processo de colonização particular: Uma breve História do processo de ocupação do Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. **Revista de Ciências Humanas e Sociais Pitágoras**, v. 3, p. 1-12, 2017.
- MOREIRA, D. L. **Por uma nova história da emancipação políticoadministrativa do município de Batayporã-MS (1953-1964)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História). UFGD. Dourados. 2015.
- MORENO, G.. **Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso**. 633f. Tese de Doutorado. FFLCH USP. São Paulo. 1994.
- MOTA, J. M. **Territórios e Territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade**. 406f. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil. 2011.
- NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados-CAND (1943-1960)**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.
- NARDOQUE, S.I; ALMEIDA, R. A. de. **DATALUTA/MS Banco da terra Relatório 2013. Três Lagoas: LABET/UFMS**, 2014.
- NETO, T. E.; DA CRUZ, K. K. C. Os resultados da parceria estratégica Brasil-China para o fortalecimento comercial da cadeia produtiva da soja no Mato Grosso do Sul 2003-2013. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 4, n. 2, p. 56-77, 2014.
- OLIVEIRA, B. C. **Política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 243f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Assis, 1999.
- OLIVEIRA, B. C. **Histórias que (re) contam História: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.
- PEIXINHO, D. M. et al. Reestruturação espacial: a interação do local e global - o exemplo da soja. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia/GO, 2003
- PEREIRA, M. C; MICHELS, I. L; RODRIGUES, J. D.; CAMPELO, E. H. R.; MEURER,

- R. A expansão da cadeia sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul. In: XLV Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia Administração E Sociologia Rural. **Anais**. Londrina: UEL, 2007.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.. Geografia da riqueza, fome e meio-ambiente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inês Maria (Org). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. P.207-253.
- ROCHA, J. R. da; PESSÔA, V. L. S.. A soja transformando Chapadão do Sul. **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 1, p. 107-121, 2007.
- SACHS, I.. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001.
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M, L. **O Brasil: território e Sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- SILVA, W. G.. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 31, p. 26-42, 2016.
- STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Atual, 1997.
- TEIXEIRA, J. C.. **Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na bacia hidrográfica do Rio Ivinhema no Estado de Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado – UNESP. Presidente Prudente 2015.
- TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N.. A Região Centro-Oeste no contexto das mudanças ocorridas no período pós-1960. **Revista Eletrônica AGB-TL**, p. 52-66, 2006.
- TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N.. A trajetória da pecuária bovina brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, p. 26-38-38, 2014.
- TEIXEIRA, J. C.. **A expansão canavieira na bacia do rio Ivinhema-MS (2003-2015): efeitos socioespaciais**. 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2017. v. 1. 209p

---

# CONSUMO PRODUTIVO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL: AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO<sup>1</sup>

PRODUCTIVE CONSUMPTION AND URBANIZATION  
IN BRAZIL: AGRIBUSINESS CITIES

CONSUMO PRODUCTIVO Y URBANIZACIÓN  
EN BRASIL: CIUDADES DE AGRONEGÓCIO

Denise Elias<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo revisita as noções de consumo produtivo e de cidade do campo a partir da obra do geógrafo Milton Santos, baseando-se em três objetivos principais: evidenciar a importância dessas duas noções para a compreensão da urbanização brasileira; destacar as derivações que promovemos a partir dessas duas noções; salientar a importância do corpo teórico-conceitual e metodológico trabalhado por Milton Santos. A metodologia foi estruturada com base nos fundamentos da pesquisa qualitativa para a construção de uma análise crítica. Concluímos que a obra de Milton Santos ainda reclama muita reflexão e nos instiga permanentemente à pesquisa e à descoberta, além de continuar atual e potente para explicar a complexidade da realidade do Brasil e do mundo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Milton Santos. Consumo produtivo do agronegócio. Cidade do agronegócio.

**ABSTRACT:** This article revisits the notions of productive consumption and the rural city from the work of geographer Milton Santos, based on three main objectives: to highlight the importance of these two notions for the understanding of Brazilian urbanization; highlight the derivations that we promote from these two notions; emphasize the importance of the theoretical-conceptual and methodological body worked by Milton Santos. The methodology was structured based on the foundations of qualitative research for the construction of a critical analysis. We conclude that the work of Milton Santos still requires a lot of reflection and permanently instigates us to research and discovery, in addition to remaining current and powerful to explain the complexity of reality of Brazil and the contemporary world.

**Keywords.** Milton Santos. Productive consumption of agribusiness. Agribusiness city.

---

<sup>1</sup> Agradecemos o financiamento do CNPq a várias de nossas pesquisas que deram embasamento para a redação do presente artigo.

<sup>2</sup> Geógrafa e Doutora em Geografia Humana (USP), professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da UECE. Pesquisadora do CNPq, da Reagri (Rede de Pesquisadores sobre Regiões Agrícolas) e da ReCiMe (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8384-0990>. E-mail: [deniseliasgeo@gmail.com](mailto:deniseliasgeo@gmail.com).

Artigo recebido em maio de 2022 e aceito para publicação em junho de 2022.

**RESUMEN:** Este artículo retoma las nociones de consumo productivo y de ciudad rural a partir de la obra del geógrafo Milton Santos, en base a tres objetivos principales: resaltar la importancia de estas dos nociones para la comprensión de la urbanización brasileña; destacar las derivaciones que promovemos de estas dos nociones; destacar la importancia del cuerpo teórico-conceptual y metodológico trabajado por Milton Santos. La metodología se estructuró a partir de los fundamentos de la investigación cualitativa para la construcción de un análisis crítico. Concluimos que la obra de Milton Santos aún requiere mucha reflexión y nos incita permanentemente a la investigación y al descubrimiento, además de ser actual y poderosa para explicar la complejidad de la realidad de Brasil y del mundo contemporáneo.

**Palabras clave:** Milton Santos. Consumo productivo de agronegocio. Ciudad de agronegocio.

## INTRODUÇÃO

Este artigo revisita as noções de consumo produtivo e de cidade do campo a partir da obra do geógrafo brasileiro Milton Santos, baseando-se em três objetivos principais: evidenciar como essas noções são basilares para a compreensão da complexidade da urbanização brasileira desde o último quartel do século XX; destacar algumas derivações dessas noções a partir de um conjunto de estudos e pesquisas de nossa autoria realizados desde meados dos anos 1980, em parte com o eminente geógrafo; salientar a atualidade do corpo teórico-conceitual e metodológico proposto por Milton Santos, que continua potente para explicar a realidade do Brasil e do mundo contemporâneo.

Uma das marcas da obra de Milton Santos é o estudo sobre a urbanização brasileira. Segundo o autor, para que a geografia crítica para seja útil e utilizada, esta precisa ser analítica e não apenas discursiva. Assim, sua leitura da urbanização e do território brasileiro sempre partiu de estudos e pesquisas, dentre os quais tivemos o privilégio de participar de alguns na década de 1980 e no início dos anos 1990.

De maneira geral, essas pesquisas abordavam a reorganização do espaço geográfico brasileiro à luz das novas condições históricas geradas pelo período técnico-científico-informacional, buscando compreender seus principais vetores, processos e tendências, através do reconhecimento dos elementos de estruturação do espaço em suas diversas escalas. Alguns desses estudos tiveram o estado São Paulo como recorte espacial.

Merece destaque uma pesquisa sobre determinados aspectos do uso do território como decorrência do papel que a ciência, a tecnologia e a informação passaram a ter, direta ou indiretamente, como dados fundamentais da realização econômica, social, política e da (re)produção do espaço geográfico, sobretudo desde meados do século XX. Esse estudo procurava reconhecer e dimensionar, qualitativa e quantitativamente, os vetores de modernização com forte incidência espacial no estado, incluindo as cidades e o campo. O recorte espacial foi delimitado em escala regional, abrangendo especialmente a Região Metropolitana e as regiões de Ribeirão Preto, Campinas e Sorocaba. Outro projeto

de igual importância preocupava-se fundamentalmente com a reorganização espacial recente do interior do estado de São Paulo, então segunda economia do país, incluindo a redefinição do fenômeno da urbanização e os novos papéis do presente sistema temporal.

Várias ideias, conceitos, categorias e elementos basilares da leitura analítica do território brasileiro em geral e do estado de São Paulo em particular realizada por Milton Santos resultaram ou foram aperfeiçoados a partir dessa fase de estudos e pesquisas. Muitos deles podem ser encontrados em suas obras publicadas a partir desse momento em forma de análise ou de síntese. Por vezes, os resultados aparecem de forma separada em diferentes publicações, mas não fragmentados, já que guardam coerência entre si e formam um só corpo explicativo.

Nesse contexto, podemos destacar a ideia da involução metropolitana em contraposição ao conceito de metropolização. A involução se refere a um conjunto de cidades pequenas e de médio porte que experimentaram um ritmo intenso de crescimento econômico, notadamente no que Milton Santos chamou do Brasil agrícola com áreas urbanas. Nesse espaço, criavam-se lugares extremamente propícios ao exercício dos capitais hegemônicos vinculados à agropecuária moderna, promovendo a fragmentação do território e uma nova divisão social e territorial do trabalho.

Assim, citando noções, conceitos e ideias de Milton Santos, esse Brasil apresentava um conjunto de novas características da urbanização, como o crescimento do trabalho intelectual também no campo; o crescimento dos consumos consumptivo e produtivo; a migração de um contingente de mão de obra especializada das cidades maiores para as menores; a proliferação de um novo tipo de trabalhador do campo, o agrícola não rural, que mora na cidade; a cidade como lócus de regulação do que se faz no campo moderno, entre tantas outras.

Na divisão do trabalho entre seus orientandos para a consecução de tais pesquisas, coube a mim um conjunto de atividades, sendo a mais importante para o presente artigo a pesquisa sobre a região de Ribeirão Preto (SP), que possuía a mais moderna atividade agropecuária não só do estado de São Paulo, mas do país. A região passava, então, por uma intensa reestruturação produtiva de sua agropecuária, processo que se estendeu a muitas outras partes do país. Tais estudos resultaram em minha tese de doutorado defendida em 1996, entre outros trabalhos.<sup>3</sup>

Desde então, nossas linhas de pesquisas estão voltadas aos processos de reestruturação produtiva da agropecuária e seus impactos socioespaciais, com grande destaque para a urbanização e os processos de (re)estruturação urbano-regional resultantes. Da mesma forma, temos no arcabouço teórico-conceitual e metodológico propostos por Milton Santos um pilar central para o desenvolvimento de nossos trabalhos. E é sobre alguns desses processos que tratamos aqui. Assim, o texto perpassa direta e indiretamente várias de suas obras.

A metodologia foi estruturada com base nos fundamentos da pesquisa qualitativa para a construção de uma análise crítica. Privilegiamos a pesquisa bibliográfica e documental. Além de trabalhos acadêmicos (livros, teses, dissertações e artigos científicos), consultamos jornais, revistas especializadas e *sites* de corporações associadas aos temas trabalhados no artigo, que podem ser acessados diretamente via internet. Os vários trabalhos de campo realizados em diferentes momentos desde meados da década



de 1980, em diversas áreas de difusão do agronegócio por todo o Brasil, também foram imprescindíveis para as interpretações apresentadas.

Além dessa introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em três seções. Na primeira, apresentamos a noção de consumo produtivo como trabalhada por Milton Santos, indicando como passamos a utilizá-la em nossos estudos depois de um conjunto de pesquisas, qual seja, como consumo produtivo do agronegócio. A segunda seção traz a noção de cidade do campo de Santos e a derivação que promovemos para a cidade do agronegócio, visando melhor explicitar a quais agentes e interesses a produção de tais cidades se associa, buscando adjetivar esse conceito. Por fim, exemplificamos o consumo produtivo do agronegócio em um conjunto de cidades em várias partes do Brasil, no intuito de comprovar as principais teses apresentadas nas duas primeiras seções.

## REVISITANDO O CONCEITO DE CONSUMO PRODUTIVO

Em várias de suas obras e sob diferentes aspectos, o geógrafo brasileiro Milton Santos (1979, 1987, 1993, 1994, 1996, 2000) abordou o consumo a partir de sua relação com a terciarização da economia, com o incremento da economia urbana e da urbanização e com a alienação e a formação do consumidor mais-que-perfeito.

Em um de seus trabalhos basilares para compreender a urbanização brasileira no período técnico-científico-informacional, Santos (1993) destacou as novas formas de consumo entre as variáveis-chave para a compreensão da diversidade e da complexidade dessa urbanização, associadas ao consumo consumptivo ou ao consumo produtivo. Segundo o geógrafo, enquanto o consumo consumptivo associa-se diretamente às demandas da população (alimentação, saúde, educação, vestimenta, lazer etc.), esgotando-se em si mesmo e criando demandas heterogêneas segundo os diferentes estratos de renda, o consumo produtivo relaciona-se às demandas da produção, ou seja, à reprodução dos meios de produção.<sup>4</sup>

Para esse segundo tipo de consumo, de forma mais proeminente, Santos (1993, 1994, 1996, 2000) enfatizou o consumo produtivo da agricultura moderna, realizada com conteúdos crescentes de ciência, tecnologia, informação e capital intensivos. No livro *Técnica, espaço e tempo*, o autor alerta para o fato de que:

À medida que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Antes, o consumo do campo e das localidades propriamente rurais era, sobretudo, um consumo consumptivo, tanto mais expressivo quanto maiores as sobras disponíveis, estas sendo função da importância dos rendimentos e salários. (...) Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas (SANTOS, 1994, p. 146-147).

Isso faz com que as cidades próximas às áreas de agricultura modernizada sejam chamadas a suprir as demandas crescentes por insumos materiais e intelectuais de diferentes segmentos comerciais e de serviços especializados. Em suas palavras, “o consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta” (SANTOS, 1993, p. 50). Além disso,

os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes. A agricultura moderna, à base de ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima. Com a divisão interurbana do trabalho, as tarefas especializadas reduzem os respectivos custos unitários, aumentando a produtividade e a rentabilidade de cada agente individual e fortalecendo o conjunto de cidades (SANTOS, 1996, p. 227).

Diante do exposto, o crescimento do consumo produtivo voltado à agropecuária se deu de forma extraordinária em várias partes do país, notadamente onde chamou (SANTOS, 1993) de Brasil agrícola com áreas urbanas, representando uma parte cada vez maior das relações e trocas entre o campo e as cidades, assim como do incremento da urbanização, do aumento do número de cidades nas áreas de difusão do agronegócio.

Dada sua importância para a compreensão da urbanização brasileira desde os anos 1970, realizamos estudos sobre o consumo produtivo inerente à agropecuária realizada com conteúdos crescentes de ciência, tecnologia, informação e capital intensivos, em nossa pesquisa para a consecução de nossa tese de doutorado. Por vários anos, utilizamos a noção de consumo produtivo agrícola ou consumo produtivo da agricultura moderna para nos referirmos a esse tipo de consumo produtivo (ELIAS, 2003, 2006). Porém, há alguns anos, substituímos esse conceito pela ideia de consumo produtivo do agronegócio, visando explicitar melhor a qual conjunto de atividades efetivamente tal consumo se relaciona, entendendo ainda que esse seria um caminho mais eficiente para consolidar conceitualmente a noção (ELIAS, 2012, 2015, 2022).

Consideramos que o consumo produtivo do agronegócio está diretamente relacionado às condições gerais de produção do agronegócio, sendo inerente à reprodução dos meios de produção (bens e serviços) para sua consecução em distintas atividades agropecuárias e agroindustriais. Assim, a reestruturação produtiva da agropecuária e a difusão do agronegócio globalizado no Brasil ampliaram não somente a produção agrícola e agroindustrial, mas foram determinantes para a expansão qualitativa e quantitativa do terciário e da urbanização (ELIAS, 2003).

Não temos dúvida em afirmar que o aumento de uma extensa gama de comércios e de serviços especializados para o agronegócio está entre os vetores de incremento da economia urbana e também pode ser apontado como fator causal da (re)estruturação de várias cidades, de muitas novas e complexas relações campo-cidade, do incremento da urbanização e de processos de (re)estruturação urbano-regional em regiões onde o agronegócio é relevante na economia e na produção do espaço (ELIAS, 2022).

Defendemos, assim, que o estudo do consumo produtivo do agronegócio é efetivamente basilar para se compreender a complexidade da urbanização brasileira dos últimos 50 anos.

## CONSUMO PRODUTIVO E URBANIZAÇÃO: AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO

Com a difusão da revolução tecnocrática (SANTOS, 1996), especialmente desde os anos 1970, disseminou-se no Brasil uma agropecuária calcada na ciência e na tecnologia como verdadeiros alicerces de suas forças produtivas, redefinindo técnica e socialmente essa atividade.

Organizou-se um novo modelo econômico, social, político e territorial de produção agropecuária, no qual as condições locais se processam face aos imperativos da ordem global hegemônica. Da mesma forma, processaram-se metamorfoses profundas nas relações sociais de produção e na organização do espaço agrário, tendo, a partir de então, as grandes empresas e corporações como os agentes hegemônicos. A esse tipo de produção denominou-se agronegócio globalizado (ELIAS, 2003, 2013, 2017a).

Por definição, a cidade é lugar da realização de atividades não agropecuárias. Mas, entre os resultados da revolução tecnocrática e da difusão do agronegócio globalizado, tem-se o incremento do consumo produtivo associado a tal segmento, desenvolvendo-se, uma tipologia de cidade cujas funções e economia são intimamente associadas ao agronegócio.

Milton Santos (1993, 2000) denominou esse tipo de cidade de cidade do campo. Para ele, essas cidades:

são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Elas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado à necessidade de encontrar, no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção. Este fenômeno, antes restrito às cidades, que eram “depósitos” para os fatores da produção industrial, agora também se dá no campo, com a diferença de que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, nas áreas mais desenvolvidas, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que em muito muda a significação, neste período, da urbanização brasileira” (SANTOS, 1993, p. 56).

Desde o final da década de 1980, em diferentes pesquisas e sob diversos aspectos, estudamos algumas cidades do campo em diferentes partes do Brasil. Utilizamos essa noção por cerca de dez anos, mas, desde o final dos anos 1990, preferimos substituí-la pelo conceito de cidade do agronegócio, com objetivo de evidenciar a quais agentes e interesses a produção de tais cidades se associa, buscando melhor consolidar conceitualmente essa noção. Dessa forma, a noção de cidade do agronegócio é uma derivação da ideia de cidade do campo, proposta por Milton Santos (1993, 2000).

Entendemos que, nas cidades do agronegócio, se processa parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio, como atividades de comando, de fornecimento de uma gama diversa e complexa de produtos, serviços e mão de obra especializados. Tais especializações têm intensificado a urbanização do território brasileiro, realidade presente em todas as áreas onde o agronegócio se difunde, apesar de suas muitas especificidades (ELIAS, 2003, 2006, 2010, 2011, 2012, 2015, 2022).

Diante do exposto, as cidades do agronegócio são aquelas capazes de oferecer respostas imediatas às necessidades técnicas, científicas, financeiras, de logísticas e de mão de obra para o agronegócio. São os espaços urbanos não metropolitanos inseridos em amplas regiões produtivas de *commodities* agrícolas, nos quais ocorre a gestão local e regional do agronegócio. De maneira geral, possuem distintos níveis de urbanização e são cidades pequenas ou médias.

Entendemos que as cidades do agronegócio são estrutura, processo, função e forma para e da (re)produção do capital do agronegócio<sup>5</sup>, constituindo, portanto, pontos e nós fundamentais na rede de relações econômicas, sociais, políticas, territoriais e de logística do agronegócio. Essas cidades são elos entre os mais diversos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação<sup>6</sup> da produção agropecuária e agroindustrial que se dão na região por elas polarizadas com os locais de consumo e comando em diversas outras partes do planeta.

Dessa forma, em uma cidade do agronegócio, as relações das escalas local e regional com as escalas nacional e global são intensas e permanentes, provando que o agronegócio globalizado se realiza totalmente a partir da dialética entre as ordens global e local. Isso evidencia mudanças significativas das clássicas relações campo-cidade, inviabilizando que continuemos utilizando os sistemas clássicos de explicação da hierarquia urbana, como já nos alertava Milton Santos (1988) ainda na década de 1980, em *Metamorfoses do espaço habitado*:

Pelo esquema tradicional, havia uma série de degraus, de etapas, e galgá-los era crescer em importância, subir na hierarquia, ascender na escala da rede urbana. Utilizou-se este esquema por volta de um século, e apenas no início da década de 1970 é que se elaboram as primeiras propostas contra tal esquema, sugerindo que ele fosse abandonado (Santos, 1975), já que a cidade não mantém relações apenas com as outras mais próximas da pirâmide (SANTOS, 1988, p. 55).

Em todo o Brasil agrícola com áreas urbanas, encontramos cidades que podem ser caracterizadas como do agronegócio. Algumas são mais antigas e encontram-se em permanente processo de (re)estruturação, enquanto outras já nasceram como fruto da difusão do agronegócio globalizado e da divisão do trabalho por ele estabelecida.

Como características das cidades do agronegócio entendemos aquelas cujas funções inerentes ao agronegócio são, em vários casos e especialmente nas cidades menores, hegemônicas sobre as demais funções. Isso se dá uma vez que os agentes hegemônicos do agronegócio têm poder de impor especializações econômicas e espaciais cada vez mais profundas a esses espaços urbanos.

Assim, as cidades do agronegócio tornam-se cada vez mais especializadas, uma vez que as demandas de produtos e serviços para a produção da cana-de-açúcar são distintas das da soja, que diferem das do algodão que, por sua vez, são extremamente diversas das de produção de melão, entre outros. Nas cidades maiores, as demandas do consumo consumptivo multiplicam-se e somam-se às do consumo produtivo, oferecendo nova roupagem ao terciário e à (re)estruturação do espaço urbano.

Quanto maior a especialização produtiva da cidade e quanto mais os comércios, os serviços e o setor industrial estiverem intimamente ligados ao agronegócio globalizado e representarem percentuais significativos perante o total das atividades e das pessoas ocupadas, maior será seu nível de vulnerabilidade.

Defendemos, assim, que as cidades do agronegócio evidenciam de forma muito efetiva o que Santos (1993, 1996, 2000) chamou de uso corporativo do território brasileiro pelas corporações, no caso aqui abordado, as corporações do agronegócio. Nessas cidades, as verticalidades dominam sobre as horizontalidades e a solidariedade organizacional predomina sobre a solidariedade orgânica.

Utilizando outra noção de Santos (1993), afirmamos que as cidades *do agronegócio* nada mais são do que meros lugares do fazer do agronegócio globalizado, evidenciando a inserção passiva do país na economia e no consumo globalizados, ou seja, como ocorre a produção do espaço capitalista no Brasil no período histórico atual.

Algumas cidades do agronegócio configuram-se como centros regionais, enquanto outras como pequenas cidades, mas todas constituem-se como pontos ou nós da rede de relações do agronegócio globalizado e, dessa maneira, como imprescindíveis para a reprodução do capital do segmento. Em todas, é possível observar a relação direta e incontestável da economia urbana e da (re)produção do espaço urbano com alguma ou várias das múltiplas atividades inerentes ao agronegócio, sejam agropecuárias ou agroindustriais.<sup>7</sup>

São muitos os exemplos de cidades do agronegócio em todo o Brasil. Citemos algumas: Sinop, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde (MT); Balsas (MA); Uruçuí (PI); Rio Verde (Go); Ribeirão Preto, Sertãozinho e Matão (SP); Luís Eduardo Magalhães (Ba); Chapecó (SC); Dourados (MS); Uberlândia (MG); Passo Fundo e Santa Cruz do Sul (RS); Petrolina (PE), entre outras.

Vale destacar que, ao longo dos anos que temos exercido a atividade de pesquisadora científica, realizamos trabalho de campo em todas essas cidades, sendo que em algumas por mais de uma vez.<sup>8</sup>

## CONSUMO PRODUTIVO NAS CIDADES DO AGRONEGÓCIO

Na presente seção, trazemos alguns exemplos de economias urbanas fortemente associadas ao consumo produtivo do agronegócio em diferentes partes do Brasil. Não almejamos apresentar todos os comércios e serviços em um conjunto específico de cidades, mas dados importantes para diversas cidades do agronegócio, no intuito de comprovar as principais teses discutidas nas seções anteriores.

Alguns exemplos referem-se a cidades de porte médio que, de maneira geral, exercem papéis regionais, polarizam amplas regiões produtivas do agronegócio<sup>9</sup> e, embora sejam essenciais no oferecimento de bens e serviços para o agronegócio, são também importantes centros de consumo consumptivo e desempenham papéis clássicos de cidades que comandam outras cidades que integram suas respectivas regiões de influência. Teremos também como objeto de análise cidades menores, mais especializadas no consumo produtivo do agronegócio.

De maneira geral, o número de serviços e comércios associados às demandas do agronegócio é bastante numeroso e diverso. Há estabelecimentos de comercialização de insumos e fertilizantes; de colheitadeiras e tratores de última geração; de sementes transgênicas; de equipamentos para sistemas de irrigação etc. Além do número de estabelecimentos, também merece destaque a quantidade de pessoas dedicadas a tais atividades. Quanto maior o nível de especialização produtiva da região na qual a respectiva cidade do agronegócio está inserida, maior será o percentual de ocupados nos segmentos ligados ao agronegócio em relação ao total de ocupados do terciário e nos estabelecimentos industriais da cidade.

### **Comercialização de sementes, fertilizantes, defensivos e máquinas**

A cidade de Uberlândia, que polariza ampla região produtiva do agronegócio no Triângulo Mineiro (MG) e se notabiliza pela produção de soja, milho, café, cana-de-açúcar, entre outros, além de possuir um importante parque agroindustrial, é destaque na região em relação à oferta de bens e serviços especializados ao consumo produtivo para tais atividades. Em pesquisa realizada por Silva, Souza e Pereira (2013), foram localizados 23 estabelecimentos que comercializavam sementes, fertilizantes e defensivos. Esses estabelecimentos foram classificados entre pequenos e grandes, sendo esses últimos distribuidores ou representantes de multinacionais.

O uso intensivo de máquinas agrícolas (colheitadeiras, tratores, semeadores, arados, pulverizadores etc.) é também uma característica da agricultura intensiva, o que fez crescer o número de estabelecimentos que comercializam tais produtos, assim como daqueles que prestam assistência técnica e manutenção a esses equipamentos. Os autores ainda encontraram 18 estabelecimentos que forneciam esse tipo de produto/serviço na cidade de Uberlândia, sendo que alguns estavam entre as mais importantes multinacionais do setor, como Case Agriculture, New Holland e John Deere (SILVA; SOUZA; PEREIRA, 2013).

Na cidade de Dourados (MS), é notória a relação da (re)produção do espaço urbano com o agronegócio. Comanda ampla região produtiva do agronegócio de soja, cana-de-açúcar, milho, suínos, galináceos e bovinos, entre outros. Possui também um portentoso parque agroindustrial com indústrias esmagadoras de soja, usinas do setor sucroenergético, frigoríficos, muitas das quais pertencentes a corporações transnacionais (Bunge, JBF, BRF etc.). Diante dessa realidade, o consumo produtivo associado a todas essas atividades é bastante significativo na cidade e se traduz na grande participação na composição do comércio e dos serviços, visando o atendimento às demandas em produtos, serviços e mão de obra especializados.

Segundo Calixto e Bernardelli (2016), em Dourados, há várias empresas comerciais que distribuem toda a complexa gama de insumos e maquinários voltados para o agronegócio. Muitas delas são representantes de algumas das mais importantes corporações transnacionais do segmento, como a Basf, Syngenta, John Deere, Bunge, DuPont, Caterpillar, Massey Ferguson, New Holland, Case Agriculture, entre outras.

Chapecó é outra importante cidade de porte médio que comanda ampla e complexa região produtiva do agronegócio, com destaque para atividades agropecuárias e

agroindustriais associadas à produção e abate de animais (aves e suínos, principalmente), tendo corporações do ramo de frigoríficos como as hegemônicas do segmento na região (BRF, Aurora, Regional Alfa). Dessa forma, o consumo produtivo do agronegócio também é destaque na cidade, muito claramente articulando a escala urbana à regional, com reflexos na (re)estruturação da cidade.

A cidade fornece grande quantidade de produtos para a agropecuária, como utensílios para aviários, herbicidas, sementes melhoradas, rações e medicamentos, além de vários serviços, como de melhoramento genético. Uma pesquisa realizada por Matiello et al. (2016) mostrou que, das 15 maiores empresas comerciais da cidade, cinco atuavam no fornecimento de produtos para a agropecuária, sendo que entre essas últimas, algumas eram filiais de empresas multinacionais.

Quando se trata de serviços, a lista é ainda maior e mais complexa, contemplando desde serviços mais clássicos – como de pesquisa agropecuária, manutenção de máquinas agrícolas, empresas de transporte de carga, de leilões de gado, de análise de solos, de assessoria para exportação, de armazenamento, de aluguel de máquinas agrícolas, de financiamento, de compra e venda de grãos – até os mais modernos e sofisticados, como os associados às *agtechs*, *startups* voltadas ao agronegócio, entre muitos outros.

### **Tradings agrícolas**

Uma vez que várias das cidades do agronegócio centralizam amplas regiões produtivas especializadas em grãos, notadamente soja e milho, e que a produção é em sua esmagadora maioria voltada à exportação, é recorrente que nessas cidades existam *tradings* agrícolas, ou seja, corporações que se dedicam ao comércio internacional.

A partir de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço (MDIC) para um conjunto de cidades do agronegócio inseridas no Matopiba,<sup>10</sup> Souza (2019) identificou várias dessas *tradings*, notabilizando-se as transnacionais. Luís Eduardo Magalhães (BA) e Balsas (MA) eram os dois maiores exportadores de soja e derivados de toda a região e possuíam mais de 10 *tradings* cada. Em Luís Eduardo Magalhães estavam instaladas a Bunge, Multigrain, CGG, Cargill, ADM, Noble, Glencore, Naturalle, Nidera e Amaggi & LDC, enquanto Balsas contava com a Bunge, ADM, SLC, Cargill, Algar Agro, Agrex do Brasil, Risa, Agrinvest Brasil, Amaggi & LDC, Multigrain, Glencore e CHS. Em Bom Jesus (PI), por sua vez, havia tradings: Cargill, Amaggi & LDC, CHS, Multigrain, CGG, Glencore e Agrex do Brasil. Já em Uruçuí (PI), havia apenas duas: a Bunge e Risa.

### **Feiras agropecuárias**

Outra atividade muito dinâmica no Brasil agrícola com áreas urbanas, especialmente nos últimos 30 anos, refere-se à feiras agropecuárias, que ocorrem anualmente em várias cidades do agronegócio em diferentes partes do Brasil e funcionam como verdadeiras vitrines do que há de mais modernos para o segmento. Podemos citar a Agrishow – Feira Internacional de

Tecnologia Agrícola em Açã, em Ribeirão Preto (SP), sendo a maior dentre todas; a Fenasuco em Sertãozinho (SP), especializada no setor sucroenergético; a Tecnoshow / Comigo em Rio Verde (GO); a Expoagro em Dourados (MS); a Exposição Agropecuária de Uberlândia (MG); a Bahia Farm Show, em Luis Eduardo Magalhães (BA), entre outras.

Nessas feiras agropecuárias, são negociados produtos e serviços dos mais modernos inerentes a todo o processo produtivo do agronegócio (máquinas, animais, insumos químicos, serviços etc.). Comercializa-se, inclusive, parte da produção futura de vários segmentos. Por outro lado, de maneira geral, na programação ocorrem também rodadas de negócios, minicursos, palestras, mesas redondas, plantio experimental, entre outros. De acordo com os organizadores da Agrishow, em Ribeirão Preto, a Rodada Internacional de Negócios, ocorrida em 2018, reuniu fabricantes brasileiros de máquinas, implementos agrícolas, pecuária e equipamentos de irrigação com compradores (importadores, distribuidores e representantes) procedentes não só do Brasil, mas também de outros países, como África do Sul, Etiópia, Irã, Nigéria, Peru, Quênia, Rússia, Tanzânia e Zimbábue.<sup>11</sup>

Além de promover negócios específicos com as empresas do setor, essas feiras são extremamente importantes para a economia das cidades como um todo, uma vez que injetam milhões de reais nos segmentos de alimentação, transporte, aluguel de veículos, hospedagem etc., serviços esses utilizados pelos milhares de pessoas que visitam esses eventos. Da mesma forma, é gerado um número importante de empregos temporários. Na edição de 2014, somente para a montagem da infraestrutura da Agrishow foram gerados 2,2 mil empregos temporários.

A população que visita a feira é formada principalmente por produtores e técnicos agrícolas, representantes comerciais, empresários do agronegócio de diferentes segmentos, gestores, consultores, veterinários etc. Em 2018, em sua 25ª edição, a Agrishow recebeu 159 mil visitantes em seus cinco dias (AGRISHOW, s. d.). Em 2022, após dois anos sem ocorrer presencialmente devido à pandemia de Covid-19, a feira recebeu 193 mil pessoas de todas as partes do país e do exterior (COMPRE RURAL, 2022). A Tecnoshow / Comigo em Rio Verde (GO), por sua vez, recebeu 128 mil pessoas em sua edição de 2022 (TECNOSHOW COMIGO, s. d.).

Outro elemento que comprova a importância da Agrishow é o fato de que ela costuma receber representantes dos poderes executivo e legislativo federais. A edição da Agrishow em um ano eleitoral tão importante quanto o de 2022 recebeu não só o atual presidente e presidente eleito Jair Messias Bolsonaro, mas também os então presidentes Jair Bolsonaro (PDT) e João Doria (PSDB) (COMPRE RURAL, 2022).<sup>12</sup>

Em várias dessas cidades, as feiras agropecuárias são determinantes para a (re) estruturação dos equipamentos e infraestrutura do município, uma vez que são criados espaços fixos para a realização de tais eventos.

## **Sistema financeiro**

O agronegócio é extremamente dependente de grandes quantias de capital para se viabilizar, o que em parte explica a proliferação dos diversos agentes operadores do sistema financeiro nas mais distantes fronteiras agrícolas. O número de bancos e agências



bancárias demonstra a possibilidade de realização do nexo financeiro para a produção. Além disso, o volume de crédito concedido possui relação direta com o volume e o valor da produção de uma cidade, um município e uma região.

De maneira geral, as atividades do agronegócio demandam grandes montantes de crédito para investimento, custeio, comercialização, infraestrutura etc. Historicamente, a reestruturação produtiva da agropecuária se deu com o financiamento público e de bancos, como o BNDES, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, que foram e ainda são pilares desse processo.

Sem o dinheiro público, não teria sido possível mudar a base técnica da agropecuária, realizar as pesquisas de engenharia genética que viabilizaram a produção de soja no Cerrado, massificar o consumo de máquinas agrícolas, produtos veterinários, sementes transgênicas, construir os aviários e, em última instância, produzir o meio técnico-científico-informacional,<sup>13</sup> no espaço rural e no espaço urbano, para viabilizar os fluxos materiais e de informação com todas as demais escalas geográficas, imprescindíveis à produção moderna.<sup>14</sup>

Em cidades do agronegócio, é comum haver inclusive agências especializadas em diferentes linhas de crédito somente para atender ao agronegócio. Em Dourados, por exemplo, há uma agência do Banco do Brasil, cujo objetivo principal é atender o setor agropecuário (Calixto e Bernardelli, 2016). Em Chapecó, por sua vez, Matiello et al. (2016) observaram que os empréstimos bancários para a agropecuária e para a agroindústria representavam percentual bastante significativo perante o total de créditos da cidade, aproximando-se de 50%.

### **Ensino técnico, tecnológico e superior**

Na busca de maior produtividade e eficiência científico-técnica do trabalho, muitas ações voltadas à capacitação para as atividades do agronegócio são realizadas nessas respectivas cidades, impactando diretamente na estrutura do emprego e das profissões. Dessa forma, uma parte do crescimento dos serviços associados à educação, em relação ao ensino técnico, tecnológico ou superior, interliga-se diretamente às demandas desse segmento.

É comum grande parte dos cursos de graduação e pós-graduação nas cidades do agronegócio relacionarem-se às necessidades prementes dessas atividades. A cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, há cerca de 300 quilômetros da capital Porto Alegre, comanda uma ampla região produtiva do agronegócio, importante produtora de grãos (especialmente soja, trigo e milho) e aves. O município possui várias instituições de ensino superior e, dentre os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, destacam-se o mestrado e o doutorado em Agronomia. Quanto aos cursos de especialização, podemos citar o curso de produção de ovinos de corte. Considerando-se que Passo Fundo possui em seu parque industrial um conjunto de estabelecimentos produtores de máquinas, equipamentos e artefatos agrícolas, tal realidade também é refletida no ensino técnico e tecnológico, com cursos inerentes ao segmento metal-mecânico da mesma linha de produtos, oferecidos pelo CEFET e SENAI (SOBARZO, 2010).

Em Uberlândia, os estudos realizados por Silva, Souza, Pereira (2013) mostraram que a cidade possuía importante densidade de cursos técnicos e superiores voltados para a formação de mão de obra especializada para as demandas do agronegócio, oferecidos

tanto por instituições públicas quanto privadas. Entre os cursos, encontravam-se os de veterinária, agronomia, biotecnologia, engenharia ambiental, agroindústria, tecnologia em agronegócio, tecnologia em produção sucroalcooleira, entre outros.

A mesma densidade foi observada em Dourados, como evidencia a grade de cursos nas cinco instituições de ensino superior existentes na cidade, entre públicas e privadas. Dentre os cursos de graduação, encontravam-se os de agronomia, biotecnologia, engenharia agrícola, engenharia de alimentos, engenharia de aquicultura, engenharia de energia, zootecnia, química industrial, medicina veterinária, administração de agronegócios. Vários são também os cursos de pós-graduação em nível de mestrado, como os de engenharia agrícola, agronegócios, química, zootecnia, agronomia e recursos naturais, sendo que esses dois últimos também possuem a opção de doutorado. Os autores também constataram a presença de cursos tecnológicos, como o de tecnólogo em produção agrícola (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016).

Essa diversidade de cursos é uma evidência da demanda de mão de obra qualificada voltada ao agronegócio. Entre os segmentos que traduzem tal realidade, podemos citar o de consultorias. Em todas as cidades do agronegócio, observa-se a presença de serviços de consultoria de várias naturezas (financeira, gestão, comércio exterior, planejamento, irrigação, silagem, topografia etc.). Dourados possuía 61 empresas de consultoria associadas ao agronegócio, o que representava 61,5% de todas os estabelecimentos de consultoria da cidade (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016).

## **Pesquisa agropecuária**

Entre as tecnologias que revolucionaram a agropecuária em todo o mundo, temos a biotecnologia. A partir das pesquisas com a engenharia genética, foi possível o melhoramento genético das plantas e dos animais; a diminuição do ciclo produtivo de algumas culturas, viabilizando um maior número de safras; a criação de novas espécies de plantas mais resistentes às intempéries, às pragas e doenças; a adequação de algumas plantas a solos adversos etc., além de ser vetor para a eficiência dos demais insumos modernos (fertilizantes, inseticidas etc.) (ELIAS, 2003).

Diante do exposto, fica evidente que a engenharia genética foi um dos pilares das transformações radicais que ocorreram na agropecuária brasileira. Isso se deve em grande parte à organização do primeiro sistema de pesquisa agropecuária pública de âmbito nacional, quando o governo federal criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973.

Dada a diversidade dos biomas brasileiros, as unidades da EMBRAPA se implantaram em todo o território nacional e foram determinantes para a reestruturação produtiva que ocorreu no país a partir de então. Assim, várias das cidades do agronegócio possuem escritórios da EMBRAPA, como Passo Fundo, Dourados, Uberlândia, Sinop e Petrolina, entre outras (EMBRAPA, s. d.).

O escritório de Passo Fundo foi a primeira unidade descentralizada criada pela Embrapa. É especializada em trigo, mas desenvolve também pesquisa com culturas de verão típicas da agricultura subtropical, assim como para o aprimoramento de máquinas agrícolas para o plantio direto em parceria com as indústrias metal-mecânicas do segmento existentes na cidade.<sup>15</sup>

Uberlândia, por sua vez, também possui um importante segmento privado de pesquisa biotecnológica, constituindo um dos centros de excelência no país no segmento de melhoramento genético de sementes, especialmente de algodão, milho, soja e arroz. Nesse complexo produtivo de biotecnologia de Uberlândia, se destacam algumas corporações transnacionais, como a Bayer e a Syngenta. Presente em mais de 90 países, no Brasil, a Syngenta possui atividades em várias das regiões produtivas do agronegócio. Nas cidades aqui consideradas para análise, além de unidade de centro de pesquisa em Uberlândia, possui unidades também em Rio Verde, Lucas do Rio Verde e Porto Nacional (TO), além de uma unidade de beneficiamento de sementes em Matão (SYNGENTA BRASIL, s. d.).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apresentar alguns aspectos e características da obra do geógrafo Milton Santos, especialmente através do debate de duas noções por ele trabalhadas. Da mesma forma, dissertamos sobre como produzimos algumas derivações dessas noções, a partir de nossos próprios estudos e pesquisas, mas tendo a obra de Milton Santos como parte essencial de nossas referências teóricas e metodológicas.

Terminamos destacando que Milton Santos produziu uma numerosa e complexa obra, uma verdadeira teoria geográfica do espaço, que reclama ainda muita reflexão e nos instiga permanentemente à pesquisa e à descoberta. Além disso, é importante salientar que seus trabalhos continuam atuais e potentes para explicar a complexidade da realidade do Brasil e do mundo contemporâneo.

## NOTAS

3 Tese intitulada *Meio técnico-científico-informacional e a região de Ribeirão Preto (SP)*, realizada sob orientação de Milton Santos, defendida em 1996 no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da FFLCH da USP. Em 2003, a tese foi publicada pela editora da USP (EDUSP), com o título de *Globalização e Agricultura. A Região de Ribeirão Preto (SP)* e reeditada em 2018.

4 De acordo com Sandroni (2008), o consumo produtivo refere-se ao consumo de produtos que retornam ao processo de produção – sob a forma de insumos ou bens intermediários (matérias-primas elaboradas) – para serem transformados em novos produtos.

5 Sobre estrutura, processo, função e forma, ver Santos (1985).

6 Entre as importantes categorias de análise do corpo teórico-conceitual produzido por Milton Santos, temos os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação. Sobre o tema, consultar Santos (1986, 1988).

7 Nosso último artigo sobre as cidades do agronegócio teve como objetivo principal refletir sobre algumas possibilidades de operacionalização de pesquisas sobre essa tipologia de cidade. Entendemos que os estudos sobre esse tipo de cidade podem ser organizados a partir de diferentes eixos, dentre os quais: a reestruturação produtiva da agropecuária; o consumo produtivo do agronegócio; a composição do setor industrial; a

dinâmica populacional; a dinâmica do mercado de trabalho; a reestruturação da cidade; as desigualdades socioespaciais na escala intraurbana (ELIAS, 2022).

8 Moramos por seis anos na região de Ribeirão Preto, durante o período de realização da pesquisa de nossa tese de doutorado. Nosso primeiro trabalho de campo para a essa região foi realizado juntamente com nosso orientador, professor Milton Santos, ainda na segunda metade da década de 1980, com o qual realizamos ainda outros campos a posteriori até a finalização da pesquisa. Em Passo Fundo, Dourados, Uberlândia e Luís Eduardo Magalhães, foram realizados dois trabalhos de campo em cada cidade e respectiva região. Alguns trabalhos de campo foram realizados com colegas da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), notadamente em Passo Fundo, Dourados, Uberlândia e Chapecó. Em Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde (MT) e Rio Verde (GO), os trabalhos de campo foram realizados com colegas da Rede de Pesquisadores sobre Regiões Agrícolas (REAGRI). Já os trabalhos de campo em Petrolina (PE) e cidades da região do Matopiba, especialmente Balsas (MA), Uruçuí (PI), LEM (BA) e outras cidades de suas respectivas regiões de influência, foram realizados em pesquisas conjuntas com o pesquisador Renato Pequeno (UFC). Agradecemos a todos com os quais pudemos interagir durante esses momentos.

9 No presente artigo, não será possível dissertar sobre o que entendemos como uma região produtiva do agronegócio. Sobre o tema, ver Elias (2011, 2017b).

10 Região composta por partes dos estados da Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins.

11 A Agrishow 2018 foi uma iniciativa de algumas das principais entidades do agronegócio no país: Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP) e Sociedade Rural Brasileira (SRB) (AGRISHOW, s. d.).

12 Para mais informações sobre o consumo produtivo do agronegócio na região de Ribeirão Preto, consultar Elias (2003).

13 Sobre o meio técnico-científico-informacional, consultar Santos (1985, 1993, 1994, 1996).

14 A título de exemplo, citamos algumas linhas de financiamento de alguns bancos públicos: Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Finame – Moderfrota); Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (BNDES – Moderagro); Linha Especial de Financiamento Agrícola (Finame – Linha Especial); Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Finame – Moderinfra); Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (BNDES – Prodeagro); Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (BNDES – Propflora); Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (BNDES – Prodefruta) etc.

15 Durante trabalho de campo realizado em Passo Fundo e região, tivemos oportunidade de realizar uma visita técnica à Embrapa. Em entrevista com seu diretor presidente, até aquele momento a unidade de Passo Fundo já havia produzido 164 cultivares de grãos, sendo 100 cultivares de trigo, 33 de soja, 14 de cevada, nove de triticale, três de milho, dois de feijão, um de centeio, um de canola e um de ervilha forrageira (ELIAS, 2015). Visitamos também a unidade da Embrapa em Petrolina.

## REFERÊNCIAS

- AGRISHOW. **Agrishow supera expectativa de negócios e alcança 2,7 bilhões.** [s. d.]. Disponível em: <<https://www.agrishow.com.br/pt/imprensa/releases-feira/agrishow-supera-expectativa-de-negocios-e-alcanca-2,7-bilhoes1.html>>. Acesso em: 9 jun. 2022.
- CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; BERNARDELLI, Mara Lucia Falconi da Hora. Dourados/MS: uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica globalizada. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MAIA, Doralice Sátyro (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional Dourados e Chapecó.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- COMPRE RURAL - Portal de Conteúdo Rural. **Agrishow 2022 bate recordes em negócios e visitantes.** 29 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.comprerural.com/agrishow-2022-bate-recordes-em-negocios-e-visitantes/>>. Acesso em: 9 jun. 2022.
- ELIAS, Denise. **Meio Técnico-científico-informacional e urbanização na Região de Ribeirão Preto (SP).** Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade São Paulo, São Paulo, 1996. 293p.
- ELIAS, DENISE. **Globalização e agricultura.** São Paulo: Edusp, 2003, 400 p.
- ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera (UNESP)**, v. 1, n. 8, p. 29-51, 2006. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1442>. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Elias.PDF>>.
- ELIAS, Denise. O Brasil agrícola com áreas urbanas: a Cidade do Agronegócio. *In*: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais (vol. II).** Manaus: Editora da UFAM, 2010. p.147-164.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, p. 153-170, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>>.
- ELIAS, Denise. Les territoires de l'agrobusiness au Brésil. **Confins**, v. 15, p. 1-20, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.7569>. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/7569>>.
- ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, Boa Vista, Ed. Especial Geografia Agrária, 2013. p.13-32. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1937>
- ELIAS, Denise. Consumo produtivo em regiões do agronegócio. *In*: BELLET, Carmem; MELAZZO, Everaldo; SPOSITO, Maria Encarnação; LLOP, Josep Maria (org.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias / intermedias.** PP: UNESP; Lleida: Edicions de la Universitat, 2015. p. 35-56.
- ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado: do campo à metrópole. *In*: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; Mattos, Regina Célia (org.). **O espaço e a metropolização.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017a. p. 487-509.
- ELIAS, Denise. Construindo a noção de Região Produtiva do Agronegócio. *In*: OLIVEIRA,

- Hélio Carlos Miranda de; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; SOARES, Beatriz Ribeiro (org.). **Cidades médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b. p. 19-55.
- ELIAS, Denise. Pensando a operacionalização de estudos sobre Cidades do Agronegócio. **Tamoios**, v. 18, n. 1, p. 144-164, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63811>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/63811>>.
- EMBRAPA. **Unidades – Embrapa Brasil**. [s. d.]. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/embrapa-no-brasil>>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- MATIELLO, Alexandre M.; VILLELA, Ana Laura Vianna; FUJITA, Camila; OTSUSCHI, Cristina; ALBA, Rosa Salete. Chapecó/SC: o agronegócio, o setor terciário em expansão e a crescente desigualdade socioespacial. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MAIA, Doralice Sátyro (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVA, Laís Ribeiro; SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de Souza; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O campo moderno e a estrutura do consumo produtivo em Uberlândia (MG). VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária 1º Jornada de Geografia das Águas, 2013. (ISBN 978-85-237-0718-7).
- SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO, M.E.B.; ELIAS, Denise; SOARES, B.R. (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp. 29-100.
- SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de. Cidades do agronegócio: difusão do consumo produtivo para agricultura moderna no Matopiba. **Revista Pegada**, v. 20, n. 2, 2019, p. 56-87.
- SYNGENTA BRASIL. **Unidades**. [s. d.]. Disponível em: <<https://www.syngenta.com.br/unidades>>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- TECNOSHOW COMIGO. **A feira**. [s. d.]. Disponível em: <<https://www.tecnoshowcomigo.com.br/a-feira>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

---

# ARAGUAÍNA–TO, CIDADE COMPETITIVA NO INTERIOR DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS

## ARAGUAÍNA–TO, COMPETITIVE CITY IN THE INTERIOR OF THE BRAZILIAN AMAZON: BETWEEN PRACTICES AND DISCOURSES

## ARAGUAÍNA–TO, CIUDAD COMPETITIVA DENTRO DE LA AMAZONIA BRASILEÑA: ENTRE PRÁCTICAS Y DISCURSOS

Miguel Pacifico Filho<sup>1</sup>

João de Deus Leite<sup>2</sup>

Luciene Rodrigues Lima<sup>3</sup>

Pedro Henrique Eustáquio Rodrigues<sup>4</sup>

**RESUMO:** Problematicamos Araguaína – TO, como cidade competitiva, considerando a urbanodiversidade na Amazônia brasileira, bem como sua condição sócio-histórica, que lhe confere protagonismo regional. Para tanto, manuseamos o conceito de cidade média proposto em Trindade-Júnior (2015) e as teorizações de Lever e Turok (1999) sobre cidade competitiva, tendo também como foco o arcabouço conceitual sobre *marketing* das cidades. Metodologicamente, mobilizamos dados sobre concentração de empresas e empregos, plantas frigoríficas/abatedouros, bem como sobre parceiros econômicos globais, valores e tipologia das exportações; e demonstramos como essas práticas comerciais atestam inserção e protagonismo regional. Também, mobilizamos diferentes materialidades discursivas das três últimas gestões municipais da cidade (de 2013 a 2024), dado o nosso interesse na produção discursiva oficial em torno desse *marketing* das cidades. As análises mostram a relação contígua entre práticas e discursos sobre Araguaína como cidade atrativa, sendo autorizada, em termos de sentidos, pelo discurso da organização de seus espaços.

**Palavras-chave:** Cidade competitiva. Araguaína. Amazônia brasileira.

---

1 Doutorado em História pela UNESP. Docente do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0316-2326>. Email: miguilim@uft.edu.br.

2 Doutorado em Estudos Linguísticos pela UFU. Docente do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8918-9940>. E-mail: joaodedeus@uft.edu.br.

3 Acadêmica do curso de Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5441-6816>. E-mail: rodrigues.luciene@mail.uft.edu.br.

4 Acadêmico do curso de Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8125-8158>. E-mail: henrique.eustaquio@mail.uft.edu.br.

Artigo recebido em janeiro de 2022 e aceito para publicação em junho de 2022.

**ABSTRACT:** Araguaína – TO is problematized, as a competitive city, considering the urban diversity in the Brazilian Amazon, as well as its socio-historical condition, which gives it regional protagonism. To this end, we handle the concept of the medium-sized city proposed in Trindade-Júnior (2015) and the theories of Lever and Turok (1999) on competitive city, also focusing on the conceptual framework on marketing of cities. Methodologically, we mobilized data on the concentration of companies and jobs, cold storage plants/slaughterhouses, as well as global economic partners, values and types of exports; and we demonstrate how these commercial practices attest to regional insertion and protagonism. We also mobilized different discursive materialities from the last three municipal administrations of the city (from 2013 to 2024), given our interest in the official discursive production concerning the marketing of the cities. The analysis show the contiguous relationship between practices and discourses regarding Araguaína as an attractive city, being authorized, in terms of meanings, by the discourse of the organization of its spaces.

**Keywords:** Competitive city. Araguaína. Brazilian Amazon.

**RESUMEN:** Problematicamos Araguaína - TO, como ciudad competitiva, considerando la diversidad urbana de la Amazonía brasileña, así como su condición socio-histórica, que le otorga protagonismo regional. Para ello, manejamos el concepto de ciudad media propuesto en Trindade-Júnior (2015) y las teorías de Lever y Turok (1999) sobre ciudad competitiva, centrándonos también en el marco conceptual sobre marketing de ciudades. Metodológicamente, movilizamos datos sobre concentración de empresas y empleos, cámaras frigoríficas/mataderos, así como socios económicos globales, valores y tipos de exportaciones; y demostramos cómo estas prácticas comerciales atestiguan la inserción y el protagonismo regional. También movilizamos diferentes materialidades discursivas de las últimas tres administraciones municipales de la ciudad (de 2013 a 2024), dado nuestro interés por la producción discursiva oficial en torno a este marketing de ciudades. Los análisis muestran la relación contigua entre prácticas y discursos sobre Araguaína como ciudad atractiva, siendo autorizada, en términos de significados, por el discurso de la organización de sus espacios.

**Palabras llave:** Ciudad competitiva. Araguaína. Amazonía brasileña.

## INTRODUÇÃO

A literatura sobre a urbanização brasileira tem como um de seus mais significativos referenciais o conjunto de proposições interpretativas apresentadas por Milton Santos (2017, 2018, 2020). Problematicada em Sposito (1999), sua obra também se constitui em referência para os estudos sobre as cidades na Amazônia como os de Trindade-Junior (2011, 2015). Considerando tais observações, afirmamos que a percepção da região como sinônimo de espaços e de dinâmicas sociais igualmente homogêneos referenciados em ocupação fragmentada que se apresenta circunscrita à noção de repositório de biodiversidade e de



*commodities* para o mundo é significativamente questionada por trabalhos que tratam de suas especificidades, de suas interações internas e de ligação com as economias nacional e global. A literatura menciona a dificuldade de “reconhecê-la a partir de atributos endógenos” (TRINDADE JÚNIOR 2015, p. 306); e os desdobramentos das muitas propostas de integração da região via planos governamentais de desenvolvimento a mercados industriais e consumidores do centro-sul brasileiro e do hemisfério norte são apontados por Becker (2009), por Cardoso e Muller (2008), por Fonseca (2007) e por Rodrigues (2014).

Tais iniciativas, apresentadas pela literatura como políticas desenvolvimentistas de acordo com Fonseca e Monteiro (2007), com Dathein (2015), com Fonseca e Salomão (2017), bem como com Salomão (2017), têm suas consequências sintetizadas em Becker (2001), ao apontar a implantação do que denomina como malha técnico-política sob a perspectiva de entendimento do “espaço como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, teve efeitos extremamente perversos nas áreas onde foi implantada” (BECKER, 2001, p. 141).

As avaliações negativas dos planos desenvolvimentistas implementados durante as décadas de 1970 e de 1980 trouxeram a necessidade de estruturação de novas políticas públicas para a Amazônia referenciadas pelo chamado desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, os programas com foco ambiental implantados, a partir do início da década de 1990, como o Programa Nacional de Meio Ambiente I e II e o SPRN (Subprograma de Política de Recursos Naturais), vinculado ao PPG-7 (Programa Piloto de Proteção das Florestas), são abordados em Siqueira (2006) e em Kohlhepp (2018) sob a perspectiva de fortalecimento das instituições de regulamentação e de proteção ambiental brasileiras via financiamento nacional e internacional. No entanto, a aparente dicotomia entre os modelos referenciados na produção de *commodities* e na sustentabilidade é abordada sob interpretação crítica em Loureiro (2009) e em Da Fonte (2017), que consideram tais proposições como um *continuum*, pois “somente apresentam denominações diferentes (...) estão vinculados à dinâmica do capital de modo a se apropriar das riquezas naturais privilegiando as grandes corporações internacionais” (DA FONTE, 2017, p. 104).

Observamos a disputa de perspectivas e de seus discursos acerca da Amazônia; parâmetros de integração à biodiversidade e protagonismo dos modos tradicionais de vida se contrapõem ao modelo de hiperprodutividade cientificamente parametrizado das atividades agropastoris e mineratória referenciado pelo capital nacional e internacional. Duas noções sintetizam a concepção da Amazônia, de acordo com os discursos e as interpretações que sobre ela e a partir dela se estruturam. A primeira dessas noções diz respeito à compreensão da chamada fronteira volátil proposta por Rabello (2013), que, ao mobilizar o conceito de fronteira, recorre a abordagens-referência formuladas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1993), por Otávio Guilherme Velho (1979), por João Pacheco de Oliveira Filho (1979), por Bertha Koiffmann Becker (1990) e por José de Souza Martins (1997); formula-se a tese de que fronteira é representação e sujeita a recortes e homogeneizações. Portanto, “a fronteira é volátil. Ou seja, pode diluir-se no ar, ao sabor dos interesses em jogo da disputa pela hegemonia e pela significação” (RABELLO, 2013, p. 234).

A segunda noção, igualmente vinculada às representações, concerne à análise sobre os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs). No âmbito dessa noção, são destacados discursos, de modo a tematizar uma região personagem, entendida como “uma entidade que precisasse ser ocupada, desenvolvida, sustentada, protegida e as estratégias (...) contidas nos planos que beneficiassem os amazônidas independente dos gêneros de vida, classe social (...)”. (NAHUM, 2019, p. 18).

Constata-se diversidade nos discursos e nas perspectivas interpretativas, bem como na literatura, cuja proposta é constituir leituras acerca das diversas dinâmicas presentes na Amazônia. A discussão sobre as cidades amazônicas insere-se nesse contexto, sobretudo, se considerarmos a afirmação tecida por Trindade-Júnior (2011) acerca da questão urbana: “é recorrente a leitura da realidade regional como se as cidades não assumissem tanta importância, ou ainda, como se diferentes tipos e níveis de cidades não compusessem a *urbanodiversidade* regional” (TRINDADE-JÚNIOR, 2011, p. 136). Nesse sentido, compartilhamos a perspectiva proposta por Trindade-Júnior (2011) de que é possível abordar a dinâmica urbana na Amazônia, destacando as diferentes configurações demográficas e interações com a rede urbana tanto em seu entorno quanto em outras regiões do país e do mundo.

Considerando o contexto exposto até este ponto, propomos como objetivo para este artigo discutir a cidade de Araguaína, localizada ao norte do estado do Tocantins e distante 380 km da capital Palmas, como uma cidade competitiva verificando suas práticas e discursos. Para atingir tal objetivo, filiamo-nos a um conceito e a três variáveis que serão estruturadas a partir de dados secundários sobre as cadeias produtivas e do perfil das indústrias no Tocantins disponibilizados pela FIETO; e os discursos formulados pelo poder público local em seus canais institucionais de comunicação. O conceito de cidade competitiva que tomamos como referência diz respeito ao

the degree to which cities can produce goods and services which meet the test of wider regional, national and international markets, while simultaneously increasing real incomes, improving the quality of life for citizens and promoting development in a manner which is sustainable (LEVER; TUROK, 1999, p. 792).

Há que se observar, para além do crescimento econômico, a qualidade de vida, a distribuição de renda e a sustentabilidade. As três variáveis adotadas são as seguintes: 1) dinâmica de produção econômica de Araguaína a partir de sua inserção na cadeia produtiva de proteína animal e suas relações com o comércio exterior; e a concentração de empresas e a geração de empregos formais no estado do Tocantins. Cabe dizer que essa variável refere-se às práticas e serão apresentadas como resultado da pesquisa 2) as discussões acerca da competitividade e o *marketing* das cidades e 3) os discursos institucionais produzidos pelo poder público local, que também serão apresentados como prática e, portanto, resultado de pesquisa. Para tanto, o texto está estruturado em 5 partes. A primeira, esta introdução que ora se encerra; a segunda, que discutirá Araguaína na

Amazônia Legal e as redes de circulação de mercadorias; a terceira abordará as cidades competitivas, o *marketing* das cidades e suas conceituações; a quarta parte fará a exposição de diferentes materialidades discursivas produzidas pela gestão municipal, de modo a construirmos os nossos gestos de interpretação, tendo como foco a discursividade de cidade competitiva; a quinta e última parte trará nossas considerações finais.

## ARAGUAÍNA-TO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O ordenamento territorial da Amazônia do qual Araguaína se origina e igualmente influencia tem início em marco temporal significativamente anterior ao fenômeno da urbanização. De acordo com Trindade-Júnior (2015), é preciso referenciar a produção social do espaço amazônico em momentos que antecederam os processos de ocupação portuguesa durante o século XVII, pois “sociedades diversas aí existentes já eram responsáveis não só pela formação de um espaço socialmente produzido, como por uma dada configuração do território” (TRINDADE JÚNIOR, 2015, p. 307). A ausência de consenso em torno de tal perspectiva relacionada aos povos originários como protagonistas da estruturação socioespacial amazônica contribui para a percepção da região como um espaço vazio, cuja biodiversidade não encontraria paralelo nas relações sociais urbanas marcadas pelo contexto em que convivem “em conflito ou harmonia, populações indígenas com seringueiros, colonos transplantados do sul ou nordeste do país com caboclos ribeirinhos, megaempreendimentos agrícolas com uma produção familiar incipiente (...)” (BECKER, 1999, p. 3).

A diversidade de atores e de perspectivas distintas de propostas e de modelos para a gestão e para o desenvolvimento do ordenamento territorial amazônico resulta em novas relações e tipologias dos espaços urbanos. A instalação, a partir da segunda metade do século XX, de corredores rodoviários e ferroviários permitiu a “incorporação de novos espaços aos circuitos do capital” (MONTEIRO e COELHO, 2011, p. 37). A rodovia Belém-Brasília, cuja construção remonta aos anos 1960, corta o perímetro urbano de Araguaína e é considerada como “mecanismo de acumulação primitiva que permitia a expansão agropastoril em seu padrão extensivo, imediatamente atraiu a frente pioneira baseada na produção de arroz, milho e gado” (BECKER, 1978, p. 113). Tais variáveis resultam em dinamismo intrarregional, que, de acordo com o objetivo proposto para este trabalho, permite-nos reafirmar “uma Amazônia onde a diversidade de cidades pequenas e médias desperte atenção na compreensão do atual quadro regional” (TRINDADE-JÚNIOR, 2011, p. 136).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Araguaína, estimada para o ano de 2021, é de 186.245 pessoas e classificada pelo mesmo Instituto como capital regional C no REGIC 2018 (IBGE, 2020). O crescimento demográfico atípico, com taxas comparativamente muito superiores ao estado do Tocantins e ao Brasil, ao longo das últimas duas décadas, é uma das características de Araguaína e igualmente a justifica como espaço a ser problematizado. Por meio da Tabela 1, vamos expor os dados comparativos do crescimento demográfico do Brasil, do Tocantins e de Araguaína:

**Tabela 1.** Crescimento demográfico de Araguaína em perspectiva comparativa com Brasil e o Tocantins.

	2000*	2010*	2020**	Crescimento 2010/2020	Crescimento 2000/2020
Brasil	169.590.693	190.755.799	211.755.692	11%	24,86%
Tocantins	1.155.913	1.383.445	1.590.248	14,94%	37,57%
Araguaína	113.143	150.484	183.381	21,46%	62,07%

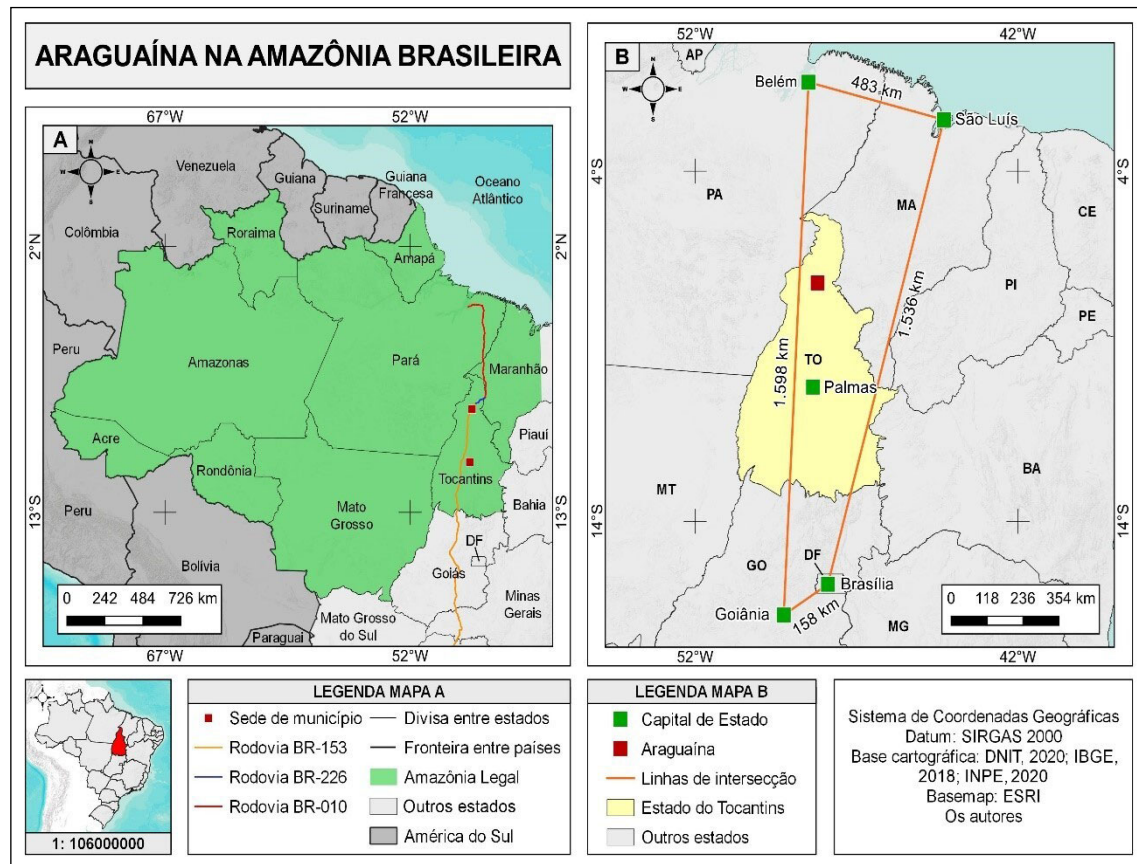
Fonte: IBGE Cidades. Elaborado pelos autores. \* censo 2000 e 2010 (IBGE); \*\* pop. estimada 2020 (IBGE).

Considerando as discussões sobre cidades médias em Amorim Filho e Serra (2001), em Mata e Motta (2008), em Sodré e Ramires (2017), em Leite, Pacífico Filho e Pires (2021), em Lima (2017) e em Pacífico Filho, Borges, Teles e Cançado (2020), observamos que algumas variáveis se apresentam como estruturantes: elos com o rodoviarismo, constituição de áreas de influência, discussão do espaço intra-urbano, conexão com metrópoles intra e extra regionais e mercados internacionais de *commodities*. Participe de tais discussões, mencionamos a seguinte compreensão para cidades médias à qual nos filiamos neste trabalho, ou seja:

definem-se, notadamente, pela importância e por suas respectivas inserções no cenário regional e, *ipso facto*, caracterizam-se principalmente pela relativa densidade de fixos e de fluxos que atendem não apenas a demandas locais, mas que são fruto de combinações de influências e determinações provenientes de escalas diferenciadas, incluindo-se a de nível global (TRINDADE-JÚNIOR, 2015, p. 307).

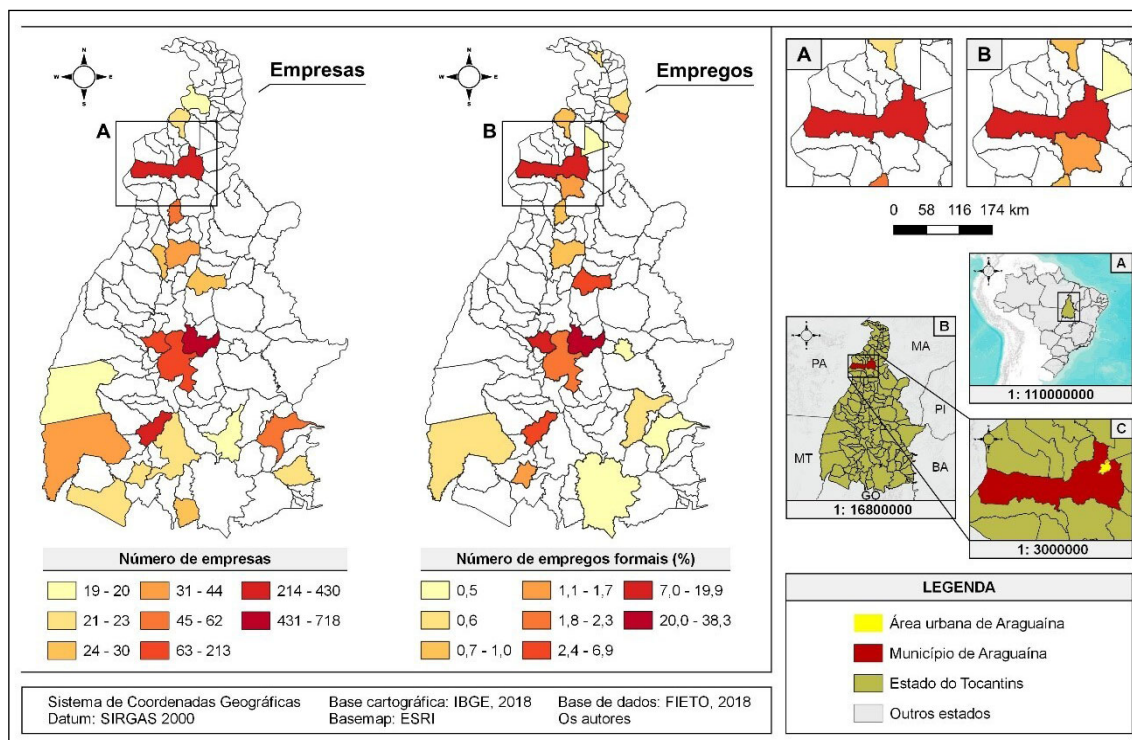
Localizada às margens da Rodovia BR-153, Araguaína apresenta características populacionais, inserção e protagonismo regional, marcados pela equidistância de grandes metrópoles da região norte, nordeste e centro-oeste; e vínculos com cadeias internacionais de comércio que lhe permitem a classificação como cidade média. As próximas três representações gráficas demonstram a contextualização do município a partir de sua localização na Amazônia brasileira, a sua dinâmica econômica considerando a cadeia produtiva de proteína de origem animal, a concentração de empresas e empregos.

Localizada ao norte do estado do Tocantins, Araguaína está equidistante em aproximadamente 1.000 km de metrópoles da região norte, Belém; do centro oeste, Goiânia e Brasília; e do nordeste, São Luís. Tal posicionamento lhe confere possibilidade de protagonismo regional e afirmação da urbanodiversidade amazônica proposta em Trindade Júnior (2011). Vejamos, a seguir, a Figura 1:



**Figura 1.** Araguaína na Amazônia brasileira.

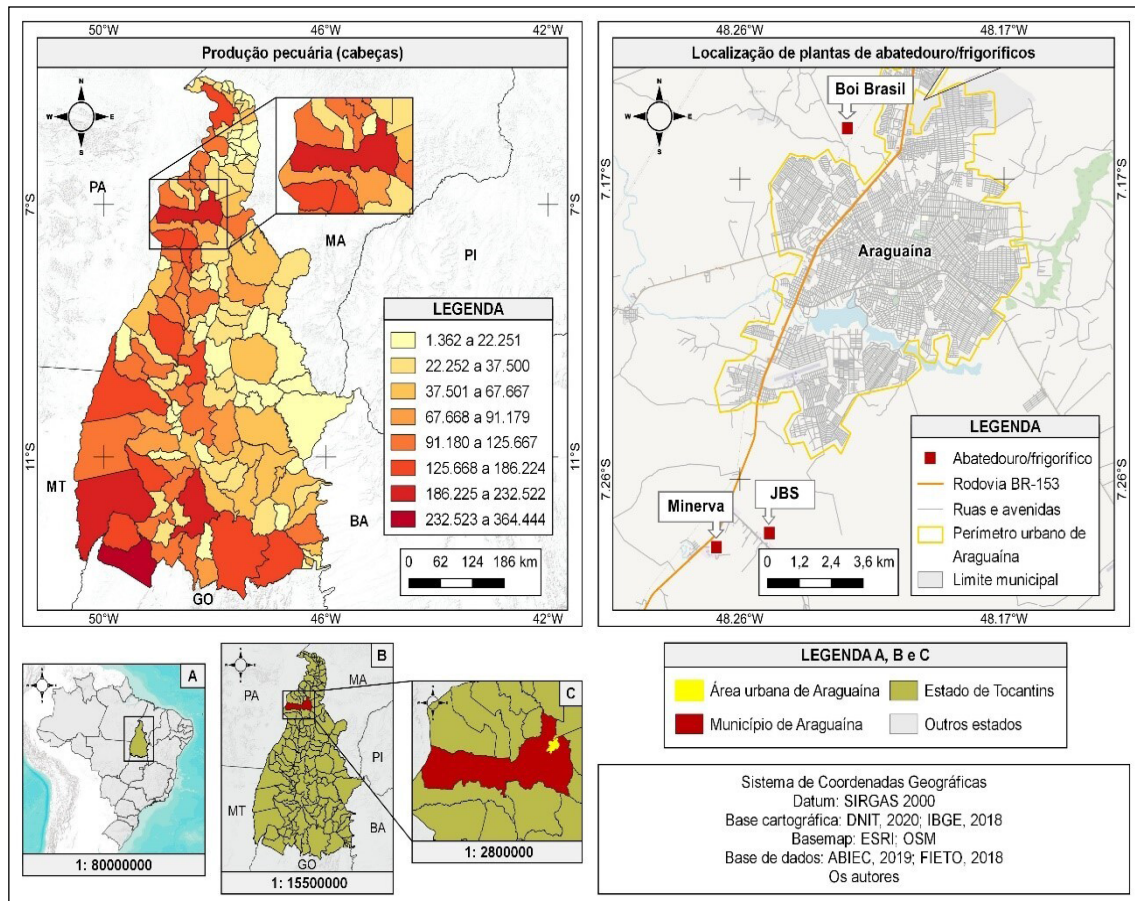
No que diz respeito às atividades empresariais e à geração de empregos, o Perfil da Indústria do Tocantins – FIETO (2018), constata-se que, entre os 20 municípios com maior número de empregos, Araguaína ocupa a 2ª posição atrás somente da capital Palmas. O mesmo padrão se repete, quando considerados os 20 municípios geradores dos maiores percentuais de emprego formal, dados cuja espacialização encontra-se na representação a seguir:



**Figura 2.** Concentração de empresas e de empregos formais no Tocantins e Araguaína.

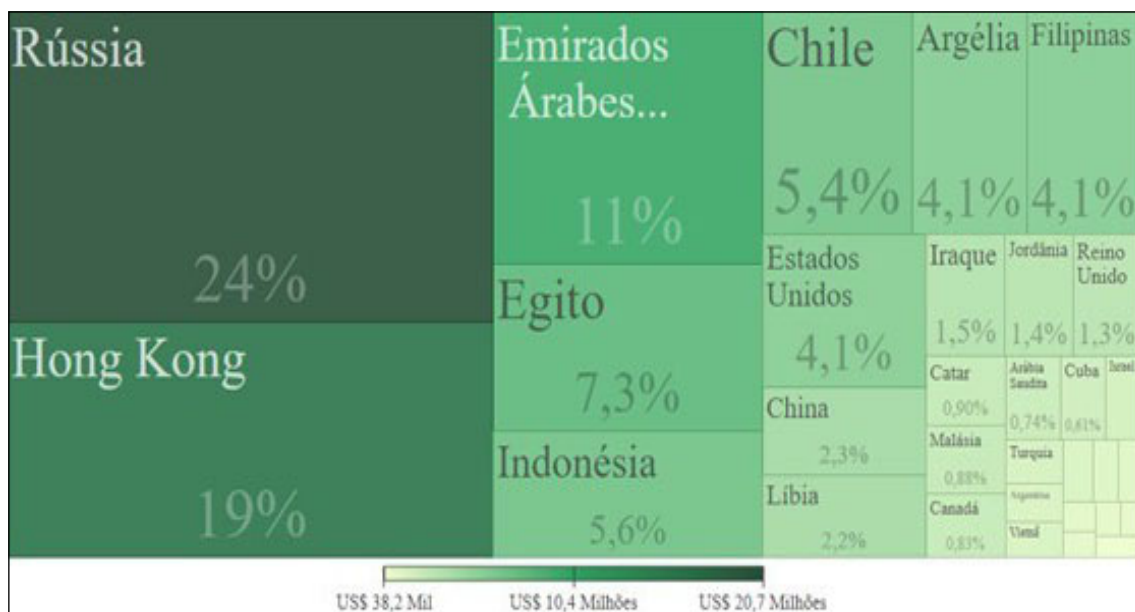
A dinâmica empresarial e de geração de empregos se alinha a redes de comércio exterior pautada pela produção de *commodities*. Nesse aspecto, Araguaína se insere na cadeia de produção de proteína animal, carne bovina, ao integrar o grupo de maiores produtores bovinos do estado do Tocantins. Destaca-se a presença de três plantas frigoríficas no município, o que lhe confere caráter de atipicidade, pois, de acordo com a Associação das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), as suas associadas respondem pela produção de 92% da carne exportada para mercados globais e registra-se a presença de estabelecimentos congêneres em apenas 121 municípios brasileiros. Os dados disponibilizados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, via portal COMEX STAT, permitem-nos visualizar as parcerias comerciais em escala global. Tal contexto é apresentado nas três ilustrações seguintes que expõem: a produção pecuária e as plantas frigoríficas/abatedouros em Araguaína, parceiros econômicos globais, valores e tipologia das exportações:





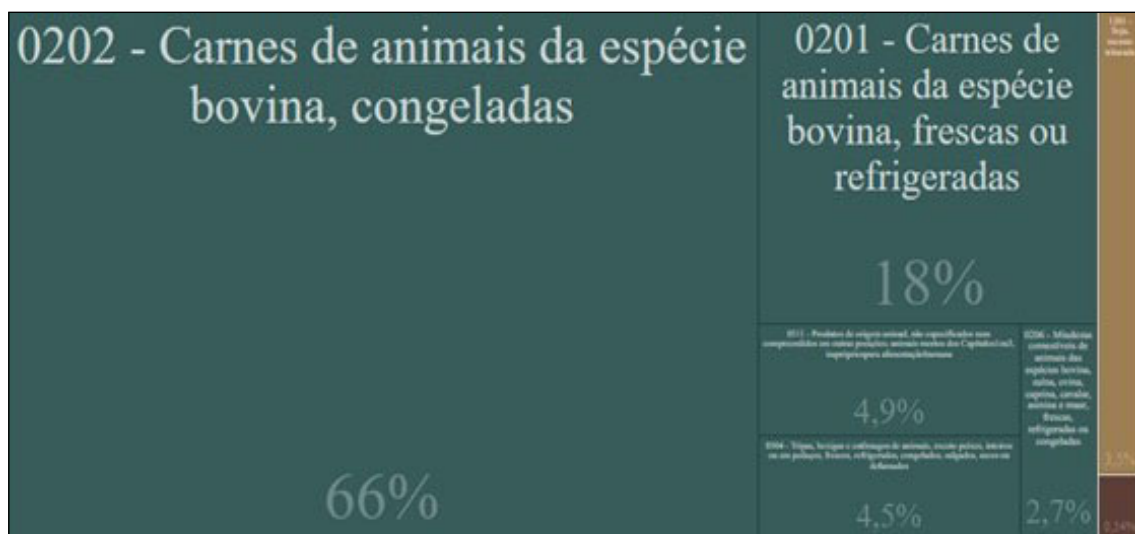
**Figura 3.** Cadeia produtiva da carne no Tocantins e em Araguaína, plantas frigoríficas.

A estruturação da produção mencionada anteriormente encontra conexões globais, ao considerarmos que, de acordo com dados extraídos do portal *Comex Stat*, constata-se para o ano de 2020 que Araguaína exportou US\$ 84,83 milhões, ocupando o 370º lugar no *ranking* de exportações dos municípios brasileiros. Nas Figuras 4 e 5, a seguir, estão dispostos os principais parceiros comerciais no globo, bem como a tipologia dos produtos exportados.



Fonte: Comexstat. Disponível em Comex Stat - ComexVis (mdic.gov.br).

**Figura 4.** Araguaína–TO, exportações e países parceiros. Ano de 2020.



Fonte: Comexstat. Disponível em Comex Stat - ComexVis (mdic.gov.br).

**Figura 5.** Araguaína–TO, tipologia dos produtos exportados.

As relações de produção capitalistas anteriormente mencionadas nos possibilitam reafirmar nossa perspectiva de análise, ou seja, observar a dinâmica de competitividade impressa nas ações e nos discursos da gestão de uma cidade média no interior da Amazônia Legal. Isso porque:



to explore these marked differences in regional performance further, we examine the differing types of industries that constitute a regional economy. The distribution of economic activity by industry over geography reveals three different broad types of industries, with very different patterns of spatial competition and different drivers of locational behavior. Distinguishing them is essential in testing hypotheses about regional performance. (PORTER, 2003, p. 559).

As dinâmicas apresentadas encontram-se vinculadas a uma série de discursos institucionais emitidos pelo poder público local, devidamente, apresentados nos tópicos a seguir; e que nos permitem sustentar o objetivo deste trabalho, a saber, em que medida Araguaína pode ser compreendida como uma cidade competitiva a partir da verificação de suas práticas e de discursos que sobre ela são construídos.

## CIDADES COMPETITIVAS E O *MARKETING* DAS CIDADES

A discussão sobre cidades competitivas e *marketing* das cidades remonta ao final da década de 1980; são desse mesmo período também as reflexões acerca dos limites e das possibilidades de protagonismo local, considerando a recessão econômica dos anos 1970. Questionamentos que se mostram atuais e relevantes também para este trabalho foram apresentados da seguinte maneira: “em que medida, apesar dos constrangimentos de toda ordem a que estão submetidos, podem os governos municipais alterar significativamente o cotidiano alienante e miserável da imensa maioria dos cidadãos?” (VAINER, 1986, p. 13). O debate está vinculado à noção de escala, cujas questões preponderantes se encontram no campo da Geografia; e que nos estudos urbanos e regionais recebe em conexão aportes teórico-metodológicos de áreas distintas como a Sociologia, a Ciência Política, a Antropologia, a Economia e a História, resultando em “uma série de outras expressões na produção atual das Ciências Sociais em geral. Globalização, blocos regionais (...) desenvolvimento local, poder local (...) competição entre lugares e cidades (...)” (VAINER, 2006, p. 9).

Sendo assim, desdobram-se os debates entre as perspectivas globalista e localista, esta última vertente interpretativa referenciada nas proposições de Borja e Castells (1997) para a Conferência de Istambul; afirma-se o poder das localidades e a inserção das cidades na disputa pelos mercados globais. Também vinculada à última vertente, poder local, o chamado *marketing* de lugares ou *marketing* das cidades se estrutura como proposta interpretativa no campo de estudos sobre a questão urbana.

As possíveis contradições nos processos de acentuação da promoção do desenvolvimento com foco na localidade encontram lugar na proposição seguinte: “as forças do mercado tendem a aumentar e não a diminuir as desigualdades entre as regiões (...) nomeadamente, pelo efeito das migrações, dos movimentos de capital e do comércio” (CABUGUEIRA, 2000, p. 111). Perspectiva interpretativa similar acerca das possibilidades de acentuação das desigualdades regionais a partir da competitividade de lugares é demonstrada com os seguintes argumentos via desenvolvimento de trabalho, cujo foco é a análise das desigualdades regionais na Índia:

“(...) spatial polarization of development creates economic inequalities, which are accompanied by social inequalities”. (OHLAN, 2013, p. 842).

A competitividade problematizada no contexto europeu, a partir de seus pressupostos teóricos e políticos, recebe o seguinte questionamento: “is competitiveness just an entrepreneurial skill to sell or could be a premise of development?” (VOINESCU e MOISOIU, 2015, p. 512). As interpretações supracitadas nos permitem retomar o objetivo deste trabalho: observando suas práticas e discursos compreender Araguaína como uma cidade competitiva no interior da Amazônia brasileira. Parte integrante da perspectiva competitiva, o *marketing* da cidade ocupa lugar de referência em sua operacionalização.

O *city marketing* é afirmado em Sánchez (2001) como elemento constitutivo da chamada nova racionalidade do capitalismo por meio da qual “o espaço toma forma também através de representações e imagens adequadas, o que explica a importância que vem adquirindo (...) como instrumento das políticas urbanas” (SANCHEZ, 2001, p. 31). Ressaltamos que o *marketing* de cidade se apresenta ao longo das últimas décadas como uma ferramenta integrante do rol de instrumentos de gestão do poder local (SANCHEZ, 1999). Considerando as transformações implementadas em Curitiba e Barcelona, Sanchez (2001) busca referências em Bourdieu & Wacquant (2000) para interpretar, por meio do chamado imperialismo simbólico, a imposição de determinadas imagens urbanas que podem traduzir investimentos cujas características são a concentração espacial e social dentro das áreas urbanas; que via de regra traduzem as expectativas e desejos das classes médias (SANCHEZ, 2001). Elementos constitutivos desses discursos são as expressões: recuperação econômica, renascimento da cidade e experiência dos serviços urbanos (SANCHEZ, 2010); e o “espaço urbano é transformado em vitrine” (PASQUOTO, 2016, p. 3).

Ademais, deve-se considerar que cidades não se constituem em organismos independentes no cenário político administrativo dos estados nação, relacionando-se constantemente com os ditames impositivos do aparato jurídico característico das burocracias estatais. Tal dinâmica é constatada a partir da seguinte afirmativa: “they are not completely independent entities, subject to many policies and activities planned and implemented from a central level” (KACHNIEWSKA; KOWALSKI; SZCZECH-PIETKIEWICZ, 2018, p. 187). Ao discutirmos limites e contradições acerca da competitividade de cidades, sintetizamos, por meio da Tabela 2, a seguir, elementos do *marketing* urbano, que, enquanto um de seus pilares, permitem-nos visualizar incongruências:

**Tabela 2.** Elementos constitutivos do *marketing* urbano e suas derivações negativas.

elementos do marketing urbano			
arquitetura icônica	eventos emblemáticos	marcas	discurso/ slogan/ logotipo
derivação negativa			
padronização arquitetônica e urbanística	criação de cenários	expulsão da população das áreas que receberam as intervenções	atração de turistas, trabalhadores e investidores em descompasso com a real oferta de oportunidades

Fonte: Pasquoto (2008). Adaptado pelos autores.

Reflexão significativa acerca daquilo que se compreende como derivações negativas encontra-se em Duarte e Czajkowski Júnior (2007), ao proporem discussões acerca dos limites éticos que cercam o *marketing* de cidades e ao cunharem a expressão “cidades à venda”. É possível observar via práticas e literatura que tais procedimentos contemporaneamente referenciados como *marketing* de lugares ou *marketing* das cidades é instrumento constitutivo de governança que remonta às origens das instituições normatizadoras da vida em sociedade, ou seja, “há tempos cada localidade sente a necessidade de diferenciar-se das outras, a fim de afirmar sua individualidade e características distintas” (OCKE, 2014, p. 671).

As diferentes temporalidades, considerando somente marcos vinculados à contemporaneidade, são exemplificadas por meio da Conferência de Cidades Europeias realizada no ano de 1986 em Roterdã, cuja proposição principal foi a definição das cidades como promotoras centrais da economia; resultando na rede formada pelas 50 mais importantes cidades da Europa durante conferência seguinte realizada em Barcelona e constituindo-se no movimento das Eurocidades (CASTELLS; BORJA, 1996). Na América Latina, evidenciam-se os casos de *marketing* das cidades de Curitiba (BR) e Medellín (COL) durante as décadas de 1990 e 2000 respectivamente. A seguir, sintetizamos as definições e as discussões acerca das cidades competitivas propostas por organismos internacionais. Consideremos, a seguir, a Tabela 3 com as formulações produzidas por organismos internacionais sobre o marco conceitual de cidades competitivas:

**Tabela 3.** A definição de cidades competitivas por organismos internacionais.

World Economic Forum	UN Habitat	The World Bank Group	OECD
City competitiveness can be defined as the set of factors—policies, institutions, strategies and processes – that determines the level of sustainable productivity of a city.	Strategies to enhance competitiveness seek to create mechanisms through which cities:	This report defines a competitive city as one that successfully facilitates its firms and industries to create jobs, raise productivity, and increase the incomes of citizens over time	New modes of entrepreneurial urban governance would be increasingly structured by organisational forms (...)
City Competitiveness Taxonomy:  <b>1. Institutions (how to reform).</b> This is the governance or decision-making framework for competitiveness (...)	Strategies to enhance competitiveness:  <b>Quality of life</b> Quality of life is linked to accessibility and affordability of quality housing, schools and education, civil rights, personal and national security (...)	A framework is proposed for nurturing a competitive city by:  <b>(a)</b> prioritizing firm-level performance,	“Urban entrepreneurialism”, have some distinctive characteristics:  <b>First</b> , it ultimately aims at fostering and encouraging local economic development.
<b>2. Policies and regulation of the business environment (what to reform)</b> The framework of public policies and regulation shaping competitiveness indicates what to reform (...)	<b>Government responsiveness</b> Factors affecting competitiveness include transparency and accountability (...)	<b>(b)</b> considering the determinants of that performance,	<b>Second</b> , while the previous approaches were basically led by the public sector, the new approaches are becoming increasingly market-driven
<b>3. Hard connectivity</b> Infrastructure has been an important factor in city competitiveness	<b>Infrastructure</b> Strategic infrastructure is needed to support transport, logistics, telecommunications and municipal services that significantly affect city competitiveness.	<b>(c)</b> determining the policy levers available to improve performance, and	<b>Third</b> , urban entrepreneurialism involves fundamental change in the attitudes towards, and relationship with, the private sector (...)
<b>4. Soft connectivity</b> Soft connectivity is the social capital that makes investments in hard infrastructure and new technology more productive	<b>Human resources development</b> High levels of human capital give cities competitive advantage	<b>(d)</b> combining the scope and capacity of the city public administration with private partnerships and intergovernmental leverage	<b>Lastly</b> , policy planning in the new approaches shows strong characteristics once distinctive to private businesses, such as risk-taking, inventiveness, promotional and profit motivation

Fonte: World Economic Forum (2014); UN Habitat (2015); The World Bank Group (2015); OECD (2007).

Adaptado pelos autores.

Cidades competitivas, *marketing* das cidades e *marketing* de lugares são elementos que, de acordo com nossa perspectiva interpretativa, estão presentes nos discursos e simbologias criados pelo poder público do município de Araguaína. Elegemos como marco temporal o ano de 2017 e a criação do canal oficial na rede *Youtube* intitulado *Investe Araguaína*; no próximo tópico procederemos à análise dos discursos emitidos, *slogans* e simbologias.

## DISCURSOS OFICIAIS, *SLOGANS* E SENTIDOS

Nesta seção, não perdendo de vista as considerações teóricas até este ponto do texto, vamos mobilizar diferentes materialidades discursivas oficiais, com o objetivo de compreender como Araguaína é significada como uma cidade competitiva no interior da Amazônia brasileira. Estamos interessados, mais de perto, no funcionamento discursivo do que é o *marketing* urbano sobre Araguaína, particularizando, então, um dos elementos específicos que é a tríade “discurso/*slogan*/logotipo” (PASQUOTO, 2008).

Pensar essa tríade, analiticamente, coloca-nos no lugar de diálogo teórico com fundamentos da Análise de Discurso (AD) formulada por Michel Pêcheux e seus interlocutores, na França, nos anos 1990. No Brasil, esse campo foi (e é) densamente praticado por muitos estudiosos; em especial, fazemos menção à Eni Orlandi, considerando o seu papel de difusão e de transformação da AD a partir de seus gestos de (re)formulação da teoria no espaço intelectual brasileiro.

Como efeito do diálogo teórico, a referida tríade será abordada à luz da expressão “materialidade discursiva”. Isso porque a materialidade discursiva pressupõe o gesto de formulação verbal e/ou não verbal em que um ato concreto deixa flagrar a materialização em si do texto. O sujeito, sob certas condições sócio-históricas e ideológicas mais amplas, formula o texto em sua materialidade. Articulado a esse gesto de formulação, há a constituição de sentidos, isto é, há sentidos já formulados e em circulação na sociedade. E é essa constituição de sentidos que vai habilitando, na historicidade, os gestos de reformulação. Como terceira dimensão constitutiva da produção dos sentidos, há a circulação, tendo por base a conjuntura específica dos sentidos.

As materialidades discursivas analisadas, neste texto, são mobilizadas de diferentes práticas discursivas oficiais da gestão municipal de Araguaína, tais como: *site* oficial da prefeitura, canal *Investe Araguaína* no *Youtube*, textos imagéticos alusivos a esse canal e texto imagético com o *slogan* das três últimas gestões municipais (de 2013 até 2024). Do ponto de vista da AD, cabe salientar que essas materialidades constituem o nosso arquivo de pesquisa, pressupondo o nosso gesto de seleção e de composição do material de análise.

Na esteira de Guilhaumou e Maldidier (2016[1986], p. 116), a nossa filiação à definição de arquivo se mostra relevante, pois nos permite pensar em “uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes”. Buscando já articular tais considerações às materialidades discursivas a serem enfocadas, podemos dizer que as materialidades estão inseridas em um funcionamento maior, que é construir Araguaína, como uma cidade competitiva no interior da Amazônia brasileira. Não é à toa que inscritos nas discursividades do *marketing* urbano, estamos interessados na tríade anteriormente aludida. E essa tríade pode evidenciar, a partir de nossos gestos de interpretação, “dispositivos, configurações significantes”.

Uma vez constituído o nosso arquivo de pesquisa, à luz do objetivo proposto neste artigo, o nosso próximo procedimento analítico é o de estabelecer os critérios de constituição do *corpus*, isto é, o que será particularizado, das materialidades discursivas, para de fato ser analisado. As materialidades estão estruturadas pela articulação entre linguagem verbal

(palavras, que formam enunciados) e não verbal (imagens por meio da superposição de fotografias, de ilustrações). Filiados à AD, estamos interessados no modo como essas materialidades significam, não perdendo de vista a discursividade das cidades competitivas.

Na toada de nossos argumentos, a matriz discursiva das cidades competitivas opera efeitos e coerções no ordenamento territorial, fazendo intervir dinâmicas no processo de urbanização. Os espaços públicos estão dimensionados pelo discurso da organização, ou seja, eles são perspectivados pela organização dos espaços empíricos e/ou abstratos, implicando ações de planejamento e de (re)construção da infraestrutura da cidade.

O nosso procedimento de análise das materialidades discursivas está fundamentado em dois passos, que se interdependem: (1) descrição da materialidade, tendo em vista as sequências discursivas verbais (SDV) e as sequências discursivas imagéticas (SDI), a serem destacadas após a apresentação das figuras com cada materialidade discursiva; (2) interpretação das sequências, tendo por base o modo como elas produzem sentidos para a discursividade de Araguaína como cidade competitiva. O fato de as materialidades discursivas advirem de diferentes espaços de circulação evidencia a força simbólica dessa discursividade.

Vejam, a seguir, o primeiro recorte discursivo (RD) de nosso trabalho de análise:



Fonte: <https://www.araguaina.to.gov.br/portal/index.php>.

**Figura 6.** Captura de tela do topo do *site* oficial da prefeitura de Araguaína.

A partir desse RD, particularizamos, a seguir, as sequências discursivas verbais e imagéticas a serem enfocadas em nossos gestos de interpretação. Não nos interessa enfocar todos os aspectos da materialidade. O nosso investimento, no arquivo de pesquisa, como já destacamos, está circunscrito a analisar a produção discursiva sobre Araguaína na condição de cidade competitiva. Eis as sequências discursivas:

SDV1: “A capital econômica do Tocantins”.

SDV2: “Araguaína Prefeitura Municipal”.

SDI1: bandeira de Araguaína no lado esquerdo da imagem.

SDI2: ilustração do mapa do Estado do Tocantins, apresentando a localização do município de Araguaína; são mencionados os nomes do Estado do Pará e do Maranhão, com o intuito de se localizar alguns limites geográficos do Tocantins com outros Estados. Essa ilustração está no centro da imagem.

SDI3: justaposição de imagens em dois planos. No primeiro, aparecem as seguintes

imagens: conjunto de gado e, exatamente ao lado, uma locomotiva. No segundo plano, há: rodovia com duas pistas, fazendo-nos crer que se trata da BR-153; construções horizontalizadas e esparsos prédios.

A SDV1 evidencia o *slogan* que circulou, como parte do *marketing* da gestão municipal, entre os anos de 2017 a 2020. Embora a gestão atual (de 2021 a 2024) tenha o *slogan* “Cidade que não para”, como parte da identidade visual do *marketing*, é aquele *slogan* que ainda consta do *site* oficial. Uma vista d’olhos por outras abas do *site* nos permite destacar que a página eletrônica da prefeitura foi atualizada com informações sobre a gestão em curso.

A permanência dessa formulação faz trabalhar alguns sentidos, inscritos na narratividade de Araguaína como cidade competitiva. Trabalha-se com a memória de que, embora Palmas seja a capital administrativa do Estado do Tocantins, Araguaína assume protagonismo, como capital econômica, tendo por base a sua dinâmica econômica. Anteriormente, mobilizamos algumas formulações sobre a produção de proteína animal (carne bovina) e sobre a geração de empregos em Araguaína; ao fazermos referência cruzada entre práticas econômicas e discursos sobre Araguaína, vamos percebendo a força simbólica dessa contiguidade.

Como estamos interessados, também, na produção discursiva de Araguaína como cidade competitiva, percebemos que o discurso oficial produz um apagamento de outros sentidos sobre a cidade, legitimando esses circunscritos à esfera econômica. Discursivamente, esse funcionamento do dizível e do apagamento de sentidos só é possível, porque a linguagem é política. Isto é, a linguagem habilita a divisão desigual de sentidos em uma sociedade em que uns sentidos são ditos e outros não.

De muitos e de dispares sentidos sobre Araguaína, por que a legitimação daqueles inscritos na perspectiva econômica? Sobretudo, por que a manutenção desse *slogan* como parte integrante da identidade visual de uma suposta nova gestão? Como já ressaltado, a gestão (de 2021 a 2024) assumiu outro *slogan*, mas na página eletrônica da prefeitura é este que consta.

Como efeito da contradição discursiva em funcionamento a partir desse *slogan*, uma pergunta se (im)põe: Para quem Araguaína é a capital econômica? A contradição está no fato de que, a despeito de se propor a narratividade da cidade como atrativa, as oportunidades econômicas são circunscritas a grupos sociais específicos. Nos dizeres do *marketing* urbano, trata-se de pensar nas derivações negativas. Há aí em funcionamento, o descompasso entre: (1) atração projetada e (2) oferta de oportunidades factíveis.

Na toada de nossa argumentação, compreendemos que essa contradição é constitutiva e insuperável dos efeitos da racionalidade do capitalismo. Isso porque as discursividades postas em circulação sobre as cidades apontam para o mecanismo de poder que as gestões locais possuem. Nessa medida, algumas imagens urbanas passam a ter protagonismo simbólico.

O nosso arquivo de pesquisa foi constituído, com o intuito de mostrarmos o funcionamento discursivo de algumas dessas narratividades sobre Araguaína como cidade competitiva. O nosso gesto de interpretação perpassa a abordagem da materialidade

verbal e imagética, fazendo operar a circulação de traços de memória sobre a cidade em foco. Essa abordagem não perde de vista certas condições de produção e determinadas circunstâncias específicas sobre Araguaína. Não é à toa que tematizamos a perspectiva dessa cidade no contexto de formação da Amazônia brasileira.

As SDV2 e SDI1 apresentam, respectivamente, dizeres e imagens que constituem a representação da bandeira de Araguaína. Trata-se de um modo de identificação da página da prefeitura, tendo por base o discurso oficial sobre a instituição das bandeiras municipais e sobre o seu uso em práticas oficiais. No lado oposto ao lado da bandeira, aparecem imagens, cujas descrições verbais aparecem por meio de SDI2 e SDI3.

A SDI2 aparece na parte central do topo do *site* oficial. A imagem em foco põe em perspectiva a discursividade da localização geográfica do município de Araguaína no Estado do Tocantins, evidenciando os limites territoriais com dois importantes Estados (Pará e Maranhão). Essa imagem põe em perspectiva, sobretudo, a narratividade de Araguaína com conexão intra e extra regionais. Eis aí um dos aspectos importantes para se propor o discurso de Araguaína como cidade média.

Evidenciar dois dos limites geográficos do Tocantins, onde Araguaína cumpre função de influência, é trabalhar as áreas de conexão. Por meio da Figura 1 apresentada anteriormente, mais precisamente a partir das linhas de intersecção, notamos a perspectiva de Araguaína sendo significada em seu protagonismo regional e em uma urbanodiversidade amazônica. Ao cotejarmos a SDI2 com a SDI3, percebemos que as imagens aí postas em circulação oficial (“rodovia com duas pistas”, “conjunto de gado”, “locomotiva” e “prédios esparsados”) reiteram a narrativa da urbanodiversidade. Trata-se de elementos imagéticos que acionam traços da urbanização dos espaços e da ordenação territorial amazônica.

Se olharmos em retrospecto para as ponderações de Monteiro e Coelho (2011), vamos perceber que os corredores rodoviários e ferroviários assumem feições relevantes para os “circuitos do capital”. Há, nessa imagem, a representação desses dois corredores tematizados, como operadores de memória. Logo, esses corredores participam da significação discursiva de Araguaína como cidade competitiva; a influência e a conexão da cidade é atestada em diferentes escalas.

O *slogan* em foco, no *site*, aponta para um protagonismo econômico intra-estado, não deixando de ressaltarmos as áreas de influência externas. As imagens, em especial as SDI2 e SDI3, atestam outras escalas de protagonismo econômico. É o caso, por exemplo, da cadeia produtiva de proteína animal, em consoância com o aludido anteriormente. A representação do conjunto de bois evidencia, por exemplo, a escala internacional.

Na continuidade de nosso trabalho de análise, vamos apresentar, a seguir, um dos cartazes de divulgação do Projeto “Investe Araguaína”, lançado em 2017, na Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins (Agrotins, 2017). Na plataforma do *Youtube*, foi criado um canal de mesmo nome para a divulgação de vídeos. O Projeto conta, também, com outras mídias (*Twitter*, *Instagram* e *Facebook*), como meio de circulação de discursividades sobre “Investe Araguaína”. Uma outra versão do referido cartaz foi adaptado para essas mídias, tendo pequenas diferenças imagéticas. Mais adiante, faremos menção a elas.



Inscritos em nosso procedimento de análise, iremos derivar as SDV e as SDI do cartaz de divulgação em foco para construirmos os nossos gestos de interpretação. Eis a Figura 7:



Fonte: Canal “Investe Araguaína” no Youtube.

**Figura 7.** Identidade visual do canal “Investe Araguaína” no Youtube.

SDV1: “Investe Araguaína. É aqui que o Tocantins acontece”.

SDV2: “É aqui que o Tocantins acontece”.

SDV3: “Capital econômica do Tocantins”. “Capital do Matopiba”. “Capital do boi gordo”.

SDI1: ilustração de avião em pleno voo com um trajeto de fumaça, convergindo para a localização geográfica de Araguaína. Aparece aí um ícone de localização no *Google Maps*, ou seja, um “sticker”, assinalando onde está Araguaína. Aparece a menção aos nomes dos seguintes municípios: “Palmas”, localizado no Tocantins, “Barreiras”, na Bahia; “Balsas” e “Imperatriz”, no Maranhão; “Marabá” e “Redenção”, no Pará.

SDI2: Na parte inferior do cartaz, aparece a ilustração dos seguintes elementos: “caminhão trafegando na rodovia”, “conjunto de bois”, “complexo de toneis metálicos”, “conjunto de placas fotovoltaicas” e “guindaste fixo”.

A SDV1 apresenta uma formulação composta por dois enunciados, cuja significação faz trabalhar o sentido de que Araguaína é o lugar para se investir, pois o Estado do Tocantins acontece aí. O primeiro enunciado (“Investe Araguaína”) pode assumir dois sentidos: (1)

como uma declaração de que alguém (“ele”, “ela”, “você”) investe em Araguaína; (2) como uma ordem para que alguém (“tu”) invista em Araguaína. Ou como declaração afirmativa, ou como declaração imperativa, o discurso de Araguaína como cidade competitiva segue operando efeitos. O segundo enunciado (“É aqui que o Tocantins acontece”) é formado pela estrutura clivada “É... **que**...”. A ocorrência dessa estrutura produz alguns efeitos de sentido para os termos colocados depois do “É” e depois do “que”. Sem essa estrutura, o enunciado ficaria formulado nestes termos: “Aqui o Tocantins acontece”.

Essa estrutura clivada acaba por gerar uma propriedade semântica específica para os constituintes clivados, a saber: (1) a sua especificidade, a sua focalização e (3) os seus efeitos: de contraste, de exclusividade e de exaustividade. Assim, a especificidade e a focalização em jogo, por meio dessa formulação, são a de que Araguaína é o lugar onde o Estado do Tocantins acontece economicamente. O verbo “investir”, constante do nome do projeto lançado em 2017, faz trabalhar traços da memória discursiva de que interessa à Araguaína a aplicação de recursos, mormente, os recursos financeiros. De 139 municípios do Tocantins, é dito que Araguaína é o lugar de investimento, porque o Estado acontece aí. O contraste, a exclusividade e a exaustividade, gerados com os outros municípios, produzem o efeito de incontestabilidade de que Araguaína é o lugar para se investir. Logo, ela é uma cidade competitiva.

A SDV2 apresenta o segundo enunciado que ocorreu na SDV1. Contudo, desta vez, ele está inserido na ilustração do mapa de Araguaína, mais precisamente na parte central, com a cor diferente da primeira ocorrência. Antes, o enunciado era da cor branca, de modo a combinar com a cor, também branca, do nome “Araguaína”. Na segunda ocorrência, o enunciado aparece em cor azul.

A SDV3 evidencia outras formulações, que circularam como atribuição à Araguaína, buscando produzir o lugar simbólico dela como capital do Estado. Por meio dessas três formulações, destacam-se três aspectos (“econômico”, “Matopiba” e “boi gordo”) para os quais se busca construir, simbolicamente, o protagonismo de Araguaína. No âmbito desses aspectos, tendo por base as diferentes escalas, Araguaína tem seu destaque. Produz-se aí o efeito de exaustividade da imagem positiva sobre Araguaína.

As SDI 1 e 2 expressam elementos importantes para a produção discursiva de Araguaína como cidade competitiva. A SDI1, por exemplo, faz trabalhar o sentido da cobertura de aeroporto, em Araguaína, tendo em vista o efeito de que o avião ilustrado parte daí. Produz-se o efeito da modernização e da facilidade de acesso à Araguaína, como cidade interconectada. A indicação dos nomes de outros municípios parece reforçar o efeito da exaustividade de Araguaína como cidade competitiva. Esse contraste de localização deixa entrever o atributo da influência da cidade em foco sobre as demais apontadas na ilustração do mapa. Há a institucionalização de Araguaína como área de influência.

A SDI2 apresenta a descrição de imagens que aparecem na base do cartaz. Não perdendo de vista a perspectiva de que as imagens são produtoras de memória discursiva, como estamos fazendo ao longo desta seção, podemos destacar alguns sentidos ali em funcionamento:

(1) a imagem do “caminhão trafegando na rodovia” representa a discursividade de Araguaína com cobertura de rodovias; a imagem mostra uma rodovia em bom estado

de conservação. Se a imagem do avião, na parte central do cartaz, produziu o efeito de interconexão, neste ponto do cartaz, a referida imagem mostra que o mesmo se estabelece pela cobertura das rodovias. Essa interconexão da cidade, por diferentes meios de transportes, passa a ser um fator favorável aos potenciais investidores. Uma outra discursividade é possível de ser tematizada: a de que, em Araguaína, os espaços são cuidados e normalizados. Há um discurso de organização sobre a cidade, assegurado pela perspectiva do planejamento urbano de Araguaína.

(2) as imagens do “conjunto de bois”, do “complexo de toneis metálicos” e o “conjunto de placas voltaicas” deixam entrever a perspectiva da conexão de Araguaína, em diferentes escalas, em torno das relações regionais e internacionais no mercado de *commodities*. Não é à toa que, por meio da SDV3, salientamos os *slogans* que já circularam sobre Araguaína. As referidas imagens apontam para uma relação discursiva com esses *slogans*.

Buscando pensar na perspectiva da parafrase, isto é, nas constantes versões que a imagem pode receber, vamos mobilizar, a seguir, uma outra versão do cartaz apresentado na Figura 8. Essa outra versão circulou nas redes sociais do *Twitter*, do *Instagram* e do *Facebook*. Trata-se da imagem de capa do projeto “Investe Araguaína” nessas redes sociais. Desta vez, vamos derivar as SDI que expressam os novos elementos que aparecem no referido cartaz.



Fonte: Rede social do Projeto “Investe Araguaína” no *Facebook*.

**Figura 8.** Outra versão do cartaz de divulgação do Projeto “Investe Araguaína”.

SDI1: ilustração de um ramo de soja.

SDI2: ilustração de um microscópio, sendo manuseado por uma mulher, com roupas características de laboratório.

SDI3: ilustração de um homem, usando terno, gravata e óculos.

SDI4: ilustração da logomarca da prefeitura de Araguaína (gestão de 2017 a 2020).

Trata-se de uma parafrase do cartaz anterior em que outros elementos são agregados, e outros são ressignificados. Tematizamos as novas imagens por meio das SDI. A discursividade de que Araguaína é o lugar de se investir permanece. Agora, com a abordagem de que o setor de serviços também o é. As SDI2 e SDI3 fazem trabalhar a expansão da ideia de que a cidade oferece serviços nesse ramo. Portanto, a sua área de

influência não se inscreve apenas nos setores primário e secundário da economia. Põe-se em perspectiva a dinâmica empresarial e sua implicação para a geração de empregos.

A ilustração do ramo de soja (SDI1) ganha a posição focal na paragrafagem de sentidos sobre a rede de produção e de comércio de *commodities* protagonizada por Araguaína. A ilustração do guindaste fixo é ressignificada, pois é reposicionada atrás do caminhão na rodovia. A ilustração do gado também é diferente em relação ao primeiro cartaz enfocado. A ilustração da logomarca da gestão municipal de Araguaína expressa a institucionalização de sentidos, como parte do *marketing* urbano de Araguaína.

Neste ponto de nosso trabalho de análise, buscando dar continuidade ao dimensionamento da produção discursiva em torno de Araguaína como cidade competitiva, vamos mobilizar as logomarcas das três últimas gestões municipais. Eis, a seguir, a Figura 9:



Fonte: Imagens retiradas do Google.

**Figura 9.** Compilação das logomarcas de três gestões municipais de Araguaína.

Na gestão municipal de 2013 a 2016, a identidade visual da gestão contemplou o *slogan*: “Nossa cidade, compromisso de todos”, com o símbolo da junção de quatro “A”. Cada “A” de uma cor representa: o poder executivo, o poder legislativo, o poder judiciário e o povo. As cores são motivadas pela bandeira do município. Oficialmente, trabalhou-se com a perspectiva de que essa integração visual a partir dos “A” expressa o que aparece na parte verbal da logomarca: a cidade de Araguaína, como compromisso de todos os envolvidos por ela.

Entre os anos de 2017 a 2020, a identidade visual permaneceu com o símbolo dos “A” integrados, mas como novo *slogan*, a saber: “A capital econômica do Tocantins”. Cabe ressaltar que essas duas gestões municipais foram de responsabilidade do mesmo prefeito. Do ponto de vista da constituição de sentidos, as duas identidades visuais mostram processos discursivos diferentes, mas que se interdependem: na primeira gestão, os sentidos que circularam foram os de que Araguaína precisava de uma “modernização” da administração pública. Só assim ela teria jeito. Neste ponto, estamos trabalhando com a menção indireta ao *slogan* que circulou na época da campanha do prefeito empossado em 2013. Trata-se do enunciado “Araguaína tem jeito”.

Inscritos na Análise de Discurso, podemos dizer que a tomada de posição por essa logomarca faz trabalhar a força político-simbólica da organização empírica da administração municipal. Essa força, nas gestões seguintes, passará a se inscrever na organização empírica da cidade. Não é à toa que a pauta da (re)organização do espaço

intra-urbano passa a ser foco de práticas e de discursos. Se, na primeira gestão, o foco recaía sobre a organização da administração pública, na segunda, a perspectiva posta em circulação foi a de que Araguaína tem seu protagonismo na questão econômica. Daí o seu lugar simbólico como capital econômica do Estado do Tocantins. Esse lugar simbólico traz, no bojo dos sentidos, a ideia de que Araguaína é o lugar para se investir, para se atrair recursos econômicos. Projeta-se, discursivamente, a cidade em inserções (em termos de práticas e de discursos) cada vez mais no cenário regional.

Na gestão de 2021 a 2024, a identidade visual mudou: de “A” integrados para setas sequenciadas e contínuas, articulada a outro *slogan*: “Cidade que não para”. A memória discursiva faz trabalhar o sentido de que Araguaína vem sendo marcada por processos de desenvolvimento e, por essa razão, seguirá essa dinâmica. A força político-simbólica aludida anteriormente segue produzindo efeitos no discurso oficial. Desta vez, a produção discursiva é referendar os sentidos de que o cuidado com os espaços da cidade continuam, o protagonismo, em diferentes escalas, também continuam.

Com base no arquivo de pesquisa constituído para este artigo, neste ponto, passamos a enfocar a ação da gestão municipal (2017 a 2020) em relação ao contrato de empréstimo de US\$ 54,9 milhões junto ao CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina. No *site* oficial do CAF, o estabelecimento desse contrato é noticiado sob a seguinte formulação: “US\$ 104,9 milhões para saneamento em Araguaína e Santo André”. Desse total, US\$ 50 milhões são destinados à cidade de Santo André; o restante do dinheiro contempla Araguaína. Consideremos, a seguir, um recorte discursivo (RD) dessa notícia:

#### **RD 01**

Além do representante do CAF e da procuradora da Fazenda Nacional, participou da assinatura do segundo contrato, com Araguaína, no valor de US\$ 54,9 milhões, o prefeito Ronaldo Dimas. O contrato prevê a execução do Projeto de Saneamento Integrado de Araguaína, com o objetivo de melhorar a infraestrutura urbana, de controlar as inundações e preservar nascentes e áreas verdes, bem como implementar áreas de lazer em três bacias (córregos Neblina e Jacuba e rio Lontra). (Trecho retirado da notícia constante do *site* <https://www.caf.com/pt/presente/noticias/2019/12/firma-santo-andre-y-araguaina/>)

Percebemos em funcionamento aí o discurso da organização empírica dos espaços de Araguaína, como forma de se argumentar sobre o empréstimo. Do ponto de vista discursivo, podemos destacar que Araguaína pode ser significada de diversos e díspares modos. Em termos teóricos, podemos dizer que há formas materiais de existência da cidade e dos sujeitos. A natureza do arquivo de pesquisa em foco, neste artigo, permite-nos tematizar a primeira forma material. A forma material dos sujeitos circunscritos em e por Araguaína foge do escopo deste trabalho.

A discursividade da infraestrutura e da necessidade de se normalizar os espaços em Araguaína, até para torná-los aptos ao uso global, seguiu operando efeitos em termos de

tomada de posição das gestões municipais. Por meio de cada logomarca, pudemos perceber como o discurso da organização empírica vai acentuando as projeções imaginárias e simbólicas sobre a cidade. A forma material de existência de Araguaína ganhou contornos cada vez mais definidos para se sustentar o ideário (de práticas e de discursos) de cidade competitiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste artigo, construímos a discussão teórica e analítica em torno da perspectiva de Araguaína como cidade competitiva no interior da Amazônia brasileira. Para tanto, dois aspectos foram tomados como ponto de partida: algumas *práticas* econômicas sediadas pela cidade, dado o recorte da dinâmica empresarial e de geração de empregos, bem como a sua inserção na cadeia produtiva de proteína animal (carne bovina); alguns *discursos* oficiais das três últimas gestões, buscando pensar como sentidos são institucionalizados e postos em circulação acerca da referida perspectiva. Partimos do princípio de que esses dois aspectos se interdependem, embora, em apelo ao rigor de exposição temática, eles são aludidos, neste texto, em momentos específicos.

O arcabouço teórico sobre “cidades competitivas” se mostrou relevante para dimensionarmos esses dois aspectos, não perdendo de vista, mormente, as ponderações de Trindade-Júnior (2015) acerca do conceito de “cidade média”. As práticas e os discursos evidenciados, a partir do recorte mobilizado por nós, tematiza as escalas diferenciadas das influências de Araguaína. Se usufruirmos, ainda mais, do construto “urbanodiversidade regional” do referido autor, vamos perceber algumas especificidades da dinâmica regional de Araguaína em muitos setores. As práticas e os discursos enfocados atestam as diferentes escalaridades de incidência de Araguaína.

Neste ponto, gostaríamos de enfatizar o diálogo conceitual entre as ponderações de Trindade-Júnior (2015) e as de Lever e Turok (1999), pois há aí pressupostos para se compreender uma cidade competitiva. As escalas regional, nacional e internacional são perspectivadas, resultando, da dinâmica destas, mais ainda: (1) aumento real da renda, dada a sua distribuição; (2) melhoria da qualidade de vida da população e (3) desenvolvimento atrelado à sustentabilidade. O discurso oficial, em suas diferentes materialidades discursivas, põe em circulação exatamente sentido(s) nessa direção. Por meio das SDV e das SDI, fomos construindo gestos de interpretação em torno das materialidades discursivas, de modo a mostrar a produção discursiva das gestões municipais.

Conforme visto, neste artigo, o arcabouço sobre “cidades competitivas” põe em foco as condições sócio-históricas e ideológicas com que essa perspectiva nasceu e ganhou força político-simbólica. Na esteira de Sanches (1999), abordamos, inclusive, que o *marketing* de cidade figura como uma estratégia do poder local. Por ser produção discursiva, ele se constitui de palavras e de imagens, que passam a produzir a cidade em sua forma material de existência. Há significações sobre a cidade sendo construídas à luz de sentidos desiguais e contraditórios. O arquivo de pesquisa em tela não nos permitiu problematizar em que medida esse discurso oficial falha; ou, nos dizeres de Pasquoto

(2008), em que medida ele mostra o descompasso entre a projeção da atração e a real oferta de oportunidades. Eis aí uma tarefa por se fazer.

Por fim, podemos destacar que o arquivo de pesquisa, em seus limites e possibilidades, criou condições para teorizarmos sobre práticas e discursos referentes à Araguaína como cidade competitiva, tomando partido pela unidade imaginária e simbólica como essa cidade é significadora pelas gestões municipais. As práticas implicam discursos, e vice-versa.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V.. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3081>>. Acesso em: 09 ago. de 2021.
- ANTERO, R. Urbanização Pela Migração em Araguaína (TO), 2016. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia-MG. v. 17, n. 59 p. 1-15, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/> ISSN 1678-6343>. Acesso em: 09 de jul. de 2021.
- BECKER, B. K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 40, nº 1, p.111-122, 1978.
- BECKER, B. K. et al. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB/UFRJ, 1990.
- BECKER, B. K. Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia. Secretaria de Coordenação da Amazônia – Programa Piloto Para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG – 7. **Cadernos do NAPIAm** – nº 6. Brasília, 1999.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, vol. 6, nº 12, p. 135 – 159, 2001.
- BECKER, B. K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil?. In: ARAÚJO, T. P., VIANNA, S. T. W, MACAMBIRA, J. (orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, 2009, p. 201-228
- BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global**: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Habitat/Taurus, 1997.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. **La nouvelle vulgate planétaire**. Le Monde Diplomatique, Paris, p. 6-7, maio, 2000.
- CABUGUEIRA, A. C. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, RS, v. 9, p. 103-136, 2000.
- CARDOSO, F. H.; e MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 16/06/2021.



- CASTELLS, M. A.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 45, p 152-166, 1996.
- DA FONTE, K. F.. A produção do espaço regional Amazônico no contexto da internacionalização do capital: das commodities ao desenvolvimento sustentável. **PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho**, vol. 18 n.2, p.92-111, 2017. Disponível em <<v. 18, n. 2 (2017) (unesp.br)>>. Acesso em 16/07/2021.
- DATHEIN, R. (org.). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2015.
- DUARTE, F., CZAJKOWSKI JÚNIOR, S.. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. **RAP – Revista de Administração Pública**, nº41, vol. 2, p.273-82, 2007.
- FONSECA, P. C. D. e MONTEIRO, S. M. M. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, vol. 28, nº 1 (109), pp. 28-46, 2007.
- FONSECA, P. C. D. e SALOMÃO, I. C. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, Número Especial, p. 1-20, 2017.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. In: GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D.; ROBIN. **Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso**. Tradução: Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2016[1986].
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – REGIC. **Regiões de influência das cidades: 2018 / IBGE**, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- KACHNIEWSKA, M., KOWALSKI, A. M., SZCZECZ-PIETKIEWICZ, E. The Competitiveness of Cities: Components, Meaning and Determinants. In: WERESA, M. A., KOWALSKI A. M. **The Role of Cities in Creating Competitive Advantages**. Warsaw, Poland, World Economy Research Institute SGH, 2018.
- KOHLHEPP, G. O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e de desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira. **Revista NERA**, n. 42, p. 308-330, 2018.
- LEITE, J. de D., PACÍFICO FILHO, M, PIRES, M. C. Araguaína/TO; cidade e discurso na Amazônia Brasileira – o caso do Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto. **Revista Cidades**, Comunidades e Territórios, nº 42, p. 129-145, 2021.
- LEVER, W. F., TUROK, I. Competitive Cities: Introduction to the Review. **Urban Studies**, vol. 36, nº. 5, 6, p. 791 -793, 1999.
- LIMA, J. G.. Cidades médias brasileiras: a partir de um novo olhar denominacional e conceitual: cidades de comando regional. In: ENANPUR – Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional? 2017, São Paulo, **Anais**, p. 2 a 19. Disponível em < ST 1 CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS A PARTIR DE UM NOVO OLHAR DENOMINACIONAL E CONCEITUAL: CIDADES DE COMANDO REGIONAL | Anais ENANPUR> Acesso em 11/12/2021.
- LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI**. Novas formas de desenvolvimento. São



Paulo: Empório do Livro, 2009.

MARTINS, J. S. **Frenteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATA, D.; MOTTA, D. Crescimento das cidades médias. **IPEA – Boletim Regional e Urbano**, IPEA/ Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos, n. 1, dez. 2008. Disponível em <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/081207\\_boletimregional1.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/081207_boletimregional1.pdf)>. Acesso em: 09 agosto de 2021.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Portal COMEX STAT. **Brasil**. Disponível em <Comex Stat (mdic.gov.br)>. Acesso em 01/08/2021.

MONTEIRO, M. A., COELHO, M. C N., BARBOSA, E. J. S. Frenteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia Oriental brasileira. **GEOgraphia**, v. 13 n. 26, p. 37- 65 – 2011. Disponível em < Frenteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia oriental brasileira | GEOgraphia (uff.br)> Acesso em 28/11/2021

MORAIS, I. A. **Araguaína (TO)**: enquanto cidade média no contexto regional. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/17339>> Acesso em: 10 de agosto de 2021.

NAHUM, J. S. Espaço e Política: a representação de Amazônia nos planos de desenvolvimento. In: COUTO, A. C., SANTOS, T. V., RIBEIRO, W. O. (orgs.). **Amazônia**: fronteiras, grandes projetos e movimentos sociais. Belém: EDUEPA, 2019.

OCKE, M. A. d. M. e IKEDA, A. A. Marketing de lugar: estado da arte e perspectivas futuras. **Revista de Administração**, vol.49, nº 4, p.671-683, 2014.

OECD Territorial Reviews. **Competitive Cities**: A New Entrepreneurial Paradigm in Spatial Development. OECD, 2007.

OHLAN, R. Pattern of Regional Disparities in Socio-economic Development in India: District Level Analysis. **Social Indicators Research**, nº 114, p. 841-873, 2013. Disponível em < <https://doi.org/10.1007/s11205-012-0176-8>>. Acesso em 10/11/2021.

OLIVEIRA FILHO, J. P. O caboclo e o brabo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v.11, p.101-40, 1979.

OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1993.

PACÍFICO FILHO, M., BORGES, T. P., TELES, M. P. L. & CANÇADO, A. C. Cidades médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. **Redes**, vol. 25, ed. especial, p. 1477-1503, 2020.

PASQUOTTO, G. B.. City marketing: seus elementos de produção e venda do espaço. CINCCI – Colóquio Internacional – II Colóquio [Inter] nacional sobre o comércio e cidade: uma relação de origem. São Paulo, FAU/USP, **Anais**, p. 1-6, 2008.

PASQUOTTO, G. B. A utilização do marketing urbano no planejamento estratégico do Rio de Janeiro. GC – **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 04, n. 24, pp. 114-127, 2016.

PORTER, M. E. The economic performance of regions. **Regional Studies**, London, England, vol. 37, p. 549-578, 2003.

- RABELLO, A. C. Amazônia, uma fronteira volátil. **Estudos Avançados**, vol. 27, nº 78, p.231-235, 2013.
- RODRIGUES, M. M. B. Produção do espaço urbano na Amazônia Oriental e os Projetos de Infraestrutura de Grande Escala (PGE's): o caso de Marabá. In: **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória-ES, 2014. Disponível em < Microsoft Word - 1404640700\_ARQUIVO\_Producao do Espaco Urbano na Amazonia Oriental e os Projetos de Infraestrutura de Grande Escala\_PGEs\_FINA (agb.org.br)> Acesso em 10/10/2021.
- SALOMÃO, I. C. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. *Nova Economia*, **Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**, v. 27, nº3, p.421-442, 2017.
- SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, nº1, 1999, p. 115-132.
- SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia Política**, vol. 16, p. 31-49, jun. 2001.
- SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, SC. Argos, 2010.
- SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo, Edusp, Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- SANTOS, M. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, Editora da Universidade de São Paulo, 2020.
- SANTOS, R. S. A construção da Rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, p. 97-114, 2017.
- SIQUEIRA, T. A. **Contribuição do PNMA I, PNMA II e do PPG7 para o fortalecimento das instituições ambientais no Brasil**. Dissertação, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2006.
- SODRÉ, R.; RAMIRES, J. C. de L. Contribuições ao estudo das cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas no Tocantins. Belém, PA. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 1, p. 169-188, 2017.
- SPOSITO, M. E. B. A análise urbana na obra de Milton Santos. CPG – **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente – SP, v. 1, n. 21, pp. 25-42, 1999.
- THE WORLD BANK GROUP. **Competitive cities for jobs and growth – what, who and how**. NW, Washington, DC, USA, 2015.
- TRINDADE-JÚNIOR, S. C. Cidades médias na Amazônia Oriental – das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p.135- 151, 2011.
- TRINDADE-JÚNIOR, S. C. Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**, vol. 12, nº21, p. 305-334, 2015.
- UN HABITAT. **Enhancing the Competitiveness of Cities**. Discussion Paper nº 4, October 2015.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Planejamento e Território – ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR/UFRJ/** Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, n.1, p. 13 -32, 1986.

VAINER, C. B. Lugar, região, nação, mundo – explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.8, nº.2, 2006.

VASCONCELOS FILHO, J. M. **O direito à moradia e o discurso de implantação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas**: reflexões sobre Araguaína-TO. 2013, 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.

VOINESCU, R. e MOISOIU, C. Competitiveness, theoretical and policy approaches - towards a more competitive EU. **Procedia Economics and Finance**, nº 22, p. 512 – 521, 2015. Disponível em < Competitiveness, Theoretical and Policy Approaches. Towards a More Competitive EU - ScienceDirect>. Acesso em 14/10/2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Competitiveness of Cities**. A Report of the Global Agenda Council on Competitiveness. Cologne/Geneva, Switzerland, 2014. Disponível em <WEF\_GAC\_CompetitivenessOfCities\_Report\_2014.pdf (weforum.org)>. Acesso em 05/11/2021.

---

# ARAGUAÍNA–TO, COMPETITIVE CITY IN THE INTERIOR OF THE BRAZILIAN AMAZON: BETWEEN PRACTICES AND DISCOURSES

ARAGUAÍNA–TO, CIDADE COMPETITIVA NO INTERIOR DA  
AMAZÔNIA BRASILEIRA: ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS

ARAGUAÍNA–TO, CIUDAD COMPETITIVA DENTRO DE LA  
AMAZONIA BRASILEÑA: ENTRE PRÁCTICAS Y DISCURSOS

Miguel Pacifico Filho<sup>1</sup>

João de Deus Leite<sup>2</sup>

Luciene Rodrigues Lima<sup>3</sup>

Pedro Henrique Eustáquio Rodrigues<sup>4</sup>

**ABSTRACT:** Araguaína – TO is problematized, as a competitive city, considering the urban diversity in the Brazilian Amazon, as well as its socio-historical condition, which gives it regional protagonism. To this end, we handle the concept of the medium-sized city proposed in Trindade-Júnior (2015) and the theories of Lever and Turok (1999) on competitive city, also focusing on the conceptual framework on marketing of cities. Methodologically, we mobilized data on the concentration of companies and jobs, cold storage plants/slaughterhouses, as well as global economic partners, values and types of exports; and we demonstrate how these commercial practices attest to regional insertion and protagonism. We also mobilized different discursive materialities from the last three municipal administrations of the city (from 2013 to 2024), given our interest in the official discursive production concerning the marketing of the cities. The analysis show the contiguous relationship between practices and discourses regarding Araguaína as an attractive city, being authorized, in terms of meanings, by the discourse of the organization of its spaces.

**Keywords:** Competitive city. Araguaína. Brazilian Amazon.

---

1 Doutorado em História pela UNESP. Docente do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0316-2326>. Email: miguilim@uft.edu.br.

2 Doutorado em Estudos Linguísticos pela UFU. Docente do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8918-9940>. E-mail: joaodedeus@uft.edu.br.

3 Acadêmica do curso de Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5441-6816>. E-mail: rodrigues.luciene@mail.uft.edu.br.

4 Acadêmico do curso de Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8125-8158>. E-mail: henrique.eustaquio@mail.uft.edu.br.

**RESUMO:** Problematicamos Araguaína – TO, como cidade competitiva, considerando a urbanodiversidade na Amazônia brasileira, bem como sua condição sócio-histórica, que lhe confere protagonismo regional. Para tanto, manuseamos o conceito de cidade média proposto em Trindade-Júnior (2015) e as teorizações de Lever e Turok (1999) sobre cidade competitiva, tendo também como foco o arcabouço conceitual sobre *marketing* das cidades. Metodologicamente, mobilizamos dados sobre concentração de empresas e empregos, plantas frigoríficas/abatedouros, bem como sobre parceiros econômicos globais, valores e tipologia das exportações; e demonstramos como essas práticas comerciais atestam inserção e protagonismo regional. Também, mobilizamos diferentes materialidades discursivas das três últimas gestões municipais da cidade (de 2013 a 2024), dado o nosso interesse na produção discursiva oficial em torno desse *marketing* das cidades. As análises mostram a relação contígua entre práticas e discursos sobre Araguaína como cidade atrativa, sendo autorizada, em termos de sentidos, pelo discurso da organização de seus espaços.

**Palavras-chave:** Cidade competitiva. Araguaína. Amazônia brasileira.

**RESUMEN:** Problematicamos Araguaína - TO, como ciudad competitiva, considerando la diversidad urbana de la Amazonía brasileña, así como su condición socio-histórica, que le otorga protagonismo regional. Para ello, manejamos el concepto de ciudad media propuesto en Trindade-Júnior (2015) y las teorías de Lever y Turok (1999) sobre ciudad competitiva, centrándonos también en el marco conceptual sobre marketing de ciudades. Metodológicamente, movilizamos datos sobre concentración de empresas y empleos, cámaras frigoríficas/mataderos, así como socios económicos globales, valores y tipos de exportaciones; y demostramos cómo estas prácticas comerciales atestiguan la inserción y el protagonismo regional. También movilizamos diferentes materialidades discursivas de las últimas tres administraciones municipales de la ciudad (de 2013 a 2024), dado nuestro interés por la producción discursiva oficial en torno a este marketing de ciudades. Los análisis muestran la relación contigua entre prácticas y discursos sobre Araguaína como ciudad atractiva, siendo autorizada, en términos de significados, por el discurso de la organización de sus espacios.

**Palabras clave:** Ciudad competitiva. Araguaína. Amazonía brasileña.

## INTRODUCTION

The literature on Brazilian urbanization has as one of its most significant references the set of interpretative propositions presented by Milton Santos (2017, 2018, 2020). Problematicated in Sposito (1999), his work is also a reference for studies on cities in the Amazon, such as those by Trindade-Junior (2011, 2015). Considering these observations, we state that the perception of the region as a synonym of equally homogeneous spaces and social dynamics referenced in fragmented occupation that presents itself limited to the notion of a repository of biodiversity and commodities for the world is significantly questioned by works that deal with

their specificities, their internal interactions, and links with national and global economies. The literature mentions the difficulty of “recognizing” it based on endogenous attributes”<sup>5</sup> (TRINDADE JÚNIOR 2015, p. 306); and the unfolding of many proposals for integrating the region via government development plans for industrial and consumer markets in the center-south of Brazil and in the northern hemisphere are pointed out by Becker (2009), by Cardoso and Muller (2008), by Fonseca (2007) and by Rodrigues (2014).

Such initiatives, presented by the literature as developmental policies according to Fonseca and Monteiro (2007), with Dathein (2015), with Fonseca and Salomão (2017), as well as with Salomão (2017), have their consequences summarized in Becker (2001), when pointing out the implantation of what he calls the technical-political mesh from the perspective of understanding the “space as isotropic and homogeneous, with profound disregard for social and ecological differences, had extremely perverse effects in the areas where it was implanted”<sup>6</sup> (BECKER, 2001, p. 141).

The negative evaluations of the development plans implemented during the 1970s and 1980s brought about the need to structure new public policies for the Amazon referenced by the so-called sustainable development. Thus, the programs with an environmental focus implemented since the beginning of the 1990s, such as the *Programa Nacional de Meio Ambiente* I and II and the SPRN (*Subprograma de Política de Recursos Naturais*)<sup>7</sup>, linked to the PPG-7 (*Programa Piloto de Proteção das Florestas*)<sup>8</sup>, are addressed in Siqueira (2006) and in Kohlhepp (2018) from the perspective of strengthening Brazilian regulatory and environmental protection institutions via national and international funding. However, the apparent dichotomy between the models referenced in commodity production and sustainability is approached under critical interpretation in Loureiro (2009) and in Da Fonte (2017), who consider such propositions as a continuum, since “they only have different denominations (...) are linked to the dynamics of capital in order to appropriate natural wealth, privileging large international corporations”<sup>9</sup> (DA FONTE, 2017, p. 104).

The dispute of perspectives and of their speeches about the Amazon are here observed; parameters of integration to biodiversity and protagonism of traditional ways of life are opposed to the scientifically parameterized hyper-productivity model of agropastoral and mining activities referenced by national and international capital. Two notions synthesize the conception of the Amazon, according to the discourses and interpretations that are structured on and from it. The first of these notions concerns the understanding of the so-called volatile frontier proposed by Rabello (2013), who, when mobilizing the concept of frontier, resorts to reference approaches formulated by Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1993), by Otávio Guilherme Velho (1979), by João Pacheco de Oliveira Filho (1979), by Bertha Koiffmann Becker (1990) and by José de Souza Martins (1997); the thesis that is formulated is that border is representation and subject to cuts and homogenizations. Therefore, “the border is volatile. That is, it can be diluted in the air, depending on the interests at stake in the dispute for hegemony and meaning”<sup>10</sup> (RABELLO, 2013, p. 234).

The second notion, also linked to representations, concerns the analysis of the *Planos de Desenvolvimento da Amazônia*<sup>11</sup> (PDAs). Within the scope of this notion,

speeches are highlighted, in order to thematize a character region, understood as “an entity that needed to be occupied, developed, sustained, protected and the strategies (...) contained in the plans that benefited the Amazonians regardless of genres of life, social class (...)”<sup>12</sup>. (NAHUM, 2019, p. 18).

Diversity is observed in the discourses and in the interpretive perspectives, as well as in the literature, whose proposal is to constitute readings about the different dynamics present in the Amazon. The discussion about Amazonian cities is part of this context, especially if we consider the statement made by Trindade-Júnior (2011) about the urban issue: “the reading of regional reality is recurrent as if cities did not assume so much importance, or even, as if different types and levels of cities were not part of regional urban diversity”<sup>13</sup> (TRINDADE-JÚNIOR, 2011, p. 136). Therefore, we share the perspective proposed by Trindade-Júnior (2011) that it is possible to approach urban dynamics in the Amazon, highlighting the different demographic configurations and interactions with the urban network both in its surroundings and in other regions of the country and the world.

Considering the context exposed up to this point, we propose as an objective for this article to discuss the city of Araguaína, located in the north of the state of Tocantins and 380 km away from the capital Palmas, as a competitive city verifying its practices and discourses. To achieve this objective, we are based in a concept and three variables that will be structured from secondary data on production chains and the profile of industries in Tocantins provided by FIETO; and the speeches formulated by the local public power in its institutional channels of communication. The concept of competitive city that we take as a reference concerns the

the degree to which cities can produce goods and services which meet the test of wider regional, national and international markets, while simultaneously increasing real incomes, improving the quality of life for citizens and promoting development in a manner which is sustainable (LEVER; TUROK, 1999, p. 792).

In addition to economic growth, quality of life, income distribution and sustainability must be observed. The three variables adopted are the following: 1) dynamics of economic production of Araguaína from its insertion in the animal protein production chain and its relations with foreign trade; and the concentration of companies and the generation of formal jobs in the state of Tocantins. It is worth mentioning that this variable refers to practices and will be presented as a result of the research 2) the discussions about the competitiveness and marketing of cities and 3) the institutional discourses produced by the local public power, which will also be presented as a practice and, therefore, a research result. Therefore, the text is structured in 5 parts. First, this introduction which now ends; the second, that will discuss Araguaína in the Legal Amazon and the networks for the circulation of goods; the third will address competitive cities, the marketing of cities and their conceptualizations; the fourth part will expose different discursive materialities produced by municipal management, in order to build our interpretation gestures, focusing on the discursivity of a competitive city; the fifth and last part presents our final thoughts.

## ARAGUAÍNA-TO IN THE BRAZILIAN AMAZON

The territorial ordering of the Amazon from which Araguaína originates and also influences begins in a time frame significantly prior to the phenomenon of urbanization. According to Trindade-Júnior (2015), it is necessary to refer to the social production of the Amazonian space in moments that preceded the Portuguese occupation processes during the 17th century, since “diverse societies existing there were already responsible not only for the formation of a socially produced space, as by a given configuration of the territory”<sup>14</sup> (TRINDADE JÚNIOR, 2015, p. 307). The lack of consensus around such a perspective related to native peoples as protagonists of the Amazonian socio-spatial structuring contributes to the perception of the region as an empty space, whose biodiversity would not find parallel in urban social relations marked by the context in which they coexist “in conflict or harmony, indigenous populations with rubber tappers, transplanted settlers from the south or northeast of the country with riverine caboclos, agricultural mega-enterprises with incipient family production (...)”<sup>15</sup> (BECKER, 1999, p. 3).

The diversity of actors and different perspectives of proposals and models for the management and development of Amazonian territorial planning results in new relationships and typologies of urban spaces. The installation, from the second half of the 20th century, of road and rail corridors allowed the “incorporation of new spaces into the circuits of capital”<sup>16</sup> (MONTEIRO and COELHO, 2011, p. 37). The Belém-Brasília highway, whose construction dates back to the 1960s, cuts through the urban perimeter of Araguaína and is considered a “primitive accumulation mechanism that allowed agropastoral expansion in its extensive pattern, immediately attracted the pioneer front based on the production of rice, corn and cattle”<sup>17</sup> (BECKER, 1978, p. 113). Such variables result in intra-regional dynamism, which, according to the objective proposed for this work, allows us to reaffirm “an Amazon where the diversity of small and medium-sized cities arouses attention in understanding the current regional framework”<sup>18</sup> (TRINDADE-JÚNIOR, 2011, p. 136).

According to the *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*<sup>19</sup> (IBGE), the population of Araguaína, estimated for the year 2021, is 186,245 people and classified by the same Institute as regional capital C in the REGIC 2018 (IBGE, 2020). The atypical demographic growth, with comparatively much higher rates than the state of Tocantins and Brazil, over the last two decades, is one of the characteristics of Araguaína and equally justifies it as a space to be problematized. Through Table 1, we will present the comparative data on the demographic growth of Brazil, Tocantins and Araguaína:



**Table 1** - Demographic growth of Araguaína in comparative perspective with Brazil and Tocantins.

	<b>2000*</b>	<b>2010*</b>	<b>2020**</b>	<b>Growth 2010/2020</b>	<b>Growth 2000/2020</b>
Brazil	169.590.693	190.755.799	211.755.692	11%	24,86%
Tocantins	1.155.913	1.383.445	1.590.248	14,94%	37,57%
Araguaína	113.143	150.484	183.381	21,46%	62,07%

Source: IBGE Cidades. Prepared by the authors. \* census 2000 and 2010 (IBGE); \*\* estimated population 2020 (IBGE).

Considering the discussions on medium-sized cities in Amorim Filho and Serra (2001), in Mata and Motta (2008), in Sodré and Ramires (2017), in Leite, Pacífico Filho and Pires (2021), in Lima (2017) and in Pacífico Filho, Borges, Teles and Cançado (2020), we observed that some variables present themselves as structuring: links with road transport, constitution of areas of influence, discussion of intra-urban space, connection with intra and extra regional metropolises and international commodity markets. Having participated in such discussions, we mention the following understanding for medium-sized cities to which we affiliate in this work, namely:

are defined, notably, by their importance and their respective insertions in the regional scenario and, *ipso facto*, are characterized mainly by the relative density of fixed lines and flows that meet not only local demands but are the result of combinations of influences and determinations from different scales, including the global level<sup>20</sup> (TRINDADE-JÚNIOR, 2015, p. 307).

Located on the margins of Highway BR-153, Araguaína has population characteristics, insertion and regional protagonism, marked by the equidistance of large metropolises in the North, Northeast and Midwest regions; and links with international trade chains that allow it to be classified as a medium-sized city. The next three graphic representations demonstrate the contextualization of the municipality from its location in the Brazilian Amazon, its economic dynamics considering the production chain of animal protein, the concentration of companies and jobs.

Located in the north of the state of Tocantins, Araguaína is equidistant in approximately 1,000 km from metropolises in the northern region, Belém; from the Midwest, Goiânia and Brasília; and from the northeast, São Luís. Such positioning gives it the possibility of regional protagonism and affirmation of the Amazonian urban diversity proposed in Trindade Júnior (2011). Let's see Figure 1:

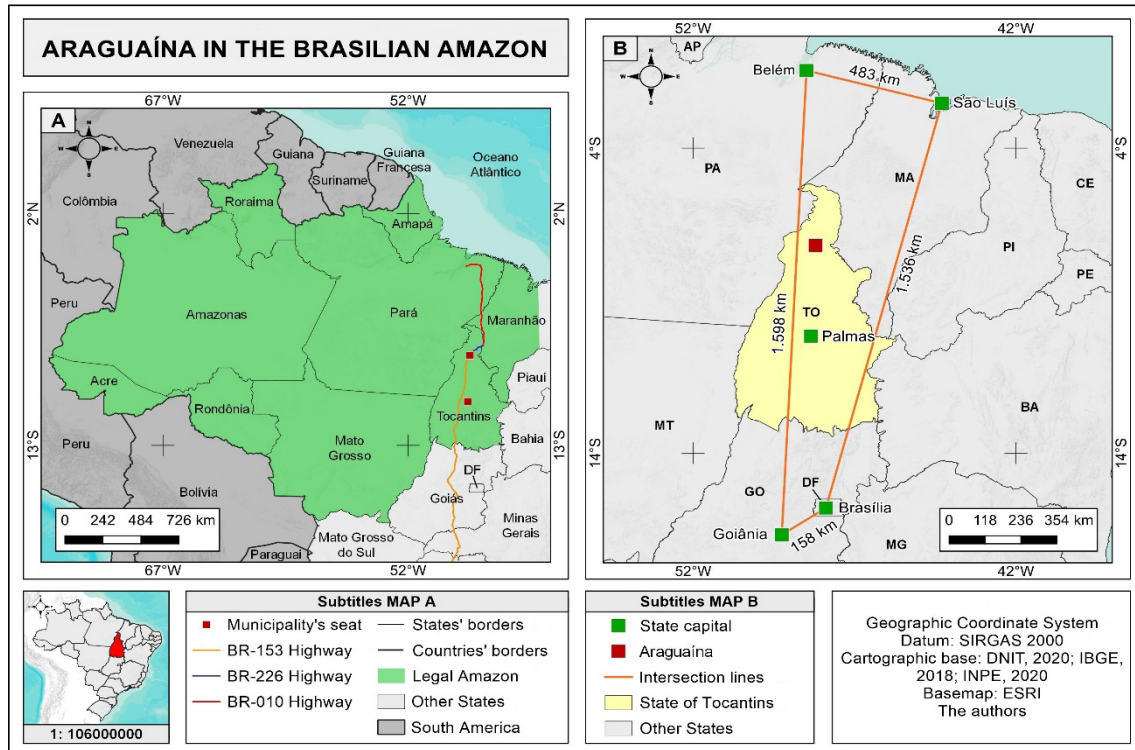
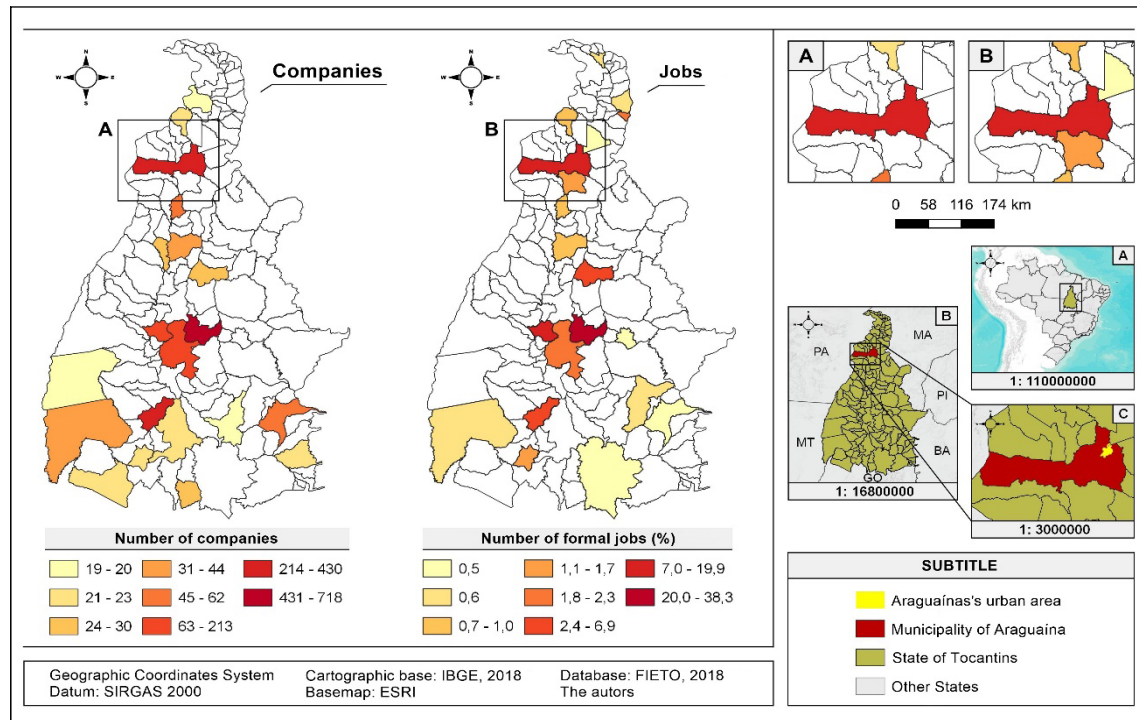


Figure 1. Araguaína in the Brazilian Amazon.

Regarding business activities and job creation, the *Perfil da Indústria do Tocantins – FIETO*<sup>21</sup> (2018) shows that, among the 20 municipalities with the highest number of jobs, Araguaína occupies the 2nd position behind only the capital Palmas. The same pattern is repeated when considering the 20 municipalities that generate the highest percentages of formal employment, data whose spatialization is shown in the following representation:



**Figure 2.** Concentration of companies and formal jobs in Tocantins and Araguaína.

The business dynamics and job creation are aligned with foreign trade networks guided by the production of commodities. In this aspect, Araguaína is part of the animal protein and beef production chain, as it is part of the group of largest beef producers in the state of Tocantins. The presence of three meatpacking plants in the municipality stands out, which gives it an atypical character, since, according to *the Associação das Indústrias Exportadoras de Carnes*<sup>22</sup> (ABIEC), its members are responsible for the production of 92% of the meat exported to global markets and the presence of similar establishments is registered in only 121 Brazilian municipalities. The data provided by the *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*<sup>23</sup>, via the COMEX STAT portal, allow us to visualize commercial partnerships on a global scale. This context is presented in the following three illustrations that expose: livestock production and cold storage plants/slaughterhouses in Araguaína, global economic partners, values and typology of exports:

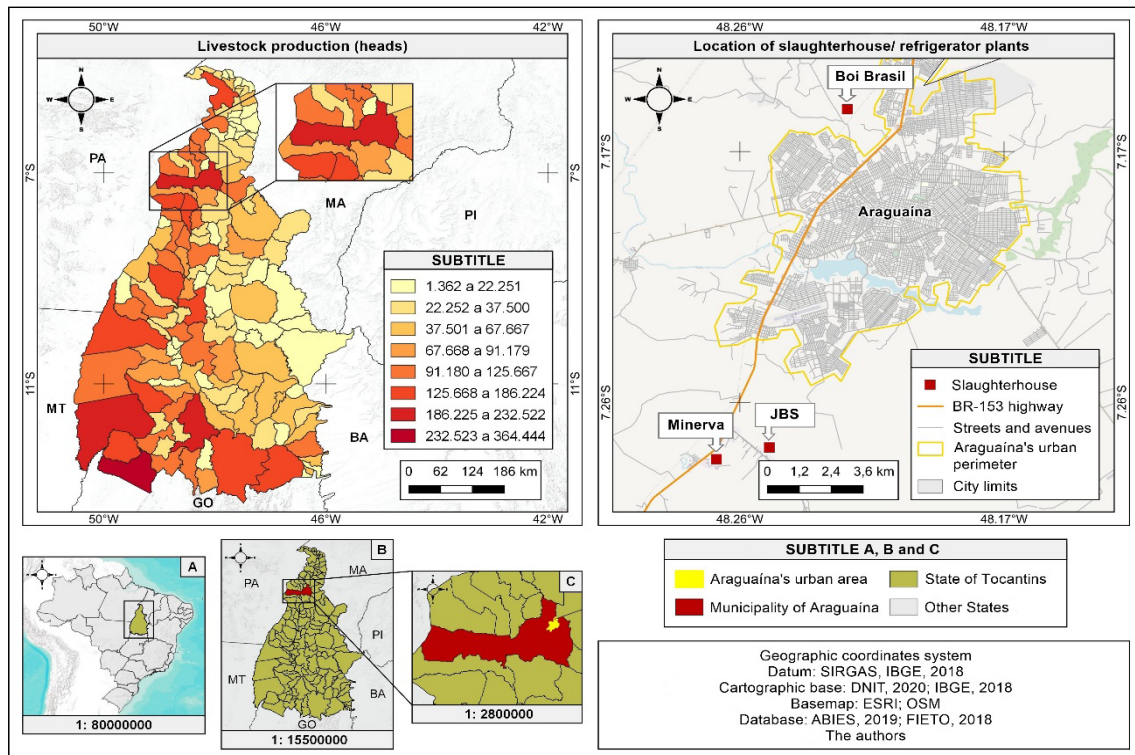
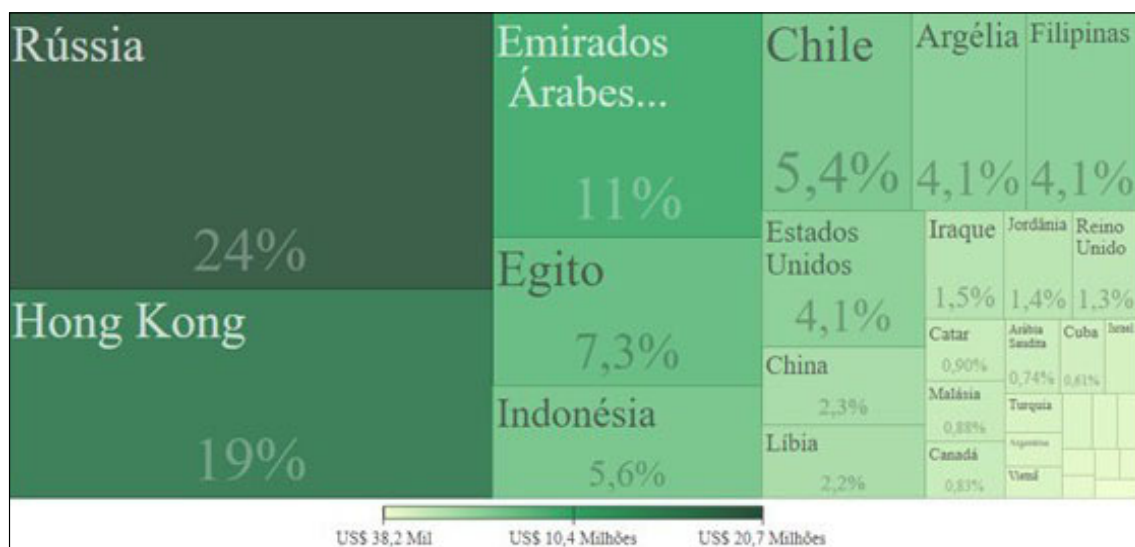


Figure 3. Meat production chain in Tocantins and Araguaína, cold storage plants.

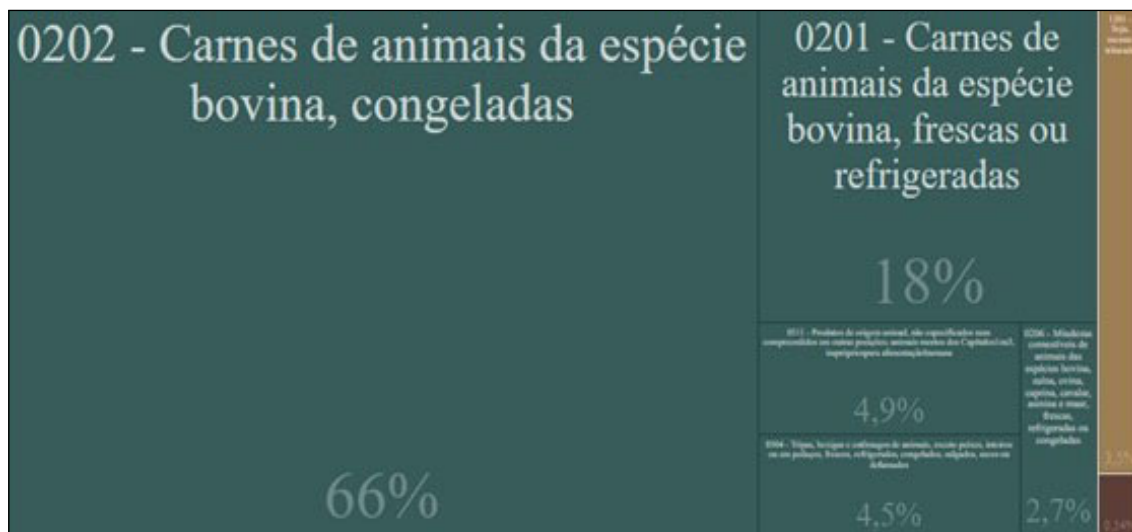
The structuring of production mentioned above finds global connections, when considering that, according to data extracted from the Comex Stat portal, it appears for the year 2020 that Araguaína exported US\$ 84.83 million, occupying the 370th place in the export ranking of Brazilian municipalities. Next Figures 4 and 5 show the main trading partners in the world, as well as the typology of exported products.



Source: Comexstat. Available at Comex Stat - ComexVis (mdic.gov.br).

Figure 4. Araguaína – TO, exports and partner countries. Year 2020.





Source: Comexstat. Available at Comex Stat - ComexVis (mdic.gov.br).

**Figura 5<sup>24</sup>.** Araguaína – TO, typology of exported products.

The aforementioned capitalist production relations allow us to reaffirm our analytical perspective, that is, to observe the dynamics of competitiveness imprinted in the actions and discourses of the management of a medium-sized city in the interior of the Legal Amazon. This because:

to explore these marked differences in regional performance further, we examine the differing types of industries that constitute a regional economy. The distribution of economic activity by industry over geography reveals three different broad types of industries, with very different patterns of spatial competition and different drivers of locational behavior. Distinguishing them is essential in testing hypotheses about regional performance. (PORTER, 2003, p. 559).

The dynamics presented are linked to a series of institutional discourses issued by the local government, duly presented in the following topics, and that allow us to support the objective of this work, namely, to what extent Araguaína can be understood as a competitive city from the verification of its practices and discourses that are built from it.

## COMPETITIVE CITIES AND THE MARKETING OF CITIES

The discussion about competitive cities and the marketing of cities dates back to the late 1980s; reflections on the limits and possibilities of local protagonism are also from this same period, considering the economic recession of the 1970s. Questions that are current and relevant also for this work were presented as follows: “to what extent, despite the constraints of all kinds to which they are subjected, can municipal governments significantly alter the alienating and miserable daily life of the vast majority of citizens?”<sup>25</sup> (VAINER, 1986, p. 13).

The debate is linked to the notion of scale, whose preponderant questions are found in the field of Geography; and that, in urban and regional studies, it receives theoretical and methodological contributions from different areas such as Sociology, Political Science, Anthropology, Economics and History, resulting in “a series of other expressions in the current production of Social Sciences in general. Globalization, regional blocks (...) local development, local power (...) competition between places and cities (...)”<sup>26</sup> (VAINER, 2006, p. 9).

Thus, the debates between globalist and localist perspectives unfold, the latter interpretative aspect referenced in the propositions of Borja and Castells (1997) for the Istanbul Conference; the power of localities and the insertion of cities in the dispute for global markets are affirmed. Also linked to the last aspect, local power, the so-called marketing of places or marketing of cities is structured as an interpretative proposal in the field of studies on the urban issue.

The possible contradictions in the processes of accentuation of the promotion of development with a focus on the locality find place in the following proposition: “market forces tend to increase and not decrease inequalities between regions (...) namely, due to the effect of migrations, of capital and trade movements”<sup>27</sup> (CABUGUEIRA, 2000, p. 111). A similar interpretative perspective on the possibilities of accentuating regional inequalities from the competitiveness of places is demonstrated with the following arguments via work development, whose focus is the analysis of regional inequalities in India: “(...) spatial polarization of development creates economic inequalities, which are accompanied by social inequalities”. (OHLAN, 2013, p. 842).

Competitiveness problematized in the European context, based on its theoretical and political assumptions, receives the following question: “is competitiveness just an entrepreneurial skill to sell or could be a premise of development?” (VOINESCU and MOISOIU, 2015, p. 512). The aforementioned interpretations allow us to resume the objective of this work: observing its practices and discourses to understand Araguaína as a competitive city in the interior of the Brazilian Amazon. An integral part of the competitive perspective, city marketing occupies a place of reference in its operationalization.

The City marketing is affirmed in Sanchéz (2001) as a constitutive element of the so-called new rationality of capitalism through which “space also takes shape through adequate representations and images, which explains the importance it has been acquiring (...) as instrument of urban policies”<sup>28</sup> (SANCHEZ, 2001, p. 31). We emphasize that city marketing has been presented over the last few decades as an integral tool in the list of instruments for managing local power (SANCHEZ, 1999). Considering the transformations implemented in Curitiba and Barcelona, Sanchez (2001) seeks references in Bourdieu & Wacquant (2000) to interpret, through the so-called symbolic imperialism, the imposition of certain urban images that can translate investments whose characteristics are spatial and social concentration within urban areas, which, as a rule, reflect the expectations and desires of the middle classes (SANCHEZ, 2001). Constitutive elements of these discourses are the expressions: economic recovery, rebirth of the city and experience of urban services (SANCHEZ, 2010); and the “urban space is transformed into a showcase”<sup>29</sup> (PASQUOTO, 2016, p. 3).

Furthermore, it should be considered that cities are not independent bodies in the political and administrative scenario of nation states, constantly relating to the imposition of the legal apparatus characteristic of state bureaucracies. This dynamic is verified from the following statement: “they are not completely independent entities, subject to many policies and activities planned and implemented from a central level” (KACHNIEWSKA, KOWALSKI, SZCZECZ-PIETKIEWICZ, 2018, p. 187). When discussing limits and contradictions about the competitiveness of cities, we summarize, through Table 2, next, elements of urban marketing, which, as one of its pillars, allow us to visualize incongruities:

**Table 2.** Constitutive elements of urban marketing and its negative derivations.

urban marketing elements			
iconic architecture	emblematic events	brands	speech/ slogan/ logo
negative derivation			
architectural and urban standardization	scenario creation	expulsion of the population from the areas that received the interventions	Attraction of tourists, workers and investors out of step with the real offer of opportunities

Source: Pasquato (2008). Adapted by the authors.

A significant reflection on what is understood as negative derivations can be found in Duarte and Czajkowski Júnior (2007), when they propose discussions about the ethical limits that surround the marketing of cities and when they coin the expression “cities for sale”. It is possible to observe via practices and literature that such procedures, contemporaneously referred to as marketing of places or marketing of cities, are a constitutive instrument of governance that goes back to the origins of the institutions that regulate life in society, that is, “for some time each locality has felt the need to differentiate from others, in order to assert their individuality and distinctive characteristics”<sup>30</sup> (OCKE, 2014, p. 671).

The different temporalities, considering only landmarks linked to contemporaneity, are exemplified through the Conference of European Cities held in 1986 in Rotterdam, whose main proposition was the definition of cities as central promoters of the economy; resulting in the network formed by the 50 most important cities in Europe during the following conference held in Barcelona and constituting the movement of Eurocities (CASTELLS and BORJA, 1996). In Latin America, marketing cases in the cities of Curitiba (BR) and Medellín (COL) during the 1990s and 2000s respectively are highlighted. Next, we summarize the definitions and discussions about competitive cities proposed by international organizations. Let us consider, next, Table 3 with the formulations produced by international organizations on the conceptual framework of competitive cities:

**Table 3.** The definition of competitive cities by international organizations.

World Economic Forum	UN Habitat	The World Bank Group	OECD
City competitiveness can be defined as the set of factors–policies, institutions, strategies and processes – that determines the level of sustainable productivity of a city.	Strategies to enhance competitiveness seek to create mechanisms through which cities:	This report defines a competitive city as one that successfully facilitates its firms and industries to create jobs, raise productivity, and increase the incomes of citizens over time	New modes of entrepreneurial urban governance would be increasingly structured by organisational forms (...)
City Competitiveness Taxonomy:  <b>1. Institutions (how to reform).</b> This is the governance or decision-making framework for competitiveness (...)	Strategies to enhance competitiveness:  <b>Quality of life</b> Quality of life is linked to accessibility and affordability of quality housing, schools and education, civil rights, personal and national security (...)	A framework is proposed for nurturing a competitive city by:  <b>(a)</b> prioritizing firm-level performance,	“Urban entrepreneurialism”, have some distinctive characteristics:  <b>First</b> , it ultimately aims at fostering and encouraging local economic development.
<b>2. Policies and regulation of the business environment (what to reform)</b> The framework of public policies and regulation shaping competitiveness indicates what to reform (...)	<b>Government responsiveness</b> Factors affecting competitiveness include transparency and accountability (...)	<b>(b)</b> considering the determinants of that performance,	<b>Second</b> , while the previous approaches were basically led by the public sector, the new approaches are becoming increasingly market-driven
<b>3. Hard connectivity</b> Infrastructure has been an important factor in city competitiveness	<b>Infrastructure</b> Strategic infrastructure is needed to support transport, logistics, telecommunications and municipal services that significantly affect city competitiveness.	<b>(c)</b> determining the policy levers available to improve performance, and	<b>Third</b> , urban entrepreneurialism involves fundamental change in the attitudes towards, and relationship with, the private sector (...)
<b>4. Soft connectivity</b> Soft connectivity is the social capital that makes investments in hard infrastructure and new technology more productive	<b>Human resources development</b> High levels of human capital give cities competitive advantage	<b>(d)</b> combining the scope and capacity of the city public administration with private partnerships and intergovernmental leverage	<b>Lastly</b> , policy planning in the new approaches shows strong characteristics once distinctive to private businesses, such as risk-taking, inventiveness, promotional and profit motivation

Source: World Economic Forum (2014); UN Habitat (2015); The World Bank Group (2015); OECD (2007).

Adapted by the authors.

Competitive cities, marketing of cities and marketing of places are elements that, according to our interpretive perspective, are present in the speeches and symbolologies created by the public power of the municipality of Araguaína. We chose the year 2017 as a timeframe and the creation of the official channel on the Youtube network entitled *Investe Araguaína*; in the next topic we will proceed to the analysis of the emitted speeches, slogans and symbolologies.



## OFFICIAL SPEECHES, SLOGANS AND MEANINGS

In this section, not losing sight of the theoretical considerations up to this point in the text, we will mobilize different official discursive materialities, with the objective of understanding how Araguaína is signified as a competitive city in the interior of the Brazilian Amazon. We are interested, more closely, in the discursive functioning of what urban marketing is concerning Araguaína, thus particularizing one of the specific elements that is the triad “discourse/slogan/logo” (PASQUOTO, 2008).

Thinking about this triad, analytically, puts us in the place of theoretical dialogue based on Discourse Analysis (DA) formulated by Michel Pêcheux and his interlocutors, in France, in the 1990s. In Brazil, this field was (and is) densely practiced by many scholars; in particular, we mention Eni Orlandi, considering her role in the diffusion and transformation of DA from her gestures of (re)formulation of theory in the Brazilian intellectual space.

As an effect of the theoretical dialogue, the aforementioned triad will be approached in the light of the expression “discursive materiality”. This is because discursive materiality presupposes the gesture of verbal and/or non-verbal formulation in which a concrete act reveals the materialization of the text itself. The subject, under certain broader socio-historical and ideological conditions, formulates the text in its materiality. Articulated to this gesture of formulation, there is the constitution of meanings, that is, there are meanings already formulated and in circulation in society. And it is this constitution of meanings that enables, in historicity, the gestures of reformulation. As a third constitutive dimension of the production of the senses, there is circulation, based on the specific conjuncture of the senses.

The discursive materialities analyzed in this text are mobilized from different official discursive practices of the municipal management of Araguaína, such as: official website of the city hall, *Investe Araguaína* channel on Youtube, imagery texts alluding to this channel and imagery text with the slogan of the last three municipal administrations (from 2013 to 2024). From the DA’s point of view, it is worth noting that these materialities constitute our research archive, presupposing our gesture of selection and composition of the material for analysis.

In the wake of Guilhaumou and Maldidier (2016[1986], p. 116), our affiliation to the definition of archive is relevant, as it allows us to think of “a reading that reveals devices, significant configurations”. Seeking to articulate such considerations to the discursive materialities to be focused, we can say that the materialities are inserted in a larger functioning, which is to build Araguaína, as a competitive city in the interior of the Brazilian Amazon. It is not for nothing that, inscribed in the discourses of urban marketing, we are interested in the aforementioned triad. And this triad can show, from our gestures of interpretation, “devices, significant configurations”.

Once our research archive is constituted, in the light of the objective proposed in this article, our next analytical procedure is to establish the criteria for the constitution of the *corpus*, that is, what will be particularized, from the discursive materialities, to actually be analyzed. The materialities are structured by the articulation between verbal

language (words, which form statements) and non-verbal language (images through the superposition of photographs, illustrations). Affiliated to DA, we are interested in the way these materialities mean, not losing sight of the discursivity of competitive cities.

In the tone of our arguments, the discursive matrix of competitive cities operates effects and coercion in territorial planning, causing dynamics to intervene in the urbanization process. Public spaces are dimensioned by the organization's discourse, that is, they are envisaged by the organization of empirical and/or abstract spaces, implying actions of planning and (re)construction of the city's infrastructure.

Our procedure for analyzing discursive materialities is based on two interdependent steps: (1) description of materiality, in view of the verbal discursive sequences (SDV) and the imagery discursive sequences (SDI), to be highlighted after the presentation of the figures with each discursive materiality; (2) interpretation of the sequences, based on the way they produce meanings for Araguaína's discursivity as a competitive city. The fact that the discursive materialities come from different spaces of circulation highlights the symbolic force of this discursivity.

Let's see, next, the first discursive cut (RD) of our analysis work:



Source: <https://www.araguaina.to.gov.br/portal/index.php>

**Figure 6.** Screenshot of the top of the Araguaína City Hall official website.

Based on this RD, we then specify the verbal and imagery discursive sequences to be focused on in our interpretation gestures. We are not interested in focusing on all aspects of materiality. Our investment in the research archive, as we have already highlighted, is limited to analyzing the discursive production on Araguaína as a competitive city. Here are the speech sequences:

SDV1: "The economic capital of Tocantins".

SDV2: "Araguaína City Hall".

SDI1: Araguaína flag on the left side of the image.

SDI2: illustration of the map of the State of Tocantins, showing the location of the municipality of Araguaína; the names of the State of Pará and Maranhão are mentioned, in order to locate some geographic limits of Tocantins with other States. This illustration is in the center of the image.

SDI3: juxtaposition of images on two planes. In the first, the following images appear: a group

of cattle and, right next to it, a locomotive. In the background, there is: a two-lane highway, making us believe that it is the BR-153; horizontal constructions and sparse buildings.

SDV1 highlights the slogan that circulated, as part of the marketing of municipal management, between the years 2017 to 2020. Although the current management (from 2021 to 2024) has the slogan “City that does not stop”, as part of the visual identity of the marketing, is that slogan that still appears on the official website. A look at other tabs on the site allows us to highlight that the city hall’s website has been updated with information about the management in progress.

The permanence of this formulation makes some senses work, inscribed in the narrative of Araguaína as a competitive city. It works with the memory that, although Palmas is the administrative capital of the State of Tocantins, Araguaína assumes a leading role as economic capital, based on its economic dynamics. Previously, we mobilized some formulations on the production of animal protein (beef) and on the generation of jobs in Araguaína; when we make a cross-reference between economic practices and discourses about Araguaína, we begin to perceive the symbolic strength of this contiguity.

As we are also interested in the discursive production of Araguaína as a competitive city, we perceive that the official discourse produces an erasure of other meanings about the city, legitimizing those circumscribed to the economic sphere. Discursively, this functioning of the sayable and the erasure of meanings is only possible because language is political. That is, language enables the unequal division of meanings in a society where some meanings are said and others are not.

Of the many and disparate feelings about Araguaína, why the legitimation of those inscribed in the economic perspective? Above all, why the maintenance of this slogan as an integral part of the visual identity of a supposed new management? As already highlighted, the management (from 2021 to 2024) took on another slogan, but this is the one on the city hall’s website.

As an effect of the discursive contradiction operating from this slogan, a question is (im)posed: For whom is Araguaína the economic capital? The contradiction lies in the fact that, despite proposing the narrative of the city as attractive, economic opportunities are limited to specific social groups. In the words of urban marketing, it is about thinking about negative derivations. There is, at work, the mismatch between: (1) projected attraction and (2) offer of feasible opportunities.

In the tone of our argument, we understand that this contradiction is constitutive and insuperable of the effects of the rationality of capitalism. This is because the discursivities put into circulation about cities point to the mechanism of power that local administrations have. To this extent, some urban images come to have symbolic protagonism.

Our research archive was created with the aim of showing the discursive functioning of some of these narratives about Araguaína as a competitive city. Our gesture of interpretation permeates the approach of verbal and imagery materiality, making the circulation of memory traces about the city in focus operate. This approach does not lose

sight of certain production conditions and specific circumstances surrounding Araguaína. It is not for nothing that we thematized the perspective of this city in the context of the formation of the Brazilian Amazon.

SDV2 and SDI1 present, respectively, sayings and images that represent the Araguaína flag. It is a way of identifying the city hall page, based on the official discourse on the institution of municipal flags and on their use in official practices. On the opposite side of the flag, images appear, whose verbal descriptions appear through SDI2 and SDI3.

SDI2 appears at the top center of the official website. The image in focus puts into perspective the discursivity of the geographic location of the municipality of Araguaína in the State of Tocantins, highlighting the territorial limits with two important states (Pará and Maranhão). This image puts in perspective, above all, Araguaína's narrativity with intra and extra regional connections. Here is one of the important aspects to propose Araguaína's discourse as a medium-sized city.

To highlight two of the geographic limits of Tocantins, where Araguaína fulfills the role of influence, is to work on the connection areas. Through Figure 1 presented above, more precisely from the intersection lines, we notice Araguaína's perspective being signified in its regional protagonism and in an Amazonian urban diversity. When comparing SDI2 with SDI3, we realize that the images put into official circulation ("two-lane highway", "cattle group", "locomotive" and "sparse buildings") reiterate the narrative of urban diversity. These are imagery elements that trigger traces of the urbanization of spaces and the Amazonian territorial organization.

If we look in retrospect at Monteiro and Coelho's (2011) considerations, we will notice that road and rail corridors assume relevant features for the "circuits of capital". There is, in this image, the representation of these two themed corridors, as memory operators. Therefore, these corridors participate in the discursive meaning of Araguaína as a competitive city; the influence and connection of the city is attested at different scales.

The slogan in focus, on the website, points to an intra-state economic protagonism, not forgetting to emphasize the areas of external influence. The images, especially the SDI2 and SDI3, attest to other scales of economic protagonism. This is the case, for example, of the animal protein production chain, in line with the aforementioned. The representation of the group of oxen shows, for example, the international scale.

Continuing our analysis work, we will present, below, one of the posters for the dissemination of the "Investe Araguaína" Project, launched in 2017, at the *Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins*<sup>31</sup> (Agrotins, 2017). On the YouTube platform, a channel of the same name was created for the dissemination of videos. The Project also relies on other media (Twitter, Instagram and Facebook) as a means of circulating discourses about "Investe Araguaína". Another version of the aforementioned poster was adapted for these media, with minor image differences. We will mention them later.

Inscribed in our analysis procedure, we will derive the SDV and SDI from the dis-closure poster in focus to build our interpretation gestures. Here is Figure 7:



Source: “Investe Araguaína” channel on Youtube.

**Figure 7.** Visual identity of the channel “Investe Araguaína” on Youtube.

SDV1: “Invest Araguaína. This is where Tocantins takes place”.

SDV2: “This is where Tocantins takes place”.

SDV3: “Economic capital of Tocantins”. “Capital of Matopiba”. “Heavy cattle capital”.

SDI1: illustration of an airplane in mid-flight with a path of smoke, converging on the geographic location of Araguaína. There appears a location icon on Google Maps, that is, a sticker, indicating where Araguaína is. The names of the following municipalities appear: “Palmas”, located in Tocantins, “Barreiras”, in Bahia; “Balsas” and “Imperatriz”, in Maranhão; “Marabá” and “Redenção”, in Pará.

SDI2: At the bottom of the poster, there is an illustration of the following elements: “truck traveling on the highway”, “set of oxen”, “complex of metallic vats”, “set of photovoltaic plates” and “fixed crane”.

SDV1 presents a formulation composed of two statements, whose meaning makes work the sense that Araguaína is the place to invest, because the State of Tocantins happens there. The first statement (“Investe Araguaína”) can take on two meanings: (1) as a declaration that someone (“he”, “she”, “you”) invests in Araguaína; (2) as an order for someone (“you”) to invest in Araguaína. Either as an affirmative statement, or as an imperative statement, Araguaína’s discourse as a competitive city continues to operate. The

second statement (“It is here where Tocantins happens”) is formed by the split structure “Is... where...”. The occurrence of this structure produces some effects of meaning for the terms placed after the “Is” and after the “where”. Without this structure, the statement would be formulated in these terms: “Here, Tocantins happens”.

This cleaved structure ends up generating a specific semantic property for the cleaved constituents, namely: (1) their specificity, their focus and (3) their effects: of contrast, exclusivity and exhaustiveness. Thus, the specificity and focus at stake, through this formulation, is that Araguaína is the place where the State of Tocantins takes place economically. The verb “to invest”, included in the name of the project launched in 2017, brings to light traces of the discursive memory that Araguaína is interested in in the application of resources, especially financial resources. Out of 139 municipalities in Tocantins, Araguaína is said to be the place for investment, because the state takes place there. The contrast, exclusivity and exhaustiveness, generated with the other municipalities, produce the undeniable effect that Araguaína is the place to invest. Therefore, it is a competitive city.

SDV2 presents the second statement that occurred in SDV1. However, this time, it is inserted in the illustration of the Araguaína map, more precisely in the central part, with a different color from the first occurrence. Before, the wording was white, in order to match the color, also white, of the name “Araguaína”. In the second occurrence, the statement appears in blue color.

SDV3 highlights other formulations, which circulated as an attribution to Araguaína, seeking to produce its symbolic place as capital of the State. Through these three formulations, three aspects stand out (“economic”, “Matopiba” and “heavy cattle”) for which we seek to symbolically build Araguaína’s role. In the scope of these aspects, based on the different scales, Araguaína stands out. There, the effect of exhaustiveness of the positive image about Araguaína is produced.

SDI 1 and 2 express important elements for the discursive production of Araguaína as a competitive city. SDI1, for example, works on the meaning of airport coverage, in Araguaína, in view of the effect that the illustrated plane starts from there. The effect of modernization and ease of access to Araguaína is produced, as an interconnected city. The indication of the names of other municipalities seems to reinforce the effect of the exhaustiveness of Araguaína as a competitive city. This location contrast allows us to glimpse the attribute of influence of the city in focus over the others pointed out in the map illustration. There is the institutionalization of Araguaína as an area of influence.

SDI2 presents the description of images that appear at the bottom of the poster. Not losing sight of the perspective that images are producers of discursive memory, as we are doing throughout this section, we can highlight some meanings at work there.:

(1) the image of the “truck driving on the highway” represents Araguaína’s discursivity with highway coverage; the image shows a highway in good condition. If the image of the plane, in the central part of the poster, produced the effect of interconnection, at this point on the poster, the referred image shows that it is established by the coverage of the highways. This interconnection of the city, through different means of transport, becomes

a favorable factor for potential investors. Another discourse is possible to be thematized: that, in Araguaína, spaces are taken care of and normalized. There is a discourse of organization about the city, assured by the perspective of urban planning of Araguaína.

(2) the images of the “set of oxen”, of the “complex of metallic barrels” and the “set of voltaic plates” reveal the perspective of the Araguaína connection, at different scales, around regional and international relations in the electricity market. commodities. It is not by chance that, through SDV3, we highlight the slogans that have already circulated over Araguaína. These images point to a discursive relationship with these slogans.

Seeking to think from the perspective of parafragment, that is, the constant versions that the image can receive, we will next mobilize another version of the poster presented in Figure 8. This other version circulated on the social networks of Twitter, Instagram and Facebook. This is the cover image of the “Investe Araguaína” project on these social networks. This time, we are going to derive the SDI that express the new elements that appear in the aforementioned poster.



Source: Social network of the Project “Investe Araguaína” on Facebook.

**Figure 8.** Another version of the poster promoting the “Investe Araguaína” Project.

SDI1: illustration of a branch of soybeans.

SDI2: illustration of a microscope being handled by a woman, wearing typical laboratory clothes.

SDI3: illustration of a man, wearing a suit, tie and glasses.

SDI4: illustration of the logo of the city of Araguaína (2017 to 2020 management).

It is a paraphrase of the previous poster in which other elements are added, and others are re-signified. We thematized the new images through SDI. The discourse that Araguaína is the place to invest remains. Now, with the approach that the service sector is too. SDI2 and SDI3 work to expand the idea that the city offers services in this field. Therefore, its area of influence is not limited to the primary and secondary sectors of the economy. The business dynamics and its implications for job creation are put into perspective.

The illustration of the soybean branch (SDI1) takes center stage in the paragravation of meanings over the network of production and trade of commodities led by Araguaína. The illustration of the fixed crane is re-signified as it is repositioned behind the truck on



the highway. The cattle illustration is also different from the first focused poster. The illustration of the logo of the municipal management of Araguaína expresses the institutionalization of meanings, as part of the urban marketing of Araguaína.

At this point in our analysis work, seeking to continue the dimensioning of the discursive production around Araguaína as a competitive city, we will mobilize the logos of the last three municipal administrations. Here is Figure 9:



Source: Images taken from Google.

**Figure 9.** Compilation of the logos of three municipal administrations in Araguaína.

In the municipal administration from 2013 to 2016, the visual identity of the management included the slogan: “Our city, commitment of all”, with the symbol of the junction of four “A”. Each “A” of a color represents: the executive power, the legislative power, the judiciary power and the people. The colors are motivated by the flag of the municipality. Officially, we worked with the perspective that this visual integration from the “A” expresses what appears in the verbal part of the logo: the city of Araguaína, as a commitment of all those involved in it.

Between 2017 and 2020, the visual identity remained with the integrated “A” symbol, but with a new slogan, namely: “The economic capital of Tocantins”. It should be noted that these two municipal administrations were the responsibility of the same mayor. From the point of view of the constitution of meanings, the two visual identities show different discursive processes, but that are interdependent: in the first administration, the meanings that circulated were that Araguaína needed a “modernization” of public administration. Only then it would be fine. At this point, we are working with the indirect mention of the slogan that circulated at the time of the campaign of the mayor who took office in 2013. It is the statement “Araguaína can be fixed”.

Inscribed in the speech analysis, we can say that the taking of a position by this logo makes the political-symbolic force of the empirical organization of the municipal administration work. This force, in the following administrations, will be inscribed in the empirical organization of the city. It is not by chance that the agenda of (re)organization of intra-urban space becomes the focus of practices and discourses. If, in the first administration, the focus was on the organization of public administration, in the second, the perspective put into circulation was that Araguaína played a leading role in the economic issue. Hence its symbolic place as the economic capital of the State of Tocantins. This symbolic place brings, in the midst of the senses, the idea that Araguaína is the place to



invest, to attract economic resources. The city is discursively projected in insertions (in terms of practices and discourses) increasingly in the regional scenario.

In the management from 2021 to 2024, the visual identity changed: from integrated “A” to sequenced and continuous arrows, articulated to another slogan: “City that does not stop”. The discursive memory makes working the sense that Araguaína has been marked by development processes and, for that reason, will follow this dynamic. The political-symbolic force alluded to above continues to produce effects in official discourse. This time, the discursive production is to endorse the senses that the care for the spaces of the city continues, the protagonism, at different scales, also continues.

Based on the research file created for this article, at this point, we focus on the action of municipal management (2017 to 2020) in relation to the US\$ 54.9 million loan agreement with CAF – Latin America Development Bank. On CAF’s official website, the establishment of this contract is reported as follows: “US\$ 104.9 million for sanitation in Araguaína and Santo André”<sup>32</sup>. Of this total, US\$ 50 million are destined for the city of Santo André; the rest of the money includes Araguaína. Let us consider, below, a discursive clipping (RD) of this news:

#### **RD 01**

In addition to the CAF representative and the National Treasury attorney, Mayor Ronaldo Dimas participated in the signing of the second contract, with Araguaína, in the amount of US\$ 54.9 million. The contract provides for the execution of the Araguaína Integrated Sanitation Project, with the objective of improving urban infrastructure, controlling floods and preserving springs and green areas, as well as implementing leisure areas in three basins (neblina and Jacuba streams and Lontra river)<sup>32</sup>. (Excerpt taken from the news on the website <https://www.caf.com/pt/presente/noticias/2019/12/firma-santo-andre-y-araguaina/>)

We perceive the discourse of the empirical organization of Araguaína’s spaces at work, as a way of reasoning about the loan. From the discursive point of view, we can highlight that Araguaína can be signified in different and different ways. In theoretical terms, we can say that there are material forms of existence of the city and the subjects. The nature of the research file in focus in this article allows us to thematize the first material form. The material form of the subjects circumscribed in and by Araguaína is beyond the scope of this work.

The discursivity of the infrastructure and the need to normalize spaces in Araguaína, even to make them suitable for global use, continued to operate effects in terms of the position taken by municipal administrations. Through each logo, we could see how the discourse of the empirical organization accentuates the imaginary and symbolic projections over the city. Araguaína’s material form of existence gained more and more defined contours to sustain the ideology (of practices and discourses) of a competitive city.

## FINAL THOUGHTS

Throughout this article, we build the theoretical and analytical discussion around the perspective of Araguaína as a competitive city in the interior of the Brazilian Amazon. For that, two aspects were taken as a starting point: some economic practices based in the city, given the profile of the business dynamics and job creation, as well as its insertion in the animal protein production chain (beef); some official speeches of the last three administrations, seeking to think about how meanings are institutionalized and put into circulation about this perspective. We start from the principle that these two aspects are interdependent, although, in appeal to the rigor of thematic exposition, they are alluded, in this text, at specific moments.

The theoretical framework on “competitive cities” proved to be relevant for us to dimension these two aspects, not losing sight, especially, of Trindade-Júnior’s (2015) considerations about the concept of “medium-sized city”. The practices and discourses evidenced, from the clipping mobilized by us, thematizes the different scales of Araguaína’s influences. If we take advantage, even more, of the construct “urban regional diversity” of the referred author, we will perceive some specificities of the regional dynamics of Araguaína in many sectors. The focused practices and discourses attest to the different scales of incidence of Araguaína.

At this point, we would like to emphasize the conceptual dialogue between the considerations of Trindade-Júnior (2015) and those of Lever and Turok (1999), as there are presuppositions there to understand a competitive city. The regional, national and international scales are put into perspective, resulting, from their dynamics, even more: (1) real increase in income, given its distribution; (2) improvement in the population’s quality of life and (3) development linked to sustainability. The official discourse, in its different discursive materialities, puts into circulation exactly meaning(s) in this direction. Through the SDV and the SDI, we were building interpretation gestures around the discursive materialities, in order to show the discursive production of municipal administrations.

As seen in this article, the framework on “competitive cities” focuses on the socio-historical and ideological conditions with which this perspective was born and gained political-symbolic strength. In the wake of Sanches (1999), we even approach that city marketing appears as a strategy of local power. As it is a discursive production, it consists of words and images, which start to produce the city in its material form of existence. There are meanings about the city being constructed in the light of unequal and contradictory meanings. The research file on screen did not allow us to problematize the extent to which this official discourse fails; or, in the words of Pasquoto (2008), to what extent it shows the mismatch between the projection of attraction and the real offer of opportunities. Here is a task to be done.

Finally, we can highlight that the research archive, in its limits and possibilities, created conditions for us to theorize about practices and discourses regarding Araguaína as a competitive city, taking sides by the imaginary and symbolic unity as this city is signified by municipal administrations. Practices imply discourses, and vice versa.

## NOTES

- 5 Translated from Portuguese.
- 6 Translated from Portuguese.
- 7 National Environment Program I and II and the SPRN (Subprogram for Natural Resources Policy).
- 8 Pilot Program for Protection of Forests.
- 9 Translated from Portuguese.
- 10 Translated from Portuguese.
- 11 Amazon Development Plans.
- 12 Translated from Portuguese.
- 13 Translated from Portuguese.
- 14 Translated from Portuguese.
- 15 Translated from Portuguese.
- 16 Translated from Portuguese.
- 17 Translated from Portuguese.
- 18 Translated from Portuguese.
- 19 Brazilian Institute of Geography and Statistics.
- 20 Translated from Portuguese.
- 21 Tocantins Industry Profile – FIETO.
- 22 Association of Meat Exporting Industries.
- 23 Ministry of Industry, Foreign Trade and Services.
- 24 0202 - Frozen meat of bovine animals. 0201 - Fresh or chilled meat of bovine animals.
- 25 Translated from Portuguese.
- 26 Translated from Portuguese.
- 27 Translated from Portuguese.
- 28 Translated from Portuguese.
- 29 Translated from Portuguese.
- 30 Translated from Portuguese.
- 31 Agricultural Technology Fair of Tocantins.
- 32 Translated from Portuguese.
- 33 Translated from Portuguese.

## REFERENCES

- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V.. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3081>>. Acesso em: 09 ago. de 2021.
- ANTERO, R. Urbanização Pela Migração em Araguaína (TO), 2016. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia-MG. v. 17, n. 59 p. 1-15, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/> ISSN 1678-6343>. Acesso em: 09 de jul. de 2021.

- BECKER, B. K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 40, nº 1, p.111-122, 1978.
- BECKER, B. K. et al. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB/UFRJ, 1990.
- BECKER, B. K. Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia. Secretaria de Coordenação da Amazônia – Programa Piloto Para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG – 7. **Cadernos do NAPIAm** – nº 6. Brasília, 1999.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, vol. 6, nº 12, p. 135 – 159, 2001.
- BECKER, B. K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil?. In: ARAÚJO, T. P., VIANNA, S. T. W, MACAMBIRA, J. (orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, 2009, p. 201-228
- BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global**: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Habitat/Taurus, 1997.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. **La nouvelle vulgate planétaire**. Le Monde Diplomatique, Paris, p. 6-7, maio, 2000.
- CABUGUEIRA, A. C. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, RS, v. 9, p. 103-136, 2000.
- CARDOSO, F. H.; e MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 16/06/2021.
- CASTELLS, M. A.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 45, p 152-166, 1996.
- DA FONTE, K. F.. A produção do espaço regional Amazônico no contexto da internacionalização do capital: das commodities ao desenvolvimento sustentável. **PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho**, vol. 18 n.2, p.92-111, 2017. Disponível em <<v. 18, n. 2 (2017) (unesp.br)>>. Acesso em 16/07/2021.
- DATHEIN, R. (org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2015.
- DUARTE, F., CZAJKOWSKI JÚNIOR, S.. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. **RAP – Revista de Administração Pública**, nº41, vol. 2, p.273-82, 2007.
- FONSECA, P. C. D. e MONTEIRO, S. M. M. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, vol. 28, nº 1 (109), pp. 28-46, 2007.
- FONSECA, P. C. D. e SALOMÃO, I. C. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, Número Especial, p. 1-20, 2017.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. In: GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D.; ROBIN. **Discurso e arquivo**: experimentações em análise do discurso. Tradução: Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2016[1986].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – REGIC. **Regiões de influência das cidades: 2018** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KACHNIEWSKA, M., KOWALSKI, A. M., SZCZECZ-PIETKIEWICZ, E. The Competitiveness of Cities: Components, Meaning and Determinants. In: WERESA, M. A., KOWALSKI A. M. **The Role of Cities in Creating Competitive Advantages**. Warsaw, Poland, World Economy Research Institute SGH, 2018.

KOHLHEPP, G. O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e de desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira. **Revista NERA**, n. 42, p. 308-330, 2018.

LEITE, J. de D., PACÍFICO FILHO, M, PIRES, M. C. Araguaína/TO; cidade e discurso na Amazônia Brasileira – o caso do Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto. **Revista Cidades**, Comunidades e Territórios, nº 42, p. 129-145, 2021.

LEVER, W. F., TUROK, I. Competitive Cities: Introduction to the Review. **Urban Studies**, vol. 36, nº. 5, 6, p. 791 -793, 1999.

LIMA, J. G.. Cidades médias brasileiras: a partir de um novo olhar denominacional e conceitual: cidades de comando regional. In: ENANPUR – Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional? 2017, São Paulo, **Anais**, p. 2 a 19. Disponível em < ST 1 CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS A PARTIR DE UM NOVO OLHAR DENOMINACIONAL E CONCEITUAL: CIDADES DE COMANDO REGIONAL | Anais ENANPUR> Acesso em 11/12/2021.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI**. Novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATA, D.; MOTTA, D. Crescimento das cidades médias. **IPEA – Boletim Regional e Urbano**, IPEA/ Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos, n. 1, dez. 2008. Disponível em <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/081207\\_boletimregional1.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/081207_boletimregional1.pdf)>. Acesso em: 09 agosto de 2021.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Portal COMEX STAT. **Brasil**. Disponível em <Comex Stat (mdic.gov.br)>. Acesso em 01/08/2021.

MONTEIRO, M. A., COELHO, M. C N., BARBOSA, E. J. S. Fronteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia Oriental brasileira. **GEOgraphia**, v. 13 n. 26, p. 37- 65 – 2011. Disponível em < Fronteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia oriental brasileira | GEOgraphia (uff.br)> Acesso em 28/11/2021

MORAIS, I. A. **Araguaína (TO): enquanto cidade média no contexto regional**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/17339>> Acesso em: 10 de agosto de 2021.

NAHUM, J. S. Espaço e Política: a representação de Amazônia nos planos de desenvolvimento. In: COUTO, A. C., SANTOS, T. V., RIBEIRO, W. O. (orgs.). **Amazônia: fronteiras, grandes projetos e movimentos sociais**. Belém: EDUEPA, 2019.

OCKE, M. A. d. M. e IKEDA, A. A. Marketing de lugar: estado da arte e perspectivas

- futuras. **Revista de Administração**, vol.49, nº 4, p.671-683, 2014.
- OECD Territorial Reviews. **Competitive Cities: A New Entrepreneurial Paradigm in Spatial Development**. OECD, 2007.
- OHLAN, R. Pattern of Regional Disparities in Socio-economic Development in India: District Level Analysis. **Social Indicators Research**, nº 114, p. 841-873, 2013. Disponível em < <https://doi.org/10.1007/s11205-012-0176-8>>. Acesso em 10/11/2021.
- OLIVEIRA FILHO, J. P.. O caboclo e o brabo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v.11, p.101-40, 1979.
- OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1993.
- PACÍFICO FILHO, M., BORGES, T. P., TELES, M. P. L. & CANÇADO, A. C. Cidades médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. **Redes**, vol. 25, ed. especial, p. 1477-1503, 2020.
- PASQUOTTO, G. B.. City marketing: seus elementos de produção e venda do espaço. CINCCI – Colóquio Internacional – II Colóquio [Inter] nacional sobre o comércio e cidade: uma relação de origem. São Paulo, FAU/USP, **Anais**, p. 1-6, 2008.
- PASQUOTTO, G. B. A utilização do marketing urbano no planejamento estratégico do Rio de Janeiro. GC – **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 04, n. 24, pp. 114-127, 2016.
- PORTER, M. E. The economic performance of regions. **Regional Studies**, London, England, vol. 37, p. 549-578, 2003.
- RABELLO, A. C. Amazônia, uma fronteira volátil. **Estudos Avançados**, vol. 27, nº 78, p.231-235, 2013.
- RODRIGUES, M. M. B. Produção do espaço urbano na Amazônia Oriental e os Projetos de Infraestrutura de Grande Escala (PGE's): o caso de Marabá. In: **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória-ES, 2014. Disponível em < Microsoft Word - 1404640700\_ARQUIVO\_ProducaoDoEspacoUrbanonaAmazoniaOriental-e-os-Projetos-de-Infraestrutura-de-Grande-Escala\_PGEs\_FINA (agb.org.br)> Acesso em 10/10/2021.
- SALOMÃO, I. C. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. Nova Economia, **Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**, v. 27, nº3, p.421-442, 2017.
- SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, nº1, 1999, p. 115-132.
- SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia Política**, vol. 16, p. 31-49, jun. 2001.
- SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, SC. Argos, 2010.
- SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo, Edusp, Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- SANTOS, M. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

- SANTOS, R. S. A construção da Rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, p. 97-114, 2017.
- SIQUEIRA, T. A. **Contribuição do PNMA I, PNMA II e do PPG7 para o fortalecimento das instituições ambientais no Brasil**. Dissertação, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2006.
- SODRÉ, R.; RAMIRES, J. C. de L. Contribuições ao estudo das cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas no Tocantins. Belém, PA. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 1, p. 169-188, 2017.
- SPOSITO, M. E. B. A análise urbana na obra de Milton Santos. CPG – **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente – SP, v. 1, n. 21, pp. 25-42, 1999.
- THE WORLD BANK GROUP. **Competitive cities for jobs and growth** – what, who and how. NW, Washington, DC, USA, 2015.
- TRINDADE-JÚNIOR, S. C. Cidades médias na Amazônia Oriental – das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p.135- 151, 2011.
- TRINDADE-JÚNIOR, S. C. Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**, vol. 12, nº21, p. 305-334, 2015.
- UN HABITAT. **Enhancing the Competitiveness of Cities**. Discussion Paper nº 4, October 2015.
- VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Planejamento e Território – ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR/UFRJ/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, n.1, p. 13 -32, 1986.
- VAINER, C. B. Lugar, região, nação, mundo – explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.8, nº.2, 2006.
- VASCONCELOS FILHO, J. M. **O direito à moradia e o discurso de implantação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas**: reflexões sobre Araguaína-TO. 2013, 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.
- VOINESCU, R. e MOISOIU, C. Competitiveness, theoretical and policy approaches - towards a more competitive EU. **Procedia Economics and Finance**, nº 22, p. 512 – 521, 2015. Disponível em < Competitiveness, Theoretical and Policy Approaches. Towards a More Competitive EU - ScienceDirect>. Acesso em 14/10/2021.
- WORLD ECONOMIC FORUM. **The Competitiveness of Cities**. A Report of the Global Agenda Council on Competitiveness. Cologny/Geneva, Switzerland, 2014. Disponível em <WEF\_GAC\_CompetitivenessOfCities\_Report\_2014.pdf (weforum.org)>. Acesso em 05/11/2021.

---

# **A RELEVÂNCIA DO PENSAMENTO DE MILTON SANTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA VOLTADO A REDUÇÃO DOS RISCOS DE DESASTRES NATURAIS<sup>1</sup>**

## **THE RELEVANCE OF MILTON SANTOS' THINKING IN THE TEACHING OF GEOGRAPHY AIMED AT REDUCING THE RISKS OF NATURAL DISASTERS**

## **LA RELEVANCIA DEL PENSAMIENTO DE MILTON SANTOS EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA ORIENTADA A LA REDUCCIÓN DE RIESGOS DE DESASTRES NATURALES**

**Nilton José Capelloza<sup>2</sup>**  
**Wandreson José Rodrigues<sup>3</sup>**  
**Laurenço Magnoni Júnior<sup>4</sup>**

**RESUMO:** Este artigo tem por finalidade analisar a contribuição do pensamento de Milton Santos para o ensino de Geografia, o estudo do espaço geográfico e os seus problemas de ordem econômica, política, social, cultural e ambiental, assim como a prevenção e a redução dos riscos de desastres naturais antrópicos na atualidade. Devido ao aumento da frequência e de seus potenciais destrutivos, os desastres naturais cada vez mais, são divulgados pelos diferentes veículos informativos. A reflexão escolar sobre os ensinamentos e os conceitos teóricos de Milton Santos é fundamental para ensinarmos Geografia e estudar devidamente o espaço geográfico em um contexto educacional capacitado para despertar o pensamento crítico dos estudantes sobre as questões ambientais, destacando também os efeitos dos desastres naturais ao longo da era contemporânea.

**Palavras-chave:** O pensamento de Milton Santos. Espaço. Topofilia. Desastres naturais.

---

1 Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Geografia - Milton Santos 20 anos depois: Desafios de uma herança intelectual. Evento remoto realizado em novembro de 2021.

2 Graduado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jaú - SP. Professor efetivo da Rede Pública de Ensino do Governo do Estado de São Paulo. Possui Pós-Graduação Lato-Sensu em Gestão Escolar (FATECE) e Pedagogia pela Sociedade de Ensino Elvira Dayrell. É mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da Faculdade de Ciências - UNESP/Campus de Bauru. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8798-2128>. E-mail: [niltonjcapelloza@gmail.com](mailto:niltonjcapelloza@gmail.com).

3 Graduado em Geografia e Pedagogia pela Universidade do Sagrado Coração - Bauru/SP. Professor de Educação Básica II, concursado e efetivo, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. É mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da Faculdade de Ciências da UNESP/Campus - Bauru/SP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6622-984X>. E-mail: [wandreson.rodrigues@unesp.br](mailto:wandreson.rodrigues@unesp.br).

4 Graduado em Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da UNESP Campus de Bauru - SP, da Faculdade de Tecnologia de Lins (Fatec) e das Escolas Técnicas Estaduais Astor de Mattos Carvalho de Cabrália Paulista - SP e Rodrigues de Abres de Bauru - SP (Unidades de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza). Membro do Grupo Assessor de Ciência e Tecnologia do Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR) - Regional Américas e Caribe e da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru - SP. Editor da Revista Ciência Geográfica ([www.agbbauru.org.br](http://www.agbbauru.org.br)). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8275-5922>. E-mail: [lourenco.junior@pq.cnpq.br](mailto:lourenco.junior@pq.cnpq.br).



**ABSTRACT:** This article aims to analyze the contribution of Milton Santos' thinking so that the teaching of Geography can promote the study of the geographical space connected with the of an problems economic, political, social, cultural, environmental and of prevention for the reduction of risks of anthropic natural disasters in the world today. Due to the increase in their frequency and destructive potential, natural disasters have gained more and more space in different information vehicles. School reflection on Milton Santos' teachings and theoretical concepts is fundamental for us to teach Geography and properly study the geographic space in an educational context capable of awakening students' critical thinking about environmental issues, also highlighting the effects of natural disasters throughout of the contemporary era.

**Keywords:** The thought of Milton Santos. Space. Topophilia. Natural disasters.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo analizar la contribución del pensamiento de Milton Santos para que la enseñanza de la Geografía pueda promover el estudio del espacio geográfico relacionado con problemas económicos, políticos, sociales, culturales, ambientales y el tema de la prevención para la reducción de riesgos de enfermedades antrópicas. desastres naturales en el mundo actual. Como en la actualidad, debido al incremento en su frecuencia y potencial destructivo, los desastres naturales han ganado cada vez más espacio en diferentes tipos de medios. Reflexionar sobre las enseñanzas y conceptos de Milton Santos sobre el espacio es fundamental para enseñar Geografía dentro de un contexto educativo capaz de despertando el pensamiento crítico de los estudiantes en su relación con el tema ambiental y los desastres naturales a lo largo del siglo XXI.

**Palavras chave:** El pensamiento de Milton Santos. Espacio. Topofilia. Desastres naturales.

Durante a segunda década do século XXI, a mundialização das economias, do comércio e dos fluxos migratórios seguem acelerados. Então, é bastante estratégico refletir sobre o riquíssimo e complexo legado deixado pelo geógrafo Milton Santos, embora não seja uma tarefa nada simples. O extraordinário legado deixado por ele é até hoje de grande relevância para o pensamento geográfico brasileiro e mundial.

Melhor que ninguém, Milton Santos soube ler o mundo contemporâneo diante das frenéticas mudanças e transformações de ordem científica, tecnológica, econômica, política, sociocultural e ambiental, informações bastante abrangentes e complexas para serem interpretadas pelos cidadãos comuns. Tanto, que os estudos publicados pelo respeitado geógrafo baiano prosseguem com grande relevância para o pensamento geográfico nacional e estrangeiro.

Na atualidade, ao abordarmos a questão ambiental e os seus efeitos sociais, obrigatoriamente, temos que refletir sobre o processo permanente de construção e reconstrução do espaço geográfico pelas ações humanas. Os usos sistêmicos dos recursos requeridos pelas atividades produtivas e econômicas desencadeiam intensos desgastes e devastações ambientais, embora as sociedades atuais busquem mais conhecimentos

e instrumentos para mitigar os danos. Além de medidas políticas, as sociedades atuais buscam prevenção nas ciências, nas tecnologias inovadoras e nas informações públicas cada vez mais atualizadas e abrangentes.

Objetiva-se no presente artigo evidenciar as contribuições dos conceitos de Milton Santos acerca de paisagem, território, sociedade, meio técnico, científico e informacional, subsídios indispensáveis para a compreensão e a construção da consciência educacional e coletiva sobre a ação antrópica, que por sua vez leva a ocorrência de desastres naturais.

Nas palavras de Santos (1988),

O homem é ativo. A ação que realiza sobre o meio que o rodeia, para suprir as condições necessárias à manutenção da espécie, chama-se ação humana. Toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico. Não há produção que não seja produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso, a Geografia estuda a ação do homem sobre o espaço”. (SANTOS, 1988, p. 88)

Na visão dialética de mundo, o processo de construção e reconstrução do espaço acontece por meio da relação entre o homem e o mundo. Como sabemos, o homem tem diante de si o mundo que é revelado por meio das paisagens e, posteriormente, enquanto lugar do sujeito, assim, a construção do conhecimento obrigatoriamente passa pela relação dialética entre a materialidade e a subjetividade do homem.

Para Santos (2006), paisagem e espaço não são sinônimos. “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.” (SANTOS, 2006, p. 66).

Na opinião de Morandi (2003):

A leitura da paisagem e, através dela, a identificação das tensões e contradições produzidas pela cultura técnica capitalista, hoje hegemônica, são instrumentos que permitem a reflexão sobre as ações políticas necessárias para a sua superação e construção de uma nova sociedade, onde o homem venha ter primazia sobre a economia. (MORANDI, 2003, p. 16)

Decorrente dessas afirmações, é possível constatar que a compreensão do espaço perpassa pela inteligibilidade interiorizada do indivíduo por meio das percepções sensoriais da paisagem, como a visão, a audição, o olfato e o tato, mesmo que a mais expressiva caiba ao campo da visão, isso não suprime as outras percepções sensoriais. Mas, a compreensão humana do espaço também é decorrente na apreensão da ação antrópica do ser sobre o meio, uma vez que esse é um agente ativo transformador da paisagem.

Ainda faz parte do objetivo deste texto, a evidenciação das análises de Antonio Bernardes, sobre alguns dos conceitos de Milton Santos e suas conexões com as causas dos desastres naturais, assim como, a interligação da concepção da Topofilia de Yi-Fu Tuan que debate a afinidade pelo espaço. Por fim, há intenção de inserir no debate conceitual em pauta o pensamento educacional e pedagógico de Paulo Freire para sustentar no ensino de Geografia, uma ação docente crítica e libertadora.

Os desastres naturais mais uma vez estiveram em destaque nos meios de comunicação em nosso País. Desta vez, devido aos enormes volumes de chuvas que provocaram inúmeras mortes e perdas econômicas gigantescas para muitas pessoas que já vivem em situação precária e de risco constante. No penúltimo dia de janeiro de 2022, a cidade paulista de Franco da Rocha pautou os noticiários nacionais com o deslizamento que ocasionou quase duas dezenas de mortes e vários feridos, desabrigados e desalojados; na sequência, no Estado do Rio de Janeiro, as encostas densamente povoadas da cidade de Petrópolis deslizaram devido a enorme infiltração e o intenso fluxo das águas pluviais, uma tragédia anunciada e recorrente, cujas vítimas e danos irreversíveis mais uma vez foram destacados por um jornalismo meramente descritivo e sensacionalista.

Na Região Metropolitana do Recife - PE, as recentes chuvas e enchentes deixaram 129 mortos e muita gente trabalhadora e pobre desalojada. Somados os mortos de Franco da Rocha, Petrópolis e do Recife, centenas de vidas já foram ceifadas por desastres naturais sendo que até a metade do corrente ano, grande parte das vítimas que não perderam as suas vidas em ocorrências naturais extremadas, também foram mortas pela omissão do Estado e das autoridades públicas brasileiras.

Na atualidade, são cada vez mais claros os sinais de alterações nos ambientes naturais, fenômenos evidenciados pelo aumento da temperatura média do planeta, pelas enchentes cada vez mais frequentes e danosas, que afetam principalmente as populações trabalhadoras de menor poder aquisitivo, a repetição anual dos terríveis incêndios florestais, o esgotamento dos solos, entre outros tantos sinais desta interferência crescente e agressiva da ação humana em todas as regiões geográficas. Conforme podemos confirmar com Kobiyama (2006):

De modo geral, os desastres naturais são determinados a partir da relação entre o homem e a natureza. Em outras palavras, desastres naturais resultam das tentativas humanas em dominar a natureza, que, em sua maioria, acabam derrotadas. Além do que, quando não são aplicadas medidas para a redução dos efeitos dos desastres, a tendência é aumentar a intensidade, a magnitude e a frequência dos impactos. Assim, grande parte da história da humanidade foi influenciada pela ocorrência de desastres naturais, principalmente os de grande magnitude. (KOBİYAMA, 2006, p. 1)

O processo de dominação também passa por um processo de alienação e desvinculação das sociedades, dos espaços em que habitam, concepções elucidadas em Santos (1994), que discorre: “valores de uso são mais frequentemente transformados em valores de

troca, ampliando a econominização da vida social, mudando a escala de valores culturais, favorecendo o processo de alienação de lugares e de homens”. (SANTOS, 1994, p. 62)

Para aprofundar um pouco o pensamento sobre a temática de desastres ambientais, é imprescindível evidenciar as suas causas, que podem ser de origens naturais; mas, a maioria das ocorrências extremadas também decorrem da interferência da ação humana sobre o meio ambiente, de maneira a degradá-lo, modificá-lo e tentar subjugar-lo. Um exemplo é o aumento expressivo da população mundial, que gera a ampliação constante dos espaços urbanos produzindo imensas conurbações que interferem agressivamente na salubridade dos territórios em que são edificadas, há ainda a necessidade de aumento acentuado da produtividade agrícola para fins alimentares e de produção de matéria-prima industrial. Kobiyama (2006), elucida essas interferências da humanidade sobre o meio natural e assim enfatiza que:

Nas últimas décadas, o número de registro de desastres naturais em várias partes do mundo vem aumentando consideravelmente. Isto se deve, principalmente, ao aumento da população, a ocupação desordenada e ao intenso processo de urbanização e industrialização. Dentre os principais fatores que contribuem para desencadear estes desastres nas áreas urbanas destacam-se a impermeabilização do solo, o adensamento das construções, a conservação de calor e a poluição do ar. Enquanto que nas áreas rurais, destaca-se a compactação dos solos, o assoreamento dos rios, os desmatamentos e as queimadas.

Sendo assim, estes desastres que tanto influenciam as atividades humanas vêm historicamente se intensificando devido ao mau gerenciamento das bacias hidrográficas, especialmente pela falta de planejamento urbano. Além disso, o aquecimento global tem aumentado a frequência e a intensidade das adversidades climáticas, como precipitações extremas, vendavais, granizos entre outros, o que acarreta no aumento da incidência de desastres naturais. (KOBİYAMA, 2006, p. 1 e 2)

Ao vislumbrar a saída do atual período pandêmico, as forças produtivas iniciam uma corrida frenética para rápida recuperação das economias mundiais, que sofreram com a desaceleração das relações comerciais, resultado dos resquícios da crise econômica do início da década passada e agravadas pelas restrições impostas pela crise sanitária nos sistemas produtivos e nas relações laborais.

Apesar da estimativa mundial feita pela Organização Mundial da Saúde – OMS, de quase 15 milhões de mortos pela COVID 19, a tentativa social de retorno ao padrão de vida anterior a pandemia revigorou o consumo desenfreado das populações. No território brasileiro o uso abusivo dos recursos naturais está associado ao aumento contínuo das áreas de plantio e de formação de pastagem para atender a demanda dos mercados mundiais, uma pressão econômica e política que devasta as áreas florestais, inclusive as protegidas por lei.

No Brasil atual, o retrocesso ambiental é enorme como demonstra os dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon): em 2021, por exemplo, a derrubada de matas nativas teve um crescimento de 29% ou 10.362 km<sup>2</sup>, quando comparado ao ano anterior. O Governo Federal tem aprovado leis para atender os interesses do grande agronegócio exportador de commodities, permitindo ataques e retrocessos na conservação e fiscalização das áreas de proteção ambiental e nas terras indígenas.

Com ou sem pandemias, historicamente a humanidade subjuga a natureza para atender sua crescente demanda por expansão econômica, a suposta modernidade adquirida pelo homem difere em muito das antigas sociedades que faziam uso da natureza como simples habitat e local de plantio de alimentos e de criações de animais para o atendimento de suas necessidades primordiais.

Objeto de estudo do professor Milton Santos, o “trabalho humano” é responsável por diferenciar o homem de outros seres, também é responsável pelas grandes alterações que afetam o Planeta. Ao analisar os conceitos e pensamentos de Milton Santos sobre o trabalho, Bernardes (2020), relata que o trabalho é o conjunto de técnicas que a priori deve sanar as necessidades humanas, contudo esse trabalho é caracterizado por intencionalidades socialmente construídas. Segundo suas palavras:

Tanto as ações dos homens como as intencionalidades são desenvolvidas socialmente. A diferença entre elas é que, atualmente, a primeira é, cada vez mais, orientada pela segunda. Esta, nada mais é do que a práxis objetivada na matéria que enunciam ações aos homens e, até certo ponto, determinam suas ações em prol das intencionalidades dos atores que detêm os meios de produção ou, como denominado por Santos (2002), os atores hegemônicos. (BERNARDES, 2020, p. 278)

O atual modo de produção e ocupação do espaço tem provocado profundas modificações na paisagem, Bernardes (2020), ao analisar a evolução do conceito de paisagem nas obras de Milton Santos de 1988, demonstra que o conceito de paisagem na atualidade não cabe mais ao simples campo do visual, pois segundo suas palavras:

... O principal movimento considerado para o espaço geográfico são as ações sociais, destacando-se o modo de produção hegemônico. Contudo, não podemos levar em conta somente uma única concepção de paisagem para Santos se quisermos buscar entender a sua proposta teórica. Numa obra que precede a “A natureza do espaço”, “Metamorfoses do Espaço Habitado”, há outra concepção. A paisagem é “[...] tudo aquilo que nossa visão alcança [...] Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc” (BERNARDES, 2020, p. 281).

Cada grupo humano desenvolveu ao longo da história as suas técnicas locais, que são também sociais, para explorar os recursos naturais. As técnicas sempre foram adequadas àqueles momentos e aos lugares e necessidades específicas. Hoje a técnica de exploração é globalizada, assim as peculiaridades locais são deixadas de lado em prol do favorecimento de grupos dominantes, que transformam os espaços naturais em espaços produtivos padronizados pelo meio técnico, científico e informacional imposto pelas grandes corporações transnacionais e nações ricas.

Segundo Santos (2008):

Pode-se, pois, dizer a respeito dessas novas realidades que tais especializações na utilização do território - sejam elas originalmente naturais ou culturais, ou provenham de intervenções políticas e técnicas - significam uma verdadeira redescoberta da Natureza ou pelo menos uma revalorização total, na qual cada parte, isto é, cada lugar, recebe um novo papel, ganha um novo valor. (SANTOS, 2008, p. 30)

Contudo, quando se é apropriado o conceito de território como agente constitutivo de uma nação, essa exploração dos recursos naturais tende a se tornar menos agressiva para a natureza; ao contrário, se esse conceito de território estiver atrelado ao benefício do grande capital, a natureza fatalmente sofrerá com a sua degradação agressiva para atender ao máximo a necessidade econômica das classes dominantes.

Recorrendo à História, encontraremos na Revolução Industrial, ainda no século XVIII em sua primeira fase, as informações de que o espaço europeu e os seus modos de produção agrícola sofreram transformações, que naquele momento contribuíram para ampliar a produção de matérias-primas necessárias para sustentar os arranjos industriais pioneiros. Com essa mudança têm início o que Santos (2002) propõe como primeira fase do meio técnico, que veio para tomar o lugar do meio natural, um ciclo impulsionado pelas mudanças no modo de produção, principalmente nas fábricas, um processo progressivo que foi artificializando os espaços naturais.

Conforme explica Santos (2006), “esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação.” (SANTOS, 2006, p. 157)

Acompanhar todas essas mudanças é tarefa complexa, porém importante. Como emergido por Santos (1994):

O espaço rural e urbano são marcados, na sua transformação, pelo uso sistemático das contribuições da ciência e da técnica e por decisões de mudança que levam em conta, no campo e na cidade, os usos a que cada fração do território vai ser destinada. (SANTOS, 1994, p. 60 e 61)

O campo que antes detinha grande parcela da população e produzia algum excedente alimentício para abastecer poucas pessoas morando nas “cidades”, passa por uma grande

transformação em função das novas técnicas industriais de produção. Em pouco mais de um século as populações rurais migram para as áreas urbanas na expectativa de melhores condições de vida e liberdade social e econômica, que não possuíam com o uso da terra.

“Dessa forma, a cidade é um elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas.” (SANTOS, 2008, p. 60)

As características de perversidade presentes nas relações entre o ser humano e o meio, seja nas cidades ou na área rural, alterando a paisagem resulta no conceito de território. Bernardes, analisando esse conceito na visão de Milton Santos retrata que a atividade humana é um agente transformador em diversas escalas geográficas, conforme as palavras de Bernardes (2020):

Na obra “Espaço e método”, Santos afirmou que a partir das funcionalidades de frações do território é possível identificar as demandas de diferentes escalas geográficas e que as relações entre elas ocorrem pelos fluxos das atividades, da população e da herança espacial. A herança espacial é o meio transformado pelas atividades humanas e que possuem certos fluxos, distinguindo-se entre as dinâmicas internas – que podem atrair ou repelir outros fluxos – e as dinâmicas externas – fluxos externos a um determinado local. Por sua vez, a região produtiva é constituída como totalidade contraditória desses distintos tipos de fluxos. Ainda nessa obra, Santos indicou que as interações entre as regiões produtivas são um aspecto relevante para compreensão do território e das redes entre cidades. Numa segunda concepção, em “Metamorfoses do espaço habitado”, Santos (1988) considerou que as relações de um determinado território, sua natureza, se dão pelas condições naturais, técnicas e culturais – convicções religiosas, crenças, costumes – para certo grupo se fixar. (BERNARDES, 2020, p. 283 e 284)

A educação é um dos caminhos que possibilita a melhor compreensão das transformações e impactos decorrentes dos fenômenos abordados. O processo de ensino e aprendizagem é fundamental para a construção de uma sociedade lúcida, consciente de seu papel. Nesse contexto, o ensino da Geografia pode ser instrumento central. É papel da ciência geográfica a compreensão do espaço de vivência e as relações que nele ocorrem.

Cabe ao ensino de Geografia a construção do conhecimento e da concepção de território como sendo parte integrante da identidade de um povo e por consequência esse povo ao se identificar com seu território passa a praticar ações de preservação do espaço territorial, assim como cobrar das responsabilidades governamentais, políticas que convergem para a sua efetiva proteção.

Ao abordar nas aulas de Geografia a conceituação de “lugar” deve-se fazê-lo de forma que os educandos construam a consciência de que “lugar” é todo espaço do qual o indivíduo se identifica, com sentimento de pertencimento, mas para além desse conceito também é urgente a construção do conhecimento de maneira que o aluno compreenda que os lugares são globais e ao mesmo tempo únicos como explica Santos (2008):

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “único”. Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço – homem, firmas, instituições, meio ambiente –, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal. (SANTOS, 2008, p. 35)

Milton Santos (2002) também faz uma abordagem importante quanto a técnica “a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou mesmo, entre o homem e o meio, é dada pela técnica” (SANTOS, 2002, p. 28 e 29). Segundo o autor, não é possível dissociar o tempo e o espaço para os estudos geográficos, já que esses atribuem características específicas ao meio.

Assim, como a relação do homem com a natureza sofreu transformações, o papel do professor também deve passar por mudanças. Compreender a sua importância no papel educacional valorizando a educação historicamente acumulada, mas tendo plena consciência que esse processo não se finaliza apenas com a transposição de conteúdo. Reproduzir esses conhecimentos na expectativa que através da chamada educação bancária, como intitula Paulo Freire, ocorra o desenvolvimento da consciência ambiental seria como jogar na loteria ou torcer por um despertar voluntário. Ainda segundo o autor, o mundo é mediador do processo educativo, por isso o aluno deve ser apresentado à várias realidades desse mundo ao qual está inserido.

As alterações em larga escala pelas quais a paisagem vem passando não atendem a interesses de sobrevivência, mas, aos interesses dos poderes hegemônicos como denominado por Santos (2002), convertidos em trabalho que são realizados pelos dominados como modo de sobrevivência, mesmo que esse resulte na destruição do meio natural.

Ainda segundo Santos (2008):

Decerto, o que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje. O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais, e políticas começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI, avança por saltos através dos séculos de expansão capitalista para finalmente ganhar corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as relações do Homem com a Natureza passam por uma reviravolta. (SANTOS, 2008, p. 14)

Hoje tornou-se indispensável estudar as transformações antrópicas sobre o meio em sala de aula, os professores de maneira geral e em especial os de Geografia com perfil crítico propiciam momentos de indagações e reflexões diante dos acontecimentos atuais, que de maneira direta podem vir a produzir impactos ao meio natural, contudo o professor



que corrobora com o discurso ultraneoliberal difundido pelo governo brasileiro promove efeito contrário nos alunos, pois ainda segundo Paulo Freire (1999) o:

Educador que, ensinando geografia, “castra” a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Tal qual quem assume a ideologia fatalista embutida no discurso neoliberal. (FREIRE, 1999, p. 63).

As práticas docentes vivenciadas pelos professores em sala de aula ao longo do tempo, lhes permitem reflexões e questionamentos quanto a precariedade do pensamento crítico dos alunos, quando o assunto é meio ambiente e desastres ambientais. Percebida aqui como uma falta de afinidade e pertencimento ao espaço, o que leva a não vinculação da ação antrópica sobre os desastres naturais compreendido como um deslocamento da topofilia.

Conforme Yi-Fu Tuan (2015) a palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. Quando existem laços afetivos com o espaço, o ser humano passa a cuidar desse espaço e, por consequência, a sua relação com o meio passa a ser o menos prejudicial possível.

Para uma compreensão ampla do conceito de topofilia faz-se necessário recorrermos a concepções culturais de um determinado grupo, que leva o indivíduo a construir uma proximidade ou afastamento com o meio ambiente que o cerca, segundo ainda afirma Tuan (2015) que:

Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências do grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico. Os conceitos “cultura” e “meio ambiente” se superpõem no mesmo modo que os conceitos “homem” e “natureza”. (TUAN, 2015, p. 84)

Torna-se então, fundamental que o educando vivencie na escola momentos de análise que lhes permitam constantes reflexões e a possibilidade de repensar a prática dos seres humanos junto a sociedade de consumo. Até porque, o tempo que esses alunos passam na escola pode ser o único tempo e local onde eles possam vivenciar esses momentos reflexivos.

A escola tem papel fundamental na leitura crítica que os educandos fazem do mundo onde vivem. É preciso que essa visão crítica se difunda despertando nos estudantes, a consciência do seu papel na sociedade, para que possam cobrar mudanças significativas na maneira como a sociedade age sobre o meio.

Retomando a compreensão do conceito de paisagem e dos elementos que constituem a configuração territorial, Santos (2008) afirma:

A paisagem é o conjunto das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é o conjunto total, integral, de todas as coisas que forma a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre configuração territorial, paisagem e a sociedade. O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. (SANTOS, 2008, p. 85)

O formato dos lugares pode permanecer imutável segundo Santos, mas como as sociedades estão sempre em movimento, as mesmas paisagens inseridas em configurações territoriais podem gerar espaços diferentes com o passar do tempo histórico.

Para tornar-se espaço a paisagem precisa de vida, de movimento então, “O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência, e a espacialidade é um momento” (SANTOS, 2008, p. 80).

Na atualidade o “espaço” é fruto da globalização, carregando histórias de paisagens anteriores ele é constantemente alterado para atender aos interesses dos poderes hegemônicos.

O momento histórico vivenciado deveria causar perplexidade, pois apesar dos avanços informacionais e conhecimentos adquiridos, a sociedade pouco ou nada se preocupa com o meio natural. Assim, legislações são mudadas para favorecer grandes produtores, que por sua vez, atendem aos interesses internacionais. Torna-se essencial levar o aluno a refletir sobre a demanda de terras necessárias para manter esse ritmo de consumo, a crescente demanda por água, a desvalorização da mão de obra e dos direitos trabalhistas apoiados pelo processo de globalização econômica.

Como bem esclarece o Magnoni Júnior (2018):

O alcance da consciência socioambiental primordial para o empreendimento de ações concretas para a redução de risco de desastres se concretizará quando os interesses da “sociedade política” e da “sociedade dos meios de produção privado” se aproximarem das necessidades da “sociedade civil” certamente o desenvolvimento de projetos socioambientais resilientes não encontrarão as dificuldades sentidas na atualidade. (MAGNONI JÚNIOR, 2018, p. 196)

A experiência adquirida pela formação e práticas docentes vivenciadas em sala de aula possibilita a confluência para o pensamento de que o problema das relações entre sociedade e natureza está na noção de utilidade dada pela sociedade aos recursos naturais. São essas relações que refletem e produzem transformações no contexto do espaço geográfico.

Devemos ter claro que a crítica ao processo de globalização é parte primordial das Ciências Humanas e, em especial da Geografia. Afinal, essa é a Ciência responsável pela interpretação do espaço e as relações humanas que neles estão presentes. O processo de Globalização é responsável pelo agravamento e distanciamento entre as classes sociais e, com isso, a desvirtuação do espaço. Na busca insana pelo aumento dos lucros e do poder

da classe dominante, o meio ambiente é um dos mais afetados com perdas de áreas de proteção por mudanças maliciosas nas legislações ambientais para favorecer o grande capital com o aumento de áreas agrícolas e de pecuárias para produção de commodities em escala industrial global.

São inúmeros os impactos ambientais decorrentes do processo de globalização, desde o empobrecimento dos solos, assoreamento de cursos d'água, diminuição de áreas de florestas e da biodiversidade; há perdas de conhecimento sobre substâncias de poder farmacológico e nutricionais ainda não descobertos. Com igual gravidade, ainda devemos nos atentar ao acelerado processo de aquecimento global, que também é agente ativo nas mudanças climáticas. Todos esses impactos, dentre outros, devem ser discutidos e analisados no processo educativo, a fim de promoverem a construção de um conhecimento crítico sobre o processo de globalização e da ação antrópica em detrimento do meio ambiente.

Isso reflete na gradativa complexidade dos prejuízos socioambientais acelerados, sobretudo, com o fenômeno da globalização, todos os efeitos destrutivos provocados pela sociedade junto ao meio natural acabarão retornando como danos agora gerados da natureza contra a sociedade.

O Brasil tem por vocação sua atuação agropecuária, desde momentos de sua invasão e colonização lusitana até a atualidade; contudo, a ocupação rural sofreu grandes alterações com o passar do tempo. O Brasil, diante do cenário mundial possui destaque por sua grande produtividade agropecuária e de outras matérias-primas extrativas, mas sua população e o meio ambiente são os mais prejudicados pelos efeitos da lógica imposta pelo capitalismo globalizado. Perante esse cenário Navarro (2020) se posiciona da seguinte forma:

Em decorrência, não obstante manter em muitos países de tradição agrícola uma robusta força econômica (ou até crescendo notavelmente, como no caso brasileiro), o “mundo rural” vem se tornando uma luz sem incandescência e atratividade como local de moradia e trabalho, e se apagando como o domínio, antes duradouro e numericamente majoritário, das diversas coletividades de indivíduos. Em uma síntese simplificadora, o social foi se ausentando dos contextos rurais, e permaneceu apenas o econômico. Um dos efeitos dessa mudança foi também deixar de motivar, como no passado, os pensadores, as autoridades e suas políticas, ou, ainda, o imaginário humano em geral... (NAVARRO, 2020, p. 9 e 10)

Ainda entre os impactos ocasionados pelo processo de globalização, ocorreu o êxodo rural da população economicamente desfavorecida. Forçada a procurar a sobrevivência no meio urbano, uma vez que a concentração fundiária e a mecanização rural imperaram fortemente nas últimas décadas. Sobre essa transição no espaço rural Navarro (2020) enuncia alguns questionamentos:

Essa transição espacial, mas também sociocultural e política, entre o campo e a cidade, ou entre o rural e o urbano, tem ocasionalmente atraído alguns lampejos explicativos das Ciências Sociais, pois suas causas principais nem sempre são as mesmas, seja entre países, seja entre os estudiosos e suas interpretações. O que teria prevalecido – seriam os chamados fatores de expulsão, como a impossibilidade de apropriar-se de uma parcela de terra, garantindo a subsistência da maioria pobre das famílias rurais, quando a estrutura da propriedade já era totalmente privada e, frequentemente, também concentrada nas mãos de poucos proprietários? Ou seriam os fatores de atração, quando as notícias anunciavam um novo eldorado urbano, estimulando expressivas proporções de famílias rurais pobres a deixarem o campo? Ou então seriam ambos os fatores, como parece ser o caso brasileiro, em especial a partir do final dos anos sessenta e, sobretudo, durante a década de 1970? (NAVARRO, 2020, p. 16)

Diante de todas essas reverberações do mundo globalizado, alguns questionamentos são inerentes ao processo educacional e da ação docente. Segue alguns. Em qual momento no processo educacional o discente é apresentado aos elementos de construção do pensamento crítico? Como construir um pensamento que emancipe o indivíduo dos vícios de reprodução automática dos conhecimentos transmitidos no decorrer da existência humana, sem análise e conexão com a realidade vivenciada? É importante a reflexão sobre o sistema educacional vigente, ele contribui para a tomada de consciência do educando? Ou cumpre o papel que lhe foi atribuído a anos de sustentação e permanência histórica do modelo de acumulação e exploração, que tem por base o lucro de poucos, em detrimento de muitos? Como afirma Althusser (1970), “a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam (saberes práticos), mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da (prática) desta.” (ALTHUSSER, 1970, p. 22)

A Educação é de fato libertadora levando o discente à construção do pensamento crítico, um pensamento que emancipe o indivíduo dos vícios de reprodução automática, quando tratada em oposição do status quo.

Porém, no atual currículo escolar em nenhum momento do processo educativo é perceptível qualquer preocupação em tornar o educando um ser consciente ambientalmente, excluindo ações pontuais realizadas por professores mais conscientes. Levar o aluno a repensar sua relação com a natureza apoiado por mudanças nas técnicas de exploração atuais é de extrema importância, pois segundo Santos (2008) “Decerto, o que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje.” (SANTOS, 2008, p. 14). As técnicas utilizadas para aumento da exploração vêm sendo desenvolvidas e aperfeiçoadas há muito tempo e isso contribui para mudanças muito rápidas na maneira que o homem consome os recursos naturais sem reflexão sobre o que vai restar para as gerações futuras.

É perceptível o distanciamento do aluno com o meio ambiente em seu entorno, pois ele sozinho não percebe que é parte constituinte e agente modificador desse meio.

Um dos fatos pelo qual isso ocorre, é falta de sentimento e pertencimento ao espaço e por consequência, a não construção de afinidade com o meio que o cerca.

Nesse sentido, o professor e a escola têm papel fundamental na leitura crítica que os educandos fazem do mundo onde vivem; é preciso que essa visão crítica se difunda gerando alunos que conscientes do seu papel na sociedade possam cobrar estas mudanças significativas na maneira como utilizamos e agimos sobre o meio ambiente. Essas mudanças podem principiar de ações pequenas e simples, como promover a coleta seletiva de materiais nas escolas, nos arredores e espaços de vivências dos alunos, até a cobrança junto a representantes do legislativo e executivo municipais para destinação correta desses materiais.

Diante de todo o exposto torna-se evidente a função primordial do entendimento dos conceitos miltonianos de espaço, paisagem, território e meio técnico-científico informacional aliados a uma prática docente libertadora que por meio do ensino de Geografia proporcione a proximidade e afinidade com o meio. Só dessa forma os alunos passarão a compreender os seus lugares e seus papéis transformadores, se tornarem conscientes das ações antrópicas que podem ser causadoras de desastres naturais de diferentes magnitudes.

Com a intenção de concluir nossas reflexões sobre a importância do pensamento de Milton Santos para o ensino de Geografia voltado a prevenção de desastres naturais, podemos dizer que somente por meio da construção de um projeto de escola pública de qualidade para atender a quantidade, será possível promover uma aprendizagem conscientizadora e transformadora. Tanto da Geografia, quanto das demais disciplinas que compõem o currículo escolar da educação básica.

O entendimento da concepção de espaço miltoniana é fundamental para o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem conectado com os problemas econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais, credenciado para promover a relação entre a teoria e a prática no espaço escolar. No mundo de hoje, o ensino de aplicação técnico-científica é de grande valia para formarmos nossos alunos com conhecimentos sobre ciência, tecnologia, informação, inovação, conhecimentos geográficos e compromisso social para construir a consciência socioambiental necessária ao desenvolvimento de ações concretas para a redução de risco de desastres naturais e a consecução de uma sociedade resiliente e justa.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1970.
- BERNARDES, A. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- KOBIYAMA, Masato et al. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. - 1ª ed. - Curitiba: Organic Trading, 2006.
- MAGNONI JÚNIOR, L. A educação e ensino de geografia de qualidade para a construção de uma sociedade democrática e resiliente. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XXII, n. 01, p. 179-198 jan/dez, 2018.
- MORANDI, Sonia. **Espaço e técnica**. São Paulo. Copidart, 2003.
- NAVARRO, Z. S. de. **A economia agropecuária do Brasil: a grande transformação**. Área de Informação da Sede-Livro científico (ALICE). São Paulo: Baraúna, 2020.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 10)
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. [S.l: s.n.]. São Paulo, 1994.
- Tuan, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. - 1930. tradução: Livia de Oliveira. – Londrina: Eduel, 2015. [livro eletrônico]

---

# USO DO TERRITÓRIO E ATIVIDADE INDUSTRIAL: ZONAS DE DENSIDADE E RAREFAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS<sup>1</sup>

TERRITORY USE AND INDUSTRIAL ACTIVITY: ZONES OF DENSITY AND RAREFATION IN THE STATE OF ALAGOAS

USO DEL TERRITORIO Y ACTIVIDAD INDUSTRIAL: ZONAS DE DENSIDAD Y RAREFACIÓN EN EL ESTADO DE ALAGOAS

Clevisson José da Silva<sup>2</sup>

Dhiego Antonio de Medeiros<sup>3</sup>

Antonio Alfredo Teles de Carvalho<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar a densidade e rarefação da atividade industrial no estado de Alagoas à luz de uma leitura geográfica. A metodologia compreendeu a pesquisa bibliográfica, centrada nas proposições sobre método, espaço geográfico, território usado, formação territorial e econômica de Alagoas, rede urbana e organização espacial da indústria alagoana; e a pesquisa documental, com levantamentos de dados e publicações de órgãos oficiais públicos e privados. Os principais resultados revelam que: a) a atividade industrial em Alagoas é desigualmente concentrada no território e se reflete na hierarquia urbana a partir dos seus principais centros; b) a organização da rede urbana e os fatores de localização industrial são variáveis essenciais para compreensão da atual organização espacial da indústria no estado; c) a densidade industrial em Alagoas é relativa, mesmo aqueles centros considerados densos ainda são pontos letárgicos se comparados com a realidade nacional e até mesmo regional.

**Palavras-chave:** Território usado. Organização espacial da indústria. Centralidade urbana. Processo de industrialização.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the density and rarefaction of industrial activity in the state of Alagoas in the light of a geographical reading. The methodology comprised the bibliographic research, centered on propositions about method, geographic space,

---

1 Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Geografia - Milton Santos 20 anos depois: Desafios de uma herança intelectual. Evento remoto realizado em novembro de 2021.

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e integrante do Grupo Josué de Castro de Pesquisas Territoriais (GJC/UFAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8680-2917>. E-mail: [clevissonsilva@usp.br](mailto:clevissonsilva@usp.br).

3 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo n.º 20/08530-2). Professor Assistente da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal/Campus V). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8648-3960>. E-mail: [dhiego.medeiros@uneal.edu.br](mailto:dhiego.medeiros@uneal.edu.br).

4 Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pesquisador líder do Grupo Josué de Castro de Pesquisas Territoriais (GJC/UFAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9931-8243>. E-mail: [acarvalho@igdema.ufal.br](mailto:acarvalho@igdema.ufal.br).

used territory, territorial and economic formation of Alagoas, urban network and spatial organization of the Alagoas industry; and documental research, with data collection and publications from public and private official bodies. The main results reveal that: a) industrial activity in Alagoas is unequally concentrated in the territory and is reflected in the urban hierarchy from its main centers; b) the organization of the urban network and the factors of industrial location are essential variables for understanding the current spatial organization of the industry in the state; c) the industrial density in Alagoas is relative, even those centers considered dense are still lethargic points compared to the national and even regional reality.

**Keywords:** Territory used. Spatial organization of industry. Urban centrality. Industrialization process.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo analizar la densidad y rarefacción industrial en el estado de Alagoas a la luz de una lectura geográfica. La metodología comprendió la investigación bibliográfica, centrada en proposiciones sobre método, espacio geográfico, territorio utilizado, formación territorial y económica de Alagoas, red urbana y organización espacial de la industria alagoana; e investigación documental, con recopilación de datos y publicaciones de organismos oficiales públicos y privados. Los principales resultados revelan que: a) la actividad industrial en Alagoas está desigualmente concentrada en el territorio y se refleja en la jerarquía urbana a partir de sus principales centros; b) la organización de la red urbana y los factores de localización industrial son variables esenciales para comprender la actual organización espacial de la industria en el estado; c) la densidad industrial en Alagoas es relativa, incluso aquellos centros considerados densos siguen siendo puntos letárgicos frente a la realidad nacional e incluso regional.

**Palabras clave:** Territorio utilizado. Organización espacial de la industria. Centralidad urbana. Proceso de industrialización.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Conforme a proposição de Santos (1996) é o uso do território que faz dele objeto de análise social e, portanto, de análise geográfica. O território é usado por diversos agentes, empreendendo múltiplas ações fundamentadas em seus interesses e princípios particulares. Destacam-se os usos empreendidos pela sociedade civil, pelas empresas, pelos agentes financeiros e pelo Estado, tornando-se possível elucidar a complexidade das ações desses agentes no território.

O exame dos usos do território alagoano revela os pontos de maior notoriedade da atividade industrial e, portanto, suas zonas de densidade e rarefação. Neste contexto, as dinâmicas inerentes à sua rede urbana, relacionadas à centralidade da atividade industrial e os fatores que influenciam a localização industrial, a exemplo da infraestrutura, normativos



e de execução da produção, são essenciais à compreensão da organização espacial da indústria, pois, pesam na instalação das unidades produtivas. Assim, o presente trabalho tem por objetivo central analisar a densidade e rarefação da atividade industrial no estado de Alagoas à luz de uma leitura geográfica.

Os centros urbanos mais relevantes são aqueles que detêm a maior densidade de atividades econômicas (produtivas e comerciais) pois dispõem das melhores condições à instalação industrial. Portanto, os fatores locais atuam diretamente na organização das indústrias, que se instalam objetivando a minimização dos custos e consequente maximização dos lucros, daí a busca por condições favoráveis à sua instalação e manutenção.

Para o desenvolvimento da pesquisa que resultou no presente trabalho, centrou-se em dois pilares importantes da pesquisa geográfica: a pesquisa bibliográfica focada nas proposições teóricas de Santos (2014) sobre espaço geográfico; Santos (2012) e George (1972) sobre método; Santos (1996), Santos e Silveira (2016), e Souza (2017) sobre território usado; Carvalho (2014) e Medeiros (2013) sobre formação territorial e econômica de Alagoas; Ramos (1979), Ferrari (1985) e Corrêa (1994) sobre a rede urbana alagoana, e Moraes (2012) sobre a organização espacial da indústria em Alagoas.

Uma pesquisa documental, que se balizou na análise das normas, dados secundários e publicações de órgãos oficiais, tanto públicos quanto privados. Tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Alagoas (SEBRAE-AL), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas (SEDETUR-AL) e Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA).

## **AS INFLUÊNCIAS DA HIERARQUIA URBANA NA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM ALAGOAS**

As dinâmicas inerentes à rede urbana do estado de Alagoas refletem as centralidades<sup>4</sup> exercidas pelos diversos núcleos urbanos, que foram mudando de direção e reconfigurando a rede, traçando novas formas de organização, não raro influenciadas pelas atividades econômicas desenvolvidas ao longo da sua história. Pois, as principais cidades que configuram a hierarquia urbana são também as que possuem a economia mais dinâmica, detentoras de maiores regiões de influência, atribuídas por suas capacidades de oferecer, principalmente, serviços dos mais variados e emprego.

Logo, os centros de maior desempenho em Alagoas são aqueles que concentram as maiores infraestruturas de serviços, amplo comércio e unidades industriais. Nessa direção, Carvalho (2014, p. 32) enfatiza que:

Os grandes municípios têm áreas de influência que correspondem às suas capacidades de oferecer serviços médicos, bancários, educacionais e comerciais às localidades vizinhas, transformando-se assim em centros dinâmicos sub-regionais, como são os casos de Arapiraca, na região fumageira; Delmiro, no Sertão; Palmeira dos Índios no Agreste; ou Penedo e Coruripe, no litoral sul.

Os principais centros concentram as atividades econômicas que empregam grande parte da população de sua região de influência, possuindo um grande fluxo de pessoas, transportes e capital, além da oferta de amplo comércio e disponibilidade de serviços essenciais, como hospitais bem equipados na área da saúde, universidades públicas e privadas na área da educação, e a presença dos principais órgãos públicos na área administrativa, concentrando ainda os maiores quantitativos de instalação industrial.

Em seu estudo clássico sobre a rede urbana de Alagoas, Corrêa (1969, p. 30) mostra que “os meios de transporte tiveram um papel decisivo na vida urbana de Alagoas e na sua evolução, colocando no ápice da organização urbana, Maceió e, mais abaixo, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Penedo”. Explicando ainda que:

Esta evolução processou-se em três fases e, em cada uma delas, destacaram-se algumas cidades que desempenharam importantes funções, as quais eram condicionadas pela preeminência de um determinado meio de transporte: navegação fluvial e marítima, ferrovia ou rodovia. Assim, tiveram importância no passado, desde o período colonial até o advento da República as velhas cidades do litoral, posteriormente as cidades “ponta de trilhos”, e atualmente as cidades nós rodoviários. O papel exercido por esses centros urbanos, em cada uma das três fases, ficou estampada na paisagem das cidades, na organização de seu espaço urbano e na vitalidade ou obsolescência de suas funções. (CORRÊA, 1969, p. 30-31).

Corrêa (1969) oferece elementos coerentes para análise da rede urbana, identificando diversos fatores que influenciam na definição e redefinição da hierarquização das cidades, considerando o crescimento populacional mediante as migrações campo-cidade, as infraestruturas de transportes e principalmente a ampliação qualitativa e quantitativa das funções das cidades como elementos essenciais no processo de definição da ordem hierárquica. Dentre os exemplos da importância desses elementos na definição da posição das cidades na hierarquia urbana estão, no caso de Maceió suas funções administrativa e portuária e no caso de Arapiraca a importância das rodovias para sua afirmação como segundo principal centro do estado e ainda sua função decisiva na oferta de comércio e serviços.

A esse respeito, Medeiros (2013, p. 174) aponta que “por apresentar uma rede urbana desnivelada, Alagoas possui um restrito conjunto de cidades exercendo maior influência socioeconômica sobre outras, além de concentrar atividades novas”. A assertiva de Medeiros (2013) em evidenciar as limitações da rede urbana alagoana mediante a pequena quantidade de centros de expressão proporciona uma maior compreensão da realidade urbana do estado. Para o Leste do estado o mais importante centro é Maceió, que gozando do posto de capital do estado executa diversas funções urbanas e exerce influência para um grande número de cidades ao longo dos anos. Já para o Oeste essas relações são mais dinâmicas, os centros importantes são mais numerosos, embora menores em expressão, conhecendo algumas mudanças na posição da hierarquia a partir das transformações ocorridas ao passar dos anos.

Ainda nessa perspectiva, Ferrari (1985) evidenciou brilhantemente as transformações ocorridas na organização espacial do interior alagoano que possibilitaram a redefinição dos centros urbanos. Para tanto, considera que as atividades econômicas desenvolvidas nos centros de expressão urbana tiveram papel decisivo nas mudanças espaciais. Assim, os centros urbanos do Agreste e do Sertão de Alagoas<sup>5</sup> passaram ao longo da história por três etapas; a primeira é marcada pela notoriedade dos centros localizados ao longo do Rio São Francisco, com destaque para Penedo; a segunda é marcada pela expansão da rede ferroviária, favorecendo de maneira direta Palmeira dos Índios<sup>6</sup>, que adquiriu posição de importância na hierarquia urbana e centralizou por um longo período a economia dessa região; já a terceira etapa é marcada pelo surgimento de Arapiraca como o principal centro urbano do Agreste, superando inclusive Palmeira dos Índios.

[...] seria muito difícil a Palmeira dos Índios permanecer com a centralização anteriormente conquistada, com base na atividade comercial, na medida em que quase todos os municípios passaram a ter novos equipamentos comerciais para atender à comercialização de suas produções. [...] Por outro lado, ao ser redefinida a organização da produção, uma ‘nova’ área, Arapiraca, passa a comandar e a centralizar as atividades urbanas anteriormente existentes em Palmeira dos Índios. (FERRARI, 1985, p. 88).

Ainda em conformidade com Ferrari (1985), a conquista e afirmação de Arapiraca como centro de expressão é resultado de um conjunto de fatores que transformaram a organização do espaço do Agreste, podendo ser destacadas principalmente a presença da policultura, a cultura e o beneficiamento do fumo<sup>7</sup>, além da importância da feira livre<sup>8</sup>. Outro fator que permitiu a manutenção de Arapiraca no posto de principal centro do Agreste foram as rodovias<sup>9</sup>, pois estando localizada no “centro” do estado usufrui de uma posição geográfica favorável principalmente para as atividades comerciais e industriais, permitindo um maior poder de distribuição.

Ferrari (1985, p. 90) mostra que,

A expansão rodoviária que tomou de assalto o país como um todo, atingiu Alagoas em sua parte central, no sentido leste-oeste, beneficiando principalmente Arapiraca. Esta cidade que, após 1947, passou a ser servida pela estrada de ferro procedente de Palmeira dos Índios em direção ao rio São Francisco, tornou-se paulatinamente o mais importante foco de rodovias estaduais, como AL-220, AL-110 e AL-115, com as respectivas interligações à BR-316 ao norte do Estado.

O estudo de Ramos (1979), analisa a rede urbana de Alagoas a partir dos equipamentos sociais básicos em cidades de pequeno porte, verificando que Palmeira dos Índios<sup>10</sup> assumiu durante um certo tempo o papel de centro econômico do interior alagoano. No entanto, a

expansão do sistema viário redireciona a atenção anteriormente voltada para o Sertão de Alagoas para novos centros, impactando o crescimento de Palmeira dos Índios e beneficiando os centros dotados de rodovias, de maneira mais expressiva a cidade de Arapiraca. Para ela,

[...] Palmeira dos Índios não teve condições de permanecer ou melhor se conservar na posição assumida no Estado até a 1ª metade da década de 60, por não ter uma base econômica forte, uma vez que o período em que o seu desenvolvimento foi maior, este não apresentou uma intensidade capaz de montar uma infraestrutura de serviços que permitisse a consequente atração de outras atividades econômicas, e assim justificasse a sua compatibilização no ritmo de crescimento dos demais centros polarizadores do Estado. (RAMOS, 1979, p. 79).

Arapiraca se caracteriza como um *nó rodoviário* (CORRÊA, 1969), possuindo ligação com as principais rodovias estaduais e federais no estado. Situação que lhe atribui um alto poder de circulação e distribuição de mercadorias, tanto para a parte central do estado como também para os centros sertanejos e litorâneos. Além de facilitar a comunicação com outros centros regionais e nacionais.

Na mais recente edição do estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2018) publicada em 2020, o IBGE identifica a hierarquia das cidades na rede urbana em escala nacional. Para Alagoas o estudo aponta que os centros urbanos que ocupam posições importantes são: Maceió classificada como Capital Regional A, Arapiraca como Capital Regional C; Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares como Centros Sub-Regionais B; e Coruripe, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar, Porto Calvo e Viçosa como Centros de Zona B. A Figura 1 apresenta a classificação adotada pelo IBGE, que se estende de Centros Locais à Metrópoles.



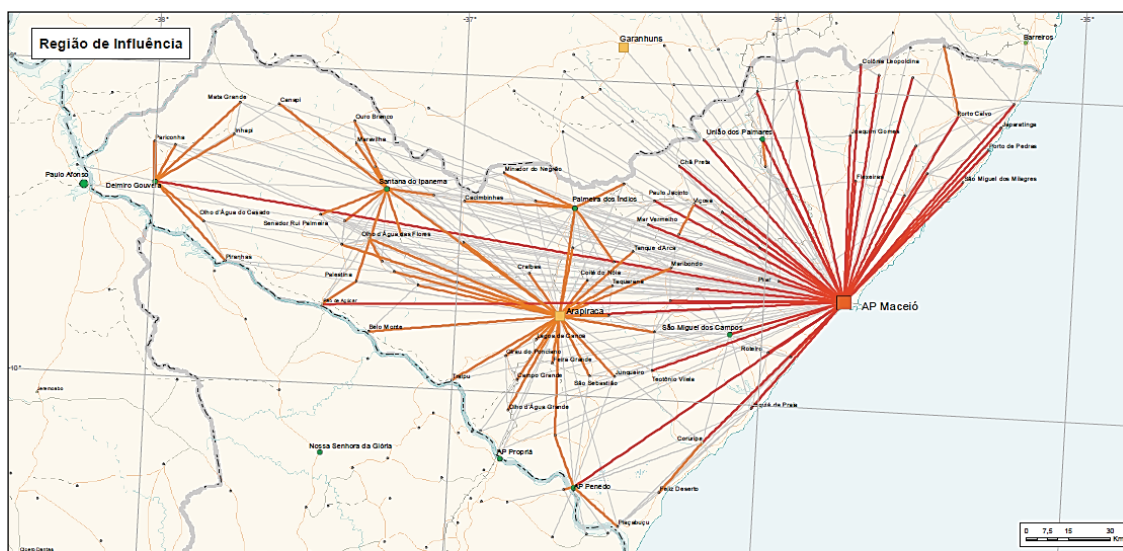
Fonte: IBGE (2020). Elaboração dos autores (2022).

**Figura 1.** Classificação do IBGE para hierarquização dos centros urbanos.

Explicando a classificação de hierarquia adotada pelo IBGE, como apresentado na Figura 1, os centros urbanos podem ser classificados em cinco níveis, e nestes podem ser classificados em dois ou três subníveis, notoriamente o nível de metrópole representa o topo da hierarquia, formado pelos maiores centros do país e de extensa área de influência direta, enquanto o nível de centro local representa a base da hierarquia, formado pelos pequenos centros de influência limitadas aos próprios municípios. O estudo do IBGE está centrado na apreensão das regiões de influência das cidades, não obedecendo aos limites estaduais e possibilitando a presença de cidades de mais de um estado nas regiões de influência.

Nessa hierarquização, a capital alagoana representa o centro com a maior região de influência do estado; no entanto, como uma Capital Regional A é diretamente influenciada pela metrópole do Recife-PE. Assim, tanto a sua região de influência como dos demais centros urbanos destacados não ultrapassam – a grosso modo – os limites estaduais, diferente do que ocorre com os grandes centros do Nordeste brasileiro (Salvador, Recife e Fortaleza) que influenciam regiões em um raio que ultrapassa os limites de seus estados.

As regiões de influência das cidades alagoanas representadas na Figura 2 refletem a importância que cada centro urbano exerce no território. Verifica-se, portanto, que Maceió e Arapiraca representam os dois principais do estado. O primeiro desfruta da condição de capital da Unidade Federativa, influenciando todo o território e de maneira mais expressiva os centros mais próximos, representado um verdadeiro *centro de gestão do território*<sup>11</sup> (CORRÊA, 1995), já o segundo desfruta de condições privilegiadas de localização e infraestrutura de transportes, situação que possibilitou o seu crescimento econômico e afirmação como o segundo maior e mais importante centro urbano do estado.



Fonte: IBGE (2020). Adaptação dos autores (2022).

**Figura 2.** Alagoas: regiões de influência das cidades (2018).

Com base na organização da rede urbana, a divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias reafirma o poder de centralidade exercido por

alguns centros urbanos nos territórios, atribuindo para Alagoas as regiões intermediárias de Maceió e de Arapiraca, que baseadas em influências de diferentes níveis concentram nos centros polo ampla variedade de atividades econômicas, ofertando aos centros menores os mais variados serviços e produtos.

As reorganizações da rede resultam sobretudo das transformações econômicas conhecidas pelo território alagoano ao longo da sua formação. Deste modo, sobressaem cidades com diferentes níveis de importância na hierarquia urbana, cada uma com sua relevância, algumas adquirem importância em decorrência das funções que desempenham e outras pelo fator de proximidade com os principais centros.

## **A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA INDUSTRIAL NO TERRITÓRIO ALAGOANO**

Os centros urbanos de expressão relevante são aqueles que detêm a maior densidade de atividades econômicas, tanto produtivas quanto comerciais, por isso sua análise permite a explicação da concentração industrial em Alagoas. Para tanto, a adoção da divisão em Regiões Geográficas Imediatas como uma maneira de explicação da organização espacial da indústria se configura como um instrumento metodológico coerente.

Neste contexto, os fatores condicionantes da localização industrial são essenciais à compreensão da concentração das indústrias, pois influenciam na instalação das unidades produtivas. Dentre eles sobressaem os fatores de infraestrutura, como a capacidade energética, a disposição de água e de vias de escoamento; os fatores normativos, relacionados aos incentivos governamentais e programas de financiamento; e os fatores de execução da produção, como disposição de mão de obra (força de trabalho), facilidades na aquisição de matérias-primas e proximidade com o mercado consumidor.

A questão energética<sup>12</sup> merece destaque, pois no caso de Alagoas é um dos principais problemas enfrentados pelo setor produtivo, em especial pelas indústrias. A deficiência energética, conforme Lacoste (1979), é um dos principais caracteres do subdesenvolvimento e, para o presente estudo, pode ser considerada uma das limitações para o desenvolvimento da atividade industrial no Estado de Alagoas.

Assim, a organização espacial da indústria em Alagoas segue a ordem dos principais centros urbanos do estado, são eles que dispõem dos fatores de localização, situação comprovada pela verificação do maior número de unidades produtivas neles instaladas. No caso alagoano, os dois principais centros industriais são os mesmos mais bem posicionados na hierarquia urbana (Maceió e Arapiraca) pois dispõem das melhores condições à instalação industrial.

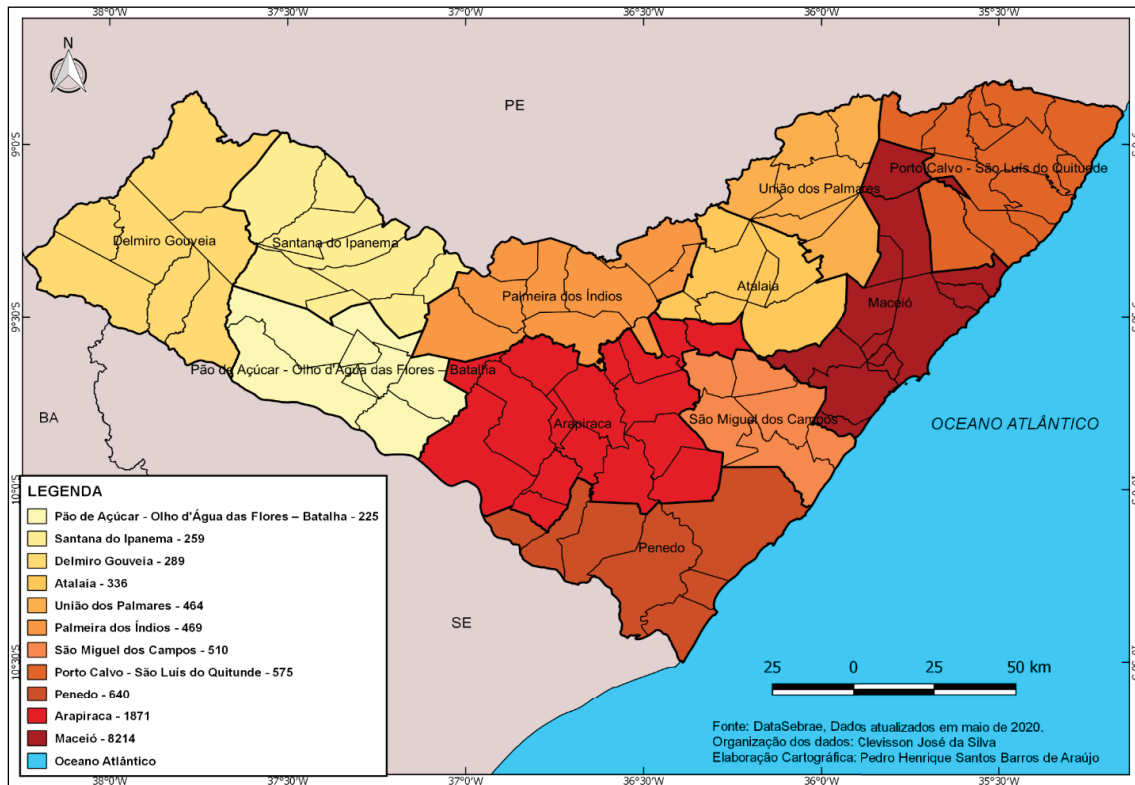
A organização espacial da indústria nordestina é resultante de uma atuação empresarial voltada às condições espaciais favoráveis. A indústria da região possui grande influência do poder público, que a partir da sua capacidade de dotar o território de infraestrutura, tem o poder de favorecer a instalação industrial e, por conseguinte, interferir na sua organização espacial, conforme assegurou Moraes (2012, p. 214):

A nova industrialização do Nordeste brasileiro está baseada na mesma ótica global de reestruturação do capital que busca constantemente oportunidades de superlucro. Daí essas indústrias migrarem para espaços ‘vazios de práticas capitalistas’, onde sejam maiores as vantagens com a oferta de incentivos fiscais, baixo custo da mão-de-obra assalariada, menor resistência organizada do trabalho (sindicatos), crescentes mercados consumidores, etc.

Considerando as especificidades do processo de urbanização brasileira – urbanização terciária – e, portanto, as suas relações intrincadas com o processo de industrialização, verificou-se que os centros urbanos de maior importância são os mesmos que concentram as unidades industriais, representando suas dinâmicas a partir dos números de empreendimentos que são abrigados em decorrência da disposição de condições favoráveis.

A instalação industrial voltada para esses fatores de localização reflete um processo de industrialização desigualmente organizado pelo território, promovendo a concentração das indústrias nos locais mais bem-dotados de condições estruturais, políticas e de funcionamento. Neste sentido, visando uma análise da dinâmica industrial em Alagoas a partir da densidade e da rarefação<sup>13</sup> da indústria, apresenta-se a seguir uma análise dos dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal do Brasil (RFB) disponíveis no Portal DataSebrae<sup>14</sup>, norteando-se pela divisão do estado em regiões geográficas conforme proposta do IBGE já referida.

De acordo com os dados do DataSebrae, espacializados na Figura 3, o estado de Alagoas possuía em maio de 2020 um total de 13.852 empresas industriais ativas, distribuídas pelos 102 municípios. Desse quantitativo o equivalente a aproximadamente 59% das empresas industriais do estado localizava-se na Região Geográfica Imediata de Maceió e o equivalente a aproximadamente 14% localizava-se na Região Geográfica Imediata de Arapiraca. A região imediata de Penedo concentrava aproximadamente 5%, as regiões imediatas de São Miguel dos Campos e de Porto Calvo/São Luís do Quitunde concentravam aproximadamente 4% cada, as regiões imediatas de Palmeira dos Índios e de União dos Palmares concentravam aproximadamente 3% cada, enquanto que as regiões imediatas de Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia, Atalaia e Pão de Açúcar/Olho d'Água das Flores/Batalha possuíam aproximadamente 2% cada.



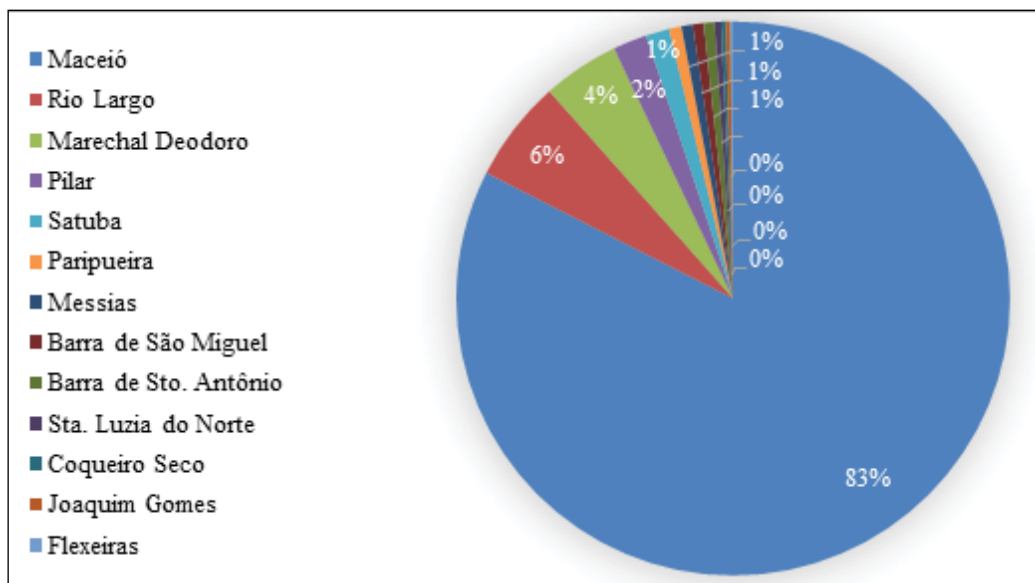
Nota: Na legenda, os números presentes na frente do nome de cada Região Geográfica Imediata representam a quantidade exata de empresas industriais.

**Figura 3.** Alagoas: regiões de influência das cidades (2018). Alagoas: concentração de empresas industriais por Região Geográfica Imediata (2020).

A região imediata de Maceió concentra o maior quantitativo industrial dentre todas as regiões do estado. O Gráfico 1 apresenta a concentração industrial nessa região, onde é verificável que o município de Maceió é o que centraliza a maioria das indústrias da região, representando 83% do total. Os outros municípios possuem números bem menores, dentre eles destacam-se aqueles influenciados pelo fator proximidade com Maceió, como Rio Largo que concentra 6% e Marechal Deodoro que concentra 4%.



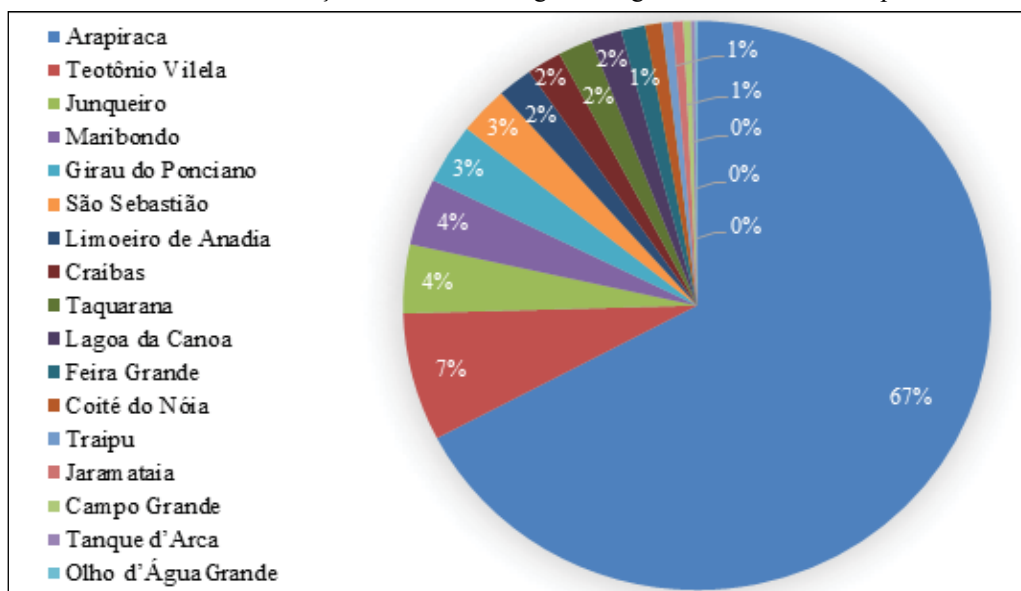
**Gráfico 1.** Concentração Industrial na Região Geográfica Imediata de Maceió.



Fonte: DataSebrae (2020). Elaboração dos autores (2022).

Já a região imediata de Arapiraca concentra o segundo maior quantitativo industrial do estado. O Gráfico 2 demonstra que o maior centro industrial dessa região é o município de Arapiraca que concentra 67% das empresas industriais. Já os demais municípios possuem números irrisórios, com poucas indústrias se comparado aos principais centros, exemplo disso é Campo Grande, Tanque d'Arca e Olho d'Água Grande que não alcançam nem 1% cada.

**Gráfico 2.** Concentração Industrial na Região Geográfica Imediata de Arapiraca.



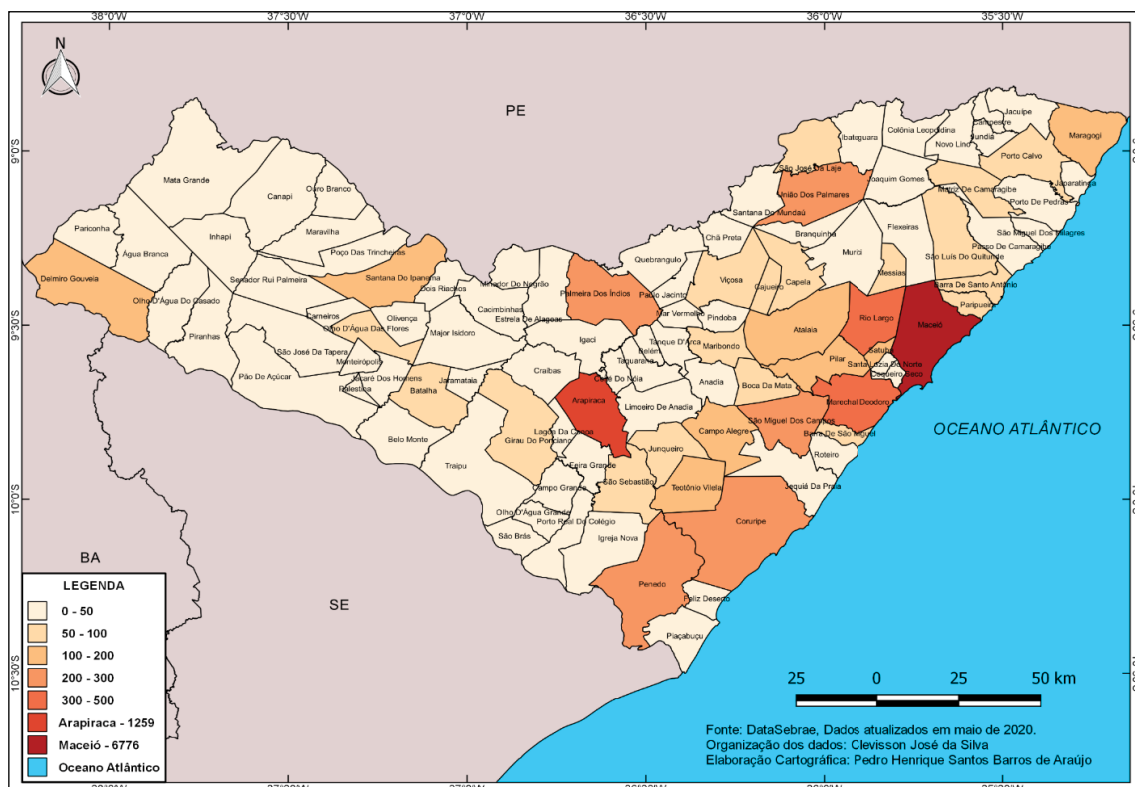
Fonte: DataSebrae (2020). Elaboração dos autores (2022).

Além das regiões imediatas de Arapiraca e de Maceió, o estado ainda conta com outras nove regiões, que possuem uma representatividade muito restrita no que se refere a atividade industrial. Nestas regiões as cidades polos<sup>15</sup> concentram a maioria das indústrias e os centros urbanos que recebem influências delas representam porcentagens irrisórias.

Na região de Penedo que possui 640 empresas industriais, os maiores números são de Penedo (279 unidades) e Coruripe (218 unidades). Na região de Porto Calvo/São Luís do Quitunde que detêm um total de 575 empresas industriais, os municípios de Maragogi (148 unidades) e Porto Calvo (85 unidades) concentram a maioria. Na região de São Miguel dos Campos, que conta com 510 empresas industriais, os maiores números estão em São Miguel dos Campos (236 unidades) e Campo Alegre (106 unidades). Na região de Palmeira dos Índios, que tem 469 empresas industriais, possui uma maior concentração os municípios de Palmeira dos Índios (295 unidades) e Major Isidoro (47 unidades). Na região de União dos Palmares que possui 464 empresas industriais, União dos Palmares (204 unidades) e Murici (96 unidades) concentra a maioria das atividades industriais. Na região de Atalaia que possui 336 empresas industriais, são os municípios de Atalaia (115 unidades) e Viçosa (70 unidades) que possuem os maiores números.

Na região de Delmiro Gouveia que possui 289 empresas industriais, os municípios de Delmiro Gouveia (174 unidades) e de Piranhas (50 unidades) concentram a maior quantidade. Na região de Santana do Ipanema que conta com 259 empresas industriais, a maior concentração industrial está em Santana do Ipanema (165 unidades) e Ouro Branco (29 unidades). Já a região de Pão de Açúcar/Olho d'Água das Flores/Batalha que concentra 225 empresas industriais, os municípios de Olho d'Água das Flores (64 unidades) e Batalha (59 unidades) possuem os maiores números.

Os dados apresentados revelam que a atividade industrial em Alagoas é concentrada principalmente nas regiões imediatas de Maceió e de Arapiraca, afora isso a concentração industrial apresenta-se com maior foco nas cidades polos de suas respectivas Regiões Geográficas Imediatas. Para uma análise pormenorizada, verifica-se na Figura 4 a concentração de empresas industriais por município da Unidade Federativa, reafirmando ainda mais a densidade industrial nos principais centros urbanos do estado.



**Figura 4.** Alagoas: concentração de empresas industriais por município (2020).

De acordo com a Figura 4, o estado de Alagoas apresenta uma maior densidade de atividades industriais na parte Leste, marcadamente a Região Geográfica Intermediária de Maceió, sobretudo na capital do estado e nos municípios vizinhos, que contam com o forte poder de atração exercido pela capital em decorrência da oferta das condições mais propícias à instalação industrial.

Já a parte Oeste ou Região Geográfica Intermediária de Arapiraca, apresenta uma densidade menor se comparada à região litorânea, possuindo uma maior concentração na parte agrestina, sobretudo nos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, enquanto a parte sertaneja é marcada pela rarefação da atividade industrial, estando as poucas atividades localizadas nos principais centros urbanos, como Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema.

Importante destacar que a indústria da região intermediária de Arapiraca possui na maioria dos casos um perfil de indústria local, frequentemente de iniciativas familiares e por isso com maior proximidade com os projetos locais. Diferente disso, as indústrias da região intermediária de Maceió representam em maior número empresas externas, sejam regionais, nacionais ou internacionais, o que lhes atribui um perfil predatório, frequentemente em busca de melhores condições à realização dos superlucros, sendo assim alheios aos interesses locais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na interface da rede urbana alagoana, os principais centros urbanos conheceram diversas mutações ao decorrer dos anos, o que possibilitou que alguns fossem superados por outros anteriormente menos expressivos, realinhando suas posições hierárquicas a partir de crescimentos conhecidos principalmente a partir das atividades comerciais e de serviços.

Essas dinâmicas da rede urbana oferecem pistas significativas à compreensão das diferentes forças econômicas que estimularam a atual densidade industrial, notoriamente mais expressiva nos principais centros urbanos do estado. A propósito, a regionalização do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, publicada pelo IBGE em 2017, considera que os 102 municípios de Alagoas estão distribuídos em 11 regiões imediatas comandadas por suas respectivas cidades polo. Em função da soma dos elementos que definem os níveis de centralidade e hierarquia, dois desses 11 centros formam também as duas regiões intermediárias do estado: Maceió (comandando 52 centros urbanos das suas seis regiões imediatas) e Arapiraca (comandando 50 centros urbanos das suas cinco regiões imediatas).

A atividade industrial em Alagoas é concentrada principalmente nas Regiões Geográficas Imediatas de Maceió e de Arapiraca, afora isso apresenta-se com maior foco nas cidades polos de suas respectivas Regiões Geográficas Imediatas. O estado apresenta uma maior centralidade de atividades industriais na parte litorânea (Leste), marcadamente na Região Geográfica Intermediária de Maceió, sobretudo na capital do estado e nos municípios limítrofes, que contam com o fator de proximidade e com o forte poder de atração exercido pela capital em decorrência da oferta das condições mais propícias à instalação industrial.

Já a Região Geográfica Intermediária de Arapiraca, apresenta uma densidade menor se comparada à região litorânea, possuindo uma maior densidade no agreste do estado (área central de Alagoas), sobretudo nos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, do que no sertão, que é marcado pela rarefação da atividade industrial, estando as poucas atividades localizadas em Delmiro Gouveia e de Santana no Ipanema, seus principais centros.

A indústria do estado em questão é desigualmente concentrada no território e se reflete na hierarquia urbana a partir dos seus dois principais centros – nos planos populacional e econômico – que possuem a maior densidade de atividades. Deste modo, a organização da rede urbana é uma das principais variáveis para compreensão da atual organização espacial da indústria no estado, acrescentando-se a isso os fatores de localização industrial, essenciais à compreensão da densidade da atividade, destacando-se os fatores de infraestrutura, normativos, e os de execução da produção.

No entanto, ressalta-se que a densidade industrial em Alagoas é relativa, pois mesmo aqueles centros considerados densos, no que se refere ao número de unidades industriais, ainda são pontos letárgicos se comparados com a realidade nacional e até mesmo regional. Logo, as zonas de densidade são referentes aos níveis de concentração industrial do próprio estado, que possui frações do território com uma maior densidade de atividades industriais tendo em vista recebem maiores investimentos governamentais.

## NOTAS

4 A ideia de centralidade é oriunda da “teoria das localidades centrais” elaborada pelo geógrafo alemão Walter Christaller, publicada originalmente em 1933. A esse respeito, consultar Christaller ([1933] 1966).

5 Ferrari (1985, p. 44) destaca que “os núcleos urbanos desta área surgem em função da concentração populacional propiciada pelo desenvolvimento da cultura algodoeira. Localizavam-se ao longo dos rios navegáveis, substituídos, onde não havia, pelos caminhos de gado”.

6 Para a região de Palmeira dos Índios é necessário destacar a participação da fruticultura como atividade econômica de grande expressão, sobre isso consultar o estudo de Nascimento (1993) que realiza estudo das culturas de frutas nessa região, analisando a participação dos produtores locais para a economia a partir da pequena produção.

7 A esse respeito consultar os estudos de Barbosa (1982) e A. P. T. Santos (2014).

8 De acordo com Firmino (2015, p. 146), “A feira livre de Arapiraca passou a se destacar não somente a nível local, ganhou grande importância como atividade econômica da cidade e da sub-região Agreste, ultrapassando até os limites estaduais”.

9 Conforme destaca Santos (2019, p. 121), “A intensa dinâmica atraiu força de trabalho de diversos pontos de Alagoas, demandando uma articulação mais consolidada nos meios de transporte, que movimentariam tanto os produtos a serem comercializados, quanto os sujeitos que consumiram tais produtos, Arapiraca teve a confluência das principais rodovias estaduais, e com isso, tornou-se um importante centro rodoviário”.

10 “[...] o núcleo urbano de Palmeira dos Índios conheceu um período de maior desenvolvimento ocasionado pela existência de uma rede de transportes que lhe assegurou uma transitória prosperidade econômica, pela relativa facilidade de acesso a mercadorias de interesse do mercado internacional, o algodão. Porém, a dependência de decisões externas condicionou a fragilidade das suas estruturas econômicas, uma vez que o período de progresso não foi suficientemente longo para solidificá-las e assim garantir o ritmo do seu processo de desenvolvimento” (RAMOS, 1979, p. 81).

11 De acordo com Corrêa (1995, p. 83): “O centro de gestão do território, por outro lado, é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas”.

12 A fragilidade energética alagoana pode ser verificada a partir da análise dos dados apresentados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) em publicação intitulada Balanço energético do estado de Alagoas, sobre isso consultar ALAGOAS (2019).

13 Considerando as desigualdades territoriais, Santos e Silveira (2016) propõem pares dialéticos para sua análise, como é o caso da densidade e rarefação aqui referidas, ou ainda da fluidez e viscosidade, dos espaços de rapidez e de lentidão, dos espaços luminosos e dos opacos e ainda dos espaços que mandam e dos que obedecem.

14 Disponível no endereço eletrônico: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas>. Destaca-se que os registros de empresas industriais do DataSebrae englobam tanto as próprias indústrias de transformação como também as empresas de serviços industriais.

15 Conforme apresentado em IBGE (2017) a regionalização do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias baseia-se na identificação das cidades polos e dos municípios a elas vinculadas.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Balanco energético do estado de Alagoas 2019**. Ano base 2018. Maceió: SEDETUR, 2019. Disponível em: <http://www.sedetur.al.gov.br/balanco-energetico/category/63-balanco-energetico>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

BARBOSA, Silvette. **Cultura fumageira e mobilidade da força de trabalho em Arapiraca – Alagoas**. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 6. ed. Maceió: Edufal, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobado. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros [AGB]**, São Paulo, v. 15 (1962-1964), p. 27-46, 1969.

CORRÊA, Roberto Lobado. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia [RBG-IBGE]**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, jan./mar., 1995, p. 83-102.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany**. Tradução de Carlisle W. Baskin. New Jersey: Prentice-Hall/Englewood Cliffs, [1933] 1966.

FERRARI, Onorina Fatima. **A organização espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: a redefinição dos centros urbanos**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE – a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**, Coordenação de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas/](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/). Acesso em: 10 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro, Coordenação de Geografia, IBGE, 2020. Disponível

em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2021.

LACOSTE, Yves. **Os países subdesenvolvidos**. 14. ed. Tradução de Diva Benevides Pinho. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1965.

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana**: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORAIS, Odilon Máximo de. **Organização espacial da indústria nordestina**: o Ceará e Alagoas em um novo contexto. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, Alvacy Lopes do. **A fruticultura na região de Palmeira dos Índios**: trabalho de pequenos produtores em Alagoas. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1993.

RAMOS, Vanda Ávila. **Equipamentos sociais básicos em cidades de pequeno porte** – estudo aplicado à rede urbana de Alagoas. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1979.

SANTOS, Ana Paula Teodoro dos. **A reestruturação do território da região fumageira de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; ANPUR, 1996. p. 15-20.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

SANTOS, Poliane Camila Lima dos. **Arapiraca e sua expressão enquanto cidade média no contexto regional alagoano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. 2. ed. Arapiraca: Eduneal, 2017.

---

# O ENSINO REMOTO NO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA: POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO PÓS-PANDEMIA<sup>1</sup>

REMOTE TEACHING IN THE TEACHING INTERNSHIP:  
POSSIBILITIES FOR POST-PANDEMIC EDUCATION

LA ENSEÑANZA A DISTANCIA EN LA PRÁCTICA DOCENTE:  
POSIBILIDADES PARA LA EDUCACIÓN POST-PANDEMIA

Bruna Ribeiro Vieira<sup>2</sup>  
Jerusa Cassal de Almeida<sup>3</sup>

**RESUMO:** O estudo em questão deriva-se do relato da experiência de estágio de docência desenvolvido em dupla pelas mestrandas do Programa de Pós-graduação em Geografia pertencente à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O estágio de docência ocorreu de forma remota na disciplina de Gestão, Currículo e Práticas Espaciais. A metodologia utilizada foi uma narrativa sobre as experiências de atuar frente à pandemia adaptando as práticas para esse contexto. Como resultados, em meio às dificuldades de interação inicialmente com a turma analisada, as estratégias elaboradas pelas discentes no contexto da pandemia evidenciam as potencialidades do ensino e aprendizagem dos estudantes neste formato e as práticas realizadas possibilitam reflexões sobre o ensino e a formação dos futuros docentes no pós-pandemia.

**Palavras-chave:** Ensino remoto. Estágio de docência. Pandemia. Covid-19.

**ABSTRACT:** The study in question derives from the report of the teaching internship experience developed in pairs by the master's students of the Postgraduate Program in Geography belonging to the Federal University of Pelotas (UFPel). The teaching internship took place remotely in the discipline of Management, Curriculum and Spatial Practices. The methodology used was a narrative about the experiences of acting in the face of the pandemic, adapting practices to this context. As a result, amidst the difficulties of initially interacting with the analyzed class, the strategies developed by the students in the context of the pandemic highlight the potential of teaching and learning of students in this format and the practices carried out allow reflections on the teaching and training of future teachers in the post-pandemic.

---

1 Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Geografia - Milton Santos 20 anos depois: Desafios de uma herança intelectual. Evento remoto realizado em novembro de 2021.

2 Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestranda do curso de Pós-graduação em Geografia pertencente à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2054-1114>. E-mail: [ribeirovieirabrana@gmail.com](mailto:ribeirovieirabrana@gmail.com).

3 Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestranda do curso de Pós-graduação em Geografia pertencente à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8360-4296>. E-mail: [jerusacassal@hotmail.com](mailto:jerusacassal@hotmail.com).



**Keywords:** Remote teaching. Teaching internship. Pandemic. Covid-19.

**RESUMEN:** El estudio en cuestión deriva del relato de la experiencia de pasantía docente desarrollada en parejas por los estudiantes de maestría del Programa de Posgrado en Geografía perteneciente a la Universidad Federal de Pelotas (UFPel). La pasantía docente se realizó a distancia en la disciplina de Gestión, Currículo y Prácticas Espaciales. La metodología utilizada fue una narrativa sobre las experiencias de actuación frente a la pandemia, adaptando las prácticas a este contexto. Como resultado, en medio de las dificultades de interactuar inicialmente con la clase analizada, las estrategias desarrolladas por los estudiantes en el contexto de la pandemia resaltan el potencial de enseñanza y aprendizaje de los estudiantes en este formato y las prácticas realizadas permiten reflexiones sobre la enseñanza y formación de futuros docentes en la pospandemia.

**Palabras clave:** Enseñanza a distancia. Pasantía docente. Pandemia. COVID-19.

## **INTRODUÇÃO**

A pesquisa em tela retrata as experiências do Estágio de Docência realizado na disciplina: Gestão, Currículo e Práticas Espaciais, sob orientação da professora doutora Liz Cristiane Dias. A referida disciplina não existia anteriormente no currículo do curso de Licenciatura em Geografia pertencente à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). No contexto atual, é uma disciplina obrigatória na grade curricular, assim sendo, é ofertada no segundo semestre e possui quatro créditos. Em vista disso, alguns objetivos desta disciplina são aproximar os graduandos do cotidiano escolar, conhecer o funcionamento da gestão nas escolas, assim como compreender a ação dos agentes espaciais que também interferem no âmbito escolar. Dessa maneira, as práticas espaciais fornecem o entendimento para muitas situações ocorridas nas escolas. O currículo foi outro ponto abordado para os estudantes já se familiarizarem com os interesses envolvidos nesses documentos que não possuem neutralidade. Em virtude disso, foi comentado também acerca do currículo oculto e de que maneira os futuros docentes podem adaptar os conteúdos para a realidade escolar.

O estágio de docência é o momento em que o(a) pós-graduando(a) tem a oportunidade de participar um pouco do trabalho dos professores universitários se inteirando das dificuldades e desafios existentes no Ensino Superior. Assim sendo, segundo Joaquim; Vilas Boas; Carrieri (2013, p. 362) “[...] percebe-se que o estágio docente constitui uma possibilidade de aliar pesquisa e ensino, tornando-se uma estratégia bastante interessante no processo de formação de novos docentes.” Somado a isso observa-se o estágio como fundamental, pois configura-se como essencial para se desenvolver “a capacidade de se encontrar com a realidade social da educação e, a partir desta relação, começar a preparar o seu amanhã como profissional da educação, fazendo realmente a diferença onde quer que se encontre.” (SCALABRIN, MOLINARI, 2013, p. 3). Por isso, as narrativas deste trabalho dialogam com a educação pós-pandemia, porque pode ser entendida como uma

ponte para o planejamento do futuro docente a partir das vivências construídas em tempos tão complexos. Diante disso, é uma oportunidade dos(as) mestrandos(as) realizarem trocas com os(as) graduandos(as), onde ensino e aprendizagem ocorrem através das experiências, ou seja, é um intercâmbio entre os níveis do ensino superior, no qual todos são beneficiados pela discussão sobre a situação da Educação no Brasil e no mundo. Por conta da pandemia causada pela COVID-19, as aulas ocorreram de modo remoto por meio da plataforma *on-line Webconf* da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A falta do ensino presencial foi um grande obstáculo durante o estágio, visto que o contato visual e a interação através da tela foram praticamente impossíveis durante as aulas, evidenciando que nada supera o ensino presencial, pois podemos fomentar debates e instigar os estudantes com facilidade. Portanto, a adaptação foi constante para que houvesse o interesse dos graduandos em participar da disciplina.

O tema desta pesquisa está inserido no âmbito da formação de professores(as) de Geografia. O ensino remoto tornou-se a metodologia utilizada pela maioria das universidades para manter as aulas e atividades acadêmicas em meio a pandemia causada pela COVID-19. Para conter a propagação do vírus, as atividades educacionais presenciais foram suspensas. De acordo com dados da UNESCO (2020), “em razão disso, na maioria dos países, escolas, universidades e outras instituições de ensino foram fechadas, o que afeta quase 90% da população estudantil mundial”.

Diante desse cenário, foi necessário nos adaptarmos para continuarmos as atividades acadêmicas. Assim sendo, o objetivo geral do presente estudo consiste em analisar as potencialidades e desafios do uso de novas ferramentas tecnológicas na formação dos graduandos(as). Dito isso, os relatos produzidos através das experiências vivenciadas pelas discentes do PPGEU-UFPel fornecem um panorama das situações positivas e negativas em lecionar de modo remoto. Desse modo, as aulas envolviam o diálogo, mas o que se percebeu foi a pouca interação, pois alguns estudantes participavam por áudio, e a maioria escrevia no *chat* suas percepções e dúvidas. A turma era composta por alunos(as) que trabalhavam durante o dia e realizavam tarefas domésticas, alguns ingressaram com atraso nas aulas, acessaram a plataforma pelo celular ou computador. Perante isto, o distanciamento social modificou o cotidiano e nossas relações sociais. Para Guizzo et. al. (2020) “a reinvenção do cotidiano tem a ver com novas conjunções de espaço e de tempo. Na quarentena, existe quase que exclusivamente uma única ilha: a casa”. Em alguns momentos, a plataforma apresentou problemas, como, por exemplo, o corte do som ou imagem. A desmotivação dos alunos foi percebida não apenas nesta disciplina, outros professores do curso de geografia relataram as mesmas dificuldades em suas aulas como pouca interação nas disciplinas e nos fóruns de reflexão sobre os textos. Alguns alunos relataram a vontade de trocar de curso, ou até mesmo trancar uma ou mais disciplinas, ocasionando uma evasão e desistência logo no início do semestre. Com o novo formato de aulas online, percebeu-se, não apenas na disciplina analisada, mas no curso em geral, a falta de interação, o que demonstra que a aula presencial é de grande importância, já que a aproximação dos professores e dos conteúdos facilitam

a aprendizagem. Acerca das perdas derivadas das interrupções das aulas presenciais, Oliveira et. al. (2020) afirmam que “é possível que haja perdas decorrentes da interrupção de aulas e que as perdas sejam maiores em determinados níveis de Ensino [...] e grupos menos favorecidos.” Diante disso, o distanciamento social modificou o cotidiano e nossas relações sociais modificando também as formas de ensinar e aprender.

## **OBJETIVOS**

O objetivo geral da pesquisa foi averiguar as estratégias utilizadas pelas autoras através da plataforma *Webconf*, durante o estágio de docência realizado no segundo semestre de 2021, no curso de licenciatura em Geografia/UFPel. Desse modo, os objetivos específicos foram: analisar as dificuldades do ensino remoto, comprovar as potencialidades das práticas realizadas de modo virtual e avaliar o uso destas práticas nas aulas pós-pandemia.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste estudo foi baseada em uma narrativa, um método muito importante, pois a autobiografia contribui para o desenvolvimento de estudos aprofundados. “O texto é modelado pelo processo de interpretação do pesquisador, do participante e da relação entre eles e é contextualizado devido às circunstâncias particulares da situação”. (SAHAGOFF, 2015). Dito isso, a narrativa não pode se limitar a ser entendida como um método de investigação apenas, pois seu alcance vai mais além e contempla diferentes abordagens. Jovchelovitch e Bauer (2008) enfatizam que existem narrativas variadas que podem ser encontradas em todos os lugares. “A narrativa como uma forma discursiva, narrativas como história de vida e histórias societais, foram abordadas por teóricos culturais e literários, linguistas, filósofos da história, psicólogos e antropólogos”. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008, p.90). Outro ponto destacado pelos autores é a raiz etimológica da palavra narrativa, já que esta palavra deriva do latim *narrare*, isto é, “relatar, contar uma história”.

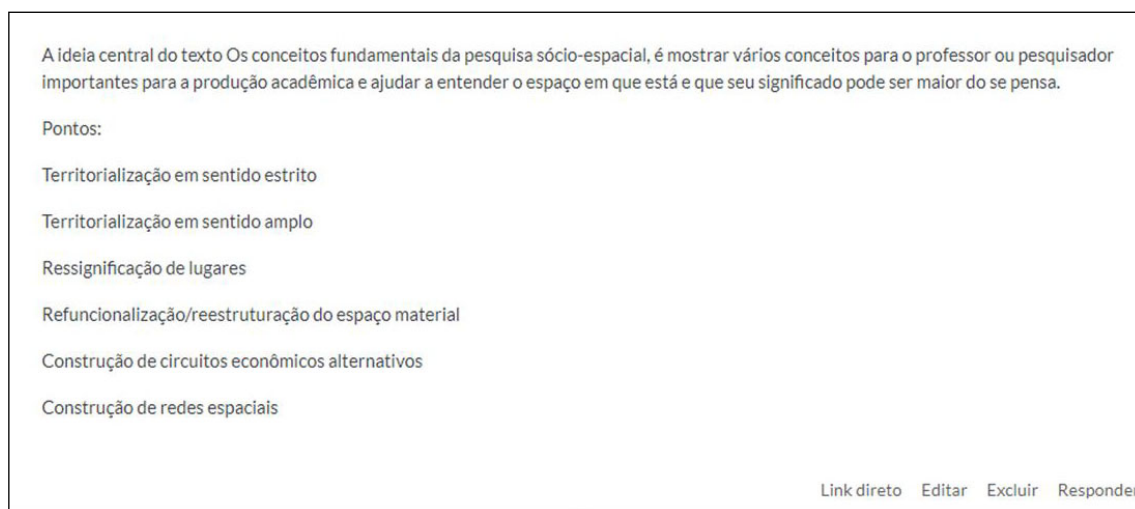
Sendo assim, as narrativas aqui apresentadas são baseadas na experiência das autoras em realizar o estágio de docência numa modalidade até então desconhecida pelas mesmas. Portanto, as narrativas abordam os desafios e as potencialidades do ensino remoto. Durante o estágio, criou-se um documento no google drive como um diário das atividades desenvolvidas em sala de aula ao longo do semestre que será exposto na seção a seguir. Durante as aulas, utilizou-se diversos recursos como slides, imagens, vídeos e dinâmicas para fomentar o debate entre os alunos. Os estudantes foram instigados a responder questões relacionadas aos textos. Assim sendo, os graduandos puderam dialogar com as mestrandas.

As aulas foram elaboradas para que o diálogo entre as estagiárias e os estudantes fosse permanente. Buscou-se a aproximação dos conteúdos com a realidade dos estudantes que contribuiriam também para as aulas através de suas experiências. Adotou-se uma visão

freiriana, pois Paulo Freire (1996), argumenta que “somos seres inacabados, assumir isso é importante para conseguir ensinar de maneira eficiente, compreender os alunos como sujeitos e não como robôs já é um passo para educar realmente alguém e não apenas transmitir conhecimento”. Almeida e Dias (2020) enfatizam que “é preciso preparar os futuros docentes a compreender realmente os conceitos e metodologias a fim de propiciar aos alunos um conhecimento amplo e concreto baseado em conhecimentos anteriores e em sua própria reflexão” (ALMEIDA; DIAS, 2020, p.1).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

As aulas ocorreram às terças-feiras iniciando às 20h e 40 minutos, a recomendação da Universidade Federal de Pelotas é que a duração máxima das aulas seja de 1h e 30 minutos. Em algumas noites, as discussões estenderam-se até às 22h e 30 minutos. Ao longo do estágio de docência, percebemos o distanciamento que o ensino remoto traz, apesar de ser uma ótima ferramenta perante ao que estamos vivenciando, as relações e trocas de conhecimento acabam tendo de ser adaptadas. Com isso, nossas discussões e retorno da turma foi, em sua grande maioria, através de fóruns disponibilizados na Plataforma E-aula<sup>4</sup> (Figura 1), da realização de um projeto didático e rodas de conversas (virtual) com convidados que trabalham com a realidade do ensino remoto nas escolas durante a pandemia. Portanto, com essa adaptação das práticas, o estágio mostrou as diversas potencialidades e fragilidades do ensino remoto, tanto na percepção dos alunos que enfrentaram algumas dificuldades quanto para as discentes que realizaram um estágio de docência durante a pós-graduação.



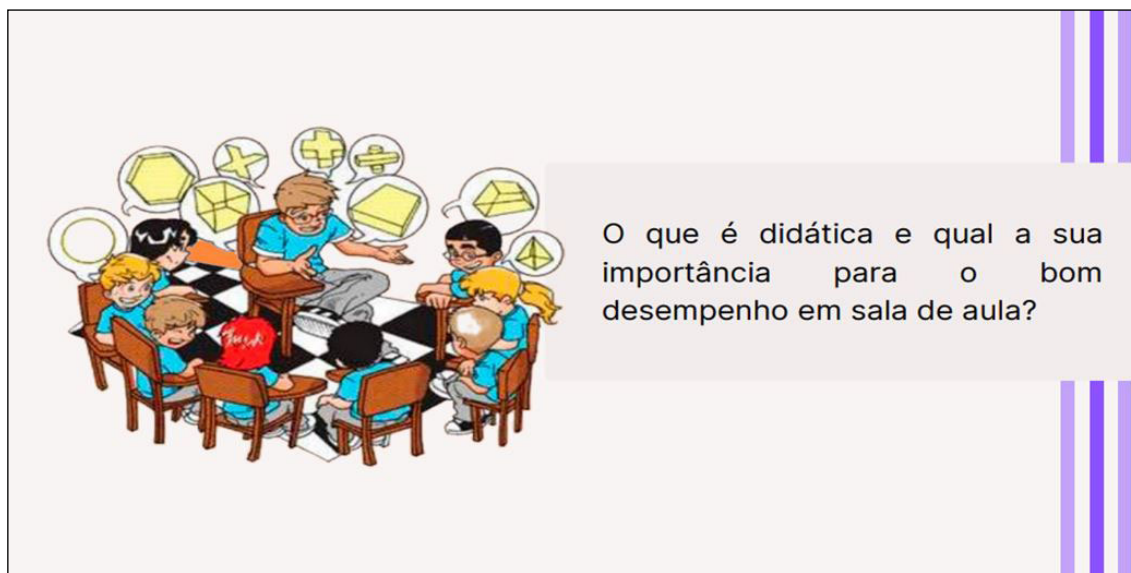
Fonte: Autoras (2021).

**Figura 1.** Exemplo de um dos fóruns realizados pelos estudantes no ambiente virtual E-aula.

O plano de ensino foi organizado em conjunto pelas estagiárias e a professora regente. Numa primeira parte da disciplina, trabalhou-se os aspectos teóricos sobre gestão, currículo e práticas espaciais. Posteriormente, ocorreu a parte prática da disciplina, na qual os(as)

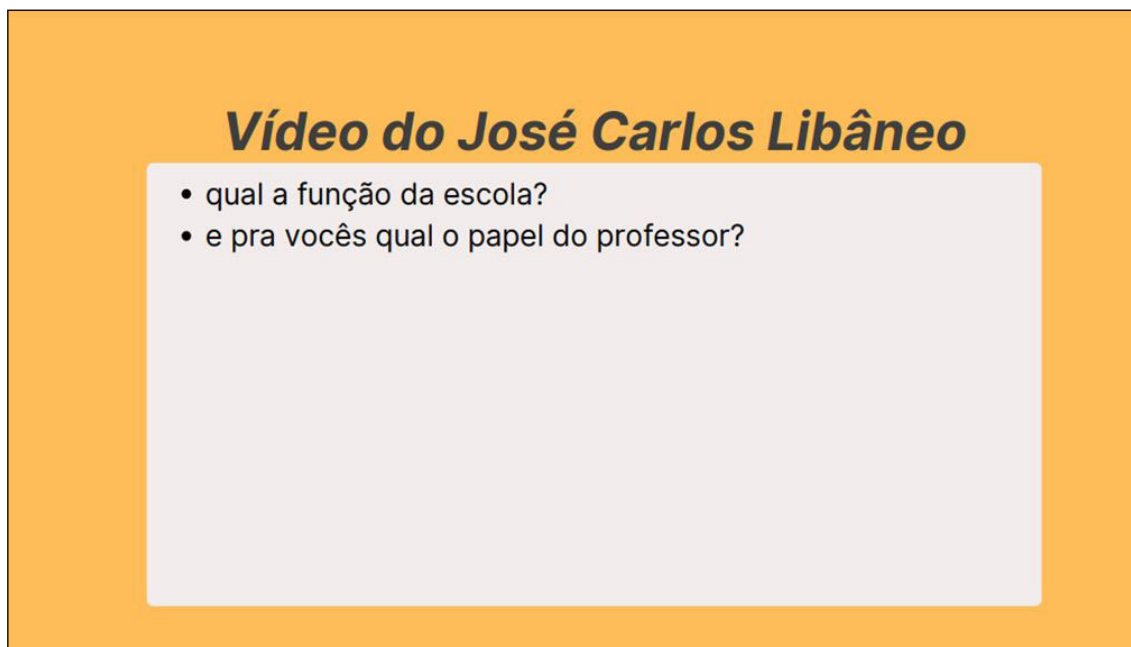
graduandos(as) precisaram criar um projeto como atividade final. No currículo anterior, os futuros docentes só conheciam as relações dentro da escola no estágio obrigatório e muitos desconheciam este contexto. A disciplina oportuniza este contato com os trâmites e relações escolares no início do curso, possibilitando uma aproximação mais efetiva desta realidade. No decorrer do semestre, foram tratadas bibliografias básicas recomendadas pela professora regente como: Marcelo Lopes de Souza, José Carlos Libâneo, Vitor Henrique Paro e Tomaz Tadeu da Silva. Após os debates, os estudantes participaram de uma roda de conversa com a professora Paula Prestes, gestora de uma escola pública que compartilhou suas experiências com os discentes.

A turma na qual o estágio ocorreu era composta por nove alunos, a maioria eram trabalhadores que apresentavam cansaço nas aulas. Havia pouca participação nas primeiras semanas de aula, porém, para fomentar o debate dos textos relacionados com as práticas espaciais, currículo e gestão escolar utilizou-se recursos como imagens (Figura 2) e vídeos (Figura 3) para ilustrar questões pertinentes para a formação dos futuros docentes. Além disso, baseando-se no jogo *Black Stories*, que a partir de dicas e dedução os jogadores têm que descobrir quem é o personagem envolvido na trama, o jogo foi adaptado e, assim, os alunos deveriam acertar quais conceitos relacionavam-se com cada imagem apresentada.



Fonte: Autoras (2021).

**Figura 2.** Um das práticas realizadas com a turma.



Fonte: Autoras (2021).

**Figura 3.** Questões relacionadas ao vídeo de José Carlos Libâneo.

Outra prática realizada foi uma roda de conversa, na qual a convidada era gestora em uma escola pública em Pelotas/RS. Os alunos elaboraram perguntas para a professora e aprofundaram-se no funcionamento da gestão escolar. Esta prática foi muito elogiada pelos estudantes e, por isso, convidou-se uma gestora de um curso pré-vestibular popular da cidade coordenado pela Universidade Federal de Pelotas, para os alunos compararem as diferenças nas atuações das professoras, o *feedback* foi muito positivo, os estudantes participaram questionando as dificuldades enfrentadas pela gestora que apontou a questão da gravidez na adolescência envolvendo as estudantes do cursinho e a questão de a maioria serem alunos e trabalhadores. No final do semestre, restaram cinco alunos, pois muitos desistiram por não conseguir conciliar trabalho, casa e o curso.

A atividade final proposta consistiu em desenvolver um projeto de gestão em uma escola real ou fictícia, os temas apresentados pelos estudantes foram: Cinema como metodologia de ensino, temas sensíveis como gravidez na adolescência, bullying, violência, alimentação saudável e Google Maps como metodologia no ensino de cartografia.

Nesta fase final da disciplina, os estudantes tiveram a oportunidade de pôr em prática todos os debates realizados durante as aulas. Assim sendo, as apresentações e debates realizados pelos estudantes foram bem elaboradas, a maioria trouxe imagens de como seriam seus projetos se fossem gestores. Demonstraram compreender o conceito de gestão, assim como relacionaram seus trabalhos com outros temas contemplados pela disciplina.

## CONCLUSÕES

A realização do estágio de docência foi um desafio para ambas as mestrandas, principalmente por ocorrer em meio a um contexto pandêmico e de forma totalmente remota. Diante disso, foi necessária a adaptação a esse formato e a falta de interação de uma sala de aula acabou desmotivando as docentes estagiárias em alguns momentos. Porém, aos poucos, foram compreendendo as limitações dos alunos e professoras, buscando ao máximo aprimorar as aulas com recursos imagéticos, visando a manutenção do debate sobre os diversos temas retratados. Pensando em estratégias para a educação após o período pandêmico, observou-se que alguns recursos podem ser aplicados, tais como a realização de palestras *online*, expandido a possibilidade de convidados e a dinâmica do jogo exposto no tópico anterior, pois essas estratégias fomentam o interesse dos alunos.

Trata-se, portanto, de um período de muito aprendizado e reavaliação constante do fazer docente e que certamente forneceu subsídios para uma educação pós pandemia que considere as especificidades dos estudantes, da mesma forma que, de maneira remota, precisou-se considerar para fazer viável o ensino. De modo geral, em meio a este agravante do cenário de constantes mortes no país<sup>5</sup> e de um desgoverno, no qual a população está à mercê de um vírus e sem o esquema vacinal completo, aumenta-se a insegurança e o medo, além disso, há o agravante as dificuldades do Sistema de Saúde Brasileiro, ainda assim, a turma conseguiu realizar o que foi proposto.

Os estudantes foram compreensivos com as professoras, mantendo as aulas sem atritos, no entanto, a participação poderia ter sido mais intensa, mas a realidade dos estudantes é marcada pela dupla jornada e pelo cansaço, uma vez que, além de estudar, eles trabalham e realizam os serviços domésticos, muitos não têm acesso aos dispositivos para participarem das aulas como fones, celulares, computadores etc. Posto isso, foi um momento de grande aprendizado, haja vista que as mestrandas não cursaram esta disciplina, já que ela não existia no currículo anterior em que realizaram a graduação em licenciatura. A inserção desta disciplina na grade curricular do curso foi um grande avanço ao permitir o debate sobre a escola, o ambiente de trabalho dos futuros docentes, já nos primeiros semestres, o que demonstra para os estudantes a diversidade envolvendo sua profissão.

As atividades propostas como resultado aproximaram os alunos da realidade escolar, as rodas de conversa foram atividades em que os estudantes se sentiram motivados a continuar na profissão, as convidadas foram muito elogiadas pelos estudantes, os quais gostaram de ouvi-las e relacionaram os textos lidos as experiências relatadas.

Enfatiza-se ainda o quão importante é esse espaço de revisitar as memórias produzidas para que se pense a educação e o ensino de forma contínua e não apenas em momentos específicos ou fragmentados. Nesse sentido, os escritos de agora são fundamentais para o pensar e fazer educativo pós-pandemia. Visto isso, a narrativa, anteriormente apresentada, demonstra as possibilidades em desenvolver materiais em que os estudantes sejam convidados a refletir sobre sua futura profissão mesmo com o distanciamento social, pois as estratégias utilizadas pelas estagiárias ao explorar as imagens e dinâmicas em que os estudantes tivessem que construir seu conhecimento e as rodas de conversas realizadas com a turma foram ferramentas de suma importância para que essa reflexão ocorresse.

## NOTAS

3 Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/cti/servicos/webconf/>>.

4 Plataforma de apoio ao ensino remoto e presencial desenvolvida pela UFPel.

5 No Brasil ocorreram mais de 652 mil mortes em decorrência da Covid-19. Segundo dados da Universidade Johns Hopkins, o país é o segundo colocado no ranking mundial de mortes causadas pela doença. Disponível em <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/mundo-atinge-marca-de-seis-milhoes-de-mortes-por-covid-19>>.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.C; DIAS, L.C. Repensando o ensino e aprendizagem de geografia nos livros didáticos a partir dos povos do campo. 6º Semana Integrada UFPel, 2020. **XXII Encontro da Pós-Graduação- ENPOS**. Disponível em: <[https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2020/CH\\_02535.pdf](https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2020/CH_02535.pdf)>. Acesso: ago. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JOAQUIM, N. F. de; VILAS BOAS, A. A.; CARRIERI, A. P. de. Estágio docente: formação profissional, preparação para o ensino ou docência em caráter precário? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 351-365, abr./jun. 2013.

JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. Ed(s). Tradução de P.A. Guareschi. **Pesquisa narrativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, João Batista; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas:ouvindo as evidências. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 555-578, jul./set. 2020.

SAHAGOFF, A. P. Pesquisa Narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana. **XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - SEPesq Centro Universitário Ritter dos Reis**, 2015.

SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. C. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista Unar**, v.7, n. 1, 2013.



---

# AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA PANDEMIA PARA O TURISMO DA CIDADE DE ILHÉUS EM 2020<sup>1</sup>

THE ECONOMIC CONSEQUENCES OF THE PANDEMIC  
FOR TOURISM IN THE CITY OF ILHÉUS IN 2020

LAS CONSECUENCIAS ECONÓMICAS DE LA PANDEMIA  
PARA EL TURISMO EN LA CIUDAD DE ILHÉUS EN 2020

Alessandra Sulamita Santos da Silva<sup>2</sup>

Tereza Genoveva Nascimento Torezani Fontes<sup>3</sup>

**RESUMO:** Essa pesquisa foi realizada com o intuito de mensurar os impactos econômicos do setor turístico de Ilhéus durante a pandemia, através da coleta de dados por meio de empresas locais. Os dados coletados durante a pandemia e anteriores a ela, comparando-os e anotando os resultados. É uma pesquisa quali-quantitativa foi elaborado um formulário para embasar os resultados. Assim obtivemos por meio dos resultados as mudanças econômicas causadas pela pandemia no turismo em Ilhéus-Ba. Analisamos como na pandemia encontrava-se o cenário econômico. Descrevemos a economia baiana antes e durante a pandemia, e os impactos econômicos ao Estado da Bahia, e a cidade de Ilhéus. Por meio da análise dos dados observamos que o turismo foi o setor mais afetado em função do isolamento social necessário com o crescente número de casos.

**Palavras-chave:** Turismo. Economia. Pandemia.

**ABSTRACT:** This research was carried out in order to measure the economic impacts of the tourist sector in Ilhéus during the pandemic, through data collection through local companies. The data collected during and before the pandemic, comparing them and noting the results. It is a quali-quantitative research, a form was developed to support the results. Thus, we obtained through the results the economic changes caused by the pandemic in tourism in Ilhéus-Ba. We analyzed how the economic scenario was in the pandemic. We describe the Bahian economy before and during the pandemic, and the economic impacts on the State of Bahia, and the city of Ilhéus. Through the analysis of the data, we observed that tourism was the most affected sector due to the necessary social isolation with the growing number of cases.

---

1 Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Geografia - Milton Santos 20 anos depois: Desafios de uma herança intelectual. Evento remoto realizado em novembro de 2021.

2 Estudante do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3430-5999>. E-mail: [alessandrasulamita18@gmail.com](mailto:alessandrasulamita18@gmail.com).

3 Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6548-9535>. E-mail: [tgfontes@uesc.br](mailto:tgfontes@uesc.br).

**Keywords:** Tourism. Economy. Pandemic.

**RESUMEN:** Esta investigación se realizó con el objetivo de medir los impactos económicos del sector turístico en Ilhéus durante la pandemia, a través de la recolección de datos a través de empresas locales. Los datos recopilados durante y antes de la pandemia, comparándolos y anotando los resultados. Es una investigación cuali-cuantitativa, se elaboró un formulario para sustentar los resultados. Así, obtuvimos a través de los resultados los cambios económicos provocados por la pandemia en el turismo en Ilhéus-Ba. Analizamos cómo estaba el escenario económico en la pandemia. Describimos la economía bahiana antes y durante la pandemia, y los impactos económicos en el Estado de Bahía y la ciudad de Ilhéus. Mediante el análisis de los datos, observamos que el turismo fue el sector más afectado debido al necesario aislamiento social con el creciente número de casos.

**Palabras clave:** Turismo. Economía. Pandemia.

## INTRODUÇÃO

A pandemia do Coronavírus começou na China em dezembro de 2019 e se espalhou para grande parte dos países atingindo milhares de pessoas. Barreiras e medidas sanitárias foram adotadas por diversos países na tentativa de diminuir a propagação da doença. Uma dessas medidas foi o fechamento de diversos estabelecimentos não essenciais para diminuição e circulação de pessoas nas ruas. Com o fechamento do comércio houve demissões, que ocasionou a diminuição no consumo, e criou um efeito dominó que atingiu a economia de diversos países.

Instabilidades econômicas causaram a desvalorização das moedas no mundo todo, foi o primeiro sintoma da crise econômica causada pela doença. Mas, mesmo antes da paralisação das atividades turísticas, esse setor já sentia a redução dos lucros por conta da tensão que a pandemia causava às pessoas, e passaram a não viajar, já que muitos países, estados e cidades dificultavam a circulação de outras pessoas vindas de fora, e também pelo medo do contágio.

Diante desse cenário, diversas estimativas foram divulgadas a respeito dos impactos da pandemia na economia. O cenário baiano brasileiro e mundial na crise são o mesmo para os analistas. Para eles a retração esperada é de 70% para o setor de serviços e comércio, com resultados nem um pouco animadores para o turismo, que já vinha se reerguendo de crises anteriores, como o derramamento de petróleo no litoral brasileiro, e a crise político-econômica de 2014/2017 que causou a recessão do Brasil.

## HISTÓRIA DO TURISMO

O homem sempre viajou em busca de novos territórios desconhecidos, por isso que os deslocamentos espaciais merecem importância. As viagens do ser humano sempre estiveram ligadas ao descanso e ao lazer, mas estas estavam mais relacionadas às classes nobres da época. A grande maioria das viagens estava relacionada aos nômades que

não tinham moradias fixas, e dependiam dos recursos naturais que a terra oferecia, aos viajantes que iam à procura de terras, e riquezas, ao comerciante de especiarias e ao comprador, as viagens religiosas, como as peregrinações à cidade de Roma, Meca ou Jerusalém e, também, as guerras por motivos territoriais e políticos.

Um dos primeiros exemplos de viagens empreendidas pelo ser humano data de aproximadamente 2700 a.C., onde as pirâmides do antigo Egito já atraíam visitantes em grande parte por motivos religiosos. O povo egípcio há muito tempo fazia viagens em seus territórios pelos mesmos motivos, as festividades, o misticismo, a astrologia e até mesmo os sonhos motivaram as pessoas a irem a templos para descobrirem e entenderem os seus significados.

Mas se o deslocamento de pessoas e animais se dava por simples trilhas, pois assim eram possíveis, com o advento das rodas as primeiras estradas foram surgindo [...]. Depois vieram as estradas da ilha de Creta (de 2000 a 1500 a.C.), as da Grécia (de 1600 a 1200 a.C), posteriormente as estradas uniriam cidades maiores. Alexandre, o Grande, fundou a mais desenvolvida para a época, em 326 a.C na Índia. Já na Pérsia em 500/400 a.C., as cidades e províncias eram conectadas com a capital Susa. Em 150 a.C., foi a vez dos Romanos inaugurarem a sua estrada, e em dois a três séculos depois, contavam com uma malha de estradas que somavam mais de 80.000 km em todo o território compreendido pelo seu Império [...] por terra e também por mar – por rio, tem-se que os Egípcios navegaram pelo Nilo em pequenas embarcações, em 2000 a.C., os Fenícios se aventuraram pelo Mar Mediterrâneo indo até a costa ocidental da África e Açores. (JUNIOR, 2008, p. 51).

De certo modo as viagens possibilitaram uma melhora das estradas e dos meios de locomoção, o que facilitou as peregrinações. Apesar disso, as viagens também tiveram outros motivos além de econômicos, religiosos, ou por curiosidade em descobrir o desconhecido. Como: sociais, políticos, esportivos (olimpíadas) e, também, culturais. As viagens possibilitaram sobretudo a troca de conhecimento entre as culturas. Junior explica bem isso ao dizer que a Grécia antiga foi o berço da filosofia, o que inspirou filósofos e poetas a irem a viagens para trazer e também disseminar novos conhecimentos para aquelas regiões.

## **Turismo e economia**

É importante conhecer o significado da palavra turismo. Podemos dizer que ela tem origem no vocábulo “tour” do latim que significa “volta”, ou “volta ao redor”. No Aurélio esta palavra diz respeito à «viagem de recreio», e ao “conjunto de serviços destinados a promover e orientar, industrial e comercialmente esta atividade”. Desta forma, entendemos que o conceito de turismo é uma viagem, ou deslocamento a algum lugar por certo tempo para atividades de lazer, com retorno ao local de origem ao término desse tempo.

Para Santos (2011, p.20) no conceito atual o:

Turismo compreende um sistema de serviços com finalidade única e exclusiva de planejamento, promoção e excursão de viagem. Mas é preciso que se tenha infraestrutura adequada para atender ao desejo e/ou necessidade da pessoa que adquiriu o serviço [...].

É importante notar que o conjunto desses serviços oferecidos é o que traça o elo econômico dessa atividade, por consequência a qualidade do serviço prestado é amplamente divulgada como forma de marketing.

O turismo e a economia sempre estiveram ligados, a economia “é a obtenção e utilização dos recursos materiais necessários para o bem-estar”, assim a economia turística nada mais é que a compra e venda dos serviços que o turismo pode oferecer para o bem-estar do indivíduo.

Portanto o turismo contribui para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Através do turismo é possível gerar empregos, atrair investimentos e serviços, e desenvolver infraestrutura, como meio de transporte, saneamento e áreas de lazer, que beneficia a população, além de promover a cultura local.

O mercado turístico vem se expandindo, é possível encontrar hoje diversas redes de hoteleiras, que oferecem variadas formas de serviços para os mais diversos públicos em geral; além de companhias aéreas, agências de viagens, aplicativos para celulares que ampliam as buscas para um melhor custo benefício de listas de hotéis, passagens, destinos, comidas, passeios, etc. Apesar disso, a prática turística se restringe à população melhor favorecida do país. Assim também, esses mesmos serviços são definidos pelo grupo social que uma determinada empresa presta serviço. Assim o marketing turístico agrupa os consumidores em segmentos, que ajudará no processo de venda do produto ou serviço, por meio do desejo de um determinado consumidor. Assim:

Nesse contexto, é interessante destacar que o profissional de marketing pode escolher entre as diversas formas para segmentar mercados; para tanto, pode ter como base conhecimentos de mercado, tendências atuais das compras, pesquisas de marketing e, é claro, seu bom senso. (SANTOS, 2011, p. 34)

Hoje o turismo se configura em turismo cultural, ecoturismo, turismo de estudo, rural, de esportes, de aventura, de negócios e eventos, e o turismo de saúde, que vem se popularizando nos últimos anos, e tem gerado uma boa receita para países que investem neste setor. Este último inclusive está a deixar de ser apenas um turismo de pessoas que viajavam em busca de fontes termais, medicina natural e/ou alternativa, spas, etc, e vem ganhando, cada vez mais espaço tratamentos mais complexos, como cirurgias eletivas, plásticas, odontologia, entre outros tratamentos. Os turistas são motivados, sobretudo pelo menor preço desses tratamentos em relação ao seu país de origem.

## **METODOLOGIA**

Foi utilizado o método de revisão de literatura, pautada em autores como Guimarães (2008), Nakashima (2016), e Santos (2011).

A pesquisa é de caráter quali-quantitativo, com a finalidade de analisar os possíveis impactos econômicos causados pela pandemia no turismo da cidade de Ilhéus, Bahia. Para isso, foi elaborado um questionário para as empresas, para coleta de dados e verificação dos resultados, com 24 perguntas e respostas, que posteriormente foi anexado no trabalho. Este questionário foi entregue em 6 lugares, foi obtido o retorno de 4 empresas, dos outros dois 1 não devolveu, e um outro aparentemente foi respondido, mas ao retornar não encontramos a pessoa responsável pela entrega, e pelo curto tempo foi decidido desistir desse último.

Os dados vieram das empresas turísticas que se encontram na zona sul da cidade de Ilhéus, ao decorrer da rodovia Ilhéus-Olivença, BA-001, e foram escolhidas com base na grande atuação dentro do setor de turismo. O trabalho se utilizou de fontes primárias e secundárias, para compreensão do objeto de estudo e os conceitos abordados no trabalho, e também para extrair dessas fontes dados quantitativos para a pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Cenário da Economia Baiana Antes da Pandemia, ano de 2019**

O turismo é uma atividade que gera empregos em todas as faixas de renda, principalmente naquelas que exige menor grau de especialização, outro fator que colaborou para o grande número de demissões nesse período. O fechamento de fronteiras e de áreas de lazer para diminuir o avanço do Covid-19 tornou muitas atividades turísticas inviáveis, assim, hotéis, cabanas, restaurantes, pousadas, agências aéreas e companhias turísticas, se viram impossibilitados de vender reservas, e pacotes de viagem. Vejamos alguns dados do cenário baiano antes da pandemia:

Segundo dados do site Metro por Rodrigues (2019):

O turismo representa cerca de 3,7% de PIB brasileiro, com arrecadação de 270,8 bilhões no ano de 2019;

- Em julho de 2019 a Bahia foi o único estado que cresceu no setor de turismo em relação ao ano anterior. Em comparação com o ano de 2018 o Brasil neste período foi negativo. Em agosto a Bahia manteve os mesmos resultados positivos, e fechou com o melhor ano desde 2014.

Segundo o site Sistema Eletrônico de Informações por Pessotti (2020):

- Em 2019 a Bahia abriu mais de 30.000 novos postos de trabalho, o melhor número entre os Estados do Nordeste;

- A produção industrial de janeiro de 2020 teve um crescimento de 10% em relação ao ano anterior de 2019;
- Por conta dos investimentos havia uma estimativa de crescimento da economia baiana próximo de 2,1% a 2,5% em 2020;
- Retomada da Construção civil, construção privada, e móveis imobiliários, retomada da produção industrial baiana.

A economia turística do Brasil neste período estava em crescimento lento, com percentual menor em alguns meses em comparação com anos anteriores, mas, a Bahia manteve os resultados positivos, e vinha crescendo em várias áreas econômicas, tanto públicas quanto privadas. Em relação a outros Estados, a Bahia no setor de turismo poderá ter uma recessão menor, já que vinha obtendo resultados satisfatórios, que suprirá uma pequena fração dessa queda econômica e, também, por conta da grande experiência que tem, já que parte da sua economia é voltada para esta área.

#### Cenário da Economia Baiana durante o ano de 2020

A estatística é todo o conjunto de métodos para descrever a frequência de determinado evento por meio de comparativos anteriores, ou ao longo de certo tempo. Exemplo disso seria a natalidade de um país. A estatística coleta e compara dados, e prevê o resultado futuro. Para Guimarães (2008, p.11)

Estatística é um conjunto de técnicas de análise de dados, cientificamente formuladas, aplicáveis a quase todas as áreas do conhecimento que nos auxiliam no processo de tomada de decisão. É a Ciência que estuda os processos de coleta, organização, análise e interpretação de dados relevantes e referentes a uma área particular de investigação.

Estimativa: “avaliação ou cálculo aproximado de algo; estima estimção”. A estimativa é o resultado aproximado de um cálculo ou avaliação baseado em evidências comprovadas. Através da estimativa podemos traçar a média de um valor ou valores. Diferente da estatística, não há informações exatas para serem comparadas, e sim valores aproximados atribuídos pela observação quando não se conhece o valor absoluto. As estimativas têm como base o conhecimento do comportamento econômico, e de suas atividades.

Entendo isso fica fácil compreender que os relatórios sobre os impactos econômicos da pandemia na Bahia são probabilidades do resultado econômico para esse período.

Segundo os cálculos do portal de notícias FIEB que foi publicado em julho, a queda do PIB baiano deve chegar a 7,2%. Segundo o FIEB (2020):

- Construção civil deve cair 6,1%;
- Setor de serviços que participa de 69,2% do PIB da Bahia aponta queda que pode chegar a 11,1%;

- Os bens mais atingidos são de pneus: - 70,8%, calçados: - 69,9% e o de bebidas: - 57%.

Segundo Barbosa (2020):

- A perda econômica: que poderá chegar a -\$116,7 bilhões no biênio de 2020-21, que representa 21,5% na produção total do período.

Segundo o portal de notícias G1(2020):

- A queda no turismo foi de 72% no segundo Trimestre de 2020, em relação ao trimestre do ano anterior;

Infelizmente os resultados dos impactos econômicos são desconfortáveis. Não tão surpreendentes, pois sabemos que outras doenças ao longo da história humana causaram tanto prejuízo econômico, como sociais, e trouxeram mudanças de hábitos, preconceito e estigma, e medidas sanitárias, mas, também construíram parte do conhecimento que temos hoje para sabermos lidar com doenças contagiosas e letais, e tentar reverter o cenário.

### **Divisão Econômica do Estado da Bahia**

Segundo o IBGE o Estado da Bahia se divide em sete mesorregiões, cada uma com características econômicas distintas: Extremo Oeste Baiano; Vale São Franciscano da Bahia; Centro-Norte Baiano; Nordeste Baiano; Metropolitana de Salvador; Centro-Sul Baiano; e Sul Baiano. Grande parte da economia baiana junto com suas principais cidades se localiza no litoral, com poucas cidades com grande importância econômica no interior. A região metropolitana de Salvador é o pólo industrial do Estado, e a cidade de Ilhéus se localiza na região sul do Estado e sua economia advém da indústria de cacau e do turismo no litoral. Os municípios da região sul e os municípios da região metropolitana de Salvador juntas compreende grande parte da economia do Estado. As demais cidades do interior englobam a agricultura e a agroindústria.

Como vimos, a economia do Estado da Bahia está voltada para o turismo, e cultivo, além da indústria centralizada. Regiões que dependem quase que exclusivamente do turismo, como as cidades de Itacaré, e Marau, com certeza sofreram muito mais que outras cidades onde a economia é mais diversificada. E é claro, que, por conta de o Estado depender muito do turismo, a pandemia afetou de forma significativa a economia baiana.

## **Pandemia na Cidade de Ilhéus no ano de 2020**

Ilhéus é uma cidade da Bahia com cerca de 159.923 habitantes de acordo com o último censo do IBGE, e com uma área territorial de 1.588,555 km<sup>2</sup>. Seu PIB per capita é de 21.789,59 reais. Seu clima é tropical e a vegetação predominante é a da Mata Atlântica.

Tanto em Ilhéus como em muitas cidades do mundo, a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 trouxe discussões acerca dos impactos econômicos, culturais, políticos e sociais. De acordo com a organização mundial da saúde, a pandemia é designada como uma doença que se espalha rapidamente pelas regiões do mundo todo. Um ponto em comum entre as diversas pandemias que ocorreram ao longo da história humana, é que todas elas espalharam medo, notícias falsas e modificaram o comportamento humano.

A quantidade de infectados e doentes impactou diretamente o sistema de saúde de Ilhéus, e foi necessário o uso das medidas epidemiológicas para conter a doença. Uma delas foi a paralisação temporária de atividades não essenciais como o turismo. Segundo dados da Controladoria Geral da prefeitura de Ilhéus, até o dado momento em 26 de novembro de 2020, foram registrados ao total 7605 casos, no qual 7231 curados, 76 ativos em isolamento, 38 ativos em UTI e 260 óbitos ao total. As medidas sanitárias de saúde tomadas logo no início, foram essenciais para diminuir o pico da doença que chegou de uma maneira tão rápida na cidade.

## **Análise dos Questionários**

A pesquisa foi realizada entre os dias 10 e 19 de novembro de 2020 na cidade de Ilhéus – Bahia, Brasil, na região do litoral sul. Por meio de um formulário em anexo que foi entregue em hotéis, pousadas e condomínios que atuam no setor de turismo. É uma pesquisa quali-quantitativa (Tabela 1).

**Tabela 1.** Resultados dos dados da pesquisa.

<b>Questões</b>	<b>Abstenção</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	
Impactos econômicos		4	0	100%
Empresa fechada		2	2	50%
Diminuição das vendas		4	0	100%
Conhece alguma empresa que fechou durante a pandemia		3	1	75%
Demissões Gerais		4	0	100%
Demissões de pessoas do grupo de risco		3	1	75%
Diminuição da carga horária		4	0	100%
Diminuição dos salários		2	2	50%
Trabalho remoto		2	2	50%
Dificuldades em realizar pagamentos		3	1	75%
Linha de financiamento para pagar as contas	1		3	
Alteração nas atividades da empresa		4	0	100%
Alteração no acesso aos fornecedores		3	1	75%
Dificuldade em atender os clientes		4	0	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).



Em relação à primeira pergunta, foi questionado se houve impactos econômicos na empresa por conta da pandemia? Todas as empresas responderam que sim. É surpreendente perceber que 100% das empresas do setor de turismo sofreram impactos econômicos por conta da pandemia.

A segunda pergunta foi sobre os impactos da pandemia nos negócios da empresa, onde, 75% relataram que sofreram impactos bastante significativos, e as outras disseram que sofreram impactos significativos. Ou seja, mais da metade das empresas sofreram consideravelmente em suas finanças, se 100% das empresas sofreram por conta da pandemia, destas, 75% relataram que sentiram impactos consideráveis. Reflexo da diminuição da procura das pessoas por atividades de lazer. As vendas diminuíram? Todas responderam que sim.

O estabelecimento foi fechado durante a pandemia? Metades das empresas disseram que tiveram que fechar. As empresas que entram para a lista das que fecharam são as pousadas e os hotéis. Ninguém vai querer sair da segurança da sua casa para passar um final de semana em um hotel onde as chances de contrair a doença são maiores. O resultado da quase nula presença de clientes leva ao fechamento. E por quanto tempo sua empresa permaneceu fechada? Todas disseram que permaneceram mais de 3 meses fechadas. A consequência sentida por uma empresa foi relativamente semelhante ao da outra, em geral, das que disseram que pararam por ser inviável manter a empresa aberta, todas permaneceram por mais de 3 meses, sem saber ao certo quando seria o retorno das atividades.

Soube de alguma empresa que fechou? A maioria disse que sim. É fácil perceber os impactos da pandemia no setor do turismo, quando metade das empresas tiveram suas atividades paralisadas. 2 disseram que sabiam que 6 ou mais empresas que fecharam, 1 disse de 3 a 5 empresas, e apenas 1 disse não souber de nenhuma empresa ter fechado por conta da pandemia.

Um das notícias boas encontraram em uma das perguntas: essas empresas conseguiram retornar suas atividades? A resposta foi unânime, grande parte dessas empresas retornou suas atividades com a reabertura do comércio, e não faliram. Foi uma surpresa, pois, nos noticiários era relatado que muitas empresas que fecharam durante a crise da pandemia, não conseguiram retornar ou não sabiam se iam ter capital suficiente para manter a empresa após a crise.

A nona pergunta foi sobre a existência de demissões neste período: todas responderam que sim. Qual a média de funcionários demitidos? 3 responderam de 50 a 70% dos funcionários foram demitidos, e 1 disse menos de 25%. Houve diminuição da carga horária? Todos responderam que sim. Houve atuação de funcionários em trabalho remoto? 50% responderam que sim. Metade das empresas também disse que tiveram de diminuir os salários dos funcionários. Outro impacto da pandemia sobre os funcionários foi que 75% das empresas disseram que tiveram que demitir ou afastar os funcionários do grupo de risco, e em apenas 1 não houve demissões.

Foram levantadas questões também a respeito da utilização de alguma linha de financiamento para pagar as contas, a maioria respondeu que não utilizou. E a maioria respondeu que teve dificuldades no atendimento aos clientes, e no acesso aos fornecedores. No geral, de cada 4 empresas, 3 disseram que tiveram dificuldades, seja para pagar os

funcionários, o aluguel, a conta de água, luz e internet, produtos de limpeza, comidas ou bebidas. Tudo isso reflete o baixo lucro nesses meses.

Por último, a maioria das empresas acham que por conta da pandemia, o lucro original de sua empresa só retornará em mais de 3 meses, mesmo assim, grande parte delas se sentem otimistas com o cenário pós-pandemia, e acham que as coisas vão melhorar, e já percebem aos poucos o retorno de clientes na medida em que o comércio retorna.

Os grandes impactos gerados ao turismo de Ilhéus foi consequência direta da pandemia, ela provocou o fechamento do Aeroporto Jorge Amado em Ilhéus, no dia 11 de abril de 2020, que retornou com parte de suas atividades no dia 10 de junho. Teve assim dois meses de paralisação total, e retorno lento. Muitos voos foram adiados e cancelados. A rodoviária foi fechada no dia 21 de março, e só retornou completamente às suas atividades, no dia 28 de setembro. O fechamento desses transportes para a cidade ocasionou uma boa redução de turistas e visitantes, e provocou uma baixa movimentação econômica para o setor nesse período.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível os impactos negativos que a pandemia causou ao turismo de Ilhéus, haja visto por meio dos dados concretos. O referido trabalho abre novas perspectivas para levantamento de discussões ligadas ao importante valor econômico do turismo, por trazer dados sobre os grandes impactos que a pandemia causou no setor, e que se refletiu financeiramente. Traz referências de autores conceituados, e por isso ajuda na busca de fontes ligadas ao turismo, a economia, a economia turística e aos impactos econômicos da pandemia na Bahia e na cidade de Ilhéus. É de suma importância para a compreensão do comportamento econômico e social, em tempos da pandemia e doença, e poderá ser utilizado futuramente como fonte para as observações científicas de pesquisas semelhantes.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. G. M. et al. **Impacto Econômico do COVID-19:** propostas para o turismo brasileiro. Centro de Estudos em Competitividade da FGV/EBAPE. abr.2020. Disponível em: <[https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19\\_impactoeconomico\\_v09\\_compressed\\_1.pdf](https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf)>. Acesso em: 08 de nov.2020.

G1- O Portal de Notícias da Globo. **Turismo na Bahia Tem Queda de 72% no Segundo Trimestre de 2020:** Resultado no estado foi mais acentuado que à variação nacional -63,8%, que também marcou queda. 13 de out. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/10/13/turismo-na-bahia-tem-queda-de-72percent-no-segundo-trimestre-de-2020-devido-aos-impactos-da-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 16 de nov. 2020.

GUIMARÃES, P. R. B. **Métodos Quantitativos Estatísticos.** IESDE Brasil - Curitiba, PB. 2008, 245 p. Disponível em: <<https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/LIVROS/LIVROS/Metodos%20Quantitativos%20%20Estatisticos%20Paulo%20Ricardo%20BittencourtGuimar%E3es.pdf>>. Acesso em: 16 de nov. 2020.

JUNIOR, José. B. C. A. **O Turismo na periferia do capitalismo:** A revelação de um cartão postal. 650 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3904/1/Jose%20Bento%20Carlos%20Amaral%20Junior.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021.

NAKASHIMA, S. K.; CALVENTE, M. C. M. H. A História do Turismo: epítome das mudanças. **Turismo & Sociedade** (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-20, maio-agosto de 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/43151/30025>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

PESSOTI, G. **Fala da Economia Baiana no Momento Pré Coronavírus.** Produção de Gustavo Casseb Pessoti. Coordenação de Projeto SEI COBID-19. 15 de abr. 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=GJ4A\\_IppO9c&feature=emb\\_title&ab\\_channel=ProjetoSEICOVID-19](https://www.youtube.com/watch?v=GJ4A_IppO9c&feature=emb_title&ab_channel=ProjetoSEICOVID-19)>. Acesso em: 01 de dez. 2020

RODRIGUES, J. **Turismo:** turismo baiano é o que mais cresce no país diz IBGE. 11 de out. 2019. Disponível em: <<https://www.metro1.com.br/noticias/turismo/81413,turismo-baiano-e-o-que-mais-cresce-no-pais-diz-ibge>>. Acesso em: 08 de nov. 2020.

SANTOS, A. V dos.; SANTOS, M. T dos. **Marketing Turístico:** curso técnico em hospedagem. CETAM, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – Manaus, AM. 2011, 51 p. Disponível em: <[http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo\\_hosp\\_lazer/061112\\_marketing\\_tur.pdf](http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_hosp_lazer/061112_marketing_tur.pdf)>. Acesso em: 13 de nov. 2020.

Sistema FIEB. **Relatório da FIEB atualiza Estimativas Sobre Impactos da Covid na Economia Baiana.** 31 de jul. 2020. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br/Noticia/8288/Relatorio-da-FIEB-atualiza-estimativas-sobre-impactos-da-Covid-na-economia-baiana.aspx>>. Acesso em: 16 de nov. 2020.

---

# REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS GEOGRÁFICA E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL<sup>1</sup>

## REFLECTIONS ON GEOGRAPHIC PRAXIS AND ITS RELATIONSHIP WITH SOCIO-ENVIRONMENTAL EDUCATION

## REFLEXIONES SOBRE LA PRAXIS GEOGRÁFICA Y SU RELACIÓN CON LA EDUCACIÓN SOCIOAMBIENTAL

Janaina Bonini<sup>2</sup>

Luis Roberto Rizzi Marraccini<sup>3</sup>

Lourenço Magnoni Júnior<sup>4</sup>

**RESUMO:** A Geografia é a ciência que estuda as relações dos homens entre si e destes com a natureza e os elementos que a compõem. No mundo atual, ao agir para transformar a natureza por meio da aplicação do conhecimento técnico, científico e informacional, o homem constrói e reconstrói o espaço geográfico dentro das regras do modo de produção do capitalismo globalizado. Entre os inúmeros desafios da Geografia, a produção do espaço geográfico constitui-se como uma das principais questões contemporâneas acerca da apropriação da natureza pelos humanos, as quais tem promovido o avanço de problemas de ordem econômica, política, social e ambiental, representando de maneira significativa os valores das sociedades que os constroem e os reproduzem em conformidade ao poder e influência do capital economicista e consumista global. Perante o presente contexto, o ensino da Geografia na educação básica é de grande valia para estudar e refletir sobre os problemas do mundo da era pós-moderna.

**Palavras-chave:** Espaço Geográfico. Desenvolvimento. Educação Socioambiental. Sociedade.

**ABSTRACT:** Geography is the science that studies the relationship of humans with each other and with nature and its elements. In today's world, while transforming nature through the application of technical, scientific and informational knowledge, man builds

---

1 Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Geografia - Milton Santos 20 anos depois: Desafios de uma herança intelectual. Evento remoto realizado em novembro de 2021: Eixo Temático: Natureza e socio ambiente na Geografia.

2 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da UNESP/Bauru - SP. E-mail: janaina.bonini@unesp.br.

3 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da UNESP/Bauru - SP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3364-0376>. E-mail: luismarraccini1978@gmail.com.

4 Graduado em Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da UNESP Campus de Bauru - SP, da Faculdade de Tecnologia de Lins (Fatec) e das Escolas Técnicas Estaduais Astor de Mattos Carvalho de Cabrália Paulista - SP e Rodrigues de Abres de Bauru - SP (Unidades de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza). Membro do Grupo Assessor de Ciência e Tecnologia do Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR) – Regional Américas e Caribe e da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru – SP. Editor da Revista Ciência Geográfica ([www.agbbauru.org.br](http://www.agbbauru.org.br)). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8275-5922>. E-mail: lourenco.junior@pq.cnpq.br.

and rebuilds the geographic space within the production mode rules of globalized capitalism. Among the numerous challenges of Geography, the production of geographic space is one of the main contemporary issues related to the appropriation of nature by humans, which have promoted the advancement of economic, political, social and environmental problems, significantly representing the values of the societies that build and reproduce them in accordance with the power and influence of economist capital and global consumerist. Based on the present context, Geography teaching in basic education is of great value to study and reflect on the problems of the postmodern world.

**Keywords:** Geographic Space. Development. Socioenvironmental Education. Society.

**RESUMEN:** La geografía es la ciencia que estudia las relaciones de los hombres consigo mismos y las suyas con la naturaleza y los elementos que la componen. En el mundo de hoy, actuando para transformar la naturaleza a través de la aplicación del conocimiento técnico, científico e informativo, el hombre construye y reconstruye el espacio geográfico dentro de las reglas del modo de producción del capitalismo globalizado. Entre los numerosos retos de la Geografía, la producción del espacio geográfico constituye una de las principales cuestiones contemporáneas sobre la apropiación de la naturaleza por parte de los seres humanos, que ha promovido el avance de los problemas económicos, políticos, sociales y ambientales, representando significativamente los valores de las sociedades que los construyen y los reproducen de acuerdo con el poder de y la influencia del capital económico y consumista mundial. En vista del contexto actual, la enseñanza de la Geografía en la educación básica es de gran valor estudiar y reflexionar sobre los problemas del mundo de la era posmoderna.

**Palavras chave:** Espaço Geográfico. Desenvolvimento. Educação Socioambiental. Sociedade.

## INTRODUÇÃO

O estabelecimento de práticas pedagógicas no contexto das premissas teórico metodológicas edificadas na Geografia em relação a Educação socioambiental, representam desafios essenciais para a compreensão dos valores e significados da ciência Geográfica no cotidiano das sociedades.

A Geografia, em toda sua abrangência, certamente não seja tão eficaz em explicitar de forma geral todos os aspectos intrínsecos à sociedade em suas inter-relações com meio ambiente, mas é pertinente a reflexão acerca das possíveis contribuições que a Geografia no contexto educacional traz para a conscientização de uma visão de mundo crítica e abrangente sobre o tema ambiental.

Assim, ao longo da história, atribui-se à Geografia a função de promover a análise e compreensão acerca da construção e reconstrução do espaço geográfico pelo homem, cuja dinamicidade do mundo globalizado atual, beneficia-se do avanço do complexo e flexível contexto tecnológico, científico e informacional que viabiliza a produção e

intensifica a circulação globalizada de matérias-primas e produtos industrializados, a estimular o avanço do consumismo desenfreado entre a maioria da população dos países desenvolvidos e as elites e setores mais abastados da classe média no países em desenvolvimento e pobres.

O capitalismo globalizado dominante e explorador utiliza-se meios legais e ilegais para promover a privatização das fontes de recursos naturais (principalmente minerais) localizadas nos países pobres para transformá-los em matérias-primas para fabricar diferentes tipos de mercadorias. No presente momento, o “governo” brasileiro de extrema direita está cuidando de avançar, a qualquer preço, o processo de privatização de empresas públicas estratégicas para o desenvolvimento brasileiro no presente e no futuro, favorecendo os interesses do grande capital hegemônico nacional e internacional.

A Eletrobrás foi privatizada por um preço aviltante deixando de ser uma empresa pública estratégica, para ser controlada por fundos locais e internacionais. Segundo especialistas no assunto, a energia elétrica irá ficar mais cara penalizando principalmente os pequenos produtores rurais/urbanos e a população mais pobre para enriquecer grupos que já são bilionários. Se não houver a reação dos setores mais organizados da sociedade brasileira para frear o avanço do estado mínimo ultraneoliberal, a Petrobrás que vem sendo esquartejada desde a época da operação lava jato/governo Temer, será a próxima a ser privatizada.

Enquanto o “governo” brasileiro trabalha para favorecer os interesses de bilionários nacionais e estrangeiros, o Brasil tem atualmente 33 milhões de pessoas passando fome diariamente e 5% da população mais pobres sobrevive apenas com R\$ 1,30 por dia. É algo inaceitável.

A modernização dos modais de transportes logísticos no mundo globalizado tem promovido a redução das distâncias geográficas, facilitando o trabalho das firmas globais em relação ao deslocamento de grandes quantidades de recursos naturais (principalmente de origem mineral) e mercadorias entre os continentes, contribuindo com o aprofundando da degradação ambiental e dos problemas socioambientais no Planeta Terra. Sendo assim, Santos (1994, p. 6) explica que

É nessas condições que a mundialização do planeta unifica a natureza. Suas diversas frações são postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas com escala diversa a uma escala mundial correspondente que nesse nível guia os investimentos, a circulação das riquezas, a distribuição das mercadorias.

Nesse sentido, a construção de uma visão epistemológica através das práxis pedagógicas no ensino de Geografia, possibilita novos delineamentos no âmbito do conhecimento geográfico, permitindo assim a edificação de novos saberes, despertando uma visão de mundo crítica e reflexiva sobre as questões socioambientais.

É importante reconhecer que de certo modo, as teorias filosóficas não se extinguem na medida em que novas teorias são pensadas, elas assim coexistem. Consequentemente, com a Ciência Geográfica acontece a mesma coisa na medida em que legitima os debates

acerca da construção de sua base teórica e metodológica de análise e compreensão do espaço geográfico, daí o interesse da Geografia “[...] pelo estudo das diferenciações espaciais por intermédio das inter-relações entre os dados da natureza e as sociedades humanas” (SANTOS, 2004, p. 81).

Nesse contexto, as relações pedagógicas se estabelecem como diretrizes teórico metodológicas produzidas no âmbito da Geografia em relação a educação socioambiental, constituindo-se em importantes caminhos para a compreensão dos aspectos e sentidos da Geografia no cotidiano social. Sendo assim, concordamos com (RODRIGUES e SILVA, 2014, p. 11) quando afirmam que

A Geografia tem como seu objeto de estudo o espaço geográfico terrestre, fruto de intrínsecas relações socioambientais, que resultam em uma gama de diversidades paisagísticas. Ao geógrafo sempre coube assumir um olhar de síntese sobre essas interrelações sem, portanto, perder a sua capacidade de análise setorial e recomposição das partes de uma colcha de retalhos, que constitui o espaço geográfico.

Posto isso, a Geografia, em toda sua grandeza, talvez não consiga demonstrar por completo as inter-relações e todas as concepções intrínsecas às sociedades e natureza, cabe a ela a tarefa de promover reflexões sobre seu papel na edificação de um olhar mais crítico sobre as relações socioambientais do espaço geográfico.

Assim, objetivamos analisar a contribuição do ensino de Geografia no âmbito do contexto educacional para a compreensão das questões socioambientais de maneira a promover a assimilação de problemas (socioeconômicos, e muitas vezes políticos) à crise ambiental contemporânea de modo a compreender a importância de se debater as questões socioambientais.

Ressalta-se que, a atuação do/a docente de Geografia, de maneira crítica através de uma visão emancipatória e transformadora, possibilita uma reflexão sobre as questões socioespaciais, as quais culminam com a construção de uma consciência crítica dos/as estudantes frente aos referenciais neoliberais e suas influências nas questões relacionadas ao uso do espaço geográfico e as consequências para o meio ambiente.

Nesse sentido, firma-se a importância acerca da articulação entre o ensino de Geografia e a Educação Ambiental, remetendo à necessidade de elaboração de novas práticas pedagógicas como estratégias de intervenção socioespacial, para que a escola seja capaz de subsidiar a formação da consciência crítica no contexto da dimensão das questões socioambientais na atualidade.

## **METODOLOGIA**

Tendo como base a importância da Geografia para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem das questões socioambientais na atualidade, acredita-se que o processo metodológico mais apropriado para promover a análise o histórico da Geografia, suas

concepções e abordagens, bem como sua relação com a educação socioambiental, e as transformações pelas quais ela foi atravessando ao longo do tempo até o cenário atual, consiste em uma análise documental, onde procura-se aqui, contemplar tal análise através da pesquisa bibliográfica relacionada à ciência geográfica e paralelamente ao conhecimento das questões socio ambientais relacionando-as ao contexto educacional. Sendo assim, Lima e Miotto (2007) explicam que:

“[...] para a realização de uma pesquisa bibliográfica é imprescindível seguir por caminhos não aleatórios, uma vez que esse tipo de pesquisa requer alto grau de vigilância epistemológica, de observação e de cuidado na escolha e no encaminhamento dos procedimentos metodológicos [...] vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente” (LIMA e MIOTTO, 2007, p. 44).

As abordagens tratam de uma revisão de literatura de cunho dialético, que constituindo-se como uma ferramenta básica e fundamental dentro de uma perspectiva crítica, na medida em que resgata o contexto histórico acerca da evolução dos fenômenos investigados.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Na Educação Básica, a Geografia constitui-se numa das disciplinas que compõe o currículo da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, consequentemente, possui na relação sociedade/natureza um de seus mais importantes objetos de reflexão e estudo.

Assim, é necessário promovermos a reflexão sobre a importância do Meio Ambiente para o contexto de uma Geografia crítica e sua relação com a Educação Ambiental. Nesse sentido, cabe um importante questionamento: o que é Geografia? Qual a sua preocupação enquanto ciência em relação a educação socioambiental?

Podemos encontrar uma variada gama de definições sobre o que é Geografia, consequentemente a busca de uma definição que levasse ao objeto concreto de estudo para esta ciência motivou inúmeras discussões. Assim, ao longo da história e evolução do pensamento geográfico, inúmeros contornos acerca das análises da realidade espacial consolidaram a Geografia como a principal ferramenta para a compreensão e análise da produção do espaço geográfico.

Esse processo permeou-se de mudanças contínuas as quais, transcorreram-se de forma sistemática na atualidade em consequência dos inúmeros problemas e desafios pelos quais as sociedades tiveram que enfrentar no que diz respeito as maneiras de interceder no ambiente.

Nesse contexto, a Geografia, ao centralizar suas análises na produção do espaço geográfico numa perspectiva relacionada a exploração capitalista do espaço, também deve atentar de maneira crítica para as desigualdades socioeconômicas que constituem a espacialidade intrínseca a esse modo de produção voraz, tendo em conta as questões geradoras da degradação ambiental sob a óptica desse sistema cuja base é a produção de mercadorias.



Assim, entre os conceitos que determinaram a evolução do pensamento geográfico destacamos o positivismo como método inicial para a sua compreensão. Nesse sentido, (MORAES, 1987) explica que em relação ao contexto de uma Geografia empírica o papel de (Francis Bacon - século XVI, Auguste Comte - século XVIII e Emile Durkheim - século XX), que acabaram por estabelecer a essência de uma Geografia Tradicional a qual enfatizava a classificação, descrição e a enumeração dos aspectos físicos pertencentes ao espaço geográfico independente de tempo, classe ou sentido político.

Tal contexto, favoreceu a ocorrência de dualidades no campo da ciência geográfica provocando uma espécie de distanciando dos objetos de estudo das ciências sociais aos das ciências naturais, culminando com a valorização científica que perpassou todo o modelo de pensamento geográfico tradicional: a Geografia Humana e a Geografia Física.

Assim, as conjecturas positivistas auxiliaram da condução de uma Geografia baseada na valorização de um pensamento empírico, pautada na verificação constante de possibilidades comprovadas e baseadas em métodos específicos concretos ligados a correntes distintas do pensamento geográfico alicerçadas na elaboração de leis palpáveis, cujo objetivo era de evitar o erro e verbalismos.

Nesse contexto, em meados da década de 1960, surgiram novas possibilidades quanto a abordagem geográfica, entre elas a Fenomenológica, a Estruturalista, a Marxista entre outras que possibilitaram a compreensão das questões que permeavam as relações entre as sociedades e o meio ambiente, tanto no espaço geográfico local quanto em escala mundial.

Nos anos 1970, intensificam-se os debates acerca das questões ambientais, os quais buscavam de forma positiva desvendar as diferentes maneiras e métodos de compreensão das problemáticas ambientais mais evidentes naquele período. Nesse sentido, as discussões mais importantes ocorreram em torno da clássica fragmentação entre Geografia Humana e Geografia Física, pois haviam percorrido por significativos processos de revisão em suas premissas científicas de maneira a valorizar conteúdos que permitissem o entendimento das questões de interdependência entre natureza e práticas sociais, além das culturas envolvidas (GONÇALVES, 1989). No contexto da Geografia, a natureza foi causa fundamental na organização socioespacial, na medida em que se interliga a um maior ou menor grau de desenvolvimento técnico na produção do espaço geográfico (SANTOS, 2003).

Esse movimento relaciona-se constantemente com convicções diversas de mundo e, como resultado, variadas leituras das questões ambientais como objeto de estudo da Geografia, em especial da utilização da natureza como mercadoria. Por essa razão

Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos moveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Esses objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama a Geografia Física como do domínio do que se chama a Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram (SANTOS, 2003, p. 46).

Assim, os questionamentos decorrentes da relação sociedade-natureza como objetos de estudo geográfico, estão sempre presentes no cotidiano da ciência geográfica, em especial na pauta de atuação de docentes no ensino e na pesquisa em Geografia.

Nesse sentido, a relevância da compreensão de temas relacionados à educação ambiental na Geografia e consequentemente na escola é um fato, assim como a valorização do espaço geográfico como categoria de análise das relações socioambientais numa abordagem escalar de modo efetivo deve ser priorizada pelos(as) docentes em suas aulas, seja na educação básica ou superior. Segundo Carneiro (2002, p. 41):

[...] a educação ambiental é a própria educação escolar em seu objetivo fundamental de apoiar e orientar o desenvolvimento pelos alunos, enquanto cidadãos em formação, de uma nova mentalidade de interação com as questões ambientais, na perspectiva do censo e do compromisso – precisamente – de uma cidadania ambiental.

Assim, o conhecimento geográfico torna-se fundamental para o avanço técnico-científico da sociedade, além de promover importantes inovações científicas no campo da educação. Em relação a este aspecto, vale ressaltar o relevante papel da Geografia escolar na formação crítica da consciência ambiental dos(as) estudantes. Em virtude desta colocação, a Geografia escolar possui como premissa a formação de cidadãos(ãs) com visão de mundo crítica, buscando a construção de uma cidadania socioambiental que possibilite a manutenção da vida em todos seus aspectos. De acordo com Dezotti e Ortiz (2010, p. 81):

[...] tudo isso só é possível a partir da ação imprescindível do professor. Sabe-se que não existe uma receita infalível de metodologias para se desenvolver aulas interessantes que atraiam os alunos, todos os dias do ano. Não obstante, é preciso também que sejam desenvolvidas relações de afeto, simpatia e entusiasmo entre educador e educando, como base para a criação de um clima propício à aprendizagem. Infere-se criatividade e sensibilidade do professor para a condução do laborioso processo de transformar o conhecimento de senso comum em saber científico que, então incorporado pelo aluno, permitir-lhe-á ressignificar o mundo.

Diante do exposto, compreende-se que os(as) docentes de Geografia no contexto escolar, possuem como principal desafio o desenvolvimento de concepções socioambientais de uma forma dialógica e crítica, na medida em que suas concepções políticas e sociais visam promover a reflexão acerca das inúmeras questões ligadas ao uso do espaço pelas sociedades em detrimento do modelo econômico vigente e suas relações com as questões ambientais.

## A DOCÊNCIA E A EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

As questões socioambientais possibilitam na atualidade, refletir acerca de processos didático-metodológicos que contribuem de maneira direta para que docentes e estudantes compreendam as questões decorrentes das atividades humanas sobre a natureza de forma crítica através de uma abordagem tanto teórica quanto prática, de modo a fomentar o aprendizado no sentido de entender que o meio ambiente vai além da natureza no conjunto de seus elementos, é um mundo social permeado de ações e acontecimentos econômicos, políticos, culturais cujo dinamismo é evidente e contínuo, no qual se oportuniza um constante debate a respeito da sustentabilidade natural bem como da melhora na qualidade de vida das sociedades. Nesse sentido, alcança relevância o valor da educação socioambiental, pois:

[...] a perspectiva da Educação Socioambiental, está pautada não só nas questões naturais, como fauna e flora, mas nas questões sociais, econômico-financeira, política e cultural que consistem nos objetivos da sustentabilidade, por isso chamamos de Educação Socioambiental, pois envolve diretamente o sujeito com todas essas questões, e não se restringe apenas a dimensão biológica [...] (BRITO e OLIVEIRA, 2014, p. 211).

Sendo assim, a educação socioambiental possibilita promover uma reflexão acerca das questões socioambientais de diversas localidades de modo a valorizar as características e intencionalidades de cada lugar e conseqüentemente as relações das sociedades com o meio ambiente em questão. Como destacam Chaves e Assis (2015, p. 187) “As questões ambientais permitem que o processo pedagógico desenvolva a construção de conceitos científicos e desconstrução das representações sociais, eliminando a relação de que o professor ensina e o aluno aprende”.

Nesse sentido, no contexto da educação socioambiental, os(as) educadores(as) ambientais apresentam um papel social fundamental na medida em que contribuem para a melhoria dos processos educativos e conseqüentemente para a aprendizagem. Sendo assim, é importante lembrar o mérito da educação ambiental na transformação social e conseqüentemente nas suas ações sobre o meio ambiente, sendo este, produto dela. Para Santos (2005, p. 141)

O que hoje se chamam agravos ao meio-ambiente, na realidade não são outra coisa senão agravos ao meio de vida do homem, isto é, ao meio visto em sua integralidade. Esses agravos ao meio devem ser considerados dentro do processo evolutivo pelo qual se dá o confronto entre a dinâmica da história e a vida do planeta.

Dessa maneira, o papel do(a) educador(a) é promover a conscientização em relação aos danos ambientais provocados e agravados pela ação humana, no sentido de estabelecer formas de equilibrar o convívio entre a sociedade e natureza.

Nas propostas e discussões que norteiam as questões acerca da problemática ambiental e suas possíveis soluções, o contexto educacional é sem dúvida, a base para a edificação de uma sociedade preocupada com as questões ambientais, pois esta, deve promover uma compreensão mais concreta da realidade socioambiental de modo a estimular o(a) estudante a praticar sua cidadania contribuindo, para a manutenção da natureza. Para Assis e Chaves (2015, p. 189), cabe ao(à) docente “possibilitar ao educando analisar a realidade de maneira sistemática e engajada, viabilizar a difusão dos conhecimentos, alternativas para a solução de problemas, o desenvolvimento integrado e sustentável da educação”.

Partindo-se desta premissa, é inegável que a educação possui um importante papel no fortalecimento das bases da formação dos(as) estudantes para o exercício de uma cidadania crítica, para que possam enfrentar desafios e serem capazes de romper os elos de submissão perante o modelo de sociedade permeada pelo domínio neoliberal.

Assim, as questões de correntes das análises socioambientais podem ser inseridas no âmbito educacional através da transversalidade no contexto da Educação Ambiental visando a compreensão das características peculiares existentes nas relações entre as sociedades e seus modos de vida e transformação dos espaços que as cerca.

A evolução da Educação Ambiental como uma prática educativa escolar que de modo transversal atrelada aos componentes curriculares da educação básica, bem como em todos os níveis de processos pedagógicos de ensino de maneira conjunta, encontra-se presente em grande parte das legislações que regem a Educação Ambiental no Brasil, a exemplo da lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabelece entre os princípios da Política Nacional de Meio Ambiente, o Art.2º o qual determina que

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

Dessa forma, a escola assume uma importante função em relação à Educação Socioambiental no sentido de oportunizar aos(às) estudantes, em especial aos(às) adolescentes, visões de mundo diferenciadas, adequando os processos de ensino e aprendizagem a realidade vivenciada por eles(as) de modo a potencializar seu entendimento das questões relacionadas aos direitos e deveres de cada indivíduo perante o cenário socioambiental na atualidade.

Ainda, observa-se a inserção da Educação Ambiental nos diversos ambientes de ensino e aprendizagem, seja na educação formal e/ou informal, deste modo nas grades curriculares de várias disciplinas e propostas pedagógicas. Dotto (2016, p. 636) explica que “a Educação Ambiental deve estar presente no currículo de todas as disciplinas, uma vez que permite a análise de temas que enfocam as relações entre a humanidade, o meio natural e as relações sociais.

Percebe-se, assim, que o aumento de políticas públicas cujo foco direciona-se a processos de inclusão e sistematização de normativas que predizem a organização curricular escolar de modo a inserir a educação ambiental no contexto principalmente

da educação formal, potencializam a formação de indivíduos com visão de mundo mais crítica e libertadora. Santos (2012, p. 162) convida a refletir sobre as questões que permeiam a educação ambiental quando destaca que:

[...] a Educação Ambiental, pela sua própria natureza, exige um modelo educativo novo, cujos pressupostos teóricos se ampliem a todas as disciplinas do âmbito científico, pela necessidade de responder às exigências da problemática do Meio Ambiente originada pela atividade humana, às portas do segundo milênio da história da humanidade. A implantação da interdisciplinaridade torna-se um requisito imprescindível para a efetivação da Educação Ambiental e de sua missão, a qual implica um giro revolucionário para a própria concepção global do ensino.

Assim, a educação socioambiental no contexto escolar, torna-se um assunto desafiador na medida em que demanda a realização de atividades de certa forma “isoladas”, como a questão do lixo, proteção de nascentes, preservação da água, entre outros. Sendo assim, fica evidente a necessidade de a educação socioambiental tornar-se uma temática de aprendizagem permanente no âmbito da educação escolar, de modo a valorizar as múltiplas formas de ensino para formação de cidadãos(ãs) integrados(as) a sociedade com consciência crítica de mundo.

## **A GEOGRAFIA ESCOLAR COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: REFLEXÕES TEÓRICAS**

As práxis pedagógicas escolares, sob a óptica da dimensão socioambiental, envolvem importantes e inovadoras possibilidades relacionadas ao ensino de Geografia, em especial no contexto de leituras diversificadas em relação as questões socioambientais contemporâneas por docentes e estudantes num contexto dialógico e consequentemente, pela possibilidade da edificação de uma aprendizagem significativa no que diz respeito a sua relação com a realidade vivida. Para Cavalcanti (2002) uma importante função do ensino de Geografia nas escolas é dar condições para que o cidadão de instrumentalize no sentido de compreender o espaço em que está inserido.

No decorrer do tempo, a Geografia modifica sua compreensão de mundo passando a entender o ambiente através das relações das sociedades e suas adjacências. Nesse sentido, a sociedade não só está ligada aos objetos espaciais e as ações, mas sim, envolvida de maneira direta com eles, geralmente num processo de integração conflitante.

Os direcionamentos dos estudos da Geografia na atualidade pensam o ambiente de maneira crítica, sem rejeitar as tensões existentes entre as diferentes dimensões socioespaciais. E, nesta perspectiva, valoriza-se um pensamento dialógico, cuja análise exige a compreensão das práticas sociais, das culturas vividas e suas relações no espaço geográfico. Portanto, é importante compreender que o a evolução do pensamento socioambiental está diretamente conectada a evolução das ciências sucedida ao longo da história humana, bem como as degradações oriundas das atividades produtivas, sofridas pelo meio ambiente, nos últimos anos.

Nesse contexto, as perspectivas de uma abordagem educacional freiriana baseada na dialogicidade sobre as questões socioambientais, possibilita a problematização dos fatos e consequentemente a formação de uma conscientização crítica, em relação as questões socioambientais, oportunizando a construção de uma educação libertadora, na medida que contribui para a formação de sujeitos com consciência crítica de mundo. Para Freire (2001), tornar-se sujeito demanda uma reflexão e uma atuação sobre a realidade vivida, em seu espaço concreto.

Assim, através de um ensino geográfico direcionado para as questões socioambientais, alunos e alunas podem, de maneira concreta, desenvolver a percepção e reflexão crítica das questões decorrentes das relações ser humano e ser humano-natureza. Deste modo, o raciocínio geográfico, contribui de maneira considerável para uma esperada concretização da dimensão ambiental da geografia escolar. Conforme explicam Dezotti e Ortiz (2010, p. 84)

Saber como a natureza se comporta e como o ser humano interage com o meio em que vive é fundamental para o aluno aprender a tomar decisões com fundamento e orientar suas ações de forma consciente. Ao ensinar Geografia, o professor deve possibilitar aos alunos passar do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico.

Posto isso, é importante salientar que o currículo se constitui de um elemento fundamental para a educação e ensino de Geografia, cujos fundamentos pedagógicos e políticos orientam o trabalho do(a) docente pois, considera-se que no âmbito educacional a Geografia através do contexto interdisciplinar, possibilita o rompimento de pressupostos conceituais, proporcionando um processo de maior interatividade com outras áreas do conhecimento escolar, culminando com a elaboração de novas práticas educacionais sem perder a sua identidade e importância. Portanto, no contexto do ensino e aprendizagem torna-se um meio cuja estrutura baseia-se em uma aplicabilidade de formação específica, nesse caso a educação ambiental, como verificamos no contexto do campo da Geografia escolar.

A educação geográfica passou a dar ênfase na temática da dinâmica da “Natureza transformada” e suas relações com as sociedades, o que acabou por estimular algum nível de conscientização ambiental. No entanto, a *abordagem ambiental* em geral simplifica a análise da dinâmica dos elementos da Natureza, o que prejudica o entendimento das interações entre esses elementos e a ação humana. Conhecer superficialmente os processos físico-naturais do espaço geográfico pode contribuir para o comportamento inadequado da população no que se refere à ocupação da superfície terrestre, uso e gerenciamento das águas, rochas, formas de relevo, solos e biomas (AFONSO, 2015, p. 88).

Assim, enquanto ciência, a Geografia preocupa-se com a análise do espaço no cenário das inter-relações sociedade-natureza, procurando analisar o contexto de vivência

das populações em relação a espacialidade de ocorrência dos fenômenos, ou seja, local, causa e consequência das ocorrências. Aqui compreende-se que

A Geografia trabalha com a compreensão do meio ambiente, na sua escala local, regional e global. Analisa todos os seus componentes, naturais, sociais e econômicos, e por este motivo é uma ferramenta importantíssima para a educação ambiental, visto que a mesma trabalha conceitos que podem ser utilizados amplamente no trabalho e apreensão do conhecimento pelos estudantes. (SANTOS e CARVALHO, 2015, p. 115).

Nesse sentido, a Geografia não somente analisa as questões pertinentes aos elementos físicos e humanos sobre o espaço, como investiga os processos ligados a interdependência desses elementos em múltiplas escalas de ocorrência, de acordo com objetivos específicos de estudo (do local ao global) e os motivos de tais interações, sob perspectivas de criteriosa compreensão das questões fenomenológicas fundamentais que determinam a construção, modificação e organização do espaço geográfico pelas atividades humanas. Assim, Oliveira e Farias (2009, p. 15) explicam que

Uma educação influenciada pela proposta fenomenológica prepara as pessoas para o contexto social, pois implica em formação de consciências, saberes, tomada de atitudes e responsabilidades porque são vividas dentro de um contexto de experiências concretas e subjetivas com o meio físico e social – mundo vivido.

No contexto das problemáticas socioambientais, que nos últimos anos vem suscitando crescentes interesses da sociedade, em especial no meio científico como um todo, a Geografia assume um importante papel na análise e compreensão da problematização das relações homem-natureza. Para Cavalcanti (2002), a Educação Ambiental, na perspectiva da concepção da consciência para a vida no meio ambiente, insere-se cada vez mais no contexto das percepções teóricas e nas diretrizes do ensino de Geografia. Assim, as questões socioambientais de forma geral, podem ser definidas a partir dos contrastes existentes entre as interações resultantes dos sistemas sociais em relação aos sistemas naturais no espaço geográfico.

As constantes crises socioambientais têm proporcionado significativas reflexões e práticas tanto na escala local como mundial, urbano ou natural, articulando o trabalho de estudiosos com os problemas socioambientais através do entendimento da inter-relação sociedade natureza, buscando promover a mobilização de toda a sociedade e principalmente do poder público na busca por soluções concretas para as questões socioambientais na atualidade. Posto isso

Cabe ao educador a responsabilidade de observar a natureza socioambiental, de apreender as suas respectivas dinâmicas, bem como, atuar em contextos culturais e ambientais “desconhecidos” para ele possa construir relações autênticas com o aluno, a sociedade, a ciência, e os sujeitos (OLIVEIRA e FARIAS, 2009, p.16).

Logo, inserir as questões socioambientais numa perspectiva educacional através da práxis Geográfica, oportuniza que docentes realizem importantes abordagens no âmbito das conexões existentes entre o meio natural e social de maneira indissociável, numa perspectiva crítica em sala de aula.

Assim, cabe a Geografia desenvolver estratégias de conscientização e sensibilização do(a) estudante em relação aos problemas ambientais locais e globais, assim como, amplificar a formação de conhecimentos, fortalecendo valores e ações que busquem a promoção de mudanças comportamentais na sociedade em relação ao uso de seu espaço de vivência e interação. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (1987) explica que o ser humano precisa ser auxiliado a tornar-se consciente de sua realidade e conseqüentemente da capacidade de transformá-la para assim ser protagonista ativo da história e da sociedade. Nesse sentido, a Geografia destaca-se como ferramenta fundamental para a promoção de uma educação socioambiental crítica e transformadora.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Defende-se que tanto a natureza quanto as sociedades fazem parte de um mesmo “ambiente”, não existindo a possibilidade de estudar as relações entre elas existentes de maneira dissociada, pelo menos não na perspectiva da Geografia, na qualidade de ciência do espaço. Assim, Milton Santos (1997) entende a natureza caracterizando-a em artificial ou “tecnificada”, no sentido de que a técnica na sua etapa atual possibilita intervenções em suas formas e processos naturais cujas ações humanas possibilitam a aceleração dos processos de produção em decorrência das necessidades da reprodução destes em relação ao interesse do capital.

Diante disso, “[...] à educação socioambiental, cabe promover entre outros aspectos, a conscientização do quanto é importante a participação política de cada membro da sociedade no que diz respeito tanto ao uso do espaço público quanto do privado [...]” (PITANO e NOAL, 2009, p. 293). Sendo assim, a Geografia em suas práxis, possibilita no contexto educacional a compreensão das características que permeiam as questões socioambientais atreladas aos interesses do capitalismo através de uma visão crítica acerca da realidade vivida.

Assim, evidencia-se a importância do desenvolvimento da temática socioambiental relacionada ao lugar num viés do cotidiano, ou seja, de vivência real dos(as) estudantes, no intuito de oportunizar condições de melhor percepção dos problemas socioambientais vividos por eles(as), do mesmo modo, concentrar o ensino nas questões relacionadas ao lugar de tal forma os(as) estudantes compreendam que seu pertencimento a um contexto social, no qual são diretamente influenciados pelo meio e, em que, muito provavelmente, exercem influências.

Desse modo, a Geografia escolar deve valorizar as experiências vivenciadas de cada estudante em seu cotidiano social é dar importância a ele(a) como sujeitos ativos e participativos dos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem na escola, garantindo



que possam de forma concreta, contribuir para a construção do seu conhecimento, de modo a promover a libertação em relação a uma educação bancária, deixando de ser simples receptores(as) de informações prontas. Sendo assim, no contexto da educação ambiental e sua relação com o ensino de Geografia Batalha e Jacaúna (2017, p. 9) explicam que:

[...] é a maneira mais adequada para lutar contra a degradação que está ocorrendo no mundo, sendo por meio da mudança de atitudes da população, sensibilizando-se dos perigos que estão no entorno da sociedade, e o compromisso desta com a vida, visto que os problemas socioambientais estão em constantes crises. Portanto, o professor de Geografia, assim como professores de outras disciplinas, precisa esclarecer ao educando no que tange as questões ambientais, mostrando a realidade do local vivido e que estes são partes integrantes desse local.

Dessa maneira, o interesse pela busca de respostas aos questionamentos sobre o mundo e as relações socioambientais ocorridas no espaço vivido, podem realizar-se de modo mais cativante, valorizando conhecimento do(a) estudante e, ao contrário da simples transmissão de informações e conteúdos distantes das suas realidades socioespaciais.

Assim, na busca pela compreensão da realidade socioespacial vivida, o ensino e aprendizagem de Geografia na escola possibilita a busca por respostas para as questões que permeiam as maneiras pelas quais os(as) estudantes adquirem importantes conhecimentos espaciais, bem como a forma pela qual se envolvem com a realidade dos lugares, o que confirma a importância da compreensão dos conceitos importantes da Geografia, entre eles o lugar e as paisagens.

Portanto, no contexto do ensino de Geografia, faz-se necessária a compreensão das maneiras pelas quais os(as) estudantes relacionam a educação socioambiental com o seu cotidiano de vivência e dessa forma, contribuir para que haja a materialização de um modo de pensar crítico e emancipatório a fim de proporcionar uma educação libertadora.

## CONCLUSÃO

Por meio do ensino de Geografia crítico, conscientizador, libertador e transformador na educação básica, seria possível ampliar o leque de ação da educação pública para podermos construir uma sociedade democrática, justa e cidadã de modo a promover o combate a degradação ambiental, estabelecendo uma relação entre a educação e o conhecimento científico-tecnológico-informacional para a construção de uma consciência socioambiental transformadora essencial para busca da superação dos problemas sociais e ambientais em tempos de pandemia do coronavírus e da globalização neoliberal.

Assim, a educação socioambiental inserida como componente essencial no ensino de Geografia no contexto escolar, bem como, nos processos de formação e permanente de docentes promove a reflexão crítica da realidade vivida e conseqüentemente a participação

ativa da sociedade nas questões ambientais tanto em escala local como global. Reforça-se que a educação socioambiental, desenvolvida e incorporada pela Geografia em sua práxis pedagógica no contexto da educação básica, estimula o desenvolvimento da capacidade crítica dos(as) estudantes favorecendo a ampliação do protagonismo nas transformações individuais de cada um(a) com efeito a promoção de transformações coletivas, sociais e ambientais das realidades cotidianas, auxiliando assim, no processo de concretização de uma identidade que valorize o lugar de vivência, possibilitando a formação de cidadãos com consciência crítica e capacitado para interferir construtivamente no mundo.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. E. A geografia da natureza no ensino de geografia: propostas para a educação ambiental e preventiva de riscos naturais. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 83 - 93, 2015.
- ASSIS, A. R. S. de; CHAVES, M. R. A Educação Ambiental e a Formação de Professores. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 186 - 198, 2015. Disponível em: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- BATALHA, C. C. G.; JACAÚNA, C. L. F. S. **A formação do professor enquanto educador ambiental no curso de licenciatura em geografia**. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus AM, p. 1 - 20, 2017. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/664>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras Providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)>. Acesso em 16 mar. 2022.
- BRITO, R. A; OLIVEIRA, G. F. A prática dialógica - argumentativa nas aulas de educação socioambiental. **Ambiente & Educação**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 207 - 219, 2014.
- CAVALCANTI, L. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.
- DEZOTTI, M. S.; ORTIZ, A. C. M. O ensino de geografia em escolas de educação básica na cidade de Santa Maria, RS: uma análise metodológica. **Disc. Scientia**, Santa Maria RS, v. 11, n. 1, p. 79 - 91, 2010.
- DOTTO, B. C. A educação socioambiental como tema gerador a partir do lugar de vivência Educação. **Revista do Centro de Educação**, vol. 41, núm. 3, 2016 Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117149982009>> Acesso em: 16 mar. 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 25.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, p. 37 - 45, 2007.

- MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- OLIVEIRA, M. M; FARIAS, P. S. C. Geografia e educação ambiental: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 11, v. 2, n. 19, p. 161 - 178, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1408>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- PITANO, S. C.; NOAL, R. E. Horizontes de diálogo em educação ambiental: contribuições de Milton Santos, Jean-Jacques Rousseau e Paulo Freire. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 283 - 298, 2009.
- RODRIGUES, J. M. M.; SILVA, E. V. O ensino da geografia física: práticas pedagógicas e perspectivas interdisciplinares. **Revista Equador (UFPI)**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 38 - 50, 2014.
- SANTOS, E. C. Geografia, educação ambiental e complexidade frente aos desafios do mundo contemporâneo. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 4, n. 4, p. 155 – 174, 2012.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **GeoTextos**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 139-151, 2005.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2011.
- SANTOS, R. M; CARVALHO, A. G. B. M. de. Geografia e educação ambiental: percepção dos professores sobre o uso da geografia como ferramenta para a educação ambiental em Birigui - SP. **Revista eletrônica do curso de Geografia UFG/REJ**, Jataí, n. 25, p. 103 - 117, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/37624>. Acesso em: 21 mar. 2022.

# Revista Ciência Geográfica

## Ensino - Pesquisa - Método

### Corpo de Pareceristas/Referees' Board

#### 1- Fundamentos e Pesquisa em Geografia:

Prof. Dr. Carlos José Espíndola (UFSC/Florianópolis – SC – Brasil)  
Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo (USP/São Paulo – SP – Brasil)  
Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini (IFSP/São João da Boa Vista – SP – Brasil)  
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ – Brasil)  
Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti (UNILA/Foz do Iguaçu – PR – Brasil)

#### 2- Geografia Humana:

Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior (UNESP/Presidente Prudente – SP – Brasil)  
Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UEPG/Ponta Grossa – PR – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Franciele Miranda Ferreira Dias (SEE/Ourinhos – SP – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru – SP – Brasil)  
Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS/Porto Alegre – RS – Brasil)  
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ – Brasil)

#### 3- Geografia Física:

Prof. Dr. André Luiz Nascentes Coelho (UFES/Vitória – ES – Brasil)  
Prof. Dr. Humberto Alves Barbosa (UFAL/Maceió – AL – Brasil)  
Prof. Dr. Lucivânio Jatobá (UFPE/Recife – PE – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nilza Aparecida Freres Stipp (UEL/Londrina – PR – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Patrícia Helena Mirandola Garcia (UFMS/Três Lagoas – MS – Brasil)

#### 4- Ensino e Aprendizagem de Geografia:

Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha (UFPA/Belém – PA – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Helena Copetti Callai (UNIJUÍ/Ijuí – RS – Brasil)  
Prof. Dr. José Misael Ferreira do Vale (UNESP/Bauru – SP – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Lana de Souza Cavalcanti (UFGO/Goiânia – GO – Brasil)  
Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza/Lins – SP – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru – SP – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes (UNESP/Marília – SP – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sonia Maria Vanzella Castellar (USP/São Paulo – SP – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Thiara Vichiato Breda (UNIFEESPA/Xinguara – PA – Brasil)

### Corpo de Consultores (ad hoc)

Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva (UNIR/Porto Velho – RO – Brasil)  
Prof. Dr. Celso Antonio Fonseca Rosas (UEPG/Ponta Grossa – PR – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Célia Alves de Souza (UNEMAT/Cáceres – MT – Brasil)  
Dr. Danton Leonel de Camargo Bini (IEA/Araçatuba – SP – Brasil)  
Prof. Dr. Edson Luís Piroli (UNESP/Ourinhos – SP – Brasil)  
Prof. Dr. Elvis Christian Madureira Ramos (UFMS/Corumbá – MS – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Helena Copetti Callai (UNIJUÍ/Ijuí – RS – Brasil)  
Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira (UFGO/Goiânia – GO – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Jeani Delgado Paschoal Moura (UEL/Londrina – PR – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lisandra Pereira Lamoso (UFMS/Dourados – MS – Brasil)

Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Lucy Ribeiro Ayach (UFMS/Aquidauana – MS – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Márcia Siqueira de Carvalho (UEL/Londrina – PR – Brasil)  
Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (UFSC/Florianópolis – SC – Brasil)  
Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria José Martinelli S. Calixto (UFMS/Dourados – MS – Brasil)  
Prof. Dr. Paulo Roberto Joia (UFMS/Aquidauana – MS – Brasil)  
Prof. Dr. Ricardo Castillo (UNICAMP/Campinas – SP – Brasil)  
Prof. Dr. Rodrigo Lilla Manzione (UNESP/Tupã – SP – Brasil)  
Prof. Dr. Rodrigo Penna-Firme (PUC/Rio de Janeiro – RJ – Brasil)  
Prof. Dr. Roberto Braga (UNESP/Rio Claro – SP – Brasil)  
Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (UFPA/Belém - PA – Brasil)

# Normas para apresentação dos originais para publicação

1 - A Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA – Ensino, Pesquisa e Método é a publicação eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru – SP. Recebe e publica artigos inéditos e resenhas elaboradas por geógrafos, estudantes de pós-graduação, professores de Geografia da educação básica e superior e ou de ciências afins.

2 - Os artigos serão publicados a partir de revisão realizada dentro das normas técnicas do periódico, podendo conter, no mínimo 10 (dez) e no máximo 40 (quarenta) páginas, incluindo resumos e referências bibliográficas. Os títulos, resumos e palavras-chave dos respectivos artigos deverão vir em língua portuguesa, inglesa e espanhola ou francesa.

2.1 - Os artigos deverão ser revisados por profissional de Língua Portuguesa antes de envio para avaliação e publicação (ENVIAR DECLARAÇÃO EM ANEXO).

3 - A Revista Ciência Geográfica publica artigos em Português, Inglês, Francês e Espanhol sobre Geografia ou de ciências afins dentro das modalidades a seguir:

3.1 - Artigos originais: texto inédito que seja resultado de investigação científica e/ou tecnológica, projeto de qualquer natureza ou notas de pesquisa de campo;

3.2 - Não publicamos artigos oriundos de Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação (TCC). O estudante de graduação, contudo, poderá enviar artigos na qualidade de coautor do texto elaborado por mestres ou doutores que aparecerão como autores principais.

3.3 - Notas de pesquisa de campo: sistematização de dados ou informações inéditas colhidas em campo. Mínimo de 8 (oito) e máximo 25 (vinte e cinco) páginas, incluindo resumos e referências bibliográficas;

3.4 - Artigos sobre Educação: trabalhos de pesquisas desenvolvidos no âmbito da educação básica e superior de Graduação e Pós-Graduação, relacionados com o ensino de Geografia ou de ciências afins;

3.5 - Artigos sobre assuntos relevantes de interesse geral da Geografia ou de ciências afins;

3.6 - Artigos de revisão destinados à apresentação do progresso em área específica da Geografia;

3.7 - Resenhas sobre textos clássicos ou de referência para os estudos de Geografia ou de ciências afins (no máximo de 1.200 palavras);

3.8 - Cartografias, imagens e outras expressões gráficas: mapas, gráficos e outras figuras em que se descrevam a metodologia ou o modo de criação (softwares, técnicas etc.) (no máximo de 1.200 palavras);

3.9 - Artigos didáticos-pedagógicos sobre temas relacionados à Geografia ou de ciências afins, empregados na prática docente, que serão incluídos na seção “A Sala de Aula”, sendo no máximo cinco artigos por edição da Revista, com mínimo de 8 (oito) e máximo de 12 (doze) páginas.

4 - Os artigos submetidos deverão ter no máximo 4 autores. Artigos com mais autores serão desclassificados automaticamente.

4.1 - Para a análise, o artigo será encaminhado pelos Editores da Revista aos avaliadores ad hoc, mas sem conter o nome dos autores. Caso existam críticas ou sugestões dos avaliadores, o artigo será remetido pelos Editores ao(s) autor(es) para que se procedam as alterações solicitadas.

4.1.1 - Quando houver referência ao próprio autor, usar-se-á a forma (Autor, ano).

4.2 - Um Autor só pode voltar a publicar na Revista Ciência Geográfica após haver transcorrido seis meses de sua última publicação.

5 - Direitos autorais: Ao submeter um artigo para a Revista Ciência Geográfica, o(s) Autor (es) assume(m) que a contribuição é original e inédita. Que não está em processo de avaliação ou foi publicada em outra revista, no mesmo formato, sem a permissão por escrito dos editores. Quando um artigo com mais de um Autor subentende-se que o responsável pela submissão tem o consentimento dos demais Autores.

6 - A apresentação dos originais deve obedecer, obrigatoriamente, ao que se especifica a seguir:

a) O artigo deverá ser remetido via “e-mail” em arquivo anexado, gravado em formato DOC (não DOCX) em quaisquer dos aplicativos de edição de textos a seguir: Microsoft Word, OpenOffice, BrOffice, LibreOffice. A página será de tamanho A4, fonte Arial, corpo 12, entrelinhas com espaçamento 1,5 cm, margens com 2,5 cm e sem número de página;

b) Título em caixa alta e negrito. Subtítulo em fonte de corpo 10;

c) Identificação dos Autores, abaixo do título e subtítulo;

d) Referência, sobre o(s) Autor(es) no rodapé da primeira página do texto;

e) Artigos contendo mapas, tabelas, gráficos ou figuras só serão aceitos com os artigos devidamente “escaneados” na resolução de 300 dpi’s para tamanho de área igual ou maior que 10x15 cm; caso sejam menores do que 10x15 cm, deverão ser “escaneados” com resolução de 600 dpi’s;

g) Fotos deverão ter a resolução mínima de 3MP (Megapixel) para o formato original da câmera digital ou devidamente “escaneadas” na resolução de 300 dpi’s para tamanho de área igual ou maior que 10x15 cm; caso sejam menores do que 10x15 cm, deverão ser “escaneadas” com 600 dpi’s, gravados com extensão JPG, TIF ou PNG.

h) Notas relativas ao texto, identificadas numericamente, serão apresentadas obrigatoriamente ao final do texto, antes das referências bibliográficas.

i) O resumo poderá ter o máximo de 150 palavras; nas palavras-chave, apenas de 3 a 5 palavras.

7 - Idioma da submissão do resumo. Será obrigatório em três idiomas:

a) em português;

b) em Inglês;

c) em espanhol ou francês.

8 - Citações:

8.1 - Todas as citações devem constar o sobrenome do Autor e o ano da publicação;

8.2 - Citações literais devem constar também o número da(s) página(s) onde ocorrem;

8.2.1 - Citações literais de até três linhas serão registradas no corpo do parágrafo, entre aspas e sem itálico;

8.2.2 - Citações literais com mais de três linhas serão registradas com recuo à esquerda de 4 cm, em corpo 11, entrelinha simples, sem aspas e sem itálico.

9 - Referências:

A indicação bibliográfica (se houver) após o texto, será registrada em ordem alfabética, obedecendo as normas da ABNT:

9.1 - Livro: SOBRENOME, nomes. Título do livro: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de Publicação: Editora, ano da publicação. No caso de autoria coletiva, devem constar os nomes do(s) organizador(es);

9.2 - Artigo: SOBRENOME, I. N. A. Título do artigo. Título do periódico, Cidade, volume, número, páginas (inicial e final), mês, ano.

9.3 - Tese/dissertação/monografia: SOBRENOME, I. N. A. Título: subtítulo. Tese/Dissertação/Monografia (Doutorado/Mestrado/Graduação em [Área de Conhecimento]) – Instituto/Faculdade, Universidade, Cidade, ano.

10 - A ordem de publicação dos trabalhos é de competência exclusiva dos Editores da revista e do conselho editorial. A ordem de publicação levará em conta:

a) data da apresentação dos originais obedecendo as normas acima;

b) temática atual, envolvendo interesse científico, didático, de divulgação, extensão, afinidade com outros artigos e retomada de abordagens dos temas e situações afins;

c) disponibilidade de espaço em cada edição do periódico.

11 - As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos Autores.

12 - Dado o caráter não lucrativo do periódico, os Autores não são ressarcidos pela publicação dos artigos.

13 - Os artigos devem ser encaminhados para os seguintes endereços eletrônicos: [agb@agbbauru.org.br](mailto:agb@agbbauru.org.br) ou [lourenco.junior@fatec.sp.gov.br](mailto:lourenco.junior@fatec.sp.gov.br)

14 - ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP

CNPJ 00.407.524/0001-00

Rua Pedro Oliveira Tavares, 2-148 – Jardim Colonial

Bauru – SP – CEP 17047-595

Fone: (14) 99711-1450 (Prof. Lourenço Magnoni Júnior)

E-mail: [agb@agbbauru.org.br](mailto:agb@agbbauru.org.br)

Site: <https://www.agbbauru.org.br>

CIÊNCIA

# Geográfica

ISSN Online: 2675-5122  
ISSN-L: 1413-7461

ENSINO - PESQUISA - MÉTODO



**Editora  
Saraiva**



associação  
dos geógrafos  
brasileiros

Seção Bauru